

# Florianópolis arqueológica

Lucas Bueno  
Lucas Bond Reis  
organização



editora ufsc

# **Florianópolis** arqueológica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

*Ubaldo Cesar Balthazar*

Vice-Reitora

*Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto*

EDITORA DA UFSC

Diretora Executiva Interina

*Flavia Vicenzi*

Conselho Editorial

*Agripa Faria Alexandre*

*Antonio de Pádua Carobrez*

*Carolina Fernandes da Silva*

*Evelyn Winter da Silva*

*Fábio Augusto Morales Soares*

*Fernando Luís Peixoto*

*Ione Ribeiro Valle*

*Jeferson de Lima Tomazelli*

*Josimari Telino de Lacerda*

*Luis Alberto Gómez*

*Marília de Nardin Budó*

*Núbia Carelli Pereira de Avelar*

*Priscila de Oliveira Moraes*

*Sandro Braga*

*Vanessa Aparecida Alves de Lima*

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

[editora@contato.ufsc.br](mailto:editora@contato.ufsc.br)

[www.editora.ufsc.br](http://www.editora.ufsc.br)

Lucas Bueno  
Lucas Bond Reis  
organização

# Florianópolis

## arqueológica

© 2021 Editora da UFSC

Coordenação editorial:

*Flavia Vicenzi*

Projeto gráfico, capa e diagramação:

*pamalero artes*

Revisão:

*Júlia Crochemore Restrepo*

Este livro recebeu apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

---

F635 Florianópolis arqueológica [recurso eletrônico] / organização  
Lucas Bueno, Lucas Bond Reis. – Florianópolis : Editora da  
UFSC, 2021.

521 p. : il.

E-book (PDF)

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-023-0>

ISBN 978-65-5805-023-0

1. Florianópolis (SC) – Antiguidades. 2. Arqueologia.
3. Sambaquis – Florianópolis (SC). I. Bueno, Lucas. II. Reis, Lucas Bond.

CDU: 397.8(816.406.02)

---

Ficha catalográfica elaborada por Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

[br.creativecommons.org](http://br.creativecommons.org)

# Sumário

Apresentação .....	7
<b>1   Patrimônio arqueológico de Florianópolis: características, distribuição, potencial de pesquisa e preservação .....</b>	<b>13</b>
Lucas Bueno   Lucas Bond Reis   Gabriela Oppitz   Beatriz Regina Mendes   Thiago Pereira   Jefferson Batista Garcia   Bruno Jorge Bee	
<b>2   Arqueologia em Florianópolis: uma síntese histórica.....</b>	<b>40</b>
Lucas Bond Reis	
<b>3   Os sambaquis e suas histórias: o que sabemos até agora? .....</b>	<b>90</b>
Gabriela Oppitz	
<b>4   Uma abordagem zooarqueológica do sambaqui Canto dos Araçás .....</b>	<b>141</b>
Simon-Pierre Gilson   Anderson Antônio Batista   Lucas Bueno	
<b>5   Sambaqui Ponta das Almas: uma abordagem bioarqueológica .....</b>	<b>165</b>
Luciane Zanenga Scherer   Andressa de Lima	
<b>6   Morro dos Índios, cerâmica Itararé e um debate: A (há?) ocupação Jê meridional na Ilha de Santa Catarina.....</b>	<b>189</b>
Lucas Bond Reis	
<b>7   Arqueologia Guarani no litoral central de Santa Catarina: o sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho e a presença indígena na Ilha de Santa Catarina nos séculos XVI e XVII .....</b>	<b>219</b>
Isabela da Silva Müller	
<b>8   Florianópolis marcada na pedra: amoladores-polidores fixos e representações rupestres .....</b>	<b>236</b>
Thiago Pereira	

<b>9   Entre escritos e vasilhas cerâmicas: os indígenas na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina .....</b>	<b>269</b>
Angela Sabrine do Nascimento Salvador	
<b>10   Arqueologia da diáspora africana: potencial de pesquisa em Florianópolis .....</b>	<b>291</b>
Beatriz Regina Mendes	
<b>11   Divers(C)idade em Florianópolis: a “Imigração Europeia” revisitada pela arqueologia .....</b>	<b>317</b>
Fernanda Codevilla Soares   Angela Sabrine do Nascimento Salvador	
<b>12   Arqueologia nas escolas: educação e preservação do patrimônio de Florianópolis .....</b>	<b>341</b>
Stela Schenato   Letícia da Silva Gondim   Isabela da Silva Müller	
<b>13   Arqueologia de Florianópolis: histórias em construção .....</b>	<b>357</b>
Lucas Bueno   Lucas Bond Reis	
<b>Referências.....</b>	<b>369</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>413</b>
<b>Sobre os autores .....</b>	<b>520</b>

# Apresentação

Este livro é resultado de um trabalho eminentemente coletivo. Começou a ser gestado há mais de dez anos por interesse de estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, inicialmente, contaram com apoio do Programa de Ensino Tutorial de História e que, posteriormente, criaram o Núcleo de Arqueologia da UFSC (NAU). Esses alunos organizaram uma série de eventos, grupos de estudo e impulsionaram discussões sobre arqueologia no Departamento de História da UFSC. As atividades e discussões sempre estiverem voltadas para a arqueologia de Santa Catarina e, de uma forma mais específica, para a arqueologia de Florianópolis. Alguns desses alunos – que hoje são mestres, doutores ou estão fazendo seus mestrados e doutorados no Brasil e no exterior – figuram entre os autores dos capítulos deste livro.

Em fevereiro de 2012, estabelecemos uma parceria com o NAU, a qual resultou na criação do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), seguida pela cooperação entre o Departamento de História e o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE). Nesse processo, duas pessoas foram de suma importância – professor João Klug, que vinha colaborando com o NAU desde sua fundação, e a arqueóloga Teresa Fossari, então diretora do MARquE, que deu todo o apoio necessário para a formação do LEIA.

A partir de muitas conversas entre os integrantes do laboratório, construímos coletivamente o projeto intitulado “Florianópolis arqueológica”. Pensamos em combinar experiências distintas, associadas a uma preocupação e um interesse em comum. A ideia foi de, através do projeto, agregar a experiência de um de nós (Lucas Bueno) como arqueólogo, ao conhecimento dos alunos sobre a região, para que juntos pudessemos nos aprofundar no estudo do patrimônio arqueológico de Florianópolis e produzir algo que pudesse ter impacto nas diretrizes relativas ao gerenciamento desse patrimônio. Para além disso, a vivência em Florianópolis nos fez perceber a urgência de amplo levantamento e diagnóstico do patrimônio arqueológico do município,



que se encontrava e continua hoje sujeito a ações predatórias decorrentes de um crescimento urbano desordenado e em ritmo acelerado. A união desses elementos gerou o projeto “Florianópolis arqueológica”.

Para colocá-lo em prática, precisávamos de financiamento. Submetemos o projeto, fomos contemplados pelo edital de Ciências Humanas do CNPq/2012 e estabelecemos um convênio entre IPHAN e UFSC no ano seguinte que nos proporcionou infraestrutura, pessoal e apoio financeiro para viabilizar a implementação desse projeto cujos resultados embasam os capítulos que compõem este livro.

No entanto, é bom frisar que este livro não é resultado apenas do projeto “Florianópolis arqueológica”. É também – e principalmente – resultado da formação de um grupo de pesquisadores comprometidos e engajados com a arqueologia do litoral central de Santa Catarina. Mais ainda, um grupo que compartilha um olhar sobre a arqueologia como uma ciência necessariamente interdisciplinar, voltada para a compreensão de processos de mudança das sociedades humanas em longa duração. Uma arqueologia que se aproxima da história indígena, dialogando com a proposta de construção de um olhar para essa história no tempo profundo, repleto de continuidades e mudanças para muito além de 500 anos. Uma arqueologia ciente de suas responsabilidades sociais para com a construção de um conhecimento mais plural e simétrico, baseado no diálogo com diversos coletivos e perspectivas distintas sobre patrimônio, materialidade, historicidade e território.

Com essa perspectiva, este livro abrange, a partir da arqueologia, um período de mais de 5 mil anos. A sequência dos capítulos procura construir um panorama que apresente ao leitor algumas questões e o enorme potencial que a arqueologia do município de Florianópolis tem para contribuir na construção de uma história de longa duração. Desde os sambaquis, registro mais antigo da presença humana na ilha, até a construção do espaço urbano na cidade de Florianópolis dos dias de hoje, procuramos discutir e apresentar as várias histórias de um lugar, mostrar como a ilha está entremeada de e entrelaçada com temporalidades distintas e, com isso, “quantas ilhas” podemos ver, compreender, usufruir, vivenciar e construir. Este é um dos pontos fundamentais que motivou a elaboração do projeto e do livro: que ilha queremos construir? Como as diversas histórias que ela encerra participam dessa construção? O que escolhemos lembrar e o que desejamos esquecer? Como a arqueologia contribui para essa discussão? A construção do espaço envolve necessariamente um entrelaçamento de tempos, vivências e sentimentos. Trazer à tona histórias, divulgá-las e chamar a atenção das autoridades competentes é a nossa forma de contribuir para essa construção que, como este livro, deve ser sempre uma obra coletiva.

O livro é composto por 13 capítulos, todos eles escritos por integrantes do projeto “Florianópolis arqueológica”. São artigos de síntese e estudos de caso que buscam oferecer ao leitor um panorama do conhecimento relativo ao patrimônio arqueológico de Florianópolis, indicando os principais temas e questões abordados pela arqueologia.

O primeiro capítulo, escrito em conjunto pelos pesquisadores que foram a campo e realizaram os levantamentos que compõem o cerne do projeto, apresenta um diagnóstico do patrimônio arqueológico do município. São apresentadas informações referentes a quantidade, características e distribuição espacial dos sítios, assim como toda a metodologia utilizada no seu processo de cadastramento durante o projeto. Esse capítulo discute ainda as condições de preservação dos sítios arqueológicos e indica ações de curto, médio e longo prazo que poderiam ser realizadas para mitigar impactos, gerar conhecimento e, principalmente, divulgar e criar formas de acesso aos sítios e ao conhecimento produzido sobre eles.

O segundo, escrito por Lucas Bond Reis, expõe uma síntese da história da pesquisa arqueológica em Florianópolis, uma história que, como salienta o autor, merece um livro próprio com análises e investigações aprofundadas. Entrementes, esse texto oferece um panorama do processo histórico de produção de conhecimento que alicerçou o desenvolvimento do projeto “Florianópolis arqueológica”, bem como as discussões apresentadas nos capítulos subsequentes.

O terceiro capítulo traz uma síntese e discussão a respeito da ocupação sambaqueira na Ilha de Santa Catarina. Por meio de um extenso levantamento bibliográfico, associado a uma densa reflexão teórica, Gabriela Oppitz discute as relações entre continuidade e mudança associadas às sociedades sambaqueiras e às dinâmicas de interação com outras sociedades ameríndias que passam a ocupar o litoral atlântico no Holoceno Inicial. Abordando diversos aspectos associados à vivência da paisagem e transitando entre diferentes tipos de vestígio, Gabriela compõe um panorama bastante atualizado das pesquisas sobre o tema no litoral central, indicando caminhos interpretativos possíveis e abrindo assim portas para diversos encaminhamentos de pesquisa. A autora salienta ainda a importância da atuação dos órgãos públicos responsáveis pela preservação dos sítios arqueológicos, uma vez que estes, por meio de sua materialidade, são fundamentais para manter presente a memória de uma história indígena de longa duração.

O quarto capítulo apresenta um estudo de caso do sambaqui Canto dos Araçás, com um enfoque zooarqueológico. A partir da apresentação das intervenções realizadas no sítio, os autores analisam a composição da coleção faunística oriunda dessas intervenções e apresentam características do ponto de vista biológico sobre as espécies identificadas. Com base nessas

informações, os autores propõem associações entre o sítio e outras regiões da ilha, incluindo outros sítios arqueológicos, discutindo assim a dinâmica de ocupação da região.

O quinto capítulo traz um estudo de caso do sambaqui Ponta das Almas, com um enfoque bioarqueológico. Através da análise da coleção de esqueletos humanos depositada no acervo arqueológico do MARquE e obtida no sítio com as intervenções de Piazza, Beck e Hurt realizadas na década de 1960, Scherer e Lima discutem a hipótese levantada por Beck a respeito da existência de duas ocupações no sítio, associadas a “componentes culturais distintos”.

O sexto capítulo articula um estudo de caso a uma discussão mais ampla sobre a ocupação Jê meridional na Ilha de Santa Catarina. Para essa articulação, Lucas Bond Reis apresenta os resultados de pesquisa realizada na localidade Morro dos Índios, no sul da Ilha de Santa Catarina, dialoga com demais pesquisas realizadas na ilha vinculadas a sítios com presença de cerâmica Itararé e contextualiza a discussão através de uma ampla síntese sobre o conhecimento arqueológico relacionado à ocupação Jê meridional no sul do Brasil. A partir dessa discussão, o autor problematiza associações diretas construídas na arqueologia entre certos vestígios arqueológicos e povos Jê meridionais, e atualiza o debate sobre a relação entre estes e as populações pescadoras-caçadoras e coletoras que construíram os sambaquis e habitaram a costa atlântica brasileira.

O sétimo capítulo traz uma articulação entre dados arqueológicos e etno-históricos para discutir a ocupação da Ilha de Santa Catarina e o litoral central por grupos Guarani. A autora Isabela Muller apresenta dados oriundos do estudo do sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho, contextualizando-os com uma síntese sobre o conhecimento arqueológico e etno-histórico a respeito da ocupação Guarani na Ilha de Santa Catarina e no sul do Brasil. Articulando esses dados, a autora argumenta por uma história indígena de longa duração de grupos Guarani na Ilha de Santa Catarina, cuja origem remonta a mais de mil anos e que permanece presente e viva ainda nos dias de hoje.

O oitavo capítulo apresenta as principais características para dois conjuntos de sítios muito conhecidos e visitados na Ilha de Santa Catarina: sítios rupestres e amoladores-polidores fixos, ou oficinas líticas. Thiago Pereira apresenta as principais características desses sítios e sua localização e discute as hipóteses levantadas na bibliografia arqueológica sobre a autoria desses registros. Integra o artigo também uma discussão sobre os fatores naturais e culturais que afetam a conservação dos sítios e sobre a necessidade de interlocução com as comunidades locais para o desenvolvimento de ações que ao mesmo tempo propiciem a visitação, o usufruto desses locais e a preservação do patrimônio.

O nono capítulo traz uma discussão sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina nos séculos XVII e XVIII, tendo como principal questionamento a escassez de referências a populações indígenas na bibliografia e nas fontes históricas sobre a ocupação de Florianópolis no século XVIII. Articulando dados arqueológicos e históricos, Angela Salvador enfatiza as complexas relações estabelecidas entre distintos grupos indígenas e outros grupos étnicos que constituíam a sociedade colonial e chama a atenção para um silenciamento duplo: das fontes e da historiografia.

O décimo capítulo dá continuidade ao diálogo entre história e arqueologia, por meio da identificação de locais em Florianópolis que apresentam potencial de pesquisa em arqueologia da diáspora africana. O artigo procura contribuir para as pesquisas acerca da escravidão na Ilha de Santa Catarina, trazendo novas informações sobre as práticas culturais e o cotidiano dessas populações.

O décimo primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre arqueologia histórica, com ênfase na construção da cidade, suas múltiplas influências e os discursos construídos pela arqueologia, definindo como reflexão central a seguinte questão: qual passado a arqueologia desenvolvida em Florianópolis tem construído e tornado visível aos moradores e turistas? Para essa discussão, Fernanda Codevilla Soares e Angela Salvador se propõem a ater sua análise aos sítios arqueológicos usualmente considerados como testemunhos da “presença europeia” em Florianópolis, apresentando quais seriam e questionando essa classificação.

O décimo segundo capítulo apresenta as atividades desenvolvidas durante o projeto “Arqueologia nas escolas: educação e preservação do patrimônio arqueológico de Florianópolis”, realizado simultaneamente ao “Florianópolis arqueológica” e que envolveu a realização de uma série de atividades de extroversão do conhecimento em escolas públicas do município.

Na conclusão, Lucas Bueno e Lucas Bond Reis fazem uma síntese das contribuições de cada capítulo, enfatizando a diversidade de histórias envolvidas na construção da paisagem que hoje percorremos e de que usufruímos na Ilha de Santa Catarina. Na sequência, uma compilação das referências citadas reúne obras fundamentais para o estudo do registro arqueológico em Florianópolis.

Por fim, o livro traz como apêndice uma relação de todos os sítios cadastrados no âmbito do projeto “Florianópolis arqueológica”, com uma breve descrição de cada um deles, além de tabelas com indicação da localização de cada sítio e bibliografia pertinente. Ainda como apêndice, incluímos um mapa geral da Ilha de Santa Catarina com a localização de todos os sítios cadastrados no âmbito do projeto, incluindo os visitados e não visitados, totalizando 244 registros.

Esperamos que, ao final da leitura desta obra, os leitores sintam-se estimulados, interessados e, quiçá, provocados a promover novos estudos, discussões e reflexões inerentes ao processo de produção de conhecimento. Desse modo, avançaremos na busca por uma compreensão mais ampla das histórias de que o território de Florianópolis é palco, considerando a diversidade das gentes que nele viveram e vivem.

Os organizadores

# Patrimônio arqueológico de Florianópolis: características, distribuição, potencial de pesquisa e preservação

Lucas Bueno  
Lucas Bond Reis  
Gabriela Oppitz  
Beatriz Regina Mendes  
Thiago Pereira  
Jefferson Batista Garcia  
Bruno Jorge Bee

Neste capítulo apresentamos as características gerais dos sítios arqueológicos cadastrados ou recadastrados no âmbito do projeto “Florianópolis arqueológica”,<sup>1</sup> realizado entre 2012 e 2015 pela equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia da UFSC (LEIA/UFSC), na Ilha de Santa Catarina e no território continental do município de Florianópolis. Esses dados foram obtidos através da realização de uma série de atividades em gabinete, campo e laboratório. Apresentaremos aqui a metodologia empregada e os resultados obtidos.

Durante o período de vigência do projeto, além das atividades de campo relacionadas à identificação, caracterização e recadastramento, dos sítios arqueológicos, desenvolvemos uma série de atividades em laboratório e ações de extensão. As atividades de laboratório envolveram análise de coleções arqueológicas de sítios localizados no município e já escavados, além de toda

---

<sup>1</sup> Este projeto contou com recursos oriundos do IPHAN/SC (por meio de convênio com a UFSC) e do CNPq (Edital Ciências Humanas/2012).

a preparação para as atividades de campo e processamento dos dados pós-campo. As atividades de extensão envolveram a realização de um projeto denominado “Arqueologia nas escolas: educação e preservação do patrimônio arqueológico em Florianópolis”, durante o qual desenvolvemos várias ações em diferentes escolas municipais. Todas essas atividades foram realizadas com a participação de pesquisadores e alunos vinculados ao LEIA/UFSC e algumas delas têm seus resultados divulgados nos capítulos subsequentes deste livro.

A motivação inicial para a elaboração desse projeto, cujo livro é um dos resultados, esteve relacionada a dois aspectos principais: a vontade de conhecer melhor a história de ocupação da Ilha de Santa Catarina para além da chegada dos europeus, a qual remonta a pelo menos 5 mil anos; e uma grande preocupação com relação à situação do patrimônio arqueológico no município, que vem sofrendo um alto impacto em razão da acelerada e desordenada expansão da malha urbana municipal vivenciada nas últimas décadas, uma das principais responsáveis pela destruição total ou parcial de muitos sítios arqueológicos.

## 1.1 Por que fazer um recadastramento de sítios arqueológicos?

Pesquisada desde o início do século XX, a Ilha de Santa Catarina conta com mais de 200 sítios arqueológicos identificados,<sup>2</sup> vinculados a diferentes períodos e a distintas dinâmicas de ocupação e transformação da paisagem. Apesar do conhecimento acerca da localização dos sítios, do potencial e da importância desses para o conhecimento do processo histórico de ocupação da região e para a definição de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural, poucas foram as ações destinadas ao seu estudo e preservação ao longo de todo o século XX. Essa situação tem se agravado nas últimas décadas devido ao intenso processo de adensamento populacional somado à intensificação da exploração turística de Florianópolis, atividades que levaram a um aumento exponencial do impacto aos sítios arqueológicos.

Com base na realização de uma pesquisa bibliográfica na base de dados do IPHAN, nas publicações acadêmicas e nos relatórios de impacto ambiental produzidos até 2012, registramos a existência de 221 sítios arqueológicos distribuídos por todo o município. Essa amostra inclui sítios de diferentes naturezas, associados a distintos momentos do processo de ocupação da

---

<sup>2</sup> Número baseado em levantamento bibliográfico. Conforme discussão apresentada adiante, esse número envolve sítios registrados e não registrados no Cadastro do IPHAN.

porção continental e insular da capital catarinense. Segundo a nomenclatura apresentada nas obras consultadas, os sítios arqueológicos são classificados em diferentes categorias: abrigo sob rocha; abrigo sob rocha com presença de cerâmica; acampamento; acampamento com lítico lascado; acampamento raso; sítio raso com sepultamento; conchífero raso; conchífero raso sem cerâmica; sítio conchífero raso com cerâmica; sambaqui; sambaqui com cerâmica; sambaqui com Jê; Jê; Taquara-Itararé, Tupi-Guarani; cerâmico; cerâmica sob dunas; arte rupestre; sinalização rupestre; sinalização rupestre; gravura rupestre; inscrição rupestre; oficina lítica; mancha preta; lítico; inscrição rupestre com oficina lítica; e sepultamento. Devido às imprecisões dos termos utilizados e à variação da nomenclatura utilizada por cada autor, a categorização dos sítios arqueológicos em Florianópolis inviabiliza a realização de uma estimativa quantitativa a respeito da diversidade de sítios encontrados. No entanto, mesmo com essas dificuldades, há algumas categorias que podem ser mais facilmente mensuradas, como é o caso dos sambaquis, representados por 81 sítios (36,6%), das oficinas líticas, representadas por 47 sítios (21,3%), dos sítios com inscrições rupestres, representados por 26 sítios (11,3%) e dos sítios históricos, representados por 34 sítios (15%). Essas quatro categorias somadas totalizam 84,6% da amostra. Os 15,4% restantes se distribuem em categorias pouco precisas, dentre as quais se destacam sítios acampamento, acampamento conchífero, sítio conchífero raso, entre outras, indicando um problema de pesquisa que vai muito além das questões de nomenclatura e classificação e que incide diretamente na compreensão da complexa dinâmica envolvida no processo de ocupação da Ilha de Santa Catarina e adjacências no Holoceno recente.

Para discutir diretamente essa questão, procuramos revisitar todos os sítios já cadastrados no município. Nessas visitas realizamos uma descrição, caracterização e classificação padronizada dos sítios arqueológicos, com o objetivo de facilitar o processo de interpretação da diversidade dos contextos de ocupação pré-coloniais e coloniais existentes em Florianópolis, além de contribuir para uma avaliação geral das características e condições do patrimônio arqueológico que possa subsidiar a tomada de decisões por parte dos órgãos responsáveis pela sua gestão. Nesse sentido, trabalhamos ao longo do projeto com as seguintes categorias de sítio: conchífero; representações rupestres; amolador-polidor fixo; com cerâmica Guarani; com cerâmica Itararé; lítico; e histórico.<sup>3</sup>

Tendo em vista as inúmeras evidências de destruição dos sítios arqueológicos registradas em denúncias públicas e trabalhos acadêmicos

---

<sup>3</sup> Discussões aprofundadas sobre a terminologia adotada para classificação dos sítios estão presentes nos capítulos deste livro que tratam de forma específica cada uma dessas categorias.



produzidos ao longo da segunda metade do século XX, a necessidade de um amplo levantamento do patrimônio arqueológico no município de Florianópolis era iminente. A comparação dos dados registrados ao longo das décadas de 1950 e 1970 pelo Pe. João Alfredo Rohr e Walter Piazza com publicações das décadas de 1980, 1990 e da primeira década do século XXI, aponta para um quadro desolador de destruição e perda do patrimônio arqueológico em decorrência de intervenções humanas e naturais. São inúmeros os sítios mencionados e parcialmente escavados por Rohr que, depois de 10 ou 20 anos, haviam sido completamente destruídos. O próprio Pe. Rohr teve a possibilidade de retornar a alguns desses sítios e constatou modificações quanto ao seu grau de preservação decorrentes de ações antrópicas e naturais (ROHR, 1960, 1977, 1984b). Essa questão foi levantada novamente nas décadas seguintes por outros trabalhos, como: Fossari *et al.* (1987, 1988a, 1988b, 1989a, 1989b), Fossari (2004), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010) e Bettanin (2008).

Com base nesse contexto, vimos como urgente a necessidade de realização não só de um levantamento, recadastramento e avaliação dos sítios, mas a elaboração de um programa de gestão do patrimônio arqueológico a ser implementado no município em caráter emergencial.

Durante nossa pesquisa, um aspecto ficou muito evidente: a identificação dos sítios não é mais um instrumento suficiente para reverter a situação na qual se encontra o patrimônio arqueológico em termos de políticas públicas. Para que se possa de fato intervir nesse processo, é preciso conferir a esses sítios o caráter de patrimônio e, para isso, há um elemento fundamental, *sine qua non*: a participação e o engajamento das comunidades locais. É a partir da percepção dos sítios como locais de memória, como elos entre as pessoas e os lugares em diferentes períodos, como elementos ativos na construção de discursos sobre o papel e a relação que as pessoas estabelecem entre si e com a paisagem, que esses sítios podem ser revalorizados e incorporados em políticas públicas amparadas por demandas de base.

Assim, este livro procura contribuir para preencher essa lacuna, levando ao público parte dos resultados alcançados com o intuito de estimular um engajamento com a longa história da Ilha de Santa Catarina, materializada nos mais de 200 sítios arqueológicos já conhecidos.

## 1.2 Recadastramento em prática: aspectos metodológicos

No que se refere às atividades relacionadas especificamente ao processo de cadastramento e recadastramento dos sítios, podemos desmembrá-las entre

atividades “pré-campo”, “campo” e “pós-campo”. Cada um desses momentos envolveu o diálogo com fontes de pesquisa diferenciadas, levando à adoção de metodologias e procedimentos específicos.

### 1.2.1 Atividades “pré-campo”

As atividades pré-campo envolveram principalmente uma vasta pesquisa bibliográfica. Desde os primeiros passos para a elaboração do projeto inicial de pesquisa, realizamos um amplo levantamento bibliográfico a respeito de todos os sítios arqueológicos que, em algum momento foram mencionados na bibliografia, assim como um levantamento dos sítios cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Essa pesquisa foi realizada por toda a equipe, por meio de uma subdivisão e distribuição bibliográfica entre os membros da equipe. A fim de padronizar a leitura e, principalmente a obtenção da informação desejada, elaboramos uma ficha de leitura elencando quais informações essenciais e complementares deveriam ser obtidas para cada sítio. Após esse levantamento, cruzamos os dados obtidos por todos e elaboramos uma tabela inicial com indicações a respeito do nome do sítio, região da ilha e fonte bibliográfica.

Com base nas leituras e nessa tabela, identificamos, de antemão, algumas dificuldades: sítios com informações limitadas sobre localização, sítios caracterizados como destruídos, um mesmo sítio com nomes diferentes ou sítios diferentes com o mesmo nome. Para exemplificar essa situação, apresentamos na Tabela 1.1 alguns exemplos de sítios não cadastrados, que constavam apenas em bibliografia e que remetiam a sítios já cadastrados, porém com nomenclatura distinta.

Tabela 1.1 – Equivalências entre sítios constantes em bibliografia e no CNSA

Nome em bibliografia	Referência bibliográfica	Registro correspondente no CNSA	Tipo	Área	Subárea
Praia Mole I	Fossari <i>et al.</i> (1989); Fossari (2004); Atlas (2004); Co-merlato (2005); Bettanin (2008)	Morro do Gravatá II	Representações rupestres	Leste	Praia da Galheta, Praia Mole e Praia do Gravatá
Praia Mole II	Fossari <i>et al.</i> (1989); Fossari (2004); Amaral (1995); Atlas (2004)	Morro do Gravatá I	Amolador-polidor fixo	Leste	Praia da Galheta, Praia Mole e Praia do Gravatá
Praia do Gravatá I	Fossari <i>et al.</i> (1989); Bettanin (2008)	Ponta do Gravatá	Amolador-polidor fixo	Leste	Praia da Galheta, Praia Mole e Praia do Gravatá

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

A fim de obter informações mais precisas sobre cada um desses sítios que nos ajudassem tanto a resolver esses problemas quanto a auxiliar nas atividades de campo, refinamos a ficha de leitura a ser aplicada a todos os sítios. Essa atividade recebeu o nome de “Biografia de sítio”. Com essa sistematização, procuramos obter informações sobre localização, acesso, intervenções, resultados, imagens antigas, entre outras. Preenchemos essas fichas para cada um dos sítios que visitaríamos. Ao longo dessa atividade foram frequentes as reuniões para discussão de problemas e resultados alcançados por cada equipe.

Todo o material produzido foi armazenado em uma pasta no *Dropbox* viabilizando o acesso de todas as biografias por qualquer membro da equipe. Mesmo procedimento foi realizado nas demais etapas do trabalho.

Além das biografias de sítio, utilizamos imagens de satélite, mapas do IBGE e fotos aéreas para estudar as áreas a serem prospectadas por cada equipe. Todo esse conjunto de atividades foi fundamental para viabilizar a procura e identificação dos sítios, uma vez que mudanças nas vias de acesso, vegetação e, principalmente, expansão da malha urbana de Florianópolis causaram grande impacto na configuração da paisagem local, fazendo desaparecer parcial ou totalmente muitas das referências utilizadas pelos pesquisadores nas décadas de 1960 a 1990.

Ainda uma última e não menos importante tarefa pré-campo envolveu uma ampla discussão sobre como registrar os sítios arqueológicos em Florianópolis. Essa discussão passou por questões como: O que é um sítio arqueológico? O que é um sítio arqueológico histórico? Qual a diferença entre sítio e achados isolados (ocorrências)? Qual a distância mínima para separar dois conjuntos de evidências em sítios distintos? Locais que apresentam proximidade espacial entre oficinas líticas e gravuras rupestres devem ser considerados sítios distintos ou não?

A discussão em equipe dessas questões teve início durante as atividades pré-campo, mas foi uma constante ao longo de todo o projeto, trazendo sempre novos desafios conceituais e metodológicos para o trabalho de identificação e recadastramento dos sítios arqueológicos na capital catarinense.

Foi também com base nessas discussões que elaboramos nossa ficha de registro de sítio. Para além dessas questões conceituais relacionadas ao registro arqueológico, realizamos leituras referentes à configuração da paisagem do município, incluindo aí aspectos relacionados a sua configuração hidrográfica, à vegetação, à geomorfologia e ao processo de ocupação urbana. Todos esses dados foram utilizados para a composição da ficha de registro em campo e para a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica, no qual inserimos os dados relacionados à localização dos sítios arqueológicos visitados.

A partir de todo esse material e tendo estudado as áreas a serem prospectadas, cada equipe pôde partir para o trabalho de identificação e levantamento dos sítios em campo.

### 1.2.2 Atividades em campo

Para a realização das atividades de campo, uma série de equipamentos foi adquirida previamente.<sup>4</sup> Os *tablets*, em especial, tiveram papel fundamental para o pleno desenvolvimento das atividades, permitindo que as biografias dos sítios e as referências utilizadas para a elaboração da ficha de registro fossem consultadas a qualquer momento na busca pelos sítios e na caracterização de sua implantação. Nesse sentido, houve casos de sítios que só puderam ser encontrados ou ter sua localização estimada por meio da consulta em campo das fotografias que foram incluídas nas biografias. O *tablet* foi utilizado também para preencher fichas de registro de sítio em campo, para fotografar e, quando conectado à internet, para auxiliar na localização da equipe e dos sítios por meio da interface com imagens de satélite (*Google Earth*).

---

<sup>4</sup> Cada uma das equipes contou com a utilização de trenas, colher de escavação, GPS Garmin Map 76CSx, câmera fotográfica Nikon Coolpix AW110 e *tablet* Samsung Galaxy Tab2 com acesso à internet via 3G.

A fim de organizar a parte logística de visita aos sítios, trabalhamos durante o projeto com duas a três equipes compostas por no mínimo duas pessoas. Com o intuito de maximizar a obtenção de informações, definimos as áreas de levantamento em função da malha urbana do município, para que, durante uma mesma saída de campo, fosse possível visitar sítios espacialmente próximos entre si. Com isso, tivemos uma equipe que ficou responsável pelo levantamento dos sítios nas porções norte, noroeste, oeste e sudoeste da ilha, enquanto outras duas equipes ficaram responsáveis pelas porções nordeste, leste e sudeste. Tendo em vista essa organização, apresentaremos, na próxima seção, a distribuição dos sítios agrupados em duas macrorregiões: oeste e leste.

Uma prática de campo de fundamental importância no âmbito do projeto foi a obtenção de informações orais fornecidas pelos moradores, as quais possibilitaram inclusive a descoberta de novos sítios. Com relação a esse último ponto, cabe frisar que, como esse não era o objetivo central do projeto, nem todas as informações fornecidas sobre novos sítios puderam ser verificadas. No entanto todas as informações fornecidas foram coletadas e devidamente registradas para identificação e registro de potenciais novos sítios arqueológicos.

Ainda outras estratégias foram implementadas em campo, as quais envolveram a realização de várias visitas a um mesmo sítio: para os sítios em duna, por exemplo, efetuamos o levantamento em dia posterior à ocorrência de chuva e em dias com diferentes graus de intensidade e direção dos ventos, pois tais fenômenos afetam diretamente a visibilidade das evidências e, desse modo, viabilizam uma melhor visualização dos vestígios em superfície. Já para os sítios próximos ao mar, procedemos a um acompanhamento da tábua de marés a fim de realizar as atividades de campo em períodos de maré baixa.

Por causa de características como as mencionadas acima, alguns sítios foram visitados várias vezes para conseguirmos um registro mais adequado. Assim, oficinas líticas e sítios com gravura localizados em praias e costões e diretamente sujeitos à ação das marés exigiram atenção redobrada não só para serem localizados como para terem registrado o conjunto de evidências a eles associado. Nesses casos, não só a maré, mas também a luminosidade decorrente do grau de insolação e hora do dia são fatores cruciais na identificação dos sítios. Esses sítios trouxeram ainda outra dificuldade, relacionada a sua delimitação, uma vez que há vários casos em que encontramos uma sequência de oficinas dispostas ao longo dos afloramentos que compõem o costão de algumas praias da ilha. Nesses casos, procuramos trabalhar com a articulação de três critérios para a delimitação dos sítios:

- a) Existência de registro anterior: para não multiplicar os registros e complexificar ainda mais a nomenclatura e a identificação dos sítios em Florianópolis, procuramos respeitar as propostas já implementadas e registradas no CNSA;
- b) Distância entre os vestígios: trabalhamos com uma medida padrão de 30 m para agrupar ou dissociar evidências e conjuntos;
- c) Visibilidade: este critério, associado à distância, foi incorporado para a discussão da definição de sítios, principalmente amoladores-polidores fixos e representações rupestres.

Outro conjunto de sítios que exigiu atenção redobrada e a realização de várias visitas para sua caracterização em termos de composição e dimensões foram os sítios em dunas. Nesse caso, a ação contínua do vento faz com que partes do sítio sejam expostas e/ou recobertas diariamente, gerando um registro dinâmico da composição e extensão da área de dispersão dos vestígios.

Para a delimitação dos sítios, em geral procedemos a um caminhamento com marcação de pontos em GPS que delimitam o perímetro da área de dispersão dos vestígios. Esse reconhecimento da área de dispersão foi realizado com base em observação de superfície e, quando havia cortes expostos, também com observações de subsuperfície. Em alguns casos, além da delimitação do perímetro com GPS,<sup>5</sup> utilizamos também medidas tiradas com trena e bússola. No caso de sítios com distribuição diferencial dos vestígios, procedemos à identificação e à descrição das diferentes áreas de concentração, indicando sua localização e descrição na ficha de registro, acompanhadas de fotos.

No conjunto total da amostra, não houve praticamente um único sítio que pudesse ser identificado e devidamente registrado com apenas uma visita de campo. Dificuldades de localização, dependência de informantes e restrições de acesso fizeram com que cada sítio demandasse um mínimo de duas saídas de campo para que pudessem ser localizados e bem descritos, havendo casos em que foram realizadas até cinco visitas para que se conseguisse um bom registro. Esse foi um aspecto que teve impacto direto na logística e no tempo disponível para a atualização de conjunto total de sítios que compuseram nossa amostra.

Entre os imprevistos que dificultaram a realização do trabalho, merecem destaque questões de segurança e acesso. Em duas localidades, as arqueólogas foram desaconselhadas a procurar os sítios arqueológicos porque estes estavam

---

<sup>5</sup> O *datum* utilizado na marcação das coordenadas UTM dos sítios arqueológicos visitados e/ou atualizados foi sempre o World Geodetic System (WGS 84), devido a sua semelhança com o SIRGAS 2000, que desde 2005 é o novo referencial geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro.

em locais afastados, com muito mato e eram frequentemente utilizados para consumo de drogas. Já outros locais não puderam ser visitados em razão da falta de estrutura para atravessar terrenos alagados e canais. As dificuldades de acesso às ilhas adjacentes à Ilha de Santa Catarina, que compõem o arquipélago insular de Florianópolis, impossibilitaram a realização de atividades de campo.

Uma das categorias de sítio que levantou uma série de questionamentos no decorrer da pesquisa foi a dos sítios arqueológicos históricos. A proposta inicial era registrar apenas os sítios históricos que tivessem sido considerados como sítios arqueológicos por outros pesquisadores e/ou que tivessem sofrido algum tipo de intervenção arqueológica. No entanto, devido à grande quantidade de informações obtidas em campo, ampliamos o registro, incluindo também sítios para os quais ainda não havia menção nenhuma. Por outro lado, a mesma situação dificultou o registro de “todas” as informações obtidas e tornou claro um descompasso existente entre a atenção e o registro sistemático conferido aos sítios arqueológicos “pré-coloniais” e aos sítios arqueológicos históricos, fazendo com que esta categoria apareça sub-representada na composição geral da amostra identificada no município. Nesse caso, merecem menção especial os engenhos, que, como apontado por Silva (1996), dominaram a paisagem da Ilha de Santa Catarina entre fins do século XIX e início do XX.

Durante as visitas aos sítios, como indicado na ficha de registro, procuramos obter informações sobre a propriedade da terra, sobre as características da vegetação no sítio e em seu entorno, sobre a matriz geológica e o compartimento geomorfológico e ainda sobre a rede hidrográfica à qual cada sítio esteve relacionado.

### 1.2.3 Atividades “pós-campo”

Já com relação às atividades “pós-campo”, podemos mencionar o retorno às biografias de sítio e aos mapas regionais para conferência das informações obtidas em campo. Muitas das fichas de registro de sítio também terminaram de ser preenchidas após o campo devido à necessidade de compatibilizar observações em campo com dados da bibliografia, visando evitar uma ampliação das confusões nos registros.

Nessa etapa da pesquisa, dependeu-se um grande esforço de síntese, com várias reuniões nas quais os membros do projeto apresentaram e discutiram os resultados obtidos em cada região. A partir dessas reuniões, transferimos as informações das fichas de registro para planilhas que serviram como banco de dados para alimentar a criação de um sistema de informação geográfico para o patrimônio arqueológico do município.

### 1.3 Composição da amostra: características e distribuição

A amostra construída com base na revisão bibliográfica realizada em 2012 apontava para a existência de 221 sítios arqueológicos, com distribuição por macrorregiões, conforme Tabela 1.2.

Tabela 1.2 – Quantidade de sítios por macrorregião

Macrorregião	Quantidade de sítios
Noroeste, centro-oeste, sudoeste	125
Nordeste, centro-leste, sudeste	96
<b>Total</b>	<b>221</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Desse universo amostral, apresentamos na Tabela 1.3 a indicação da quantidade de sítios que tiveram seu registro atualizado, que apresentavam registro repetido, que se localizam em ilhas nos arredores de Florianópolis e, por fim, sítios não visitados (por ocasião das dificuldades mencionadas na seção anterior).

Tabela 1.3 – Síntese dos resultados do recadastramento

Cadastro atualizado	146
Registro repetido	12
Em ilhas adjacentes à Ilha de Santa Catarina	16
Não visitados	47
<b>Total</b>	<b>221</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Para além do universo amostral com o qual iniciamos o projeto, ao longo da pesquisa identificamos 35 novos sítios (Tabela 1.4). Se considerarmos que da amostra inicial há 12 registros repetidos, temos um total de 244, dos quais 178 sítios foram visitados entre janeiro e dezembro de 2014 (Tabela 1.5).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Nos apêndices constam listas com a indicação dos sítios visitados, sítios com registro duplicado, sítios não encontrados e sítios não visitados.



Tabela 1.4 – Total de sítios conhecidos

Sítios identificados por revisão bibliográfica e consulta ao CNSA	209
Sítios novos	35
<b>Total</b>	<b>244</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Tabela 1.5 – Sítios registrados

Sítios registrados (cadastro novo ou recadastramento)	178
Não visitados	66
<b>Total</b>	<b>244</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Para melhor compreensão da distribuição dessa amostra no município, apresentaremos os dados de acordo com as regiões que foram pesquisadas pelas equipes envolvidas na pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, essas regiões foram definidas de forma a maximizar as visitas aos sítios arqueológicos por equipe durante as saídas de campo. Nesse sentido, um dos principais definidores dessa “regionalização” foi a distribuição da malha viária do município. Assim, a equipe 1 ficou responsável por aquilo que definimos como porção leste da ilha, compreendendo a área abrangida desde São João do Rio Vermelho até o Pântano do Sul. Já a equipe 2 ficou responsável pelo que definimos como extremo norte e oeste, compreendendo desde os Ingleses até o Ribeirão da Ilha.

### 1.3.1 Macrorregião oeste

A macrorregião oeste inclui o extremo norte, o norte, o noroeste, o centro-oeste e o sudoeste.<sup>7</sup> Realizamos 97 registros de sítios assim distribuídos: noroeste (50 sítios), centro-oeste (21 sítios) e sudoeste (26 sítios). Em alguns sítios já conhecidos foram observadas novas evidências que não estavam contabilizadas naquelas que reconhecidamente os compõem. Isso se aplica principalmente aos sítios-oficina e aos sítios rupestres, que a cada visita parecem

<sup>7</sup> Essa macrorregião abrange toda a parte norte e oeste da ilha, incluindo desde Santinho/ Ingleses até a Praia de Naufragados, passando por todos os bairros/praias do lado oeste nos quais havia indicação da existência de sítios.

apresentar novos locais com indicações de transformações antrópicas. Nesses casos, a preocupação foi de não multiplicar a quantidade de sítios, priorizando uma melhor qualificação e descrição da composição dos sítios previamente definidos, com o acréscimo das novas evidências às já encontradas (caso, por exemplo, dos sítios Santinho I, Santinho VII, Morro das Aranhas II). Em outros casos, pelo contrário, não foi possível localizar todas as evidências descritas na bibliografia consultada, o que levou à contabilização somente daquelas observadas (por exemplo, Ponta das Canas II, Ponta das Canas III, Vera Muccillo).

Entre os 97 registros realizados, 87 referem-se a sítios já conhecidos, portanto, a atualizações de registro, e outros 10 se referem a sítios novos (Tabela 1.6). Além destes, há mais 38 sítios indicados no levantamento inicial para essas regiões, sendo que três correspondem a registros repetidos, 35 não puderam ser visitados no tempo de vigência do projeto por dificuldades de acesso ou de obtenção de autorização pelo proprietário para ingresso no local do sítio.

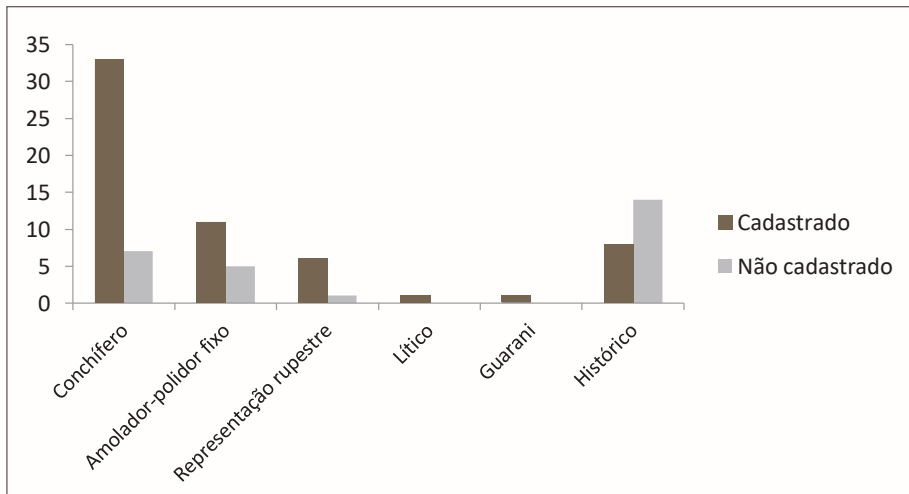
Tabela 1.6 – Sítios da região norte/noroeste, oeste, sudoeste

Sítios com cadastro atualizado	87
Sítios novos	10
Sítios com registro duplicado	3
Sítios não visitados por dificuldades de acesso	35
<b>Total de sítios conhecidos</b>	<b>132</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Entre os sítios que tiveram seus registros atualizados, 60 já estavam cadastrados no CNSA, enquanto 27 deles eram conhecidos somente por meio da bibliografia pertinente. É interessante observar como a categoria dos sítios históricos é a única em que a maior parte dos sítios visitados não estava cadastrada (Figura 1.1), o que mostra quão sub-representados estão os sítios históricos no CNSA e aponta também o descompasso entre aquilo que vem sendo considerado patrimônio histórico e arquitetônico em esfera municipal e estadual, com 282 bens imóveis tombados no município de Florianópolis, e aquilo que vem sendo considerado sítio arqueológico histórico pelos arqueólogos e pelo IPHAN.

Figura 1.1 – Gráfico representando o total de sítios visitados/atualizados, classificados por tipo



Fonte: Adaptado de Bueno *et al.* (2015).

Com relação aos 10 novos sítios identificados durante os trabalhos de campo nessa macrorregião, três correspondem a sítios conchíferos, um a amolador-polidor fixo, três a representações rupestres e três a sítios históricos.

Entre os 97 sítios cadastrados, os sítios conchíferos foram os mais recorrentes, com 43 registros, seguidos pelos sítios históricos, que tiveram 25 registros, contradizendo o cadastro oficial. Os amoladores-polidores fixos também foram recorrentes, com 17 registros, e as representações rupestres, mais raras, com apenas 10 registros. Os sítios líticos e sítios Guarani foram os menos recorrentes, com apenas um registro de cada. Cabe mencionar, no entanto, que entre os sítios que não puderam ser visitados no tempo de vigência do projeto, há um caso de sítio lítico e dois casos de sítios Guarani. Situação similar ocorre com os sítios de representações rupestres e com os amoladores-polidores que representam os sítios mais recorrentes em ilhas adjacentes à Ilha de Santa Catarina, locais estes não visitados pelo projeto.

Tabela 1.7 – Sítios cadastrados na macrorregião oeste

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Conchífero	43	44%
Histórico	25	26%
Amolador-polidor fixo	17	18%
Representação rupestre	10	10%
Cerâmico Guarani	1	1%
Lítico	1	1%
Cerâmico Itararé	0	0%
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100%</b>

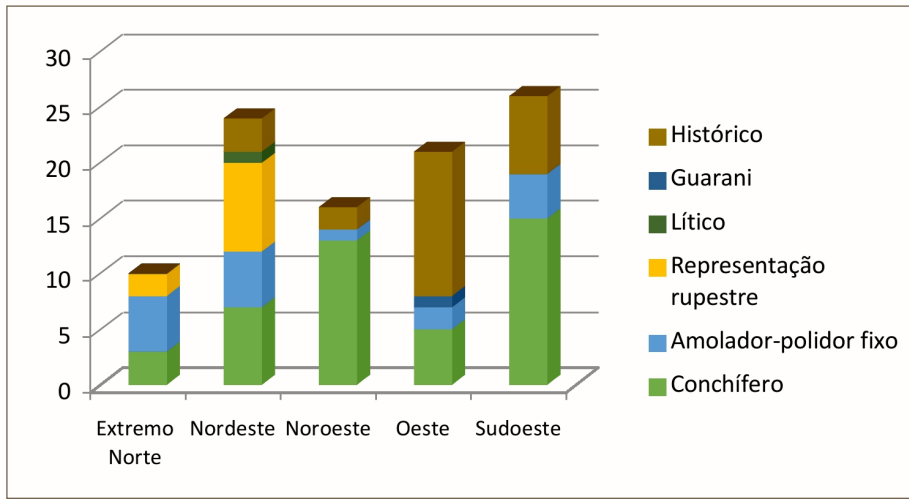
Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Os tipos com maior ou menor recorrência, no entanto, variaram conforme a subárea dessa macrorregião, a tal ponto que os sítios mais frequentes em determinados locais são inexistentes ou quase inexistentes em outro (Figura 1.2). É o caso, por exemplo, das representações rupestres na subárea nordeste (Ingleses, Santinho e Vargem do Bom Jesus), onde correspondem à maior parte dos sítios visitados e/ou atualizados, com oito registros, embora sejam totalmente inexistentes nas porções noroeste, oeste e sudoeste da ilha. Caso interessante também é o dos amoladores-polidores fixos, que na subárea do extremo norte (Ponta das Canas, Lagoinha e Brava) são os sítios mais recorrentes, com cinco registros, enquanto que na subárea noroeste (Ratones, Vargem Pequena, Vargem Grande, Jurerê e Canasvieiras) aparecem como minoria, com apenas um registro. Curiosamente, é justamente no noroeste da ilha, com apenas um registro de amolador-polidor fixo, que está uma das maiores concentrações de sítios conchíferos, com 13 registros, enquanto no extremo norte, que apresenta uma quantidade considerável de amoladores-polidores fixos, há apenas três sítios conchíferos (ver Apêndice V).

Essa variação é interessante, e se faz muito importante para a reflexão sobre a distribuição espacial dos sítios arqueológicos do município, levando-nos a pensar se as diferenças observadas entre as subáreas se devem: 1. a escolhas relacionadas ao padrão de assentamento das populações que as ocuparam; 2. a vieses teórico-metodológicos nas atividades de levantamento e prospecção que foram responsáveis pelo primeiro registro desses sítios; 3. à ação de processos pós-deposicionais e/ou diagenéticos diferenciados em diferentes áreas e diferentes unidades geomorfológicas; 4. ou, ainda, no caso dos amoladores-polidores fixos e das inscrições rupestres, às diferenças na

formação geológica de diferentes subáreas do município e à ação de diferentes processos erosivos em diferentes locais e tipos de rocha.

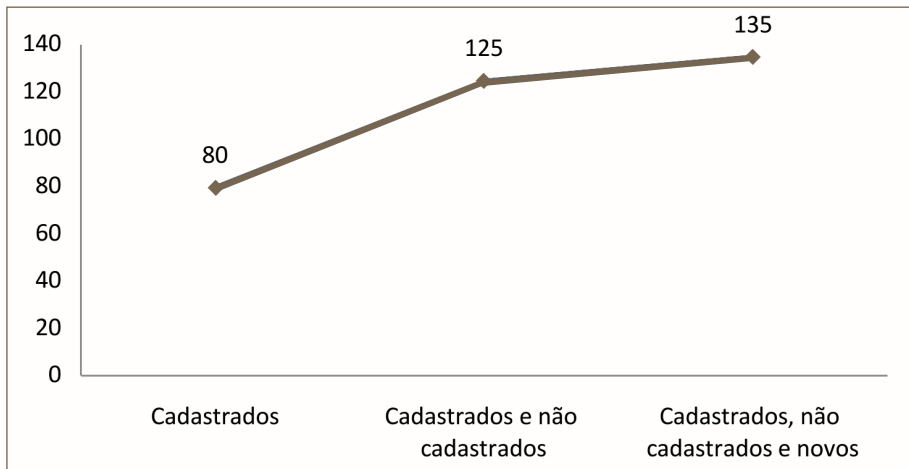
Figura 1.2 – Gráfico representando o total de sítios visitados/atualizados, classificados por tipo e distribuídos entre suas respectivas subáreas



Fonte: Adaptado de Bueno *et al.* (2015).

Frente a todos esses números, percebe-se que houve um aumento considerável na quantidade de sítios conhecidos para o município de Florianópolis desde o início desse projeto no que se refere às regiões norte, oeste e sudoeste. Partindo dos 80 sítios que se encontram cadastrados no CNSA, a pesquisa bibliográfica revelou a existência de mais 45 sítios, elevando a quantidade de sítios conhecidos para 125, como já mencionado. Por fim, as atividades de campo alteraram novamente esse quadro, resultando no registro de mais 10 sítios, que, juntamente com os demais, passaram a totalizar 135, num aumento de pelo menos 70% em relação à quantidade inicial (Figura 1.3).

Figura 1.3 – Gráfico representando o aumento na quantidade de sítios conhecidos do município de Florianópolis após a pesquisa bibliográfica e as atividades de campo



Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Além da atualização do registro dos sítios do município de Florianópolis, portanto, o projeto resultou no aumento do número total desses sítios, embora esse não fosse um objetivo central e em momento nenhum as equipes tenham se dedicado exclusivamente à busca por novos sítios na pesquisa de campo, estando o foco sempre na visita aos sítios já conhecidos.

Outro desdobramento foi uma melhor compreensão do estado geral de conservação dos sítios nas diferentes subáreas levantadas. A maior variação foi observada entre os sítios conchíferos, que parecem apresentar padrões específicos de conservação em cada localidade, o que não pode ser considerado uma surpresa, tendo em vista que os fatores de destruição dos sítios estão relacionados aos processos de ocupação histórica e às atividades econômicas e culturais empreendidas ontem e hoje em cada um dos bairros e distritos do município.

Assim, os sítios conchíferos situados na porção sudoeste da ilha – principalmente nos bairros Carianos e Rio Tavares – parecem ter sido os mais prejudicados ao longo do tempo, sendo que a principal causa de sua destruição vem sendo a construção de estradas e de loteamentos, além da exploração de cal em tempos mais antigos.

O caso do sítio Carianos II, no entanto, apontou para uma questão importante com relação à caracterização da intensidade de impacto aos sítios. Com base nas informações disponíveis, estávamos considerando esse sítio como totalmente destruído, até que um buraco, feito pelo caseiro da propriedade em que se encontra o sítio para colocar uma placa, revelou que

ainda havia sítio em subsuperfície, apontando para a possibilidade de que muitos dos sítios do sudoeste da ilha que parecem apresentar somente alguns restos em superfície – que vêm sendo interpretados como correspondendo à base – mantenham partes preservadas em profundidade. Outra região em que os sítios conchíferos parecem estar bastante destruídos é em Ratones. Ali apenas um dos cinco sítios visitados (Ratones I) parece preservar um pouco mais sua integridade; enquanto nos demais parece restar somente conchas em superfície, interpretadas como correspondentes à base, mas que podem apresentar situação semelhante à relatada acima para o sítio Carianos II. Em Ratones, tudo indica que os fatores de destruição estão muito mais relacionados à exploração de cal e à lavoura, do que à construção de estradas e loteamentos. Mas fica evidente que para uma definição mais acurada a respeito do estado de conservação desses sítios é fundamental a realização de intervenções de subsuperfície.

### 1.3.2 Macrorregião leste

Para as regiões sudeste, leste e nordeste,<sup>8</sup> contávamos no início do projeto com um total de 96 sítios, dos quais 60 apresentavam registro no CNSA, 27 eram conhecidos apenas na bibliografia e nove apresentavam problemas de registro com duplicação (Tabela 1.8). Para além destes, durante o projeto pudemos registrar 25 novos sítios, contabilizando um total de 112 sítios para essa macrorregião.

Tabela 1.8 – Sítios da macrorregião leste

Sítios registrados no CNSA	60
Sítios indicados na bibliografia	27
Sítios novos	25
<b>Total</b>	<b>112</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Desses 112 sítios, 81 foram visitados (entre já cadastrados, conhecidos na bibliografia e novos). Por causa das dificuldades de acesso, seja pela falta

<sup>8</sup> Essa macrorregião se estende desde o Rio Vermelho/Moçambique até a Praia da Solidão, incluindo toda a região leste da ilha.

de informação, pela localização ou restrições impostas pelos proprietários, 31 sítios não puderam ser visitados. Do total dos sítios conhecidos para essa área, pudemos proceder à classificação de 110 a partir das visitas, recadastramentos e informações bibliográficas (Tabela 1.9).

Tabela 1.9 – Tipos de sítios da macrorregião leste

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Conchífero	34	31%
Amolador-Polidor fixo	25	23%
Histórico	17	15%
Representação rupestre	14	13%
Cerâmico Guarani	10	9%
Lítico	6	6%
Cerâmico Itararé	4	3%
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100%</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Assim como para a macrorregião oeste, a distribuição dos sítios pela macrorregião leste também foi heterogênea com relação aos tipos de sítios. Dos 34 sítios conchíferos localizados, 21 estão entre a Barra da Lagoa e o Rio Vermelho. Entre os amoladores-polidores fixos, dos 25 identificados, 10 estão na Barra da Lagoa, seis, entre a ponta do Gravatá e a ponta do Caçador e outros sete, distribuídos pela região sudeste. Além dessa distribuição diferencial chama a atenção para esta macrorregião a presença de sítios cerâmicos. Há 10 sítios com cerâmica Guarani e quatro com cerâmica Itararé, enquanto na macrorregião oeste há apenas um sítio com cerâmica Guarani. No caso dos sítios Guarani, sua distribuição pela macrorregião leste está associada aos corpos d'água doce, com sítios próximos à Lagoa da Conceição, à Lagoinha do Rio Tavares e à Lagoa do Peri.

## 1.4 Discussão

A partir dos dados reunidos em cada uma das macrorregiões, algumas observações podem ser encaminhadas no que remete à preservação e conservação dos sítios localizados em Florianópolis, bem como acerca da distribuição de sítios e da dinâmica de ocupação dessa área ao longo dos últimos milênios.



### 1.4.1 Impacto e conservação dos sítios arqueológicos do município

De acordo com o que pudemos observar nos tópicos anteriores, há um elemento que pensamos ser fundamental destacar como resultado desse levantamento: em todas as áreas pesquisadas, sem que fizéssemos uma prospecção sistemática, foi possível identificar sítios novos. Ou seja, por mais que Florianópolis venha sendo alvo de pesquisas arqueológicas há mais de 50 anos, por mais que o ritmo de crescimento urbano do município esteja passando por uma aceleração nos últimos anos, é possível, ainda, encontrar novos sítios para os quais não havia até o momento nenhum registro. Além disso, não foram poucos os sítios novos: 35 sítios. Esse aspecto, por si só, já deixa transparecer o imenso potencial de pesquisa que a capital catarinense ainda guarda com relação ao patrimônio arqueológico.

Outra questão, ainda na mesma linha de raciocínio, diz respeito aos sítios arqueológicos históricos. No âmbito desse projeto, como expusemos anteriormente, essa categoria de sítios foi a que ganhou maior visibilidade, não só pela quantidade de sítios encontrados, mas também pela sua sub-representação entre os sítios cadastrados no CNSA. Chama a atenção ainda a diversidade de contextos vinculados a esses sítios: armações baleeiras, engenhos, caminhos, senzalas, fortes, igrejas. Essa diversidade, aliada à sua sub-representação oficial e à proximidade das áreas de adensamento urbano fazem com que essa categoria de sítios esteja bastante desprotegida e sujeita a processos intensos de destruição, deterioração e “desaparecimento”. Portanto, é de suma importância que ela seja tratada com mais atenção para que possa ser inserida no processo histórico de construção do espaço urbano, com ações direcionadas para sua preservação, acesso e pesquisa.

Os sítios associados à ocupação Guarani, embora não tão numerosos, também sofreram um incremento quantitativo com esta pesquisa e requerem uma atenção especial. Praticamente todos esses sítios encontram-se implantados em área ocupada por dunas pleistocênicas, um pouco mais distantes da linha da costa e próximos aos cursos de água doce e lagoas da Ilha de Santa Catarina – locais bastante procurados nos últimos anos para construção de áreas residenciais. Esses sítios são geralmente rasos, com vestígios distribuídos em superfície e subsuperfície, mas a poucos centímetros de profundidade. Geralmente apresentam dispersão de vestígios por áreas extensas, mas, na Ilha de Santa Catarina, não costumam ser muito densos. Essas características tornam esses sítios “vulneráveis” ao reconhecimento por parte da população local e aos impactos produzidos pelo avanço da construção civil. Nesse sentido, é fundamental que também esse conjunto de sítios receba mais atenção, principalmente no que se refere aos processos de licenciamento

ambiental que têm cada vez mais despontado nessa compartimentação geomorfológica da ilha.

Sítios com representações rupestres e amoladores-polidores fixos estão sob impacto de fatores tanto naturais – sol, água, areia – quanto culturais. Não são poucos os casos em que blocos com amoladores e polidores são transportados, remobilizados e utilizados para várias funções, desde a formação de diques (Armação/Matadeiro) até base de sustentação de pontes (Barra da Lagoa). Ainda muitos desses vestígios encontram-se em trilhas e caminhos bastante frequentados, sofrendo alterações intensas decorrentes do pisoteio (Joaquina). No entanto, diferentemente do que ocorre com outras categorias de sítio, é positivo o fato de que a população local reconhece os amoladores-polidores fixos como evidências arqueológicas, assim como ocorre para as representações rupestres.

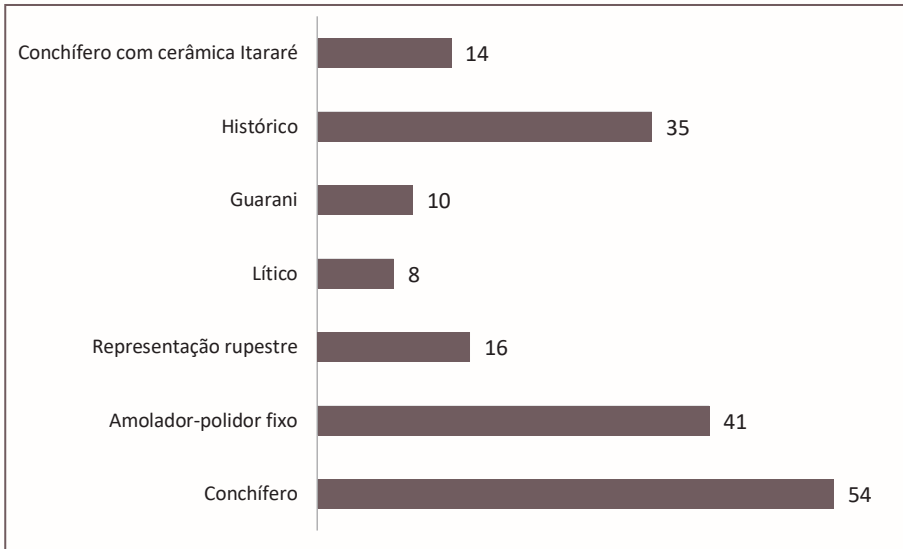
Os sítios conchíferos (com ou sem cerâmica) são de longe a categoria mais conhecida em Florianópolis. No entanto, o número de sítios atualmente conhecidos não pode esconder e subestimar o grau de impacto e destruição que vêm sofrendo desde o século XVI com o início dos processos de formação de centros urbanos no litoral do país. Se hoje, mesmo após anos de exploração para fabricação de cal e destruição deliberada para expansão urbana, ainda encontramos sítios dessa categoria, isso se deve a uma história de ocupação da costa meridional brasileira marcada pela construção desses sítios cuja duração envolveu, em alguns locais, cerca de 6.000 anos.<sup>9</sup> Ou seja, ao longo dessa história de ocupação, muitos sítios foram erguidos, provavelmente centenas ou até milhares dependendo da escala geográfica com a qual trabalhamos. Nesse sentido, é importante frisar que o que nos resta hoje é uma ínfima parte de uma história milenar que envolveu a construção de monumentos, muitos deles funerários, e a criação de uma íntima relação com os ambientes marinho e lagunar que compõem a costa meridional brasileira. Essa história alterou a configuração da paisagem costeira e deixou nela marcas de sua memória. Cabe a nós agora resolver como vamos tratá-la.

Na Figura 1.4, apresentamos uma síntese dos tipos de sítios que tiveram seu registro atualizado.

---

<sup>9</sup> O sítio arqueológico com data mais antiga para ocupação humana em Florianópolis é o sítio Porto do Rio Vermelho I, com uma data de  $5020 \pm 30$  antes do presente (DE MASI, 2001). Para mais informações sobre cronologia relacionadas aos sítios conchíferos, conferir o Capítulo 3.

Figura 1.4 – Gráfico indicando o tipo dos sítios para o conjunto total de sítios com registro atualizado para o município de Florianópolis



Fonte: Bueno *et al.* (2015).

#### 1.4.2 Distribuição espacial e dinâmica de ocupação no Município de Florianópolis

Conforme mencionamos anteriormente, os tipos de sítio não se distribuem de forma igual por todo o município, havendo áreas de concentração para diferentes tipos em diferentes regiões de Florianópolis (Tabela 1.10).

Tabela 1.10 – Distribuição por tipo dos sítios na Ilha de Santa Catarina

Tipo	Macrorregião leste	Macrorregião oeste
Conchífero	34	43
Amolador-polidor fixo	25	17
Histórico	17	25
Representação rupestre	14	10
Cerâmico Guarani	10	1
Lítico	6	1
Cerâmico Itararé	4	0
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Um ponto a destacar é que nas duas macrorregiões o sítio mais representado é o conchífero. Não é, no entanto, de se estranhar, tendo em vista a longevidade cronológica associada à construção de sítios assim classificados, que, em Florianópolis, abrange um período de cerca de 4000 anos (entre 5000 e 1000 anos AP). Mas, como já destacamos, é importante mencionar que essa representação dos sítios conchíferos não está distribuída de forma homogênea ao longo da ilha, havendo locais de concentração no noroeste (Ratones e Jurerê) e no leste (Barra da Lagoa e Rio Vermelho), e locais com baixa representatividade como no centro-oeste e no extremo norte. No norte, por exemplo, são muito frequentes amoladores-polidores fixos e sítios com representações rupestres, categorias de sítios também bem representadas na Barra da Lagoa.

Conforme indicamos, outro ponto que merece atenção especial diz respeito à distribuição dos sítios cerâmicos, que parecem indicar uma ocupação preferencial no lado leste da ilha, próximos a rios e corpos lagunares.

Essa distribuição aponta para a necessidade de estudos com enfoque regional, que procurem articular os sítios entre si, a fim de compreender a malha de relações entre eles e, com isso, viabilizar uma discussão sobre mobilidade e construção da paisagem na Ilha de Santa Catarina. Sem dúvida, há fortes indícios de complementaridade entre diferentes regiões, as quais certamente estariam ligadas através da navegação.

Uma região da ilha sub-representada nesse contexto diz respeito à sua porção central, recoberta por morros e que apresentam cobertura vegetal mais densa atualmente. Essa sub-representação pode estar relacionada a diversos fatores, como ausência de informação oral (devido a uma baixa intensidade de ocupação contemporânea dessas áreas), baixa frequência de sítios, em razão de escolhas realizadas pelos grupos humanos que ocuparam a ilha e, por fim, dificuldade de acesso e visibilidade de solo para realização de prospecções arqueológicas.

No entanto, dada a quantidade de sítios, a intensidade de ocupações ao longo do tempo e os indicadores de possíveis ligações entre os diversos sítios que compõem o patrimônio arqueológico do município, é certo que essas áreas desempenharam papel importante, no mínimo, como vias de acesso, caminhos, rotas de circulação de pessoas, objetos e recursos. Isso faz com que essas áreas apresentem um alto potencial para pesquisa, podendo revelar uma configuração e dados inéditos ainda a serem descobertos para compor o cenário de ocupação antiga da Ilha de Santa Catarina.

## 1.5 Conclusão e propostas

Em primeiro lugar, é fundamental apontar que este levantamento foi realizado com base nas informações já disponíveis na bibliografia produzida sobre patrimônio arqueológico de Florianópolis, nos dados disponíveis no CNSA e em informações orais obtidas de forma assistemática durante a realização da pesquisa. Tendo em vista que grande parte das pesquisas em arqueologia realizadas no município trabalhou também com informações dessa natureza, é extremamente importante realçar que foram pouquíssimos, realmente exceções, os trabalhos que realizaram um levantamento sistemático de porções da Ilha de Santa Catarina. Isso tem repercussões importantíssimas para a amostra com a qual estamos trabalhando. A principal delas é que os 244 sítios arqueológicos elencados a partir das fontes trabalhadas representam, certamente, uma tímida aproximação com relação ao total de sítios arqueológicos existentes no município. Essa amostra nos permite estabelecer alguns pontos para discussão, nos ajuda a planejar ações voltadas a pesquisa, preservação e divulgação, mas não pode de forma alguma ser considerada como indicadora da totalidade de manifestações do patrimônio arqueológico de Florianópolis. Essa afirmação é fundamental quando pensamos na possível utilização dos dados aqui apresentados para embasar possíveis ações públicas com relação ao patrimônio arqueológico. Ou seja, a indicação desses sítios não exime a realização do levantamento detalhado que deve ser requerido para a realização de quaisquer ações que possam vir a causar danos ao patrimônio arqueológico.

Tendo essa informação como premissa, cremos que a primeira ação a ser tomada deveria envolver a atualização dos dados cadastrais de sítios arqueológicos do município no CNSA. Como indicamos anteriormente, para as regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste, quando do início deste projeto, havia 80 sítios registrados no CNSA. Ao final do projeto sabemos da existência de 135 sítios para essa região, 55 sítios a mais, o que representa um crescimento de 68% da amostra. A atualização do cadastro e disponibilização desses dados para consulta pública sem dúvida contribuiria em vários aspectos relacionados a pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico do município.

Um aspecto relacionado a este, e que certamente não é privilégio da situação em Santa Catarina, diz respeito à inexistência de uma padronização na nomenclatura dos sítios. Como mencionamos na parte referente à metodologia da pesquisa, em um primeiro momento fizemos uma revisão bibliográfica intensa dos dados disponíveis para o município, e um dos principais problemas encontrados para a sistematização dos dados foi a existência de registros

duplicados – isso envolve o mesmo sítio com nomes diferentes ou o mesmo nome sendo usado para sítios diferentes. Uma vez que não há padronização e o cadastro não é atualizado com a mesma velocidade com que novos dados são gerados, estamos continuamente sujeitos a esse tipo de problema, o que leva a desentendimento e desinformação em vários níveis. Obviamente não temos a solução para essa questão, mas esse é um dos pontos aos quais voltaremos adiante e que, cremos, poderia ser trabalhado de forma conjunta através de parcerias entre IPHAN e arqueólogos.

Conforme mencionamos, o que temos em mãos com este trabalho é um diagnóstico do patrimônio arqueológico do município e, como dissemos, um diagnóstico não interventivo. E agora, o que fazer com isso?

Em relatório encaminhado ao CNPq e ao IPHAN, definimos quatro categorias de análise que pensamos serem significativas para reflexões a respeito da gestão desse patrimônio. São elas: potencial para pesquisa, ações emergenciais, ações mitigatórias/compensatórias, visitação/ações educativas. As discussões, os sítios e os locais apresentados para cada uma dessas categorias não são, de forma alguma, totalizantes e definitivas, mas apontam alguns caminhos. Além dessas categorias podemos também separar as ações elencadas em curto, médio e longo prazo.

Em curto prazo, sem dúvida, caberia uma atenção especial aos locais/sítios que incluímos na categoria de “ações emergenciais”. São sítios que, de acordo com informações obtidas em campo, correm risco eminente de destruição ou impacto. São normalmente sítios que estão em áreas nas quais há o planejamento ou mesmo o início da execução de atividades danosas ao patrimônio. Cabe destacar que incluímos nessa categoria não exclusivamente os sítios que estão na mira de atividades antrópicas com potencial de impacto, mas também aqueles que têm sofrido de forma intensa com ações pós-deposicionais naturais, como é o caso principalmente de sítios com representações rupestres e oficinas líticas. Para encaminhar essa questão há dois grupos de ações distintas: 1. Fiscalização das ações antrópicas capazes de lesar o patrimônio, por meio de contato com órgãos federais, estaduais, municipais responsáveis pela emissão de licenças ambientais para a realização desses empreendimentos; 2. Viabilizar e incentivar a realização de atividades de preservação de sítios expostos à ação de fatores naturais, com a participação de especialistas em conservação do tipo de registro exposto no sentido de definir a melhor maneira de garantir a integridade física e química do local em questão.

Em médio prazo, julgamos ser fundamental o estabelecimento de ações que viabilizem a extroversão do conhecimento produzido acerca do patrimônio arqueológico do município. Isso envolve uma série de ações para que a participação das comunidades locais nesse processo seja incentivada

e diferentes públicos sejam atingidos: escolas, centros comunitários, ONGs, áreas de preservação ambiental (estadual e municipal), além de empresários e empreendedores, do âmbito público ou privado. Uma ação destinada a esclarecer e divulgar os mecanismos legais relacionados à proteção do patrimônio arqueológico certamente contribuiria de forma significativa no procedimento adotado em muitas das obras potencialmente lesivas ao patrimônio. Com relação às escolas, a equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia tem desenvolvido desde 2014 o projeto “Arqueologia nas Escolas: divulgação e proteção do patrimônio arqueológico em Florianópolis”. No âmbito desse projeto temos percebido um interesse efetivo por parte de professores, alunos e pais, com participação em oficinas e levantamento de informações sobre novos sítios e ações potencialmente lesivas ao patrimônio. Cremos que a inclusão das comunidades locais é ponto fundamental para a implementação de qualquer atividade relacionada à extroversão e proteção do patrimônio arqueológico.

Ainda em médio prazo, incluímos a realização de ações que fomentem a pesquisa sobre o patrimônio arqueológico do município e a preparação e abertura de locais, sítios, centros que recebam visitantes e apresentem o potencial, a importância e o significado do patrimônio arqueológico. Pensamos que as duas ações podem e devem caminhar juntas de modo a enfatizar a produção de conhecimento histórico a partir do estudo desses locais.

De fato, seria muito importante a integração entre esses três conjuntos de ações: envolvimento das comunidades, realização de pesquisa, seleção/preparação/abertura de locais para visitação.

Por fim, também em médio prazo, é importante que se tomem medidas para mitigar ou compensar os danos causados a sítios específicos ou áreas maiores, principalmente devidas à realização de empreendimentos de infraestrutura que causaram danos irreversíveis ao patrimônio arqueológico. No caso de ser impossível a retomada de trabalhos no sítio em razão da intensidade do impacto já causado, cremos que a realização de atividade de pesquisa nas imediações do local impactado possa ser uma forma de minimizar a perda ocorrida.

Para a realização dessas atividades de curto e médio prazo, cremos que um caminho profícuo envolveria o estabelecimento de uma parceria efetiva entre IPHAN, universidade, prefeitura e outros parceiros, para que, por meio dessas medidas, fosse possível pensar, elaborar e propor um plano de gestão do patrimônio arqueológico para o município de Florianópolis. Essa seria uma meta a ser atingida em longo prazo. Quiçá um de seus desdobramentos pudesse alcançar a inclusão das informações geradas por essa pesquisa no Plano Diretor do município. Ou seja, pensar um zoneamento que leve em consideração a integração do patrimônio arqueológico no planejamento

do uso do espaço no município. A proposta envolve a construção de um diálogo no processo de elaboração e definição desse zoneamento que valorize as informações históricas/arqueológicas sobre o uso do espaço em outros períodos da história de ocupação humana na área do município de Florianópolis. Há muitas cidades do mundo que fazem isso hoje e que transformam essa ação em receita para os municípios por meio do fomento do turismo arqueológico/histórico.

A Ilha de Santa Catarina, que já apresenta um enorme potencial turístico, tem um potencial imenso para explorar também esse aspecto, uma vez que diferentes tempos se misturam e se conectam em áreas hoje urbanizadas e de fácil acesso à comunidade e ao visitante. Esse tipo de atividade, além de mostrar que certos lugares são mais do que áreas de captação de recurso, mais do que áreas de exploração econômica, mais do que áreas de lazer, mostra que podem ser também locais de memória, locais de histórias, locais onde podemos aprender sobre nós, sobre a sociedade e sobre o mundo com o qual interagimos.

No entanto, para que essas ações sejam implementadas, é preciso haver estudo, planejamento e investimento na preparação dos locais que serão alvo dos diferentes tipos de ação. Para que haja visitação, é fundamental que o local seja bem selecionado e preparado de forma a, de fato, atender à demanda criada sem que haja danos ao patrimônio arqueológico. A parceria entre as diversas instâncias de gestão do município pode ser um caminho para isso, envolvendo também a participação da comunidade acadêmica e das comunidades locais.

Por fim, cremos que guardando as proporções devidas às especificidades locais, a escala de execução de projetos com essa natureza deve ser municipal. Esse é um aspecto importante, pois, como já mencionamos, é fundamental viabilizar uma participação efetiva das comunidades locais, e isso ocorre mais facilmente quando há um vínculo afetivo, quando o patrimônio arqueológico faz sentido, participa de alguma forma da vivência, da memória, da história de vida das pessoas. Nesse sentido, pensamos que o projeto “Florianópolis arqueológica”, tal como realizado até aqui, pode ser um começo para a elaboração e o desenvolvimento de uma política de gestão do patrimônio arqueológico do município de Florianópolis e pode servir como um modelo de proposta a ser implementada em outros municípios do estado de Santa Catarina.



## Arqueologia em Florianópolis: uma síntese histórica

Lucas Bond Reis

A proposta deste texto é apresentar um panorama, com eventuais detalhamentos, do desenrolar das práticas arqueológicas em Florianópolis desde o século XIX, destacando personagens e instituições que muito contribuíram nesse sentido, sem deixar de contextualizar os eventos perante o cenário nacional de evolução da arqueologia e mediante a conjuntura política brasileira. Contudo, saliento que o desenvolvimento da arqueologia na capital catarinense, considerando sua importância para as pesquisas científicas realizadas em nível estadual nos últimos 60 anos, merece um livro próprio devido à gama de eventos que engendram esse processo histórico.

As informações bibliográficas acerca das pesquisas arqueológicas utilizadas para a composição deste texto foram obtidas nos *Anais do Instituto/Museu de Antropologia* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na série Pesquisas, do Instituto Anchieta de Pesquisas, em um texto de Coelho dos Santos (2006) sobre a Antropologia em Santa Catarina, em uma revisão bibliométrica revisada apresentada por Salvador *et al.* (2011b) e em documentos do Setor de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARQUE). Contudo, também foram importantes as análises feitas por Sousa (2002) e por Labrador (2010) acerca da trajetória de desenvolvimento da arqueologia na UFSC e as entrevistas por eles realizadas com antigos pesquisadores da instituição, bem como a entrevista realizada por Carbonera (2006) com o Dr. Ignácio Schmitz. Além disso, artigos, livros e notícias de jornais foram utilizados a fim de melhor contextualizar os dados e fundamentar a discussão do processo histórico da

evolução da arqueologia em Florianópolis. Por fim, o texto contém, também, elementos relacionados a minha experiência enquanto egresso da UFSC e a minha vivência enquanto estagiário do setor de Arqueologia do MARquE, entre 2010 e 2012, sob orientação de Teresa Fossari e Madalena Amaral.

## 2.1 Da invasão europeia à Proclamação da República<sup>1</sup>

Desde o início da invasão europeia às Américas no século XVI, uma série de viajantes produziram relatos acerca dos recursos naturais e das populações nativas que ocupavam o continente até então desconhecido. Nesse contexto, são emblemáticas, por exemplo, as descrições produzidas por Hans Staden ([1557] 1930) em suas *Duas viagens ao Brasil*<sup>2</sup> e por Sousa e Varnhagen em seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Contudo, como salienta Barreto (1999/2000), nesse momento não há um interesse em estudar os vestígios materiais e seus significados em relação ao passado dos povos que então ocupavam a colônia portuguesa. Assim, poucos foram os registros de sítios arqueológicos nesse contexto, tal como o produzido por Cardim (1583-1601), onde há menção clara a sambaquis: “Os índios naturais antigamente vinhão ao mar ás ostras, e tomavão tantas que deixavam serras de cascas [...] sobre estas serras pelo discurso do tempo se fizera grandes arvoredos muito espessos, e altos” (CARDIM, 1925, p. 92).

Entre o fim do século XVIII e o início do XIX, os primeiros naturalistas, com um olhar mais científico, aportaram na colônia portuguesa, contribuindo com mais informações acerca da fauna e da flora do continente, bem como acerca dos povos ameríndios. Conforme Barreto (1999/2000, p. 35), nesse período os pesquisadores tinham “projetos já marcados pelo crescente interesse europeu pela etnologia, e pelo reconhecimento do potencial informativo da cultura material. Além disso, as teorias formuladas sobre origem e antiguidade dessas populações se baseavam cada vez mais em evidências arqueológicas”. Nesse contexto, inserem-se os estudos desenvolvidos por La Condamine (1745), Franz Keller-Leusinger (1784),

---

<sup>1</sup> Essa seção é uma versão ampliada e revisada de trechos publicados em minha dissertação (REIS, 2015).

<sup>2</sup> Originalmente publicada com o título: *História verdadeira e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria e agora a traz a público com essa impressão.*

Alexandre Rodrigues Ferreira (1785-1790) e Alexandre von Humboldt (1799-1803), por exemplo.

Contudo, um interesse científico sobre o passado e o presente das populações nativas que viviam na colônia apenas passou a ser dotado de um maior incentivo com a mudança da corte real portuguesa para o Brasil, quando se tem, por exemplo, os relatos produzidos por Saint-Hilaire (1816-1822). Na sua *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, Saint-Hilaire ([1820] 1978) apresentou uma série de informações interessantes para compreender o cotidiano da população que ocupava a Ilha de Santa Catarina, incluindo uma descrição do processo de produção de louças de barro, mencionando desde o tipo de argila utilizado até os processos de confecção dos vasilhames, acabamento e queima.

Com a independência da então ex-colônia em 1822, o Império do Brasil necessitava forjar uma identidade para a nação ainda em processo de construção e garantir a inclusão das áreas fronteiriças dentro dos seus limites territoriais (FERREIRA, 1999). Nesse contexto, Von Martius, por meio das observações efetuadas durante as expedições que realizou em companhia de Spix pelo interior da colônia brasileira entre 1817-1820, lançou mão de três evidências para sustentar a sua teoria acerca da diversidade das populações indígenas existentes nas Américas (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1243): vestígios materiais das civilizações andinas; evidências de animais e plantas *outrora domesticados por um povo civilizado*; e práticas dos Tupi. Para Von Martius, houve, no passado, uma grande civilização que ocupou toda a América (atestada pelas edificações Incas e Maias), a qual se degenerou ao ocupar as terras baixas devido ao ambiente de floresta tropical – onde, por exemplo, o solo seria menos fértil e inviabilizaria a reprodução da agricultura praticada nas terras altas – e à miscigenação com povos bárbaros. Desse modo, estabeleceu uma dicotomia que, em linhas gerais, pode ser representada da seguinte forma: povos andinos civilizados *versus* povos degenerados das florestas tropicais.

Conforme argumentam Noelli e Ferreira (2007), há que se compreender o contexto histórico de tal elaboração para se clarificar as raízes do pensamento de Von Martius. Apesar das viagens terem sido realizadas na segunda década do século XIX, somente a partir de meados dos Oitocentos é que elas foram publicadas e difundidas, quando do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) acerca do modo pelo qual deveria ser escrita a História do Brasil. Para Noelli e Ferreira (2007), a construção desse discurso que forneceu as bases para a construção de uma identidade nacional está profundamente associada à prática do “colonialismo interno”, o qual:

[...] ocorre quando, dentro de uma fronteira nacional, elites locais entronizadas no Estado e em seus aparelhos imaginam e desencadeiam projetos de colonização e conquista dos nativos e da geografia; ocorre quando essas elites, valendo-se dos aparatos da ciência, asseguram uma hierarquia interna baseada no governo racial. (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1241).

Assim, tendo em vista que o projeto imperial demandou a inclusão dos povos indígenas enquanto parte da identidade nacional brasileira, apoiando-se na proposta da miscigenação racial, havia, também, a necessidade de compatibilizar a realidade observada empiricamente entre os nativos com um passado glorioso que as elites reivindicavam (FERREIRA, 1999). É nesse contexto que deve ser entendida a explicação fornecida por Von Martius para a diversidade das populações indígenas. Conforme argumenta Ferreira (1999), a prática do IHGB, onde se inserem os escritos de Von Martius, pode ser caracterizada enquanto arqueologia nobiliárquica:

Seu papel foi o de elaborar discursos históricos de origem onde as elites e as classes dominantes do país – os nobres – pudessem se reconhecer. O passado do indígena, ou a Pré-História do país, serviu como espelho da “cultura branca”, da sociedade de corte. Discursos que objetivavam mostrar que os antepassados eram de outra natureza que não a dos homens contemporâneos: estas ruínas de povos foram antes criadores, membros de uma civilização que estaria sendo reconstruída pela nobreza do Império, pelos representantes da cultura ilustrada do Brasil. (FERREIRA, 1999, p. 28).

No seio das ações realizadas e divulgadas pelo IHGB, o projeto imperial de criação de uma nacionalidade brasileira resultou no patrocínio da Comissão Científica de Exploração, a qual foi realizada entre 1859 e 1861, no nordeste do território do Império do Brasil. Considerando, também, as descobertas e as formulações por parte de Peter Lund no que remete aos sepultamentos encontrados em associação à megafauna na região de Lagoa Santa (MG), a partir de meados do século XIX há um interesse governamental, personalizado na figura de Dom Pedro II, em promover o registro e a coleta da cultura material dos povos nativos do passado, além da tomada de observações das características dos ameríndios que viviam nesse período a fim de criar correlações evolucionistas.

Nesse ínterim, conforme aponta Barreto (1999/2000), há um processo de institucionalização da arqueologia brasileira, onde os projetos de pesquisa passam a ser realizados, primordialmente, no âmbito de instituições museais, tais como Museu Nacional (1818), Museu Paraense Emilio Goeldi (1871),

Museu Paranaense (1876) e Museu Paulista (1895). Produziu-se, nessa conjuntura, a primeira síntese acerca do tema, publicada por Ladislau Netto (1885) sob o título de *Investigações sobre a Archeologia Brasileira*.

É nesse contexto que, segundo Piazza (1965b), foram desenvolvidas as primeiras atividades relacionadas a um interesse em melhor conhecer os primeiros povoadores do espaço que atualmente compõe o litoral catarinense. Ocorrem, por exemplo, as atividades desempenhadas por La Hure, em São Francisco do Sul, bem como as explorações realizadas por Hartt e Wagoner nos sambaquis de Laguna (onde coletaram ossos humanos, instrumentos líticos e cerâmica) (RATHBUN, 1879).

Ademais, segundo Langer (2001), há um documento da primeira metade do século XIX em que são feitas menções às representações rupestres da Ilha do Arvoredo (BARBOSA, 1839). Essas evidências, seguindo a prática da época, foram interpretadas em associação a um passado glorioso relacionado aos Fenícios ou Vikings, por exemplo. Novamente, presunções baseadas na negação da historicidade das populações indígenas que ocuparam a região em um processo histórico milenar.

Especificamente quanto ao litoral central catarinense e à Ilha de Santa Catarina, as primeiras explorações de que se tem registro foram efetuadas por Carlos Wiener (1876), sistematizadas na publicação “Estudos sôbre os sambaquis do sul do Brasil”, e por Karl von den Steinen (1887), publicadas em *Sambaki – Untersuchungen in der Provinz Sta. Katharina*. Piazza (1965b) apresenta, ainda, uma série de outras publicações que abordam os sambaquis catarinenses no mesmo período, tais como: Ihering (1895, 1903, 1904), Koenigswald (1905), Kreplin (1872), Lacerda (1885), Meyer (1896), Mueller (1896) e Rath (1871).

O interesse despertado por pesquisadores que analisaram materiais arqueológicos oriundos de contextos registrados no litoral catarinense esteve, desde o final do século XIX, relacionado aos sítios conchíferos. Em geral, essa primazia pelo estudo de sambaquis será mantida até meados do século XX, sendo que uma das principais questões em debate na época dizia respeito à origem desses sítios: construções naturais ou antrópicas? Contudo, conforme aponta Gaspar (2000), as pesquisas arqueológicas em sambaquis ainda no final do XIX já revelavam diversos indícios acerca da origem antrópica desses sítios por meio de evidências como sepultamentos humanos e demais artefatos. Assim, o debate polarizado nas vertentes naturalista e artificialista ganhou uma terceira via de explicação denominada de mista, ou seja, percebia a natureza antrópica dos artefatos encontrados nos sítios, mas também argumentava em prol de episódios naturais que teriam contribuído para a formação dos sambaquis.

Segundo a bibliografia apresentada por Piazza (1965b), as discussões nesse sentido para esse período podem ser percebidas nas seguintes publicações: Abreu (1928), Backheuser (1928), Barata (1954), Boppré (1933), Gualberto (1927), Guerra (1950a, 1950b), Leonardos (1938), Magarinos (1933), Matos (1942), Ribeiro (1944), Rodrigues da Costa (1911/1912), Schaden (1951) e Serrano (1937, 1940, 1946).

## 2.2 Antiquarianismo tardio em Florianópolis: colecionando coisas

Os sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina passaram a ser objeto de saques relacionados à atuação de colecionadores de coisas, curiosos e amadores, a partir dos Novecentos. Conforme aponta Trigger (2004), a prática de coleta de objetos do passado relacionados a uma história conhecida ou não, mas enaltecida sob os ideais renascentistas, remonta, pelo menos, aos séculos XV e XVI na Europa ocidental. Os antiquários, oriundos de uma classe média composta por profissionais e funcionários administrativos, reuniram diversos remanescentes físicos em contextos que estavam sendo destruídos na Inglaterra, por exemplo. Em geral, coletavam tanto objetos naturais quanto artefatos de origem antrópica, sem diferenciar em um primeiro momento. Segundo Bruno (1999) no universo do colecionismo, é possível diferenciar diversos tipos de protagonistas, sendo duas categorias bem emblemáticas:

1. curiosos, interessados em todas as coisas, incluindo os objetos raros;
2. amadores, interessados em se apropriar de objetos esteticamente belos.

Em conjunto com os processos de invasão, exploração e colonização de novos territórios, as práticas antiquarianistas e colecionistas foram espalhadas ao longo do globo de diferentes maneiras. Com a formulação e propagação do pensamento iluminista e a adoção de um caráter racional e científico acerca da explicação do passado da humanidade, as coisas relacionadas à pré-história das populações nativas encontradas por europeus em territórios até então desconhecidos contribuíram para a formulação de sequências evolucionistas de desenvolvimento dos povos.

A prática do colecionismo de coisas arqueológicas através de pilhagens, ainda sob os ideais renascentistas, contribuiu fortemente para a composição do acervo de gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias, a partir do século XVI. Posteriormente, com o racionalismo, cientificismo e ilustração, a reunião de coisas arqueológicas contribuiu para a formação de museus públicos e privados, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, na Europa. Nesse sentido, Bruno (1999) argumenta que:

[...] deve ser enfatizado que a coleção e por consequência o colecionismo, ao longo do tempo, demonstraram sempre duas faces ligadas aos homens e às sociedades. Por um lado, a guarda, a valorização, a apropriação desenfreada dos objetos têm demonstrado a necessidade dos homens de transporem a sua própria finitude e, portanto, expõem a vulnerabilidade humana frente ao desconhecido, ao passado e ao inatingível. Por outro lado, esses mesmos objetos e coleções podem ser interpretados como fortes elementos de ostentação, de poder, de traição, de roubo, entre tantos outros aspectos que sempre evidenciaram a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência. (BRUNO, 1999, p. 43).

No contexto nacional, a primeira instituição museal foi criada em 1818, sob o nome de Museu Real, o qual posteriormente veio a ser chamado de Museu Nacional. De modo semelhante ao que ocorreu em séculos anteriores na Europa, a composição dos acervos arqueológicos dos museus criados ao longo dos Oitocentos no Brasil teve início, principalmente, com o saque de sítios por parte de naturalistas e pesquisadores estrangeiros, ainda que patrocinados pelo governo.

Em Santa Catarina, pelo menos até o terceiro quartel do século XX, quatro casos ilustram a atuação de colecionistas: 1. Carlos Berenhauer; 2. Guilherme Tiburtius; 3. Norton Oliveira e Silva; e 4. Tom Wildi.

As informações sobre a trajetória e os interesses por trás da reunião de coisas arqueológicas por parte de Carlos Berenhauer não são conhecidas, aliás, são poucas as informações nesse sentido. De acordo com Schmitz (2009), Berenhauer foi um rico comerciante que trocava retalhos de tecidos por coisas arqueológicas com moradores de Florianópolis. Conforme Rohr (1973), em 1948 ele adquiriu através de compra um acervo *de um velho amador*, Carlos Berenhauer, o qual coletara artefatos em sambaquis destruídos em Florianópolis.

Em publicação de 1937 da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Heloísa Alberto Torres arrola a coleção Carlos Berenhauer como sendo composta, sobretudo, por material oriundo da Ilha de São Francisco. No *Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional* (2006), consta uma correspondência, incluindo fotografia, enviada por Berenhauer a Heloísa Alberto Torres “informando sobre ossos humanos e artefatos encontrados na região de Florianópolis, enviando quatro fotografias de calota craniana humana, que ele julga importante a ponto de revolucionar todo o conhecimento da espécie humana brasileira” (SANTOS, 2006, p. 35).

Conforme Schmitz (2009), a coleção Carlos Berenhauer é composta por cerca de 8 mil objetos recolhidos em sambaquis e aproximadamente 80 mil fragmentos de cerâmica Guarani. Oppitz (2011), a partir de uma revisão

dos escritos de Rohr sobre a coleção, acredita que o acervo foi coletado, principalmente, no sul da ilha, o qual inclui artefatos oriundos dos sítios Rio Tavares I, Costa da Lagoa e Pântano do Sul. A coleção, adquirida enquanto Rohr era diretor do Colégio Catarinense, integra atualmente o acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J.

Guilherme Tiburtius, um artesão alemão que imigrou para o Brasil no final do século XIX, é tido por Prous (1992) como um dos mais famosos *arqueólogos amadores* na história da arqueologia brasileira. Com notório interesse por objetos produzidos por populações indígenas, realizou uma série de coletas de artefatos em sítios em vias de destruição em Santa Catarina e no Paraná. Mais do que apenas coletar coisas, produziu uma série de croquis acerca do registro arqueológico dos sítios e publicou textos descrevendo os objetos reunidos. Apesar da sua atuação ser mais restrita ao litoral norte catarinense, em 1960 publicou um texto, em coautoria com Iris Bigarella, abordando sob uma perspectiva tipológica as características dos zoólitos encontrados em sambaquis, incluindo os objetos integrantes da coleção Carlos Berenhauer (TIBURTIUS; BIGARELLA, 1960).

As atividades conduzidas por Norton Oliveira e Silva ainda são pouco conhecidas e exploradas. As pistas acerca dos seus feitos constam em menções apresentadas em diferentes publicações por Rohr (1960, 1961, 1984), contudo sem apresentar muitos detalhes. Em 13 de outubro de 1953, o periódico *O Estado* noticiou a chegada de uma embaixada do Museu Histórico Nacional a Santa Catarina, contando, inclusive, com a presença de Gustavo Barroso. Entre as atividades previstas para a equipe que compunha a missão do Museu Nacional, constava a visita a “lugares de real interesse histórico, especialmente Anhatomirim, ilha de Santa Catarina, Laguna e São Francisco, com especial atenção aos sambaquis e osteiros [*sic*] que despertam considerável curiosidade” (O ESTADO, 1953, p. 8). Adiante, acerca das visitas, a notícia informava que

o programa geral da visita, em que uma grande parte caberá ao Club de Excursões da Ilha, orientando pelo seu presidente, o acadêmico Norton de Oliveira e Silva, conhecedor de muitos pontos pelos quais os visitantes demonstraram interesse, inclusive em Anhatomirim [...]. (O ESTADO, 1953, p. 8).

As informações dessa notícia permitiram encontrar outras informações sobre esse personagem da história da arqueologia em Florianópolis. Em uma entrevista ao jornal *Diarinho* (2011), de Itajaí, Norton Oliveira e Silva cita que é bacharel em direito, graduado em 1954. A partir de um contato com o Almirante Carlos da Silveira Carneiro, tomou parte em atividades da Marinha, conforme relatou na entrevista:



Quando jovem, eu tinha um clube de excursões. Eu dei, inclusive, a volta à Ilha a pé duas vezes. Foram 26 dias cada vez. Bem, então eu fiquei conhecido pelas minhas atividades nas excursões. O almirante Carneiro era um intelectual e trazia muitos conferencistas para fazer palestras em Florianópolis pela Marinha. Ele queria que tivesse alguém para mostrar a Ilha pros visitantes. Ele então me telefonava: Oh, leva o pessoal lá e tal. Eu levava e aí começou. (DIARINHO, 2011, s/p).<sup>3</sup>

Anos mais tarde, recebeu os títulos de Amigo da Marinha, Mérito Tamandaré e foi admitido como Oficial da Ordem do Mérito Naval. Fixou residência em Itajaí em 1963, sendo um dos primeiros advogados da cidade. Posteriormente, tornou-se professor de Direito, em 1968, vindo a se aposentar enquanto professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

O periódico *O Tempo*, em sua edição de 1º de setembro de 1952, apresentou uma notícia intitulada “Indícios da era pré-colombiana na Ilha de Santa Catarina: um sambaqui e 12 esqueletos na Praia do Moçambique”, que apresentou informações acerca das escavações conduzidas por Norton Oliveira e Silva, no início daquele ano, em sítio localizado na altura da Laje do Macacu, caminho da Barra da Lagoa. Segundo a reportagem, orientações acerca da execução das escavações foram providenciadas por Herbert Baldus (Museu Paulista). Nas intervenções, Norton Oliveira e Silva encontrou 13 esqueletos inteiros (alguns revestidos com uma camada de barro vermelho, ou seja, possivelmente ocre), além de artefatos líticos e restos faunísticos. A reportagem ainda informa que o sociólogo Esdras Borges Costa, da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, e mais uma pessoa atuaram como assistentes nas escavações. Na publicação não constam informações acerca do destino da coleção reunida nessas intervenções.

Tom Traugott Wildi, por sua vez, foi um cidadão suíço que aportou em Florianópolis em 1921, após combater na Primeira Guerra Mundial. Segundo Laner (2007), após uma breve estada no Rio de Janeiro, Wildi rumou para Florianópolis incumbido de atuar no projeto elétrico da Ponte Hercílio Luz, então em processo de construção. Na capital catarinense, fixou residência e casou-se ainda em 1921 com Maria Passerina. Enquanto arquiteto, projetou uma série de obras de expressão modernista, sendo notabilizado pelo seu trabalho em Florianópolis.

Paralelamente às suas atividades enquanto arquiteto e construtor, Tom Wildi desenvolveu um profundo interesse em coletar coisas arqueológicas, principalmente de origem amazônica, a partir da década de 1950. Enquanto membro da Société Suisse des Américanistes, publicou no boletim da associação

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/norton-oliveira-e-silva/>. Acesso em: 19 nov. 2018.

um texto com uma síntese de informações acerca das características cerâmicas dos vestígios marajoaras (WILDI, 1968). Conforme Walter Pinto (2015, s/p)<sup>4</sup>, em meados do século XX, Wildi reuniu, a partir de escavações em tesos na Ilha de Marajó, estado do Pará, “provavelmente, o maior acervo particular de cerâmica marajoara fora da Amazônia”. Contudo, não possuía formação acadêmica em arqueologia, então as escavações não foram conduzidas com métodos inerentes à prática de campo da disciplina. Ainda assim, teve a preocupação de fazer o registro escrito em diários e cadernetas, além de imagens.

Conforme relato de Maria Beatriz Wildi, seu avô queria *provar* que houve grandes civilizações também na América do Sul (PINTO, 2015). Os esforços nesse sentido foram feitos a partir de viagens e escavações financiadas por recursos próprios, sendo que posteriormente os objetos integraram um museu que construiu ao lado da sua residência. Apesar do interesse maior em coisas arqueológicas amazônicas, ele também reuniu acervo etnográfico e materiais oriundos de contextos catarinenses. Após o falecimento de Tom Wildi, em 1985, o material arqueológico que integrava o acervo particular dele foi doado (em 1986) ao MARquE/UFSC.

Os quatro exemplos de colecionadores mostram situações diferentes acerca da atuação de amadores no que remete à arqueologia em Florianópolis. Ainda que não existam muitas informações acerca do interesse que motivou Carlos Berenhauser, percebe-se que ele reuniu uma ampla coleção sem se preocupar especificamente com estética e integridade. Tiburtius, ao registrar os sítios em destruição e descrever seus contextos, interessou-se pelos objetos exóticos, caso dos zoólitos. Por outro lado, Norton Oliveira e Silva foi em busca do inédito, realizando escavações em um sambaqui da Praia do Moçambique, contando com orientações de pesquisadores externos. Finalmente, Tom Wildi buscou, principalmente, as coisas arqueológicas que eram belas aos seus olhos, sendo que, impressionado pela acuidade no adorno das cerâmicas amazônicas, defendeu a existência de um passado com grandes civilizações na América do Sul.

Considerando as informações disponíveis, é provável que tanto Norton de Oliveira e Silva quanto Tom Wildi não tivessem algum tipo de formação acadêmica em arqueologia necessária para a condução de atividades de campo com métodos apropriados. Deve-se considerar, é claro, que em meados do século XX a oferta de formação na área era exígua, sendo que uma série de profissionais que vieram a atuar profissionalmente nas décadas seguintes iniciaram suas atividades enquanto amadores, caso, por exemplo, de João

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/leia-tambem/1697-2015-06-02-17-18-06>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Alfredo Rohr. Contudo, ao que parece, o colecionismo de coisas arqueológicas consistiu em ação secundária nas carreiras profissionais de Berenhauer, Tiburtius, Oliveira e Silva, e Wildi.

## 2.3 Os polos do desenvolvimento da arqueologia científica em Florianópolis: Rohr e o Instituto de Antropologia

De meados do século XX em diante, paralelamente à atuação de colecionistas, iniciam-se as primeiras pesquisas científicas relacionadas ao patrimônio arqueológico do litoral central catarinense. Um dos primeiros estudos de que se tem notícia nesse período foi desenvolvido por João José Bigarella<sup>5</sup> (1949). Trata-se de um estudo geomorfológico sobre a planície sedimentar da região norte da Ilha de Santa Catarina, apresentando, inclusive, a descrição de sambaquis encontrados na área de pesquisa. Deve-se salientar que Bigarella, formado em Ciências Químicas pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, participava de atividades de pesquisa no Museu Paranaense desde 1944 e notabilizou-se posteriormente pelos estudos geomorfológicos que realizou.

Ao menos desde a década de 1930, três personagens de suma importância para a arqueologia brasileira não mediram esforços nas denúncias feitas contra a destruição de sítios, especialmente sambaquis para beneficiamento das conchas, bem como contra a atuação de arqueólogos amadores. Trata-se de Luiz de Castro Faria (Museu Nacional/RJ), José Loureiro Fernandes (Museu Paranaense/PR) e Paulo Duarte (Comissão/Instituto de Pré-História de São Paulo/USP-SP). Os resultados obtidos por meio da atuação desses importantes pesquisadores em prol da preservação do patrimônio arqueológico resultaram, por exemplo, na promulgação da Lei da Arqueologia (nº 3924 de 26 de julho de 1961) (BUENO, 2011). Além disso, diante da necessidade de capacitação de profissionais na área para estudar o patrimônio arqueológico, direcionaram manifestos no sentido de promover a criação da cadeira de Arqueologia nas Faculdades de Filosofia das Universidades Brasileiras, conforme moção apresentada no 31º Congresso Internacional de Americanistas e reiterada em outras oportunidades em manifestações públicas ou junto à CAPES (CECCON, 2011).

No processo de luta em prol da preservação do patrimônio arqueológico e da promoção da formação de arqueólogos no Brasil, José Loureiro Fernandes

---

<sup>5</sup> Primeiro representante do DPHAN no Paraná na década de 1940.

estabeleceu contato com uma série de pesquisadores estrangeiros em congressos, seminários e viagens a instituições no exterior, contando com a colaboração de Paulo Duarte e Paul Rivet. Assim, a partir de 1954, o casal francês Annette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire passou a realizar pesquisas em sambaquis do litoral brasileiro, incluindo a região de Guaratuba, no Paraná, situação que favoreceu a formação de novos arqueólogos através da participação em atividades de campo.

Desse modo, enquanto fruto dos esforços de Fernandes, foi criado em 1956 o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade do Paraná. Contando com aporte financeiro da CAPES e do CNPq, começaram a ser realizados cursos de capacitação de profissionais no CEPA a partir de 1957. Como mostra Ceccon (2011), o casal francês contribuiu com a formação em 1957, 1966 e 1973. Além deles, Wesley Hurt, em 1958, e o casal Clifford Evans e Betty Meggers, em 1964, todos oriundos dos Estados Unidos, ministraram cursos para complementar o ensino de arqueólogos no Brasil. Entre 1959 e 1960, a formação ficou a encargo de pesquisadores brasileiros.

A criação e as atividades desenvolvidas no CEPA/UFPR são fundamentais para entender a transição na formação dos pesquisadores que atuavam em Santa Catarina nesse período, principalmente, por meio das ações desenvolvidas por João Alfredo Rohr e pelos profissionais que integraram o Instituto de Antropologia da UFSC.

### 2.3.1 João Alfredo Rohr e sua saga pela preservação do patrimônio arqueológico

Reconhecido como um dos principais arqueólogos da história da arqueologia brasileira, João Alfredo Rohr produziu informações acerca de mais de 400 sítios arqueológicos por todo o estado de Santa Catarina entre 1950 e 1984. Além dos seus fazeres científicos na realização de estudos de sítios e artefatos, bem como no desenvolvimento de técnicas de pesquisa, ganhou destaque pela sua preocupação na preservação do patrimônio arqueológico.

Após anos de seminário, onde adquiriu uma formação erudita, Rohr, originário do Rio do Grande do Sul, aportou em Florianópolis incumbido de lecionar disciplinas de Física, Química e Ciências Naturais (entre 1942-1964) no Colégio Catarinense, uma instituição jesuítica tal qual o professor. Passados os primeiros anos, tornou-se reitor da comunidade dos jesuítas de Florianópolis, diretor do Colégio Catarinense e presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário de Santa Catarina (1946-1953). As estruturas foram ampliadas e eventos foram promovidos em sua gestão como diretor do

colégio, sem que ele deixasse de praticar suas atividades pastorais (SCHMITZ, 2009; CRUZ, 2012).

Segundo aponta Schmitz (2009), ainda quando da sua formação inicial, Rohr despertou interesse por diversos temas relacionados à história natural, em especial à zoologia, inclusive publicando pequenos textos. Radicado em Florianópolis e encarregado do museu do colégio, produziu novas redações, agora abordando a botânica. Paralelamente, apresentou, em 1948, uma *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina* no Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis. O texto, fruto dessa comunicação, foi publicado dois anos depois (ROHR, 1950). Conforme Cruz (2012), em 1954, Rohr criou um setor de etnologia indígena no museu em que era o responsável, incluindo nessa seção materiais apresentados na sua *Contribuição* e outros coletados entre os Laklânõ-Xokleng. Já em 1956, reaproximou-se de seus contatos jesuíticos gaúchos ao se associar ao Instituto Anchietano de Pesquisas, organização então recém-criada cujo propósito era congregar pesquisadores jesuítas do sul do país que abordavam temas da botânica, da zoologia, da química, da história, da antropologia e da arqueologia.

Através dessa rede criada com os jesuítas do Rio Grande do Sul, especialmente devido às interações com Pe. Balduino Rambo e com Pe. Ignacio Schmitz, Rohr absorveu os primeiros conhecimentos acerca da prática da arqueologia. Assim, em 1958, Rohr, preocupado com a devastação que ocorria em sítios do sul da Ilha de Santa Catarina devido à construção de estradas e moradias, desenvolveu escavações no sítio da Base Aérea.

Neste trabalho nos restringiremos à descrição de uma jazida paleoetnográfica, que exploramos ano passado (1958) em terrenos da Base Aérea de Florianópolis, no sul da Ilha de Santa Catarina [...] da qual, infelizmente, restava apenas pequena parte, talvez dez por cento, tendo o grosso da Jazida sido destruída, na exploração de areal. [...] Para fazer-se uma ideia aproximada da extensão da jazida, basta dizer, que os operários mais antigos da turma de tarefeiros da base afirmam, virem quebrando crânios já durante 15 anos. (ROHR, 1959, p. 203-204).

Nos anos seguintes, Rohr realizou escavações em outros sítios no Rio Tavares, Ressacada, Lagoa da Conceição e Moçambique, por exemplo (ROHR, 1960, 1961). Contudo, muitos sítios, principalmente os sambaquis, foram destruídos a partir da década de 1960 pela compactação e construções de estradas, pela ampliação sem planejamento das zonas residenciais e pelo aumento desenfreado do turismo (ROHR, 1959, 1960, 1961). Em publicações posteriores, Rohr (1984a) ressalta que a antiga estrada da Base Aérea de Florianópolis, assim como outras estradas do interior do município, foi

pavimentada com conchas oriundas de sambaquis das proximidades. Tal informação foi obtida oralmente pelo pesquisador e foi coletada entre as décadas de 1950/1960. Outros sítios explorados ao longo de mais de 10 anos, em que se retirava grande quantidade de ossos, também foram relatados por Rohr.

Cruz (2012) apresenta uma carta em que Rohr, em 1960, dirige-se ao pesquisador Luiz de Castro Faria relatando as suas preocupações com a destruição dos sambaquis, mencionando, em especial, a situação em São Francisco do Sul. Em conjunto, encaminhou a Faria um exemplar da publicação que contém os resultados dos estudos na Base Aérea. Percebe-se, assim, que Rohr buscava se aproximar de outros defensores do patrimônio a fim de criar alianças em prol da preservação dos sítios arqueológicos.

Entre os anos de 1962 e 1966, foi realizada pesquisa arqueológica coordenada por Rohr no sítio Praia da Tapera, onde, em 2000 m<sup>2</sup>, foram encontrados cerca de 172 sepultamentos. Os vestígios arqueológicos encontrados durante a escavação apontam para um sítio de grandes proporções, com inúmeros artefatos líticos, uma variada indústria óssea, imensa quantidade de restos alimentares, dezenas de milhares de fragmentos cerâmicos. Os resultados das pesquisas desenvolvidas foram publicados em uma série de textos na revista *Vozes* (ROHR, 1967a, 1967b, 1967c, 1967d, 1967e, 1968a, 1968b).

Paralelamente, em 1962, Rohr participou do Curso Intensivo de Arqueologia Pré-Histórica, realizado no CEPA/UFPR, em Curitiba/PR. De acordo com Chmyz (2006), essa formação foi realizada ao longo de três meses de aulas teóricas e de três meses de atividades em campo, sendo coordenada por Annette Laming-Emperaire. Rohr retornou ao CEPA/UFPR em 1964 para participar do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans, e novamente em 1966 para participar do Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-Cerâmicos, coordenado por Annette Laming-Emperaire, esse que incluiu a realização de atividades de campo no sambaqui do Porto, no Paraná, e em laboratório. Nessa ocasião,

[...] João Alfredo Rohr teve a oportunidade de demonstrar a técnica para a retirada de blocos-testemunho que desenvolvera em sítios de Santa Catarina. Um dos enterros escavados no Sambaqui do Porto foi por ele cimentado e removido, figurando nas exposições do MAAP [Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá], como documento de prática funerária. (CHMYZ, 2006, p. 84).

O processo utilizado por Rohr para cimentação foi publicado posteriormente à realização do curso (ROHR, 1967e), mas o pesquisador revela no texto que já havia tentado utilizar tal técnica nas pesquisas no sítio

da Base Aérea, portanto, anteriormente à sua capacitação nos cursos do CEPA. O desenvolvimento local dessa técnica, provavelmente a partir de algum exemplo ou aprendizado externo, mostra a preocupação do pesquisador com a minimização da perda de informações quando da coleta dos vestígios em uma prática arqueológica que é inerentemente destrutiva. Conforme Schmitz (2009), as participações nos Simpósios de Arqueologia da Área do Prata (em 1968 e 1969) e nos encontros de arqueologia nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência contribuíram, também, para a formação de Rohr enquanto arqueólogo.

Especificamente quanto aos métodos e técnicas utilizadas por Rohr ao longo da sua trajetória enquanto pesquisador, Reis e Fossari (2009) teceram uma análise detalhada que revela o zelo do jesuíta quando da realização de escavações e prospecções, bem como seu esmero no que remete a uma descrição em pormenores das características naturais, históricas e etno-históricas dos contextos investigados, a fim de orientar suas inferências e deduções com base no registro arqueológico. Nos relatos sobre os sítios, Rohr apresentou, em geral, informações importantes acerca de acesso, localização e nome de proprietário, tornando, assim, o patrimônio arqueológico por ele registrado acessível a todos. Ademais, possivelmente devido a sua formação junto ao casal Emperaire, Rohr priorizou a realização de escavações arqueológicas em superfícies amplas, podendo assim observar com mais acurácia a distribuição dos vestígios e sua organização numa maior escala horizontal.

A atenção despendida por Rohr aos contextos conchíferos litorâneos, a qual se observa na simbólica denominação atribuída em 1965 ao Museu do Homem do Sambaqui, gradativamente passou a ser dividida com o interesse que o pesquisador desenvolveu em registrar sítios no interior de Santa Catarina (ROHR, 1967f, 1968c, 1971, 1973). Entrementes, outras escavações em grande escala realizadas nos sítios da Armação do Sul (ROHR, 1969, 1974) e Pântano do Sul I (ROHR, 1977) mostram que Rohr apenas ampliou sua área de pesquisa sem deixar de se preocupar com o contexto em Florianópolis. Ademais, deve-se salientar que, apesar de suas maiores intervenções na Ilha de Santa Catarina terem sido realizadas em sítios conchíferos, Rohr (1969) também registrou e produziu informações sobre sítios compostos por representações rupestres, amoladores-polidores fixos, e sítios contendo cerâmica Guarani (esses dois últimos em diversas publicações, mas catalogados em 1984).

A diversificação de contextos registrados e pesquisados em uma maior área de pesquisa na esfera estadual por parte de Rohr, possivelmente, está relacionada à intervenção feita por Castro de Faria (em 1962) junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade – presidente do Departamento do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (DPHAN,<sup>6</sup> na época) – em favor de garantir uma posição enquanto representante do DPHAN em Santa Catarina ao arqueólogo jesuíta (CRUZ, 2012). Nesse contexto, conforme aponta Schmitz (2009), Rohr passou a receber uma verba anual do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) para localizar, caracterizar e registrar os sítios em solos catarinenses. Anos mais tarde, passou a receber também uma bolsa de pesquisa do CNPq para conduzir seus estudos. Conforme publicação da Fundação Nacional Pró-Memória e do SPHAN (1984a, p. 37), foi em 1972 que Rohr assumiu a condição de pesquisador chefe do CNPq e de representante do SPHAN enquanto representante de Assuntos de Arqueologia no Estado de Santa Catarina.

Acerca da atuação de Rohr enquanto representante do SPHAN, Schmitz relata o seguinte em uma entrevista:

[...] o Pe. Rohr tinha um papel fundamental, foi localizando, foi intimando. Naquele tempo, os sambaquis estavam sendo explorados por imensas caieiras [*sic*], os grandes sambaquis sumiram do mapa [...] é o único que defendeu, que mapeou, descreveu, foi o Pe. João Alfredo Rohr, comprando brigas incríveis, porque ele não tinha nem sequer uma nomeação [...]. E nessa base ele foi fazendo levantamentos, ele foi fazendo restrições, ele foi fazendo inspeções no Estado de Santa Catarina, com plenos poderes nesse tempo sem ter propriamente um cargo, apenas uma designação e só muito posteriormente se instalaram as superintendências. (CARBONERA, 2006, p. 381-382).

Ele mais de uma vez foi ameaçado de morte, alguma vez ele foi salvo por generais, principalmente por problemas de sambaquis: onde havia companhias de adubos trabalhando, ele interditava esses sítios. A história do Pe. Rohr é uma história de alto risco, ele faz por sua conta como um protetor da cultura. O Pe. Rohr era considerado de alta cultura, ele fazia parte do Conselho de Cultura do estado, esse era um cargo que ele valorizava muitíssimo e que lhe dava respaldo para poder tomar essas iniciativas todas (CARBONERA, 2006, p. 381-382).

Nesse sentido, conforme aponta Comerlato (2014, p. 18), “Rohr em sua função como representante do SPHAN teve amplo reconhecimento da comunidade científica da época”, sendo que o “combate contínuo contra interesses econômicos e políticos em prol da preservação dos sambaquis foi

---

<sup>6</sup> Atualmente denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao longo da trajetória histórica da instituição, várias mudanças de nomes ocorreram por decisões políticas. Além de DPHAN e IPHAN, houve um período em que foi Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) e Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).



reconhecido e apoiado em moção assinada por 237 antropólogos na 9ª Reunião da Sociedade Brasileira de Antropologia em 1974”. Cruz (2012) mostra, por meio de correspondências trocadas entre Rohr e Castro Faria, que ambos se mantinham informados acerca dos eventos relacionados à proteção do patrimônio arqueológico. Especificamente para o contexto de Florianópolis, Comerlato (2014) relata que Rohr constatou a destruição de um sítio de amoladores-polidores fixos na Barra da Lagoa, onde a prefeitura municipal construiu, em 1979, um dos pilares de sustentação de uma ponte pênsil.

Além dessas menções relacionadas a sua posição combativa em prol da defesa do patrimônio arqueológico, ao longo da sua trajetória, Rohr se viu em meio a algumas polêmicas por temas variados (REIS; FOSSARI, 1984; CARBONERA, 2006; SCHMITZ, 2009). Na capital catarinense, uma em especial ganhou certa notoriedade junto à comunidade local. Em meados da década de 1940, portanto anteriormente a sua formação em arqueologia, o jesuíta removeu e guardou junto ao acervo do museu do Colégio Catarinense um bloco rochoso proveniente do Canto das Aranhas, norte da Ilha de Santa Catarina, contendo representações rupestres antropomórficas, local onde pescadores faziam preces (ROHR, 1969). Trata-se do episódio da “Pedra do Santinho”, conhecido localmente pelo fato de que após a remoção do bloco teria declinado a pesca de tainha. Ademais, o bloco teria sido perdido no museu.

Em Rohr (1984a, 1984b), publicações *post-mortem* preparadas por pesquisadores do Museu Universitário da UFSC, constam: 1. uma lista da diversidade de sítios encontrados e identificados por ele em todo o estado de Santa Catarina, incluindo os localizados nos municípios do litoral central; e 2. uma lista da produção bibliográfica do “pai da arqueologia catarinense”. Em publicação do Conselho Estadual de Cultura (1985) acerca da trajetória de Rohr, é apresentado um mapa contendo 430 registros de sítios arqueológicos em Santa Catarina. O material arqueológico encontra-se, quase que na sua totalidade, no Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J. eventualmente acompanhado da documentação primária.

### 2.3.2 Do Instituto de Antropologia ao Museu Universitário: arqueologia acadêmica e os anos de chumbo

Na década de 1960, paralelamente à atuação do Rohr enquanto pesquisador e representante do SPHAN, há o surgimento de uma instituição preocupada em desenvolver não apenas projetos científicos, incluindo a arqueologia, mas também a formação de pesquisadores. Trata-se do Instituto de Antropologia, criado oficialmente em 1965, no âmbito da Faculdade de

Filosofia. O processo de constituição e mudança dessa importante instituição é apresentado por Sílvio Coelho dos Santos (2006).

O surgimento de uma arqueologia acadêmica em Santa Catarina está associado ao desenvolvimento do ensino de Antropologia na Faculdade Catarinense de Filosofia – atual Universidade Federal de Santa Catarina – enquanto parte dos cursos de Geografia e História em 1955. A disciplina de Arqueologia Pré-Histórica, ministrada para o curso de História, primeiramente ficou a encargo do professor Eudoro de Souza, de origem portuguesa. Quando da transformação da Faculdade em Universidade, foi criada a cadeira de Antropologia e Etnografia, sendo Oswaldo Rodrigues Cabral o primeiro professor catedrático.

Cabral iniciou seus estudos no Ginásio (Colégio) Catarinense, atendendo a uma formação jesuítica, porém, concluiu sua formação secundária na Escola Normal Catarinense em 1919. Após começar a estudar Farmácia na Universidade do Paraná em 1923, Cabral transferiu e concluiu sua formação em Medicina na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) em 1929. Concomitantemente aos seus estudos, trabalhou como professor e jornalista. Além disso, envolveu-se também com a produção de livros sobre história, folclore e política, sendo ainda hoje uma importante referência na historiografia catarinense. Desde a década de 1930, filiou-se a diferentes partidos e notabilizou-se como influência política ao assumir diferentes cargos. Esse conjunto de fatores relacionados à formação intelectual e à sua trajetória social possivelmente resultou na obtenção da Cátedra de Antropologia e Etnografia por parte de Cabral em 1960.

Nesse contexto, Walter Piazza, até então assistente de Cabral, assumiu a responsabilidade pela disciplina de Etnografia. Previamente, Piazza foi vereador na sua cidade natal, Nova Trento/SC, aos 21 anos. Ademais, em Florianópolis, estudou na Universidade de Santa Catarina, trabalhou como jornalista, diretor da Secretaria de Viação e Obras Públicas e professor de História Geral e do Brasil no Instituto Estadual de Educação<sup>7</sup> (REVISTA GENEALÓGICA LATINA, 1956). Em 1962, foi obrigado a se desligar das atividades de ensino no estado, passando, então, a lecionar apenas na universidade.

Cabral e Sílvio Coelho dos Santos dividiram a incumbência de lecionar, em diferentes anos, a disciplina de Antropologia Cultural. Entre 1963/64, após se afastar da direção da Faculdade de Filosofia, Cabral passou a se dedicar a estudos de Antropologia Física, principalmente craniométricos. Apesar ter se aproximado da arqueologia para efetuar as análises dos esqueletos, conforme Piazza (cf. LABRADOR; BRANDI, 2008), Cabral não coordenou pesquisas arqueológicas.

---

<sup>7</sup> Na época chamado de Colégio Estadual Dias Velho.

Piazza, após a promulgação da lei de proteção ao patrimônio arqueológico em 1961, envolveu-se cada vez mais em pesquisas arqueológicas. Coelho dos Santos encaminhou a realização de um projeto junto aos grupos Jê em Santa Catarina. Nessa conjuntura, a estrutura oferecida aos pesquisadores não era mais suficiente para as demandas dos estudos a que eles se propunham. Assim, Cabral, Piazza e Coelho dos Santos reuniram-se e encaminharam ao então reitor uma solicitação de criação de um instituto, que estaria submetido diretamente à reitoria e que, além das pesquisas, promoveria a formação em níveis de pós-graduação.

Em 20 de dezembro de 1965 foi criado o Instituto de Antropologia, e algumas estruturas da antiga Fazenda Assis Brasil (incluindo uma estrebária), propriedades da universidade, passaram a ser palco do nascente centro de pesquisas. Conforme aponta Coelho dos Santos (2006), após alguns anos de debates, discussões e reformas, em 1967 o instituto passou a funcionar efetivamente contando com uma estruturação da equipe, aquisição de equipamentos e contratação de funcionários. Nesse contexto, Cabral, nomeado diretor da instituição, buscou – até na Alemanha – microscópios, lupas e réplicas de crânios para estruturar os estudos em Antropologia Física (SOUSA, 2002). Oficialmente, apenas em 1968 foi realizada a inauguração da sede do instituto. No ano seguinte, começou a circular a revista *Anais do Instituto de Antropologia*, periódico que tornava públicos os projetos em andamento e os resultados obtidos por meio das pesquisas realizadas na instituição.

Contudo, mesmo antes da oficialização do Instituto de Antropologia, as atividades de arqueologia já andavam a pleno vapor. Assim como Rohr, em 1962, Piazza participou do Curso Intensivo de Arqueologia Pré-Histórica, realizado no CEPA/UFPR, sob responsabilidade de Annette Laming-Emperaire. Em sua nota sobre o estudo de sambaquis, Piazza (1966a) apresentou informações sobre as suas atividades enquanto professor de arqueologia no âmbito do curso de História, em que incluía a realização de escavações arqueológicas, obrigatórias para alunos do 1º ano e opcionais para estudantes do 2º e 3º ano. Devido à proximidade da universidade, entre 1962 e 1965 as escavações foram realizadas no sambaqui da Ponta das Almas, na Lagoa da Conceição.

Em 1964, Piazza retornou ao CEPA/UFPR para participar do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, ministrado por Betty Meggers e Clifford Evans. De acordo com Chmyz (2006), como resultado desse evento foi estruturado um projeto coordenado em 11 estados do Brasil, considerando a origem institucional dos participantes.

Denominado Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), o projeto foi desenvolvido pela maioria dos integrantes do

Seminário e por outros que dele não participaram. Alguns pesquisadores que não haviam integrado o Seminário ou o Pronapa realizaram posteriormente estágios no CEPA e em outras instituições, junto aos trabalhos do Programa, passando a utilizar o método quantitativo para o estabelecimento de cronologias culturais. (CHMYZ, 2006, p. 82).

Efetivamente, o PRONAPA foi realizado entre 1965 e 1970, a partir de financiamento da *Fulbright Comisson*, CAPES, CNPq e *Smithsonian Institute*, contando com pesquisadores de 11 estados da federação e colaboração do SPHAN, sob orientação do casal de arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans. Conforme o primeiro relatório preliminar (BROCHADO *et al.*, 1969), o objetivo principal do programa era produzir uma visão geral acerca do povoamento do Brasil antes da invasão europeia, principalmente a fim de entender os processos de adaptação dos povos indígenas ao meio ambiente e suas formas de obtenção de subsistência.

Para tanto, demandava-se também construir uma cronologia para as diferentes ocupações identificadas por vestígios arqueológicos. Essa tarefa foi realizada, principalmente, por dois meios: obtenção de amostras para datação absoluta por meio de Carbono 14 no *Smithsonian Institute* e através da seriação de sequências artefatuais regionais a fim de obter datações relativas. De acordo com Brochado *et al.* (1969), em cada um dos estados pesquisados durante o programa, foram definidas cinco áreas prioritárias de pesquisa, principalmente tomando a hidrografia como parâmetro. Em campo, as atividades consistiam na descrição das características dos sítios e na observação da implantação ambiental, bem como na coleta de vestígios em superfície e em profundidade (pequenas intervenções de 1x1m) que pudessem ser classificados em sequências seriadas.

Piazza tornou-se, então, o representante oficial de Santa Catarina no PRONAPA, sendo que as cinco áreas pesquisadas entre 1965 e 1970 foram as seguintes: Litoral Norte, Planalto de Canoinhas, Campos de Lages, Vale do Itajaí e Vale do Uruguai. Ou seja, nenhuma delas contemplou especificamente Florianópolis, possivelmente pelo fato de que pesquisas já haviam sido realizadas anteriormente ao estabelecimento do programa nacional e já se possuía um conhecimento preliminar do registro arqueológico na área (BIGARELLA, 1949; ROHR, 1959, 1960, 1961). Nesse sentido, Piazza (1965b) aponta a existência de 49 sítios no litoral central catarinense (Florianópolis, Porto Belo e Governador Celso Ramos), sendo 42 sambaquis, cinco contextos de representações rupestres e dois sítios cerâmicos.

Ainda em 1964, Piazza conduziu escavações no Sítio Cerâmico do Rio Tavares como atividade do curso de Introdução à cerâmica pré-histórica do Brasil, ministrado por Oldemar Blasi (Museu Paranaense) na UFSC (PIAZZA,

1965a). Rohr, que havia identificado previamente esse sítio, também participou. Em 1965, Betty Meggers e Clifford Evans, coordenadores do PRONAPA, visitaram a UFSC visando incrementar as pesquisas na instituição. Em 1966, foi estabelecida uma parceria com a Indiana University (EUA), a qual resultou na vinda de Wesley Hurt, arqueólogo estadunidense, para Florianópolis, onde, entre uma série de atividades, efetuou uma nova etapa de escavação do sambaqui Ponta das Almas em colaboração com o representante do PRONAPA em Santa Catarina.

Labrador e Brandi (2008) realizaram, em 2007, um registro importantíssimo com Walter Piazza em uma entrevista sobre sua trajetória de arqueólogo. Nas palavras dele, quando começou a se envolver com a disciplina:

A arqueologia era praticamente empírica, naquela ocasião não existia uma arqueologia voltada para as ciências. Hoje, por exemplo, a relação arqueologia com o meio ambiente é muito grande, eu aprendi isto com americanos. Os professores americanos Clifford Evans e Betty Meggers, que fizeram um exame para estabelecer um curso de desenvolvimento de ciências na Universidade do Paraná, daqui de Santa Catarina fui eu e o Pe. Rohr, e eles já de cara queriam saber qual a relação que nós tínhamos da arqueologia com a ambientação, com o ambiente. (LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).

No decorrer das suas pesquisas arqueológicas, os subsídios que Piazza recebeu no âmbito do PRONAPA foram fundamentais, pois:

A Universidade não nos dava condições financeiras de selecionar gente. Quer dizer, a gente selecionava pelo faro, pelo ouvir dizer. Você pegava um aluno e dizia, olha estes são os programas de Arqueologia, não era Arqueologia, era Etnografia, temos dia tal, campo; dia tal, campo, quer dizer eram as aulas teóricas durante a semana, enquanto aos sábados era campo. Este campo também era meio chateado porque a Universidade nos dava o transporte, às vezes uma Kombi daquele tempo, um carro e ponto final. Não dava verba pra alimentação, não dava nada, mas como era só um dia, cada um se virava. (LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).

Desde os seus estudos na universidade, Piazza demonstrou interesse por arqueologia:

Eu quando estudava na Universidade desde a criação da UFSC, comecei como assistente do professor Osvaldo Cabral, mas ele era médico, então interessava a ele só a antropologia física e o restante da antropologia ele ia dispersando. Eu por exemplo, como mantinha uma boa relação com ele naquela época, fiquei exatamente na etnografia e na antropologia,

e comecei a fazer as primeiras pesquisas com relação à Ponta das Almas. (LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).

Esse trecho da fala de Piazza, além do seu envolvimento inicial com a arqueologia, revela um aspecto importante relacionado à condução dos estudos arqueológicos na universidade que terá consequências futuras na forma como se estruturaram as atividades: os relacionamentos profissionais e a formação de futuros arqueólogos. Apesar de articularem conjuntamente a criação do Instituto de Antropologia, ainda antes da efetivação da instituição (1967) e inauguração oficial (1968), houve uma cisão entre Cabral e Piazza por causa de desentendimentos (LABRADOR, 2010; LABRADOR; BRANDI, 2008). Nos dizeres de Piazza:

Eu não publiquei nada nos Anais do Museu de Antropologia: primeiro pela maneira do Cabral querer ser dono da coisa; segundo, eu não tinha condições de fazer publicar, quer dizer, tinha que ter interferência do Cabral para publicar. Eu não me sujeito a receber crítica de quem não entende, porque o Cabral não entendia de Arqueologia e queria dar palpite. [...] Eu tenho certeza que ele não interferiu no meu trabalho, porque eu também não deixava. Cabeçudo com cabeçudo não se entendem, ou se chocam aí tem um problema de personalidade [sic]. (PIAZZA *apud* LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).

Apesar do instituto contar com uma infraestrutura laboratorial bastante avançada para a época, parece que o uso dessas instalações para estudos arqueológicos foi prioritário para Cabral e demais pesquisadores, auxiliares e estagiários que passaram a integrar o Setor de Arqueologia da instituição após a sua criação. Piazza, por sua vez, desenvolvia a curadoria e a análise de materiais de outra forma, como relata a seguir:

A Universidade Federal de Santa Catarina nunca nos deu recursos financeiros, nos dava um laboratóriozinho, o espaço, nos dava certas condições de trabalho internas de laboratório. Muitas vezes eu fiz laboratório aqui em casa, material de pesquisa trazia aqui pra casa. Eu tenho uma área coberta lá atrás, uma área boa. Ali eu lavava cerâmica, enxugava cerâmica, numerava cerâmica. (LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).

Em 1967, Piazza assumiu a cadeira de História da América, deixando a posição de professor assistente. Com o fim do PRONAPA, em 1970, Piazza afastou-se das pesquisas arqueológicas, principalmente devido à falta de aporte financeiro para prosseguir com as atividades, “a UFSC não deu dinheiro, não tinha dinheiro” (LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p). Divergências à parte,

tanto Cabral quanto Piazza, ao longo das suas atuações enquanto professores e pesquisadores da Universidade de Santa Catarina, foram fundamentais para a capacitação de uma nova geração de arqueólogos, esses que vivenciaram uma importante mudança no Instituto de Antropologia.

Na década de 1960 teve início um dos períodos mais tenebrosos e obscuros da história recente do Brasil, quando direitos e liberdades civis foram suprimidos e milhares de pessoas sofreram com prisões, torturas e assassinatos empreendidos sob a égide das forças estatais. Paralelamente às atrocidades e em concordância com o autoritarismo que marcou a ditadura civil-militar instaurada no país em 1964, o governo implementou um projeto que resultou no desmantelamento do Instituto de Antropologia.

Em 1965, os militares golpistas celebraram via Ministério da Educação (MEC) um convênio com a United States Agency for International Development (USAID) a fim de reestruturar o ensino no Brasil. Um dos resultados foi a publicação do controverso estudo intitulado *Rumo a reformulação estrutural da Universidade Brasileira*, sob responsabilidade de Atcon (1966). Manifestações contrárias às propostas de alterações e protestos em repúdio se sucederam por parte de estudantes e professores. Contudo, anos mais tarde foi publicada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a qual reorganizou o ensino superior no país, forneceu um controle centralizado ao poder executivo e elitizou o acesso às universidades. Menos de um mês depois, por uma série de fatores, incluindo as manifestações contrárias à Reforma, foi publicado o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, o qual oficializou a repressão enquanto política de Estado – eram os anos de chumbo.

Nessa conjuntura, a Universidade Federal de Santa Catarina foi a primeira a implementar a Reforma Universitária, servindo de modelo e espelho para outras instituições (SOUSA, 2002). Em termos práticos, isso significou o fim dos institutos existentes na UFSC, pois, com o novo regime, as unidades integrantes das universidades deveriam ter atividades educacionais vinculadas, obrigatoriamente, a centros de ensino. Para o Instituto de Antropologia, não haveria, também, a possibilidade de se associar aos departamentos de História ou Sociologia para prosseguir com as ações de pesquisa e ensino, pois a reforma vetou a existência de duas unidades com o mesmo fim, ou seja, mesmo associando-se a um departamento, o Instituto de Antropologia teria que deixar de existir oficialmente. Segundo Coelho dos Santos (2006), Cabral, ainda diretor do instituto, às vésperas da reformulação da estrutura organizacional da UFSC, soube que uma alternativa para manter a independência do centro de pesquisas, sem ter que se vincular a um centro de ensino, seria a sua transformação para Museu de Antropologia. Porém, conforme Reis (1998, p. 14), “o Museu não era intenção dele [Cabral]; ele não pretendia o Museu. Teria uma sala com objetos arqueológicos encontradas

[sic] em escavações científicas, mas seriam peças de acervo para estudo, não seriam peças para exposição pública”. Contudo, como observa Labrador (2010), no próprio regimento interno do instituto, previa-se a criação de um Museu Antropológico.

Assim, com a implementação da Reforma Universitária na UFSC, a partir de 1969, o Instituto se transformou em Museu de Antropologia, assim como o título do seu periódico passou a se chamar *Anais do Museu de Antropologia*. Ainda que tal mudança tenha possibilitado a continuidade nas atividades de pesquisa e ensino, em termos práticos a reforma trouxe ao menos três consequências: 1. Os pesquisadores obrigatoriamente tiveram que se vincular a algum departamento de ensino para lecionar (a escolha, em geral, foi pelo departamento de Sociologia) (COELHO DOS SANTOS, 2006); 2. Enquanto museu, a instituição passou a ser procurada para receber público para conhecer o acervo, porém os profissionais não estavam capacitados para isso e nem havia estrutura que contemplasse a montagem de exposições (GUIMARÃES, 2014); 3. Diminuíram o tempo e os recursos para a realização de pesquisas e a manutenção de equipe (SOUSA, 2002). Além disso, pelo fim das cátedras decorrentes da Reforma e pela discordância com esse processo, Cabral afastou-se da direção do museu, da instituição e, logo em seguida, aposentou-se.

Esse processo de transformação do instituto para Museu de Antropologia foi sentido, especialmente, por pesquisadores que estavam vinculados à instituição desde meados da década de 1960. Cabral, quando da estruturação da equipe do Instituto de Antropologia, preconizou a composição de um quadro composto por profissionais com diferentes especialidades ou interesses, inclusive incentivando a capacitação desses pesquisadores em instituições externas por meio da realização de cursos ou estágios ou promovendo eventos localmente. Assim, em diferentes momentos, uma série de profissionais, na maioria alunos ou ex-alunos da UFSC, passou a compor a equipe do instituto, sendo que, no que remete às contribuições para a arqueologia, destacam-se aqui (alfabeticamente): Alroino Eble, Anamaria Beck, Gerusa Duarte, Maria José Reis e Teresa Fossari.

Segundo Piazza,

[...] o Alroino Eble eu fui buscar em Blumenau. Fui a Blumenau fazer um trabalho de pesquisa histórica e tinha um professor, diretor da casa, hoje Fundação Casa Dr. Blumenau, José Ferreira da Silva, que me indicou, disse que tinha um rapaz que queria fazer arqueologia, aí eu fui atrás do Eble, Alroino. (PIAZZA *apud* LABRADOR; BRANDI, 2008, s/p).



Alroino Baltazar Eble, natural de Rio do Sul/SC, iniciou seus estudos no curso de História na Universidade de Santa Catarina na segunda metade da década 1960. Contudo, conforme manifesto no relato de Piazza citado acima, previamente havia despertado interesse por arqueologia. Tal observação é corroborada em notas feitas por Piazza (1966b), em um manuscrito acerca do contexto arqueológico do Vale do Itajaí, onde cita que Eble havia realizado escavações assistemáticas em alguns sítios (Sambaqui do Gaspar e Gruta da Paca). Contudo, Piazza (1966b) enaltece a importante colaboração de Eble para o registro de sítios, mencionando que ele se mostrava capacitado para os trabalhos de campo. Há, também, referências a Eble no caderno de campo de Piazza (1965b/1966b). Assim, Eble acompanhou quase toda a trajetória de Piazza durante a sua atuação no âmbito do PRONAPA, auxiliando em campo e em laboratório (PIAZZA; EBLE, 1968).

Em 1969, logo após concluir sua graduação, Alroino iniciou uma pós-graduação na Pennsylvania State University. A partir de 1971, passou a fazer parte do quadro de professores da UFSC. Em 1973, ingressou na Universidade de São Paulo para realizar mestrado. Na década de 1970, coordenou a escavação do sambaqui Ponta das Flechas, localizado na Ilha Dona Francisca, próximo ao bairro da Tapera em Florianópolis. Com colaboração de Sérgio Schmitz, Eble realizou escavações em um sítio cerâmico sobre dunas (SC-LL-70) em Laguna (EBLE; SCHMITZ, 1972). Em conjunto com Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, Eble realizou pesquisa em um sítio Guarani, no Vale do Itajaí, nesse mesmo período (EBLE; SCATAMACCHIA, 1974). Foi, também, diretor do Museu de Antropologia (1975-1976) e professor do curso de especialização em ciências sociais a partir de 1976. Ao final da década de 1970, afastou-se, progressivamente, da arqueologia, passando a se dedicar a estudos sobre linguagem e semiótica.

Ao longo da sua atuação como arqueólogo, Eble desenvolveu particular interesse por estudar o processo de ocupação pré-colonial do Vale do Itajaí. Provavelmente devido à rede de contatos possibilitada por sua proximidade com Piazza e, por consequência, com Meggers e Evans, bem como devido a sua capacitação no exterior, o arcabouço teórico e metodológico utilizado na proposta de pesquisa por Eble (1973b) estava atualizado com o que se propunha no mesmo período na arqueologia norte-americana. Em suas publicações nos *Anais do Instituto de Antropologia*, Eble (1971, 1973a, 1973b) apresentou discussões e hipóteses para compreender o povoamento do Vale do Itajaí que foram além de perspectivas puramente descritivas e classificatórias em voga na época. Por exemplo, problematizou, por um viés estritamente teórico, a natureza do “sítio arqueológico” e propôs uma abordagem sistemática, alicerçada em uma compreensão processual, para o estudo das diferentes estratégias de adaptação dos grupos ao meio ambiente, incluindo a realização

de estudos etnoarqueológicos com os Laklânô-Xokleng para desenvolver um modelo de subsistência testável no registro arqueológico.

Paralelamente à atuação de arqueólogos em Florianópolis, merece destaque o importante papel exercido pelas arqueólogas ao menos desde a década de 1960. Historicamente a arqueologia é identificada como uma disciplina centrada nos homens, tanto intelectualmente quanto na prática, sendo que apenas em tempos recentes essa concepção começou ser revista (DÍAZ-ANDREU; SØRENSEN, 1998), ainda que a atuação de mulheres na disciplina, em contexto global, seja documentada pelo menos desde o século XIX (DÍAZ-ANDREU; SØRENSEN, 1998; ADAMS, 2010). Para o caso da arqueologia brasileira, as arqueólogas desenvolveram uma série de pesquisas, produziram textos e ministraram cursos, fornecendo as bases para o desenvolvimento da disciplina enquanto ciência a partir da segunda metade do século XX (cf. RIBEIRO *et al.*, 2017). Nesse sentido, destacam-se, por exemplo, as contribuições das estrangeiras Betty Meggers e Annette Laming-Emperaire. A arqueologia praticada em Florianópolis, especialmente no Instituto/Museu de Antropologia, não escapou a esse contexto, pois as mulheres desenvolveram projetos, foram a campo, analisaram materiais arqueológicos, discutiram em eventos e publicaram seus resultados, de tal forma que são referências recorrentes e indispensáveis nos estudos atuais.

Anamaria Beck, antes da criação do Instituto de Antropologia, integrou-se à Universidade de Santa Catarina enquanto estudante do curso de história (1961). No início da década de 1960, foi assistente de Piazza, contribuindo, por exemplo, nos trabalhos de laboratório no âmbito da pesquisa realizada no sítio cerâmico do Rio Tavares (PIAZZA, 1965a). Nesse período, foi selecionada por Cabral para realizar um estágio no setor de Arqueologia do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Assim como Rohr, esteve presente no Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-Cerâmicos, realizado em 1966 no CEPA/UFPR, composto por atividades teóricas, de campo e de laboratório. Quando da oficialização das atividades do Instituto de Antropologia em 1967, foi contratada enquanto pesquisadora. Após a saída de Piazza, assumiu a responsabilidade pelo Setor de Arqueologia do instituto, sendo que já em 1967 passou a coordenar escavações arqueológicas e a orientar assistentes e estagiários.

Ao longo da sua atuação enquanto arqueóloga, Beck desenvolveu particular interesse em compreender a composição e a variabilidade dos sambaquis sob uma perspectiva sistemática, tecendo inferências e comparações entre os diferentes contextos registrados no litoral catarinense. Assim, entre 1966 e 1972, escavou, por exemplo, contextos conchíferos em Florianópolis (Ponta das Almas e Ponta do Lessa), em Tubarão (Congonhas), Joinville (Morro do Ouro) e São Francisco do Sul (Enseada I). Essas atividades

resultaram na sua tese de doutorado, defendida em 1972 na Universidade de São Paulo. Contando com a colaboração da sua equipe no Setor de Arqueologia do Instituto/Museu de Antropologia, mais do que simplesmente escavar sítios arqueológicos, Beck (1968a, 1968b, 1968c, 1970a, 1970b, 1971a, 1971b), produziu uma extensa bibliografia contendo análises de contextos e materiais (cerâmicos, líticos, ósseos), além de importantes inferências sobre o processo de povoamento do litoral meridional que balizaram os estudos posteriores no Brasil.

Ainda no início do seu envolvimento com a Universidade de Santa Catarina, Anamaria Beck, paralelamente aos estudos e às pesquisas, envolveu-se com as manifestações estudantis na década de 1960, sendo integrante da direção do centro acadêmico e postulante ao comando da União Catarinense dos Estudantes (UCE). Conforme relato feito à Comissão Memória e Verdade da UFSC (2016), “nós tivemos tanta greve em 1962 que o MEC baixou um decreto dizendo que quem tivesse um terço de frequência passava, fazia os exames e passava. Por aí vocês veem o tanto de greve que nós fizemos, praticamente ninguém foi para a sala de aula”.<sup>8</sup> Apesar de não ter integrado oficialmente a diretoria da UCE, Beck relata que “na minha participação [...] [pude] perceber que havia uma possibilidade de ampliarmos a nossa ação, de estendermos à população uma série de privilégios que nós tínhamos”, como resultado “a UCE instalou uma escola para meninos engraxates e jornaleiros”.<sup>9</sup> Nesse contexto, foi acusada de ser subversiva e, inclusive, teve sua demissão solicitada enquanto estagiária do Instituto de Antropologia. Anos mais tarde, agora pesquisadora, novamente teve sua demissão solicitada. Em ambas as situações, conforme relato de Anamaria,<sup>10</sup> Cabral não atendeu às solicitações externas e a manteve no quadro técnico da instituição. Segundo o Relatório da Comissão Memória e Verdade da UFSC (2016), Anamaria Beck foi uma das professoras monitoradas, por meio de fichas individuais, pelo Serviço Nacional de Informações.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Depoimento de Anamaria Beck, Audiência Pública sobre “O movimento estudantil nos anos 1960 até 1975”, CMV-UFSC, auditório da Reitoria, 2 maio 2016.

<sup>9</sup> Depoimento de Anamaria Beck, Audiência Pública sobre “O movimento estudantil nos anos 1960 até 1975”, CMV-UFSC, auditório da Reitoria, 2 maio 2016.

<sup>10</sup> Conforme fala no evento: 110 anos de Oswaldo Rodrigues Cabral – Memória e Notícia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oqp6aGzLGwo>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>11</sup> O SNI foi instituído pela Lei nº 4.341, de 13/06/1964, com a função de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as que interessem à Segurança Nacional?”. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964-servico-nacional-de-informacoes-sni/>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Por consequência da Reforma Universitária, Beck tornou-se professora do Departamento de Sociologia da UFSC. Assim, no início da década de 1970, após concluir seu doutorado, apresentou sua tese de livre-docência abordando aspectos tecnológicos do sambaqui Enseada I (BECK, 1973). Nos anos de chumbo, considerando o autoritarismo militar, o engajamento da pesquisadora e os cortes de recursos para projetos nas universidades, progressivamente Beck alterou o foco principal dos seus estudos, passando a contribuir em análises de comunidades pesqueiras contemporâneas, com especial atenção ao papel ativo das mulheres nesses contextos. Desse modo, em 1979, período em que atuava na graduação e na pós-graduação (especialização e mestrado), foi aprovada no concurso para professora titular (BECK, 1979). Foi, ainda, diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (1980), do museu (1978-1982) e candidata à reitoria (1983).

Gerusa Maria Duarte desenvolveu, em 1971, um inventário de sítios arqueológicos do tipo sambaqui na Ilha de Santa Catarina, apresentando dados sobre a quantidade, distribuição, situação geográfica e geológica, bem como vislumbrando o potencial de pesquisa que ainda se encerra naqueles sítios. Além disso, efetuou uma comparação entre os sítios por ela registrados e outros cadastrados por Rohr e Piazza previamente. Anteriormente, enquanto parte da equipe do Instituto de Antropologia, colaborou em uma série de estudos, especialmente sobre sambaquis, no âmbito do projeto desenvolvido por Beck (1972) no seu doutorado ao longo do litoral catarinense.

Gerusa estudou Geografia entre 1962 e 1965 na UFSC, colaborando em pesquisas arqueológicas quando essas ainda eram realizadas por meio da cadeira de Antropologia, inclusive no sambaqui Ponta das Almas na presença de Wesley Hurt. Em 1967, com a efetivação do Instituto de Antropologia, foi contratada para contribuir com o Setor de Arqueologia, principalmente no que diz respeito à geologia e geomorfologia do quaternário. No intento de Cabral de capacitar a equipe com experiências externas, Gerusa foi selecionada para realizar uma especialização em Geologia com o Prof. Bigarella na UFPR. Em seu mestrado, defendido em 1981, efetuou uma pesquisa sobre a evolução paleoambiental do norte da Ilha de Santa Catarina. Por ocasião da Reforma Universitária, passou a atuar como professora na área de Antropologia e, posteriormente, nas Geociências. Contudo, paralelamente as suas atividades de ensino, continuou participando e contribuindo em pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas décadas subsequentes, principalmente em conjunto com Teresa Fossari, inclusive a orientando posteriormente em pesquisa de doutorado (FOSSARI, 2004).

Natural de Rio do Sul/SC, Maria José Reis ingressou em 1964 na Universidade Federal de Santa Catarina para cursar História, sendo que no ano seguinte passou a ser estagiária da cadeira de Antropologia e participou

da pesquisa coordenada por Piazza (1965a) no sítio cerâmico do Rio Tavares. Paralelamente, começou a contribuir com os estudos realizados por Beck, como no caso do sambaqui Congonhas, tornando-se a primeira estagiária do Instituto de Antropologia ao concluir sua graduação. Em seguida, realizou uma especialização em arqueologia brasileira no Museu Paraense Emílio Goeldi (1969-1970), principalmente visando aprender sobre tecnologia cerâmica, porém também realizou levantamento de sítios arqueológicos em Santarém/PA. A partir de 1970, passou a lecionar na UFSC como professora da área de antropologia. Em 1973, ingressou no curso de mestrado na USP, onde, em 1980, apresentou um estudo seminal para um tipo de sítio arqueológico que ainda era pouco explorado no sul do Brasil.

O interesse da pesquisa despertado por Maria José Reis nesse período foi para o estudo de sítios compostos por estruturas subterrâneas, contudo, poucas informações sobre esse tipo de sítio eram conhecidas até então. Assim, a pesquisadora desenvolveu um primeiro estudo sistemático a fim de entender dimensões, padrões de implantação ambiental, variabilidade, associações com outros sítios, composição do registro arqueológico em estratigrafia, entre outros. Fez um levantamento de dados em 104 sítios arqueológicos nos Campos de Lages e no Oeste de Santa Catarina, sendo que, somando o número de concavidades presentes nos sítios registrados, essas totalizaram 492 unidades. Além disso, a fim de entender aspectos relacionados ao uso das estruturas subterrâneas, bem como à organização social e à economia dos povos que ocuparam esses sítios, Maria José Reis fez um extenso levantamento de informações sobre contextos semelhantes ao redor do mundo. Ademais, preocupou-se em discutir critérios para definição e delimitação de sítios arqueológicos por meio de conceitos e referenciais que estavam sendo adotados no mesmo período na arqueologia norte-americana. Quarenta anos depois, a pesquisa de Reis (1979) continua sendo uma referência indispensável para quem estuda esse tipo de sítio arqueológico e as ocupações associadas a eles.

Em conjunto com Eble, Maria José Reis desenvolveu um amplo levantamento arqueológico no interior da área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e entorno, no qual foram registrados cerca de 70 sítios arqueológicos (EBLE; REIS, 1976). Colaborou, também, com as atividades coordenadas por Eble (1976) no sambaqui Ponta das Flechas.

As dificuldades decorrentes da Reforma Universitária, a carência de recursos para composição de uma equipe e para financiamento de atividades e as reestruturações subsequentes no campo da Antropologia na UFSC foram decisivas para o progressivo afastamento de Reis do Museu de Antropologia. Contudo, na mudança da década 1970 para 1980, continuou fazendo uso da estrutura da instituição para o ensino. Os relatos feitos por Maria José Reis a Sousa (2002) mostram essas afirmações.

[...] é impossível fazer boa pesquisa arqueológica sem equipe. Nada se faz individualmente em Arqueologia. Pode-se fazer uma análise de laboratório, mas sempre o resultado final é um resultado que tem a ver com uma equipe, uma boa equipe, interdisciplinar de preferência. Então, nós não tínhamos mais equipe, mas apenas algumas pessoas interessadas e não tínhamos [...] a possibilidade da manutenção dessa equipe. (REIS *apud* SOUSA, 2002, p. 37).

[...] na gestão da Ane [Anamaria Beck], nós saímos espontaneamente [...] e fomos para lá [no departamento de Ciências Sociais], porque nessa época cada um já estava fazendo a sua pesquisa individual. [...] Embora, estivéssemos num Departamento, lecionando nós usávamos muito o espaço do Museu. Para a própria Antropologia. Nos trazíamos os alunos para dar aula aqui dentro, para mostrar o Museu. (REIS *apud* SOUSA, 2002, p. 39).

Assim, paralelamente ao seu afastamento do Museu de Antropologia, Reis passou a desenvolver estudos focados em temas da Antropologia Social, especialmente relacionados a populações rurais e comunidades atingidas pela instalação de barragens para aproveitamento da energia hidroelétrica. Contudo, ainda manifesta seu interesse por arqueologia pela participação em bancas acadêmicas e por meio da produção de pareceres sobre sítios (REIS, 2011).

Teresa Domitila Fossari foi colega de Maria José Reis na graduação em História, período em que constituíram uma parceria acadêmica duradoura que rendeu frutos até recentemente, conforme, por exemplo, um texto que redigiram acerca da trajetória de Rohr (REIS; FOSSARI, 2009). Ainda estudante do curso de História da UFSC, Fossari integrou a equipe do Instituto de Antropologia, participando de pesquisas em campo e em laboratório. Após graduar-se, seguindo a política de Cabral de incentivar capacitação externamente, Fossari efetuou uma especialização em malacologia no Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da USP, entre 1970 e 1971. Nesse contexto, quando a Reforma Universitária foi implantada na UFSC, seguiu recomendação de Cabral<sup>12</sup> e permaneceu em São Paulo, passando a desenvolver um período de estágio que resultou em uma especialização em arqueologia (1971-1975) no Instituto de Pré-História da USP. A seguir, ingressou no curso de mestrado em ciências sociais na mesma instituição. Fossari é um capítulo à parte na história do museu, pois, como será apresentado adiante, liderou a retomada das pesquisas em arqueologia na década de 1980.

---

<sup>12</sup> Conforme fala no evento: 110 anos de Oswaldo Rodrigues Cabral – Memória e Notícia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-wX4x15scy1&t=2259s>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Assim, percebe-se que, desde a década de 1960, as arqueólogas exerceram um papel de suma importância para o desenvolvimento da arqueologia sob um viés acadêmico e científico em Florianópolis e em Santa Catarina paralelamente à atuação dos arqueólogos. Há que se ressaltar que, nesse momento, trata-se de uma arqueologia praticada por mulheres, sem problematizações inerentes à crítica feminista ou à arqueologia de gênero (sobre o tema na arqueologia brasileira, cf. RIBEIRO *et al.*, 2017). Contudo, as pesquisas realizadas ou iniciadas nesse período sob responsabilidade das pesquisadoras Anamaria Beck, Gerusa Maria Duarte, Maria José Reis e Teresa Domitila Fossari foram essenciais para a constituição de um espaço feminino no fazer arqueológico em Florianópolis.

Além dos personagens citados com suas atuações brevemente sumarizadas, compuseram, participaram e/ou contribuíram com a equipe do Setor de Arqueologia do Instituto/Museu de Antropologia em diferentes momentos: Giralda Seyferth, graduada em História na UFSC em 1966, que foi enviada por Cabral para o Museu Nacional/RJ a fim de realizar estágio em Antropologia Física; Edison Araújo, com formação na área de Odontologia, participou de atividades de campo e laboratório, contribuindo especialmente em estudos de Antropologia Física; Margarida Davina Andreatta, arqueóloga que participou dos cursos de formação no CEP/UFPR, foi professora de Antropologia na UFSC no início da década de 1970, participando também de pesquisas arqueológicas realizadas por Beck e Rohr; Tom Miller, arqueólogo, professor visitante na UFSC entre 1976 e 1977; Sara Regina Poyares Reis, sobrinha de Cabral, enquanto estudante do curso de História da UFSC participou de atividades em campo e em gabinete no início da década de 1960; entre outros.

Entre as décadas de 1960 e 1970, uma série de eventos ou cursos relacionados à arqueologia foram realizados no Instituto/Museu de Antropologia a fim de contribuir com a capacitação da equipe (SOUSA, 2002; LABRADOR, 2010), tais como: ciclo de estudos sobre a pré-história e o mundo moderno, por Paulo Duarte, em 1968; apresentação sobre os sambaquis de Santa Catarina, por Anamaria Beck, em 1968; seminário Métodos de Pesquisas em Arqueologia e Tipologia Lítica, por Annette Laming-Emperaire, em 1971; curso de Tecnologia Lítica, por Tom Miller, em 1975.

Na gestão de Anamaria Beck da instituição herdeira do instituto, o Museu de Antropologia passou a se chamar Museu Universitário. Essa mudança foi oficializada por meio da resolução nº 65, de maio de 1978.

A partir desse momento o Museu passa a ser uma instituição voltada exclusivamente para a guarda de acervo. Esta denominação sempre causou estranheza ao público em geral, pois, no entendimento do senso

comum, se era ou é universitário, percebia-se como um receptor do acervo material dos diversos órgãos que compõem a UFSC. Entretanto, era latente aos técnicos que atuavam no Museu Universitário que seu caráter estava voltado à Antropologia, e a forma “universitário” dava-se ao tripé norteador de uma instituição como a UFSC, voltada ao ensino superior, ou seja, pesquisa, ensino e extensão. (UFSC, 1998, p. 8).

Para Labrador (2010), essa alteração resultou no fim das pesquisas na instituição. Como observa Sousa (2002), no período que antecede essa nova alteração na nomenclatura do museu, a baixa das pesquisas pode ser evidenciada pela ausência de publicações do periódico da instituição entre 1975 e 1977, principal veículo para divulgação das ações em desenvolvimento pelos pesquisadores, sendo retomada apenas em 1978, quando os números dos anos anteriores foram publicados conjuntamente. Essa situação nos *Anais do Museu de Antropologia* volta a ocorrer entre 1979 e 1982, quando o conteúdo referente a esse período é publicado em uma mesma ocasião. Contudo, na transição das décadas de 1970/80, ainda havia disciplinas de Arqueologia compondo o currículo dos cursos de História e Ciências Sociais da UFSC (LABRADOR, 2010), possivelmente sob responsabilidade de Eble, Reis ou Piazza.

## 2.4 O contexto nos anos 1980 e 1990: IPHAN, estudos ambientais e Museu Universitário

A partir da década de 1980, ocorreram mudanças importantes na arqueologia desenvolvida em Florianópolis. A primeira, com sérias implicações para a preservação do patrimônio arqueológico catarinense, está relacionada ao falecimento de Rohr, em 1984, até então representante do SPHAN em Santa Catarina. A segunda diz respeito ao início do desenvolvimento de estudos arqueológicos relacionados ao aproveitamento do potencial energético hidroelétrico. Por fim, a terceira remete ao processo de retomada das pesquisas no âmbito do Museu Universitário da UFSC.

As pesquisas desenvolvidas por Rohr na década que antecedeu a sua morte foram viabilizadas, sobretudo, por verbas oriundas do CNPq e do SPHAN. Para além de garantir as atividades de preservação dos bens arqueológicos, esses recursos possibilitavam certas condições para o acondicionamento dos materiais. Contudo, conforme Coelho dos Santos (2006), houve tratativas sem sucesso no sentido de transferir o acervo, reunido por Rohr e depositado no Museu do Homem do Sambaqui, para o Museu Universitário. Após o falecimento do padre arqueólogo, o acervo reunido ao longo da sua trajetória foi tombado pelo SPHAN, ainda em 1984, a fim



de garantir sua preservação, integridade e indivisibilidade (SPHAN, 1984b), porém foi mantido sob guarda do Colégio Catarinense, tendo o Pe. Ignácio Schmitz – outro arqueólogo jesuíta – ficado responsável pela sua gestão. Deve-se lembrar que Schmitz e Rohr participavam conjuntamente do jesuítico Instituto Anchietano de Pesquisas e que Schmitz já havia, em 1959, realizado estudos com os vestígios cerâmicos Guarani integrantes da coleção Berenhauser (SCHMITZ, 1959).

Assim, entre os anos 1980 e 1990, os estudos coordenados por Schmitz *et al.* (1990) com as coleções reunidas por Rohr fomentaram a produção de conhecimento acerca da ocupação pré-colonial do litoral central catarinense no âmbito do Museu do Homem do Sambaqui. Contudo, segundo relato de Schmitz, “O museu estava numa situação bastante precária, não era muito bem atendido, depois o Colégio se desinteressou, a coleção ficou fechada muito tempo” (CARBONERA, 2006, p. 388). Conforme aponta Garcia (2016), somente em 1992 a instituição foi reaberta, por ocasião de pressão do Ministério Público Federal em Santa Catarina e do governo catarinense, agora sob a denominação Museu do Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr, S. J.”

Outra implicação do falecimento de Rohr diz respeito à representação regional do SPHAN e à proteção do patrimônio arqueológico. Conforme as informações oficiais constantes no site do instituto,<sup>13</sup> até 1989 as ações em solos catarinenses se subordinavam à 10ª Diretoria Regional do SPHAN em Porto Alegre. Nesse ano, foi instalada uma diretoria em Florianópolis, que em 1990 passou a se denominar 11ª Coordenação Regional. A partir de 2009, tornou-se uma Superintendência Regional. Portanto, até 1984, Rohr enquanto representante do SPHAN em Santa Catarina desempenhava suas atividades a partir do Museu do Homem do Sambaqui.

A partir de 1985, Rossano Lopes Bastos, então graduado (Universidade Estácio de Sá) e especialista (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em arqueologia, assumiu a responsabilidade pelo Setor de Arqueologia em Santa Catarina no âmbito do SPHAN, incumbido de prosseguir com as ações de Rohr na identificação e no registro do patrimônio arqueológico. No decorrer da sua atuação, colaborou, também, com pesquisas lideradas por Fossari no Museu Universitário. Além disso, desenvolveu seu mestrado (BASTOS, 1994) em Geografia na UFSC onde problematizou a relação entre grupos pré-coloniais e recursos naturais, considerando aspectos espaciais e informações bibliográficas, abordando cinco sítios arqueológicos na Ilha de Santa Catarina: Ponta do Lessa, Ponta das Almas, Pântano do Sul, Tapera e Armação do Sul. O estudo foi realizado sob orientação de Anamaria Beck e Gerusa Duarte, pesquisadoras do antigo Instituto de Antropologia.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc/pagina/detalhes/1086>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Na esteira da política nacional-desenvolvimentista adotada pelos golpistas que comandaram o Brasil na ditadura civil-militar, uma série de grandes obras de infraestrutura foi realizada: construção de rodovias, barragens, usinas hidroelétricas e termoeletricas, por exemplo. Nesse contexto, uma nova demanda surgiu por ocasião das leis ambientais e de proteção ao patrimônio arqueológico: a realização de estudos arqueológicos previamente à execução das construções. Instaurou-se, assim, uma nova prática no campo da arqueologia brasileira, trata-se da arqueologia de contrato. Contudo, a regulamentação das diretrizes necessárias para a execução de uma pesquisa arqueológica e obtenção de autorização para tal fim somente ocorreu em 1988, por meio da publicação da Portaria nº 007/88 do SPHAN. Como observado por Bueno (2011), com a promulgação de novas leis e regulamentações para a preservação do patrimônio arqueológico e dos recursos naturais, bem como para a emissão de autorizações e portarias de pesquisa, a partir da década de 1980 a arqueologia no Brasil passou a atender, também, uma demanda de mercado. Entretanto, do ponto de vista governamental, Stanchi (2017) aponta que a arqueologia, que vinha se fortalecendo nessa década por meio do Núcleo de Arqueologia do SPHAN e de suas ações, sofreu um severo revés e passou a ser desmantelada com as reformas administrativas implementadas no governo Collor (entre 1990 e 1992).

O envolvimento inicial da UFSC com pesquisas arqueológicas relacionadas a estudos ambientais pode ser sintetizado na realização do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU),<sup>14</sup> realizado entre 1980 e 1997, no Alto Rio Uruguai, interior de Santa Catarina, sob coordenação geral de Marilandi Goulart. Conforme mostra Carbonera (2008), o projeto surgiu como uma demanda das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. (Eletrosul), por causa dos impactos que as construções de hidroelétricas iriam ocasionar aos sítios arqueológicos.

Natural de Florianópolis, Marilandi cursou História na UFSC na década de 1960 e estagiou no Instituto de Antropologia sob orientação de Anamaria Beck e Alroino Eble. No decorrer da década de 1970, rumou para a Universidade de São Paulo, onde, sob orientação de Luciana Pallestrini, desenvolveu sua pesquisa de doutorado (sendo promovida diretamente do mestrado)<sup>15</sup> estudando coleções cerâmicas (GOULART, 1982). Contudo, em 1979, regressou à UFSC, sendo contratada como professora do Departamento de Ciências Sociais e assumindo a responsabilidade pela realização do PSAU. Marilandi Goulart atuou como professora na graduação e na pós-graduação na UFSC até a sua aposentadoria em 1994, passando então a lecionar na

---

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o projeto, ver Goulart (1997) e Carbonera (2008).

<sup>15</sup> Conforme relato de Anamaria Beck feito a Carbonera (2008).

Univali e prosseguindo com as atividades do PSAU nessa nova instituição até 1997.

Além da UFSC, enquanto instituição executora, outras universidades do Rio Grande do Sul contribuíram com os estudos do PSAU. Assim, foi composta uma grande equipe de arqueólogos,<sup>16</sup> que, além da coordenadora, contava com Anamaria Beck e Gerusa Maria Duarte da UFSC. Por meio desse projeto, cerca de 310 sítios foram registrados, milhares de artefatos líticos (56.784) e cerâmicos (135.488) foram coletados, além de amostras de sedimentos, materiais ósseos e conchíferos. Para abrigar e processar um acervo desse porte, a Eletrosul financiou a construção de um novo Laboratório de Arqueologia na UFSC, nas proximidades do Museu Universitário.

Paralelamente às atividades desenvolvidas por Goulart, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais, ocorreu a retomada das atividades de pesquisa no Museu Universitário ao longo da década de 1980. Esse processo é marcado, sobretudo, pela atuação de Teresa Fossari. Neusa Bloemer (1998, p. 26), diretora da instituição entre 1982 e 1986, diz o seguinte sobre Fossari: “esta profissional teve como desafio identificar e catalogar um imenso material de Arqueologia que se encontrava apenas depositado no Museu, mas ainda pouco trabalhado”.

Após o seu retorno, Fossari concluiu seu mestrado na USP (1985), desenvolvendo estratégias metodológicas para análise e interpretação de indústrias ósseas arqueológicas, a partir do estudo de coleções oriundas dos sambaquis Enseada I (São Francisco do Sul/SC) e Tenório (Ubatuba/SP). Nesse estudo, sob orientação de Ulpiano Bezerra de Meneses, Fossari desenvolveu uma ampla revisão na literatura arqueológica norte-americana e europeia disponível na época a fim de criar um arcabouço conceitual e técnico para subsidiar suas proposições, bem como elencou categorias classificatórias para os registros de artefatos ósseos que localizou em investigação da literatura arqueológica brasileira.

Nas palavras de Fossari (1998a, p. 37), “quando comecei a trabalhar no Museu, em 1982, as atividades relacionadas à arqueologia estavam paradas. Comecei tudo de novo, foi ‘pedra sobre pedra’”. Assim, o primeiro desafio da arqueóloga foi retomar as atividades de pesquisa no Museu Universitário. Após a realização de intervenções pontuais em sítios localizados no interior de Santa Catarina, principalmente por ocasião de demandas emergenciais de salvamentos de sítios em vias de destruição, um projeto de grande abrangência, coordenado por Fossari e realizado em parceria com o SPHAN/SC, recolocou

---

<sup>16</sup> Segundo Carbonera (2008), participaram Guilherme Naue, Pedro Ignacio Schmitz, Arno Alvarez Kern, Pedro Augusto Ribeiro, Fernando La Salvia, José J. P. Brochado, José Luiz de Moraes, Julio Cesar Rubin de Rubin, entre outros.

o Setor de Arqueologia do Museu Universitário nos trilhos dos estudos arqueológicos.

A partir de uma verba obtida junto ao CNPq e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública de fomento à ciência, Fossari liderou o projeto “O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina” (FOSSARI *et al.*, 1987, 1988a, 1988b, 1989a, 1989b, 1989c), o qual visava caracterizar as “diferentes ocupações pré-colombianas e suas prováveis inter-relações espaciais e temporais na mencionada Ilha e ilhas adjacentes” (FOSSARI *et al.*, 1987, p. 1). Foi o primeiro esforço de síntese do conhecimento acerca do patrimônio arqueológico em Florianópolis após as pesquisas desenvolvidas por Rohr. Pelo menos dois importantes resultados foram alcançados com a realização desse projeto: 1. o registro e a publicação de informações sobre mais de 120 sítios arqueológicos; 2. a participação e a formação de uma série de novos pesquisadores. Assim, conforme Fossari (1998a, p. 37), com esse projeto “criei oportunidade de estágios remunerados para alunos da Universidade, orientei alunos e desenvolvi pesquisas, enfim (re)instalei o Setor de Arqueologia”.

Desse projeto participaram, por exemplo, Rossano Lopes Bastos, arqueólogo do SPHAN/SC, e os pesquisadores da UFSC: Maria Madalena Velho do Amaral (ciências sociais), Rodrigo Lavina (história), Dione da Rocha Bandeira (ciências biológicas), Osvaldo Paulino da Silva (história). Alguns desses pesquisadores, de distintas áreas do conhecimento, outrora foram bolsistas de Iniciação Científica orientados por Fossari. Amaral (1991, 1995) desenvolveu particular interesse no estudo de sítios compostos por amoladores-polidores fixos (oficinas líticas), tendo desenvolvido sua pesquisa de mestrado sobre o tema. Lavina (1989, 1994) apresentou seu trabalho de graduação sob o título *Estudo comparativo entre quatro sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina*, em seguida desenvolveu seu mestrado abordando aspectos etno-históricos dos Laklãnõ-Xokleng visando possibilitar correlações com o registro arqueológico. Bandeira (1988, 1992) estudou os restos faunísticos dos sambaquis Rio Lessa e Enseada I, integrantes do acervo do Museu Universitário, a fim de entender estratégias de subsistência. Silva (1995, 1996), graduou-se em História na UFSC em 1990, desenvolveu interesse em particular pelo estudo das relações na produção agrícola de gêneros alimentícios a partir do levantamento e do registro de sítios arqueológicos compostos por engenhos no sul da Ilha de Santa Catarina. Nesse contexto, também compôs a equipe do Setor de Arqueologia a pesquisadora Deise Lucy Oliveira Montardo, graduada em Ciências Sociais pela UFSC, que realizou seu mestrado (MONTARDO, 1995) acerca das práticas funerárias de populações pré-coloniais. Assim, Fossari, por meio dos recursos obtidos no final da década de 1980, conseguiu resgatar o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no Museu Universitário e ainda fomentou o interesse no tema junto aos estudantes, sendo que os pesquisadores

supracitados seguem na arqueologia e contribuem para a formação de novos arqueólogos de diferentes maneiras.

Concomitantemente às atividades que exerceu enquanto pesquisadora do Museu, considerando o contexto de desenvolvimento de estudos ambientais, a partir de 1989 o Setor de Arqueologia coordenado por Fossari também passou a prestar consultoria a empresas que buscavam permissões para a instalação de empreendimentos diversos. Contando com a colaboração de Maria José Reis, a equipe do Setor de Arqueologia do Museu Universitário realizou atividades de prospecção arqueológica na área de implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC.

Entre 1992 e 1996, Fossari assumiu a direção do Museu Universitário. No decorrer da sua gestão a instituição ampliou a sua denominação a fim de homenagear seu principal idealizador. Assim, por meio da Resolução nº 106 do Conselho Universitário da UFSC, a partir de 26 de outubro de 1993, foi oficializada a nova nomenclatura: Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral.

Apesar de ter concentrado sua formação e sua pesquisa em temas relacionados à ocupação pré-colonial de diferentes contextos, Fossari realizou, também, estudos em sítios pós-coloniais. Ainda em 1987, realizou escavações arqueológicas na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Governador Celso Ramos/SC. No âmbito do projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na história brasileira”, a equipe do Museu Universitário desenvolveu intervenções arqueológicas em duas fortificações entre 1989 e 1990: na Fortaleza São José da Ponta Grossa,<sup>17</sup> no norte da Ilha de Santa Catarina, entre as praias de Jurerê e do Forte, e na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, situada na Ilha de Anhatomirim. Em ambas as pesquisas, conforme aponta Soares (2013), o objetivo principal foi subsidiar a preservação dos monumentos históricos. Além disso, como apontam Fossari *et al.* (1989c), os esforços de pesquisa foram endereçados no sentido de se compreender aspectos relacionados ao cotidiano dos grupos humanos que ocuparam esses contextos.

Ainda que Margarida Andreatta, uma das referências nacionais para estudos em arqueologia pós-colonial, tenha coordenado junto com Rohr as escavações realizadas no sítio Armação do Sul na década de 1960, o interesse primário da pesquisa foi entender a ocupação pré-colonial do sítio, não as ocupações mais recentes (ROHR; ANDREATTA, 1969; SOARES, 2013). Portanto, na prática, os estudos sistemáticos em sítios pós-coloniais na Ilha de Santa Catarina apenas passaram a ser foco de interesse de pesquisa na transição da década de 1990, com as atividades realizadas pelo Setor de Arqueologia

---

<sup>17</sup> Anteriormente à escavação coordenada por Fossari, Bastos (arqueólogo do SPHAN/SC) e Lavina haviam realizado atividades no sítio.

do Museu Universitário. Ademais, a partir desse momento, as pesquisas arqueológicas acerca do período pós invasão europeia foram ampliadas paulatinamente em Florianópolis, por ocasião de pesquisas relacionadas a demandas de preservação do patrimônio (AMARAL, 1992; no Largo da Casa da Antiga Alfândega), bem como pela realização de pesquisas acadêmicas (SILVA, 1996; COMERLATO, 1998).

Após a realização dos projetos acerca da ocupação pré-colonial e pós-colonial na transição das décadas de 1980 e 1990, em meados dos anos noventa as pesquisas conduzidas pelo Setor de Arqueologia do Museu Universitário cada vez mais estreitaram-se com demandas relacionadas aos estudos de impacto ambiental. Nesse contexto foi realizado um projeto de levantamento arqueológico relacionado à duplicação do trecho norte da BR-101 (entre Palhoça e Garuva), segundo solicitação do Instituto Militar de Engenharia (IME), sob responsabilidade de Montardo, Amaral e Silva (1996). Associada a esse projeto, também foi desenvolvida uma escavação arqueológica de salvamento no sítio arqueológico Ponta do Maruim, localizado em Palhoça.

Posteriormente, como resultado de uma ação do Ministério Público Federal frente a um empreendimento imobiliário instalado no norte da Ilha de Santa Catarina, Fossari, em 1996, foi contratada para realizar um projeto de gerenciamento do patrimônio arqueológico em Jurerê Internacional (FOSSARI, 1998b). A pesquisa previa duas fases:<sup>18</sup> escavações arqueológicas no sítio Rio do Meio e a definição de ações para preservação e conservação de quatro sambaquis. O projeto incluiu a participação de pesquisadores das áreas de geografia, química e ciências biológicas. As intervenções realizadas pela equipe do Setor de Arqueologia no sítio Rio do Meio entre 1996 e 1998 resultaram na coleta de cerca de uma tonelada de materiais arqueológicos (líticos, cerâmicos, restos faunísticos e amostras de sedimentos) (GONDIM, 2017). Todo o acervo reunido foi encaminhado ao Museu Universitário para ser processado em laboratório e acondicionado, possibilitando uma série de estudos nas décadas futuras, mas, também, tornando-se um problema para a instituição no que diz respeito à gestão dos materiais arqueológicos (GONDIM, 2017).

O interesse de Fossari na realização de estudos associados aos licenciamentos ambientais nesse contexto e futuramente, em última análise, visava dar continuidade às atividades do Setor de Arqueologia a partir dos recursos que estavam disponíveis, pois desde o final da década de 1970 o acesso a verbas públicas estritamente para pesquisas se tornou mais restrito. Assim, a partir do aporte de recursos obtidos junto a empresas públicas ou privadas,

---

<sup>18</sup> Em razão de uma série de questões judiciais, econômicas e burocráticas, apenas a primeira fase foi executada.

Fossari vislumbrou a possibilidade de manter um corpo técnico qualificado com profissionais sem vínculo oficial com a UFSC, afinal ela era a única arqueóloga da instituição, bem como um meio para estruturar materialmente o laboratório de arqueologia do Museu Universitário.

No final dessa década, outros contextos pós-coloniais foram objetos de intervenção em Florianópolis: na Igreja Nossa Senhora do Parto, localizada no centro, estudo desenvolvido por Amaral (1999); e na Igreja Nossa Senhora da Lapa, situada no Ribeirão da Ilha, pesquisa de Silva e Comerlato (2000); na Casa d'Itália, localizada no centro, atividade executada por Comerlato (1999a); e no Forte Santana, situado sob a cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, ação desempenhada por Comerlato (1999b).

Fabiana Comerlato, natural de Florianópolis, graduou-se em história na UFSC em 1995. Em um primeiro momento concentrou seu interesse de pesquisa no estudo de contextos pós-coloniais. Em sua pesquisa de mestrado, Comerlato (1998) desenvolveu um estudo sistemático das armações baleeiras no litoral central catarinense, atribuindo atenção particular à distribuição espacial das atividades antrópicas e aos contextos a elas associados. Entre 1997 e 2001, realizou um importante trabalho na atualização do cadastro de sítios arqueológicos junto ao IPHAN/SC.

A partir dos artefatos coletados por Rohr em pesquisa realizada no sítio da Armação do Sul, Marco Aurélio Nadal de Masi (1990) desenvolveu seu mestrado. A partir do estudo da variabilidade artefactual e da identificação de áreas de atividades, definiu o sítio como residencial. Posteriormente, em seu doutorado, De Masi (1999) problematizou, sob um viés sistemático, a mobilidade de grupos caçadores-coletores do litoral sul do Brasil, efetuando uma série de intervenções arqueológicas e análises de isótopos estáveis de oxigênio, carbono e nitrogênio. Em Florianópolis, escavou os sítios Porto do Rio Vermelho I, Porto do Rio Vermelho II e Costa da Lagoa I. Nos estudos realizados por De Masi (1999), foram obtidas as mais antigas estimativas de período de ocupação da Ilha de Santa Catarina para grupos associados aos sambaquis (5020 cal. AP) e a contextos Guarani (910 cal. AP).

Simultaneamente às pesquisas realizadas ao longo da década de 1990, houve um gradativo processo de retomada das atividades de ensino. Na UFSC, por causa das demandas curriculares das graduações em história e ciências sociais, por algumas ocasiões, profissionais da arqueologia atuaram também como professores na instituição. Teresa Fossari ministrou a disciplina de Introdução à Arqueologia no curso de história em 1993. Dione da Rocha Bandeira lecionou as disciplinas de Introdução à Arqueologia (história e ciências sociais), Povoamento Pré-colonial no Brasil e Leituras em Arqueologia (história), entre 1993 e 1996. Marco Aurélio Nadal de Masi ministrou a disciplina de Pré-História Geral e do Brasil entre 1996 e 1997,

mesma disciplina lecionada por Fabiana Comerlato em 1999 para a graduação em história. Comerlato lecionou, também, em 1997 e entre 2000 e 2001, temas relacionados à arqueologia na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Em uma revisão bibliométrica acerca da produção em arqueologia na UFSC, tomando como base “projetos e relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos presentes no acervo da sala de leitura José Saramago, da Biblioteca Central da UFSC e do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”<sup>19</sup> que chegaram à quantia de 71 itens, Oppitz *et al.* (2011) perceberam que enquanto nas décadas de 1960 e 1970 há um expressivo número de publicações de textos (33), nas décadas de 1980 e 1990 tal produção declinará para menos da metade (15). Percebe-se, assim, que os impactos da Reforma Universitária, ainda no início dos anos 1970, foram decisivos para a produtividade de pesquisas arqueológicas na UFSC, pois as iniciativas nas décadas de 1980 e 1990 ainda sofreram com seus reflexos, mesmo que já em um processo gradativo de retomada.

Apesar desse panorama ser uma revisão da produção na UFSC, ele acaba por oferecer um quadro geral das pesquisas em Florianópolis, visto que, com o falecimento de Rohr no início dos anos 1980, em síntese, os estudos na ilha se resumiram às ações desempenhadas pelo Setor de Arqueologia do Museu Universitário e pela arqueóloga Marilandi Goulart no âmbito do PSAU. Contudo, concomitantemente às atividades realizadas por pesquisadores da UFSC, no final da década de 1990 passam a ser executados estudos vinculados a licenciamentos ambientais de diferentes empreendimentos por profissionais autônomos e por empresas de Florianópolis ou com domicílio na cidade.

## 2.5 O século XXI: os efeitos do desenvolvimentismo nas pesquisas em Florianópolis

O processo de retomada das atividades de ensino que se desenhou no final do século XX ganhou mais fôlego ao longo dos anos 2000. Entretanto, ao contrário do que aconteceu em outras regiões, a arqueologia desenvolvida em Florianópolis foi impactada apenas indiretamente pelo novo contexto político e econômico instaurado no novo século. Nesse sentido, as transformações observadas no ensino foram frutos, sobretudo, da organização de interessados no tema, que se mobilizaram contra as adversidades e persistiram para

---

<sup>19</sup> Disponível em <https://pibic.sistemas.ufsc.br/pub/verResumo/124356>. Acesso em: 20 nov. 2018.



desenvolver pesquisas em arqueologia junto a departamentos de ensino. Na UFSC, a maior mudança foi ocasionada pela abertura de um novo espaço para pesquisas vinculado à história já na segunda década do século XXI. Por outro lado, o Setor de Arqueologia do Museu Universitário continuou realizando pesquisas pontuais relacionadas a estudos ambientais e ao acervo da instituição, possibilitando, assim, a capacitação de estagiários.

A partir do século XXI, as atividades arqueológicas no Brasil acompanharam o desenvolvimentismo que marcou os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014). A fim de fomentar a economia através da construção de obras de infraestrutura relacionadas ao transporte, habitação, saneamento e recursos hídricos, foi lançado, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Pari passu* com essa iniciativa, surgiu na arqueologia uma demanda de mercado por profissionais para atuarem na arqueologia de contrato, na realização de estudos de impacto ambiental, o que acarretou, pelo menos, três resultados: 1. aumento exponencial no número de autorizações de pesquisas emitidas pelo IPHAN; 2. criação de uma série de cursos de graduação em arqueologia para capacitar profissionais para o mercado; 3. crescimento do número de empresas relacionadas à prestação de consultoria (GNECCO; DIAS, 2015).

Entre os anos 2000 e 2013 ocorreu um crescimento exorbitante no número de portarias de autorização de pesquisa emitidas pelo IPHAN por ano, partindo de 54 no primeiro ano da amostragem e chegando a 1453 no último, sendo que 99% dessas autorizações estão associadas a licenciamentos ambientais (ZANETTINI; WICHERS, 2014; MORAES, 2014). Mais do que nunca, o patrimônio arqueológico foi mercantilizado e, assim, bens arqueológicos tornaram-se um tipo de *commodity*. Com a proliferação de trabalhos de arqueologia em estudos de impacto ambiental, na opinião de Gnecco e Dias (2015, p. 13), “os arqueólogos contratados, vinculados a um capitalismo em seu auge, têm perdido independência e capacidade crítica e trabalham com projetos de desenvolvimento que afetam, negativamente, aos direitos humanos e da natureza”.

Até 2009, Santa Catarina era o segundo estado com maior número de emissão de portarias (ZANETTINI, 2009), situação que se manteve pelo menos até 2013, segundo dados do Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN. Considerando o exposto previamente acerca da história do desenvolvimento da arqueologia em Florianópolis (e por consequência em Santa Catarina devido à representatividade da capital nesse âmbito), de antemão fica evidente um descompasso entre a formação de profissionais e a demanda de mercado que surge nesse novo contexto.

Essa é uma segunda consequência da política governamental implementada através do PAC. No cenário nacional, entre 2004 e 2013,

13 cursos de graduação foram criados em diferentes unidades da federação (ZANETTINI; WICHERS, 2014), principalmente enquanto ação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – oficializado em 2007. O estado de Santa Catarina ficou alheio a esse processo, pois até hoje não há nenhum curso de graduação específico na área, apenas recentemente foi criado um curso de especialização na Univille (2013). Seria uma ausência de demanda? Como compatibilizar isso com os dados que indicam que a unidade do IPHAN/SC emitiu o segundo maior número de autorizações de pesquisas arqueológicas seguidas em anos recentes?

No levantamento bibliográfico apresentado por Salvador *et al.* (2011b), sobre a produção acerca de arqueologia no âmbito da UFSC, é evidente que há interesse no tema: aproximadamente duas dezenas de trabalhos acadêmicos (trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses) foram desenvolvidos. Entretanto, devido à ausência de formação específica na área, os estudos distribuem-se em diferentes departamentos da universidade (Geografia, História, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo). De modo semelhante ao da UFSC, pesquisas em nível de graduação e mestrado foram desenvolvidas na UDESC em diferentes departamentos (Geografia e História) por causa da ausência de uma formação em arqueologia.

Paralelamente, desde o final da década de 1990, enquanto terceira consequência do desenvolvimentismo estatal, empresas de arqueologia que desenvolvem estudos de impacto ambiental foram criadas ou passaram a se instalar em Florianópolis, principalmente para desenvolver pesquisas no interior do estado ou em outras unidades da federação. Desse modo, mediante gigantesco aumento na demanda por profissionais para atuar em projetos de consultoria em Santa Catarina, muitos dos estudantes interessados pelo tema, incluindo aqueles que desenvolveram seus estudos acadêmicos com alguma pesquisa na área, buscaram nas empresas uma oportunidade de estágio para se aproximar às práticas arqueológicas e, posteriormente, especializarem-se na área por meio da realização de estudos em instituições de outros estados ou países.

Nesse contexto, em Florianópolis, foram realizados estudos ambientais por empresas de arqueologia de contrato relacionados: à ampliação e duplicação de rodovias; à construção de elevados rodoviários; ampliação de linhas de transmissão de energia; à instalação da rede de gás natural; à construção dos acessos e das novas edificações do aeroporto; e à implantação de loteamentos. Em associação a esses licenciamentos ou por demandas de salvamento e preservação, intervenções em uma série de sítios arqueológicos foram realizadas em projetos distintos, como, por exemplo: Casa Natal de Victor Meirelles (COMERLATO, 2001); Palácio Cruz e Sousa (SILVA, 2003), Capela Nossa Senhora da Dores, na Catedral Metropolitana de Florianópolis

(SILVA, 2011); sambaqui do Rio Tavares (pesquisa coordenada por Osvaldo Paulino entre 2016 e 2018). Além disso, por iniciativa de ONGs, contextos subaquáticos foram pesquisados, no caso dos sítios Praia dos Ingleses I (NOELLI; VIANA; MOURA., 2009) e SC-Naufragados-01 (FARIAS *et al.*, 2012).

A crescente demanda por autorizações de pesquisa ocasionou, também, em um gradativo processo, ampliação do quadro de profissionais junto ao Setor de Arqueologia da 11ª Superintendência do IPHAN nas duas últimas décadas, principalmente através de contratações de servidores temporários e em razão de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Assim, estudantes, principalmente de geografia e história, também tiveram oportunidade de estagiar junto ao IPHAN/SC. Além disso, deve-se destacar enquanto iniciativa dessa instituição ações vinculadas à Ilha do Campeche (cf. CHAMAS, 2008): seu tombamento como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional, realizado em 2000; a regulamentação dos critérios para sua proteção e conservação, publicada em 2009; e a promoção de cursos anuais de capacitação de monitores para visitação à ilha, em sua 16ª edição em 2018. Ademais, o IPHAN/SC promoveu a publicação de periódicos institucionais sobre arqueologia (2002, 2005), apoiou o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas (BETTANIN, 2008, por exemplo) e celebrou convênio para a realização de projeto relacionado à gestão do patrimônio arqueológico em Florianópolis (BUENO *et al.*, 2015). Entre 2016 e 2017, arqueólogos do IPHAN também executaram escavações arqueológicas no sítio Casa Natal de Victor Meirelles, no centro da capital, e têm atuado no sentido de promover a sinalização de sítios arqueológicos com a instalação de placas de identificação.

No caso da UFSC, os programas implantados durante o governo Lula referentes à expansão do ensino superior do REUNI não resultaram na criação de um curso de graduação ou pós-graduação em arqueologia. Contudo, os repasses de verba possibilitaram algumas oportunidades de estágio para estudantes interessados na área participarem de atividades junto ao Museu Universitário, especialmente através de bolsas-permanência.

Teresa Fossari manteve-se como arqueóloga do Museu Universitário, aliás, a única da universidade, na virada do século XX para o XXI. No âmbito do Setor de Arqueologia, os primeiros anos do novo século foram dedicados principalmente ao desenvolvimento de estudos com o material coletado no sítio Rio do Meio, no projeto realizado entre 1996 e 1999, que resultou na sua tese de doutorado. Fossari (2004) apresentou a sua pesquisa, desenvolvida no Departamento de Geografia, acerca da ocupação de populações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina, a partir de uma ampla revisão na literatura etno-histórica, etnográfica e arqueológica, e lançando mão de perspectivas inerentes à arqueologia da paisagem, incluindo uma abordagem através da análise de

captação de recursos. Além de sítios conchíferos como Rio do Meio, Rio Lessa, Ponta da Armação, Tapera e Base Aérea, incluiu na sua proposta de sistema de assentamento os sítios compostos por amoladores-polidores fixos (oficinas líticas) e representações rupestres – ambos entendidos como áreas para o desempenho de atividades específicas.

Também no Museu Universitário foi realizado um projeto voltado ao acondicionamento e armazenamento das coleções arqueológicas, com financiamento da Fundação Vitae, coordenado por Cristina Castellano (2002), então responsável pela divisão técnica de Museologia da Instituição. Esse projeto proporcionou a contratação de arqueólogos e estagiários para a realização das atividades de gestão do patrimônio arqueológico sob responsabilidade do museu e uma primeira sistematização digital das informações acerca dos vestígios que compõem o acervo.

No novo século, o Setor de Arqueologia também se envolveu com outros projetos relacionados à gestão do patrimônio arqueológico e com estudos vinculados a licenciamentos ambientais, realizados por Fossari (coordenação e consultoria), Amaral (coordenação geral e em campo) e estagiários; casos, por exemplo, dos projetos na Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba (AMARAL, 2001), no Parque Estadual Acaraí, em São Francisco do Sul/SC (AMARAL *et al.*, 2008), em diagnóstico arqueológico no âmbito do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina (AMARAL *et al.*, 2010), na Casa de Câmara e Cadeia em Florianópolis (AMARAL *et al.*, 2011), na implantação do *campus* da UFSC em Joinville (FOSSARI *et al.*, 2011), na Fazenda Experimental da Ressacada/*Campus* Sul da Ilha (FOSSARI, 2012b), na Área de Proteção Ambiental da Ponta dos Araçás em Porto Belo (FOSSARI *et al.*, 2012a) e na Área de Relevante Interesse Ecológico da Costeira de Zimbros (FOSSARI *et al.*, 2013).

Entre 2008 e 2013, Teresa Fossari foi diretora do Museu Universitário pela segunda vez. Após 10 anos de construção, nessa gestão foi inaugurado em 2012 um novo prédio dedicado, especialmente, à montagem de exposições, o Pavilhão de Exposições Antropólogo Sílvio Coelho dos Santos. Simultaneamente, em consequência de discussões iniciadas em 2011, a instituição sofreu mais uma mudança na sua nomenclatura, passando a ser denominada Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE). Especificamente no Setor de Arqueologia três alterações marcam esse período: o ingresso da arqueóloga Luciane Zanenga Scherer, aprovada em concurso público; a aposentadoria de Teresa Fossari; e a entrada do arqueólogo Bruno Labrador.

Scherer, graduada em Educação Física (1989) e História (1999) pela UFSC, realizou cursos de especialização na Escola Nacional de Saúde Pública (2002) e mestrado em arqueologia no Museu Nacional da UFRJ (2012),

tendo desenvolvido interesse particular em estudos bioarqueológicos visando identificar marcadores de estresse e paleopatologias em remanescentes ósseos humanos. Anteriormente a sua contratação na UFSC, desenvolveu um importante trabalho de organização e acondicionamento das coleções esqueléticas reunidas por Rohr que compõem o acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S. J. Enquanto arqueóloga do Setor de Arqueologia do MARquE/UFSC, tem realizado projetos relacionados à curadoria e organização do acervo arqueológico da instituição, em particular com coleções esqueléticas e, contando com financiamento do Edital Elisabete Anderle da Fundação Catarinense de Cultura, com o material arqueológico do sítio Rio do Meio (SCHERER, 2017).

Em abril de 2019, Bruno Labrador foi nomeado arqueólogo da instituição, assumindo a posição outrora ocupada por Fossari. Ainda durante a sua graduação em História na UFSC, Labrador envolveu-se em iniciativas que visaram a promoção da arqueologia no âmbito do Departamento de História, bem como desenvolveu uma pesquisa sobre o declínio das atividades relacionadas à arqueologia na universidade em seu trabalho de conclusão de curso. Em 2018, concluiu seu mestrado em arqueologia na Universidade de São Paulo, com uma dissertação sobre a ocupação Jê meridional no Alto Rio Canoas.

As duas primeiras décadas do século XXI são marcadas, para a arqueologia acadêmica realizada em Florianópolis, pela execução de estudos desvinculados de projetos universitários dedicados especialmente à disciplina e pela diversificação de temas pesquisa. Assim, os trabalhos, desenvolvidos em diferentes níveis acadêmicos sobre contextos arqueológicos registrados localizados em Florianópolis ou em instituições públicas de ensino situadas na Ilha de Santa Catarina (UFSC e UDESC), abordaram, por exemplo (em uma classificação bem abrangente): aspectos sobre paleoambiente e distribuição de sambaquis (COMERLATO, 2007; JOCKYMAN, 2015); representações rupestres (DUARTE, 2004; COMERLATO, 2005a, 2005b); amoladores-polidores fixos (SOPHIATI, 2010); gestão do patrimônio e do acervo arqueológico (BETTANIN, 2008; CHAMAS, 2008; BRANDI, 2009; SCHUCH, 2010; SANTOS, 2014; GONDIM, 2017); ocupação e práticas Guarani (MÜLLER, 2005; MÜLLER, 2015); restos faunísticos (CASTILHO, 2005; SOUSA, 2011); remanescentes ósseos humanos (OKUMURA, 2007; SCHERER, 2006, 2012; MARQUES, 2017); ocupação Jê meridional (REIS, 2011, 2015); aspectos relacionados a mudança, dieta e mobilidade de grupos associados aos sambaquis (BASTOS, 2009, 2014; OPPITZ, 2011, 2015); questões acerca da história da arqueologia na UFSC (SOUSA, 2002; LABRADOR, 2010); arqueologia da escravidão (MENDES, 2014); arqueologia e patrimônio subaquático (MARINO, 2006; SALVADOR, 2011a, 2011b; PEREIRA, 2013);

fortificações catarinenses (SOARES, 2013); cerâmicas e louças de contextos pós-coloniais (ROSSI, 2008; SOARES, 2011; SALVADOR, 2017); distribuição espacial de remanescentes de caminhos de tropas (PERIN, 2011); análise de conjuntos artefatuais líticos (NASCIMENTO, 2015; GARCIA, 2018); práticas funerárias em contextos históricos (SANTOS, 2011) entre outros.

Além de uma série de iniciativas individuais em diferentes departamentos de ensino, o interesse e a demanda por formação em arqueologia na UFSC podem ser simbolizados por meio de um grupo de estudantes de história que se mobilizou por mais oportunidades no âmbito da instituição, bem como para fomentar as discussões acerca de temas pertinentes ao patrimônio arqueológico. Nesse sentido, em 2006, foi organizado junto ao Programa de Ensino Tutorial do curso de história (PET/HST) da UFSC um primeiro grupo de estudos para interessados em arqueologia, do qual fizeram parte os acadêmicos Daniela Gadotti Sophiati e Bruno Labrador Rodrigues da Silva. No ano seguinte, especialmente devido aos esforços de Sophiati, foi organizada a I Semana de Arqueologia da UFSC, sucedida por uma edição ampliada em 2008 para a II Semana de Arqueologia e Patrimônio da UFSC. Em síntese, os eventos foram compostos por palestras e oficinas com arqueólogos e pesquisadores de temáticas relacionadas a fim de dar visibilidade à demanda existente na História.

A partir de um convênio celebrado entre o Departamento de História da UFSC e o Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás os Montes, de Portugal, no primeiro semestre de 2009 foi ofertada a disciplina Introdução à Pesquisa em Arqueologia por Tânia Tomázia do Nascimento. Como resultado da disciplina, um grupo de estudantes e a professora fundaram o Núcleo de Arqueologia da UFSC (NAU), uma organização não oficial, mas que tinha a intenção de criar um espaço para fomento e incentivo às discussões sobre o tema na universidade. Como consequência, novas atividades foram realizadas, tais como as III, IV e V Semanas de Arqueologia e Patrimônio, em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, as quais propiciaram, nessa ordem, debates com arqueólogos catarinenses residentes em Florianópolis; palestras e minicursos com professores e pesquisadores de instituições que são referências nacionais (USP, UFRJ, Unicamp, Fiocruz, MASJ, CEOM); e um encontro entre jovens pesquisadores de instituições de Santa Catarina. Além disso, os integrantes do NAU organizaram visitas a sítios arqueológicos e museus, ida a eventos, uma revisão bibliométrica sobre a produção em arqueologia na UFSC e a apresentação de pôsteres a fim de divulgar as atividades da organização (REIS *et al.*, 2010; SALVADOR *et al.*, 2011a). Em outra frente, os integrantes do NAU atuaram junto aos professores do Departamento de História da UFSC, através da publicação de cartas (NAU, 2009a, 2009b), ressaltando a importância das pesquisas

arqueológicas desempenhadas pela UFSC na história da disciplina em Santa Catarina, bem como a demanda que existia para a promoção de um concurso para professor de arqueologia. Deve-se destacar que os estudantes contaram, desde as primeiras iniciativas junto ao PET/HST até as ações do NAU, com o importante apoio e incentivo do professor Dr. João Klug.

Assim, possivelmente contando com alguma influência das manifestações públicas feitas pelo NAU, em 2011 foi realizado um concurso para professor de arqueologia no Departamento de História, que aprovou o candidato Lucas Bueno. Como consequência, disciplinas relacionadas à arqueologia passaram a ser ofertadas na graduação em história (Arqueologia Brasileira, Introdução a Arqueologia, Laboratório de Ensino: Arqueologia – métodos e técnicas; Arqueologia e Educação) e no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (História do Brasil Pré e Pós-Colonial, Patrimônio Material e Imaterial). A partir de 2013, o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC passou a contar com a linha de pesquisa História Indígena, Etno-história e Arqueologia, sendo que as disciplinas de Seminário da linha Arqueologia e História Indígena do Sul do Brasil e Arqueologia do Movimento passaram a ser ofertadas.

Em 2013, a arqueóloga Juliana Salles Machado passou a contribuir com disciplinas ofertadas no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e, em 2016, tornou-se professora visitante no Departamento de História e integrante permanente do Programa de Pós-Graduação em História. Após a sua aprovação em concurso público, tornou-se professora efetiva em 2019.

Desse modo, a partir da segunda década dos anos 2000, a UFSC voltou a contar com disciplinas dedicadas ao ensino de arqueologia, contudo em caráter mais teórico, abrangente e introdutório, pois a abertura ao tema no ensino nos cursos do departamento ainda é diminuta, devido à ausência de uma estrutura curricular em termos de graduação ou pós-graduação que possibilite uma capacitação com as especificidades que uma formação em arqueologia requer. Entrementes, as atividades de ensino têm sido complementadas por projetos de pesquisa realizados desde 2011 no âmbito do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA),<sup>20</sup> coordenado pelos professores Lucas Bueno e Juliana Salles Machado e composto por pesquisadores e estagiários de diferentes áreas de formação (história, museologia, geologia, ciências biológicas, ciências sociais). Assim, em colaboração com o MARquE e contando com recursos da CAPES e do CNPq, têm sido realizados projetos de extensão relacionados à organização de acervo, montagem de coleções didáticas e divulgação em escolas, além de projeto acadêmicos visando

---

<sup>20</sup> Disponível em: [www.leia.ufsc.br](http://www.leia.ufsc.br).

compreender aspectos relacionados a tecnologia, território e territorialidade no Litoral Central Catarinense e no Alto Vale do Itajaí.

Ademais, conforme os resultados apresentados neste livro, entre 2013 e 2015, o LEIA efetuou um recadastramento de sítios arqueológicos em Florianópolis a partir de um convênio celebrado com o IPHAN. Como resultado, mais de duas centenas de sítios foram recadastradas, cadastradas ou tiveram informações obtidas para averiguação futura, além disso perspectivas e sugestões de ações foram apresentadas para uma melhor gestão do patrimônio arqueológico em Florianópolis (BUENO *et al.*, 2015).

## 2.6 Contribuições para o futuro da arqueologia em Florianópolis

Em síntese, esse é o cenário sobre o qual se construiu o conhecimento atual acerca da ocupação de Florianópolis, do litoral central e de todo o estado de Santa Catarina. Não há como desvincular o desenvolvimento da arqueologia na Ilha de Santa Catarina das pesquisas realizadas em âmbito estadual, visto que a atuação dos profissionais domiciliados na capital balizou a constituição das práticas arqueológicas em todo o território catarinense.

Nesse sentido, é importante enaltecer o legado deixado por pesquisadores que aqui atuaram, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 quando a arqueologia passou a ser praticada sob um viés científico. Rohr fez inestimáveis contribuições para a produção do conhecimento acerca dos povos que ocuparam a ilha no passado, sendo que muitas das coleções por ele reunidas continuam sendo objeto de diferentes estudos, graças também à importante ação do IPHAN no que diz respeito ao tombamento do acervo e às iniciativas subsequentes lideradas por Pe. Ignácio Schmitz junto ao Colégio Catarinense para organização das coleções do Museu do Homem do Sambaqui. A saga pela preservação do patrimônio arqueológico realizada por Rohr até o seu falecimento é digna de homenagens, tal qual o fez a Sociedade de Arqueologia Brasileira por determinado período.

Entrementes, as arqueólogas exerceram um papel decisivo para o desenvolvimento da arqueologia em Florianópolis. Beck, Reis, Duarte e Fossari, em especial, por meio dos seus diferentes interesses de pesquisa e das suas distintas especialidades, forneceram as bases do conhecimento atual que se tem acerca do registro arqueológico em Florianópolis e em Santa Catarina. Há que se ressaltar que os materiais arqueológicos reunidos no decorrer dos estudos desenvolvidos por essas pesquisadoras continuam sendo estudados atualmente. Ademais, as publicações produzidas por elas são indispensáveis



para o estudo de diferentes contextos arqueológicos. Fossari, em particular, contribuiu também para a formação de novas gerações de arqueólogas que permanecem realizando pesquisas em Santa Catarina, casos de Amaral, Bandeira, Scherer, Sousa e Mendes, por exemplo. Portanto, faz-se necessário dar visibilidade ao papel decisivo das arqueólogas no processo histórico de evolução da arqueologia na capital catarinense. Outrossim, como fica evidente pela composição dos autores e coautores deste livro, as arqueólogas permanecem fundamentais na prática científica contemporânea, pesquisando diferentes contextos, sob perspectivas distintas.

Desde a constituição do antigo Instituto de Antropologia, Cabral incentivou e fomentou a composição de uma equipe cujos integrantes tivessem diferentes especialidades no âmbito da arqueologia. De modo semelhante, Fossari, no processo de retomada das pesquisas na década de 1980, buscou reunir pesquisadores e estudantes de diferentes departamentos de ensino enquanto colaboradores do Setor de Arqueologia do Museu Universitário em uma série de projetos. Prosseguindo com essa tradição na UFSC, em tempos recentes, o LEIA e o Setor de Arqueologia do MARquE, atuando em conjunto, têm possibilitado a participação de acadêmicos de distintos cursos em projetos acadêmicos. Assim, fica evidente que, em diferentes tempos, os coordenadores das pesquisas no âmbito da UFSC perceberam a natureza multidisciplinar inerente ao fazer arqueológico e a necessidade de compreender o registro arqueológico com olhares de diferentes disciplinas.

Contudo, há, cada vez mais, que se investir na criação de espaços que possibilitem a formação de novos arqueólogos, visto que há tanto uma demanda profissional de mercado, conforme os dados relacionados à emissão de autorizações de pesquisas por parte do CNA, quanto um interesse acadêmico em realizar estudos, percebido por meio das iniciativas individuais e coletivas do início do século XXI apresentadas anteriormente. Além disso, as coleções reunidas por pesquisadores nos últimos 60 anos de arqueologia científica em Florianópolis, sob guarda do MARquE e do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr S. J., têm muito a ser explorado por meio da realização de estudos com teorias, métodos e técnicas diferenciados. Assim, faz-se fundamental a ampliação de oportunidades para capacitar pessoas interessadas em arqueologia, pois apenas assim será possível construir um conhecimento mais amplo acerca dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos dos povos que ocuparam a Ilha de Santa Catarina e adjacências preteritamente.

Além disso, devemos nos atentar às influências de pensamentos degeneracionistas, presentes em discussões no âmbito da história natural desde o século XVIII (NOELLI; FERREIRA, 2007, p. 1247), que ainda balizam certos discursos acerca da ocupação pré-colonial da Ilha de Santa Catarina, por

exemplo. Através da associação de “monumentos megalíticos” ou “dólmenes” com edificações produzidas por “grandes civilizações do passado” por meio da astronomia, esses discursos buscam justificativas externas ao contexto local para tecer “um passado glorioso”, em demérito às especificidades das características dos povos nativos que ocuparam a ilha e ao processo histórico de desenvolvimento desses povos localmente, o qual remonta a pelo menos 5000 AP.

Através do investimento em uma formação qualificada de profissionais em arqueologia comprometidos socialmente e por meio da difusão do conhecimento acadêmico nas diversas esferas sociais, tornar-se-á possível combater os aspectos preconceituosos e racistas inerentes a discursos fundamentados em teorias degeneracionistas. Assim, o investimento em educação, inclusive no que diz respeito às práticas arqueológicas, é essencial para construir uma sociedade mais justa e humana. O registro arqueológico existente em Florianópolis remete ao passado, à memória e à identidade de diferentes grupos humanos. Em sendo diferentes, essas histórias precisam ser registradas e estudadas também de modo diferenciado devido às suas especificidades, para então serem compreendidas em relação aos diversos agentes que participaram do processo histórico que resultaram no presente.

## Os sambaquis e suas histórias: o que sabemos até agora?<sup>21, 22</sup>

Gabriela Oppitz

Gigantes monumentais da costa brasileira, os sambaquis são elevações de formas e dimensões variadas constituídas principalmente por conchas, porém contando também com numerosos vestígios ósseos de animais terrestres e marinhos, além de artefatos líticos e ósseos (como lâminas de machado, esculturas zoomorfas, pontas e anzóis), vestígios botânicos (como carvões), estruturas de fogueira e, frequentemente, sepultamentos humanos. Podem ser encontrados em diferentes partes do país e mesmo do mundo, tanto em áreas costeiras quanto em áreas ribeirinhas.

No litoral de Santa Catarina, essas elevações foram intencionalmente formadas por populações pré-coloniais que viviam principalmente da pesca e que se instalaram na costa há cerca de 6500 anos, no entorno de antigas baías e lagunas. Os sambaquis do litoral de Santa Catarina são conhecidos como os

---

<sup>21</sup> Gostaria de agradecer a todes que são parte da história da arqueologia catarinense que cruzaram meu caminho até agora, possibilitando que eu estudasse os sambaquis de Floripa, assim como a todes que nos acompanharam em saídas de campo do projeto “Florianópolis arqueológica”, tornando possível nosso contato com os sambaquis de diferentes partes da Ilha, em especial ao Silvanio Guilherme da Costa, Nivaldo da Silva, Seu Nilton, Rosalvo de Souza, Gerusa Duarte, Rodrigo Dalmolin, Silvio de Souza, da ESEC-Carijós, e Suboficial Haroldo da Base Aérea de Florianópolis. Agradeço também aos dois Lucas, Bueno e Bond, pela leitura deste texto e pelas ótimas sugestões e a todas as pessoas e instituições que cederam imagens para publicação aqui.

<sup>22</sup> Em algumas figuras ao longo deste capítulo aparecem ossos humanos provenientes de sítios arqueológicos. De modo que eventuais desconfortos possam ser evitados, são elas: Figura 3.5, Figura 3.15, Figura 3.16 e Figura 3.23.

“maiores do mundo”, chegando alguns deles a atingir mais de 30 m de altura, destacando-se consideravelmente na paisagem. Nem todos os sambaquis, porém, são tão monumentais assim. O termo sambaqui abarca uma gama de sítios arqueológicos com morfologias e composições variadas que podem ser grandes ou pequenos, monticulares, rasos ou até mesmo de formato anelar, apresentando tanto conchas quanto terra, areia e ossos de fauna como elemento predominante. Em geral, compartilham a presença de conchas em quantidade considerável (como componente principal ou em camadas e feições específicas), embora em alguns casos o elemento comum seja somente o caráter ritual da associação entre sepultamentos e material faunístico.

Figura 3.1 – Vista do sítio Garopaba do Sul, em Jaguaruna, considerado o maior sambaqui do mundo. Nota-se a morfologia irregular do sambaqui, resultado de décadas de mineração para fabricação de cal, atividade que só foi proibida e interrompida com a publicação da Lei Federal nº 3.924 de proteção dos sítios arqueológicos, em 1961



Fonte: Foto da autora (2017).

Figura 3.2 – Vista a partir do topo do sítio Garopaba do Sul, em Jaguaruna. Ao fundo, a laguna e as casas que se tornam pequenas à sombra do sambaqui. É possível também observar as cicatrizes que a mineração das conchas deixou em sua estrutura



Fonte: Foto da autora (2017).

Esses sítios arqueológicos vêm chamando a atenção desde o período colonial, quando cronistas pela primeira vez registraram sua presença, seu uso para fabricação de cal e seus processos de formação. Nesse sentido, podemos citar os relatos de José de Anchieta, Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim, no século XVI; Frei Vicente de Salvador, no século XVII; e Frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII (LIMA, 1999/2000; WAGNER *et al.*, 2011). Foi também possivelmente nesse período que teve origem o termo “sambaqui”, já que essa é uma palavra de etimologia Tupi (*tamba* significa conchas, e *ki* significa amontoado), tronco linguístico das populações indígenas que viviam na maior parte da costa brasileira quando teve início o processo de colonização (GASPAR, 2000).

Os sambaquis, juntamente com sítios da região de Lagoa Santa e Amazônia, estiveram entre os primeiros sítios arqueológicos a despertarem o interesse de naturalistas e viajantes no século XIX que, motivados pela lógica da especulação científica iluminista da época, realizaram os primeiros estudos propriamente arqueológicos em território nacional, inclusive escavações. No contexto do litoral central de Santa Catarina, podemos mencionar o trabalho

de Carlos Wiener (1876) que, entre outros sítios, estudou o sambaqui Rio Tavares III, no município de Florianópolis, sobre o qual foi recentemente construído o elevador do Rio Tavares.

Nesse período das primeiras pesquisas arqueológicas em sambaquis, teve início um acirrado debate que se estenderia até meados do século XX, travado entre pesquisadores que entendiam os sambaquis como fenômenos de origem natural (corrente naturalista) e pesquisadores que os entendiam como de formação antrópica (corrente artificialista). A corrente naturalista via o acúmulo de conchas como resultado de oscilações marinhas, e tinha em Hermann von Ihering, zoólogo e diretor do Museu Paulista, seu principal representante, além de nomes como Karl Rath, Josef von Siemiradzki, Benedito Calixto e Mendes de Almeida (LIMA, 1999/2000; GASPAS, 2000). Von Ihering foi fortemente influenciado por teorias racistas em sua explicação para a origem dos sambaquis: defensor do extermínio dos povos indígenas que, segundo ele, estariam atrasando o desenvolvimento do país, ao especular uma origem natural para os sítios estava negando às populações indígenas o direito de propriedade às suas terras ancestrais (PROUS, 1992; GUIMARÃES, 2003). A corrente artificialista, por sua vez, interpretava os depósitos conchíferos como resultado de ações antrópicas pelas populações indígenas pré-coloniais, sendo representada por Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional, além de João Baptista de Lacerda, Alberto Loefgren, Guilherme Schuch Capanema, entre outros. Seria somente com Othon Henry Leonardos, porém, em 1938, que o debate se aproximaria do fim, recebendo o golpe de misericórdia em 1959, quando Luiz de Castro Faria considerou a polêmica como superada (LIMA, 1999/2000; GASPAS, 2000).

Atualmente, devido à presença frequente de sepultamentos humanos, muitos sambaquis vêm sendo entendidos como sítios funerários, resultantes de uma dinâmica ritual que envolveria deposições contínuas e organizadas de conchas e outros vestígios faunísticos sobre os indivíduos sepultados, numa verdadeira arquitetura funerária que pode ser observada em meio à complexidade de seus perfis estratigráficos (NISHIDA, 2007; BENDAZZOLI, 2007; DEBLASIS *et al.*, 2007; KLÖKLER, 2008; VILLAGRAN, 2008; FISH *et al.*, 2013).

Figura 3.3 – Um sambaqui visto de dentro (plano vertical). Camadas conchíferas do sítio Jabuticabeira II, em Jaguaruna. Notam-se as marcas de estaca em meio à estratigrafia



Fonte: Foto de Ximena Suarez Villagran (2005).

Figura 3.4 – Um sambaqui visto de dentro (plano vertical). Camadas de ossos de peixe (ictiológica) do sítio Jabuticabeira II, em Jaguaruna. Notam-se a complexidade da estratigrafia e o tom escurecido do sedimento



Fonte: Foto de Ximena Suarez Villagran (2006).

Figura 3.5 – Um sambaqui visto de dentro (plano horizontal). Sítio Jabuticabeira II, em Jaguaruna. Área funerária com diversas marcas de estacas



Fonte: Foto de Paulo DeBlasis (2005).

É importante ressaltar, no entanto, que nem todo sambaqui tem função funerária, havendo uma variedade de sítios que em geral se caracterizam por apresentar uma “estratigrafia aparentemente simples, formada por núcleo quartzo-arenoso monticular, maciço, e capa decimétrica de areia com conchas, muitas vezes lamosa e rica em matéria orgânica” (GIANNINI *et al.*, 2010, p. 111; VILLAGRAN, 2012, p. 82) e que geralmente não contêm sepultamentos. Esses sítios monocomponenciais de “núcleo quartzo-arenoso” geralmente formam conjuntos ao redor de sambaquis mais estratificados (DEBLASIS *et al.*, 2007) e foram estudados em detalhe por Peixoto (2008), Villagran (2012) e Belém (2012). Até o momento, contudo, não há um entendimento claro de quais seriam suas funções, apenas de que possivelmente estariam relacionadas à realização de atividades específicas, não descartando-se também a possibilidade de alguma relação com áreas de moradia. O que está claro é que os sítios com sepultamentos são parte de um sistema complexo de ocupação costeira que envolvia tanto a conhecida engenharia de conchas como também a engenharia de terra e areias, e incluía sítios ou estruturas perisambaqueiras de outras morfologias, composições e funções que foram ainda pouco estudadas devido à sua baixa visibilidade (DEBLASIS *et al.*, 2007; PEIXOTO, 2008; GIANNINI *et al.*, 2010; ATTORRE, 2015; MERENCIO; DEBLASIS, no prelo). Ainda, para evitar a depredação ou simplesmente em razão de financiamento e tempo



de pesquisa limitados, os sambaquis não costumam ser estudados em toda a sua extensão, não é possível descartar a possibilidade de que mesmo aqueles sítios considerados como de função funerária na verdade guardem outras funcionalidades em suas porções ainda não escavadas. No litoral central de Santa Catarina, até o momento, há pelo menos dois sítios que já foram estudados e não apresentaram sepultamentos. Trata-se do sítio Vargem do Bom Jesus I, que se enquadra na categoria de sítios monocomponenciais de núcleo quartzo-arenoso descrita acima (FARIAS, 2014), e do sítio Rio do Meio, que é considerado um local de obtenção e processamento de recursos marinhos e é único em suas características (FOSSARI, 2004; GILSON; LESSA, 2018).

O reconhecimento da origem antrópica dos sambaquis em meados do século XX foi acompanhado por um movimento de luta contra a destruição desses sítios, a qual se dava principalmente por meio da exploração de seus depósitos conchíferos para a fabricação de cal (utilizado na construção civil) e incorria na transformação dos sítios em áreas de mineração. Três figuras foram de extrema relevância nessa luta pela preservação dos sambaquis e de outros sítios arqueológicos ligados aos povos indígenas no Brasil: Paulo Duarte, da Universidade de São Paulo, José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná, e Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional. A atuação conjunta dessa geração de intelectuais levou à criação da Lei Federal nº 3.924 de 1961, conhecida como a “Lei da Arqueologia”, que dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos do país.

Figura 3.6 – Caieira situada ao lado do sambaqui Lagoa do Saguacu, em Joinville, onde se processava o material conchífero do sítio para fabricação de cal. Atualmente, a estrutura da caieira se encontra restaurada



Foto da autora (2010).

Figura 3.7 – Registro histórico da destruição do sambaqui Jabuticabeira II para fabricação de cal, em Jaguaruna



Fonte: Acervo MHS/Colégio Catarinense, data desconhecida.

Outra figura importante na luta contra as caieiras e de especial relevância quando se trata dos sítios de Santa Catarina – e ainda mais do litoral central – foi o padre jesuíta João Alfredo Rohr. Fundador do Museu do Homem do Sambaqui do Colégio Catarinense e responsável pela pesquisa de inúmeros sítios arqueológicos da região, padre Rohr, como é conhecido, foi também representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje IPHAN) ao longo dos anos 1970, período no qual vistoriou sítios, conscientizou autoridades e denunciou à justiça federal as depredações observadas (REIS; FOSSARI, 2009; COMERLATO, 2014; MARQUES, 2018).

Neste capítulo serão abordados diferentes aspectos do contexto de sambaquis do litoral central de Santa Catarina, entendido aqui como sendo composto pela Ilha de Santa Catarina, ilhas adjacentes e continente próximo. Num primeiro momento, o assunto será a distribuição desses sítios na paisagem, sua variabilidade e cronologia. Em seguida o foco recairá sobre aspectos da vivência de mundo das populações costeiras responsáveis pela construção dos sambaquis, como sua dieta e alimentação, tecnologia, padrão deposicional e formação dos sambaquis, mobilidade e interação com outras populações, e evidências de violência interpessoal. Nesse momento, serão apresentadas também algumas das mudanças pelas quais essas populações passaram a partir de 2000 anos AP e que culminaram no abandono da prática

de construção de sambaquis, para que depois seja iniciada uma discussão sobre esses processos de mudança com levantamento e análise das explicações mais frequentemente utilizadas. Por fim, para uma reflexão final, serão abordadas algumas das questões que permanecem sobre a história e vivência de mundo dessas populações pré-coloniais, bem como questões relacionadas à gestão dos sítios arqueológicos e à memória indígena atrelada a eles.

### 3.1 O litoral central como contexto local

Existem diversas formas de delimitar a faixa costeira que corresponde ao litoral central de Santa Catarina. Aqui, o litoral central é delimitado a partir do cruzamento de dados geomorfológicos (LAGO, 1968; CRUZ, 1998; AB'SÁBER, 2006) e arqueológicos, correspondendo à Ilha de Santa Catarina, às ilhas adjacentes e ao continente próximo. Em termos geopolíticos, para ilustrar a extensão da área, pode-se dizer que essa faixa costeira vai, mais ou menos, do município de Porto Belo ao município de Garopaba.

No litoral central, as formações cristalinas com mata ombrófila densa esbarram mais frequentemente no mar, resultando numa planície litorânea mais estreita e em numerosos costões, enseadas, baías e ilhas que fazem dessa porção a mais recortada do litoral catarinense (LAGO, 1968). Não são, porém, apenas as características geomorfológicas que diferenciam e delimitam o litoral central: podemos considerar também o contexto arqueológico nessa delimitação, inclusive os sambaquis.

Embora seja possível traçar inúmeros paralelos entre os sambaquis de diferentes partes da costa catarinense, o contexto arqueológico do litoral central conta com alguns elementos que o diferenciam das porções litorâneas que lhe são adjacentes ao norte (região de Joinville) e ao sul (região de Laguna), indicando que algo diferente estava acontecendo nessa região em tempos pré-coloniais. Entre esses elementos, podemos elencar:

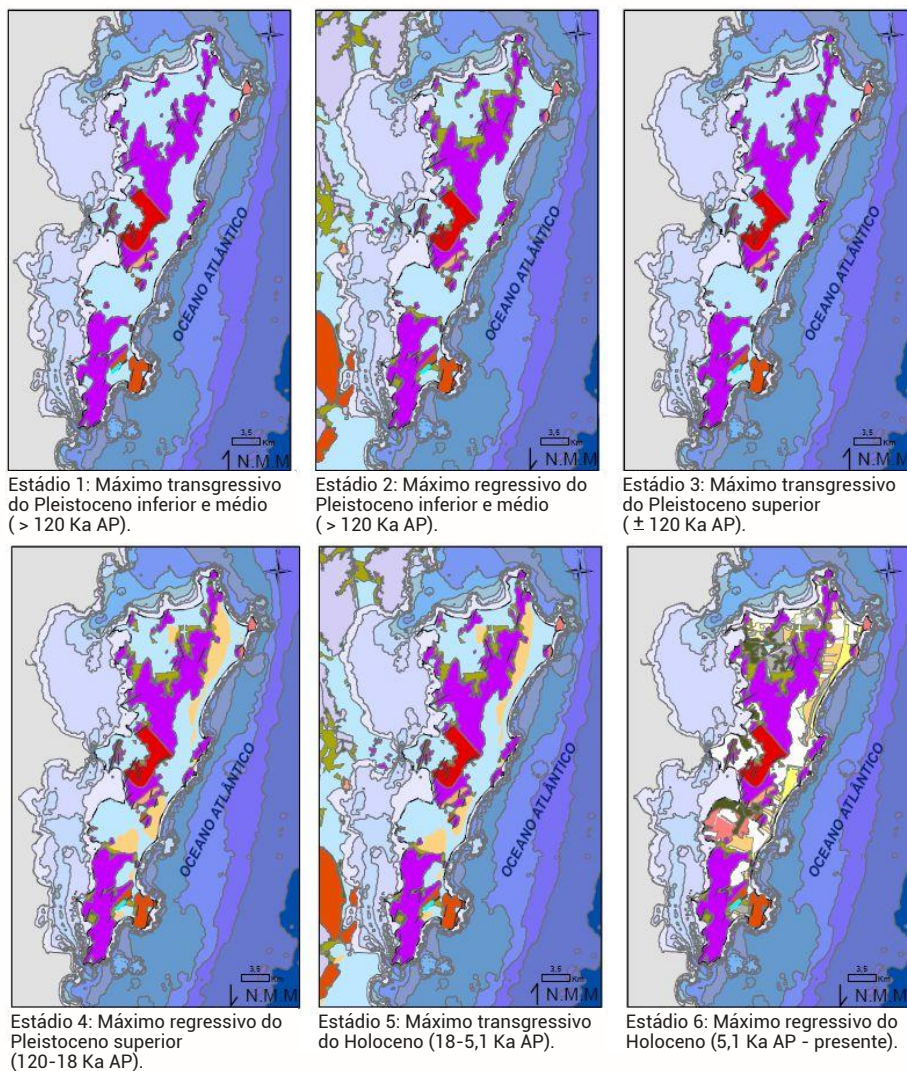
- 1) a menor dimensão dos sambaquis (OPPITZ, 2011);
- 2) a ocorrência de sítios de inscrições rupestres, especificidade do litoral central no contexto litorâneo nacional (COMERLATO, 2005a);
- 3) a maior ocorrência de sítios de amoladores-polidores fixos (AMARAL, 1995; SOPHIATI, 2010);
- 4) a maior ocorrência de sítios com presença de cerâmica da tradição Itararé (FOSSARI, 2004);
- 5) a maior quantidade de indivíduos com lesões associadas à violência interpessoal (LESSA; SCHERER, 2008);

- 6) a existência de marcadores osteológicos que distanciam o litoral central das demais porções litorâneas catarinenses do ponto de vista da paleogenética (NEVES, 1988; HUBBE *et al.*, 2009; OKUMURA, 2008).

Essa ênfase inicial na identificação e delimitação de algo que podemos chamar de “litoral central” se justifica pela importância de termos sempre em mente, ao longo deste capítulo, que os sítios mencionados não são fenômenos isolados. Esses sítios e as populações associadas a eles fazem parte de um contexto maior, que aqui chamamos de litoral central, estando conectados entre si por meio de redes de relações diversas; contexto local este que, por sua vez, de alguma forma está também conectado com o contexto ainda mais amplo de sambaquis do litoral catarinense. O cruzamento de elementos geomorfológicos e arqueológicos nessa delimitação também não é em vão, ajudando-nos a lembrar que a conformação de qualquer contexto arqueológico se dá sempre na correspondência entre elementos humanos e não humanos.

Agora que estamos familiarizadas com o litoral central, podemos começar a pensar em sua variabilidade interna, no tempo e no espaço. Um primeiro ponto a ser levantado, e que sugiro mantermos em mente também, é que as características físicas do ambiente em que vivemos hoje ao circularmos pela Ilha de Santa Catarina e arredores não são as mesmas em que as populações pré-coloniais viveram – e isso não se deve apenas à urbanização. Estudos de evolução paleogeográfica nos mostram que muitas áreas de planície mais baixas ou alagadiças já foram o centro de antigas paleolagunas ou baías. Um bom exemplo disso é a bacia do Rio Ratonés, no norte da Ilha de Santa Catarina (DUARTE, 1981; COMERLATO, 2007). Outro exemplo é a Lagoa da Conceição, que já teve diferentes configurações o longo do tempo (JOCKYMAN, 2015), e a própria Ilha de Santa Catarina, que, em meio a regressões e transgressões marinhas, passou de um arquipélago para a configuração atual (HORN FILHO; LIVI, 2013), sendo nada mais nada menos que “[...] um conjunto de esporões que o processo de sedimentação, ainda no quaternário, culminou por uni-los, preservando ainda em seu interior duas lagoas” (LAGO, 1968, p. 32).

Figura 3.8 – Mapa geoevolutivo da planície costeira da Ilha de Santa Catarina, mostrando as transformações que o arquipélago da Ilha de Santa Catarina sofreu desde o Pleistoceno inferior até o Holoceno tardio



Fonte: Horn Filho e Livi (2013, s/p).

Com base nesses estudos de evolução paleogeográfica, sabemos que muitos sítios que hoje se situam à beira-mar não estão de fato “voltados” para o oceano, mas para o interior do sistema paleolagunar que integravam; mesma coisa com relação a sítios que atualmente se encontram afastados de qualquer corpo d’água. Há sim, no entanto, sítios que foram assentados à beira-mar

quando a configuração da planície costeira já era a mesma ou muito parecida com a atual, tendo sua localização sido definida principalmente em função do mar. Desse modo, percebe-se que há uma variabilidade nos locais escolhidos para assentar os sítios, variabilidade esta que segue padrões distintos em diferentes partes do litoral central e que, tudo indica, está também associada à cronologia.

Utilizando-nos da classificação que Duarte (1971) faz da distribuição dos sambaquis na Ilha de Santa Catarina, podemos dizer que, *grosso modo*, enquanto alguns sítios estão assentados sobre material de encosta junto aos grandes modelados de dissecação (morros), outros estão sobre pequenos modelados de dissecação que adentram o mar (pontões rochosos) e outros ainda sobre terrenos arenosos de antigos cordões litorâneos junto à antiga linha d'água. Para além da classificação de Duarte (1971), podemos acrescentar as planícies e terraços marinhos atuais e lembrar que esses sítios não se limitam à Ilha de Santa Catarina, estando presentes também no continente próximo e nas ilhas menores adjacentes (ver Apêndice V, Mapa 1).

Figura 3.9 – Sítio Ponta das Canas I, assentado junto à encosta do modelado de dissecação do canto norte da Praia de Ponta das Canas, Florianópolis. A base do sítio está sobre a areia da praia e as estruturas arqueológicas seguem até a altura da casa amarela



Fonte: Foto de Isabeli Micheli Vieira (2019).

Figura 3.10 – Sítio Ponta dos Limões, assentado sobre um pontal rochoso na porção sul da Praia do Curtume, bairro José Mendes, Florianópolis



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2014).

Figura 3.11 – Sítio Ratonés I, assentado sobre um antigo banco de areia no interior da paleolaguna do Rio Ratonés, Florianópolis, hoje bastante afastado da linha d'água



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2014).

Figura 3.12 – Sítio Base Aérea I, assentado sobre um terraço marinho recente, em terrenos da Base Aérea de Florianópolis



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2014).

Figura 3.13 – Sítio Arvoredo I, assentado junto ao mar na porção nordeste da Ilha do Arvoredo, Florianópolis



Fonte: Foto da autora (2019).



A ausência de datas para a maioria dos sítios nos impede de estabelecer correlações seguras entre os seus locais de implantação e a cronologia. Em algumas partes do litoral central, no entanto, é possível observar uma recorrência de sítios com idade mais recente (entre 1500 e 600 anos AP), ou sem idade conhecida mas potencialmente mais recentes devido à presença de cerâmica (<1500 AP),<sup>23</sup> assentados em planícies e terraços marinhos atuais e pontões rochosos, além de frequentemente em ilhas menores do arquipélago da Ilha de Santa Catarina, indicando que algumas dessas comunidades pré-coloniais, antes articuladas no entorno de antigas lagunas, talvez estivessem se voltando para o mar em tempos mais recentes.

Tabela 3.1 – Cronologia dos sambaquis do município de Florianópolis, apresentando as datações disponíveis até o momento juntamente com informações sobre a unidade geomorfológica onde os sítios estão assentados, sua relação com os corpos d'água, morfologia e composição. Idades radiocarbônicas convencionais (a não ser quando indicado)

Sítio	Material analisado	ID Lab	Idade (anos AP)			Datas disponíveis (qtd)	Referência	Unidade geomorfológica	Corpo d'água	Morfologia	Matriz	Localização
			Mais antiga	Mais tardia	Sigma							
Porto do Rio Vermelho I	Carvão Concha	LLNL 53115 LLNL 42114	5020	3987	.	4	De Masi (2001)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Leste da Ilha de SC
Vargem do Bom Jesus I	Concha Concha	Beta 383573 Beta 383572	5010	4910	30 30	2	Farias (2014)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera e arenosa	Norte da Ilha de SC
Barra da Lagoa I	Sedimento e concha*	LACIFID/ USP	4714	2596	450 200	3	Jockyman (2015)	Modelado de dissecação	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Leste da Ilha de SC
Pântano do Sul I	Carvão Carvão	Westwood	4515	3735	.	4	Rohr (1977)	Modelado de dissecação	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Sul da Ilha de SC
Ponta das Almas	Concha Concha	Isotopes 2627	4289	2400	400 250	4	Hurt (1974)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Leste da Ilha de SC
Canto dos Araçás	Sedimento e concha* Carvão	LACIFID/ USP Beta 401461	4200	2890	. 30	2	Jockyman (2015)	Modelado de dissecação	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Leste da Ilha de SC
Jurerê IV	Concha	.	3801	.	103	1	Duarte (1981)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Norte da Ilha de SC
Praia Grande	Carvão	Beta 401462	2980	.	30	1	Jockyman (2015)	Planície eólica	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Leste da Ilha de SC
Armação do Sul	Colágeno humano Colágeno humano	Beta 384019 Beta 384015	2900	1430	30	30	Oppitz (2015)	Cordões de restinga	Paleolaguna	Raso	Arenosa	Sul da Ilha de SC
Jurerê III	Concha	.	2378	.	128	1	Duarte (1981)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Norte da Ilha de SC
Ponta do Lessa	.	Beta 178076	2340	.	60	1	Fossari (2004)	Modelado de dissecação	Mar de baía	Monticular	Conchifera	Oeste da Ilha de SC
Ratones IV	.	.	2340	.	120	1	Duarte (1981)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchifera	Norte da Ilha de SC

<sup>23</sup> A cerâmica aparece no litoral catarinense por volta de 1400 AP, conforme data obtida para o sítio Enseada I, em São Francisco do Sul (BANDEIRA, 2004).

Porto do Rio Vermelho II	Carvão Carvão	LLN 42116 LLN 42122	1735	1067	.	6	De Masi (2001)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchífera	Leste da Ilha de SC
Canto da Lagoa II	Concha Concha	LLNL 42115 LLNL 42121	1597	1169	.	3	De Masi (2001)	Planície aluvial	Paleolaguna	Monticular	Conchífera	Leste da Ilha de SC
Tapera	Colágeno humano Colágeno humano	Beta 384036 Beta 384034	1330	1150	30 30	5	Oppitz (2015)	Terraço marinho recente	Mar de baía	Raso	Arenosa	Sul da Ilha de SC
Rio do Meio	Otólito Carvão	Beta 451662 Beta 451660	870	600	30 30	4	Gilson e Lessa (2020)	Planície marinha	Mar de baía	Raso	Arenosa	Norte da Ilha de SC
Base Aérea I	Carvão	SI 243	800	.	201	.	Gilson e Lessa (2020)	Terraço marinho recente	Mar de baía	Raso	Arenosa	Sul da Ilha de SC
Arvoredo I	.	.	<1500	.	.	.	Rohr (1969), Oppitz (2019)	Modelado de dissecação	Mar aberto	Monticular	Ictiológica	Ilha do Arvoredo
Ponta da Armação I	.	.	<1500	.	.	.	Fossari <i>et al.</i> (1987), Bueno <i>et al.</i> (2015)	Modelado de dissecação	Mar aberto	Monticular	Ictiológica	Sul da Ilha de SC
Cruzeiro	.	.	<1500	.	.	.	Rohr (1984), Amaral e Scherer (2002)	Terraço marinho recente	Mar de baía	Raso	Arenosa	Sul da Ilha de SC
Joaquina I	.	.	<1500	.	.	.	Rohr (1984), Fossari <i>et al.</i> (1989)	Planície eólica	Mar aberto	Raso	Arenosa	Leste da Ilha de SC
Ponta do Caçador II	.	.	<1500	.	.	.	Rohr (1984), Fossari <i>et al.</i> (1988b)	Modelado de dissecação	Mar aberto	Sem informação precisa	S/informação precisa	Leste da Ilha de SC
Barra da Lagoa II	.	.	<1500	.	.	.	Rohr (1961), Duarte (1971)	Planície aluvial	Mar aberto	Sem informação precisa	S/informação precisa	Leste da Ilha de SC
Santo Antônio	.	.	<1500	.	.	.	Fossari <i>et al.</i> (1988b)	Planície marinha	Mar de baía	Sem informação precisa	S/informação precisa	Norte da Ilha de SC
Ponta do Sambaqui	.	.	<1500	.	.	.	Fossari <i>et al.</i> (1988b), Bueno <i>et al.</i> (2015)	Modelado de dissecação	Mar de baía	Monticular	S/informação precisa	Norte da Ilha de SC
Ingleses II	.	.	<1500	.	.	.	Fossari <i>et al.</i> (1988a)	Planície marinha	Mar aberto	Sem informação precisa	S/informação precisa	Norte da Ilha de SC
Ponta das Canas I**	.	.	<1500	.	.	.	Bigarella (1949), Oppitz (2019)	Modelado de dissecação	Mar de baía	Monticular	Ictiológica	Norte da Ilha de SC
Lagoinha de Ponta das Canas I**	.	.	<1500	.	.	.	Bigarella (1949), Fossari <i>et al.</i> (1988b)	Modelado de dissecação	Mar de baía	Monticular	S/informação precisa	Norte da Ilha de SC

\* Idade obtida a partir de termoluminescência (TL), luminescência oticamente estimulada (LOE) e ressonância paramagnética eletrônica (RPE).

\*\*Informações referentes à ocupação mais recente do sítio, quando o sistema paleolagunar onde estaria originalmente inserido já teria se fechado; a data inicial de ocupação do sítio é ainda desconhecida.

Isso nos leva à outra variabilidade interna no conjunto de sítios do litoral central, relacionada à sua composição e morfologia. Diferentemente dos sambaquis de padrão conchífero e mesmo dos sambaquis monocomponenciais de núcleo quartzo-arenoso anteriormente mencionados, muitos desses sítios mais recentes contam com menor quantidade de conchas (que se restringem a camadas ou feições específicas), apresentando uma matriz que é muito mais arenosa do que conchífera, com grande quantidade de ossos de peixe e matéria orgânica, podendo apresentar cerâmica ou não. Entre eles estão o sítio raso Rio do Meio, entendido por Fossari (2004) como uma “estação pesqueira” (ver também GILSON; LESSA, 2018), e os sítios que Rohr (1984b) costumava chamar de “sítio raso de sepultamento”,<sup>24</sup> tendo Tapera I e Base Aérea I como exemplos clássicos. Vale lembrar, contudo, que alguns sítios rasos contam com idades mais recuadas, como o sítio Armação do Sul e uma porção do sítio Pântano do Sul I, fazendo parte de outros contextos cronológicos. Por fim, entre os sítios mais tardios marcados pelo abandono do uso de conchas em sua formação, é possível citar também o sítio Arvoredo I. Embora tenha sido registrado por Rohr (1969) como um sambaqui de padrão conchífero, uma pesquisa recente na Ilha do Arvoredo, realizada pela equipe do MARQUE/UFSC e do LEIA/UFSC como parte do projeto de doutorado de Oppitz (2019), revelou que, em vez de conchas, o sítio apresenta ossos de fauna (principalmente peixes) como componente principal, o que permite enquadrá-lo na categoria

---

<sup>24</sup> Embora esses sítios sejam tradicionalmente entendidos como “sítios habitação”, em que os mortos seriam enterrados no interior do espaço domiciliar ou em cemitérios contíguos às moradias (ROHR, 1977; SILVA *et al.*, 1990; SCHMITZ *et al.*, 1992), não há evidência arqueológica clara dessa função de habitação. Tal ideia se baseia apenas na distribuição dos sepultamentos em conjuntos que corresponderiam aos limites das unidades domésticas, inspirando-se muito mais na etnografia e etno-história do que no registro arqueológico. Por esse motivo, considero aqui apenas a função funerária, por ser o único uso que até o momento pode ser assertivamente atribuído aos espaços escavados. É preciso também fazer uma ressalva com relação à matriz arenosa que atribuo aqui a esses sítios. De acordo com Rohr (1984, p. 84-85), “o sítio de sepultamentos apresenta uma camada arqueológica, que oscila de trinta centímetros a um metro de espessura. É composta de restos de cozinha: húmus, carvão vegetal, conchas, ossadas de peixes e de outros animais e o mais variado material arqueológico, análogo ao encontrado nos sambaquis. O sítio de sepultamento distingue-se dos sambaquis, apenas, por encerrar pequeno teor de conchas, enquanto o sambaqui é essencialmente composto de conchas”. Essa definição permite uma aproximação com a categoria de montículo ictiológico (VILLAGRAN *et al.*, 2010; GIANNINI *et al.*, 2010), mas com diferença na morfologia, que parece ser rasa em vez de monticular. Como as pesquisas realizadas em sítios rasos de sepultamentos são todas mais antigas, as descrições e croquis da estratigrafia dos sítios não especificam a proporção de material ósseo faunístico, que na época não era entendido como material construtivo ou elemento importante da composição e processo de formação dos sítios, apenas como “restos de cozinha”. Desse modo, ficamos aqui com o que as descrições e fotografias revelam, que é o padrão arenoso das camadas arqueológicas, até que sejam realizados estudos mais detalhados nesses sítios.

de montículo ictiológico (“ictio-” refere-se a “peixe”), sítio ou camadas sobre sítios formadas por “misturas maciças ou mal estratificadas de areia com ossos de peixe, carvão, conchas ocasionais e, em alguns casos, fragmentos cerâmicos” (VILLAGRAN, 2012). Mais à frente, quando discutirmos sobre as mudanças no padrão deposicional e o aparecimento da cerâmica, voltaremos a esse assunto da variabilidade de sítios.

Tabela 3.2 – Síntese da variabilidade de sítios no litoral central em termos de morfologia, composição, presença de sepultamentos e função

Tipologia	Morfologia	Matriz	Sep	Função	Cronologia	Exemplo
Padrão conchífero	Monticular	Conchífera	Sim	Funerária	5000-1500 AP	Canto dos Araçás
Núcleo quartzo-arenoso	Monticular	Conchífera e arenosa	Não	Específica	5000-1500 AP	Vargem do Bom Jesus I
Raso de sepultamentos	Raso	Arenosa	Sim	Funerária	5000-1500 AP	Armação do Sul I
Raso de sepultamentos	Raso	Arenosa	Sim	Funerária	1500-600 AP	Tapera I
Raso	Raso	Arenosa	Não	Pesqueira	1500-600 AP	Rio do Meio
Montículo ictiológico	Monticular	Ictiológica	Sim	Funerária	1500-600 AP	Arvoredo I

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Figura 3.14 – Sítio Canto dos Araçás, Florianópolis. Exemplo de sítio de padrão conchífero e morfologia monticular



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2014).

Figura 3.15 – Sítio Vargem do Bom Jesus I, Florianópolis. Exemplo de sítio de núcleo quartzoso-arenoso e morfologia monticular



Fonte: Farias (2014, p. 204).

Figura 3.16 – Sítio Armação do Sul, Florianópolis. Exemplo de sítio raso de sepultamentos com datação mais recuada



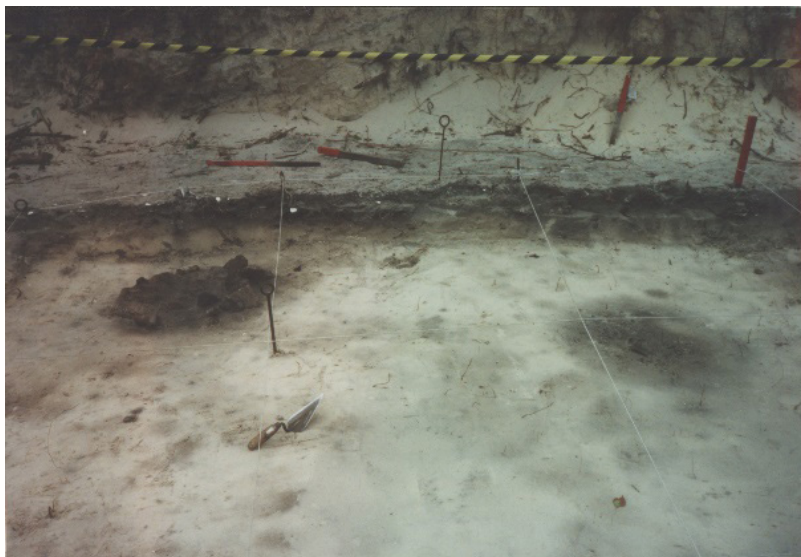
Fonte: Acervo MHS/Colégio Catarinense (1969).

Figura 3.17 – Sítio Taperá I, Florianópolis. Exemplo de sítio raso de sepultamentos com datação mais recente



Fonte: Acervo MHS/Colégio Catarinense (1963).

Figura 3.18 – Sítio Rio do Meio, em Jurerê, Florianópolis. Exemplo de sítio raso com função pesqueira



Fonte: Acervo MARquE/UFSC (1997).

Figura 3.19 – Sítio Arvoredo I, na Ilha do Arvoredo, Florianópolis. Exemplo de montículo ictiológico. Nota-se o sedimento escuro na superfície do sítio



Fonte: Foto da autora (2019).

## 3.2 Vivendo a paisagem

Neste momento serão apresentados alguns aspectos da vivência de mundo das populações associadas aos sítios conchíferos (dieta e alimentação, tecnologia, mobilidade e interação com outras populações, padrão deposicional e processo de formação dos sambaquis, e violência interpessoal), bem como algumas das mudanças pelas quais essas populações passaram ao longo do tempo. Para isso, serão usados dados referentes a sítios do litoral catarinense como um todo, e não somente do litoral central. Tal escolha se deve à quantidade ainda pequena de estudos realizados nessa porção litorânea, sendo preciso conjugar dados de diferentes localidades para a formulação de quadros mais robustos e coerentes.

### 3.2.1 Dieta e alimentação

Hoje sabemos que a despeito da grande quantidade de valvas de moluscos que caracteriza a estratigrafia dos sambaquis, os grupos humanos a eles associados tinham provavelmente nos peixes sua principal fonte de alimento, sendo os moluscos utilizados para outros fins e consumidos em quantidade muito menor do que um dia se supôs. Além disso, sabemos que, embora baseada principalmente nos peixes, a dieta dessas populações era bastante variada, contando também, em menor quantidade, com moluscos, crustáceos, aves, mamíferos marinhos, mamíferos terrestres e, ainda, com alimentos vegetais oriundos de tubérculos, gramíneas e palmeiras em quantidades significativas, indicando a existência de práticas de manejo e cultivo entre essas populações e configurando uma economia mista (BANDEIRA, 1992; FIGUTI, 1993; KLÖKLER, 2001; DE MASI, 2001, 2009; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003; WESOLOWSKI, 2000, 2007; HANSEL; SCHMITZ, 2006; BASTOS, 2014; PEZO-LANFRANCO *et al.*, 2018). Mas não foi sempre assim.

Os estudos sobre a dieta das populações associadas aos sambaquis da costa sul e sudeste brasileira passaram por duas relevantes viradas teórico-metodológicas nas últimas décadas. A primeira delas se deu na década de 1990, e está relacionada ao reconhecimento da relevância dos peixes na dieta desses grupos litorâneos; a segunda, nos anos 2000, diz respeito ao uso de novos métodos provenientes das mais diversas relações interdisciplinares que, entre outras contribuições, possibilitaram o reconhecimento da importância dos vegetais.

A primeira virada – a dos peixes – teve início com estudos de zooarqueologia que, a partir de cálculos do Número de Peças Identificadas (NPI) e Número Mínimo de Indivíduos (NMI), estimaram a proporção



de massa comestível entre restos de peixes e moluscos presentes nos sítios, mostrando que os pescados correspondem à maior parte da massa comestível estimada (BANDEIRA, 1992; FIGUTI, 1993; KLÖKLER, 2001) e, portanto, à principal fonte proteica na dieta desses grupos. Até então, a impressionante quantidade de restos de conchas nos sítios, a desatenção à forma como os processos tafonômicos afetam diferentemente conchas e ossos de peixes e a inadequação dos métodos de análise levavam os pesquisadores a pensar que a dieta dessas populações se baseava predominantemente em moluscos (por exemplo, BECK, 2007).

Por volta dos anos 2000, métodos provenientes de relações interdisciplinares diversas – como as estabelecidas pela antracologia, paleopatologia, paleobotânica, arqueologia biomolecular e arqueologia isotópica – mudaram novamente o rumo das pesquisas no Brasil, acrescentando novos olhares possíveis à investigação da paleodieta dos grupos litorâneos, antes baseada, sobretudo, na zooarqueologia e em alguns estudos pontuais de paleopatologia. Foi a “virada dos vegetais”.

Como colocam Scheel-Ybert *et al.* (2003) e Wesolowski (2007), a escassez de evidências diretas preservadas – o que em parte se deve a um contexto nacional de solo e clima desfavoráveis à preservação – fez com que por muito tempo o papel dos vegetais entre as populações litorâneas fosse subestimado. Sua presença vinha sendo inferida somente a partir de sementes e coquinhos queimados encontrados fortuitamente ou, então, por evidências indiretas como artefatos líticos aos quais são atribuídas funções de preparação de alimentos vegetais (almofarizes, socadores e moedores) (TENÓRIO, 1991), e observações de frequências e prevalências excepcionalmente altas de cárie em alguns sítios (WESOLOWSKI, 2000).

Esforços metodológicos no sentido de revelar a presença vegetal para além de achados fortuitos e evidências indiretas tiveram início somente com estudos de antracologia (SCHEEL-YBERT, 2001; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003), que chamaram a atenção para a presença constante de macrorrestos de tubérculos carbonizados – tanto do tipo C3 (carás) quanto do tipo C4 (gramíneas) – ao longo da estratigrafia dos sítios. Mais tarde, o estudo de microfósseis como fitólitos e grãos de amido a partir dos cálculos dentários de sepultamentos do litoral norte de Santa Catarina (Morro do Ouro, Enseada I, Forte Marechal Luz e Itacoara) (WESOLOWSKI, 2007), realizado na interface entre paleopatologia oral e paleobotânica, veio corroborar e acrescentar novas informações aos resultados antracológicos, identificando nos cálculos dentários das séries analisadas possíveis grânulos de milho, batatas-doces/*Araceae* e carás/*Dioscorea* sp. (apenas no sítio Morro do Ouro), bem como possíveis fitólitos de gramíneas/*Poaceae*, palmeiras/*Arecaceae* e – inusitadamente – de pinhão (nos sítios Itacoara e Enseada I).

Olhares antracológicos, paleopatológicos e paleobotânicos permitiram que as plantas fossem finalmente “vistas” no registro arqueológico, e, associados aos achados fortuitos e evidências indiretas – tecnológicas e paleopatológicas –, sugerem que as plantas contribuíram significativamente para a dieta dos grupos associados aos sambaquis, indicando práticas de manejo e cultivo de vegetais por essas populações (SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003; WESOLOWSKI, 2007).

Seguindo por caminho diferente, olhares isotópicos e biomoleculares sintonizados com as dimensões invisíveis do registro arqueológico – no nível do átomo e das moléculas – também sugeriram o consumo de vegetais por populações litorâneas, além de confirmarem a preponderância dos peixes na dieta, já demonstrada na década de 1990 por Bandeira (1992) e Figuti (1993).

Análises de isótopos estáveis de carbono ( $\delta^{13}\text{C}$ ) e nitrogênio ( $\delta^{15}\text{N}$ ) – indicadores do uso relativo de plantas  $\text{C}_3$  e  $\text{C}_4$  e do uso relativo de recursos marinhos e terrestres, respectivamente – a partir do colágeno de ossos e dentes humanos (DE MASI, 2001, 2009; BASTOS, 2014; COLONESE *et al.*, 2014; OPPITZ, 2015) e da apatita do esmalte dentário (BASTOS, 2014) revelaram uma dieta predominantemente marinha, baseada principalmente em peixe, para diversos sítios do litoral catarinense, porém com uma variação intra e intersítio considerável.

Resíduos de lipídios preservados em fragmentos cerâmicos de sítios do litoral catarinense (Enseada I, Ponta do Lessa, Rio do Meio, Tapera), analisados por cromatografia gasosa e cromatografia gasosa-espectrometria de massa (HANSEL; SCHMITZ, 2006) apontaram nesse mesmo sentido. Os lipídios de origem animal – e, em geral, animais de origem marinha – predominaram entre os extratos orgânicos totais, mas compostos lipídicos de origem vegetal como triterpenos (resinas) e ésteres (ceras epicuticulares), estes provavelmente relacionados à fervura de folhas para o consumo e a produção de fibras, também foram detectados, porém em menor quantidade e com exceção do sítio Ponta do Lessa. A associação entre cerâmica e recursos marinhos foi também observada por Colonese *et al.* (2014) ao realizar análises moleculares e isotópicas dos resíduos orgânicos da cerâmica do sítio Galheta IV, em Laguna.

Os resultados obtidos por Hansel e Schmitz (2006) e Colonese *et al.* (2014) mostraram que produtos de origem animal eram processados em maior quantidade nos vasilhames cerâmicos analisados do que produtos de origem vegetal, o que é bastante interessante, tendo em vista a forma como a presença ou ausência de cerâmica nos sítios arqueológicos costuma ser interpretada em termos de paleodieta, sendo a introdução da cerâmica geralmente associada ao consumo de produtos vegetais cultivados – e, logo, ao início de práticas horticuloras. Ao sugerirem que os vasilhames estavam sendo utilizados principalmente para o processamento de produtos de origem

animal e marinha, os dados gerados apontam para a manutenção, entre grupos portadores de cerâmica, de uma dieta que tinha sua matriz nos peixes.<sup>25</sup>

Assim, temos algumas evidências de mudança e continuidade no que diz respeito à dieta e à alimentação; outras mais podem ser acessadas a partir de outras abordagens. Bandeira (1992), por exemplo, ao estudar a mudança no meio de subsistência dos grupos associados ao sítio Enseada I (São Francisco do Sul) a partir de análises zooarqueológicas, mostra que há diferenças e semelhanças tanto quantitativas quanto qualitativas entre os recursos utilizados na passagem do horizonte sem cerâmica para o horizonte com cerâmica do sítio. Do ponto de vista zooarqueológico, portanto, a cerâmica não representou uma ruptura na dieta da população associada ao sítio Enseada I, tampouco uma permanência. A dieta dos dois momentos da ocupação, com e sem cerâmica, segue uma tendência geral encabeçada pelos peixes – que se mantém inclusive com relação às espécies de peixe mais consumidas – e, na sequência, pelos mamíferos e crustáceos, apontando para uma continuidade em termos de principais recursos alimentares. Ao mesmo tempo, contudo, o segundo momento da ocupação apresenta diferenças quantitativas e qualitativas em termos de número de fragmentos e variedade de recursos, apontando para descontinuidade.

No estudo de paleopatologia oral desenvolvido por Wesolowski (2007) nos sítios Morro do Ouro, Forte Marechal Luz (amostras sem cerâmica), Enseada I e Itacoara (amostras com cerâmica), os resultados obtidos foram de poucas cáries, desgaste intenso, pouca perda dentária em vida e presença significativa de cálculo com tamanho de depósito tendendo a moderado, o que é esperado para séries esqueléticas provenientes de sambaquis e teve como exceção somente as amostras do Morro do Ouro, com frequências e prevalências altas de cáries, do Forte Marechal Luz e Enseada I, com frequências e prevalências altas de perda dentária. A análise de microrresíduos (fitólitos e grãos de amido) nos cálculos dentários indicou consumo de alimentos amiláceos pelos indivíduos de todos os sítios, sem diferenças significativas entre as concentrações médias observadas.

---

<sup>25</sup> Deve-se considerar, porém, a variação na concentração de lipídios em diferentes recursos vegetais e animais (de modo que determinados recursos tenderão a deixar mais resíduos na cerâmica do que outros), além de que a análise dos resíduos orgânicos preservados na cerâmica às vezes pode indicar somente o último uso ou o uso final dos vasilhames. É possível que um mesmo vasilhame tivesse diferentes funções, sendo higienizado entre os diferentes usos. Nesse sentido, é importante entendermos qual é a taxa de absorção dos lipídios pelas paredes internas dos vasilhames (por exemplo, quanto tempo de uso ou cozimento é necessário para que essa absorção ocorra e em qual temperatura, assim como a variação dessa absorção conforme o tipo de pasta e acabamento da cerâmica).

Esses resultados apontam para a inexistência de correlação entre presença de cerâmica e cáries, ou presença de cerâmica e consumo de vegetais. Tanto os indivíduos de sítios com cerâmica quanto aqueles de sítios sem cerâmica apresentaram frequências e prevalências baixas de cárie (com exceção do Morro do Ouro), além de um aporte semelhante de alimentos amiláceos, o que nos leva a atentar mais uma vez para a continuidade, dessa vez no consumo de vegetais e nas escolhas, técnicas de processamento e padrões de ingestão dos alimentos que, como coloca a autora (WESOLOWSKI, 2007), poderiam, entre outros fatores, ter atuado na modulação do – baixo – desenvolvimento de cárie dos indivíduos analisados. O consumo de alimentos altamente proteicos como os peixes, por exemplo, é levantado pela autora como um possível fator cariostático que estaria impedindo o desenvolvimento de cáries, mesmo sob uma dieta que conta com quantidades significativas de amido. De um ponto de vista qualitativo, no entanto, Wesolowski (2007) observou variações entre as amostras analisadas com relação aos tipos de alimentos amiláceos consumidos, sugerindo que a escolha e apropriação dos vegetais disponíveis para uso alimentar variou segundo fatores locais, temporais e possivelmente culturais.

Por fim, o olhar isotópico. As análises de isótopos estáveis de  $\delta^{15}\text{N}$  e  $\delta^{13}\text{C}$  realizadas por De Masi (2001, 2009), Bastos (2014), Colonese *et al.* (2014) e Oppitz (2015) em indivíduos de diversos sítios do litoral catarinense, com e sem presença de cerâmica, revelaram – como já mencionado – uma dieta essencialmente marinha, havendo, no entanto, alguns indivíduos com dietas mais terrestres ou essencialmente terrestres nos sítios Morro do Ouro, Enseada I, Ponta das Almas, Ponta do Lessa, Forte Marechal Luz, Tapera, Jabuticabeira II e Galheta IV. Em tempos mais tardios, a dieta se mantém essencialmente marinha tanto em sítios cerâmicos quanto em não cerâmicos, porém, nesse período, alguns grupos baixam seus valores  $\delta^{15}\text{N}$  ao mesmo tempo que mantêm, diminuem ou aumentam os valores  $\delta^{13}\text{C}$ , o que poderia indicar a entrada de um componente alimentar diferente, como a introdução ou o consumo maior de plantas  $\text{C}_3$  ou  $\text{C}_4$ .

Os dados isotópicos, portanto, indicam que a dieta permaneceu essencialmente marinha ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, indicam que dentro dos limites dessa tendência geral houve transformação para uma dieta mais terrestre – ou menos marítima – em tempos mais tardios, independentemente da presença de cerâmica nos sítios. Pequenas variações num todo homogêneo maior.

A partir das pesquisas apresentadas, é possível perceber como as noções de mudança e permanência são dependentes das escalas e dos métodos de análise empregados. Diferentes olhares revelam diferentes dimensões dos fenômenos de mudança e continuidade: temos continuidade no consumo

de peixes a partir de um olhar biomolecular; continuidade no consumo das mesmas espécies de peixes e descontinuidade em termos de quantidade de fragmentos e diversidade de espécies a partir de um olhar zooarqueológico; continuidade com relação ao consumo de alimentos amiláceos e um conjunto de fatores mantenedores de baixos índices de cáries a partir de um olhar paleopatológico/paleobotânico, porém descontinuidade nos tipos de alimentos amiláceos consumidos; e, por fim, a partir de um olhar isotópico, novamente continuidade e descontinuidade, dessa vez, respectivamente, em termos de uma dieta com tendência marinha – numa escala menor, mais distante – e de pequenas variações dentro da tendência geral – numa escala maior, mais aproximada – que apontam para dietas mais terrestres ou menos marinhas.

### 3.2.2 Tecnologia

As populações associadas aos sambaquis confeccionavam e se relacionavam com uma cultura material variada, utilizada em diferentes atividades cotidianas e rituais. Os objetos mais comumente encontrados no registro arqueológico são aqueles confeccionados em pedra (ex. lâminas de machado, pesos de rede, zoólitos), ossos de peixes, mamíferos e aves (ex. pontas, anzóis), conchas (ex. contas de colar) e argila (ex. recipientes de argila não cozidos e, em tempos mais recentes, cerâmica).

Esses são os materiais que melhor se preservam em meio aos processos pós-deposicionais. Outros objetos, porém, como aqueles confeccionados em matéria-prima vegetal (ex. cestaria, armadilhas) ou plumária (ex. adornos), também deviam fazer parte da vivência de mundo dessas populações, embora, por serem de composição principalmente orgânica, não tenham se preservado no registro arqueológico. Em circunstâncias muito especiais, no entanto, esses materiais mais perecíveis ou traços deles podem sim se preservar, tanto como macro quanto como microvestígios.

É o caso de contextos encharcados, do qual o sambaqui Cubatão I, em Joinville, é um excelente exemplo. Nas camadas basais desse sítio, encharcadas pelas águas do Rio Cubatão, foram encontradas desde cordas, nós e amarrações em fibras de cipó até amostras de trançados e, ainda, estacas de madeira, possivelmente utilizadas na sustentação do sambaqui juntamente com fragmentos de rocha, assim reforçando a ideia da construção dos sambaquis como uma arquitetura de conchas deliberada (PEIXE; MELO JÚNIOR; BANDEIRA, 2007; BANDEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2009; SANTOS, 2010). É o caso também de materiais que passam por processo de carbonização, preservando-se no registro arqueológico como carvão e, assim,

indicando o uso de recursos vegetais, como as madeiras, em atividades tanto econômicas quanto cerimoniais (SCHEEL-YBERT, 2001).

Figura 3.20 – Peça trançada coletada da base encharcada do sítio Cubatão I, em Joinville



Fonte: Acervo MASJ (2008).

Figura 3.21 – Estaca de madeira coletada da base encharcada do sítio Cubatão I, em Joinville



Fonte: Santos (2010, p. 31).

A produção e uso de materiais de origem vegetal pode também ser inferida a partir de evidências indiretas, como os “negativos” de estacas de madeira que possivelmente faziam parte da estruturação dos espaços funerários no sítio Jabuticabeira II (BENDAZZOLI, 2007). Com a decomposição da madeira, os espaços vazios deixados pelas estacas foram preenchidos com o sedimento imediatamente superior na estratigrafia, de coloração diferente, formando os “negativos” por meio do contraste (ver Figuras 3.3 e 3.5). Outro exemplo interessante são as evidências indiretas do uso de embarcações, como os marcadores de estresse musculoesquelético estudados nos esqueletos do sítio Tapera, em Florianópolis, que apontam para solicitações mecânico-musculares associadas a atividades de navegação (SCHERER; RODRIGUES-CARVALHO 2006; SCHERER, 2012); e a presença de artefatos específicos que também podem ser associados à produção de embarcações, como enxós (CALIPPO, 2011). Ainda, o uso de objetos como redes e armadilhas pode ser inferido a partir da variabilidade da ictiofauna (peixes) presente nos sítios e informações etnográficas (SOUSA, 2011).

Como estamos falando de comunidades intimamente relacionadas com ambientes aquáticos (lagunares e marítimos) e, além disso, comunidades pesqueiras, uma parte considerável da cultura material encontrada nos sambaquis está ligada a atividades de pesca, como pesos de rede (feitos em pedra), anzóis (feitos em osso) e pontas (também em osso) que eram afixadas em hastes de madeira e poderiam ser utilizadas tanto na pesca quanto na caça de animais terrestres. Encontramos também objetos associados ao processamento de recursos tanto vegetais quanto animais e minerais, como almofarizes e quebra-coquinhos, que eram feitos em pedra e utilizados para triturar e moer; lascas e lâminas de machado, também de material lítico; e conchas, que eram utilizadas para raspar e cortar. Outros objetos tinham função de adorno, como conchas e dentes de animais (porco-do-mato, tubarão, jacaré) que, perfuradas, trabalhadas, ou, simplesmente, amarradas com algum material fibroso, tornavam-se contas de colar. As esculturas zoomorfas, por sua vez, provavelmente tinham função ritual, sendo encontradas junto a sepultamentos; e o mesmo pode ser dito do ocre, pigmento mineral vermelho com o qual os corpos dos indivíduos falecidos eram cobertos durante o ritual funerário.

Afora o aparecimento da cerâmica, a tecnologia associada aos sítios conchíferos – em termos de indústria lítica e óssea – apresenta uma aparente continuidade ao longo do tempo, permeada por algumas variações muito sutis que só se fazem perceptíveis a partir de um olhar mais aproximado. Embora combinem elementos diferentes em sítios distintos, essas variações estão geralmente relacionadas a um aumento na diversidade da indústria óssea, que, com o tempo, ganha também um acabamento mais fino.

Nishida (2007), por exemplo, observou que a camada de terra preta do sítio Jabuticabeira II, situado no litoral sul, apresenta artefatos em osso mais elaborados com relação ao resto do sítio, como uma placa polida possivelmente em osso de tartaruga, argolas e pontas. No sítio Forte Marechal Luz, no litoral norte, as bipontas que aparecem no fim da camada conchífera, pouco antes da mudança para o sedimento escuro, tornam-se mais frequentes nas camadas ainda mais recentes que apresentam cerâmica. Já os anzóis e dentes de tubarão – trabalhados com perfurações e raízes alisadas ou não – aparecem pela primeira vez somente na camada da mudança para o sedimento orgânico escuro e se tornam mais frequentes nas camadas com presença de cerâmica (BRYAN, 1993 *apud* WESOŁOWSKI, 2007). Ainda no litoral norte, o sítio Enseada I conta com uma indústria óssea mais diversificada e elaborada no horizonte cerâmico, no qual se destaca a ocorrência de anzóis, exclusivos dessa camada. Pontas, bipontas, adornos, dentes e vértebras perfuradas ocorrem nas duas camadas, porém com um aumento de frequência no horizonte cerâmico – com exceção das pontas, que passam a aparecer em menor quantidade (BECK, 2007; FOSSARI, 1985).

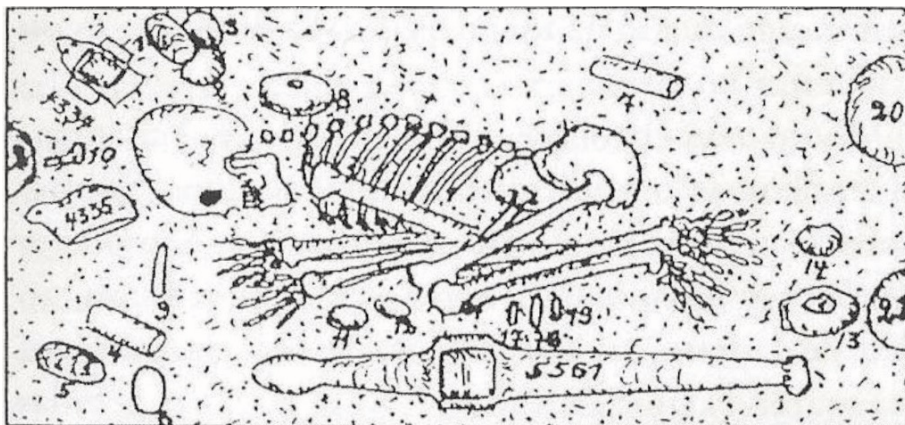
No litoral central, após revisitar as coleções referentes às escavações de Rohr nos sítios sem cerâmica do Pântano do Sul I, Laranjeiras I e Armação do Sul, e nos sítios com cerâmica da Tapera I, Laranjeiras II e Cabeçudas, Schmitz (1996, p. 185) concluiu que eles partilham uma mesma indústria lítica, com continuidade “[...] no uso da matéria-prima, na tecnologia de produção, na morfologia e no uso inferido”, embora isso não queira dizer “que não existem diferenças de um sítio para o outro, decorrentes, possivelmente, da duração destes e da história de cada um”. A indústria óssea também se apresenta semelhante em todos os sítios, formada principalmente por pontas ósseas e dentes de seláquios e mamíferos, porém a frequência desse material parece aumentar nos sítios cerâmicos, que guardam também algumas especificidades de tipo e técnica, como a ocorrência de anzóis (com exceção do sítio Tapera I), pontas pedunculadas com aletas e dentes de seláquios com duas perfurações.

Uma mudança interessante com relação às indústrias líticas e ósseas dos sambaquis é o surgimento de esculturas zoomorfas (zoólitos e zoósteos) em sítios com datações em torno de 4500 AP e 3000 AP, intervalo que representa o momento de expansão demográfica e geográfica das populações associadas aos sambaquis. A partir de 3000 AP esse tipo de artefato se torna raro, com ocorrência somente em um sítio com  $2750 \pm 250$  anos AP (Matinhos/PR), desaparecendo de vez do registro arqueológico (GOMES, 2012). A maioria dos zoólitos e zoósteos que atualmente se encontram em coleções museológicas foram encontrados por trabalhadores durante o processo de destruição dos sítios para a fabricação de cal e construção de estradas, não havendo registro de seus contextos originais (localização no sítio e associação com outros objetos



e estruturas arqueológicas). Nos raros casos em que uma escultura zoomorfa teve seu contexto registrado, foi em contexto funerário (TIBURTIUS; BIGARELLA, 1960), indicando que esses objetos poderiam ter uma função ritual. Quando falamos nos objetos zoomorfos, no entanto, é importante considerar que estamos falando também das relações dessas comunidades costeiras com os animais representados nas esculturas, geralmente peixes e mamíferos marinhos, e do local que esses animais ocupavam em sua cosmovisão e universo simbólico, além da participação efetiva desses objetos, por meio de sua materialidade, em práticas rituais e identitárias (cf. GOMES, 2012; GARCIA, 2018). Assim, a interrupção na produção das esculturas zoomorfas por volta de 3000 AP pode estar relacionada com transformações em qualquer um desses aspectos.

Figura 3.22 – Croqui da disposição dos acompanhamentos funerários em sepultamento do sítio Morro do Ouro, em Joinville, incluindo alguns zoólitos



Fonte: Tiburtius e Bigarella (1960, p. 39).

Quanto à cerâmica, sua primeira ocorrência no registro arqueológico litorâneo se dá em  $1390 \pm 40$  AP, no sítio Enseada I (litoral norte) (BANDEIRA, 2004), continuando a aparecer até mais ou menos 600 AP, momentos antes de surgirem os primeiros sítios Guarani na costa. O litoral central conta com mais de 17 sítios conchíferos com presença de cerâmica, número estimado para a Ilha de Santa Catarina (FOSSARI, 2004) e que, portanto, aumenta ao serem consideradas as ilhas adjacentes e o continente. Essa cerâmica ocorre tanto em sítios rasos quanto nos horizontes mais superficiais de alguns sambaquis de padrão conchífero.

O aparecimento da cerâmica é uma mudança facilmente visível, e que tende a ser considerada como ponto de virada fundamental, em parte

por sua evidência clara no registro arqueológico, mas, também, pela possibilidade de estar relacionada ao cultivo de vegetais. A ideia de que a cerâmica estaria associada ao início de práticas de cultivo na costa ganha força com sua frequente associação a grupos Jê, o que vem sendo feito desde que Chmyz (1968) estabeleceu a tradição Itararé e apontou para a semelhança entre a cerâmica desta tradição e aquela produzida pelos indígenas Kaingang aldeados em Palmas, no estado do Paraná. Até então, essa cerâmica litorânea permanecia sem qualquer filiação cultural, sendo considerada, simplesmente, como não pertencente à cultura Guarani (SCHMITZ, 1959). Esses grupos Jê, vindos do interior, teriam entrado em contato com as populações litorâneas e, quiçá, se estabelecido no litoral, difundindo a cerâmica e, com ela, a “revolução neolítica” – ou pelo menos parte dela. Mesmo quando não é associado ao início de práticas de cultivo pela literatura, o aparecimento da cerâmica acaba por ser associado a outras mudanças diversas no modo de vida das populações litorâneas, geralmente relativas ao contato com esses grupos do planalto ou à sua fixação na costa. Essa percepção será analisada e problematizada ao final deste capítulo.

Figura 3.23 – Cerâmica proveniente do sítio Rio do Meio, Florianópolis



Fonte: Fossari (2004, p. 252). Acervo MArquE/UFSC.

Como vimos no caso da dieta, porém, a cerâmica parece ter sido utilizada mais na manutenção do que na mudança dos recursos consumidos, embora possivelmente tenha levado a transformações em elementos gerais da alimentação como o preparo, o processamento e o transporte de alimentos.

Além disso, ao elencarmos diferentes aspectos da vivência e mundo das comunidades associadas aos sambaquis como estamos fazendo aqui, fica claro que a cerâmica é apenas uma mudança entre muitas outras ao longo dos mais de 5000 anos de ocupação do litoral catarinense por essas comunidades, não havendo motivos para continuarmos considerando seu advento como um ponto de virada.

### 3.2.3 Padrão deposicional e formação dos sambaquis

Após o reconhecimento da origem antrópica dos sambaquis em meados do século XX, o entendimento que por muito tempo acabou por fixar-se entre os pesquisadores foi de que esses sítios seriam locais de moradia. Atualmente, contudo, principalmente a partir de estudos detalhados da estratigrafia e processos de formação do sítio Jabuticabeira II, no litoral sul de Santa Catarina, entende-se que os sambaquis seriam resultantes da formação de pequenos montículos rituais provenientes de festins funerários (KLÖKLER, 2008) que, sobrepondo-se uns aos outros, teriam levado às grandes dimensões dos sítios que encontramos hoje.

Esse processo de formação teria se dado em ritmos e intensidades variadas, dependendo do sítio. Nesse sentido, DeBlasis *et al.* (2007) colocam que o ritmo de formação de um sítio pode ser episódico, rápido ou muito intenso, citando como exemplo o sítio Jabuticabeira II, que apresenta porções formadas de maneira mais ou menos rápida e encerradas. A ideia é de um verdadeiro processo construtivo que segue um padrão de deposição estruturada, o que “permite assimilar este comportamento material a uma ‘arquitetura de sambaquis’” (VILLAGRAN, 2010, p. 170). Há de se fazer a ressalva, porém, de que essa ideia, por envolver a formação de “montículos funerários”, naturalmente só é aplicável àqueles sítios que apresentam sepultamentos humanos em seus depósitos. Além disso, poucos sítios foram estudados no mesmo nível de detalhe do sambaqui Jabuticabeira II, o que nos impede de extrapolar, com segurança, esse modelo para todos os sítios com presença de sepultamentos do litoral catarinense.

Esse padrão de deposição que estaria dando origem aos sítios passou por transformações ao longo do tempo, sendo, juntamente com o aparecimento da cerâmica, uma das mudanças mais “facilmente visíveis” no registro arqueológico dos sítios conchíferos. Antes formados principalmente por conchas, esses sítios passam a ser formados, entre 2000 e 1500 AP, por um sedimento escuro com muita matéria orgânica e ossos de peixe, chamado também de terra preta (ver Figura 3.4). Tal mudança no regime deposicional é perceptível nas camadas superficiais que recobrem os sambaquis, mas, também, diretamente sobre o

chão, com o aparecimento de sítios rasos e montículos ictiológicos compostos predominantemente por esse sedimento escurecido.

Por vezes, essas camadas e sítios de terra preta foram entendidos como um momento em que a falta de moluscos, causada por mudanças ambientais ou pelo esgotamento devido à exploração antrópica, teria levado as populações litorâneas a dedicarem-se mais à pesca do que à coleta de moluscos – embora hoje saibamos que a pesca sempre foi a principal atividade dessas populações litorâneas em termos de dieta (BANDEIRA, 1992; FIGUTI, 1993; KLÖKLER, 2001). E até recentemente, foram entendidos também como resultantes de atividades domésticas, relacionadas às áreas de habitação dos sambaquis.

Olhares zooarqueológicos (NISHIDA, 2007), arqueostratigráficos (BENDAZZOLI, 2007) e sedimentológicos (VILLAGRAN, 2008) sobre a camada de terra preta do sítio Jabuticabeira II, contudo, mostraram que aquilo que, num olhar distanciado e segundo uma descrição física, parecia uma grande mudança, num olhar mais aproximado, por vezes em escala microscópica, significava também continuidade: o padrão construtivo de formação de montículos associados aos sepultamentos, observável na camada conchífera, permanece ao longo da camada de terra preta, com manutenção também no uso de restos faunísticos como material construtivo. A diferença principal está na troca das conchas pelos ossos, em geral de peixes.

No sítio Jabuticabeira II, a camada de terra preta propriamente dita possui datação de 1540-1330 anos cal AP (Beta 228506), e é precedida por uma camada marrom com sedimento escuro e ossos de peixes, de datação 1990-1710 anos cal AP (Beta 228507). Enquanto na terra preta os componentes faunísticos e vegetais estão completamente carbonizados, na camada marrom esses vestígios não foram queimados, conservando sua cor natural com apenas uma leve alteração (NISHIDA, 2007).

De acordo com Villagran (2008), o aspecto enegrecido da camada de terra preta teria resultado da combinação de componentes naturais e culturais, representados em mais de 50% pelas areias terrígenas quartzosas oriundas de depósitos paleolagunares e, de resto, pelos vestígios faunísticos e carvões. Estes últimos, os carvões, seriam fruto da queima intencional dos resíduos alimentares – que em muitos casos alcançaram o estado de carbonização e calcinação – e, também, de madeira e outros materiais vegetais indicados pela análise de fitólitos, possivelmente utilizados como combustível para as fogueiras. Todos esses componentes, naturais e culturais, após serem preparados conjuntamente em outro local, teriam sido depositados sobre o sítio por um agente antrópico, o que é indicado por sua presença conjunta e misturada no depósito arqueológico.

O lançamento de novos olhares sobre a terra preta do sítio Jabuticabeira II mostrou que essa camada representa uma continuidade no simbolismo

e na dinâmica ritual que caracterizou o sítio Jabuticabeira II desde o início de sua formação, numa ritualização dos componentes da vida doméstica em torno do ritual funerário (VILLAGRAN, 2008); não se tratando, como um dia se pensou, de uma área de habitação.

Em busca pelos motivos da mudança no material utilizado na formação do sítio, Nishida (2007) verificou que o tamanho e idade dos moluscos que estavam sendo coletados pela população associada ao sítio Jabuticabeira II não diminuíram ao longo da estratigrafia – o que aconteceria no caso de uma superexploração dos bancos de moluscos – e que a mudança se deu de forma excessivamente brusca para que estivesse acompanhando uma mudança ambiental, concluindo que a alteração no padrão deposicional estaria muito mais relacionada a fatores culturais do que ambientais.

Villagran (2012) constatou a ocorrência desse mesmo padrão em sítios com presença de cerâmica, os montículos ictiológicos já mencionados por aqui. Análises estratigráficas, composicionais e micromorfológicas nos sítios Santa Marta VIII e Galheta IV revelaram evidências de continuidade no processo de formação desses sítios com relação ao processo de formação observado nos sambaquis de padrão conchífero, embora as conchas, antes principal material construtivo, tenham sido substituídas por ossos de peixe. A cerâmica desses sítios aparece como uma pequena descontinuidade em meio ao que parece ser uma manutenção ritual e continuidade estrutural.

Cabe lembrar que os estudos citados foram realizados em sítios do litoral sul de Santa Catarina e, portanto, os resultados obtidos não necessariamente podem ser estendidos às demais porções litorâneas, embora tudo indique que se trate, sim, de algo que se deu em escala regional: diversos sítios do litoral norte e central, numa observação preliminar, também apresentam camadas superficiais formadas por terra preta nesse mesmo momento cronológico e, como já mencionado aqui, recentemente foi observado que o sítio Arvoredo I, em Florianópolis, é possivelmente um montículo ictiológico parecido com os sítios estudados por Villagran (2012) no sul do estado.

Quanto aos sítios rasos de sepultamentos com e sem cerâmica do litoral central, por serem rasos e apresentarem sedimento mais escuro, com muita matéria orgânica e ossos de peixe, às vezes são entendidos como áreas de habitação associadas a populações focadas na pesca, e não na coleta de moluscos. Aldeias em que os mortos seriam enterrados no interior do espaço domiciliar ou em cemitérios contíguos às moradias (ROHR, 1977; SILVA *et al.*, 1990; DE MASI, 1990; SCHMITZ *et al.*, 1992).

Essas interpretações são semelhantes àquilo que se costumava pensar da camada de terra preta do sítio Jabuticabeira II antes desta ser estudada mais detalhadamente por Nishida (2007), Bendazzoli (2007) e Villagran (2008), o que se explica pela semelhança que, numa descrição visual, esses sítios rasos

guardam com as camadas mais escuras, marrons e de terra preta, dos sítios de padrão conchífero: segundo Rohr (1984b, p. 84), eles seriam compostos de “restos de cozinha: húmus, carvão vegetal, conchas, ossadas de peixes e de outros animais e o mais variado material arqueológico, análogo ao encontrado nos sambaquis”. Não é possível, contudo, extrapolar com convicção os resultados encontrados sobre a terra preta – com relação à composição do sedimento e à continuidade na dinâmica ritual associada aos montículos – nos sítios rasos, uma vez que eles não foram alvo de estudos detalhados que permitam esse tipo de inferência.

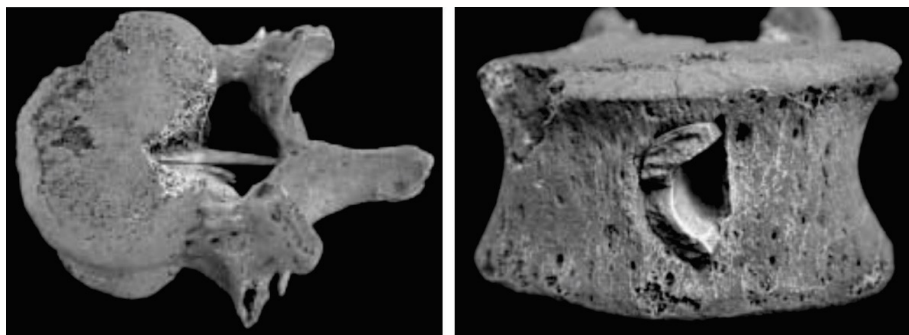
Alguns dados, no entanto, permitem que pensemos na possibilidade de uma correlação, pelo menos com relação à dinâmica de rituais funerários intimamente associados aos restos faunísticos que caracteriza a formação das camadas escuras dos sambaquis. São eles: 1) as datações mais tardias que os sítios rasos de sepultamento apresentam, sendo em muitos casos contemporâneos às camadas de terra preta dos sambaquis conchíferos e aos montículos ictiológicos do litoral sul; 2) o fato de apresentarem sempre uma grande quantidade de sepultamentos; 3) e a forma como, no caso do sítio Armação do Sul, em Florianópolis, a porção escavada parece ser uma área funerária espacialmente organizada, além das maiores concentrações de material arqueológico sempre acompanharem os sepultamentos (OPPITZ, 2015).

### 3.2.4 Violência interpessoal

Considerando as ocorrências de lesões associadas à violência – como perfurações por pontas ósseas, fraturas nas epífises distais das ulnas e fraturas em depressão nos crânios – em indivíduos de diferentes sítios do litoral catarinense, Lessa e Scherer (2008) sugerem um aumento significativo do comportamento agressivo ao longo do tempo.

Enquanto a prevalência de lesões entre os sítios mais antigos é de apenas 3,1% (LESSA; GASPAS, 2014, esse número chega a 13,2% no conjunto de sítios formado por Taperia I e Base Aérea I (litoral central), Itacoara e Enseada I (litoral norte) (LESSA; SCHERER, 2008), todos eles pertencentes ao período mais tardio de ocupação da costa e com presença de cerâmica, situados nas porções litorâneas norte e central. Há ainda uma ocorrência no sítio Armação do Sul, também mais tardio, porém sem presença de cerâmica, mostrando que o aumento da violência não necessariamente está relacionado ao aparecimento dessa tecnologia.

Figura 3.24 – Quarta vértebra lombar com ponta óssea no interior de seu corpo, proveniente de sepultamento do sítio Armação do Sul (vista superior e anterior)



Fonte: Lessa e Scherer (2008, p. 92).

Não podemos deixar de atentar para o fato de que esse tipo de evidência, até o momento, não foi observada para o litoral sul. Além disso, enquanto no litoral central a maior parte das lesões observadas são de perfurações por pontas ósseas, que é o tipo de evidência mais decisiva quando se trata da identificação de comportamento violento, no litoral norte esse tipo de lesão foi observado somente no sítio Itacoara, o que talvez esteja indicando que no litoral central esse aumento da violência foi mais significativo.

É importante ainda lembrar que as lesões ósseas observadas no registro arqueológico podem subestimar quantitativamente a ocorrência dos confrontos, uma vez que apenas uma minoria dos ferimentos de causa violenta atinge o esqueleto e aqueles ferimentos ocorridos nos tecidos moles ou os casos em que houve remodelação perfeita do tecido ósseo não ficam registrados. Os percentuais estimados para traumas agudos violentos em sítios arqueológicos, portanto, representam apenas o número mínimo de lesões (LESSA; GASPARG, 2014).

Quanto às explicações para essa alteração no comportamento agressivo, Lessa e Scherer (2008) levantam duas possibilidades:

- 1) Com o fim da prática de acumulação de conchas para a formação dos sambaquis e da ideologia subjacente a essas práticas, aliado à introdução de uma nova tecnologia como a cerâmica, é possível que a agressividade tenha ganhado uma nova dimensão e importância num contexto que antes contava com outros mecanismos para a resolução de conflitos e, assim, mantinha os níveis de agressividade mais baixos.
- 2) Uma diminuição na oferta de alimentos marinhos – que seria observável na maior quantidade de vestígios de fauna terrestre

apresentada pelos sítios mais tardios – decorrente das oscilações no nível do mar, poderia ter gerado novas tensões sociais no litoral, levando a comportamentos mais violentos.

As autoras chamam a atenção, ainda, para a Anomalia Climática Ambiental, evento climático que ocorreu entre aproximadamente 1000 AP e 600 AP, e que teria tido repercussões ambientais e culturais em diferentes partes do mundo, entre elas o aumento da violência em razão de desequilíbrios nos modos de subsistência tradicionais.

Além das possibilidades elencadas por Lessa e Scherer (2008), é importante lembrar que esse aumento na ocorrência de violência interpessoal se deu num contexto de maior circulação de pessoas – principalmente mulheres – entre diferentes partes do litoral central, como veremos abaixo (HUBBE *et al.*, 2009; BASTOS, 2014; OPPITZ, 2015). Ademais, a alteração no comportamento agressivo coincide cronologicamente com mudanças nas práticas mortuárias, como o abandono no uso de ocre e a popularização no uso de pontas ósseas como acompanhamento funerário, sendo bastante representativo o caso de um indivíduo do sítio Armação do Sul acompanhado de 50 pontas junto à cabeça, indicando uma possível resignificação desses artefatos em tempos nos quais os conflitos teriam atingido um novo patamar (OPPITZ, 2015).

### 3.2.5 Mobilidade e interação com outras populações

É verdade que objetos podem se deslocar sozinhos, mas dificilmente serão capazes de, sozinhos, cobrir grandes distâncias e atravessar os contrafortes serranos em direção ao litoral e, muito menos, em direção ao planalto. Para que artefatos como esculturas zoomorfas ou alimentos como pinhão se desloquem do litoral para a serra e da serra para o litoral, alguma pessoa dotada de pernas, intenção e muita disposição deve tê-los carregado consigo. Mesmo que adquiridos por troca, alguém deve ter migrado.

As evidências de mobilidade e relações interétnicas no registro arqueológico podem facilmente se misturar, uma vez que tanto um fator quanto o outro podem ser responsáveis pelo deslocamento de objetos para longe de suas áreas de ocorrência costumeiras. A partir do momento em que há interação entre populações de áreas distintas, há também, possivelmente, algum tipo de mobilidade, embora a ocorrência de mobilidade para além das áreas de ocupação tradicionais não signifique necessariamente que tenha havido interação.

É claro, também, que nem toda relação estabelecida entre diferentes populações resulta em trocas de cultura material, o que faz com que esse



tipo de acontecimento por vezes se torne invisível no registro arqueológico e, portanto, aos olhos da pesquisadora.

A literatura arqueológica relacionada aos sambaquis está repleta de evidências – em geral fortuitas – de interação entre diferentes populações e de mobilidade caracterizada por grandes deslocamentos no espaço, mostrando que, embora as populações do planalto e do litoral permanecessem em suas regiões de origem ao longo do ano (DE MASI, 2001), artefatos, matérias-primas, alimentos e pessoas estavam em movimento, atravessando serras e fronteiras entre o litoral e o interior, encosta e planalto, e também entre diferentes partes do litoral.

Essas evidências não se fazem suficientes para indicar variações na forma como as migrações e relações com outras populações – em termos de atores envolvidos, intensidade e tipo de relação – foram empreendidas ao longo do tempo; indicam-nos, contudo, que elas sempre aconteceram, pelo menos desde os tempos em que ainda eram produzidas esculturas zoomorfas até os momentos mais tardios.

Começemos pela cerâmica. Possivelmente surgida na costa por volta de 1400 AP (BANDEIRA, 2004), a cerâmica Taquara-Itararé<sup>26</sup> encontrada nos sambaquis é tradicionalmente atribuída a grupos da família linguística Jê (CHMYZ, 1968), sugerindo algum tipo de interação entre as populações litorâneas e esses grupos do interior, como já discutimos aqui.

Pontas líticas que se enquadram na tradição Umbu aparecem aqui e acolá por toda a faixa litorânea como ocorrências isoladas em sambaquis, a exemplo das encontradas no sítio da Armação do Sul (litoral central) e da Caieira (litoral sul) (SCHMITZ *et al.*, 1992). Alguns sítios caracterizados pela presença de pontas e outros materiais líticos lascados também aparecem ao longo da costa catarinense (ROHR, 1984b), porém não sabemos se são contemporâneos aos sambaquis, uma vez que ainda não foram alvo de estudos sistemáticos.

No sítio Itacoara, no litoral norte, Bandeira (2004) encontrou artefatos feitos em matéria-prima proveniente de outras regiões: um peso de rede em riolito alterado, rocha que ocorre na região serrana de Campo Alegre, e um polidor em arenito, rocha que ocorre nas proximidades do planalto lageano. Nesse mesmo sítio, foram encontradas lascas em ágata, matéria-prima possivelmente proveniente do planalto, e dois virotes na camada inferior sem cerâmica, artefato que até então só havia aparecido em sítios do planalto (TIBURTIUS; BIGARELLA; BIGARELLA, 2011 [1951]).

---

<sup>26</sup> Mais detalhes sobre essa tradição cerâmica podem ser encontrados no Capítulo 6 deste volume.

Existem, ainda, algumas ocorrências de esculturas zoomorfas no interior e na serra do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bastante afastados do litoral (GOMES, 2012; MILHEIRA, 2014; GARCIA, 2018). No caso de Santa Catarina, trata-se do município de Alfredo Wagner, na encosta da serra, onde foi encontrado um zoólito em forma de baleia, que hoje está exposto no Museu de Arqueologia de Lomba Alta. Achados inusitados, tendo em vista serem artefatos que costumam ser encontrados somente em sítios conchíferos litorâneos.

Figura 3.25 – Escultura zoomorfa encontrada no município de Alfredo Wagner, na encosta da serra catarinense. Coleção do Museu de Arqueologia de Lomba Alta



Fonte: Foto de Lucas Bond Reis (2014).

No litoral norte, as análises que Wesolowski (2007) fez nos dentes dos indivíduos sepultados na camada com cerâmica do sítio Itacoara revelaram possíveis fitólitos de pinhão em seus cálculos dentários, indicando que ou esses indivíduos foram até o pinhão, ou o pinhão veio até eles de alguma forma.

E se os objetos estão se movendo, as pessoas também estão. No litoral norte, Bastos (2009) evidenciou, a partir da análise de isótopos de estrôncio, a presença de três indivíduos não locais no sítio Forte Marechal Luz, um situado em horizonte sem cerâmica e dois situados em horizonte cerâmico. Em estudo posterior, e por meio do cruzamento desses resultados com dados sobre a paleodietá dessa população, Bastos (2014) sugeriu que possivelmente esses

indivíduos não locais seriam provenientes da região da Cananeia, no litoral sul de São Paulo, ou então de alguma outra região litorânea mais próxima.

As mesmas análises foram realizadas no sítio Tapera (BASTOS, 2014), sítio com cerâmica do litoral central, porém não indicaram a presença de indivíduos não locais, embora as mulheres tenham apresentado uma maior variação nas razões isotópicas que pode ser interpretada como resultante da circulação de indivíduos do sexo feminino ao longo do litoral catarinense, talvez por meio de casamentos. Tal possibilidade levantada por Bastos (2014) para o sítio Tapera foi também observada por Hubbe *et al.* (2009) entre as amostras provenientes de sítios com cerâmica de seu estudo de paleogenética, o que poderia indicar uma mudança no padrão de residência pós-marital em tempos mais tardios, de uxorilocal para virilocal.<sup>27</sup> O sítio Armação do Sul, também situado no litoral central, mas sem presença de cerâmica, da mesma forma apresentou variação nas razões isotópicas (OPPITZ, 2015). Embora não possa ser tão bem correlacionada com relação ao sexo como no sítio Tapera, a variação do sítio Armação do Sul pode ser correlacionada com relação à cronologia, sendo o período mais recente de ocupação do sítio aquele que apresenta maior variação nos valores de estrôncio. Os sítios do litoral sul até o momento não foram alvo de pesquisas desse tipo.

Essas são as evidências mais contundentes de interação entre diferentes grupos disponíveis até o momento e se fazem extremamente significativas por confirmarem aquilo que as outras evidências já vinham indicando: o contato com populações de diferentes localidades sempre aconteceu, mesmo em tempos anteriores ao aparecimento da cerâmica na costa. E aconteceu com populações tanto do interior quanto do litoral, tomando formas diferentes em diferentes locais.

Afora deslocamentos maiores ao longo do litoral e no eixo litoral-interior, o registro arqueológico dos sambaquis guarda evidências de deslocamentos menores, possivelmente realizados numa escala mais próxima do dia a dia dessas comunidades costeiras. Novamente nos sítios Armação do Sul e Tapera do litoral central, foram identificados porcos do mato e outras amostras

---

<sup>27</sup> Uxorilocalidade e virilocalidade são conceitos da Antropologia Cultural que dizem respeito ao local de permanência dos cônjuges após o casamento (padrão de residência pós-marital). Uxorilocalidade refere-se à permanência dos cônjuges na casa ou localidade da esposa, e virilocalidade refere-se à permanência dos cônjuges na casa ou localidade do esposo. É importante termos em mente, no entanto, que esses conceitos remontam ao final do século XIX, sendo em alguns aspectos ultrapassados e, em outros, etnocêntricos, além de heteronormativos. Não se aplicam, portanto, a todos os contextos, e sua aplicação literal ao contexto dos sambaquis é ainda especulativa. Os dados disponíveis indicam variação paleogenética e de origem geográfica entre os indivíduos identificados como de sexo feminino – nada falam sobre casamentos, esposas ou esposos.

de fauna com razões isotópicas de estrôncio que se mostraram não locais (BASTOS, 2014; OPPITZ, 2015), indicando que animais de regiões afastadas – possivelmente do continente – faziam parte da dieta dessas comunidades. Como o sítio Tapera está situado na baía sul, voltado para o continente, o acesso a esse tipo de recurso deveria ser facilitado. De fato, Scherer (2012) observou lesão na área de origem do músculo gastrocnêmio entre os indivíduos do sexo masculino desse sítio, o que sugere a transposição de terrenos íngremes e acidentados. Nesse sentido, talvez os indivíduos da Tapera estivessem caçando tanto na Mata Atlântica – onde os terrenos são mais irregulares, demandando mais dos membros inferiores – quanto em áreas de baixadas, enquanto os indivíduos da Armação do Sul talvez estivessem caçando principalmente nas áreas de baixadas (SCHERER, 2012). Além disso, como já mencionado aqui anteriormente, sabemos que as populações associadas aos sambaquis eram exímias canoieiras (SCHERER; RODRIGUES-CARVALHO; SCHMITZ, 2006), movimentando-se por meio de embarcações ao longo do litoral.

Por fim, há de se mencionar uma possibilidade pouco abordada pela ausência de evidências suficientes, mas ainda assim importante, que é a possível interação entre as comunidades sambaqueiras e Guarani, indicada por algumas datações antigas obtidas para sítios Guarani litorâneos, remontando ao período em que ainda havia sambaquis ativos na região (MÜLLER, 2015). No caso do litoral central, trata-se da datação de 910 AP obtida para uma ocupação Guarani identificada ao lado do sambaqui Porto do Rio Vermelho I (DE MASI, 2001). O fato de haver cerâmica Guarani misturada à cerâmica Itararé no sítio Tapera I (ROHR, 1966) também aponta nesse sentido. A natureza dessa possível interação, contudo, ainda é desconhecida. O que sabemos é que às vezes há uma associação espacial entre vestígios associados a essas diferentes populações, com cerâmica diagnóstica Guarani aparecendo sobre ou em áreas contíguas aos sambaquis (outro exemplo é o sítio Ponta do Lessa I, conforme relata FOSSARI, 2004).

O que os dados apresentados indicam é que as comunidades vinculadas aos sambaquis não estavam isoladas, mantendo redes de relações com comunidades de outras localidades ao longo do litoral com as quais compartilhavam elementos de identidade, e também com populações do interior com as quais as diferenças culturais provavelmente eram maiores que as semelhanças. A paisagem era vivida entre corpos, lugares e movimento.

### 3.3 Tempos de mudança

Como podemos ver, muita coisa mudou ao longo dos milhares de anos de ocupação da costa por essas comunidades pesqueiras, desde o nível do

mar e a geomorfologia costeira até os materiais utilizados na formação dos sambaquis, a tecnologia e a dieta. E a maioria dessas mudanças se deu em tempos mais recentes, a partir de 2000 anos AP.

As explicações tradicionais para as mudanças observadas no registro arqueológico dos sambaquis estão em geral relacionadas à ideia de contato entre as populações do litoral e populações interioranas da família linguística Jê (BECK, 2007; NEVES, 1988; SCHMITZ *et al.*, 1992; PROUS, 1992; LIMA, 1999/2000; TENÓRIO, 2003; FOSSARI, 2004; GASPARI, 2000; VILLAGRAN, 2012; DEBLASIS; FARIAS; KNEIP, 2014). Essa ideia se baseia na ocorrência de cerâmica das tradições Taquara e Itararé nos sambaquis mais tardios, que vem sendo associada a grupos Jê desde que Chmyz (1968) apontou para a sua semelhança com a cerâmica produzida pelos indígenas Kaingang no estado do Paraná. De acordo com essa narrativa, a interação com os Jê teria sido acompanhada de difusão cultural (disseminação de ideias, objetos e recursos em geral) ou difusãoêmica (deslocamento de pessoas), culminando na hibridização, incorporação ou eliminação das comunidades litorâneas pelas populações do interior.

Essa narrativa ganha diferentes nuances entre diferentes autores, sendo possível distinguir pelo menos três variações no que tange à forma e aos efeitos das relações que teriam sido estabelecidas entre os Jê e as comunidades vinculadas aos sambaquis:

- 1) Pressão geográfica, política e ideológica de longa-distância, sem presença de um contingente populacional Jê significativo na costa (VILLAGRAN, 2012). Nesse caso, os sítios mais tardios estariam vinculados às comunidades litorâneas.
- 2) Ocupação do litoral inserida no contexto de expansão territorial Jê, caracterizada por um processo gradual de interação com os grupos litorâneos marcado, por exemplo, por casamentos e peregrinações para atividades funerárias e cerimoniais, resultando na miscigenação ou hibridização entre essas populações e eventual predomínio dos traços culturais Jê (PROUS, 1992; SCHMITZ *et al.*, 1993; GASPARI, 2000; DEBLASIS *et al.*, 2014; IRIARTE *et al.*, 2017). Nesse caso, os sítios mais tardios seriam fruto de uma combinação entre elementos Jê e sambaquieiros.
- 3) Deslocamento massivo de grupos Jê para o litoral, num processo de ocupação mais agressivo que teria culminado na incorporação ou eliminação total das comunidades litorâneas (FOSSARI, 2004; LIMA, 1999/2000). Nesse caso, os sítios mais tardios estariam vinculados aos Jê.

Divergências e nuances à parte, a ideia compartilhada é de um inevitável domínio dos povos Jê (horticultores) sobre as comunidades litorâneas (pesqueiras), numa relação que teria se dado em uma via de mão única e da qual estas últimas, e somente estas, sairiam profundamente transformadas. Assim, as mudanças pelas quais as populações litorâneas passaram a partir de 2000 anos AP estariam inseridas no contexto de expansão territorial das populações Jê, entendidas, segundo essa narrativa, como tecnologicamente e socialmente mais complexas, num movimento que nega o poder das comunidades pesqueiras sobre sua própria história, inserindo-as não apenas na história de um “outro” indígena, mas, principalmente, na história de um “outro” que não é originário da América do Sul e tampouco estava por estas áreas quanto tudo isso aconteceu.

Trata-se de uma história que é própria do mundo e imaginário moderno/colonial (*sensu* MIGNOLO, 2000) e toma a si mesma e seus ideais de progresso, racionalidade e modernidade como referenciais globais e atemporais, transformando-se em metanarrativa – o prefixo “meta” significa “para além de”, assinalando uma narrativa que é voltada para si mesma e envolve explicações universalizantes sobre o mundo. Essa metanarrativa de progresso, racionalidade e modernidade transforma diferença em valor, classificando os povos indígenas de acordo com o que têm e o que não têm e acomodando esses povos de trajetórias históricas radicalmente diferentes da trajetória que deu origem ao mundo moderno/colonial em taxonomias pré-estabelecidas, quadros universais de referência, sequências de desenvolvimento que, inevitavelmente, têm como telos (próposito, objetivo, finalidade) o próprio mundo moderno/colonial.

Ao estabelecer a primazia da revolução neolítica (surgimento da agricultura, sedentarismo e núcleos urbanos) e sua estreita relação com a ideia de complexidade social, as narrativas sobre a mudança no registro arqueológico dos sambaquis espelham, para o Brasil meridional, modelos da Ecologia Cultural dos anos 1950 que estabeleciam limites para a complexidade social entre as sociedades das terras baixas da América do Sul (classificadas como de “floresta tropical” e “marginais”) e creditavam elementos como a cerâmica à influência das sociedades andinas (STEWART, 1946; MEGGERS, 1954). Enquanto na Ecologia Cultural as sociedades Jê e litorâneas compartilhavam o rótulo de “marginais”, no espelhamento para o Brasil meridional, as sociedades Jê assumem o lugar das sociedades andinas e as sociedades litorâneas seguem “marginais” aos processos históricos. O modelo de escala continental é reproduzido num microcosmo em que o tipo “marginal” é informalmente subtípificado, diferenciando as sociedades Jê e litorâneas com base nos critérios usuais de presença e ausência de atributos. Nesse microcosmo do Brasil meridional, as terras altas do planalto serrano

estão para o litoral como os Andes estavam antes para as terras baixas da América do Sul, irradiando cultura e inovação e colocando as sociedades de “floresta tropical” e “marginais” – ou, no caso, as sociedades litorâneas – no caminho da complexidade e desenvolvimento.

Embora esses modelos da Ecologia Cultural já estejam há muito tempo superados, tendo a possibilidade e existência de complexidade (ou daquilo que a tradição moderno/colonial entende como complexidade) sido demonstrada tanto para os contextos amazônicos quanto para o Brasil meridional (NEVES, 1998; DEBLASIS *et al.*, 1998; HECKENBERGER, 1998; ROOSEVELT, 1999; IRIARTE *et al.*, 2004), alguns de seus elementos persistem nesse espelhamento e na arqueologia em geral, assim como a metanarrativa por detrás deles. Um exemplo é o uso que a literatura arqueológica continua a fazer da ideia de complexidade, como estando vinculada a práticas agrícolas, sedentarismo, núcleos urbanos, hierarquia centralizada, ou a alguma combinação desses elementos considerados centrais na trajetória histórica do mundo moderno/colonial – embora com certeza não sejam exclusividade sua. O simples uso do termo e entendimento comum de que complexidade é algo que “emerge”, independentemente da definição que lhe é atribuída, já é bastante problemático, pois assume a existência de um estado no qual a complexidade estaria ausente ou, no máximo “emergente”. A qualificação de contextos arqueológicos como complexos, não complexos ou de complexidade emergente remete ao evolucionismo social que, juntamente com o determinismo ambiental, está na base da Ecologia Cultural.

Da mesma forma, os modelos que atribuem as mudanças observadas no registro arqueológico dos sambaquis à expansão territorial e domínio dos grupos Jê persistem apesar de muitos dos pressupostos que lhes deram origem décadas atrás já terem sido empiricamente refutados. Hoje sabemos que os sítios costeiros mais tardios e com presença de cerâmica foram ocupados por populações também costeiras, e não do interior (BASTOS, 2009, 2014; OPPITZ, 2015). Não há, portanto, evidência de uma ocupação Jê da costa, a não ser que a cerâmica fosse considerada uma evidência por si só (porém, ver REIS, 2011). Sabemos também que o aparecimento da cerâmica na costa não está ligado ao consumo de vegetais, tanto pelo registro desse consumo antes do aparecimento da cerâmica (WESOLOWSKI, 2007; PEZO-LANFRANCO *et al.*, 2018) quanto pela constatação de que a cerâmica foi usada principalmente para o processamento de peixes (HANSEL; SCHMITZ, 2006; COLONESE *et al.*, 2014) e de que a dieta permaneceu principalmente marinha após o advento da cerâmica (BANDEIRA, 2004; DE MASI, 2009; BASTOS, 2009, 2014; COLONESE *et al.*, 2014).

É curioso observar, portanto, como a persistência desses modelos ou traços deles está baseada não naquilo que o registro arqueológico indica, mas

na esfera do imaginário. A força que esse imaginário moderno/colonial exerce na arqueologia mora nas origens colonialistas da disciplina inicialmente denunciadas por Trigger (2004). A gênese da disciplina como prática colonial gerou uma tradição que tem influência não apenas sobre a forma como contextos arqueológicos coloniais propriamente ditos são entendidos na arqueologia, mas sobre a teoria e prática arqueológica como um todo, o que vem sendo continuamente desafiado sob diferentes perspectivas dentro da disciplina, desde a escola pós-processual clássica (HODDER, 1982; WYLIE, 1985; SHANKS; TILLEY, 1992; LEONE, 1982), até a arqueologia feminista e *queer* (GERO; CONKEY, 1991; WYLIE, 1992; SCHMIDT; VOSS, 2000; MESKELL; JOYCE, 2003), indígena (WATKINS, 2003; SMITH; WOBST, 2005; ATALAY, 2006; SILVA, 2012), colaborativa (HODDER, 1997; LAROCHE; BLAKEY, 1997; COLWELL-CHANTHAPHONH; FERGUNSON, 2008; SILVA, 2009; MACHADO, 2013; CABRAL, 2014) e pós-colonial (GOSDEN, 2001; STEIN, 2005; LYDON; RIZVI, 2010; SILLIMAN, 2015) ou ainda, no caso da América do Sul, do ponto de vista da decolonialidade (GNECCO, 2009; HABER, 2016). O que essas perspectivas têm em comum é a busca por expor como o presente interfere na forma como se percebe o passado arqueológico e como o passado arqueológico pode muitas vezes ser utilizado para sustentar as assimetrias sociais do presente; além da crítica epistemológica da produção do conhecimento, oposição aos essencialismos e foco na formação de identidades e autonomia das comunidades locais sobre suas próprias histórias.

Nesse sentido, e de volta ao contexto dos sambaquis do litoral central, é interessante questionar de qual lugar no presente estão sendo construídas as narrativas que explicam a mudança no registro arqueológico dos sambaquis e quais são as agendas e assimetrias do presente que essas narrativas sobre o passado sustentam – ainda mais considerando que estas não encontram respaldo no registro arqueológico. Diga-se de passagem, até o momento não é possível nem ao menos afirmar que a cerâmica tenha sido difundida no sentido interior-litoral, uma vez que a data mais antiga para a cerâmica Taquara-Itararé em Santa Catarina é proveniente do sambaqui Enseada I (São Francisco do Sul), com  $1390 \pm 40$  anos AP (BANDEIRA, 2004).<sup>28</sup> Só isso já coloca diversas outras possibilidades, tanto de diversos centros de produção e dispersão de cerâmica quanto de que a cerâmica seria uma invenção litorânea e até mesmo

---

<sup>28</sup> Chamo a atenção aqui para as datações de 2860 a.C. e 790 a.C. obtidas por De Masi (2006) para sítios cerâmicos do planalto, bastante recuadas considerando o contexto regional e geralmente desconsideradas nos modelos cronológicos para a ocupação Jê no Brasil meridional (REIS, 2015; PERIN, HERBERTS; OLIVEIRA, 2019). Há de se mencionar também a datação de  $1635 \pm 100$  anos AP obtida por Chmyz *et al.* (2009) para um sítio cerâmico no interior do Paraná, fora da área de abrangência deste capítulo.



de que seja de fato Jê, mas que então as populações vinculadas aos sambaquis já seriam Jê desde sempre, compartilhando ancestralidade com os Kaingang e Laklãnō-Xokleng e podendo inclusive ter participado da etnogênese de um ou ambos os povos ou ainda, não podemos descartar, ser seus ancestrais diretos. Resultados obtidos a partir de análises arqueométricas (COSTA *et al.*, 2017) e de DNA (POSTH *et al.*, 2018) dão margem para essas outras possibilidades que neste momento mais parecem devaneios, mas que são, simplesmente, uma abertura de horizontes. Costa *et al.* (2017) identificaram elementos litorâneos na cerâmica encontrada por Reis (2015) em estruturas subterrâneas de Alfredo Wagner, e Posth *et al.* (2018) constataram proximidade genética entre indivíduos Jê atuais e indivíduos sepultados no sambaqui Jabutica-beira II. Embora Posth *et al.* (2018) tenham interpretado seus resultados de forma a reforçar a narrativa tradicional de difusão interior-litoral, estes podem também ser interpretados no sentido contrário. Nesse caso, a proximidade genética poderia ser explicada por uma difusão litoral-interior, as populações litorâneas sendo ancestrais dos Laklãnō-Xokleng ou dos Kaingang, ou poderia estar indicando, simplesmente, uma ancestralidade comum (talvez no Brasil Central?), sem necessariamente qualquer tipo de difusão dêmica entre o litoral e o interior.

Tudo isso para concluir dizendo que os caminhos estão abertos, sejam estes uma metáfora para a expansão das possibilidades teóricas ou simplesmente os trajetos entre os contrafortes serranos e o litoral, mas passam pela necessária decolonização de modelos e narrativas, assim como da própria disciplina arqueológica. Passa também por novos estudos a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas. Diferentes locais ao longo da costa catarinense devem ter sido marcados por processos de mudança também distintos, com relação tanto à forma das relações estabelecidas quanto aos atores envolvidos. Basta mantermos em mente que as comunidades costeiras nos diferentes lugares estavam vivendo em seus próprios termos, seus próprios tempos de mudança, quaisquer que tenham sido os caminhos seguidos.

### 3.4 Para refletir

Ao longo deste capítulo, vimos um pouco da história das pesquisas em sambaquis no Brasil e em Santa Catarina, entendemos o contexto no qual esses sítios estão inseridos no litoral central catarinense, sua distribuição no tempo e no espaço, e também alguns dos elementos da vivência de mundo dessas populações e suas transformações ao longo do tempo. Por fim, constatamos

como é problemática a aplicação de modelos que seguem a lógica da Ecologia Cultural ao contexto dos sambaquis do litoral central e, aliás, às terras baixas de toda a América do Sul. Esses modelos inserem os povos indígenas das terras baixas nas metanarrativas de modernização, racionalização e progresso que fundamentam o mundo e imaginário moderno/colonial, naturalizando a invasão contínua de suas terras e os mais de 500 anos de violência física, estrutural e simbólica.

Percebemos que tudo que era assumido como natural de acordo com essas metanarrativas – por exemplo, que a cerâmica veio com a agricultura, que veio de uma sociedade “mais complexa”, que migrou e/ou exerceu influência sobre as comunidades costeiras modificando a forma de construir sambaquis e culminando no fim dessa prática – não é sustentado pelo registro arqueológico. A cerâmica não foi usada para processar vegetais, a dieta permaneceu principalmente marinha, indivíduos do interior até o momento não foram encontrados nos sítios costeiros, e as práticas e rituais envolvidos na construção dos sítios se mantiveram apesar da mudança no material construtivo. Mesmo assim, os modelos persistem simplesmente porque estão tão arraigados na mente moderna/colonial.

Como então podemos explicar as mudanças observadas no registro arqueológico dos sambaquis a partir de 2000 AP, como o aparecimento da cerâmica e o abandono do uso de conchas na construção dos sítios? E onde estavam essas populações pesqueiras quando os primeiros viajantes e colonizadores europeus chegaram ao litoral central? Continuaram na costa e, juntamente com os Guarani, deram origem à população que ficou conhecida como Carijó (SALVADOR, 2017)? Ou já haviam se deslocado para o interior anos antes? Ou quem sabe uma mistura das duas coisas? Novas narrativas e modelos são necessários. Outra questão também é entender melhor a distribuição dos sítios e variabilidade na morfologia e composição: é possível identificar diferentes funcionalidades de sítios e diferentes comunidades pesqueiras vivendo e compartilhando a paisagem do litoral central ao mesmo tempo? E se os sambaquis estudados até o momento não apresentaram evidência de estruturas ou unidades domésticas, onde viviam essas pessoas? A resposta a essa pergunta talvez esteja na área de entorno dos sítios, que geralmente não é estudada em tanto detalhe quanto o monte em si ou as áreas funerárias.

Essas são questões que permanecem e continuarão sendo investigadas por muito tempo. Mais importante que as respostas, porém, é o que isso representa: historicização de mais de 5000 anos de história indígena que continua até os dias atuais. Marx e Engels (1978 [1846]) já diziam que é preciso historicizar para desnaturalizar e que qualquer transformação no mundo

começa por aí. Desnaturalizar a invasão contínua dos territórios indígenas e os mais de 500 anos de violência física, estrutural e simbólica fundamentados pelas metanarrativas modernas/coloniais. A partir do estudo da história indígena de longa duração sedimentada nas camadas dos sambaquis ao longo de milhares de anos, a arqueologia pode resgatar as trajetórias históricas que são próprias das sociedades indígenas das terras baixas, desconstruindo essas narrativas e decolonizando a memória.

E aí entra a importância da preservação dos sambaquis. Por serem de menores dimensões e terem pouca visibilidade, os sambaquis do litoral central se encontram constantemente em risco, principalmente aqueles situados em planícies,<sup>29</sup> que são as áreas mais exploradas pela indústria da construção civil e imobiliária – situação compartilhada pelos sítios Guarani.

Os mecanismos legais que normatizam a participação do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental, assim como a Lei Federal nº 3.924/1961, exigem a realização de estudos arqueológicos previamente à instalação dos empreendimentos, de acordo com o princípio da *precaução*. Sendo identificados vestígios arqueológicos na área de um empreendimento, o princípio da *prevenção* exige a aplicação de uma solução técnica, geralmente o salvamento (escavação) ou a preservação do sítio. Muitas vezes, porém, os processos de licenciamento ambiental transcorrem sem que o IPHAN seja instado a participar, o que coloca o patrimônio arqueológico eventualmente presente na área de implantação dos empreendimentos em risco.

No caso dos sambaquis do litoral central, esse risco é agravado pela aparência discreta dos sítios na paisagem, uma vez que sem o conhecimento do IPHAN sobre a obra (que pode informar sobre a presença de sítios já cadastrados) e sem a realização de pesquisa arqueológica (que pode informar sobre a presença de sítios inéditos, ainda não cadastrados), dificilmente o órgão ambiental ou os empreendedores estarão cientes ou identificarão sozinhos a presença de um sítio.

Um caso recente de bastante notoriedade foi o elevado do Rio Tavares, planejado exatamente sobre o sambaqui Rio Tavares III e licenciado junto ao órgão ambiental sem anuência do IPHAN (Comunicado Interno IPHAN/SC nº 225/2014; Ofício IPHAN/SC nº 1.003/2015). O registro desse sítio remonta ao século XIX (WIENER, 1876) e é possível que um dia tenha sido o maior sambaqui do litoral central, porém, foi bastante impactado ao longo do tempo e hoje o que resta dele se encontra completamente soterrado. Ao

---

<sup>29</sup> Os sambaquis situados na encosta de modelados de dissecação também se encontram em risco, mas principalmente por empreendimentos individuais (casas isoladas cuja construção envolve menos movimentação de terra que um loteamento) e por fatores naturais (como geralmente se encontram à beira-mar, são impactados pela ação da maré).

tomar conhecimento de que o processo de licenciamento ambiental estava transcorrendo à sua revelia e de que as obras estavam prestes a começar, o IPHAN oficiou a Secretaria Municipal de Obras de Florianópolis e solicitou a adequação legal do empreendimento do ponto de vista do patrimônio arqueológico (Ofício IPHAN/SC nº 1.080/2014). Desse momento em diante, o rito processual foi seguido pela prefeitura e as etapas de pesquisa foram cumpridas todas antes das obras (GEOARQUEOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA, 2015-2019). Ao longo do processo, porém, houve repercussão negativa na mídia, criando-se uma “mensagem” de que o IPHAN e a pesquisa arqueológica seriam responsáveis pelo atraso nas obras, atraso este que, na verdade, se devia a questões internas à Secretaria Municipal de Obras, algumas delas relacionadas à liberação dos terrenos em esfera judicial (Comunicação pessoal de Osvaldo Paulino da Silva; Folha 245, Processo nº 01510.001166/2015-41 do IPHAN, 2015). Em decorrência disso, parte da população passou a ver a pesquisa arqueológica com antipatia, chegando ao ponto de algumas pessoas hostilizarem verbalmente a equipe de arqueologia enquanto trabalhava no local. De acordo com o coordenador da pesquisa, Osvaldo Paulino da Silva (em comunicação pessoal), “a hostilização dirigida à equipe de arqueologia foi uma forma de a comunidade encontrar facilmente um culpado pela demora na conclusão da obra e pelo caos que há décadas se transformou a mobilidade na região”.

Tendo em vista o processo de licenciamento do elevado do Rio Tavares e considerando a questão da preservação do patrimônio arqueológico de forma mais ampla, as palavras de Davi Kopenawa, xamã e liderança Yanomami, nos dão um pouco de perspectiva:

O pensamento dos brancos é outro. Sua memória é engenhosa, mas está enredada em palavras esfumadas e obscuras. O caminho de sua mente costuma ser tortuoso e espinhoso. Eles não conhecem de fato as coisas da floresta. Só contemplam sem descanso as peles de papel em que desenharam suas próprias palavras. Se não seguirem seu traçado, seu pensamento perde o rumo. Enche-se de esquecimento e eles ficam muito ignorantes. Seus dizeres são diferentes dos nossos. Nossos antepassados não possuíam peles de imagens e nelas não inscreveram leis. Suas únicas palavras eram as que pronunciavam suas bocas e eles não as desenhavam, de modo que elas jamais se distanciavam deles. (KOPENAWA, 2015, p. 76-77).

Apesar de tanto escreverem em suas peles de papel, parece que os brancos são é muito esquecidos. Esquecem que havia outras gentes vivendo nessas terras antes de aqui chegarem. Esquecem-se da violência, trabalho e deslocamento forçado, assim como da origem indígena de muito do

que usam, falam e comem. Esquecem que essas gentes continuam aqui, vivendo, resistindo e lutando por seus direitos. Os sambaquis e outros sítios arqueológicos vinculados aos povos indígenas no Brasil, em sua materialidade, são fundamentais para refrescar essa memória.

## Uma abordagem zooarqueológica do sambaqui Canto dos Araçás

Simon-Pierre Gilson  
Anderson Antônio Batista  
Lucas Bueno

A presença de restos de animais em um sítio arqueológico abre a oportunidade de entender melhor as relações entre os seres humanos e os animais no passado. O entendimento dessas relações é o objeto de pesquisa da disciplina chamada zooarqueologia. Tal disciplina permite ajudar na reconstrução do modo de vida dos seres humanos que povoaram e povoam o mundo. Os estudos em zooarqueologia trazem informações sobre vários aspectos que envolvem uma interação entre pessoas e animais desde, obviamente, a dieta até a cosmologia, passando por noções de territorialidade, modo de exploração, técnicas de pesca ou caça, entre outros aspectos (CHAIX; MÉNIEL, 2001; REITZ; WING, 2008).

A abrangência da disciplina é grande, mas nem sempre aplicável em todas as coleções faunísticas. De fato, um estudo zooarqueológico está intimamente ligado com o contexto de sua descoberta (por exemplo, o sítio e os dados da escavação). Assim, neste capítulo, faremos inicialmente uma descrição do sítio Canto dos Araçás e da intervenção realizada pela equipe do LEIA no âmbito do projeto “Florianópolis arqueológica”, com o objetivo de contextualizar o estudo zooarqueológico aqui proposto.

Em um segundo momento serão apresentados os dados sobre a fauna identificada. Por um lado, serão detalhados os diferentes elementos dos esqueletos identificados na coleção e, por outro, serão acrescentadas informações biológicas das espécies encontradas.

Com esse conjunto de informações arqueológicas e biológicas, faremos uma discussão sobre a noção de “circulação no território” das populações que ocuparam o sítio Canto dos Araçás. Assim, correlacionando as informações biológicas sobre lugar de ocorrência dos animais com as informações sobre a geografia do espaço explorado, discutiremos a dinâmica de ocupação humana relacionada a esse sítio.

## 4.1 Contexto arqueológico: articulando escalas de análise

Em arqueologia, é comum trabalhar com diferentes escalas, tanto geográficas quanto temporais. De fato, se um sítio arqueológico é um espaço fixo definido atualmente pela necessidade de pesquisa, ele foi, durante o tempo de sua criação pelos grupos humanos do passado, um elemento de uma rede ampla de atividades desenvolvidas em vários lugares diferentes. Esse fato implica que, tanto na construção do sítio quanto no seu estudo, deve ser considerada essa dinâmica de relações internas e externas ao material descoberto.

### 4.1.1 Microescala: o sítio Canto dos Araçás

O sítio Canto dos Araçás corresponde a um sítio conchífero localizado na parte oeste da Lagoa da Conceição (ver Apêndice V, Mapa 1). O sítio ocupa parte de três terrenos, nos quais há duas casas construídas. Ele se encontra atualmente a 50 m da margem da lagoa e é delimitado ao sul por pequeno córrego que desce da montanha em um vale encaixado repleto de matacões em seu leito. A face norte do sítio foi cortada pela construção de uma rua que dá acesso à parte alta da localidade conhecida como Canto dos Araçás. O limite oeste está definido pela presença de alguns afloramentos em área de média vertente, cujo substrato corresponde a depósito coluvial (JOCKYMAN, 2015). O limite leste é definido já em parte plana do terreno, em cota altimétrica semelhante à da lagoa e em contato com sedimentos praias (JOCKYMAN, 2015).

Figura 4.1 – Implantação do sítio

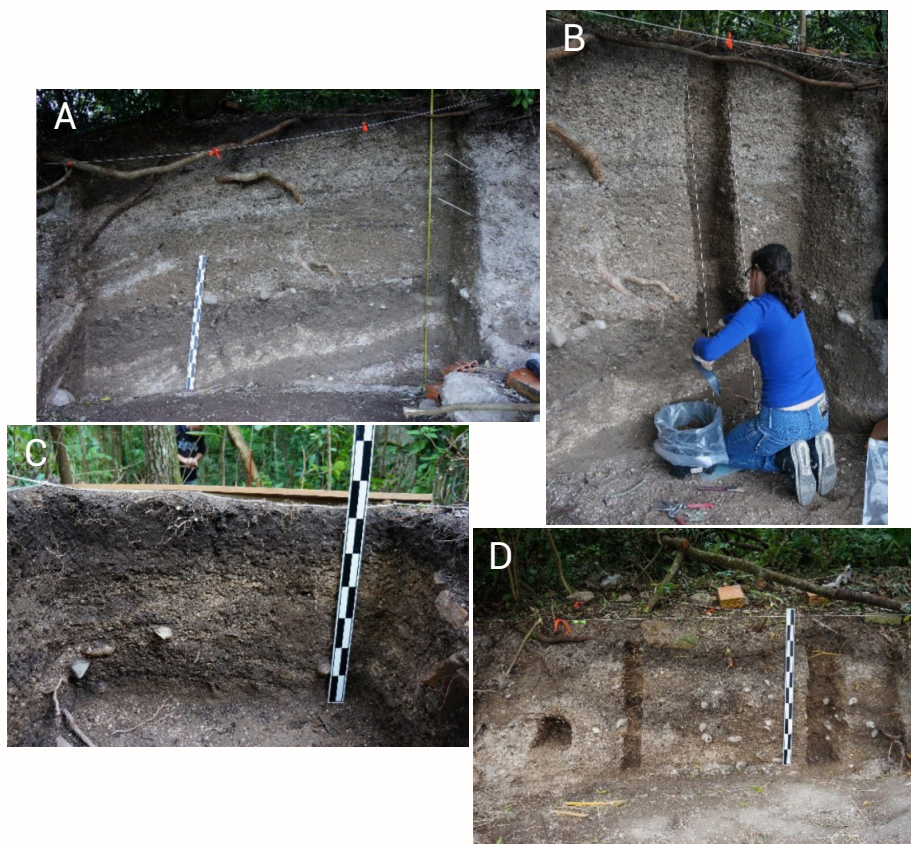


Fonte: Acervo do LEIA (2014).

Com essa delimitação, o sítio se desenvolve na porção de média/baixa vertente e tem depósito de encosta como substrato. Sua parte mais alta apresenta um certo aplainamento que pode ser decorrente de uma interação entre os processos de construção do próprio sítio e de ações pós-depositivas relacionadas à ocupação da área no decorrer do século XX. A partir desse topo aplainado, o sítio mergulha na direção nordeste apresentando camadas inclinadas e subparalelas nessa direção (Figura 4.1). Foram realizados cinco tipos de intervenção nesse sítio (Figura 4.2)



Figura 4.2 – Intervenções realizadas no sítio: A, B, e D correspondem às duas áreas nas quais realizamos retificação de perfil, com indicação dos cortes para amostragem em B e D; C corresponde à área de escavação de 1x1 m aberta no topo do sítio

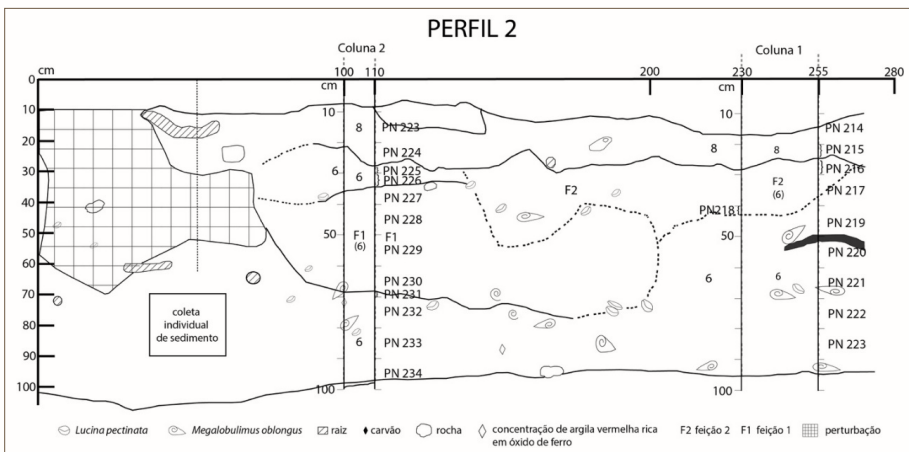


Fonte: Acervo do LEIA (2014).

Para sua delimitação, tanto na área em que afloram conchas e sedimento escuro quanto em seu entorno, foi feita uma série de tradagens. A partir destas, conseguimos delimitar a extensão espacial, mas não a profundidade do pacote arqueológico, haja vista que o trado atinge apenas 1 m de profundidade, e as camadas arqueológicas, em alguns pontos, atingem profundidade maior que essa. Para obter informações mais precisas sobre a profundidade do sítio, realizamos três testemunhos em diferentes porções do sítio utilizando tubos de alumínio, inseridos a percussão no sítio. A partir dessas intervenções, verificamos que o sítio, em sua parte mais bem preservada atinge até 3 m de profundidade (JOCKYMAN, 2015). O terceiro tipo de intervenção envolveu a limpeza e retificação do perfil norte do sítio, já perturbado pela construção de

uma rua. Foi aberta uma área com extensão total de 10 m, com profundidade variável entre 0,60 m e 1,30 m. Essa profundidade não corresponde, entretanto, à espessura total do pacote arqueológico, sendo seu limite definido pela construção de muro de contenção entre o sambaqui e a rua. Durante a limpeza e retificação, todo o sedimento foi peneirado e todos os ossos e artefatos foram coletados. A localização estratigráfica dos vestígios foi, por vezes, prejudicada por causa das intervenções verticais que a atividade de retificação envolve. Após a exposição da área total de 10 m, realizamos uma nova intervenção: três cortes no perfil para coleta de amostras padronizadas. Essas amostras foram localizadas em zonas distintas do perfil, definidas em função da composição estratigráfica deste. Esses cortes seguiram duas medidas padronizadas, com 10 cm ou 25 cm de largura, 15 cm de profundidade, e espessura máxima de 10 cm, respeitando-se a divisão entre camadas (Figura 4.3 – Perfil 2 com coluna 1 e 2).

Figura 4.3 – Perfil estratigráfico registrado pela equipe do LEIA no sambaqui Canto dos Araçás.



Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson. Acervo do LEIA (2018).

O quarto e último tipo de intervenção envolveu a abertura de uma área de escavação no topo do sambaqui, com dimensões de 1x1 m, atingindo a profundidade máxima de 80 cm. Assim como no caso do perfil, essa medida não corresponde à base do sítio, mas sim ao limite logístico da etapa de campo realizada nele. Essa área foi escavada por níveis artificiais de 10 cm.

A amostra a ser analisada neste capítulo é proveniente principalmente das colunas de coleta realizadas no perfil, mas incorpora também dados oriundos da limpeza dessa mesma área e do local de escavação no topo do sítio.

#### 4.1.2 Média e macroescala: o sítio no contexto regional e macrorregional

Com o intuito de articular diferentes escalas para a construção de uma interpretação sobre a coleção zooarqueológica formada pelas intervenções realizadas nesse sítio, incorporamos a este trabalho fontes secundárias bibliográficas que fornecem um quadro sobre a função e a formação dos sítios de tipo sambaqui na região.

Destacamos que, em âmbito macrorregional, o conhecimento sobre a função e formação dos sítios de tipo sambaqui, principalmente para aqueles localizados nos estados do sul do Brasil, pode ser sintetizado em alguns pontos (WAGNER *et al.*, 2011; GASPAR; DEBLASIS, 2012; FISH *et al.*, 2013):

- Populações sedentárias com um forte regionalismo como modo de vida e estratégias de subsistência variáveis, mas com uma matriz cultural comum.
- Padrão de assentamento complexo, com diferentes tipos de sambaquis com diferentes funções. Alguns têm uma função funerária exclusiva, enquanto outros não têm nenhuma sepultura. Estes últimos estão interpretados como marcadores na paisagem, lugar de habitação, estação de atividades temporais.
- Subsistência baseada sobre recursos aquáticos. Os estudos zooarqueológicos prévios conhecidos na literatura sobre sítios de tipo sambaqui mostram a grande proporção de restos marinhos associados aos sambaquis (SILVEIRA, 2001; RAMOS, 2011; PLENS, 2010, 2014; BANDEIRA; FOSSILE, 2014; PAVEI *et al.*, 2015; BORGES, 2016; KLÖKLER, 2008), aspecto este reforçado pelo sítio Canto dos Araçás que apresenta mais de 90% de restos de origem marinha.
- Presença importante de vegetais na vida sambaqueira, muito mais significativa do que supunham as pesquisas realizadas ao longo do século XX, seja na dieta, no ritual, nas construções ou na confecção de ferramentas.
- Indícios da existência de horticultura.
- As conchas, os restos mais visíveis desse tipo de sítio, são elementos intencionalmente transportados e acumulados.

Já em escala regional, o sambaqui do Canto dos Araçás está situado na margem oeste da Lagoa da Conceição, ao sopé de um dos grandes morros que integra a cadeia de montanhas que corta a Ilha de Santa Catarina no

sentido norte-sul. No entorno da lagoa foram identificados 23 sambaquis,<sup>1</sup> dos quais 17 foram localizados e recadastrados pela equipe do projeto “Florianópolis arqueológica” (JOCKYMAN, 2015). Alguns deles sofreram intervenções arqueológicas, o que ofereceu uma melhor visão do contexto regional. Entre esses sambaquis, podemos mencionar o sambaqui Ponta das Almas,<sup>2</sup> que fica a cerca de 800 m de distância do sambaqui Canto dos Araçás e foi escavado em diferentes momentos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Assim, o sambaqui Canto dos Araçás não está isolado e participa certamente de um padrão de assentamento complexo e dinâmico ao longo do tempo.

Do ponto de vista cronológico, foram obtidas duas datações absolutas para esse sítio (Tabela 4.1). A datação foi realizada com amostra de carvão proveniente da base da camada 5, a cerca de 85 cm de profundidade, correspondendo à base do testemunho 2. A datação sobre concha foi obtida a partir de amostra proveniente da área de escavação, a cerca de 80 cm de profundidade.

Tabela 4.1 – Datação obtida para o sítio Canto dos Araçás

Material	Proveniência	Profundidade	Datação radiocarbônica AP	Datação calibrada AP (SHCal13, 2s, oxcal v4.3.2 Bronk Ramsey, 2017)	Referência
Carvão	Camada 5/ testemunho 2	85 cm	2830 ± 30	2969-2784	Beta – 401461

Material	Proveniência	Profundidade	Data TL	Intervalo AP com 2s	Referência
Concha	Quadra N1004-E1020	80 cm	4150 ± 380	4910-3390	LACIFID- Laboratório de Cristais Iônicos

Fonte: Acervo LEIA (2015).

Essas datações apresentam coerência com o conjunto de referências cronológicas disponíveis para a região,<sup>3</sup> indicando inclusive uma possível

<sup>1</sup> Ver Capítulo 3, Tabela 3.1 deste volume.

<sup>2</sup> Ver Scherer e Lima, Capítulo 5 deste volume.

<sup>3</sup> Ver Oppitz, Capítulo 3 deste volume.

contemporaneidade de ocupação com o sítio Ponta das Almas, para o qual há datações entre 4300 e 2200 AP<sup>4</sup> (PIAZZA, 1966a; HURT, 1974).

Com relação aos vestígios identificados no sítio, para além da coleção zooarqueológica aqui analisada, destaca-se a presença bastante tímida de restos humanos (2 fíbulas, 1 fêmur direito e 1 esquerdo, 1 tíbia direita, 2 fragmentos de úmeros – identificados pela bioarqueóloga do MARQUE/UFSC, Luciane Zanenga Scherer), os quais foram localizados de forma dispersa durante limpeza do perfil norte. Apesar da presença desse tipo de vestígio, sua baixa representatividade e ausência de contexto estruturado a eles relacionados levantam dúvidas quanto à função e processo de formação do sítio em comparação com outros contextos insulares e continentais encontrados em Santa Catarina. No entanto, é preciso salientar que, até o momento, a área amostrada é relativamente pequena, e não é possível descartar a possibilidade de haver sepultamentos humanos em outras partes do sítio.

Com relação à composição malacológica do sítio, identificamos a presença de *Anomalocardia brasiliiana*, *Megalobulimus*, *Lucina pectinata*, *Ostrea* sp. e *Perna perna*, sendo a primeira a principal matéria-prima utilizada na construção do sítio. (JOCKYMAN, 2015; PIACENTINI, 2018). Nesse sentido, o estudo de Piacentini (2018) sobre a macro e micromalacofauna do sítio mostrou um sistema de coleta das espécies usadas com matéria-prima semelhante ao sistema apresentado nos sambaquis Jabuticabeira II e Encantada III (KLÖKLER *et al.*, 2010; VILLAGRAN *et al.*, 2011).

Em relação ao contexto da coleção faunística, as fontes primárias oferecem uma excelente contextualização das amostras estudadas. Conforme mencionamos, os restos faunísticos aqui apresentados provêm de duas áreas distintas do sítio – perfil norte e área de escavação no topo do sítio. O material coletado em ambas as intervenções passou pelo processo de flotação com peneiras de 10 mm, 5 mm e 2 mm, antes de ser triado manualmente e identificado.

## 4.2 A coleção faunística

A coleção de restos de ossos animais considerada neste estudo é constituída de 1728 fragmentos. Desse total, 575 fragmentos (33,3%) apresentam dimensão menor do que 2 mm e, portanto, não puderam ser identificados nem em relação à posição anatômica nem em relação à espécie. Os restos identificados somam 1153 fragmentos, dos quais 516 puderam ser

---

<sup>4</sup> Ver Scherer e Lima, Capítulo 5 deste livro.

classificados em relação à Família. Destes, 87,2% correspondem a peixes, 6,2% a aves, 3,2% a mamíferos marinhos, 2,2% a mamíferos terrestres, 1,0% a répteis. Os crustáceos estão igualmente presentes, mas cada um com apenas um único resto identificado.

Uma das problemáticas no campo zooarqueológico é a questão ligada com a contagem dos fragmentos de ossos (CHAIX; MÉNIEL, 2001; REITZ; WING, 2008; GAUTIER, 1987). De fato, a simples contagem do número de restos apresenta uma visão distorcida da realidade no que se refere ao número de indivíduos representados na amostra. Assim 500 restos de uma espécie não significam que havia 500 indivíduos dessa espécie, mas simplesmente que um certo número de animais produziu uma quantidade de fragmentos que foi recolhida e identificada até chegar a esse número de 500. O segundo problema ligado com essa contagem é que as espécies animais apresentam comportamento distinto com relação à conservação através o tempo, o que pode levar a uma diferença de representatividade entre as espécies. Por exemplo, um osso de baleia, devido a seu tamanho e sua fragilidade, pode produzir um número de fragmentos muito maior que o mesmo osso de um peixe, o qual é muito menor e menos sensível à fragmentação. Assim, no momento da análise, poderia parecer que a baleia apresenta maior representatividade do que o peixe na amostra analisada. Para ajudar a corrigir esse tipo de distorção, a zooarqueologia trabalha como um tipo de contagem que se chama número mínimo de indivíduos. Após a contagem clássica do número de fragmentos ósseos, o pesquisador vai tentar projetar o número mínimo de animais que produziu os restos encontrados. Por exemplo, uma vez que todos os ossos de baleia são identificados, o osso mais comum é contabilizado tomando em conta um máximo de variáveis como a lateralização (direita-esquerda), idade, sexo, etc., permitindo assim eliminar possíveis repetições do mesmo osso e, com isso, gerando uma estimativa mais próxima do número *mínimo* de indivíduos presentes no sítio. Esse cálculo, que tem o papel de relativizar a ação dos agentes responsáveis pela destruição e fragmentação dos restos faunísticos, foi realizado com a coleção do Canto dos Araçás e é apresentado na Tabela 4.2.

Apresentamos abaixo dados relativos ao comportamento e localização das espécies, assim como dados relativos às técnicas de pesca e valor comercial nos dias de hoje. Esses dados serão apresentados na seguinte ordem: peixes cartilagosos, peixes ósseos, crustáceos, aves, répteis, mamíferos marinhos e, finalmente, mamíferos terrestres. Para cada espécie identificada, apresentamos ainda um quadro com o nome latino e o comum do animal, imagem do animal, breve descrição da biologia e descrição das partes do esqueleto identificadas na coleção.

Tabela 4.2 – Número de fragmentos e indivíduos por espécie e posição estratigráfica

	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3		Quadra N1004-E1020															Total						
	Limpeza		Limpeza		Limpeza		Limpeza	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5		Nível 6		Nível 7			Nível 8		Nível 9			
	N	NMI	N	NMI	N	NMI	N	N	NMI	N	NMI	N	NMI	N	NMI	N	NMI	N	NMI	N	NMI		N	NMI	N	NMI	N	NMI
<b>Peixe cartilaginoso</b>																												
<i>Carcharhinus plumbeus</i>	4	1																								1	1	5
<i>Carcharias taurus</i>	4																											5
<i>Rhizoprionodon</i> sp.	1	1	1	1														1	1									2
<i>Carcharhinus</i> sp.	11	1	1	1	8	1																						20
<b>Peixe teleósteo</b>	53		7		2		7							1		1		2		3		6		1		7	90	
<b>Epinephelinae</b>																												
<i>Epinephelus itajara</i>	8					1		3	1											1	1	1	1					14
<i>Mycteroperca</i> sp.	2	1	2	1	3	1	1	1																		2	1	10
Sparidae	42	1	1		12	1	1	1												11	1					3	1	70
<i>Diplodus argenteus</i>	18	4	2	2	5	2	5	1	1	1															1	1	32	
<i>Archosargus rhomboidalis</i>	20	7	2	2	4	2	3	2																1	1	1	1	32
Sciaenidae	80	3	36	2	32	1	7	1					1	1	1	1			3	1	5	1	10	1	1	1	176	
<i>Micropogonias firmieri</i>			1	1	4							1	1															6
<i>Pogonias cromis</i>	27	1	12	1	9	1	2	1						1	1				1	1				1	1	2	1	55
Scombridae					2	1																						2
<i>Mugil lisa</i>	2	1			2	1	1	1																				5
Pomatomidae																												
<i>Pomatomus saltatrix</i>	11	1	3	1	2		2	1														1	1					19
<b>Clupeidae</b>																												
<i>Sardinella brasiliensis</i>	3	1					3	1									28					1	1			1	1	36
<b>Crustáceos</b>							1	1							1	1												2
<b>Aves</b>	29	1	7	1	17	1	1	1		2	1			3	1						5	1	2	1	5	1	71	
<b>Répteis</b>	3	1	1	1	3	1	1	1												1	1	2	&					11
<i>Caiman latirostris</i>	1	1																										1
<b>Mamíferos marinhos</b>	11				13									1	1					2	1					2	1	29
<i>Mysticete</i>	7	1	2	1			4	1																				13
<i>Stenella Frontalis</i>	6	1			1	1																						7
<i>Tursiops truncatus</i>	2																											2
<b>Mamíferos terrestres</b>	2	1	1		8										1	1										2	1	14
<i>Myocastor coypus</i>	2	2			1	1																						3
<i>Dasyopus novemcinctus</i>																				1	1							1
<b>Total</b>	349	30	79	15	129	15	42	15	1	1	3	2	2	1	8	5	32	2	23	7	22	6	16	5	27	10	733	


Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

#### 4.2.1 Os peixes cartilagosos

##### *Elasmobranchios* (nome comum: raia e tubarão)


Vinte e seis vértebras de tubarões foram encontradas. Elas foram identificadas como sendo de *Carcharhinus* sp. (n=20), *Rhizoprionodon* sp. (n=2) e *Carcharias taurus* (nome comum: mangona; n=4). Ver Quadro 4.1 e 4.2.

Quadro 4.1 – *Carcharhinus plumbeus*

<p><b><i>Carcharhinus plumbeus</i></b> (NARDO, 1827)</p> <p>Tubarão-galhudo / Tubarão-corre-costa</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Abundante na costa e em alto-mar, em água temperada e tropical. Comum em boca de baía, portos, dentro de baía enlameada e arenosa, em boca de rio, mas tende a evitar praia arenosa com muitas ondas. Gosta de nadar perto do fundo mas é encontrado entre 0 e 280 m. Pode apresentar ciclo sazonal de reprodução. Principalmente predador de pequenos peixes de fundo, mas se alimenta também com alguns moluscos e crustáceos. Pode atingir até 3 m, mas geralmente é menor que 2,5 m.</p> <p>Fonte: Compagno (2002); Voigt e Weber (2011); Ebert, Fowler e Compagno (2016).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>Usado fresco, congelado, defumado e salgado na alimentação. Sua pele é usada para o couro e outros produtos. Pescado com palangre, anzol e rede de fundo ou cana e carreto em pesca esportiva.</p>	
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>1 dente lateral superior.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.2 – *Carcharias taurus*

<p><b><i>Carcharias taurus</i></b> (RAFINESQUE, 1810)</p> <p>Mangona</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Costeiro, tubarão litorâneo presente em praias arenosas e rochosas. Encontra-se em baía rasa, recife e caverna em uma profundidade de 0 a 191 m com uma preferência para 15 a 25 m. Vive solitário ou em pequeno grupo e apresenta uma agregação reprodutiva maior. É mais ativo durante a noite. Alimenta-se principalmente de uma grande variedade de peixes teleósteos e de crustáceos, cefalópodes e mamíferos marinhos. Até 3 m de comprimento ou mais.</p> <p>Fonte: Compagno (2002); Ebert, Fowler e Compagno (2016).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>Pescado com linha, rede de fixo, em arrasto. Usado fresco, congelado, defumado e salgado na alimentação. A pele pode ser usada para couro e o fígado fornece óleo. Antigamente, o tubarão mais comum no litoral catarinense, mas que foi extinto devido a uma pesca moderna intensiva (BURG MAYER, 2017).</p>	
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>1 dente inferior e 4 vértebras.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

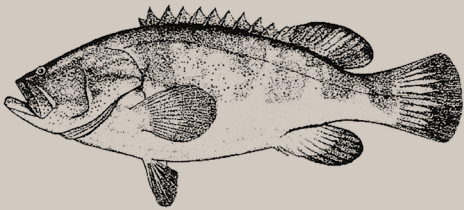


## 4.2.2 Os peixes teleósteos

*Epinephelinae*

Vinte e quatro restos da família Epinephelinae foram identificadas. O *Epinephelus itajara* e o *Mycteroperca* sp. são membros dessa família e foram identificados na coleção faunística do sítio (Quadros 4.3 e 4.4).

Quadro 4.3 – *Epinephelus itajara*

<p><b><i>Epinephelus itajara</i></b> (LICHTENSTEIN, 1822)</p> <p>Mero (às vezes chamado de garoupa na linguagem popular)</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Uma espécie solitária que ocorre em áreas rasas e costeiras. Encontrado em fundos rochosos, coralinos e fundos não consolidados. Juvenis são encontrados em áreas de manguezais e estuários. Grandes adultos podem ser encontrados também em estuários. Alimenta-se de peixes, incluindo pequenos tubarões e arraias, crustáceos, e até mesmo pequenas tartarugas. Territorial perto da caverna/toca/naufrágio onde se refugia. Ocasionalmente exibe comportamento territorialista, ameaçando com boca aberta e corpo trêmulo. Espécimes grandes já foram observadas perseguindo e tentando comer mergulhadores.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>É capturado e abatido principalmente pela pesca com arpão (caça submarina). Mas as técnicas de pesca com anzol e espinhel são igualmente usadas. Comercializado fresco e salgado. Adultos podem atingir biomassa superior a 315 kg.</p>	<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>14 vértebras da família dos Epinephelidae foram encontradas, muito provavelmente da espécie <i>Epinephelus itajara</i>.</p>

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.4 – *Mycteroperca* sp.


<b><i>Mycteroperca</i> sp.</b>	<b>Biologia</b> Adultos são encontrados em fundos rochosos com alta complexidade topográfica. Os juvenis habitam leitos de grama marinha, áreas de manguezais e águas rasas nos costões rochosos. Há pouca informação sobre a dieta da espécie, alimenta-se principalmente de peixes. É considerada pelos pescadores como uma espécie de pequeno porte (peso médio de 4 kg para indivíduos adultos).
Badejo	
<b>Técnica de pesca e valor comercial</b> Pesca com arpão e caniço. Os peixes de 4-7 kg são comuns.	Fonte: Carvalho Filho (1999).
<b>Restos encontrados</b> 10 ossos da mandíbula, dos quais 5 dentários, 3 direitos e 2 esquerdos.	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### *Sparidae*

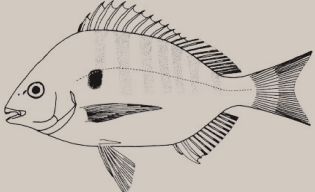
Setenta vértebras da família Sparidae foram identificadas. O *Diplodus argenteus* (marimbá) e o *Archosargus probatocephalus* (sargo-de-dente) são membros dessa família e foram identificados na coleção faunística do sítio (Quadros 4.5 e 4.6).

Quadro 4.5 – *Diplodus argenteus*

<b><i>Diplodus argenteus</i></b> (VALENCIENNES, 1830) Marimbá/Silver Porgy/Sargo	<b>Biologia</b> Ocorre nos costões rochosos da costa brasileira. Os juvenis são frequentemente encontrados em piscinas de maré. Indivíduos adultos são detectados em águas rasas, muitas vezes em locais de substrato não consolidado, ou em fundos cobertos por grama marinha.
	
Fonte: FAO.	Fonte: Carvalho Filho (1999).
<b>Técnica de pesca e valor comercial</b> Espécie de pouco valor comercial.	
	<b>Restos encontrados</b> 14 vértebras do gênero <i>Diplodus</i> sp. foram identificadas. Há também 18 ossos da mandíbula dos quais 5 dentários direitos, 4 esquerdos, 2 pré-maxilas direitas, 1 esquerda.

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.6 – *Archosargus rhomboidalis*


<p><b><i>Archosargus rhomboidalis</i></b> (WALBAUM, 1792)</p> <p>Sargo-de-dente</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Comumente encontrado sobre o fundo de lama em manguezais e em fundos arenosos, às vezes em água salobra e ocasionalmente também em áreas de recifes, perto de manguezais. Alimenta-se de invertebrados bentônicos (bivalves pequenos, crustáceos) e de algas marinhas.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>Espécie de pouco valor comercial.</p>	<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>4 vértebras e 28 ossos da mandíbula foram identificados do gênero <i>Archosargus</i> sp., dos quais 10 dentários direitos, 8 esquerdos, 7 pré-maxilas direitas e 1 esquerda. O peixe mais comum dessa família atualmente na área geográfica próxima ao sítio é o <i>Archosargus rhomboidalis</i>.</p>

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### *Sciaenidae*

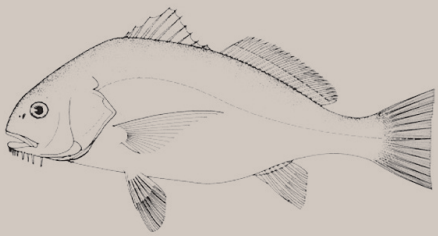
Cento e setenta e seis vértebras da família Sciaenidae foram identificadas. O *Micropogonias furnieri* (corvina) é um membro dessa família e foi identificado nos restos faunísticos do sítio (Quadros 4.7 e 4.8).

Quadro 4.7 – *Micropogonias furnieri*

<p><b><i>Micropogonias furnieri</i></b> (DESMAREST, 1823)</p> <p>Corvina</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Encontrado sobre fundos de areia em águas costeiras e em estuários, onde se reproduz. Adultos formam cardumes. Os hábitos de alimentação variam de acordo com o desenvolvimento ontogenético e a estação do ano. Os juvenis alimentam-se de crustáceos migratórios bentônicos, moluscos e organismos bentônicos sésseis, enquanto os adultos ocasionalmente capturam peixes.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>Um importante recurso alimentar no sul do Brasil, é comercializado fresco ou salgado. É capturado normalmente em arrastos.</p>	<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>1 otólito e 5 dentários, dos quais 2 direitos e um esquerdo.</p>

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.8 – *Pogonias cromis*

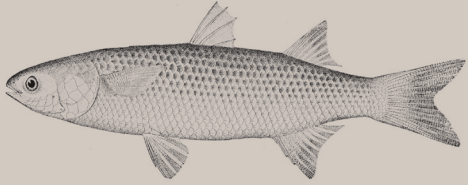
<p><b><i>Pogonias cromis</i></b> (LINNAEUS, 1766)</p> <p>Miraguaia</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Encontrado geralmente em substrato não consolidado, como fundos arenosos e fundos de lama, nas águas costeiras, especialmente em áreas com grandes cursos de água do rio. Os juvenis geralmente entram nos estuários. Alimenta-se principalmente de crustáceos, moluscos e peixes.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b></p> <p>Um importante recurso alimentar no sul do Brasil, é comercializado fresco ou salgado. É capturado normalmente em arrastos.</p>	<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>54 vértebras e 1 dentário.</p>

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### *Scombridae*

Cinco restos da família Scombridae foram identificados. O *Mugil liza* (tainha) é um membro dessa família e foi identificado nos restos faunísticos do sítio (Quadro 4.9).

Quadro 4.9 – *Mugil liza*

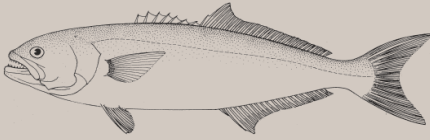
<p><b><i>Mugil liza</i></b> (VALENCIENNES, 1836) Tainha</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b> Adultos são encontrados em águas marinhas costeiras e estuários; também habita lagoas salobras e pode ser encontrado em água doce próximo à foz dos rios. Forma cardumes consideráveis, sazonalmente para migrações tróficas ao longo da costa do sul do Brasil. Alimenta-se de detritos orgânicos e algas filamentosas. Ovíparo, os ovos são pelágicos e não adesivos. Produz vários milhões de ovos desovados na coluna d'água durante a reprodução.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b> Comercializado fresco e salgado, as ovas são comercializadas salgadas, secas e consideradas uma iguaria. Capturado sazonalmente com redes de praia por pescadores artesanais. As técnicas de arrasto, rede fixa e tarrafa podem também ser usadas na pesca deste peixe.</p>	
<p><b>Restos encontrados</b> 4 vértebras e 1 opérculo.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### *Pomatomidae*

Dezenove restos da família Pomatomidae foram identificados. O *Pomatomus saltatrix* (anchova) é um membro dessa família e foi identificado nos restos faunísticos do sítio (Quadro 4.10).

Quadro 4.10 – *Pomatomus saltatrix*

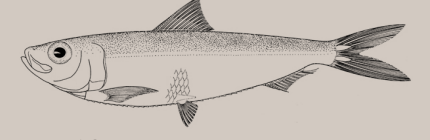
<p><b><i>Pomatomus saltatrix</i></b> (LINNAEUS, 1766) Anchova</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b> Ocorre em águas oceânicas e costeiras, é mais comum nas praias de águas limpas e de alta energia. Os adultos também podem ser encontrados em estuários e em águas salobras. Juvenis podem ser encontrados em águas costeiras rasas de pelo menos 2 m de profundidade, em cardumes que perseguem e atacam peixes pequenos. Os adultos formam pequenos cardumes, muitas vezes atacando cardumes de salmonetes ou outros peixes. Alimenta-se de peixes, crustáceos e cefalópodes. Associa-se com tubarões e outros peixes para alimentação.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b> São comercializados principalmente frescos, mas também secos ou salgados. As técnicas de arrasto, rede fixa, tarrafa, anzol podem ser usadas na pesca desse peixe.</p>	
<p><b>Restos encontrados</b> 10 vértebras e 9 mandíbulas.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### *Clupeidae*

Trinta e seis vertebras da família Clupeidae foram identificadas. O *Sardinella brasiliensis* (sardinha) é um membro dessa família e foi identificado nos restos faunísticos do sítio (Quadro 4.11).

Quadro 4.11 – *Sardinella brasiliensis*

<p><b><i>Sardinella brasiliensis</i></b> (STEINDACHNER, 1879) Sardinha</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b> Encontrado em águas costeiras, muitas vezes formando grandes cardumes compactos. Considerado abundante nos costões rochosos da região sul do Brasil. Comercializado fresco e enlatado.</p> <p>Fonte: Carvalho Filho (1999).</p>
<p><b>Técnica de pesca e valor comercial</b> Espécie considerada de alto valor comercial, capturada principalmente com redes de cerco.</p>	<p><b>Restos encontrados</b> 36 vértebras.</p>

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### 4.2.3 Os crustáceos

Só dois fragmentos de garra de siri foram identificados, sem que pudéssemos determinar com mais precisão a espécie.

### 4.2.4 As aves

Setenta e um fragmentos de aves foram identificados. Devido à intensa fragmentação desses ossos e à ausência de coleção de referência, não foi possível identificar com certeza nem a posição anatômica nem a espécie. Os poucos fragmentos identificados apontam para a presença de pinguins, possivelmente da espécie *Spheniscus magellanicus*.

### 4.2.5 Os répteis

Doze vértebras de répteis foram encontradas. Infelizmente, devido à falta de referência, não foi possível diferenciar entre cobras e lagartos. No caso dos lagartos, a espécie possivelmente representada é a *Tupinambis merianae*, também popularmente conhecida como teiú.

Uma das vértebras de tamanho particularmente importante traz a possibilidade da presença de jacarés, certamente da espécie: jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*).

### 4.2.6 Os mamíferos marinhos

Devido à estrutura particular dos ossos dos mamíferos marinhos, foi possível identificá-los, muito embora não tenha sido possível definir nem as partes anatômicas nem as espécies representadas. A única exceção refere-se aos grupos de Mysticeti, que, devido ao tamanho e à estrutura do osso, puderam ser reconhecidos em meio à coleção.

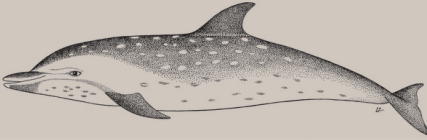
#### *Mysticeti*

Treze restos de Mysticeti foram encontrados, dos quais só um foi identificado no nível anatômico como uma epífise vertebral não fusionada e queimada de um animal jovem. Infelizmente, não foi possível identificar a espécie, mas pelo contexto ambiental (SIMÕES-LOPES; XIMENEZ, 1993) deste, refere possivelmente uma baleia franca (*Eubalaena australis*).

## Delphinidae


Nove restos da família Delphinidae foram identificados. O *Stenella frontalis* (golfinho pintado) e o *Tursiops truncatus* (golfinho-nariz-de-garrafa) são membros dessa família e foram identificados nos restos faunísticos do sítio (Quadros 4.12 e 4.13).

Quadro 4.12 – *Stenella frontalis*

<p><b><i>Stenella Frontalis</i></b> (CUVIER, 1829)</p> <p>Golfinho-pintado</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Animal de água temperada e tropical continental quente, ele se encontra em geral perto da costa, em particular no sudoeste atlântico, onde compartilha/disputa ambiente com o <i>Tursiops truncatus</i>. Alimenta-se tanto da grande variedade de peixes pelágicos e polvos como de invertebrados bentônicos. Vive em grupos de 5 a 50 indivíduos.</p> <p>Fonte: Simões-Lopes e Ximenez (1993); Reeves <i>et al.</i> (2002); Jefferson, Leatherwood e Webber (1996); Perrin, Würsig e Thewissen (2008); Moreno <i>et al.</i> (2005).</p>
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>3 metacarpos, 1 carpo, 1 ulna direita, 1 rádio direito, 1 vértebra caudal (10-11).</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.13 – *Tursiops truncatus*

<p><b><i>Tursiops truncatus</i></b> (MONTAGU, 1821)</p> <p>Golfinho-nariz-de-garrafa</p>  <p>Fonte: FAO</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Golfinho muito comum que habita as regiões costeiras com preferência por mares com água temperada e tropical, fechados ou semi-fechados, baías e estuários. Vive em geral em grupos pequenos de menos de 20 indivíduos. Há uma alimentação muito diversificada com, principalmente, peixes e polvos.</p> <p>Fonte: Simões-Lopes e Ximenez (1993); Reeves <i>et al.</i> (2002); Jefferson, Leatherwood e Webber (1996); Perrin, Würsig e Thewissen (2008).</p>
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>1 fragmento de mandíbula e 1 dente.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).



#### 4.2.7 Os mamíferos terrestres

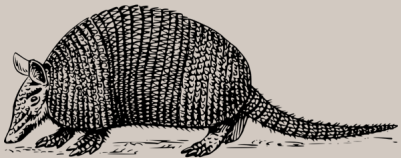
Devido à estrutura particular dos ossos dos mamíferos terrestres, foi possível identificá-los, sem que, no entanto, pudéssemos definir a posição anatômica ou a espécie representada, com exceção de duas espécies terrestres ou semiaquáticas (Quadros 4.14 e 4.15): *Myocastor coypus* (ratão-do-banhado) e *Dasyus novemcinctus* (tatu).

Quadro 4.14 – *Myocastor coypus*

<p><b><i>Myocastor coypus</i></b> (MOLINA, 1792)</p> <p>Ratão-do-banhado</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Grande roedor adaptado em vida aquática, que vive em zona temperada. O hábitat envolve a proximidade de cursos de água. Alimenta-se de gramíneas, raízes, plantas aquáticas e pode comer mexilhões e gastrópodes.</p> <p>Fonte: Reis <i>et al.</i> (2006); Graipel, Cherem e Ximenez (2001).</p>
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>2 mandíbulas e 1 dente.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

Quadro 4.15 – *Dasyus novemcinctus*

<p><b><i>Dasyus novemcinctus</i></b> (LINNAEUS, 1758)</p> <p>Tatu</p>  <p>Fonte: FAO.</p>	<p><b>Biologia</b></p> <p>Encontrado em uma variedade de habitats como floresta e caatinga. A alimentação principal são os invertebrados, mas vegetais, pequenos vertebrados, ovos, carniça e até recursos aquáticos podem ser também aproveitados.</p> <p>Fonte: Reis <i>et al.</i> (2006); Graipel, Cherem e Ximenez (2001).</p>
<p><b>Restos encontrados</b></p> <p>1 fragmento de carapaça.</p>	

Fonte: Elaborado por Simon-Pierre Gilson e Anderson Antônio Batista (2018).

### 4.3 Discussão: dinâmica de ocupação do território

A fim de falar sobre a circulação dos seres humanos no território que ocuparam no passado, é necessário levar em consideração dois elementos principais: a configuração geográfica no entorno do sítio e suas modificações ao longo do tempo; a biologia dos animais identificados e o que essa biologia implica em termos de acesso pelos seres humanos. Em outros termos, os costumes de vida dos animais identificados no sítio do Canto dos Araçás permitem definir as diferentes áreas de captação desses recursos pelos grupos humanos que frequentavam o sítio.

Indubitavelmente, há uma predominância, quase uma exclusividade, para recursos de proveniência aquática. De fato, com exceção do tatu e do teiú, cuja presença no sítio pode estar relacionada a questões pós-deposicionais, todas as outras são espécies aquáticas ou semiaquáticas, como o ratão-do-banhado. Nesse sentido, é importante lembrar que a Ilha de Santa Catarina está numa região marinha com geografia costeira complexa. O litoral recebe as descargas de água doce (em sua maioria carregadas de aportes de materiais de origem antrópica) de vários rios de pequeno e médio porte, resultando em vários tipos de ambientes (por exemplo, marismas, estuários, restingas, manguezais). Essa riqueza de habitats traz consigo ainda características oceanográficas próprias e conjuntos de espécies diferenciadas em cada ambiente (ANDERSON *et al.*, 2015).

Em uma escala regional, a ilha se encontra no meio de várias influências. Assim, na porção sul do estado, o fenômeno de ressurgência é o processo oceanográfico mais importante durante o verão austral. Durante o inverno austral, a influência da pluma de sedimentos oriunda do Rio da Prata (Plata River Sediment Flux-PRSF) e as massas d'água originárias da Antártida (Subtropical Shelf Front) constituem os processos oceanográficos chaves (ANDERSON *et al.*, 2015).

Ademais, a região da plataforma continental de Santa Catarina também sofre influência sazonal de águas mais frias e com baixa salinidade, provenientes do sul. Essa intrusão de águas mais frias e com baixa salinidade em direção ao norte durante o inverno tem sido descrita por diversos autores (JOCKYMAN, 2015).

Essa complexidade física pode propiciar processos de fertilização da zona eufótica por tempo suficiente para o crescimento e o acúmulo da biomassa fitoplanctônica, tornando-a uma das áreas mais produtivas da plataforma continental brasileira. Essas características conferem à região relevante importância ecológica, abarcando significativa biodiversidade marinha e representando o limite sul de distribuição da fauna e flora marinha

tropical do Oceano Atlântico. Por exemplo, cerca de 96,4% das espécies de peixes recifais tropicais que habitam a costa de Santa Catarina têm seu limite sul de distribuição nessas águas. Também, a existência da influência dessas duas correntezas (quente e fria) ao longo do ano permite explicar a presença concomitante de animais aquáticos tropicais ao lado de animais aquáticos de água fria (ANDERSON *et al.*, 2015).

Como mencionado, a complexidade da costa propicia a criação de habitats diferentes com características oceanográficas próprias e associações de espécies diferenciadas. Nesse sentido é importante considerar a evolução geomorfológica da Lagoa da Conceição ao longo do tempo. No que se refere ao período definido pelas datações conseguidas para o sambaqui Canto dos Araçás, a Lagoa da Conceição apresenta um aspecto de laguna com conexão através de um canal com o mar (JOCKYMAN, 2015). Esse canal se encontrava no mesmo lugar que o atual canal da Praia da Barra da Lagoa. Essa configuração implica que a população que ocupava o sambaqui Canto dos Araçás deve ter se deslocado, certamente com barco, através da laguna para atingir a costa. De fato, mesmo que a tainha (*Mugil liza*) seja um peixe conhecido por entrar em laguna de água salobra, outras espécies de peixes identificados nessa coleção indicam a exploração de costões, baías e estuários. Essas preferências biológicas e a posição geográfica do sítio remetem à atual Praia da Barra da Lagoa como certamente um lugar importante para a obtenção dos recursos dessas populações. As outras praias conhecidas ao redor da lagoa, tal como Moçambique, Mole, Galheta e Joaquina não devem ser excluídas das discussões, uma vez que as populações poderiam ter tido acesso a elas por barco, além do que todas apresentam uma geomorfologia compatível com as necessidades biológicas das espécies de peixes identificadas.

Nesse sentido, é importante lembrar que, conforme indicado no Capítulo 2 deste livro, as regiões da Barra da Lagoa e do Rio Vermelho (cuja praia correspondente no segundo caso é a Praia do Moçambique) apresentam, juntas, uma das maiores concentrações de sambaquis da ilha. Além disso, a região da Barra da Lagoa apresenta inúmeras oficinas líticas, e, ao longo dos costões que se desenvolvem entre a Praia da Barra e a Joaquina, além das oficinas, há vários diques de diabásio, os quais correspondem à principal fonte de matéria-prima para a confecção dos instrumentos líticos identificados nos sambaquis da ilha.

Em relação aos mamíferos marinhos, as três espécies presentes na coleção são animais atualmente conhecidos nas águas costeiras da ilha. De fato, as baleias francas são conhecidas na volta da ilha ao longo do ano, mas com um pico de frequência nos meses de agosto e setembro, durante os quais elas se aproximam da costa, usando as águas mais rasas como berçário (SIMÕES-LOPES; XIMENEZ, 1993). As duas espécies de golfinhos são animais

conhecidos nas águas costeiras, mas talvez atualmente com uma presença mais comum do golfinho-nariz-de-garrafa.

Essa exploração dos ambientes costeiros é reforçada pela presença de duas espécies de tubarão. O tubarão-corre-costa e o tubarão-mangona são duas espécies ainda presentes na volta da ilha. O tubarão-mangona foi até os anos 1980 um recurso importante na pesca tradicional da Ilha de Santa Catarina (HORNKE, 2017). Esses dois tubarões se aventuram perto da costa, sendo que o tubarão-corre-costa entra com frequência nas baías onde parece até se reproduzir e crescer (MERSON; PRATT, 2001). O tubarão-mangona, por sua vez, gosta de baías rasas e praias com mar mais agitado (COMPAGNO, 2002).

Os mamíferos terrestres e semiaquáticos testemunham junto com os crustáceos e os répteis uma exploração de meio ambiente lagunar também. Esse ponto é ainda reforçado pelo trabalho de Piacentini (2018) sobre os restos malacológicos encontrados no sítio Canto dos Araçás. De acordo com seu trabalho, *Anomalocardia brasiliana*, o molusco mais comumente encontrado na coleção, apresenta um tamanho reduzido, o que certamente está relacionado com o grau de salinidade da Lagoa da Conceição.

## 4.4 Comentários finais<sup>5</sup>

Este capítulo de apresentação dos restos faunísticos identificados no sambaqui Canto dos Araçás permitiu ilustrar brevemente o funcionamento de um estudo zooarqueológico através de um estudo com enfoque na relação entre os seres humanos e seu ambiente no passado. Mesmo com os poucos dados disponíveis, foi possível mostrar a forte ligação da população que ocupou o sítio com os ambientes aquáticos e marinhos em particular. Relação que, como mencionado na caracterização geral, foi amplamente demonstrada pelos estudos sobre a grupos construtores de sambaqui no sul do Brasil.

Assim, a pequena coleção de restos faunísticos fornecida pela escavação do sítio Canto dos Araçás permite colocar o sítio dentro da linha geral conhecida sobre o modo de vida das populações construtoras de sambaquis, a saber, um

---

<sup>5</sup> Agradecemos aos membros do Laboratório de Mamíferos Aquáticos da Universidade Federal de Santa Catarina (LAMAQ/UFSC) e a ajuda do professor Paulo C. Simões-Lopes (Departamento de Ecologia e Zoologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Curador da Coleção de Mamíferos) de Jorge J. Cherem (Pesquisador colaborador do Laboratório de Mamíferos Aquáticos da Universidade Federal de Santa Catarina) da professora Patricia Hadler Rodrigues (Laboratório de Paleontologia do Departamento de Geologia, da Universidade Federal de Santa Catarina), os quais nos auxiliaram na identificação dos restos de mamíferos e na compreensão da biologia dos mamíferos encontrados nesta coleção.

modo de vida voltado para os meios aquáticos (mar, lagoa, mangue) com a identificação da zona de costa como área de recurso principal das populações que usaram o sambaqui Canto dos Araçás. Muitas outras perguntas e relações podem ser feitas no estudo dos restos faunísticos, como, por exemplo, sobre as técnicas de captura utilizadas para caçar/pescar esses animais, sobre o modo de deslocamento utilizado e as formas de consumo e distribuição dos alimentos. Essas perguntas, e muitas mais, são certamente válidas e interessantes, mas fora do alcance deste capítulo, que tinha como objetivo apresentar o sítio Canto dos Araçás, inserindo-o no contexto de ocupação sambaquieira do litoral de Santa Catarina, reforçar as possibilidades que um estudo de zooarqueologia traz para compreendermos melhor esse contexto e realçar ainda a importância da interdisciplinaridade na realização desses estudos que, neste caso, envolvem um intenso diálogo entre arqueologia e biologia. Nesse sentido, pode ser apontada mais uma vez a riqueza de fonte pela zooarqueologia, que são os estudos sobre a biologia no objetivo de entender as relações dinâmicas entre os seres humanos e os animais no passado, mas também de chamar a atenção dos biólogos sobre a riqueza do material faunístico arqueológico na compreensão da dinâmica evolutiva dos ambientes.

## Sambaqui Ponta das Almas: uma abordagem bioarqueológica

Luciane Zanenga Scherer  
Andressa de Lima

Com o objetivo de dar continuidade ao estudo dos diferentes materiais arqueológicos oriundos do sambaqui Ponta das Almas, o presente capítulo revela os resultados das análises dos remanescentes ósseos humanos evidenciados nesse sambaqui e que estão sob guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina, MARquE/UFSC.

O sambaqui Ponta das Almas está localizado na porção leste da Ilha de Santa Catarina, mais precisamente na Lagoa da Conceição (ver Apêndice V, Mapa 1). Foi primeiramente descrito pelo Pe. Alfredo Rohr como:

[...] um morrete de cinco a seis metros de altura, que se eleva num pequeno plano à beira da Lagoa, permitindo visão ampla e desimpedida sobre as águas da Lagoa, tanto para o Norte como para o Sul. As conchas ocupam toda a superfície do morrete e parte da planície, numa área de sessenta metros de diâmetro, encontrando-se entremeados dos blocos de granito semienterrados nas conchas. A metade sul está ocupada por roça de mandioca, enquanto a parte norte encontra-se revestida de densa macega arbustiva. Constata presença de berbigão, ostras, búzios e conchas maiores. O material lítico está amontoado em diversos montículos (ROHR, 1960, p. 8 *apud* BECK, 1972, p. 94).

Piazza (1966a, p. 10), por sua vez, descreve o sambaqui como “uma pequena ponta que adentra” a Lagoa da Conceição, sendo cercado por suas

águas nos sentidos norte, sul e leste; porém, pelo lado oeste, “liga-se ao maciço cristalino que marca a paisagem deste lado” (Figuras 5.1 e 5.2).

Figura 5.1 – Vista geral do sambaqui Ponta das Almas (década de 1960)



Fonte: Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.2 – Vista geral do sambaqui Ponta das Almas (década de 1960)



Fonte: Acervo do MARquE/UFSC.

O sambaqui Ponta das Almas foi escavado na década de 1960 em três oportunidades distintas: na primeira etapa, coordenada por Walter Piazza entre os anos de 1962 e 1965 (sondagem nº 1), com a evidenciação e retirada de sete sepultamentos humanos; na segunda etapa, coordenada por Anamaria Beck no ano de 1966 (sondagem nº 2), com a evidenciação e retirada de quatro sepultamentos humanos; e numa terceira etapa, coordenada por Wesley Hurt no ano de 1966 (sondagem nº 3), com a evidenciação e retirada de cinco sepultamentos humanos, totalizando 16 esqueletos.

Por ser próximo da UFSC e por, naquela época, ainda apresentar-se intacto,<sup>1</sup> o sambaqui Ponta das Almas serviu como sítio-escola para os alunos do curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras durante as pesquisas coordenadas por Piazza e Beck. Por outro lado, Beck (1972) relata que houve um trabalho de escavação “completo” durante pesquisa coordenada por Hurt.<sup>2</sup> Posteriormente, o sambaqui Ponta das Almas integrou um projeto de pesquisa cuja problemática era tentar entender a variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral sul (Congonhas I), central (Ponta das Almas e Rio Lessa) e norte (Morro do Ouro e Enseada) de Santa Catarina. A tese de doutorado de Beck (1972) apresentou alguns dados oriundos desse projeto.

Datações foram realizadas a partir das pesquisas de Hurt e de Piazza, indicando ao menos três momentos para a ocupação do sítio: a ocupação inicial estaria em torno de  $4289 \pm 400$  anos AP; seguida por uma data em  $3620 \pm 100$  e por outra em  $2400 \pm 250$  AP<sup>3</sup> (HURT, 1974; PIAZZA, 1966a). De acordo com Beck (1972), os dados relacionados à estratigrafia, aos costumes funerários e às técnicas de confecção dos artefatos líticos indicaram que o sambaqui Ponta das Almas teria duas ocupações distintas de grupos pré-ceramistas:

Podemos resumir a ocupação do Sambaqui Ponta das Almas [...] como efetuada por dois grupos distintos. A primeira ocupação teria ocorrido sobre a parte superior do pontão de pedras, de formação cristalina e dela seriam remanescentes os sepultamentos estendidos, os quais estariam associados às pequenas fossas de argila concrecionada.

---

<sup>1</sup> Entretanto, a descrição do Pe. Rohr é bastante clara quando relata que na metade sul do sambaqui havia roça de mandioca. Piazza, por sua vez, descreve que anteriormente havia lavoura de subsistência de mandioca, feijão e batata. Durante a terceira etapa de pesquisa, coordenada por Hurt, Beck descreve que o sambaqui estava ocupado por roça de mandioca, além de citar o que Piazza já havia descrito para épocas anteriores. Dessa forma, este sambaqui não estava totalmente intacto, mas já havia sofrido algum tipo de intervenção, pelo menos em sua parte sul.

<sup>2</sup> A pesquisa de Wesley Hurt contou com apoio financeiro da Indiana University, criando um convênio entre essa universidade e o então Instituto de Antropologia.

<sup>3</sup> Todas as datações foram obtidas pela análise de conchas.



A segunda ocupação teria ocorrido na parte Sul do montículo, o que está perfeitamente evidenciado no perfil estratigráfico [...], sendo, este segundo grupo, portador de artefatos confeccionados com técnica de alisamento e polimento, além de suas práticas funerárias serem distintas. Os esqueletos estavam em posição fletida e pequenas “fossas culinárias” [...] estavam a eles associadas. (BECK, 1972, p. 116).

A hipótese apontada por Beck das diferenças observadas entre as duas ocupações e relacionadas às atividades de polir os artefatos líticos, característica somente observada na segunda ocupação, foi confirmada em análises realizadas previamente por Lima e Bueno (2013). Em relação aos costumes funerários, Beck (1972) relata a quase ausência de acompanhamentos funerários, a ampla variação na orientação geográfica dos esqueletos e a presença de corante vermelho em praticamente todos os sepultamentos (Figuras 5.3 e 5.4).

Figura 5.3 – Sepultamentos relacionados à primeira ocupação. Sambaqui Ponta das Almas: Septos. 01A e 01B, Sondagem 1 (década de 1960)



Fonte: Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.4 – Sepultamento relacionado à segunda ocupação. Sambaqui Ponta das Almas: Septo. 03, Sondagem 3 (década de 1960)



Fonte: Acervo do MARquE/UFSC.

Dessa forma, a presente análise teve como objetivo verificar se tais diferenças seriam encontradas entre as possíveis ocupações apontadas por Beck (1972) e confirmadas por Lima e Bueno (2013). Foram escolhidos os marcadores relacionados às alterações entésicas para inferências de possíveis

atividades cotidianas. Além disso, essa análise também teve como objetivo verificar se havia predomínio de atividades desempenhadas em ambiente aquático sobre aquelas desempenhadas em ambiente terrestre, pois, de acordo com a literatura bioarqueológica brasileira, grupos que construíram os chamados sambaquis apresentariam as áreas de fixação tendíneo-ligamentares dos membros superiores mais intensamente solicitadas que as dos membros inferiores (NEVES, 1984; MENDONÇA-DE-SOUZA, 1995; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003; RODRIGUES-CARVALHO, 2004). Esses estudos também apontam maior percentual de comprometimento nas articulações dos membros superiores, entretanto, pelo pequeno percentual de áreas articulares possíveis de serem analisadas na presente série, optamos por não incluir esse marcador, apenas mencionamos um caso de comprometimento articular em indivíduo do sexo feminino devido ao contexto das informações.

Porém, sabíamos das dificuldades que envolveriam trabalhos com essa série, uma vez que, durante curadoria realizada entre os anos de 2001 e 2002, foram observados alguns problemas relacionados às informações contidas na documentação de campo quando comparadas às etiquetas das antigas caixas de acondicionamento, bem como ao próprio acervo esquelético humano acondicionado nessas caixas. As análises aqui apresentadas confirmaram essa problemática. Além disso, a série, relativamente pequena e, em alguns casos, com pouquíssimas áreas de fixação tendíneo-ligamentares possíveis de serem analisadas, comprometeu em grande parte os resultados e a discussão desta pesquisa, impossibilitando-nos de ampliar as inferências e a conjugação de dados.

Finalmente, a contextualização envolveu não apenas os dados relacionados às alterações entésicas, mas aqueles relacionados aos dados arqueológicos e ambientais para o entendimento do estilo de vida de grupos humanos que habitaram a Ilha de Santa Catarina no período pré-colonial.

## 5.1 Material e métodos

A série em estudo pertence ao sambaqui Ponta das Almas, localizado na porção leste da Ilha de Santa Catarina. Foram incluídos nesta análise os esqueletos que não apresentaram qualquer problema de identificação para que os dados pudessem ser os mais fidedignos possíveis. Portanto, foram analisados apenas indivíduos que apresentaram condições satisfatórias de preservação e identificação, incluindo adultos jovens (AJ), adultos (Ad) e adultos maduros (AM), de ambos os sexos. As estimativas de sexo e idade foram realizadas respeitando os critérios sugeridos por Buikstra e Ubelaker

(1994). Os intervalos de idade foram definidos da seguinte forma: adultos jovens (19-30 anos), adultos (31-40 anos) e adultos maduros (> 40 anos).

Na presente série foram analisados nove indivíduos, sendo quatro do sexo masculino (44,4%) e cinco do sexo feminino (55,6%). Dos quatro indivíduos do sexo masculino, um é adulto jovem (19-30 anos), dois são adultos (31-40 anos) e um é adulto maduro (> 40 anos). Para o sexo feminino, um é adulto jovem, três são adultos e um é adulto maduro (Tabela 5.1):

Tabela 5.1 – Distribuição dos indivíduos analisados do sambaqui Ponta das Almas em relação a sexo e idade

Idade	Masculinos		Femininos		Total ♂ e ♀	
	N*	%	N*	%	N*	%
19-30 (AJ)	01	25%	01	20%	02	22,2%
31-40 (Ad)	02	50%	03	60%	05	55,6%
> 40 (AM)	01	25%	01	20%	02	22,2%
Total	04	100%	05	100%	09	100%

\* N = número total de indivíduos analisados.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Dessa forma, foram realizadas análises nos ossos dos membros superiores e inferiores para identificação macroscópica de marcadores relacionados às alterações entésicas (graus de robusticidade, alterações osteolíticas e alterações osteofíticas), para reconstituição do modo de vida a partir de uma abordagem biocultural.

Para as análises relacionadas às alterações entésicas, foi seguida a metodologia proposta por Mariotti, Facchini e Belcastro (2007), com adaptação sugerida e seguida por Scherer (2012) e Scherer, Lessa e Salles (2015), para graus de robusticidade (Grau 1: Leve; Grau 2: Moderado; Grau 3: Intenso).

Para as alterações osteolíticas (OL) e alterações osteofíticas (OF), utilizamos a metodologia sugerida por Mariotti, Facchini e Belcastro (2004). Alteração osteolítica (OL): Grau 1: presença de porosidade fina (forames < 1 mm de diâmetro); Grau 2: presença de porosidade difusa, (forames de 1 mm de diâmetro ou presença de uma pequena área de erosão com cerca de 4 mm de comprimento ou diâmetro); Grau 3: presença de várias pequenas áreas de erosão (4 mm de comprimento ou diâmetro), ou pelo menos uma extensa e profunda área osteolítica (> 4 mm de comprimento ou diâmetro). Alteração osteofítica (OF): Grau 1: presença de exostose mínima (< 1 mm); Grau 2: presença de exostose evidente (1-4 mm); Grau 3: presença de exostose substancial (> 4 mm).

As áreas de fixação tendíneo-ligamentares escolhidas no membro inferior somaram 14, computando os lados direito e esquerdo: glúteo máximo, iliopsoas e vasto medial (fêmur); quadríceps femoral (patela); sóleo e quadríceps femoral (tíbia); tendão do calcâneo (calcâneo). As áreas de fixação tendíneo-ligamentares escolhidas no membro superior somaram 18, computando os lados direito e esquerdo: ligamento costo-clavicular (clavícula); deltoide, peitoral maior e braquiorradial (úmero); bíceps do braço (rádio); tríceps do braço, crista do supinador, braquial e pronador quadrado (ulna). O registro foi efetuado em fichas padronizadas procedendo à marcação da pontuação tanto para os graus de robusticidade quanto para as alterações osteolíticas (OL) e osteofíticas (OF).

Durante as análises, alguns problemas foram encontrados por causa do número reduzido da série e pela pequena quantidade de áreas de fixação tendíneo-ligamentares íntegras. Dessa forma, dados estatísticos não puderam ser realizados, uma vez que comprometeriam os resultados, e utilizamos nesta pesquisa uma abordagem individual. Optamos apenas pelo cálculo dos valores médios para graus de robusticidade, comparando os percentuais leve, moderado e intenso para o conjunto dos músculos dos membros superiores e inferiores separadamente. Estabelecido o valor percentual para cada indivíduo, os dados foram agregados e comparados entre sexo, faixa etária e período de ocupação.

Assim, os dados obtidos a partir dessas análises devem ser considerados com cautela, visto que representam apenas uma pequena parcela dos indivíduos que efetivamente foram sepultados nesse sambaqui, e que falta grande parte dos ossos e áreas de fixação tendíneo-ligamentares.

## 5.2 Resultados

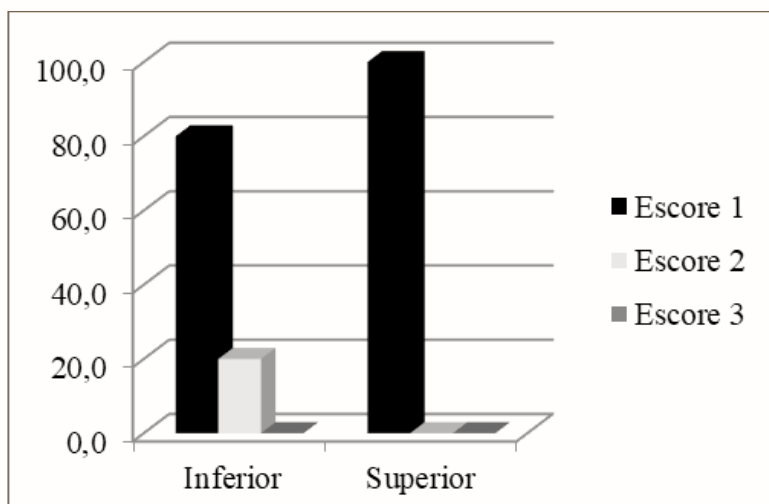
**Sepultamento 01A, Sondagem 01:** indivíduo do sexo masculino, possível adulto jovem.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** esse indivíduo apresentou predomínio de grau leve de robusticidade (80%), seguido de grau moderado (20%) (Figura 5.5). Nenhuma área de fixação tendíneo-ligamentar apresentou grau intenso de robusticidade. Nas áreas em que foi possível comparar diferenças de lateralidade, estas não foram observadas. Porém, apenas 35,8% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares puderam ser analisadas, contra 64,2% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** esse indivíduo apresentou apenas grau leve de robusticidade (100%) (Figura 5.5). Por outro

lado, foi observada a presença de uma alteração osteolítica leve (OL1) na área de fixação do bíceps braquial esquerdo. Como só tínhamos os ossos do lado esquerdo, não foi possível verificar diferenças de lateralidade entre graus de robusticidade e alteração osteolítica. Porém, apenas 27,8% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares puderam ser analisadas, contra 72,2% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

Figura 5.5 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 01A, Sondagem 01



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

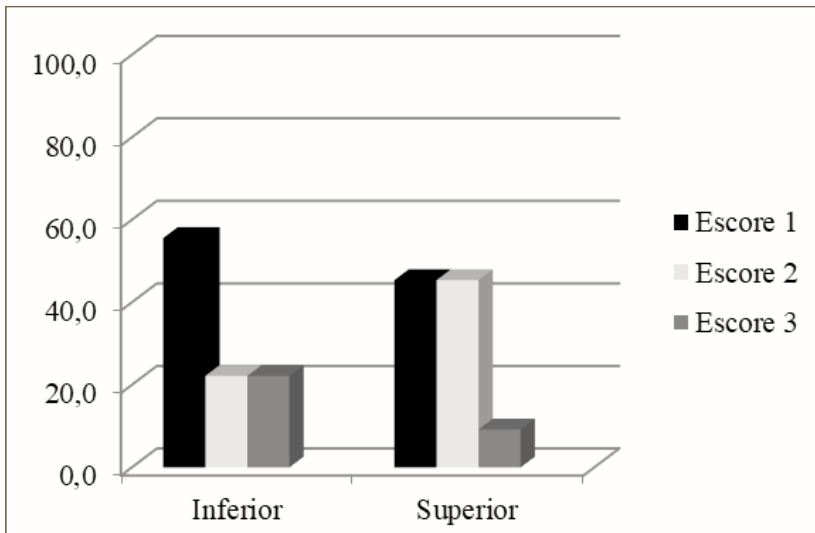
**Sepultamento 02A, Sondagem 01:** indivíduo do sexo masculino, adulto.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** esse indivíduo apresentou predomínio de grau leve de robusticidade (55,6%); os graus moderado e intenso de robusticidade aparecem empatados (22,2% para cada) (Figura 5.6). Nas áreas em que foi possível comparar diferenças de lateralidade, ela ocorreu apenas na área do glúteo máximo (leve no lado esquerdo; e moderado no lado direito). Puderam ser analisadas 57,1% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 42,9% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram equilíbrio entre os graus leve (45,4%) e moderado (45,4%) de robusticidade (Figura 5.6). Apenas a área do peitoral maior direito apresentou grau intenso de robusticidade (9,2%). Nas

áreas em que foi possível comparar diferenças de lateralidade, ela ocorreu apenas na área do pronador quadrado (leve no lado direito e moderado no lado esquerdo). Puderam ser analisadas 61,1% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 39,9% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

Figura 5.6 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 02A, Sondagem 01



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

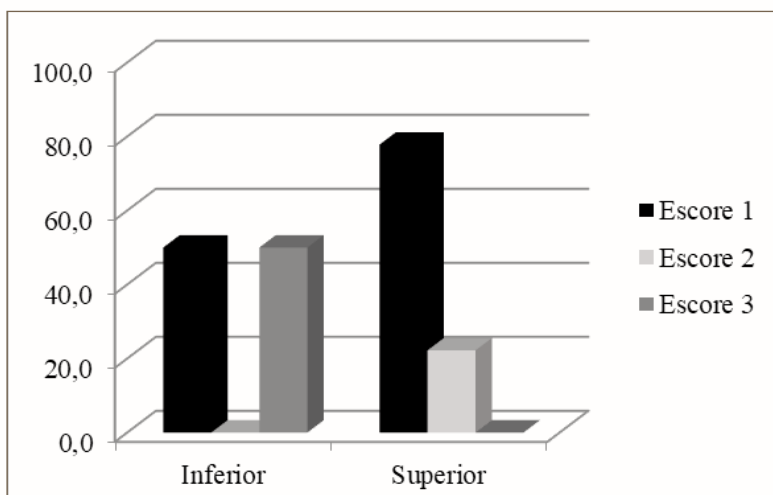
**Sepultamento 03A, Sondagem 01:** indivíduo do sexo feminino, possível adulto.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram equilíbrio entre o grau leve (50%) e o grau intenso de robusticidade (50%) (Figura 5.7). Nenhuma das áreas analisadas apresentou grau moderado de robusticidade e não foram observadas diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 28,6% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 71,4% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares do membro superior apresentaram predomínio de grau leve de robusticidade (77,8%), algumas áreas apresentaram grau moderado de robusticidade (22,2%), mas nenhuma das áreas analisadas apresentou grau intenso de robusticidade (Figura 5.7). Nas áreas em que foi

possível comparar os dois lados, não houve diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 50% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 50% não analisadas. Portanto, mesmo que haja um equilíbrio entre áreas analisadas e não analisadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

Figura 5.7 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 03A, Sondagem 01



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

**Sepultamento 03B, Sondagem 01:** indivíduo do sexo masculino, possível adulto maduro.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio de grau intenso (75%), seguido de grau leve de robusticidade (25%) (Figuras 5.8 e 5.9). Nenhuma das áreas analisadas apresentou grau moderado de robusticidade. Diferenças de lateralidade ocorreram na área de fixação do vasto medial (leve no lado direito, intenso no lado esquerdo). Puderam ser analisadas 28,6% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 71,4% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares do membro superior apresentaram predomínio de grau intenso de robusticidade (75%); apenas uma área de fixação tendíneo-ligamentar apresentou grau moderado de robusticidade (25%). Não foi observado grau leve de robusticidade e não foi possível comparar diferenças de lateralidade, uma vez que tínhamos à disposição sempre apenas um lado da área para analisar. Puderam ser analisadas 22,2% das áreas de fixação

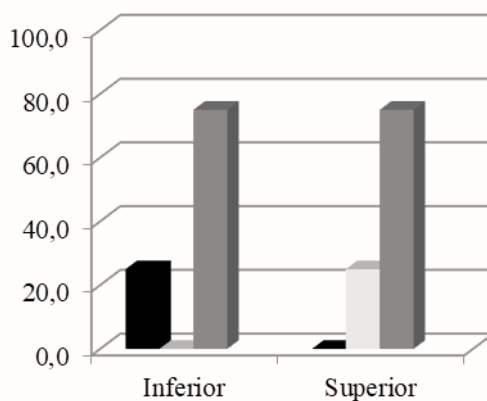
tendíneo-ligamentares, contra 77,8%. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

Figura 5.8 – Área de fixação glúteo máximo esq., grau 3 robusticidade



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MArque/UFSC.

Figura 5.9 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 03B, Sondagem 01



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

**Sepultamento 04A, Sondagem 01:** indivíduo do sexo masculino, adulto (Figura 5.10).

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio de grau leve de robusticidade (75%); apenas uma área apresentou grau moderado de robusticidade (25%) (Figura 5.12). Não foi observado grau intenso de robusticidade, e nenhuma área analisada apresentou diferenças relacionadas à lateralidade. Puderam ser analisadas 57,1% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 42,9% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares do membro superior apresentaram equilíbrio entre os graus moderado (46,1%) e intenso (30,8%) de robusticidade; apenas, duas áreas apareceram com grau leve de robusticidade (23,1%) (Figura 5.12).



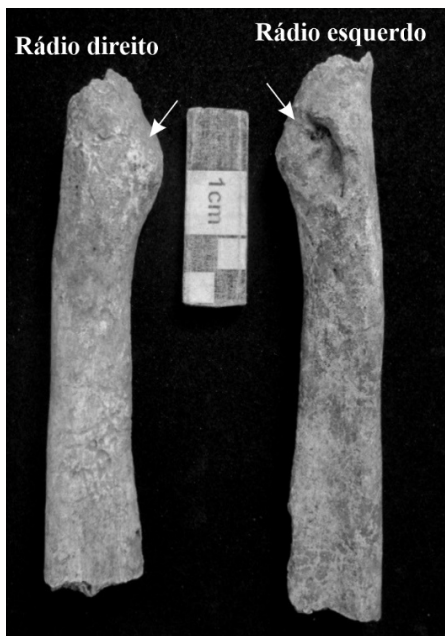
Além disso, esse indivíduo apresenta uma alteração osteolítica intensa (OL3) na área de fixação do bíceps braquial esquerdo, entretanto, essa mesma área para o lado direito apresentou grau leve de robusticidade (Figura 5.11). As áreas do peitoral maior, supinador e bíceps braquial esquerdo foram mais sobrecarregadas que as do lado direito, sugerindo uma preferência de lateralidade na execução de alguma(s) atividade(s) cotidiana(s). A alteração OL3 no bíceps braquial comporta esses dados. Puderam ser analisadas 77,8% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 22,2% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

Figura 5.10 – Sepultamento relacionado à primeira ocupação. Sambaqui Ponta das Almas: Septo. 04A, Sondagem 01 (década de 1960)



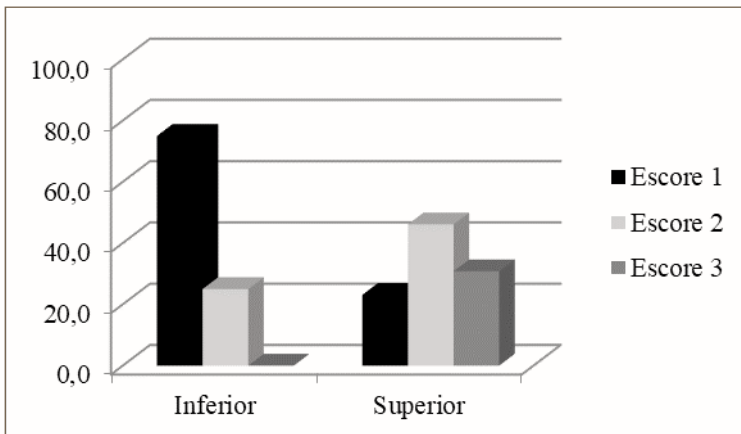
Fonte: Acervo do MArquE/UFSC.

Figura 5.11 – Diferenças de solicação na área de fixação do bíceps braquial



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MArquE/UFSC.

Figura 5.12 – Gráfico de frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 04A, Sondagem 01



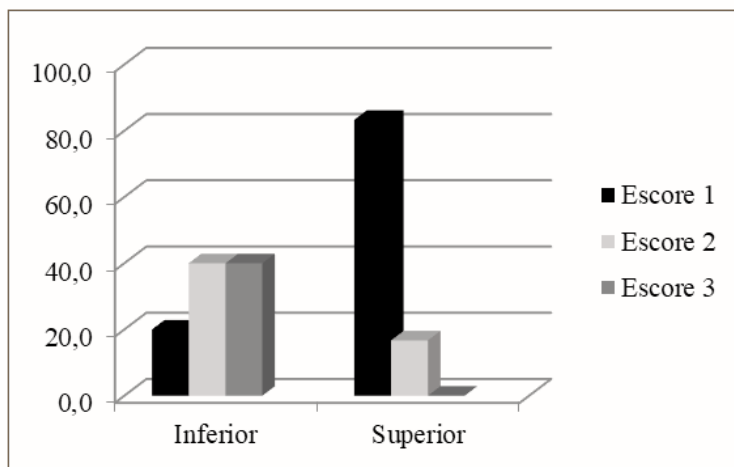
Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

**Sepultamento 04B, Sondagem 01:** indivíduo do sexo feminino, adulto maduro

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram equilíbrio entre o grau moderado (40%) e intenso (40%) de robusticidade (Figura 5.13). Em segundo lugar aparece o grau leve de robusticidade (20%). Não foram observadas diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 35,8% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 64,2 não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares do membro superior apresentaram predomínio de grau leve de robusticidade (83,2%) (Figura 5.13). Apenas uma área de fixação tendíneo-ligamentar aparece com grau moderado de robusticidade (16,8%). Nenhuma área foi intensamente solicitada nem foram observadas diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 33,3% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 66,7% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

Figura 5.13 – Gráfico de frequência relativa de robusticidade por escore conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 04B, Sondagem 01



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

**Sepultamento 01, Sondagem 03:** indivíduo do sexo feminino, possível adulto (Figura 5.14).

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio do grau leve de robusticidade (60%); os graus moderado (20%) e intenso (20%) aparecem empatados (Figura 5.19). Como só havia os ossos do lado esquerdo não foi possível observar diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 35,8% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 64,2% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares do membro superior apresentaram predomínio de grau moderado (52,9%), seguido de grau intenso de robusticidade (29,4%) (Figura 5.19). O grau leve de robusticidade aparece em último lugar (17,7%). Quando há predomínio de lateralidade, este sempre ocorre a favor do lado direito (intenso nas áreas do peitoral maior, deltoide e braquial no lado direito; moderado nestas mesmas áreas no lado esquerdo). Puderam ser analisadas 94,4% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 5,6% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

**Observação:** esse indivíduo apresentou comprometimento articular na articulação do cotovelo esquerdo, sendo possível observar áreas com eburnação na cabeça do rádio e no capítulo do úmero. Além disso, a fossa do olécrano exibia alterações em sua morfologia, com crescimento ósseo (espículas) dentro

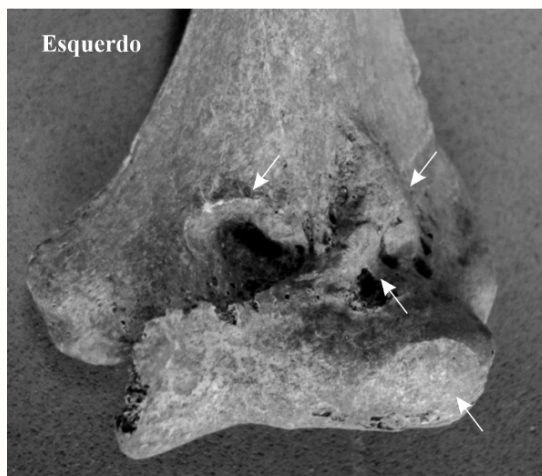
e ao redor (Figuras 5.15, 5.16 e 5.17). Em contrapartida, o cotovelo direito não apresentou nenhuma alteração (Figura 5.18).

Figura 5.14 – Sepultamento relacionado à segunda ocupação. Sambaqui Ponta das Almas: Septo. 01, Sondagem 03 (década de 1960)



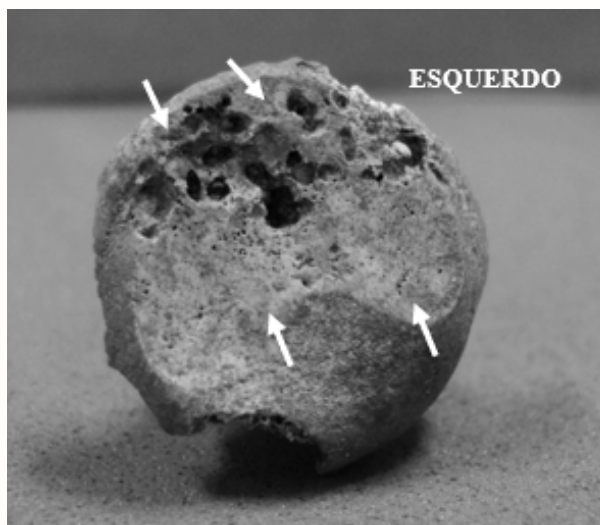
Fonte: Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.15 – Espículas entre e ao redor das fossas coronoide e radial; eburnação na articulação com o rádio



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.16 – Cabeça do rádio mostrando área com eburnação e porosidades



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.17 – Comprometimento articular: articulação do cotovelo esquerdo



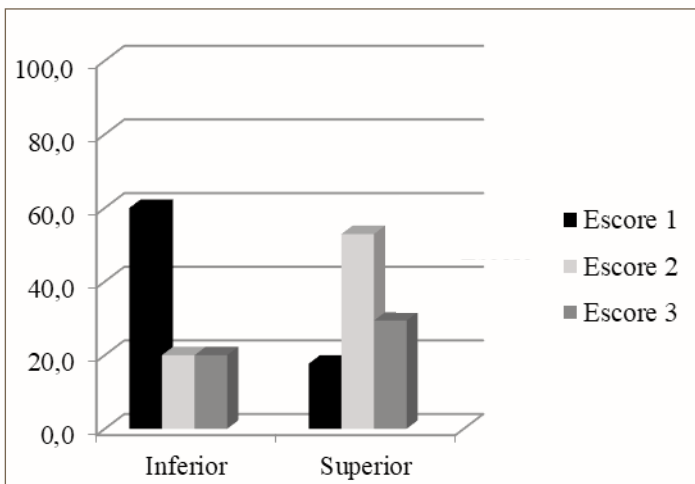
Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MARquE/UFSC.

Figura 5.18 – Úmero direito sem comprometimento articular; úmero esquerdo com comprometimento articular



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MARque/UFSC.

Figura 5.19 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 01, Sondagem 03



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

**Sepultamento 02, Sondagem 03:** indivíduo do sexo feminino, possível adulto.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio de grau leve de robusticidade (85,8%); apenas uma área apresentou grau moderado de

robusticidade (14,2%) (Figura 5.21). Não foi constatada a presença de grau intenso de robusticidade nem observadas diferenças de lateralidade (Figura 5.20). Puderam ser analisadas 50% das áreas tendíneo-ligamentares, contra 50% não analisadas. Portanto, mesmo que haja um equilíbrio entre áreas de fixação analisadas e não analisadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

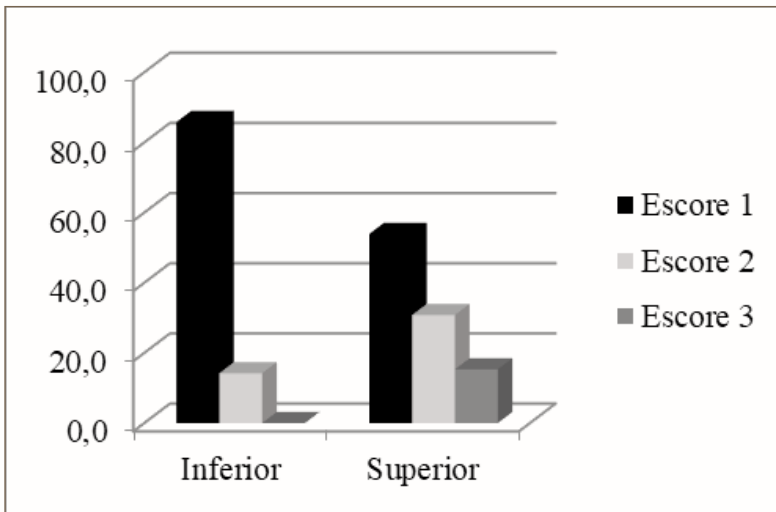
**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio de grau leve (53,9%), seguido de grau moderado de robusticidade (30,8%) (Figura 5.21). Somente uma área apresentou grau intenso de robusticidade (15,3%). Nas áreas em que foi possível observar os dois lados, nenhuma diferença de lateralidade foi encontrada. Puderam ser analisadas 72,2% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 27,8% não analisadas. Esse percentual possibilita maiores inferências sobre os dados.

Figura 5.20 – Área de fixação do glúteo máxima, lado direito: grau leve de robusticidade (R1) – Sambaqui Ponta das Almas: Septo. 02, Sondagem 03



Fonte: Foto de Luciane Z. Scherer (2016). Acervo do MARque/UFSC.

Figura 5.21 – Frequência relativa de robusticidade por escore, conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 02, Sondagem 03



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

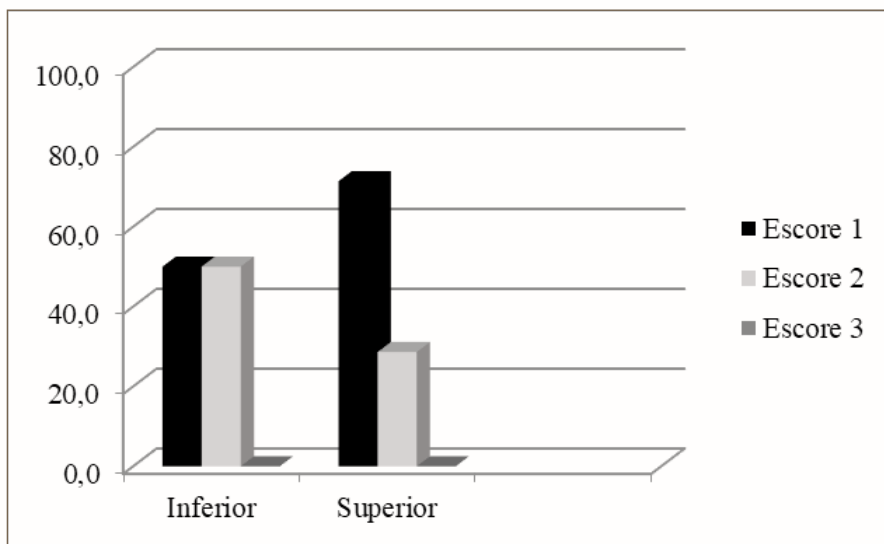
**Sepultamento 03, Sondagem 03:** indivíduo do sexo feminino, adulto jovem.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro inferior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram equilíbrio entre os graus leve (50%) e moderado (50%) de robusticidade (Figura 5.22). Não foi constatada a presença de grau intenso de robusticidade nem observadas diferenças de lateralidade. Puderam ser analisadas 28,6% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 71,4% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.

**Alterações entésicas relacionadas ao membro superior:** as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram predomínio de grau leve de robusticidade (71,4%) (Figura 5.22). Apenas uma área apresentou grau moderado de robusticidade (28,6%). Não foi constatada a presença de grau intenso de robusticidade. Diferenças de lateralidade ocorreram apenas na área do bíceps braquial (leve no lado esquerdo; moderado no lado direito). Puderam ser analisadas 38,9% das áreas de fixação tendíneo-ligamentares, contra 61,1% não analisadas. Portanto, pelo número reduzido das áreas avaliadas, esses resultados devem ser observados com reserva.



Figura 5.22 – Frequência relativa de robusticidade por escore conjunto dos músculos dos membros inferiores e superiores: Septo. 03, Sondagem 03



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

### 5.3 Discussão

Não foi possível encontrar diferenças nos marcadores de atividades cotidianas relacionados às alterações entésicas quando comparamos as duas ocupações apontadas por Beck (1972) e confirmadas por Lima e Bueno (2013), devido ao pequeno número da série, pois contávamos apenas com dois esqueletos do segundo momento de ocupação, ambos do sexo feminino. Além disso, pela pequena quantidade de áreas de fixação tendíneo-ligamentares preservadas e, mais uma vez, pelo pequeno número da série, não foi possível sugerir diferenças de sobrecarga entre membros superiores e inferiores. Entretanto, respostas parciais podem ser apresentadas e futuramente aprofundadas, caso haja nova escavação e pesquisa sistemática no sambaqui Ponta das Almas.

Em relação às análises de fixação tendíneo-ligamentares dos membros inferiores, trabalhos nessa linha sugerem que indivíduos que apresentam marcadores mais intensos estariam se deslocando mais, especialmente em terrenos íngremes e irregulares (CHURCHILL; MORRIS, 1998; RODRIGUES-CARVALHO, 2004; AL-OUAOU; JIMÉNEZ-BROBEIL; SOUICH, 2004; LAFFRANCHI, 2010; SCHERER, 2012; SCHERER; LESSA; SALLES, 2015). Na série por nós analisada, não pudemos confirmar ou refutar essa afirmação, uma vez que o único indivíduo que apresentou percentual maior para grau

intenso de robusticidade tinha pouquíssimas áreas possíveis de analisar. Esse indivíduo pertenceria ao primeiro momento de ocupação do sítio; porém, qualquer inferência seria problemática para compor uma associação entre grupos musculares utilizados e atividades relacionadas à mobilidade terrestre.

Em relação às diferenças de lateralidade nas áreas de fixação tendíneo-ligamentares dos membros inferiores, podemos dizer que foi constatada a quase ausência de predomínio de um lado sobre outro, seguindo a tendência observada em outros trabalhos (STEEN; LANE, 1998; ESTÉVEZ-GONZÁLEZ, 2002; AL-OUMAOU; JIMÉNEZ-BROBEIL; SOUICH, 2004; RODRIGUES-CARVALHO, 2004; PONCE, 2010; SCHERER, 2012; SCHERER; LESSA; SALLES, 2015). É possível que esse resultado esteja relacionado à própria dinâmica dos membros inferiores, responsáveis pela sustentação do peso corporal, quando as cargas são distribuídas de maneira semelhante para ambos os lados especialmente durante a locomoção humana (STEEN; LANE, 1998; ESTÉVEZ-GONZÁLEZ, 2002; AL-OUMAOU; JIMÉNEZ-BROBEIL; SOUICH, 2004; RODRIGUES-CARVALHO, 2004; PONCE, 2010; SCHERER, 2012; SCHERER; LESSA; SALLES, 2015).

Como nos membros inferiores, os movimentos dos membros superiores também devem ser avaliados pela associação de áreas de fixação tendíneo-ligamentares, ou seja, pela ação conjunta de grupos musculares. Porém, mais uma vez ficamos aquém de maiores interpretações por causa do tamanho reduzido da série e das poucas áreas analisáveis em alguns indivíduos. Mesmo assim, ao que tudo indica, dois indivíduos do sexo masculino, ambos adultos, e que estariam incluídos no primeiro momento de ocupação do sítio, estiveram envolvidos em atividades mais extenuantes, sendo que um deles apresentou uma alteração osteolítica na área de fixação do bíceps braquial esquerdo. Esse mesmo indivíduo foi o único do sexo masculino que apresentou diferenças de lateralidade, sugerindo que as atividades que desempenhava sobrecarregavam o lado esquerdo mais do que o lado direito. A alteração osteolítica no bíceps braquial esquerdo comporta esses dados.

Entre os indivíduos do sexo feminino, apenas uma mulher adulta e do segundo momento de ocupação apresentou padrão de solicitação mecânico-muscular de moderado a intenso. Esses dados sugerem que ela estaria envolvida em atividades mais extenuantes ou que as executaria com maior intensidade que as demais. Curiosamente, os graus de robusticidade nas áreas de fixações tendíneo-ligamentares do lado direito são mais intensos que no lado esquerdo, entretanto, é o lado esquerdo que apresenta comprometimento articular na articulação do cotovelo. Nesse caso, poderíamos pensar que tal comprometimento articular possa ter limitado os movimentos do lado esquerdo, fazendo que o lado direito sofresse uma carga mecânica um pouco mais intensa, o que explicaria tal diferença. Vale ressaltar que o

aspecto ebúrneo (polido) na superfície articular, característica observada nesse indivíduo, ocorre devido ao contato direto osso com osso, ou seja, superfícies articulares que apresentam eburnação são sugestivas de ausência de cartilagem articular, o que leva a limitações de movimentos (LARSEN, 1997). É interessante observar que esse indivíduo parece ter sido sepultado sentado (Figura 5.14), um padrão diferenciado dos demais; entretanto, Beck (1972) descreve esse sepultamento como estando completamente estendido, o que não corresponde à figura.

Em relação à idade, podemos inferir que os indivíduos que apresentaram predomínio entre os graus de robusticidade moderado e intenso, em sua maioria, são adultos e adultos maduros, o que vai ao encontro de outros estudos referentes às alterações entésicas, estando essas características relacionadas ao efeito cumulativo da idade, ou seja, esses indivíduos estariam há mais tempo realizando tarefas cotidianas, o que acarretaria hipertrofia nas áreas de fixação tendíneo-ligamentares (WEISS, 2003; WEISS, 2004; RODRIGUES-CARVALHO, 2004; WEISS, 2007; MARIOTTI; FACCHINI; BELCASTRO, 2007; WEISS; CORONA; SHULTZ, 2010; SCHERER, 2012; SCHERER; LESSA; SALLES, 2015). Porém, só contávamos com dois indivíduos adultos jovens (AJ), um do sexo masculino e outro do sexo feminino, número muito reduzido para uma discussão mais detalhada.

Em relação às alterações osteolíticas (OL) e osteofíticas (OF) nas áreas de fixação tendíneo-ligamentares, foram observadas somente as osteolíticas (OL), e apenas na área do bíceps braquial, em dois indivíduos do sexo masculino: um adulto jovem (OL leve) e um adulto (OL intensa). Esse músculo é motor primário na flexão da articulação do cotovelo, além de agir como supinador quando o antebraço está flexionado (PALASTANGA *et al.*, 2000 *apud* RODRIGUES-CARVALHO, 2004), mas também é considerado um flexor e estabilizador da articulação do ombro, podendo essas alterações estar associadas ao transporte de objetos pesados e à utilização de remos duplos (CAPASSO; KENNEDY; WILCZAK, 1999). A alteração osteolítica leve no adulto jovem poderia sugerir que esse indivíduo estaria submetido a cargas mais intensas do que o esperado, pelo menos em alguma atividade específica, entretanto as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram apenas grau leve de robusticidade, e somente 27,8% das fixações puderam ser analisadas, o que limita outras inferências. No caso da OL3 no indivíduo adulto, esta parece indicar atividades laborativas mais extenuantes, uma vez que as áreas de fixação tendíneo-ligamentares apresentaram, em sua maioria, graus de robusticidade de moderado a intenso, com maior sobrecarga para o lado esquerdo, incluindo a OL.

Os dados relacionados às escavações arqueológicas indicaram apenas artefatos confeccionados em matéria-prima lítica, como machados, lascas

corticais, raspadores e adornos labiais, não havendo sido coletado nas escavações nenhum artefato ósseo e conchífero (BECK, 1972), entretanto, isso pode resultar de um problema de amostragem. Esses instrumentos produziriam movimentos de moer, raspar, talhar, cortar, furar, polir (BECK, 1972). A matéria-prima lítica estaria próxima ao núcleo habitacional, não havendo necessidade de grandes deslocamentos, ao menos quando falamos de algumas atividades cotidianas.

Em relação aos restos de alimentação, foram coletados ossos de peixes e de mamíferos marinhos, os quais não foram identificados (PIAZZA, 1966a). Por sua vez, a coleta assistemática nos impede maiores inferências a respeito de onde estariam sendo pescados (lagoa, mar costeiro ou mar aberto). Em relação à fauna terrestre, se esta foi coletada, não temos conhecimento, o que nos impede de saber quais espécies poderiam ser caçadas (mamíferos de pequeno ou grande porte) e em quais locais (incursões à mata fechada ou não). A coleta de molusco, que aparece em abundância no sítio, estaria muito próxima ao núcleo habitacional.

Entre as diversas possibilidades, podemos sugerir algumas tarefas que seriam desempenhadas pelos grupos humanos que habitaram o sambaqui Ponta das Almas: pescar com rede ou arpão, caçar com lança ou arco e flecha, remar, nadar, transportar cargas pesadas (caça, matéria-prima), confeccionar artefatos, retirar e preparar pele de animais, moer e triturar alimentos e corantes, manipular fibras vegetais, derrubar árvores para fabricar canoas e outros objetos. Tais atividades envolvem a ação conjunta de diversos músculos, e vários estudos apontam para essa linha de raciocínio (KENNEDY, 1983; DUTOUR, 1986; LAI; LOVELL, 1992; HAWKEY; MERBS, 1995; STEEN; LANE, 1998; PETERSON, 1998; HAWKEY, 1998; CHURCHILL; MORRIS, 1998; CAPASSO; KENNEDY; WILCZAK, 1999; MATA, 2000; LARSEN, 2002; ESTÉVEZ-GONZÁLEZ, 2002; SCHEEL-YBERT *et al.*, 2003; ESHED *et al.*, 2004; RODRIGUES-CARVALHO, 2004; AL-OUMAOUI; JIMÉNEZ-BROBEIL; SOUICH, 2004; SALLES, *et al.*, 2005; MOLNAR, 2006; SCHERER; RODRIGUES-CARVALHO; SCHMITZ, 2006; AL-OUMAOUI *et al.*, 2009; LIEVERSE *et al.*, 2009; PONCE, 2010; LAFFRANCHI, 2010; SCHERER, 2012; SCHERER; LESSA; SALLES, 2015).

Esperávamos uma forte associação entre alterações entésicas, sexo e idade, e maior solicitação dos membros superiores como esperado para grupos que formaram os sambaquis. Entretanto, responder se os grupos que habitaram o sambaqui Ponta das Almas desempenhavam atividades marinhas mais que terrestres não foi possível. A única exceção, um indivíduo do sexo masculino pertencente à primeira ocupação (BECK, 1972), apresentou maior demanda mecânico-muscular, incluindo uma OL3, em área de fixação tendíneo-ligamentar do membro superior. Esse mesmo indivíduo apresentou graus de robusticidade

na maioria leves nos membros inferiores, talvez indicando que desempenharia atividades que sobrecarregassem mais os membros superiores que os inferiores, sugerindo que os deslocamentos terrestres eram menos intensos ou esporádicos e as atividades voltadas para o mar e lagoa eram cotidianas e mais intensas. Nos demais casos não foi possível fazer essa associação.

## 5.4 Considerações finais

Não foi possível identificar diferenças entre os indivíduos da primeira ocupação e os da segunda ocupação através das análises de alterações entésicas nos membros superiores e inferiores. Além disso, dos nove indivíduos analisados, apenas dois foram considerados como pertencentes ao segundo momento de ocupação, ambos do sexo feminino, um universo muitíssimo reduzido para sugerir qualquer diferença relacionada a momentos distintos de ocupação e aos marcadores por nós analisados.

Em relação à configuração da Ilha de Santa Catarina e ao ambiente em que esses grupos estavam inseridos, poderíamos sugerir atividades relacionadas à pesca tanto na lagoa quanto no mar próximo ou aberto. Entretanto, os dados arqueológicos são escassos, e a pouca fauna marinha recuperada não foi analisada por especialista, o que nos impede de verificar espécies, sazonalidade, pesca na lagoa ou no mar (próximo ou distante da costa). O mesmo ocorre em relação à fauna terrestre.

A associação entre os dados para robusticidade nas áreas de fixação tendíneo-ligamentares de membros superiores e inferiores foi insuficiente para sugerir atividades voltadas mais intensamente para o mar do que atividades mais terrestres. E um grupo que morava à beira da lagoa possivelmente teria a pesca como uma de suas principais escolhas.

Em relação à matéria-prima para confecção de seus artefatos, esta estaria próxima ao núcleo habitacional, entretanto, maiores deslocamentos tanto por via terrestre quanto por via aquática não podem ser desconsiderados, uma vez que esses deslocamentos poderiam estar relacionados à caça, à pesca ou a outras atividades socioculturais aqui não aventadas.

Maiores inferências foram prejudicadas em razão do tamanho reduzido da série, da pouca quantidade de áreas possíveis de serem avaliadas e dos diversos problemas relacionados à própria metodologia das escavações e guarda do acervo em épocas anteriores. Destacamos, mais uma vez, a importância de pesquisas arqueológicas sistemáticas no sambaqui Ponta das Almas e com uma equipe interdisciplinar para que nossos questionamentos possam ser aprofundados e respondidos.

## Morro dos Índios, cerâmica Itararé e um debate: A (há?) ocupação Jê meridional na Ilha de Santa Catarina

Lucas Bond Reis

Antigos moradores do sul da Ilha de Santa Catarina têm conhecimento acerca da existência de “buracos de índio” em uma cadeia de morros entre a Caieira da Barra do Sul e a comunidade do Rio das Pacas. Vestígios cerâmicos classificados como Itararé têm sido encontrados em sítios conchíferos. Como veremos adiante, esses dois tipos de evidência sugerem a possibilidade de que a Ilha de Santa Catarina tenha sido ocupada por povos Jê meridionais antes da invasão europeia. Contudo, problemas emergem dessa associação direta.

A partir de uma síntese dos dados arqueológicos relacionados aos Jê meridionais, considerando as evidências registradas em diferentes contextos e estudos desenvolvidos também em outras áreas do litoral catarinense, a proposta deste texto<sup>1</sup> é subsidiar a seguinte discussão: houve uma ocupação Jê meridional da Ilha de Santa Catarina? Perceber ou identificar essa presença implica questionar como lidamos com semelhanças e diferenças, continuidades e mudanças, resiliência e inovação. Ademais, há que se investir na pesquisa

---

<sup>1</sup> As reflexões apresentadas aqui são baseadas na pesquisa final que realizei na minha graduação em História na UFSC (REIS, 2011); no projeto de mestrado que apresentei para ingressar na Pós-Graduação em História da UFSC (REIS, 2012), bem como nas atividades de campo desenvolvidas entre 2013 e 2014 no âmbito dessa pesquisa; na minha dissertação (REIS, 2015); nas observações em campo e nos resultados obtidos por meio do projeto “Florianópolis arqueológica” (BUENO *et al.*, 2015); e na discussão apresentada por Oppitz (2015) acerca das continuidades e transformações percebidas no registro arqueológico de sítios conchíferos no litoral catarinense.

de um maior número de vestígios e contextos, assim como na utilização de estratégias diferenciadas para endereçar novas contribuições ao debate.

## 6.1 Os povos Jê meridionais e seus correlatos arqueológicos<sup>2</sup>

Em geral, os Jê meridionais<sup>3</sup> são identificados como os antepassados dos Kaingang e dos Laklânô-Xokleng, povos que vivem em Santa Catarina, principalmente em Terras Indígenas no Alto Vale do Itajaí, no Planalto Norte e no Oeste Catarinense. Jolkesky (2010), a partir de dados etno-históricos, sugere que possivelmente outros dois povos (Kimdá e Ingáin, ambos já extintos) também estariam relacionados aos Jê meridionais.

Silva e Noelli (1996), em um pioneiro esforço de compilação e crítica de dados, apresentaram uma série de informações etno-históricas, etnográficas, linguísticas e arqueológicas para encaminhar discussões e possibilidades de pesquisas no âmbito da arqueologia Jê meridional sob uma perspectiva multidisciplinar. Em uma recente revisão da produção de conhecimento entre 1994 e 2016, Silva e Noelli (2016) discutem os avanços, os problemas e as novas perspectivas para ampliar a compreensão acerca da trajetória desses povos, enfatizando o processo histórico de longa duração com suas continuidades e descontinuidades.

Os dados linguísticos disponíveis atualmente ainda não são claros acerca da origem dos Jê meridionais. Segundo Urban (1992), a família linguística Jê teria se separado do tronco Macro-Jê há cerca de 3000 anos, sendo que possivelmente nesse mesmo período teria se iniciado a migração em direção ao sul do país a partir do Brasil Central. Em estudo linguístico mais recente, Jolkesky (2010) identifica uma separação inicial no Proto-Jê meridional<sup>4</sup> em 840 d.C. e uma outra separação entre os léxicos Kaingang e

---

<sup>2</sup> Esta seção contém trechos, revisados ou ampliados, previamente publicados em Reis (2011, 2015).

<sup>3</sup> Na literatura arqueológica, outros rótulos também são utilizados, tais como Jê do Sul (SILVA; NOELLI, 1996; NOELLI, 1999), populações pré-coloniais Jê (FOSSARI, 2004) e Proto-Jê (JOLKESKY, 2010; CORTELETTI, 2012), por exemplo.

<sup>4</sup> “Proto-Jê meridional” consistiria em língua geral da qual as demais já conhecidas (Ingáin, Kimdá, Kaingang e Laklânô-Xokleng) derivariam: “[...] quando não se tem registros históricos da língua-mãe, a linguística vale-se de ferramentas objetivando recriá-la, e a língua-mãe, hipoteticamente reconstruída a partir da observação sincrônica comparativa de línguas-irmãs [...] denomina-se proto-língua” (JOLKESKY, 2010, p. 23). Para Silva e Noelli (2016, p. 9), “o termo proto-Jê aplica-se apenas para as evidências relativas a um período determinado [...] seria relativo a um período inicial da história dos Kaingang e dos Xokleng, não para todo o período pré-colonial”.

Laklãnõ-Xokleng em 1390 d.C., sendo que acredita que “seguramente” essa última cisão ocorreu há menos de 1000 anos. Há que se considerar que ambos os estudos foram conduzidos com o uso da glotocronologia,<sup>5</sup> a qual é um tanto controversa, pois “tem pouco valor científico” (SNOW, 1977, p. 192), uma série de problemas (MARTINS, 2011) ou não tem métodos “cientificamente plausíveis” (JOLKESKY, 2010, p. 269).

Considerando os dados etno-históricos e etnográficos, sabemos da presença dos povos Jê meridionais no planalto sul-brasileiro, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul e entre as imediações do Rio Paraná (incluindo a província de Misiones, na Argentina) e as serras a leste das terras altas. Evidências arqueológicas encontradas nessa área vislumbram a possibilidade de recuar no tempo a fim de identificar a trajetória histórica desses povos. Conforme apresentado por Noelli e Souza (2017), os sítios arqueológicos com vestígios materiais relacionados aos Jê meridionais atestam a presença deles há cerca de 2000 anos AP, sendo que as datações mais antigas foram identificadas em contextos localizados próximo à borda leste do planalto.

Para além da associação direta entre os territórios ocupados tradicionalmente pelos Jê meridionais, a analogia entre presente e passado para o caso desses povos também é construída, por meio de dois tipos de evidências: a cerâmica Taquara-Itararé e as estruturas subterrâneas.

A cerâmica Taquara-Itararé caracteriza-se por possuir potes cilíndricos de pequenas dimensões e apresentar poucos elementos decorativos. Conforme mostram Farias e Schmitz (2013), a maior parte dos vasilhames desse tipo cerâmico são construídos por meio de roletes, sendo que frequentemente a argila utilizada apresenta elementos minerais ou vegetais enquanto antiplástico. A coloração varia entre preto e cinza escuro até tons de marrom claro e laranja. O acabamento externo dos potes mais comum é o alisamento e a brunidura, sendo a decoração plástica (ponteados, ungulados, incisos, impressos) pouco frequente.

Na literatura arqueológica, os sítios contendo esse tipo de cerâmica foram considerados inicialmente como “Tradição não Tupi-Guarani”. Com a intensificação das pesquisas do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

---

<sup>5</sup> Conforme Martins (2011, p. 29), a glotocronologia foi formulada por Morris Swadesh, sendo que ele partiu da premissa “de que era possível determinar perdas lexicais amplas, envolvendo mudanças dentro de uma família linguística” e “considerou que as perdas lexicais seriam constantes dentro de uma família linguística, e a taxa de mudança também seria a mesma para todas as línguas de uma mesma família”.



(PRONAPA),<sup>6</sup> os sítios foram classificados em três tradições:<sup>7</sup> Taquara,<sup>8</sup> Itararé e Casa de Pedra.<sup>10</sup> Essas classificações baseavam-se, sobretudo, em uma análise tipológica do material cerâmico, onde as características dos fragmentos ou dos vasilhames encontrados eram utilizadas como artefatos diagnósticos de uma tradição tecnológica.

Além da área de ocorrência, as três se distinguiam por apresentarem características formais, técnicas de produção e acabamento de superfície diferenciados (SILVA; NOELLI, 1996). Entretanto, desde meados da década de 1980, foram formuladas propostas no sentido de associar as três tradições a uma só, entendendo que elas apresentam características semelhantes e que as variantes observadas remetem a adaptações dos grupos que as produziam em ambientes distintos (SILVA; NOELLI, 1996). Em sua síntese sobre a

---

<sup>6</sup> O PRONAPA foi realizado entre 1965 e 1970, sob coordenação dos arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, a partir de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Smithsonian Institute. Entre os principais objetivos do programa, apresentados por Alves (1991), destacam-se os seguintes: (1) estender as pesquisas arqueológicas a outras áreas do país, além da região da Amazônia e ao litoral sul; (2) estabelecer uma cronologia relativa à ocupação pré-histórica no Brasil, e reconhecer as filiações culturais, entre os sítios e regiões; (3) identificar sítios de grupos não agrícolas; (4) identificar como os grupos “pré-europeus” adaptaram-se às condições ecológicas do Brasil.

<sup>7</sup> O conceito de “tradição” consiste em uma continuidade cultural-espacial-temporal em grande escala. É caracterizada por configurações persistentes de tecnologias simples ou da cultura (arqueológica) total e que ocupa um grande intervalo de tempo e um espaço variável, mas ambientalmente significativo (CHILDE, 1969, p. 280).

<sup>8</sup> Definida inicialmente como uma fase por Miller (1967), caracterizada pela cerâmica diferente da Tupi-Guarani. Englobaria áreas do planalto e das encostas, sendo que na primeira estaria associada aos sítios localizados em campo aberto e às “casas subterrâneas” e na segunda, aos sítios situados em pequenas elevações. Conforme Beber (2004, p. 45), “a cerâmica associada é pequena, com vasilhas de não mais que 40 cm de altura; a decoração plástica, em muitos casos, é composta pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos”.

<sup>9</sup> Definida inicialmente como uma fase por Chmyz (1967a), foi caracterizada pela presença de cerâmica com superfície negra em sítios superficiais situados nos vales dos rios Itararé e Paranapanema, semelhante aos vestígios encontrados em sítios localizados em Santa Catarina (Forte Marechal Luz, no município de São Francisco do Sul, e Base Aérea, em Florianópolis). Segundo Beber (2004, p. 66) “a cerâmica é definida como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a um engobo vermelho ou cinza e preto. Em alguns casos apresenta decoração plástica, que em poucas situações ultrapassa os 10% do total, caracterizando-se como unguados, ponteados, incisos, carimbados”.

<sup>10</sup> Definida inicialmente como uma fase por Chmyz (1967b), foi caracterizada pela presença de cerâmica negra em um abrigo sob rocha denominado Casa de Pedra, situado no vale do Rio Vermelho, no Paraná, e de material semelhante em um sítio superficial próximo a um bloco de diabásio com representações rupestres, situado nas proximidades do Rio Vargem Grande, no Paraná. O material cerâmico seria análogo ao encontrado no sítio Base Aérea, localizado em Florianópolis.

arqueologia brasileira, Prous (1992) desconsidera os dados acerca da adoção da nomenclatura para a tradição Casa de Pedra e apresenta as outras duas tradições enquanto uma só, denominada de Taquara-Itararé.

Sob uma perspectiva etnoarqueológica, a partir da compilação de dados bibliográficos acerca da produção cerâmica por povos Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, Silva (2000a) aponta que os estilos tecnológicos inerentes a esse processo são muito semelhantes. Desse modo, há dificuldade em diferenciar especificidades das cerâmicas produzidas por cada um desses povos Jê meridionais. Noelli e Souza (2017) mencionam que recentemente estilos tecnológicos regionais passaram a ser percebidos a partir das comparações entre coleções. Para Silva (2000a), deve-se investir no estudo de aspectos formais e na realização de análises arqueométricas a fim de contribuir para essa discussão.

As estruturas subterrâneas, em síntese, consistem em depressões no solo em formato de calota de esfera, com formato circular ou elipsoidal, e que podem variar entre 1 m e 20 m de diâmetro e entre menos de 1 m e 7 m de profundidade, sendo que podem ser evidenciadas isoladas, geminadas ou em conjuntos de até 107 unidades (REIS, 1979; ARAÚJO, 2001; SCHMITZ, 2014; REIS, 2015).

Esse tipo de contexto começou a ser pesquisado no início da década de 1960, quando Alan Bryan observou a existência dessas evidências em Caxias do Sul, no nordeste do Rio Grande do Sul. No município, arqueólogos realizaram as primeiras escavações nesse tipo de sítio, onde, entre os artefatos evidenciados, encontraram cerâmica da tradição Taquara. A partir desse estudo, vários outros registros desse tipo de sítio foram efetuados no planalto meridional. Reis (1979), por exemplo, desenvolveu um trabalho pioneiro em Santa Catarina, realizando o primeiro levantamento sistemático de sítios compostos por estruturas subterrâneas no planalto e fornecendo padrões acerca das características de implantação ambiental desses contextos, associações com outros sítios e variabilidade na composição do registro arqueológico.

No Brasil, a maior parte dos registros de estruturas subterrâneas foi efetuada em áreas altas (acima de 600 m);<sup>11</sup> em topos ou encostas de morros; situadas a até 1000 m de pequenos cursos d'água; em áreas de Mata de Araucárias e de Mata Atlântica; especialmente nos três estados sulinos – entrementes, há ocorrências em São Paulo e no sul de Minas Gerais. As datações obtidas para amostras provenientes de contextos que apresentam estruturas subterrâneas situam a ocupação desses espaços entre 2000 AP e 100 AP – existem datas mais

---

<sup>11</sup> Entretanto, existem registros de estruturas subterrâneas em quatro municípios do litoral catarinense (Florianópolis, Jaguaruna, Joinville e Palhoça), em áreas de menor altimetria (cf. REIS, 2011).

recuadas, porém problemáticas quanto ao contexto em que foram coletadas (SCHMITZ; NOVASCO, 2013).

A partir de dados oriundos de contextos localizados no Rio Grande do Sul, Beber (2004) percebe que há uma recorrência de estruturas subterrâneas sendo ocupadas sincronicamente aos pares em sítios que contêm mais de uma concavidade. Corteletti (2012) atestou a contemporaneidade de duas estruturas subterrâneas geminadas em Urubici. Schmitz e Rogge (2013) mostraram a contemporaneidade da ocupação de até cinco depressões diferentes em um mesmo contexto. Desse modo, percebe-se que a ocupação de todas as estruturas subterrâneas de um mesmo sítio não é contemporânea. Além disso, conforme pontua Schmitz (2014), há informações sobre a reocupação de uma mesma estrutura subterrânea por duas, três ou até cinco vezes. Souza *et al.* (2016) relataram a identificação de doze camadas de ocupação em uma grande estrutura subterrânea (16 m de diâmetro) em Campo Belo do Sul, Santa Catarina, sendo que a concavidade foi ocupada ao longo de dois séculos.

Nas últimas décadas, as pesquisas em sítios de estruturas subterrâneas passaram a incorporar os outros tipos de sítios como parte de um mesmo sistema de assentamento de grupos Jê meridionais, tais como: aterros, galerias subterrâneas, estruturas anelares, abrigos sob rochas e sítios a céu aberto. Corteletti (2012), por exemplo, identifica quatro categorias de sítios associados à ocupação Jê meridional na área do Alto Canoas: sítios com engenharia de terra (montículos, “estruturas semissubterrâneas” com e sem montículos, e estruturas anelares com e sem montículos), sítios superficiais (a céu aberto), sítios com petroglifos (sítios com arte rupestre) e sítios em substrato rochoso (grutas, abrigos sob rocha, amoladores-polidores fixos e galerias subterrâneas).

Além dos aspectos relacionados ao tipo de cerâmica e aos sítios que compõem um sistema de assentamento, recentemente tem se incorporado a compreensão do processo de povoamento Jê meridional em relação às transformações paleoambientais. Estudos desenvolvidos por ecólogos no planalto meridional brasileiro a fim de entender a dinâmica do fogo, da vegetação e do clima, a partir de amostras de carvão e de pólen (BEHLING *et al.*, 2004), vêm mostrando que a expansão da Mata de Araucárias a partir de núcleos pioneiros coincide com as áreas ocupadas por povos Jê em períodos mais remotos (IRIARTE; BEHLING, 2007; COPÉ, 2012; REIS; LADIO; PERONI, 2014; ROBINSON *et al.*, 2018).

Aproximadamente em 4500 AP, iniciou-se o processo de expansão da Mata de Araucárias a partir das florestas de galeria ao longo dos rios devido ao aumento progressivo da umidade no sul do Brasil. Entre 1410 e 910 AP, o clima se tornou ainda mais úmido, situação que teria implicado na expansão da Mata de Araucárias sobre as áreas de campo do planalto meridional (IRIARTE; BEHLING, 2007).

A partir da percepção da contemporaneidade entre as datas da expansão da Mata de Araucárias e dos sítios mais antigos com cerâmica da tradição Taquara-Itararé, considerando ainda informações etno-históricas e etnográficas acerca da importância dessa formação vegetal para os povos Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, Iriarte e Behling (2007) inferem que há uma migração de grupos Jê meridionais para áreas do planalto onde há maior concentração de produção de sementes de araucárias. Desse modo, para Iriarte e Behling (2007), a expansão da Mata de Araucárias sobre a vegetação de campo e o aumento de incêndios nessas áreas, em um período em que o clima se tornava progressivamente mais úmido, evidenciam que há um elemento humano que orienta essa transformação da paisagem. Tal componente pode ser compreendida como a agricultura de coivara ou de toco, praticada por populações indígenas.

Ademais, os dados paleobotânicos consorciados às datações obtidas para sítios relacionados aos grupos Jê meridionais sugerem a possibilidade da existência de registro arqueológico nas áreas baixas com data mais antiga às documentadas até então para essas ocupações. Desse modo, o processo de migração sentido planalto teria sido precedido por uma fase de ocupação de espaços em baixa altitude. Uma vez estabelecidos no planalto, os grupos associados à cerâmica da tradição Taquara-Itararé teriam lançado mão de uma economia mista, combinando a coleta das sementes de araucária com a agricultura de coivara em áreas mais baixas (IRIARTE; BEHLING, 2007).

Nesse sentido, dados arqueobotânicos contribuem muito para entender a prática da agricultura por povos Jê meridionais. De Masi (2006) identificou vestígios de milho e de legumes, por meio do estudo de isótopos estáveis de carbono, em fragmentos cerâmicos coletados em estruturas subterrâneas no Baixo Vale do Rio Canoas. Corteletti (2012) percebeu a presença de milho, mandioca, feijão, abóbora e inhame em grãos de amido e em fitólitos identificados em fragmentos cerâmicos coletados em estruturas subterrâneas no Alto Vale do Rio Canoas.

Em geral, na literatura arqueológica da segunda metade do século XX, é possível identificar propostas que, mesmo com determinadas peculiaridades, compreendem os Jê meridionais como nômades ou seminômades cuja dieta é baseada na caça, na coleta e na pesca. Em síntese, tendo em vista a existência de vestígios arqueológicos relacionados a esses grupos em diferentes ecótonos, os adeptos dessa proposta acreditam que os Jê meridionais ocupavam a Mata Atlântica na primavera e no verão, onde haveria maior prática da pesca; e a Mata de Araucárias durante o outono e o inverno, a fim de coletar pinhão e caçar a fauna que recorre a essa vegetação nesse período (SCHMITZ; BECKER, 1991; LAVINA, 1994). É a proposta dos três ambientes (planalto, serra e litoral), onde as estruturas subterrâneas são compreendidas enquanto adaptações relacionadas ao frio das terras altas.

Contudo, a partir do conhecimento produzido desde os anos 2000, vê-se que esses povos ocuparam o planalto de forma estável ao longo do tempo sem demandar incursões ou migrações sazonais para outras áreas a fim de obter recursos alimentícios. Assim, conforme já observado por Noelli (1999), a percepção dos Jê meridionais enquanto agricultores incipientes é equivocada. Ademais, como argumentam Silva e Noelli (2016, p. 13), “ao contrário de serem ‘agricultores incipientes’ e ‘neolitizados’ pela difusão cerâmica, com ‘expressão apenas regional’, [...] os Jê do sul partilhavam do sofisticado sistema de manejo agroflorestal”. Nesse sentido, é importante salientar a disponibilidade de sementes maduras de pinhão ao longo de 11 meses, haja vista a produção das diversas variedades de araucárias já identificadas (CORTELETTI, 2012).

Outrossim, considerando os dados disponíveis acerca do processo de povoamento Guarani no sul do Brasil (cf. BONOMO *et al.*, 2014), pesquisadores têm proposto que por volta do ano 1000 d.C. ocorreu uma mudança no sistema de assentamento Jê meridional (CORTELETTI, 2012; SOUZA *et al.*, 2016). Além de sítios a céu aberto e de estruturas subterrâneas, passaram a ser construídos sítios de arquitetura monumental, tais como estruturas anelares, aterros e grandes estruturas subterrâneas. Essas mudanças possivelmente teriam ocorrido enquanto uma resposta à expansão Guarani sobre o território ocupado preteritamente por grupos Jê meridionais, ou seja, seria uma forma de resistência através da delimitação das fronteiras territoriais por meio de monumentos funerários com destaque na paisagem.

Em síntese, esse é o estado da arte do que se tem conhecimento até o momento acerca do processo de ocupação Jê meridional no planalto sul brasileiro e imediações. Contudo, tendo em vista que existem evidências que podem estar relacionadas a esses povos no litoral catarinense, ainda existe um debate no sentido de se compreender a origem desses vestígios.

Para Schmitz *et al.* (2005), os grupos que possuiriam assentamentos permanentes no planalto teriam migrado paulatinamente para o litoral e “se miscigenado”, progressivamente, com populações nativas do litoral. Segundo Noelli (1999/2000) com a chegada da terceira onda de migração Guarani entre 2000 e 1000 anos AP ao sul do Brasil, as populações Jê meridionais que habitavam o interior foram confinadas nas terras altas e, posteriormente, por volta de 700 anos AP, foram expulsas do litoral. Noelli e Souza (2017), em uma síntese recente, argumentam que entre 1200 e 1000 anos AP, os Guarani expulsaram os Jê meridionais do litoral do Paraná ao Rio Grande do Sul. Ademais, falam em “invasões Jê”, afinidades com populações associadas aos sambaquis e interações complexas.

Na Ilha de Santa Catarina, duas evidências permitem vislumbrar a presença de grupos Jê meridionais no passado: 1. vestígios cerâmicos

encontrados nas camadas superiores de sambaquis e em “sítios rasos”;<sup>12</sup> 2. a possível existência de estruturas subterrâneas na Ilha de Santa Catarina. Contudo, essas evidências são suficientes para se inferir que houve uma ocupação sistemática?

## 6.2 A proposta para a ocupação Jê meridional na Ilha de Santa Catarina

A partir de cerca de 2000 AP, há uma mudança no padrão de deposição dos sambaquis do litoral catarinense, a qual é percebida por meio das evidências presentes no registro arqueológico. Para além das conchas, esses contextos passaram a ser construídos por camadas com grande quantidade de ossos de peixes, além de um sedimento de coloração escura que apresenta carvão e outros elementos orgânicos em abundância. Contudo, as características funerárias que definem sua formação permanecem, de forma que parece existir continuidade do padrão construtivo percebido nos sítios mais antigos (DEBLASIS; GASPAR, 2008/2009).

Tal mudança pode estar relacionada ao estabelecimento de contato com povos Jê meridionais, seja devido à chegada desses ao litoral (FOSSARI, 2004; DEBLASIS; GASPAR, 2008/2009) ou ao estabelecimento de contatos culturais em outras regiões geográficas ocasionadas por uma maior mobilidade dos pescadores-caçadores-coletores (BASTOS, 2014; OPPITZ, 2015).

Fossari (2004) acredita que os sambaquis na Ilha de Santa Catarina que contêm cerâmica Itararé no registro arqueológico são evidências da ocupação desenvolvida pelos Jê meridionais. Ademais, argumenta que os sítios com camada arqueológica pouco espessa, onde se evidencia “terra preta”,<sup>13</sup> restos faunísticos e, possivelmente, sepultamentos, consistem em características marcantes do povoamento empreendido por esses grupos.

Os artefatos líticos encontrados nesses contextos são bastante semelhantes àqueles registrados em sambaquis sem cerâmica. Contudo, apresentam, também, grande quantidade de instrumentos produzidos a partir de ossos (de peixes, de mamíferos e de aves), de conchas e de dentes de animais.

---

<sup>12</sup> Também denominados de acampamentos, jazidas paleoetnográficas e paradeiros, nesses sítios “os vestígios culturais estão contidos dentro de uma matriz sedimentar composta, na maior parte, de elementos minerais, e dentro da qual as conchas de moluscos, embora presentes, constituem uma parte mínima do volume do sítio” (PROUS, 1992, p. 272).

<sup>13</sup> Originado da decomposição de resíduos orgânicos, o solo assume uma coloração mais escura que aquele que o circunda.

Considerando as evidências identificadas no registro arqueológico, para Fossari (2004), na Ilha, os Jê meridionais proveriam sua subsistência principalmente por meio da pesca, mas também por meio da caça de mamíferos e aves, bem como por meio da coleta de moluscos e de crustáceos, na faixa litorânea. Assim, ocuparam, preferencialmente, áreas de pequenas enseadas e de estuários favoráveis à obtenção dos recursos alimentares.

Sob uma abordagem sistêmica, alicerçada na arqueologia da paisagem, Fossari (2004) realizou um extenso levantamento de informações etno-históricas acerca de aspectos culturais dos Jê meridionais e de outros povos indígenas para embasar seu argumento por meio de analogias diretas e indiretas. Ademais, lançou mão da análise da área de captação de recursos<sup>14</sup> para estimar o território explorado por esses grupos a fim de obter materiais necessários para garantir o desenvolvimento das suas atividades cotidianas. Assim, considerando as especificidades geomorfológicas da Ilha de Santa Catarina e tomando como referência outros estudos arqueológicos em contextos ambientais semelhantes, a arqueóloga propôs que grupos empreenderiam atividades em uma distância em que o tempo máximo gasto seria de 2 horas para ir e 2 horas para voltar do assentamento-base até o limite da área de captação de recursos – incluindo tanto deslocamentos terrestres quanto aquáticos.

Desse modo, pela análise dos possíveis deslocamentos e dos vestígios encontrados nos sítios que contêm cerâmica Itararé – esses que seriam os locais de assentamento-base –, Fossari (2004) propôs que outros dois tipos de sítios estariam inseridos na dinâmica de ocupação do espaço desenvolvida por esses grupos: 1. amoladores-polidores fixos; 2. representações rupestres. Nesse sentido, enquanto os primeiros seriam locais destinados à produção de artefatos líticos, os segundos se constituiriam em áreas de significado simbólico.

Para Fossari (2004), os Jê meridionais teriam se assentado na Ilha de Santa Catarina a partir do século VIII, reocupando áreas preteritamente de domínio dos pescadores-caçadores-coletores associados aos sambaquis, porém sem estabelecer contato com estes. Entretanto, considerando os dados arqueológicos disponíveis, possivelmente teriam se relacionado com os grupos Guarani que, por sua vez, reocuparam assentamentos Jê meridionais.

---

<sup>14</sup> Proposta por Vita-Finzi e Higgs na década de 1970, a análise da área de captação de recursos parte da premissa de que sítios dependentes de áreas de colheita devem estar localizados próximos a solos cultiváveis, sítios dependentes da caça especializada de determinados animais devem estar próximos ao hábitat deles, etc. Para essa análise, Vita-Finzi e Higgs utilizaram o princípio do custo-benefício, tomando por base exemplos históricos e etnográficos, para propor que área de caça e coleta envolveriam um raio máximo de 10 km a partir do acampamento-base e 5 km para atividades relacionadas à agricultura (RENFREW; BAHN, 2005).

Mediante a proposta de Fossari (2004), na Tabela 6.1, constam os sítios que contêm cerâmica Itararé, possivelmente relacionados a uma ocupação Jê meridional da Ilha de Santa Catarina, incluindo as informações cronológicas conhecidas atualmente. No Apêndice V, mapa 2, é possível verificar a localização dos sítios. Recentemente, Gilson e Lessa (2020) apresentaram novos dados acerca da cronologia dos *sítios rasos* localizados no litoral central catarinense que contêm cerâmica Itararé no registro arqueológico, além de uma discussão aprofundada sobre a calibração de datações de sítios litorâneos.

Tabela 6.1 – Sítios com cerâmica Itararé na Ilha de Santa Catarina

Nome do Sítio	Coordenadas UTM (SIRGAS2000)		Data estimada (AP)**
	X	Y	
Base Aérea I	739668	6936468	800 ± 70
Cruzeiro	741620	6933830	-
Ingleses II	759993	6961704	-
Lagoinha de Ponta das Canas I	755200	6967945	-
Ponta da Armação I	746420	6928003	-
Ponta do Caçador II	754684	6945311	-
Ponta das Canas I	753622	6967303	-
Ponta do Lessa I	744151	6947700	-
Ponta do Sambaqui	743194	6956850	-
Rio do Meio	747456	6962582	870 ± 30; 780 ± 60; 620 ± 30; 600 ± 30
Santo Antônio I	745112	6954705	-
Tapera	739674	6935046	1330 ± 30; 1220 ± 30; 1150 ± 30; 1140 ± 180; 1030 ± 180

\* Ver Apêndice V, Mapa 2.

\*\* Não calibradas.

Fonte: Fossari (2004), Bueno *et al.* (2015), Reis (2015) e Gilson e Lessa (2020).

Desse total de 12 sítios, apenas quatro foram escavados:

- 1) Base Aérea: pesquisado por Rohr (1959), onde foram encontrados cerca de 54 sepultamentos, além de artefatos líticos (lascados e polidos), ósseos e cerâmicos (180 fragmentos presentes em todas as camadas estratigráficas).
- 2) Ponta do Lessa I: estudado por Beck (1972), onde foram encontrados remanescentes ósseos humanos esparsos, bem como artefatos



produzidos a partir de ossos e dentes de fauna (mamíferos e peixes), conchas, materiais líticos (lascados e polidos) e cerâmicos – na tese de Beck não há informações sobre a quantidade e dispersão na estratigrafia, porém Fossari (2004) relata que seriam mais de 400 fragmentos.

- 3) Rio do Meio: pesquisado por Fossari (2004), onde foram encontrados artefatos produzidos a partir de ossos e dentes de fauna (mamíferos e peixes), conchas, materiais líticos (lascados e polidos) e cerâmicos (2955 fragmentos, não há informação sobre a dispersão na estratigrafia). Recentemente, o material faunístico foi estudado por Gilson e Lessa (2020).
- 4) Tapera: estudado por Rohr (1966), onde foram coletados cerca de 172 sepultamentos, além de artefatos líticos, ósseos, restos faunísticos e fragmentos cerâmicos. Conforme Rohr (1968a), mais ou menos 25 mil vestígios cerâmicos foram recolhidos, incluindo tanto vestígios com características Guarani quanto da tradição Itararé. Rohr (1967a) relata a presença de vestígios cerâmicos, nas três camadas de ocupação do sítio.

A fim de tecer um contexto que incorpore também as evidências encontradas em outras ilhas, vale destacar o registro do sítio Arvoredo, um abrigo sob rochas na Ilha do Arvoredo, contendo vasilhames cerâmicos com características da tecnologia Itararé (FOSSARI *et al.*, 1988a), e o sítio Ilha do Campeche III, onde fragmentos cerâmicos semelhantes também foram encontrados em superfície e enterrados (COMERLATO, 2004).

Além desses sítios com cerâmica Itararé, outra possível evidência de que outrora a Ilha de Santa Catarina foi palco de uma ocupação Jê meridional está relacionada às informações acerca da existência de estruturas subterrâneas – sítios associados às ocupações desses povos no planalto e imediações.

### 6.3 O Morro dos Índios no sul da Ilha de Santa Catarina

Os sítios compostos por estruturas subterrâneas têm sido objeto de um maior volume de estudos, associados à investigação das ocupações desenvolvidas por grupos Jê meridionais, desde a década de 1990. As pesquisas se concentraram, sobretudo, no planalto e nas áreas serranas lindeiras, onde há maior expressão numérica de concavidades arqueológicas. Contudo, existem, também, dados sobre a possível existência de sítios semelhantes em municípios do litoral catarinense (cf. REIS, 2011).

Rohr (1971, p. 15) relatou que em um morro situado no Pântano do Sul, na Ilha de Santa Catarina, existiriam três “buracos de bugre”, semelhantes aos sítios arqueológicos “casas subterrâneas” registrados comumente no planalto. Posteriormente, escreveu que, passados vinte anos, havia visitado formações no solo conhecidas como “buracos de bugre”, situadas no topo de um morro a sudoeste do Pântano do Sul (ROHR, 1977, p. 15). No local observou três estruturas afuniladas escavadas em solo de argila vermelha, com aproximadamente quatro metros de diâmetro e dois metros de profundidade, sendo que duas delas se interligavam por um canal subterrâneo. Anos mais tarde, reafirmou que o local visitado possuía as mesmas características das “casas subterrâneas” encontradas no planalto meridional brasileiro (ROHR, 1984b, p. 82).

Apesar da existência desse sítio arqueológico ter sido pontuada posteriormente (SCHMITZ, 1988; REIS, 2002), ao longo de quase três décadas nenhuma informação adicional acerca da sua localização ou das suas características foi produzida desde o relato de Rohr (1984b).

A partir da análise de informações da literatura em conjunto com análises cartográficas e com a coleta de informações orais, com a colaboração de pesquisadores do Museu de Arqueologia da UFSC, foi identificado por Reis (2011) um local que apresenta características semelhantes àquelas que constam nos registros de Rohr (1971, 1977, 1984b) no sul da Ilha de Santa Catarina.

Tomazzoli e Pellerin (2001) identificam dois maciços montanhosos importantes no sul da Ilha de Santa Catarina: um a oeste e outro a leste. O primeiro, “estende-se em 15 km, de Naufragados até a planície do Ribeirão da Ilha; as altitudes variam de 300 metros no Sul a 532 metros no Morro do Ribeirão” (TOMAZZOLI; PELLERIN, 2001, p. 1), possui substrato granítico com a presença de uma grande quantidade de diques de diabásio – estes que acompanham a orientação geral do relevo –, e, em direção à planície do sul, ocorrem vertentes mais inclinadas associadas a diques de riolitos. O segundo, que diz respeito ao maciço subcircular da Lagoinha do Leste, constitui-se de riolitos e rochas piroclásticas ácidas, possui cerca de 4 km de diâmetro e apresenta altitudes de até 330 metros. Além disso, essa porção meridional apresenta planícies marinhas e lagunares pleistocênicas e holocênicas, como as que interligam os maciços ao restante da ilha e as situadas nas imediações das cadeias de morros – em Naufragados, na Tapera do Sul, na Caiacanga-Açu e no Pântano do Sul.

Quanto à geologia, os litotipos que compõem o cenário regional “são representados por granito maciço equigranular grosso, aqui referido como Granito Ilha, derrames e diques de riolito, e depósitos de rochas piroclásticas ácidas, localmente associadas a corpos graníticos menores” (TOMAZZOLI; PELLERIN, 2001, p. 1), sendo que essas formações são cortadas por diques de diabásio.

As evidências identificadas como semelhantes às descritas por Rohr estão situadas em um pasto na localidade do Morro dos Índios ou Morro da Dona Isaura (nome da antiga moradora), a qual compreende uma área de colo de morro em uma cadeia de embasamento cristalino entre a Caieira da Barra do Sul e a comunidade do Rio das Pacas (Figura 6.1). Segundo Tomazzoli *et al.* (2012):

As cavidades são constituídas por um sistema de túneis que interligam um conjunto de pequenas dolinas<sup>15</sup> circulares alinhadas segundo a direção norte-nordeste logo a montante de uma cabeceira de drenagem encaixada em fratura, em franco processo erosivo direcionado para montante. A drenagem e as dolinas alinhadas estão encaixadas em um plano de fratura ou de descontinuidade do maciço, que marca o contato entre o Granito Ilha a leste e um espesso dique de diabásio a oeste, com mais de 60 m de espessura de direção N10°E. (TOMAZZOLI *et al.*, 2012, p. 81).

Considerando que as estruturas podem ter se formado por processos naturais, Reis (2011) optou por denominar as concavidades de “feições doliniformes”, conforme definido por Araújo (2001, p. 318) “depressões no solo em forma de calota de esfera” que podem ter se constituído artificialmente ou naturalmente”. Assim, evita-se uma associação direta entre as concavidades naturais<sup>16</sup> no solo e as estruturas subterrâneas arqueológicas.

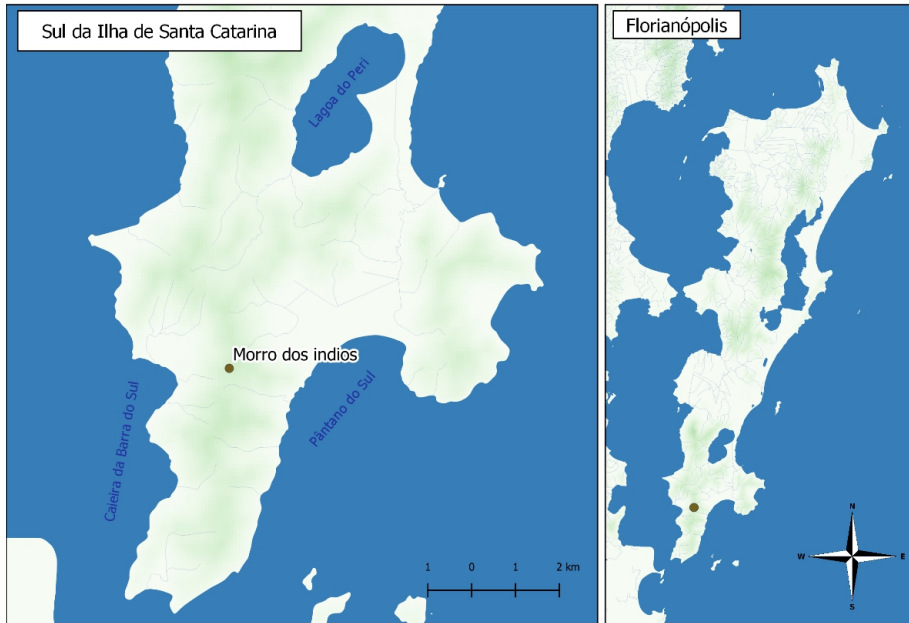
Araújo (2001, p. 318-319) mostra que a formação natural de concavidades no solo pode estar relacionada à dissolução de material mineral por água que, com o abatimento, gera uma feição doliniforme, bem como ao *piping*, um tipo de erosão em que os grãos são carregados por condutos abertos pela força da água em zonas mais permeáveis dentro das rochas. No interior de São Paulo, por exemplo, Kamase (2004) identificou quatro categorias de feições doliniformes: naturais, antrópicas recentes (não ocupadas no passado), antrópicas arqueológicas e antropizadas ou utilizadas (formações naturais que foram ocupadas no passado).

---

<sup>15</sup> Depressões no terreno “de forma circular ou oval, com contornos sinuosos e não angulosos” (BIGARELLA, 1994, p. 262).

<sup>16</sup> Maiores informações sobre os processos naturais de formação de feições doliniformes, relacionados a carstificação, podem ser encontradas em Carvalho Júnior (2008).

Figura 6.1 – Localização do Morro dos Índios no sul da Ilha de Santa Catarina



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis com o *software* QGIS, a partir de Reis (2011), IBGE (2016) e Epagri (2004).

Segundo relatos de antigos moradores da localidade, no passado foram encontradas pontas de projétil líticas no interior das concavidades do Morro dos Índios (REIS, 2011). Essas informações, associadas àquelas compiladas na literatura arqueológica, sustentam a hipótese de que outrora o local tenha sido ocupado por grupos indígenas

No local, para além do que consta nas descrições produzidas anteriormente, há pelo menos nove feições doliniformes com diâmetro de até 7m e profundidade aparente variando entre 4 m e 0,5 m (ver Figuras 6.2 e 6.7).

Figura 6.2 – Feições doliniformes e aterros no Morro dos Índios



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis sobre imagem do Google Earth (2018).

Ademais, algumas concavidades se interligam por meio de túneis escavados em subsuperfície, estes que possuem entre 1m e 1,5 m de altura, apresentando salões de até 3 m<sup>2</sup> e 1,8 m de altura nos entroncamentos.

Nesse sentido, Tomazzoli *et al.* (2012) acreditam que:

Muito provavelmente as dolinas foram originadas pelo abatimento gerado pela infiltração do solo no plano de fratura, em épocas ou eventos de chuva intensa. Esses túneis foram provavelmente escavados pela ação da água subterrânea, uma vez que, nesse tipo de condicionamento geológico, o lençol freático tende a assumir um fluxo concentrado na direção dos túneis. (TOMAZZOLI *et al.*, 2012, p. 82).

No entorno das depressões no solo foi constatada a presença de seis amontoados de terra, identificados como aterros, semelhantes àqueles encontrados no planalto em associação a sítios com essa morfologia, ou seja, eventualmente poderiam ser montículos funerários. Entretanto, não há material arqueológico em superfície, tanto a céu aberto quanto no interior dos túneis (REIS, 2011).

Considerando as informações bibliográficas, orais e geomorfológicas sobre o local, entre 2013 e 2014, a equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC), no âmbito do projeto de pesquisa de Reis (2012) e contando com financiamento do projeto

“Florianópolis arqueológica” (BUENO *et al.*, 2015), desenvolveu sondagens exploratórias no local durante alguns dias. Trata-se de um local de difícil acesso (cerca de 1h de caminhada morro acima por meio de uma trilha, partindo do nível do mar até 300m) onde, por exemplo, atualmente nem água potável há.

Foram realizadas escavações arqueológicas no Morro dos Índios, visando evidenciar materiais que revelassem algum vestígio de ocupação indígena, em 2013 (outubro) e 2014 (maio e outubro).<sup>17</sup> Previamente, desenvolvemos um novo caminhamento assistemático no interior dos túneis (contando com iluminação artificial), nas imediações das feições doliniformes e no pasto em ambas as vertentes da área de colo de morro onde estão implantadas as concavidades.

A fim de amostrar diferentes compartimentos das formações que compõem o conjunto de evidências registradas no local (concavidades, aterros e superfície plana do entorno), foram demarcadas duas trincheiras. A primeira, denominada de Trincheira A – TA –, foi delimitada no sentido SãN (N45°), com 10 m de comprimento por 0,50 m de largura. O ponto zero foi demarcado na extremidade S (aterro) e o ponto final na borda de FD9. A segunda, denominada Trincheira B – TB –, foi delimitada perpendicularmente à TA, no sentido WãE (N135°), com 8 m de comprimento por 0,50 m de largura. O ponto zero foi demarcado na extremidade oeste (borda de FD9) e o ponto final na superfície plana (a leste de FD9).

Figura 6.3 – Implantação das concavidades a partir do Morro da Tapera da Barra do Sul, sentido S/N



Fonte: Acervo do LEIA/UFSC (2014).

Figura 6.4 – Escavações sendo realizadas no Morro dos Índios, sentido L/O



Fonte: Acervo do LEIA/UFSC (2014).

<sup>17</sup> Não foram realizadas outras intervenções ou etapas maiores de pesquisa por ser necessário reunir uma equipe mínima, o que se mostrou complicado devido ao esforço físico necessário para acessar o local, bem como devido às condições para permanecer por um maior período.

Figura 6.5 – Trincheira A em processo de escavação, sentido S/N



Fonte: Acervo do LEIA/UFSC (2014).

Figura 6.6 – Detalhe de perfil N da quadra TA 0-1 m na base do nível 6



Fonte: Acervo do LEIA/UFSC (2014).

De um modo geral, o solo é argiloso, sendo que está muito compactado – provavelmente devido ao pisoteio do gado. A seguinte estratigrafia foi evidenciada: camada superficial (húmica) marrom escura (7.5YR 2.5/2 – *very dark brown*) com gramíneas e raízes; clareando os tons de marrom com o aumento da profundidade (variando entre 7.5YR 5/4 – *brown* – e 7.5YR 4/2 – *brown*); chegando a colorações alaranjadas, como em TA 0-1 m, onde, no nível 6, foi identificada a coloração 7.5YR 4/6 – *strong brown*.

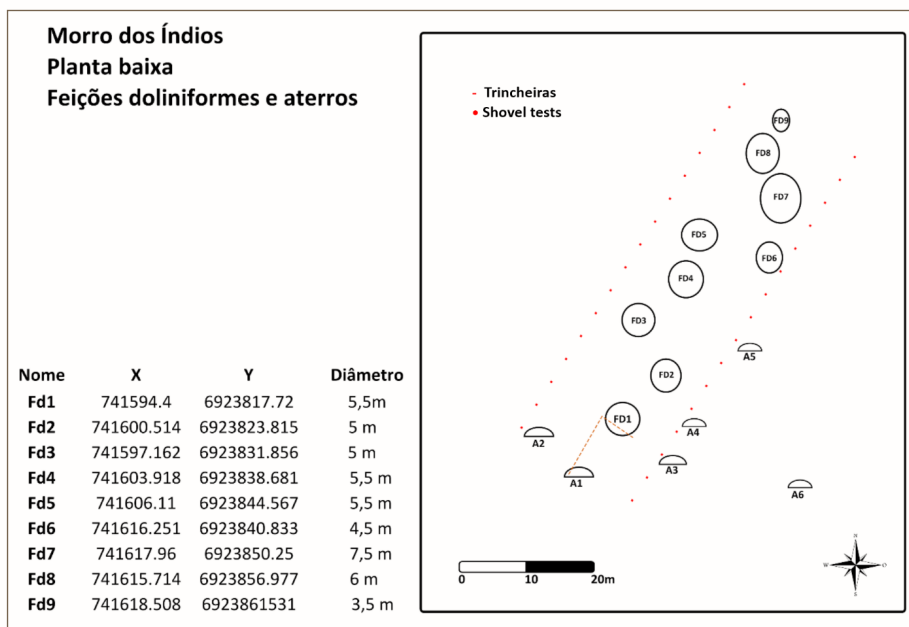
Nos níveis 3, 4, 5 e 6 de TA 0-1 m, no Aterro 1, foram identificados fragmentos de carvão e uma mancha escura (7.5YR 3/2 *dark brown*) mais arenosa. Em TA 6-7 m também foram encontrados fragmentos de carvão, porém mais próximo à superfície. Em TB, em todas as quadras foram encontrados fragmentos esparsos de carvão, mas em camadas superficiais.

Ao longo dessas intervenções, nenhuma feição/estrutura foi evidenciada. Além de carvão, foram coletados alguns fragmentos rochosos. Excetuando-se três peças de médio porte (uma bastante intemperizada), o restante da amostra consiste em fragmentos de rocha em decomposição de 1 a 2 cm de tamanho, ou ainda milimétricos, e sem nenhuma transformação. Uma possível lasca de granito, encontrada no nível 2 de TA 0-1 m (Aterro 1), foi o único vestígio encontrado em contexto que vislumbra a possibilidade de que o local tenha sido ocupado por grupos indígenas no passado.

A fim de cobrir uma maior área e considerando que frequentemente são encontrados vestígios arqueológicos nas imediações de estruturas subterrâneas arqueológicas, optamos por demarcar dois *transects* em ambos os lados do conjunto de feições doliniformes e realizar *shovel tests* de 50 x 50 cm a cada 5 m. No total, 32 pontos foram prospectados, alcançando profundidade máxima de 20 cm<sup>18</sup> e nenhum vestígio adicional foi encontrado. Na Figura 6.7, consta uma planta baixa com as intervenções realizadas.

Assim, as atividades realizadas não resultaram na descoberta de evidências que viabilizem a caracterização da área enquanto sítio arqueológico. Contudo, essas atividades também não são suficientes para se descartar tal possibilidade.

Figura 6.7 – Dimensões das feições doliniformes e intervenções no Morro dos Índios



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis no *software* Inkscape (2018).

<sup>18</sup> Considerando que há um maior regime de erosão do que de deposição no local, a escolha de fazer pequenas intervenções e pouco profundas foi feita no sentido de encontrar algum tipo de vestígio enterrado, ainda que próximo à superfície, para que orientasse maiores escavações e que permitisse a caracterização do local enquanto sítio arqueológico.



## 6.4 Identidade, diferença e mudança: há ocupação Jê meridional na Ilha?<sup>19</sup>

As pesquisas acerca da ocupação Jê meridional no planalto e nas áreas serranas do entorno cada vez mais tem possibilitado uma compreensão refinada acerca de economia, organização social, práticas rituais, tecnologia e paleoambiente, ao longo dos últimos dois milênios. Por outro lado, os estudos acerca da presença desses povos na costa ainda não são esclarecedores. Em geral, a presença dos Jê meridionais no litoral catarinense é identificada pela presença de cerâmica Taquara-Itararé no registro arqueológico de sítios com matriz conchífera ou sedimentar. Por outro lado, há uma série de evidências que indicam continuidade histórica entre os pescadores-caçadores-coletores associados aos sambaquis. Essa divergência pode ser explicada, por exemplo, devido a distintas perspectivas teóricas.

No litoral sul catarinense, DeBlasis, Farias e Kneip (2014), a partir do estudo das características do sítio Galheta IV, onde fragmentos cerâmicos da tradição Taquara foram encontrados, bem como considerando o conhecimento reunido em mais de duas décadas de pesquisas em sambaquis, acreditam que a partir de 1000 anos AP os Jê meridionais se fizeram presentes na região, sendo que as evidências indicam tanto continuidade quanto transformação no processo de ocupação regional no que diz respeito à organização social.

Também na costa sul de Santa Catarina, o sítio SC-IÇ-01, localizado em uma faixa de dunas junto à desembocadura do Rio Araranguá, no município de Içara, frequentemente é mencionado nos estudos acerca da presença de povos Jê meridionais no litoral. Trata-se de um contexto conchífero onde foram coletados remanescentes ósseos de 84 indivíduos, dos quais 44 apresentam evidências de cremação (IZIDRO, 2001). Duas datas foram obtidas:  $1160 \pm 50$  AP e  $1040 \pm 60$  AP. Apesar de não terem sido encontrados vestígios cerâmicos no registro arqueológico, as evidências de cremação associadas às informações etno-históricas forneceram as bases da analogia que culminou na interpretação de que o local outrora teria sido ocupado por antepassados dos Laklânô-Xokleng, utilizado exclusivamente para fins funerários (SCHMITZ, 1996).

No litoral norte também foram registradas evidências que podem estar relacionadas às ocupações levadas a cabo por Jê meridionais, identificadas por meio da cerâmica da tradição Itararé, como, por exemplo, no sítio Enseada I (BECK, 1972), em São Francisco do Sul, e no sítio da Praia das Laranjeiras (SCHMITZ *et al.*, 1993), em Balneário Camboriú. Bastos (2009), a partir de análises isotópicas com o material proveniente do sambaqui Forte Marechal

---

<sup>19</sup> Esta seção contém trechos resumidos e revisados publicados em Reis (2015).

Luz, situado em São Francisco do Sul, constatou a existência de indivíduos com marcadores não locais. Assim, inicialmente considerou que esses poderiam ser provenientes do planalto (BASTOS, 2009), o que confirmaria a mobilidade desses grupos entre a planície costeira e as terras altas, porém, quando associou as análises de estrôncio com a paleodieta, ratificou sua asserção propondo que em realidade esses indivíduos não locais poderiam ser originários do litoral sul de São Paulo ou de regiões costeiras próximas (BASTOS, 2014).

Em geral, estudos acerca da dieta dos grupos que ocuparam sambaquis em contextos com a presença de cerâmica Taquara-Itararé têm mostrado que há uma continuidade na alimentação se comparados com os grupos que construíram sambaquis sem cerâmica. Através da análise de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio oriundos de amostras coletadas de remanescentes ósseos humanos, Colonese *et al.* (2014) mostrou que há uma continuidade na preferência pelo consumo de recursos aquáticos. Ademais, o estudo de isótopos de estrôncio, indicador de mobilidade de grupos humanos, de um modo geral tem mostrado a natureza local dos indivíduos sepultados em contextos conchíferos com e sem cerâmica registrados no litoral catarinense (BASTOS, 2014; OPPITZ, 2015).

Em uma revisão crítica acerca dos processos de continuidade e mudança nos sítios conchíferos do litoral catarinense, considerando dados acerca de tecnologia, padrão deposicional, contato e mobilidade, quantidade de sítios e cronologia, violência, paleogenética, padrão de residência pós-marital e paleodieta, Oppitz (2015) percebeu que entre as práticas culturais desenvolvidas por grupos associados aos sambaquis sem cerâmica e as ocupações ceramistas há um volume maior de indícios de continuidade (tecnologia lítica e óssea; estruturação dos montículos; contatos interétnicos; afinidades morfológicas em termos biológicos; utilização de vasilhames cerâmicos para processamento de peixes; consumo de amido) do que de mudança (tecnologia cerâmica e padrão deposicional em macroescala, por exemplo).

Se as pesquisas acerca das possíveis ocupações desenvolvidas por grupos Jê meridionais para litoral já são escassas, para o contexto específico da Ilha de Santa Catarina, as informações são ainda mais limitadas. Nenhum estudo interventivo sistemático foi realizado após a proposta de Fossari (2004) para compreender essa questão. Contudo, análises de coleções arqueológicas sob guarda de museus foram realizadas, principalmente por meio de estudos isotópicos, e contribuem para essa discussão.

Hansel e Schmitz (2006) mostraram, a partir do estudo de fragmentos cerâmicos de contextos do litoral catarinense, incluindo os sítios Rio do Meio, Rio Lessa e Tapera, localizados na Ilha de Santa Catarina, que possivelmente os utensílios teriam sido utilizados para processamento de produtos de origem animal e marinha. Esses dados advogam no sentido de continuidade com as

práticas culturais dos grupos associados aos sambaquis, pois seria de se esperar um maior uso dos vasilhames para processamento de vegetais, tais como os cultivos identificados por grupos Jê meridionais (OPPITZ, 2015).

Scherer, Rodrigues-Carvalho e Schmitz (2006, p. 73), a partir da análise de marcadores de estresse musculoesquelético de indivíduos sepultados no sítio arqueológico da Tapera, situado no sul da Ilha de Santa Catarina, inferiram que essa população “era exímia canoeira”, corroborando as ideias levantadas por Fossari (2004) quanto à mobilidade dos povos Jê meridionais no arquipélago do litoral central. Para Scherer, Rodrigues-Carvalho e Schmitz (2006), tal constatação leva a crer que essa população viveria durante o ano todo na ilha, tendo o deslocamento a partir desses locais em direção ao continente como uma prática. Além disso, os pesquisadores não descartam a possibilidade de que esses grupos “eventualmente se deslocassem para regiões mais longínquas por algum motivo aqui não aventado” (SCHERER; RODRIGUES-CARVALHO; SCHMITZ, 2006, p. 74).

Neves (1988), por meio do estudo de marcadores não métricos de remanescentes ósseos humanos do litoral do Paraná e de Santa Catarina, evidenciou que algumas séries provenientes de sítios cerâmicos do litoral central catarinense, incluindo os sítios Tapera e Base Aérea, apresentam semelhanças com os esqueletos oriundos de sítios sem cerâmica do litoral norte. De modo semelhante, os dados bioarqueológicos compilados no estudo de Okumura (2007, p. 337-339) atestam a existência de sepultamentos, em sítios conchíferos com cerâmica, de indivíduos com características biológicas que os diferenciam em dois grupos. Contudo, como ressaltou a pesquisadora, as séries dos sítios Tapera e Base Aérea parecem associadas, incluindo as ocupações com e sem cerâmica. Além disso, na sua análise, Okumura (2007) incluiu as séries esqueléticas do sítio Pântano do Sul I – sambaqui sem cerâmica, que apresenta datas entre  $4460 \pm 110$  AP e  $3735 \pm 100$  AP –, como parte de um grupo associado aos sítios com ocupação cerâmica.

Os dados apresentados por Bastos (2014), a partir de análises isotópicas, revelaram a natureza local dos indivíduos sepultados no sítio da Tapera, sendo que a dieta desses era baseada, sobretudo, no consumo de peixes marinhos. Além disso, a partir dos marcadores identificados em amostras oriundas de animais terrestres encontradas no registro arqueológico do sítio, o pesquisador sugeriu a possibilidade de que os indivíduos que ocuparam o sítio da Tapera possivelmente recorriam ao continente para a caça de porcos (que seriam consumidos em ocasiões específicas, pois segundo os índices isotópicos observados não há preferência pelo consumo desses animais). Esses dados estão em concordância com os marcadores observados por Scherer, Rodrigues-Carvalho e Schmitz (2006) e a inferência acerca da navegação por meio de canoas.

No desenvolvimento de sua pesquisa acerca das permanências e mudanças no registro arqueológico de sítios conchíferos no litoral catarinense, Oppitz (2015) realizou uma série de análises isotópicas e datações de amostras provenientes de coleções esqueléticas coletadas nos sítios Armação do Sul e Tapera. Os resultados obtidos pela pesquisadora mostram que a ocupação do sítio da Armação do Sul, contexto sem cerâmica, compreendeu o período entre 3065-2880 e 1315-1275 cal. AP., incluindo um indivíduo com evidência de violência datado em 1430-1315 cal. AP. Observou, também, que os indivíduos apresentavam dieta com preferência pelo consumo de recursos marinhos.

Quanto às amostras da Tapera, Oppitz (2015) selecionou três indivíduos com evidências de violência, sendo que as datas obtidas situam esses sepultamentos entre 1280-1115 e 1065-935 cal. AP. Considerando os dados obtidos por Bastos (2014) em relação à paleodieta dos indivíduos presentes no sítio da Tapera, Oppitz (2015) observou a existência de uma possível continuidade histórica entre os grupos que ocuparam esse sítio e a Armação do Sul, ambos localizados na porção meridional da ilha.

Além das informações obtidas por meio de materiais coletados no registro arqueológico de sítios conchíferos que apresentam cerâmica Itararé ou por meio de comparações com sambaquis sem cerâmica, outra possibilidade para se identificar uma ocupação Jê meridional no litoral central catarinense seria por meio das estruturas subterrâneas mencionadas por Rohr (1971, 1977, 1984b) no sul da Ilha de Santa Catarina. Contudo, conforme exposto anteriormente, as evidências identificadas na localidade do Morro dos Índios, possivelmente as mesmas outrora relatadas por Rohr, consistem em formações naturais, identificadas enquanto feições doliniformes, que não apresentam vestígios que indiquem ocupação pretérita – ainda que antigos moradores relatem ter encontrado artefatos arqueológicos.

Sendo assim, a presença de fragmentos cerâmicos relacionados à tradição Itararé em sítios conchíferos situados na Ilha de Santa Catarina não garante, por si só, uma base concreta para argumentar em favor de uma ocupação Jê meridional nessa área. Ainda que existam informações etno-históricas acerca da presença de grupos Laklãnõ-Xokleng em áreas continentais próximas à costa, inexistem até o momento informações robustas que sustentem ter havido uma ocupação Jê meridional na Ilha.

Em discussão acerca da presença da cerâmica Itararé no litoral catarinense e da possível presença de povos Jê meridionais, Oppitz (2015) mostra que na raiz desse debate estão inseridas diferentes perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas como suporte para interpretar o processo de ocupação da área. As divergências no modo de pensar tal questão remetem a distintas formas de se compreender conceitos como identidade e diferença, continuidade e mudança.

Em síntese, podemos identificar duas perspectivas diametralmente opostas acerca de identidade: uma essencialista e outra não essencialista. Para a primeira, a cultura é estática, cristalizada no tempo; enquanto que para a segunda, a cultura é dinâmica, transforma-se ao longo dos anos (WOODWARD, 2000; REIS, 2015).

Para os essencialistas, existem características comuns que não se alteram no transcorrer do tempo, as quais conferem autenticidade para os grupos que partilham de uma identidade. Desse modo, no que diz respeito à etnicidade, essa abordagem implica na crença de que é possível identificar e diferenciar os grupos étnicos simplesmente através dos traços particulares da cultura que manifesta. Assim, os grupos assumiriam uma condição de “suporte de cultura” (BARTH, [1969] 1998). Sob essa perspectiva, seria possível tomar os grupos étnicos enquanto entidades isoladas geograficamente e socialmente, entendendo que mudanças culturais decorreriam exclusivamente de reações a fatores ecológicos locais. Desse modo, a diversidade cultural seria decorrente dessas formas diferentes de adaptação ao meio.

Por outro lado, os partidários da perspectiva não essencialista focalizam as diferenças e as características comuns ou partilhadas, prestando atenção, também, nas formas pelas quais a definição daquilo que significa “ser” tem mudado no tempo. Desse modo, quanto à etnicidade, essa abordagem enfatiza que a marcação da diferenciação dos grupos étnicos deve ser entendida através das características significantes para os atores envolvidos: os princípios classificatórios considerados na oposição binária (“ser ou não ser”). Nesse sentido, a identificação étnica ocorre por meio da autoatribuição ou pela atribuição por outros.

No âmbito da arqueologia, existem diferentes abordagens acerca de como arqueólogos percebem e atribuem identidades e etnicidades, sendo que essa é uma polêmica que remete à história da disciplina e, também, às suas aproximações com nacionalismos (cf. JONES, 1997). Para Insoll (2007), os arqueólogos devem reconhecer a complexidade imbricada na definição e na categorização de identidades por meio do registro arqueológico, bem como pensar como concebemos sua relação com os outros e a sua manutenção ao longo do tempo. Ademais, conforme aponta Meskell (2007), identidade precisa ser percebida enquanto uma construção social em que a etnicidade é apenas um dos níveis de identidade, que pode ser perpassado por outros (*status*, ocupação, gênero, idade, etc.). Além disso, ressalta a pesquisadora que, frequentemente, identidade envolve uma negociação social entre semelhantes e diferentes, o que acarreta tensões em diferentes escalas (indivíduo, grupo e Estado, por exemplo).

Tomar unicamente os fragmentos cerâmicos Itararé enquanto elemento diagnóstico em favor da existência de uma ocupação pretérita da ilha por parte

de grupos Jê meridionais consiste na adoção de uma explicação essencialista que pode estar calcada em uma abordagem teórica histórico-cultural ou processualista.

Submersos nos ideais evolucionistas dos Oitocentos, histórico-culturalistas acreditavam que todas as sociedades passaram ou deveriam passar pelos mesmos estágios de desenvolvimento.<sup>20</sup> Fazendo uso do conceito de cultura arqueológica, que remete à identificação de determinados tipos de artefatos em associação à sua distribuição espacial e temporal (CHILDE, 1969), a abordagem histórico-cultural postula o reconhecimento de grupos étnicos na cultura material a partir da observação da incidência de conjuntos de traços. As variações observadas no registro arqueológico são utilizadas como parâmetro para diferenciar grupos étnicos. A explicação para as relações históricas entre os diversos grupos culturais, identificados por meio dos conjuntos arqueológicos diferenciados, embasa-se, sob um enfoque evolucionista, em processos de difusão e migração.

Sob essa ótica, a explicação para a presença dos vestígios cerâmicos estaria associada a um processo progressivo de povoamento do litoral por parte de grupos Jê meridionais. De acordo com Oppitz (2015, p. 73-74), para além de um modelo explicativo, essa proposta de uma “revolução neolítica Jê” consiste em um discurso colonialista, que “perpetua oposições binárias, como centro-periferia e civilização-barbárie, que remetem ao projeto colonialista greco-romano e, mais recentemente, europeu”.

Quanto à proposta processualista, na sua proposta inicial, Binford (1962) argumentou que o pensamento arqueológico deve ser dirigido no sentido de compreender as semelhanças e as diferenças observadas no registro arqueológico – a variabilidade – de um ponto de vista sistêmico, permitindo, assim, explicar as mudanças e os processos culturais. Ademais, o pesquisador fez uso do conceito de cultura enquanto um meio extrassomático de adaptação do organismo humano, seguindo Steward (1955), e defendeu que uma perspectiva sistêmica para compreender a forma pela qual os grupos do passado relacionavam-se com o meio ambiente precisava ser adotada. Para Binford (1962), o sistema cultural é homeostático, portanto, existem mecanismos de autorregulação cuja função é assegurar o seu equilíbrio. Desse modo, os estímulos externos (ambientais) que afetam o sistema demandam transformações em subsistemas, o que, por sua vez, acarreta mudanças no todo, ou seja, mudanças culturais.

Nesse sentido, especificamente para a Ilha de Santa Catarina, a perspectiva sistêmica proposta por Fossari (2004), alicerçada em uma abordagem

---

<sup>20</sup> Tribos marginais, tribos da floresta tropical, tribos circuncaribenhas e civilizações andinas, para Julian Steward (1946); tribos, bandos, cacicados e Estado, para Elman Service (1962).

processual, sugere um modelo de padrão de assentamento que incluíse não apenas os sítios com cerâmica Itararé, mas também os amoladores-polidores fixos e as representações rupestres. Assim, preocupada em entender a sincronia e a associação entre esses diferentes sítios, Fossari (2004) absteve-se de buscar uma explicação acerca da origem dos grupos associados aos sítios que contêm esse tipo de cerâmica. Nas entrelinhas, percebe-se o uso de uma explicação calcada na migração, como no trecho “não se sabe, entretanto, se quando chegaram na Ilha, a partir do século VIII, esta era ocupada por grupo(s) de outra tradição cultural” (FOSSARI, 2004, p. 84).

A compreensão atual que se tem acerca da ocupação Jê meridional no planalto, onde têm vivido ao longo de mais de 2000 AP, permite refutar a explicação pautada na ideia dos três ambientes, na qual supostamente esses povos “perambulariam” em um calendário sazonal, como nômades, entre as terras altas e a costa em busca de recursos para prover sua subsistência (SCHMITZ; BECKER, 1991; LAVINA, 1994). Assim, devido a sua ênfase em explicar o funcionamento do sistema e as transformações culturais enquanto decorrentes de estímulos ambientais externos, a proposta processual formulada para a ocupação Jê meridional na ilha acaba não dando conta de explicar de modo satisfatório o povoamento enquanto um processo histórico, diacrônico, que considere, também, as relações estabelecidas com outros grupos, por exemplo.

Na opinião de Oppitz (2015, p. 74), ao enaltecer a cerâmica Itararé enquanto elemento essencial e cabal para a identificação de uma ocupação, “os arqueólogos acabam por colocar as populações Jê no centro do mundo pré-colonial, conferindo-lhes hegemonia e um papel de destaque nos processos de mudança pelos quais passaram os pescadores-caçadores-coletores do litoral, em que irradiam cultura e inovação”. Nesse sentido, elementos importantes relacionados à agência indígena, às escolhas e à tomada de decisão, por exemplo, desempenhadas pelos grupos que ocupavam a ilha desde um período mais remoto acabam sendo depreciados.

Ademais, enaltecer a primazia da cerâmica Itararé enquanto elemento catalizador ou vetor de mudanças acaba por acarretar entendimentos equivocados, como o de que houve uma “ocupação Itararé” na ilha – sem que exista qualquer tipo de evidência acerca da existência de um povo com tal identificação, sendo tal rótulo atribuído por arqueólogos *para um tipo específico de cerâmica e não para pessoas*.

Contatos culturais envolvem uma miríade de possibilidades que vão além de uma perspectiva essencialista que subestima a importância do outro na constituição e na manutenção das identidades ao longo do tempo. Nesse sentido, Cusick (1998), organizador de um livro direcionado especificamente a esse tema, demonstra que há uma série de conceitos que podem ser abordados

em estudos de contatos culturais que revelam sua complexidade, tais como: troca, inovação, relações de poder, fronteiras sociais, violência, guerra, dominação e resistência.

Os dados disponíveis atualmente têm revelado que há uma série de continuidades entre os elementos relacionados a ocupações desenvolvidas por grupos associados aos sambaquis e os sítios com presença de cerâmica Itararé. Do mesmo modo, as informações conhecidas não permitem descartar a possibilidade de que povos Jê meridionais tenham ocupado a Ilha de Santa Catarina. Em geral, ainda são necessários estudos mais aprofundados para compreender como o litoral central catarinense foi ocupado entre 1300 e 700 AP.

Contudo, parece evidente que estudos que adotem uma perspectiva essencialista, com atenção voltada principalmente para a identificação da presença de cerâmica enquanto associada a um processo migratório ou difusionista, tendem a menosprezar a importância das escolhas e das decisões tomadas por povos que ocupavam essa região preteritamente, os quais podem ter desenvolvido essa tecnologia localmente, tê-la tomado por empréstimo ou tê-la adotado e adaptado após negociações estabelecidas com outros povos que detinham o conhecimento da produção cerâmica.

Como observado por Oppitz (2015), a existência de zoólitos no interior de Santa Catarina, como em Alfredo Wagner (WAGNER, 2002), por exemplo, pode ser tomada como um indicador de relações estabelecidas entre pescadores-caçadores-coletores da costa com povos do interior, as quais certamente envolvem negociações complexas que vão além de explicações baseadas no difusionismo. Assim, uma explicação mais refinada acerca do povoamento do litoral central catarinense passa por compreender esse processo enquanto multifacetado e dinâmico, com continuidades, mudanças e diferentes atores, ou seja, demanda uma visão não essencialista e contextual.

## 6.5 Perspectivas

A obtenção de novas respostas para essa discussão passa, também, pelo investimento em novas estratégias de pesquisa e pelo endereçamento de questionamentos diferenciados que deem conta de tal problema. Há que se aprofundar o estudo de coleções depositadas em museus, assim como deve-se compreender melhor os processos de formação do registro arqueológico dos sítios conchíferos (com e sem cerâmica) sob uma perspectiva diacrônica e multiescalar (intrassítio, intersítio e regional) e as diferentes ocupações por meio de leituras contextuais intra e interétnicas, considerando as semelhanças e as diferenças.



Artefatos líticos e ósseos são uma constante em sítios com e sem a presença de vestígios cerâmicos, porém carecem de um estudo mais aprofundado sob uma perspectiva tecnológica, pois, conforme Lemmonier (1992), é possível identificar representações sociais na cultura material por meio da análise tanto do estilo (detentor de informação simbólica) quanto dos aspectos funcionais. De modo semelhante, as coleções cerâmicas coletadas nos sítios conchíferos da Ilha de Santa Catarina precisam ser analisadas ou reexaminadas, sob a luz do estudo de Silva (2000a) acerca das cadeias operatórias da produção cerâmica entre povos Jê meridionais, por exemplo, a fim de promover caracterizações relacionadas às especificidades de cada contexto, bem como para efetuar comparações entre os sítios, delineando, assim, estilos tecnológicos regionais (cf. sugerido por Noelli e Souza, 2017), os quais possibilitam a identificação de fronteiras sociais no registro arqueológico (STARK, 1998).

Faz-se necessário, também, lançar mão de um maior volume de estudos arqueométricos (SEM, FTIR, espectrometria de massas, por exemplo), bem como iniciar atividades experimentais, tanto para compreender a composição química de fragmentos cerâmicos, por exemplo, quanto para vislumbrar os processos inerentes à produção e à performance de diferentes artefatos (líticos, cerâmicos e ósseos) em contextos distintos.

Ainda sobre a cerâmica, os estudos devem considerar os vestígios encontrados no sambaqui Praia Grande I, onde, segundo Prous (1992, p. 214), Rohr “encontrou um desses recipientes com mais profundidade (63 cm) que largura (36 cm de boca), com paredes de barro lisas de até 2,5 cm de espessura. Outros possuíam 5 cm de espessura e continham conchas; um deles possuía tampo feito de um disco intervertebral de baleia”. Considerando as informações cronológicas obtidas por Jockyman (2015) para o início da ocupação desse sítio ( $2980 \pm 30$  AP), seria possível discutir contextualmente a hipótese levantada por Prous (1992, p. 216) de que os pescadores-caçadores-coletores “conheciam as propriedades plásticas e de impermeabilidade da argila no período pré-cerâmico tardio e sabiam como aproveitá-las. Só faltava experimentar a perda das qualidades plásticas após a queima para quase ‘descobrir’ a cerâmica”.

Um campo ainda pouco explorado e que tem muito potencial para contribuir para a obtenção de informações sobre transformações paleo-ambientais, bem como para a interpretação de contextos arqueológicos no que remete à domesticação, ao manejo e à utilização das plantas pelas pessoas ao longo do tempo, é a arqueobotânica, especialmente por meio do estudo de fitólitos.<sup>21</sup> Assim, por meio de estudos em escala microestratigráfica tem-se

---

<sup>21</sup> Fitólitos são “corpos silicosos [...] constituídos de sílica amorfa e [que] se formam dentro do tecido das folhas ou na epiderme em algumas famílias de plantas [...]” (SALGADO-LABOURIAU, 2007, p. 91).

uma nova possibilidade para a identificação de continuidades e mudanças nos sítios conchíferos com e sem cerâmica.

Análises isotópicas têm se revelado muito profícuas no sentido de proporcionar informações acerca de mobilidade e dieta no passado, cada vez mais deve-se investir nesse sentido. Contudo, outro problema que se impõe para o contexto da Ilha de Santa Catarina é que apenas quatro sítios que contêm vestígios cerâmicos Itararé foram objetos de escavações arqueológicas sistemáticas, sendo que três deles remetem a pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1950 e 1960. Considerando os avanços nas técnicas de escavação, nos métodos de coleta de amostras que possibilitam diferentes análises e a necessidade de uma leitura mais acurada da estratigrafia desse tipo de sítio, há que se investir na realização de intervenções em sítios pesquisados anteriormente (a fim de refinar os dados produzidos) e em sítios ainda não estudados.

Assim, para além de informações complementares a estudos prévios, novas intervenções possibilitarão, certamente, obter informações mais refinadas acerca da cronologia, a qual é de suma importância no sentido de compreendermos as continuidades e mudanças ao longo do tempo e no espaço. Até o presente momento apenas são conhecidas informações cronológicas acerca de três sítios com cerâmica Itararé de um total de 12 (Tabela 6.1).

Para as futuras escavações, é imprescindível fazer uso de estratégias metodológicas que privilegiem uma leitura detalhada dos processos de formação do registro arqueológico (SCHIFFER, 1988, 1996), tanto no que diz respeito aos componentes culturais quanto naturais. Assim, contando com uma leitura detalhada da estratigrafia associada às informações cronológicas, torna-se possível compreender de forma mais clara as atividades desempenhadas pelas pessoas no passado sob uma perspectiva diacrônica – continuidade e mudança – que resultaram na deposição cultural, bem como ampliar o conhecimento sobre o paleoambiente e sobre as ações recentes (culturais e naturais) que têm impactado os sítios.

Nesse sentido, o uso, por exemplo, de protocolos de coleta e amostragem para distintos tipos de materiais, em níveis micro e macro, é fundamental para viabilizar análises tecnológicas, isotópicas, sedimentares, botânicas, antracológicas, entre outras, bem como para a realização de comparações entre sítios. Considerando que a maior parte das pesquisas em contextos conchíferos com e sem cerâmica Itararé foi realizada entre as décadas de 1950 e 1970, a aplicação de novas técnicas de análise de materiais pode ser prejudicada por diversos motivos (diferenças e transformações de métodos de pesquisa em campo, amostragem, ausência de informações na documentação primária ou a falta dela, problemas de conservação de coleções desde a coleta até o presente).

No que diz respeito às feições doliniformes localizadas no Morro dos Índios, sul da Ilha de Santa Catarina, os dados reunidos até agora indicam que se trata de formações naturais que não foram ocupadas preteritamente. Contudo, não é possível descartar a possibilidade de que existam vestígios arqueológicos nesse local. Considerando a dificuldade de acesso e as condições para permanecer no local por um longo período, é necessário investir em métodos que cubram uma área maior, também em subsuperfície, em menor tempo. Uma perspectiva interessante seria investir na obtenção de leituras estratigráficas por meio de georradar (GPR) ou magnetômetro, por exemplo, associada à realização de pequenas intervenções para verificar as anomalias que venham a ser identificadas. Outra possibilidade diz respeito à obtenção de uma série de amostras de solo a fim de efetuar análises sedimentológicas ou geoquímicas visando perceber variações na composição destas e sua distribuição espacial.

Portanto, contribuições no sentido de fomentar o debate acerca da presença de povos Jê meridionais na Ilha de Santa Catarina demandam, necessariamente, a redefinição de estratégias metodológicas e de concepções teóricas. Tomar os grupos que ocuparam os contextos em que há cerâmica Itararé na ilha enquanto entidades isoladas, estanques, tendo como elemento aglutinador a identidade étnica pautada nesse tipo não parece ser um caminho profícuo. Por outro lado, ao investir no estudo das interações sociais entre os diferentes agentes envolvidos ao longo do tempo, percebendo continuidades e mudanças, semelhanças e diferenças, vislumbra-se a possibilidade de se entender sob uma ótica distinta a complexidade inerente ao processo de ocupação do litoral central catarinense como um todo no período anterior à invasão europeia.

# Arqueologia Guarani no litoral central de Santa Catarina: o sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho e a presença indígena na Ilha de Santa Catarina nos séculos XVI e XVII<sup>1</sup>

Isabela da Silva Müller

No ano de 2013, chegou ao Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC), a informação oral da existência de um sítio arqueológico contendo cerâmica vinculada à tradição arqueológica Tupi-Guarani localizado na região nordeste da Ilha de Santa Catarina. Na época estava em curso o projeto “Florianópolis arqueológica”, coordenado pelo professor Dr. Lucas Bueno. Ao tomar conhecimento da informação, a equipe do projeto decidiu visitar o sítio a fim de verificar a possibilidade de realização de uma pesquisa mais detalhada em âmbito intrassítio neste local. O sítio arqueológico foi, então, identificado, delimitado e pesquisado pela equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA), com a realização de atividades de campo entre os anos de 2013 e 2014, e desde então, com atividades em laboratório.

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado com base na pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão de curso da autora denominado *Arqueologia Guarani no Litoral Central de Santa Catarina: estudo de caso do sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho (TRV)*, ano de 2015 (MÜLLER, 2015). A pesquisa com a temática continuou na pesquisa de mestrado desenvolvida e defendida no ano de 2019 (MÜLLER, 2019).

Contando com apoio financeiro decorrente do “Florianópolis arqueológica”, foi possível estudar esse sítio arqueológico no contexto dos demais sítios com ocupações distintas propostas para a região (Ilha de Santa Catarina), além de proporcionar um diálogo interessante com os demais sítios de ocupação Guarani na região sul brasileira. O Travessão do Rio Vermelho (TRV, como foi denominado), ainda, nos reservou mais surpresas: a presença de uma ocupação humana Guarani nos séculos XVI e XVII concomitantemente à presença europeia na região; além de ter sido o primeiro sítio arqueológico dessa ocupação estudado acadêmica e amplamente na região do litoral central catarinense, apresentando um contexto mais bem definido. A partir da perspectiva que apresenta a arqueologia como uma história indígena de longa duração, para essa pesquisa inédita, foi proposta uma ocupação Guarani na região que se insere no panorama macrorregional desse movimento na região sul, onde o litoral central e norte catarinense possuiria as datações mais recentes desse movimento. Além disso, foram analisadas possibilidades de pesquisa e perspectivas, uma vez que as discussões não se encerraram.

## 7.1 Arqueologia Guarani e interdisciplinaridade

Partindo do pressuposto de que a arqueologia é uma ciência humana e social e busca decifrar questões do passado no presente (CORREA, 2013), pode-se estabelecer que qualquer posicionamento do pesquisador perante o discurso desse passado é político e, portanto, impacta uma série de medidas estabelecidas em torno desse passado (nesse sentido, é possível refletir sobre o empoderamento dos discursos e histórias e de seus locutores) (COLWELL-CHANTAPHONPH, 2009). Assim, a orientação de compreender a arqueologia enquanto história indígena de longa duração baseada na *longue durée* proposta por Braudel (1958, 1992), busca refletir sobre um passado indígena brasileiro e, em especial na região sul brasileira, que ultrapassou fronteiras geopolíticas atuais. Essa abordagem permite pensar em usos e organizações do território (ZEDEÑO, 1997) por diversas populações ao longo de diferentes tempos, pensar *territorialidade*, *tecnologia*, e, para os antepassados das populações Guarani atuais, sua expansão, movimentação pelo seu território (que alcançou em extensão desde a região do Paraguai ao Uruguai e, no Brasil, dos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo ao Rio Grande do Sul), contatos e interação com outros grupos, manejo do espaço e meio ambiente, organizações sociopolíticas e demais expressões da cultura.

Etnograficamente bem conhecidas, essas populações foram as primeiras a contatar os europeus nos séculos XV e XVI na região sul brasileira. Nas últimas

décadas vê-se cada vez mais esforços dos pesquisadores em compreender a arqueologia Guarani de modo amplo (a partir, muitas vezes, de enfoques regionais) enquanto um movimento maior, pensada conjuntamente na região sul da América do Sul. Os trabalhos sobre essa temática tiveram início na década de 1960 a partir dos trabalhos vinculados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), responsável pela construção de um primeiro panorama da diversidade de sítios arqueológicos e cultura material existentes no território nacional (DIAS, 1995) e que teve como seu representante em Santa Catarina Walter Fernando Piazza (1965a, 1967). As décadas seguintes reviram aportes teórico-metodológicos (a partir da década de 1980), também relacionados a movimentos estrangeiros de repensar a arqueologia e a produção do conhecimento sobre o passado. Nesse movimento de abertura e diversificação de aportes teórico-metodológicos, podemos sublinhar os trabalhos de Brochado (1989), Soares (2004), Monticelli (2007), Schmitz (1988, 1999), Noelli (1993, 1999/2000), e posteriormente: Dias (2003), Bandeira (2004), Lino (2007), Milheira (2010), Carbonera (2008) – sendo os quatro últimos em contextos do estado de Santa Catarina. Bandeira pesquisou a problemática arqueológica Guarani no litoral norte do estado, enquanto Lino e Milheira, a porção do litoral sul. Novos trabalhos e parcerias, como em Bonomo *et al.* (2014) e em Noelli, Milheira e Wagner (2014), vêm sendo ampliados e impulsionados.

Brochado (1989) apresentou as chamadas *migrações dos Tupi-Guarani* baseado em evidências etnográficas, linguísticas e arqueológicas e construiu um modelo de centro de origem e dispersão geográfica dos falantes do tronco Tupi pela América do Sul por meio, também, dos estudos da linguística, em especial da glotocronologia. Afirmava-se que os falantes do tronco Tupi teriam se diferenciado há aproximadamente 5000 anos AP, e que a separação da família Tupi-Guarani teria se dado há 2500 anos AP. Como trabalho consequente desse período, seguiram outros, entre os quais o de Francisco Noelli (1994), cujo modelo aponta para uma identidade prescritiva Guarani no sul brasileiro proveniente de tal dispersão, a qual afirma ser anterior aos dados glotocronológicos que devem ser comparados e reavaliados diante das datações radiocarbônicas. Essas datações são muito mais antigas do que imaginavam os etnólogos que propuseram uma expansão rápida e próxima da chegada dos europeus. Assim, os Tupi já estariam dispersos pelo Brasil há 1900 anos em áreas muito distantes entre si e dos centros de origem propostos (NOELLI, 1994). Sobre essa discussão, as informações e propostas têm sido refinadas e atualizadas, como no trabalho já citado de Bonomo *et al.* (2014), e cada vez mais as pesquisas buscam o olhar interdisciplinar, combinando arqueologia, etnografia, etno-história, etnobotânica, linguística, por exemplo, para compreender a dinâmica da história Guarani em sua prescritividade nos mais diversos aspectos concernentes ao grupo.

## 7.2 As pesquisas arqueológicas no sul do Brasil e o estado da arte no litoral central catarinense

Na arqueologia, os vestígios conhecidos relacionados à ocupação Guarani (do tronco linguístico Tupi e família Tupi-Guarani) se distribuem nos estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e nos vizinhos Paraguai (em sua região oriental), Argentina (em maior parte, na região nordeste desta) e Uruguai (NOELLI, 1999, 2000). Atualmente, encontramos aproximadamente um total de 1777 sítios arqueológicos associados à ocupação Guarani (BONOMO *et al.*, 2014). Sabe-se que por maiores que sejam os esforços, nem sempre é possível ter o número exato, e ainda há os sítios arqueológicos pesquisados por meio da arqueologia empresarial, cuja informação nem sempre se encontra tão acessível no meio acadêmico. Desse conjunto, a maior parte está identificada nas regiões adjacentes do Rio Guaíba, posteriormente no Alto Uruguai, Alto Paraná e então na costa atlântica e Lagoa dos Patos (BONOMO *et al.*, 2014, p. 5).

Quanto às datações absolutas, ao todo são 250 amostras datadas, já acrescidas as duas datações do sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho, que será explorado e problematizado adiante; a data mais antiga está registrada no sítio arqueológico Fazenda Dona Carlota 2 a  $2010 \pm 75$  AP (C14) no estado do Paraná, enquanto a mais recente, no sítio Lagoa Seca (também localizado no estado do Paraná), com  $205 \pm 80$  AP (C14) (BONOMO *et al.*, 2014, p. 8). Além disso, pode-se dizer que, com as informações compiladas até o momento, as datações conhecidas estão nas regiões dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. O Paraguai apresenta um grande potencial para sítios arqueológicos dessa ocupação, no entanto, a sua amostragem é pouquíssima ainda e não apresenta datações até hoje. Ainda, olhando a região sul da América do Sul de forma geral, as datações mais antigas tendem a estar a oeste, enquanto que as mais recentes, no litoral, embora as informações obtidas hoje não permitam ter clareza desse quadro. No entanto, mesmo com dados escassos, é possível propor modelos de expansão Guarani ao longo desse território, como esse realizado por Bonomo *et al.* (2014). Por exemplo, espera-se que as datas mais antigas para o estado de Santa Catarina estejam em sua região oeste, mas há algumas delas contemporâneas no litoral, para as quais, novamente, falta-nos detalhamento.

Ainda, segundo o trabalho de Bonomo *et al.* (2014), os vetores obtidos dessa expansão coincidem com o mapa hidrográfico da área (muitos dos assentamentos Guarani estavam próximos a cursos d'água). Durante os primeiros três séculos de nossa era, a evidência mais antiga aparece na Bacia do

Rio da Prata, e então na confluência dos rios Paraná e Iguaçu. Entre 1650 AP e 950 AP (contando com 25 sítios e 35 datações), observar-se-ia um momento de estabilidade, com a permanência de áreas ocupadas e poucas dispersões para novas áreas. Concomitantemente há um aumento nas áreas já ocupadas na confluência dos rios Paraná e Iguaçu, na bacia do Ivaí, no Rio Uruguai e na média bacia do Rio Jacuí. As novas áreas estão restritas aos pontos mais ao sul; e finalmente, ao fim desse milênio, tem início a ocupação da costa atlântica.

Entre 950 AP e 170 AP (contando com 198 datações absolutas para 117 sítios arqueológicos e com cinco sítios contendo material de origem europeia), a ocupação cresce nas áreas já ocupadas, com um aumento significativo de datas para as regiões dos rios Paraná e Iguaçu, bacia do Paranapanema, Rio Ivaí, bacia do Rio Jacuí, Alto Uruguai, costa atlântica de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e na parte norte da província de Corrientes na Argentina. As novas áreas, nesse período, compreendem a costa norte de Santa Catarina (com os sítios Poço Grande e Tapera), o Rio Miranda (tributário do Paraguai), o Alto Uruguai em direção ao Rio Pelotas, Rio Iguaçu, Lagoa dos Patos, Bacia Camaquã, bacia do Rio Cebollatí, o Médio e Baixo Uruguai, o delta do Paraná e o Rio da Prata. Por fim, de 950 AP em diante, com a crescente densidade de sítios em todas as áreas ocupadas, também é possível observar pulsos de dispersão em todas as direções: observa-se movimento a oeste e leste do Rio Miranda, para a costa atlântica do Brasil e Uruguai; em um segundo momento, para as galerias de florestas e os baixos cursos dos rios Paraná e Uruguai e nos braços do Rio da Prata. Essa dinâmica de mobilidade foi, então, transformada drasticamente no começo no século XVI, coincidindo com aqueles deslocamentos causados pela conquista e colonização luso-hispânica. E nessa mesma linha de raciocínio, é necessário que compreendamos a dinâmica de uso do espaço por diferentes populações ao longo do tempo e sua interação.

Em outra proposta de levantamento, publicada também no ano de 2014 por Noelli, Milheira e Wagner, pode-se observar, para o litoral catarinense, a seguinte composição: de 200 sítios identificados, são poucos aqueles que possuem datações, apenas 16, incluindo o sítio Travessão do Rio Vermelho. O litoral sul do estado ainda é aquele mais explorado nas pesquisas no que tange à temática Guarani. Em geral, as datações mais antigas encontram-se nessa região. No litoral norte, o sítio arqueológico Poço Grande possui uma das datações mais recentes. Noelli, Milheira e Wagner (2014) consideram que a porção entre os municípios de Biguaçu e o sul de Joinville revela ainda poucas evidências além dos sambaquis, sendo, pois, de fundamental importância o levantamento das planícies e dos baixos vales que deságuam nos oceanos, a exemplo dos rios Tijucas, Itajaí e Itapocu, praticamente ignorados até então.



É importante elencar também que os sítios arqueológicos<sup>2</sup> publicados da região do litoral central estão concentrados, em sua maior parte, na Ilha de Santa Catarina, sendo que a parte continental dessa área carece de estudos mais aprofundados.<sup>3</sup> Compreende-se enquanto região do litoral central do estado a faixa entre os municípios de Porto Belo e Garopaba, abaixo da barra do Itapocu ou enseada da Barra Velha. Para a região do litoral central catarinense, a pesquisa mais atualizada com esse levantamento é a de Müller (2019): a partir dos levantamentos bibliográficos de Bueno *et al.* (2015), Noelli, Milheira e Wagner (2014) e dos sítios arqueológicos identificados na pesquisa dos arquivos do IPHAN/SC chegaram ao número de 48 os sítios arqueológicos Guarani conhecidos até o momento.

É importante destacar a localização dos sítios arqueológicos pouco pesquisados ainda nas cidades de Paulo Lopes, Palhoça, Garopaba e Governador Celso Ramos, no litoral central. No levantamento realizado por equipe vinculada à UFSC no então recém-criado Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, na qual estavam Alroino B. Eble e Maria José Reis, divulgado no ano de 1976 (EBLE; REIS, 1976) por exemplo, estão identificados diversos tipos de sítios arqueológicos, incluindo os chamados “manchas pretas” – cujos contextos devem ser retomados e mais bem identificados.

No entanto, para a região da Ilha de Santa Catarina, com um olhar mais detalhado, a equipe do LEIA/UFSC pôde refinar as informações no âmbito do projeto “Florianópolis arqueológica”<sup>4</sup> (BUENO *et al.*, 2015). Analisando a reunião de sítios arqueológicos com ocupação Guarani desse levantamento, compreende-se a importância e a necessidade do olhar debruçado e contextualizado, pois cada região apresenta suas particularidades geográficas, de produção científica,

---

<sup>2</sup> Muitos desses registros não se encontram cadastrados no banco de dados nacional do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNSA/IPHAN), uma vez que este está desatualizado em sua consulta de modo público. Para obter um levantamento de todos os sítios arqueológicos registrados (vinculados a pesquisas de contrato ou acadêmicas), a pesquisa deve ocorrer com os registros físicos localizados nas Superintendências Regionais do IPHAN (aquela de Santa Catarina está localizada na cidade de Florianópolis) e na central do instituto (em Brasília).

<sup>3</sup> Evidências de cerâmica da tradição Tupi-Guarani foram encontradas na área continental dos municípios de São José e Florianópolis, por exemplo, mas sua localização exata não foi alvo de estudo. Vale destacar que a especulação imobiliária da região, bem como o seu rápido crescimento urbano nas últimas décadas causou, sem dúvidas, a destruição de muitas dessas evidências. A região continental, ainda, e principalmente ao longo dos grandes empreendimentos, como a rodovia BR-101 (entre outros), é alvo de diversas pesquisas em Arqueologia de Contrato/Preventiva.

<sup>4</sup> Em convênio com a Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina, esse projeto originou a escavação realizada do sítio arqueológico TRV, problematizado a seguir. Nesse projeto, ainda, podem ser acessadas todas as referências utilizadas e problematizadas.

de trajetória na arqueologia. Na Tabela 7.1, apresentamos o resultado para os sítios arqueológicos contendo vestígios Guarani:

Tabela 7.1 – Sítios arqueológicos Guarani na Ilha de Santa Catarina

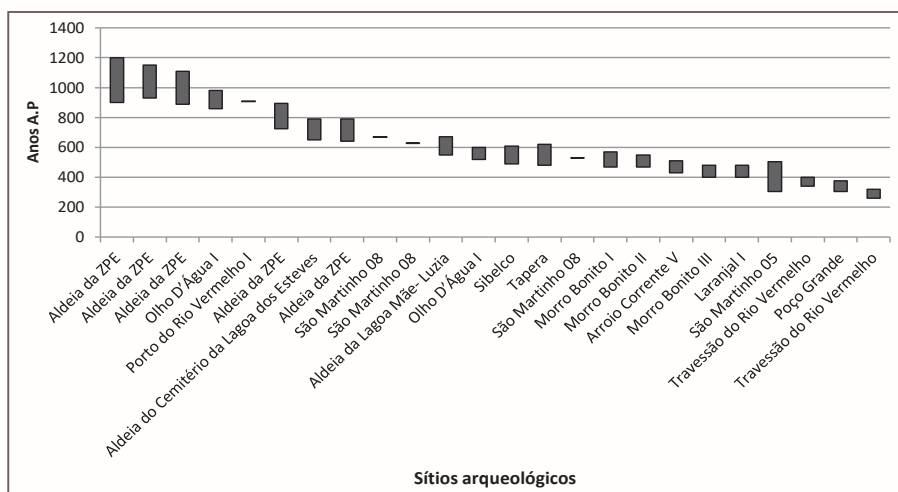
Nome	Coordenada	Sigla	Tipologia	Datação/ Método
Costeira do Pirajubaé	22J 744651,26 6939545,376 WGS 84	CPJ	Cerâmico Guarani	-
Dunas da Joaquina	22J 751639 6941536 WGS 84	-	Lítico com cerâmica Guarani	-
Dunas da Lagoa VI	22J 751288,141 6943382,145 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Dunas do Pântano do Sul I	22J 745114,673 6924686,193 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Dunas do Pântano do Sul II	22J 745041,255 6924729,789 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Dunas do Pântano do Sul V	22J 745052,325 6924633,153 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Estação Florestal IV	22J 753656,88 6952326,07 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Lagoa do Peri I	22J 744787,535 6930226,963 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Lagoa do Peri II	22J 745214,261 6930135,176 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Lagoinha do Rio Tavares	22J 749250 6938525 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Lagoinha do Rio Tavares II	22J 748655,681 6937814,973 WGS 84	-	Cerâmico Guarani	-
Naufregados II	22J 740205,125 6918806 WGS 84	NFG 2	Conchífero com cerâmica Guarani	-
Ponta da Caiacanga-Açu I	22J 738906 6926707 WGS 84	PCG 1	Cerâmico Guarani	-
Porto do Rio Vermelho I	22J 754433 6953082 WGS 84		Conchífero com cerâmica Guarani	910 AP
Tapera	22J 739674,392 6935046,207 WGS 84	TAP	Conchífero com cerâmica Itararé e Guarani	550 AP
Travessão do Rio Vermelho	22J 756372 6957075 WGS 84	TRV	Cerâmico Guarani	290 ± 30 AP; 370 ± 30 AP
Valda I	22J 756502 6960293 WGS 84	VLD	Cerâmico Guarani	

Fonte: Elaborado por Isabela da Silva Müller, adaptado de Bueno *et al.* (2015).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Posicionamento teórico-metodológico distinto daqueles visualizados anteriormente foi adotado ao longo desse projeto. Buscaram-se categorias arqueológicas que distinguíssem tipologia de sítio arqueológico com sua ocupação. Dessa forma, a ocupação étnica vinculada

Observa-se, então, que o sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho, objeto deste estudo, apresenta a datação radiocarbônica mais recente,  $290 \pm 30$  AP, entre os demais (Porto do Rio Vermelho I e Tapera). Interessante que esse é o único sítio datado que contém apenas uma ocupação (Guarani). Os demais, Porto do Rio Vermelho I e Tapera, são sítios conchíferos que em algumas de suas camadas apresentaram material cerâmico Guarani<sup>6</sup> – cujos contextos também devem ser pesquisados mais a fundo. Florianópolis apresenta vestígios de distintas ocupações ao longo do tempo, e urge pesquisas mais profundas em torno da temática Guarani e o estudo contextual tomando todos os sítios já conhecidos da região (estudos sistemáticos). Ainda, observou-se que a ocupação do sítio TRV é praticamente contemporânea àquela de Poço Grande (de  $340 \pm 35$  AP/TL),<sup>7</sup> no litoral norte do estado. Assim, o gráfico a seguir (Figura 7.1) foi elaborado para melhor análise temporal da ocupação Guarani no litoral catarinense com base nas informações obtidas em Noelli, Milheira e Wagner (2014) e em Bueno *et al.* (2015).

Figura 7.1 – Datações para sítios arqueológicos Guarani no litoral catarinense



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis em dezembro de 2015 para Müller (2015).

a cada um dos locais registrados encontra-se a critério do pesquisador e de sua interpretação. No entanto, suas características físicas estariam elencadas nesse levantamento. Além disso, foram desfeitas confusões com relação à nomenclatura dos sítios e suas siglas, bem como, com a revisitação dos sítios, foram atribuídas coordenadas geográficas a cada um deles (nem sempre presentes nos registros anteriores, por consequência, naqueles levantamentos).

<sup>6</sup> No geral, conforme mencionado anteriormente, os objetos de pesquisa na região têm-se debruçado mais sobre os conchíferos, em sua maior parte sambaquis.

<sup>7</sup> A informação da datação de Poço Grande foi reorganizada no levantamento contido em Noelli, Milheira e Wagner (2014).

A partir desse panorama para o litoral central de Santa Catarina, vê-se a necessidade de pesquisas que tragam um melhor detalhamento para os contextos presentes e o aprofundamento do conhecimento produzido acerca da ocupação Guarani na região. Observa-se a profusão de sítios arqueológicos, porém os contextos ainda não foram bem explorados, e se requerem ainda cronologias regionais bem definidas. Ainda, é necessário aprofundamento de pesquisas sobre os usos do território e a interação entre as distintas populações Guarani num *tekohá* (NOELLI, 1993), bem como com os povos Jê e construtores dos sambaquis para permanecer avançando no debate acerca dessa história indígena de longa duração.

### 7.3 O sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho (TRV)

Esse sítio foi alvo de intervenções em superfície e subsuperfície durante os anos de 2013 e 2014, as quais contemplaram a abertura de áreas amplas. O sítio foi descoberto por um morador local após retirada de *Pinus elliottii* e chuvas intensas. Esse morador procurou a arqueóloga responsável pelo Setor de Arqueologia do MARQUE, Me. Luciane Scherer, a qual direcionou a situação para o LEIA. O LEIA incorporou as intervenções no sítio e a discussão sobre arqueologia Guarani na região ao projeto “Florianópolis arqueológica”.

O sítio encontra-se na localidade do bairro Rio Vermelho (ou São João do Rio Vermelho) (coordenadas 22J 756372 6957075 WGS 84), na região nordeste da Ilha de Santa Catarina, próximo ao Parque Estadual do Rio Vermelho (Figura 7.2). Encontra-se assentado sobre depósito eólico do Pleistoceno Superior, em colina de vertente suave, encaixada entre o cordão de dunas atuais que se estende desde a Barra da Lagoa até os Ingleses e a serra que corta a ilha de norte a sul. Próximo ao sítio localiza-se a nascente do Rio Vermelho, que corre em direção à Lagoa da Conceição (BUENO, 2015, p. 5).

Figura 7.2 – Localização do sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho em relação à ilha e à compartimentação topográfica (dunas, serra, Lagoa da Conceição e nascente do Rio Vermelho)



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis no *software* QGIS (2020), com base em Bueno *et al.* (2015) e ESRI (2020).

A área conhecida do sítio arqueológico foi, então, dividida em áreas A e B: na área A, foi feita coleta de material cerâmico em superfície; e, na área B, foram abertas áreas amplas de escavação em três setores, sendo que os esforços maiores foram concentrados na área B2, de onde maior quantidade de material foi coletada e foram encontradas três possíveis estruturas de combustão com conchas.

Trata-se de um sítio raso, cujo pacote arqueológico possui aproximadamente 30 cm de profundidade. A maior parte do material coletado é cerâmico, contando também com amostras de carvão, material lítico e conchas. Das possíveis estruturas de combustão, duas amostras de carvão foram datadas, e foram obtidos os seguintes resultados:  $290 \pm 30$  AP e  $370 \pm 30$  AP.<sup>8</sup> Ou seja, nos séculos XVI e XVII, conta-se com a presença indígena Guarani na ilha, contemporânea à presença europeia. É essa problemática que devemos explorar aqui com maior ênfase.

<sup>8</sup> Para a amostra TRV463, o Beta Analytc Inc. identificou:  $370 \pm 30$  AP, Cal AP 490 a 310. Para a amostra TRV403, o laboratório indicou:  $290 \pm 30$  AP, Cal AP 440 a 350.

O material cerâmico do TRV foi trabalhado em pesquisa de mestrado da autora pela Universidade de São Paulo (USP) (MÜLLER, 2019) de forma macro e microscópica, mas algumas caracterizações já puderam ser feitas no âmbito de vigência do projeto “Florianópolis arqueológica”: o material cerâmico é aquele que predomina na área escavada, sua grande maioria é composta por fragmentos que compunham vasilhames com tratamento plástico corrugado e uso de antiplástico mineral, comuns para demais sítios arqueológicos com cerâmica Guarani também. No entanto, esse contexto se torna específico e particular ao analisarmos o material cerâmico com os demais materiais presentes, o que foi possibilitado pela forma de escavação adotada.

O que esse sítio arqueológico nos explicita é a presença indígena Guarani na ilha durante os séculos XVI e XVII. Há de se manter em mente que o período do “contato” europeu com os indígenas brasileiros nos séculos XV e XVI provocou diversas rupturas e fragmentações na dinâmica dessas populações. A região das Missões é bem conhecida desse processo e possui vasta documentação escrita. Sabemos que os Guarani circulavam pelo litoral catarinense e dominavam o território pelo menos nos quinhentos anos que precederam a chegada europeia. No litoral central, possuímos as quatro datações de sítios arqueológicos para a Ilha de Santa Catarina (observadas na Figura 7.1). Essas datações são provenientes dos sítios arqueológicos Travessão do Rio Vermelho (como já mencionado), Porto do Rio Vermelho I e Tapera. No entanto, faltam detalhamentos e pesquisas mais aprofundadas com o enfoque nessa ocupação, bem como nas regiões adjacentes a Florianópolis – há um campo muito fértil para esses estudos.<sup>9</sup> São sítios localizados em regiões planas e próximos a cursos d’água, como observado por Bonomo *et al.* (2014) e nos relatos etno-históricos conhecidos.

## 7.4 Etnografia e etno-história: sobre a presença Guarani no litoral de Santa Catarina

Para a região e período propostos, há relatos de viajantes<sup>10</sup> que se estabeleceram por determinado tempo ou passaram pelo litoral central e deixaram registros escritos acerca da presença indígena, como Cabeza de Vaca e Hans Staden. São encontrados registros europeus acerca dos “Carijós” ou

---

<sup>9</sup> Esse trabalho, por exemplo, foi ampliado em pesquisa de mestrado da autora (MÜLLER, 2019).

<sup>10</sup> Em publicação anterior (MÜLLER, 2014), a autora menciona outros relatos conhecidos para a região e viajantes.

“Carios” (SANTOS, 2004), para os quais apenas no ano de 1528 é empregado o termo “Guarani”, nome dado por europeus, na carta de Luiz Ramires. Certamente, o primeiro contato realizado entre “brancos” e “índios” na região central do estado foi com indígenas Guarani, o que foi vastamente divulgado nas cartas e relatos de viajantes em um período em que a Ilha de Santa Catarina, por exemplo, anteriormente chamada Ilha dos Patos, era utilizada como porto por navegadores, em especial os relacionados à coroa espanhola. O viajante que pode ter sido o mais conhecido foi Cabeza de Vaca.

Posteriormente, para a região da ilha, esses registros estariam mais relacionados aos movimentos de conhecimento do território português, e à preocupação inicial em ocupá-lo (a fim de evitar ocupação espanhola) e obter maior controle da região do Prata. Então, o contato com bandeirantes, em geral paulistas e caboclos (LOHN, 2004, p. 29), também gerou registros. Da mesma forma, os registros são encontrados nos documentos e relatos militares, a partir de uma colonização intencional da coroa portuguesa a fim de garantir a ilha contra inimigos. Uma colonização mais efetiva veio apenas com a tentativa de trazer as famílias açorianas para o litoral. Na citação de Brighenti (2012) apresentada acima, encontramos a expressão bastante comum “Caminho do Peabiru” quando se trata de encontrar registros da presença Guarani nesses relatos. O imaginário acerca do Caminho para o Pacífico, da “Terra da Cocanha”, que tantos viajantes perseguiram, é fortalecido pela associação, em muitos momentos, realizada por teóricos com relatos da busca pela “Terra sem Mal” pelos indígenas Guarani. Posteriormente, o caminho pelo interior de Santa Catarina com destino a Lages também foi auxiliado por meio das frentes indígenas (SANTOS, 2004, p. 16-17).

Em grande parte da historiografia produzida para o contato aqui analisado, enfatiza-se a presença Guarani nas Missões Indígenas implantadas na região sul e novamente enfatizam sua “docilidade” e “passividade” frente à expansão colonizadora. A receptividade indígena é constantemente descrita, sendo que quase não foram encontrados registros nos quais o confronto direto e de violência física nesses primeiros momentos são mencionados:

[...] Os europeus que chegaram ao litoral de Santa Catarina entraram em contato apenas com os Carijó. Em 1549, Hans Staden passou pela Ilha de Santa Catarina, e encontrou um espanhol vivendo com eles. É de Staden o primeiro mapa do litoral de Santa Catarina. (SANTOS, 2004, p. 16-17).

Clovis Brighenti (2012, p. 9) afirma, em seus estudos, que a estratégia adotada pelos Guarani com o não indígena não fora a de confronto. Auxiliaram com alimentos, caminhos e nominaram os lugares e as coisas. Foram disputados pelos escravocratas e jesuítas nos séculos XVI e XVII. A população do litoral

catarinense foi praticamente extinta e, ao perceberem que os não indígenas não eram confiáveis, optaram pelo distanciamento; se faziam invisíveis, preferiram as matas e as migrações como forma de permanecer Guarani. A partir da década de 1970, com a crescente devastação da Floresta Atlântica, os Guarani foram violentamente atingidos, segundo ele, aumentando as migrações e os acampamentos nas margens das rodovias.

É muito propício observar que, atualmente, as comunidades indígenas residentes nas Terras Indígenas Massiambu, Morro dos Cavalos, Cambirela (no município de Palhoça), M'biguaçu, Mymba Roka e Itanhaé (no município de Biguaçu) na grande Florianópolis (BRIGHENTI, 2012; DARELLA, 2004) possuem trajetórias históricas diretamente relacionadas ao impacto europeu na região no século XVI, e as populações descendentes dos Guarani pré-coloniais foram relegadas à periferia do grande centro político e turístico do estado: Florianópolis. Atualmente são compostas por lideranças indígenas muito ativas perante o restante da sociedade e que, através da primeira turma formada no ano de 2015 no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na UFSC, buscam distintas formas de fortalecer sua agência e aspectos culturais de sua história e comunidade. Contamos ainda com registros de uma profusão de sítios arqueológicos presentes na região de Massiambu, sítios arqueológicos cuja ocupação ainda não foi detalhada no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e ao longo do município de Palhoça. Com relação à identificação de espaços ocupados pelos “Carijó” nos relatos de viajantes, levantou a antropóloga Maria Dorothea Post Darella (2004):

O “Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes”, de Nimuendaju (IBGE, 1987), identifica a ocupação costeira dos Carijó entre o Rio Grande do Sul e São Paulo no século XVI. Da estada de Sebastião Caboto, na década de 1520, foram citadas as aldeias Riberacô, Tiguá, Tameubre, Trinoga e Abeçapecaú na Ilha de Santa Catarina (Boiteux, 1912:119). Duas décadas após, o viajante alemão Hans Staden anotou que os índios Guarani estavam abandonando a Ilha, assim como a área continental, onde se situava a aldeia Acutia. Ambas, Ilha e aldeia foram por ele desenhadas quando dessa estada [...]. (DARELLA, 2004, p. 131).

Valendo-se, também, de Boiteux (1912), a arqueóloga Teresa Fossari (2004) refere-se à mesma passagem para identificar a localização das aldeias citadas pelos viajantes com a localização dos sítios arqueológicos com ocupação Guarani conhecidos hoje (o que, de fato, tem relação) – regiões nordeste, leste e sul da Ilha de Santa Catarina no geral, tal como se pode observar na citação a seguir.



Os Guarani pré-coloniais instalaram seus assentamentos nas proximidades da Lagoa da Conceição, Praia dos Ingleses, Rio Tavares, Pântano do Sul, Ribeirão e outras localidades. Na época dos primeiros contatos esta população estaria distribuída, segundo Boiteux (1912) [apoiando-se em carta de Luiz Ramirez, cronista da expedição de Sebastião Caboto que aportou na Ilha no século XVI], em umas cinco aldeias denominadas de Riberaco, Tigua, Tameubre, Trinoga e Aboçapecau. (FOSSARI, 2004, p. 86).

Sobre a localização dessas aldeias citadas por Boiteux, encontramos certa equiparação com as informações trazidas pela arqueologia. Os sítios identificados com a cerâmica de *tradição Tupi-Guarani*, considerados de ocupação Guarani, encontram-se nas regiões sul, sudeste e leste da ilha, bem como no entorno da Lagoa da Conceição. Nota-se que o sítio Travessão do Rio Vermelho (TRV) está na região nordeste da ilha. E mesmo coleções provenientes de museus, como a coleção Carlos Berenhauer,<sup>11</sup> são provenientes dessas regiões e localidades, conforme indicado no mapa abaixo:

Assim, ao mencionar a presença Guarani no litoral, também se fala sobre sua saída e gradativa incursão ao interior, devido à presença europeia cada vez maior na região. Alguns dizem, inclusive, que no século XVIII não existia mais indígenas na ilha (BOITEUX *apud* DARELLA, 2004, p. 131). Podemos, pois, confrontar essas informações com aquelas produzidas a partir da pesquisa do sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho – o qual demonstra a presença indígena Guarani na localidade e uso daquele espaço por aproximadamente cem anos, junto à presença europeia. Podemos refletir acerca da agência indígena, e pensar que até o século XVII a incursão europeia pelo interior da ilha não foi muito evidente. Os pequenos povoados europeus que passaram a ser formados estavam à beira do mar.

Ainda, sobre a dinâmica entre europeus e indígenas no litoral central e a fragmentação cultural advinda da “conquista” europeia:

Cabral (1987) menciona várias expedições que aportaram ou naufragaram na costa catarinense nos séculos XVI e XVII, período no qual ocorreram diversificados contatos com os Carijó/Guarani. Embora haja relatos de alianças sociais e políticas entre europeus e índios Guarani, hostilidade e crueldade foram as marcas que inscreveram a história do contato, intensificando-se com o passar do tempo o tráfico de nativos como escravos, ação rechaçada pelos jesuítas. Mosimann (2002) e Noelli (2004), fundamentados nos registros do século XVI, acentuam a importância do vale do rio Massiambu (parte continental frontal ao

---

<sup>11</sup> Comerciante e colecionador da cidade de Desterro ao longo da década de 1950, sobre o qual falamos no Capítulo 2.

sul da Ilha de Santa Catarina) para os Guarani em razão da economia, baseada na agricultura e na pesca. A desembocadura do rio Massiambu [...] denominava-se Porto dos Patos, importante atracadouro da época e a partir de onde se efetivaram contatos entre viajantes e os Guarani (Mosimann, 2002:101). (DARELLA, 2004, p. 131).

De qualquer forma, conforme Ladeira (*apud* DARELLA, 2004, p. 134):

Acentua Ladeira (1992:58): A literatura etnográfica e histórica, farta no século XVI com relação aos índios da costa Atlântica, menos de um século após a conquista, contribui com seu silêncio sobre os povos remanescentes do litoral, para a divulgação da seguinte crença: todos os índios da costa brasileira teriam desaparecido – dizimados, misturados à população branca ou refugiando-se para o interior. Assim teria se garantido a posse do território costeiro à nova sociedade dominante.

Na contramão dessa forma de discurso, e por uma história indígena de longa duração, faz-se necessário revisões, articulações em movimento através da interdisciplinaridade com o intuito de alcançar melhores níveis de esclarecimento acerca de tal história, ou histórias. As problemáticas que o sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho suscita talvez sejam apenas um exemplo das possibilidades e questões que podem envolver a temática, já que é apenas um sítio que está sendo problematizado e analisado com profundidade. Ou seja, as perspectivas podem ser as mais variadas.

## 7.5 Discussão

Os registros europeus não contemplam os detalhes da cultura, distribuição no território ou mesmo o contato com essas populações. No século XVIII, pode-se dizer que esses indígenas não se encontravam mais na ilha, enquanto os colonizadores sim, fundando povoados e vilas na chamada Desterro? O que houve com essas populações indígenas? Foram ao continente em fuga? Como? Muitos foram dizimados por confronto físico ou mesmo por doença? Sabemos da existência de grupos Guarani atuais em terras indígenas no continente ao longo do litoral catarinense, como as Terras Indígenas Morro dos Cavalos, Massiambu e M'Biguaçu (nos municípios de Palhoça e Biguaçu/SC), as quais possuem trajetória contextualizada nos trabalhos antropológicos realizados (DARELLA, 2004). O sítio arqueológico Travessão do Rio Vermelho, enquanto um dos locais com datação mais recente para a presença Guarani no litoral (junto a Poço Grande, em Joinville, por exemplo), é emblemático também neste sentido: oferece-nos a oportunidade de compreender o contato

com os europeus e início de uma abrupta intensificação no processo de depopulação indígena no sul do Brasil de modo geral.

Esse sítio arqueológico também é considerado importante perante a atual situação de presença de datações nos sítios do litoral central: enquanto Porto do Rio Vermelho I e Tapera (ambos sítios conchíferos com presença da cerâmica de tradição Tupi-Guarani) apresentam respectivamente as datações de 910 AP e 550 AP (C14), um recuo temporal relativamente grande para essa presença no litoral sul brasileiro, Travessão do Rio Vermelho possui datas recentes. Podemos nos questionar: a presença Guarani ao longo desse período (do ano 900 a 300 AP) é constante, como propõem os modelos para a expansão Guarani em um território? Apesar de os grupos mudarem de local dentro do seu território de domínio, e de expandirem seu território “guaranizando” muitos grupos ao longo do caminho (NOELLI, 1999/2000), a ocupação Guarani na ilha foi constante ao longo de sete séculos? Ainda, podemos pensar que a localização do sítio TRV era estratégica? Afinal, encontra-se entre o cordão de dunas e o morro da Lagoa da Conceição.

Como podemos falar de contato dos grupos Guarani com os demais grupos que ocuparam o território litorâneo central e que em determinados períodos certamente coexistiram na região? Por exemplo, como foi o contato com grupos sambaquieiros, com construtores dos sítios conchíferos e sítios “rasos” da região, e aqueles falantes do tronco Jê, dos chamados grupos Jê meridionais? Certamente, necessitamos refinar as datas e pesquisas arqueológicas para a região, a fim de explorar mais esses caminhos e debater com os demais registros etno-históricos e etnográficos. Necessita-se refinar as datações dos demais sítios arqueológicos, e refinar metodologias utilizadas para percorrer as nuances do registro arqueológico e da história indígena de longa duração nesse território.<sup>12</sup>

## 7.6 Considerações finais e perspectivas

Assim, sabe-se que, como o Travessão do Rio Vermelho, há uma profusão de sítios arqueológicos conhecidos dos quais podemos extrair problemáticas importantes para o estudo e divulgação do conhecimento de uma história indígena de longa duração na Ilha de Santa Catarina e região. Percebe-se, também, a necessidade de cronologias regionais mais bem identificadas. E como esse sítio ainda demanda muitos questionamentos, muitos dos sítios e

---

<sup>12</sup> Todos esses questionamentos também foram levantados no trabalho de conclusão de curso da autora (MÜLLER, 2015).

coleções conhecidos também demandam que sejam revisitados e trabalhados a partir de novas abordagens. O período do “contato” europeu e anterior a ele é um exemplo disso. As fontes etnográficas e a historiografia devem ser confrontadas, e a arqueologia enquanto ciência humana pode oferecer importantes discussões e elementos para isso.

## Florianópolis marcada na pedra: amoladores-polidores fixos e representações rupestres

Thiago Pereira

Dentre os sítios identificados em Florianópolis, destacam-se os sítios líticos do tipo amoladores-polidores fixos e representações rupestres. Tais sítios geralmente possuem fácil acesso e são muito conhecidos pela população local, despertando diferentes interpretações, tanto provenientes da academia como da população em geral. Este capítulo apresentará os dados relacionados aos amoladores-polidores fixos e representações rupestres identificados e registrados ao longo do projeto “Florianópolis arqueológica”.

Neste texto trataremos brevemente dos problemas encontrados durante o registro desses sítios, abordando em seguida cada sítio individualmente, para depois apresentar alguns problemas particulares de cada tipo de sítio. Em seguida, discorreremos sobre a relação da população com essas duas categorias de sítios arqueológicos e apresentaremos algumas ações e medidas que poderiam ser tomadas para estimular a preservação e novas pesquisas desses sítios.

Para o desenvolvimento deste capítulo, foram utilizados os dados do Relatório Final do projeto “Florianópolis arqueológica”, de abril de 2015, além de nova consulta à bibliografia utilizada na etapa pré-campo, citada ao final do texto.

Quanto aos registros de sítios de amoladores-polidores fixos e inscrição rupestre houve bastante dúvida sobre como delimitar a extensão desses sítios em campo. Quando a equipe do “Florianópolis arqueológica” estava em campo, diversas vezes nos questionamos: onde começa e onde termina um

sítio com inscrições rupestres ou com oficinas líticas? Seriam os limites do sítio definidos somente pelos contornos da rocha ou afloramento no qual foram realizados? A proximidade espacial e visibilidade entre um e outro tipos de vestígio seria um critério para agrupá-los em um mesmo sítio? Poderíamos ou deveríamos definir uma distância padrão entre esses tipos de registro para estabelecer sua conexão e registro como um ou dois sítios? Seria essa distância um raio arbitrário de 30 metros, e todas as marcas dentro dessa área seriam o mesmo sítio? Se estiverem mais longe, então trata-se de outro sítio? E amoladores-polidores que estão a poucos metros de um sítio de inscrição rupestre seriam o mesmo sítio? Quanto aos sítios de representação rupestre, isso também acontece. Onde começa e onde termina uma representação? Que consequências isso pode ter para a preservação desses sítios? Se há um limite físico que parece óbvio à primeira vista, ele não é assim tão claro ao pesquisador, pois sabe-se que as atividades que deixaram essas marcas na pedra não se limitam somente à marca, elas incluem seu entorno, seu contexto, sua paisagem e se conectam com outros ambientes e deixam outros vestígios que podem ser imperceptíveis na superfície a olho nu.

Pelas características físicas desses sítios, é muito difícil delimitar sua extensão ou definir como se conectam com outros sítios. A localização da maior parte desses dois tipos de sítio se encontra protegida de ameaças decorrentes da expansão urbana na ilha, em áreas de preservação ambiental, o que nos garante, por enquanto, maior liberdade para delimitar sua extensão sem correr o risco de fragilizar sua proteção, como pode ocorrer em outros tipos de sítio. Assim, não houve uma padronização com relação à distância entre vestígios para a delimitação dos sítios, sendo cada caso avaliado pela equipe de campo individualmente. Um contexto exemplar dessa situação ocorre com o conjunto de sítios localizados na Praia do Santinho. O sítio Santinho III é composto por duas concentrações, que distam entre si 30 metros, e está registrado como apenas um sítio. Já o Santinho IV compreende três concentrações, distantes 15 metros umas das outras. Outro caso são os sítios situados na Ponta do Caçador, Praia da Galheta. Ali há pelo menos cinco registros diferentes, feitos em períodos distintos e por diversos pesquisadores em uma área de aproximadamente 14 mil metros quadrados. Alguns eram registros duplicados (mesmo sítio com nomes diferentes) ou continham informações de outras marcas e representações que não haviam sido registradas por pesquisadores anteriores. Nesse caso, por exemplo, analisamos a documentação e os trabalhos realizados na área, o que nos permitiu entender o que foi registrado por cada pesquisador em cada período. Assim, para evitar uma duplicação de registro, colocaram-se as concentrações mais próximas em um mesmo sítio, separando-as pelo tipo de vestígio e pela visibilidade direta, ou seja, quando uma pessoa em pé consegue de um ponto ver os dois vestígios.

Toda a área da Ponta do Caçador é protegida legalmente por estar dentro de uma área de proteção federal,<sup>1</sup> portanto, o registro de um ou mais sítios na mesma área não prejudica também a proteção do patrimônio arqueológico. As delimitações foram realizadas pensando na composição, disposição espacial dos vestígios e na proteção legal desses espaços. Assim, o limite desses sítios é uma indicação espacial de localização e proximidade, e os conjuntos não devem ser interpretados como possuindo uma unidade cronológica, técnica ou cultural.

Além do limite dos sítios, houve situações em que não foram encontrados os sítios registrados, seja por mudanças na paisagem, naturais e antrópicas, entre a data em que fora registrado e o período da pesquisa, seja pelo fato de os registros anteriores trazerem pouca informação quanto à localização. Outros sítios, localizados em ilhas adjacentes, demandavam uma logística mais complexa, difícil de ser obtida e, portanto, também não foram visitados pela equipe. Esses aspectos serão abordados ao longo do texto.

Por fim, dos sítios levantados pelo projeto, 44 são do tipo amolador-polidor fixo e 27 são de representações rupestres, respondendo, juntos, por 30% do conjunto levantado pelo projeto.

## 8.1 Amoladores-polidores fixos

Oficina lítica é a denominação atribuída a locais/espacos onde foram realizadas atividades de produção, retoque e manutenção de instrumentos de pedra por grupos humanos que ocuparam a região e que deixaram vestígios dessas atividades. Em Florianópolis, o registro mais comum e conhecido encontra-se na forma de amoladores-polidores fixos (GASPAR; TENÓRIO, 1990; TENÓRIO, 2003). O termo “fixo” é utilizado para excluir os artefatos móveis que podem ser utilizados para polir também (SOPHIATI, 2010).

Conhecidas como bacias de polimento, pedras de polir, estações ou oficinas líticas (AMARAL, 1995; SOPHIATI, 2010), e popularmente como panela ou prato de bugre,<sup>2</sup> trata-se de marcas deixadas sobre suportes de rocha durante o processo de fabricação de artefatos de rocha por meio de abrasão

---

<sup>1</sup> Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

<sup>2</sup> Rohr chega a sugerir o processamento de alimentos nesses locais usando a nomenclatura de “moinhos de bugre”, mas Amaral constata que a disposição dos sítios próximos a locais constantemente banhados pelo mar ou com posições muito inclinadas não seriam próprios para tal atividade (AMARAL, 1995, p. 11). “Bugre” é um termo preconceituoso cunhado pelos colonizadores para se referir genericamente a diversas populações indígenas da região Sul com quem tiveram contato e que ainda é usado para se referir a indígenas.

(polidos). A técnica que gera esses registros é basicamente um processo de abrasão de duas rochas – uma maior, fixa, que é o suporte (amolador-polidor), e uma menor, que é a matéria-prima para criar um objeto, com adição de areia e água para gerar atrito. Estão relacionados exclusivamente à produção e manutenção de artefatos de pedra (AMARAL, 1995) e osso (COMERLATO, 2005b).

Apesar desse tipo de sítio ocorrer em diversos locais no país, as maiores concentrações litorâneas desses registros estão na Ilha de Santa Catarina, no estado de Santa Catarina, e em Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro (TENÓRIO, 2003). Os suportes rochosos, locais onde esses amoladores-polidores são feitos, são geralmente matacões, lajes e intrusões de rochas muito comuns no litoral. A tendência da implementação dessas marcas é em rochas básicas, como diabásio, que é abundante na região litorânea e em matacões provavelmente pela facilidade de se posicionar para utilizá-los como suporte (SOPHIATI, 2010, p. 47-60).

Além do tipo de rocha de suporte, a escolha dos locais dos amoladores-polidores pode ter sido motivada também pela presença de recursos, por possibilitarem uma visão ampla da área, por serem protegidos do vento, ou por serem locais estratégicos que não conflitavam ou que colaboravam com outras atividades cotidianas como a preparação e manutenção de embarcações (GASPAR; TENÓRIO, 1990; AMARAL, 1995; TENÓRIO, 2003; COMERLATO, 2005a, 2015).

Nos sítios da ilha, as marcas deixadas pelo processo envolvem áreas abradidas ou polidas na rocha com formas côncavas (Figura 8.1), côncavo-convexas (Figura 8.1 e Figura 8.2) ou sulcos (Figura 8.3). Essas formas diversas estariam relacionadas com os gestos aplicados pelas pessoas que os fizeram durante o processo de polimento para obter diferentes resultados durante a produção ou manutenção de artefatos. Encontram-se por vezes isoladas ou em grandes concentrações em lajedos ou matacões (rochas soltas). Em Florianópolis, todos os registros conhecidos se localizam próximos ao mar. Os artefatos frequentemente associados a esses locais envolvem machados polidos, zoólitos e adornos de pedra ou artefatos em osso, como anzóis e adornos.

É importante lembrar que artefatos feitos com materiais orgânicos que tenham menor durabilidade também podem ter feito parte dos artefatos relacionados com esses locais, como por exemplo artefatos em madeira ou em fibras vegetais.



Figura 8.1 – Polidores côncavos, cobertos parcialmente com areia, e côncavo-convexos em um mesmo suporte, sítio Ponta do Caçador I, Praia da Galheta



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.2 – Polidores côncavo-convexos em matacão, sítio Ponta do Gravatá, na Praia do Gravatá



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.3 – Concentração de sulcos amoladores no sítio Ingleses I, Praia dos Ingleses



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Como mencionado, foram levantados 44 sítios do tipo amolador-polidor fixo na etapa pré-campo. Posteriormente, durante a etapa de campo do projeto, foram recadastrados 39 sítios, (Tabela 8.1). Vale destacar que a maior parte dos sítios está na porção leste da ilha, com vista para o oceano Atlântico.

Tabela 8.1 – Sítios do tipo amolador-polidor fixo recadastrados

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Quantidade de marcas registradas
Base Aérea II	739507 6936552	Caiacanga-Mirim II (FOSSARI, 2004)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b, 2004), Rohr (1959), Sophiati (2010)	22 marcas
Ingleses I	759986 6961754		Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b, 2004), Sophiati (2010)	200 marcas
Ingleses III	756687 6965014	Lítico Ingleses/Brava (BETTANIN, 2008)	Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010)	2 marcas
Lagoinha de Ponta das Canas II	755085 6967855	SC LF 32	Amaral (1995), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b, 2004), Sophiati (2010)	21 marcas

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Quantidade de marcas registradas
Lagoinha de Ponta das Canas III	754220 6967943	Lagoinha de Ponta das Canas II (BETTANIN, 2008)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Fossari (2004), Sophiati (2010)	4 marcas
Lagoinha do Leste I	748131 6925793	LGL I	Inédito <sup>3</sup>	2 marcas
Matadeiro I	746837 6927127	MTD I; FLN 005; SC.LE95 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1987, p. 11)	Fossari <i>et al.</i> (1987), Bettanin (2008), Sophiati (2010)	2 marcas
Matadeiro II	748233 6926672	MTD II	Inédito <sup>4</sup>	1 marca
Morro das Aranhas II	759243 6959170	Morro das Aranhas I (COMERLATO, 2005a), SC LF 22 (FOSSARI, 1989)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Fossari (1989, 2004), Sophiati (2010)	14 marcas
Morro do Gravatá I	753131 6943095	MGT I; FLN 117 (CNSA); SC LF 64 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989, p. 40); Oficina Lítica Praia Mole II (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989, p. 40; AMARAL, 1995, p. 32)	Fossari <i>et al.</i> (1987), Amaral (1995), Farias e Kneip (2010)	2 marcas
Naufregados I	740327 6918611	Naufregados II (FOSSARI, 1989; BETTANIN, 2008; SOPHIATI, 2010)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Fossari (1989), Sophiati (2010)	80 marcas
Oficina Lítica das Orquídeas	742112 6943226		Farias e Kneip (2010)	1 marca
Pântano do Sul III	745662 6924256	PTS III; Oficina Lítica Praia do Pântano do Sul II, SC LF 99 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989, p. 22); Oficina Lítica Pântano do Sul II (AMARAL, 1995, p. 36); Praia do Pântano do Sul II (ATLAS, 2004); Pântano do Sul II (SOPHIATI, 2010)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Fossari (1989, 2004), Sophiati (2010)	1 marca
Pântano do Sul V	745602 6924020	PTS V; Oficina Lítica Praia do Pântano do Sul III, SC-LF-100 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989: 24; AMARAL, 1995: 38), Praia do Pântano do Sul III (BETTANIN, 2009, p. 195); Pântano do Sul III (SOPHIATI, 2010, p. 157-158)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Fossari (1989), Sophiati (2010)	15 marcas

<sup>3</sup> Segundo o Sr. Rodrigo Dalmolin, existem outros polidores na mesma área, os quais deveriam estar encobertos pela areia ou sob a água quando do nosso reconhecimento em campo. Bettanin (2008, p. 180) relata a existência de amoladores-polidores fixos no canto sul da Praia da Lagoinha do Leste, evidências que não foram localizadas pela equipe. Portanto, o presente registro remete a vestígios diferentes daqueles mencionados por Bettanin (2008).

<sup>4</sup> A existência deste sítio foi comunicada pelo Sr. Rodrigo Dalmolin ao IPHAN. A arqueóloga Luciana Ribeiro foi a responsável pelo registro.

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Quantidade de marcas registradas
Piscinas da Barra III	755217 6947560		Bettanin (2008)	1 marca
Ponta da Armação III	746371 6927948	PAR III; SC-LF-94; Ponta da Armação II (ATLAS, 2004; BETTANIN, 2008, p. 174)	Atlas (2004), Bettanin (2008), Rohr (1974)	18 marcas
Ponta de Caiacanga-Açu II	738498 6926636		Bettanin (2008), Fossari (1989)	3 marcas
Ponta das Canas III	753574 6967295	SC LF 34	Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988a, 2004), Sophiati (2010)	Não realizada contagem
Ponta do Caçador I	754636 6945321	PCD I; FLN 070; FLORIANÓPOLIS 45. Estação Lítica com Outro Material Arqueológico (ROHR, 1984, p. 119); SC-LF-65 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1988, p. 44); Oficina Lítica Ponta do Caçador IV (AMARAL, 1995, p. 31); Ponta do Caçador V (SOPHIATI, 2010, p. 140)	Amaral (1995), Fossari (1988), Rohr (1984), Sophiati (2010)	290 marcas
Ponta do Caçador IV	754716 6945287	PCD IV; FLN 073; SC-LF-68 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1988, p. 50); Oficina Lítica Ponta do Caçador V (AMARAL, 1995, p. 31); Ponta do Caçador III (SOPHIATI, 2010, p. 142)	Amaral (1995), Fossari (1989), Sophiati (2010)	44 marcas
Ponta do Caçador V	754728 6945294	PCD V; Ponta do Caçador VII (FOSSARI, 2004, p. 280); Ponta do Caçador IV (BETTANIN, 2008, p. 126; SOPHIATI, 2010, p. 138)	Bettanin (2008), Fossari (2004), Sophiati (2010)	34 marcas
Ponta do Gravatá	753264 6942983	PGT; FLN 119; Praia do Gravatá I (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989, p. 42; BETTANIN, 2008, p. 135; SOPHIATI, 2010, p. 145); Oficina Lítica Praia do Gravatá I (AMARAL, 1995, p. 32)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1989), Sophiati (2010)	54 marcas
Praia Brava I	756049 6965975	SC LF 31; Oficina Lítica Praia Brava I (AMARAL, 1995)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1989, 2004), Sophiati (2010)	9 marcas
Praia da Caieira I	740343 6921006		Inédito <sup>5</sup>	1 marca

<sup>5</sup> O sítio foi identificado pelo Sr. Rodrigo Dalmolin, que informou a equipe acerca da sua existência.

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Quantidade de marcas registradas
Praia da Galheta I	753785 6944813	PGL I	Inédito	1 marca
Praia da Joaquina III	751916 6941240		Amaral (1995), Atlas (2004a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b), CNSA	83 marcas
Praia dos Açores I	743301 6923603	PAC I	Inédito <sup>6</sup>	1 marca
Praia Grande II	758758 6957563	Moçambique I, Moçambique II (BETTANIN, 2008)	Bettanin (2008)	Não realizada contagem
Prainha da Barra I	754620 6947289	FLN 102 (CNSA); Prainha da Barra (I), SC-LF-72 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1987, p. 61); Oficina Lítica Prainha da Barra II (AMARAL, 1995, p. 30)	Amaral (1995), Fossari <i>et al.</i> (1987)	71 marcas
Prainha da Barra II	754585 6947339	Oficina Lítica Prainha da Barra III (AMARAL, 1995, p. 30); Prainha da Barra II (BETTANIN, 2008, p. 99); Prainha da Barra II (SOPHIATI, 2010, p. 126)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010)	3 marcas
Prainha da Barra III	754584 6947384	Oficina Lítica Prainha da Barra I (AMARAL, 1995, p. 29-30); Prainha da Barra III (BETTANIN, 2008, p. 93); Prainha da Barra III (SOPHIATI, 2010, p. 128)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010)	3 marcas
Rio da Lagoa I	754438 6947194	FLN 096; SC-LF-69 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1987, p. 52); Oficina Lítica Rio da Lagoa I (AMARAL, 1995, p. 28); Oficina Lítica Barra da Lagoa I (FOSSARI, 2004, p. 282); Rio Lagoa I (BETTANIN, 2008, p. 113)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Fossari <i>et al.</i> (1987), Fossari (2004), Sophiati (2010)	79 marcas
Rio da Lagoa II	754468 6947209	FLN 097; SC-LF-70 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1987, p. 57); Oficina Lítica Rio da Lagoa II (AMARAL, 1995, p. 30); Oficina Lítica Barra da Lagoa II (FOSSARI, 2004, p. 282); Rio da Lagoa II (BETTANIN, 2008, p. 107); SOPHIATI, 2010, p. 132); Rio da Lagoa III (BETTANIN, 2008, p. 110; SOPHIATI, 2010, p. 134)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Fossari <i>et al.</i> (1987), Fossari (2004), Sophiati (2010)	63 marcas

<sup>6</sup> O sítio foi identificado pelo Sr. Rodrigo Dalmolin, quem informou a equipe acerca da sua existência. Existe a possibilidade de outras evidências estejam soterrados, pois há blocos/matações de diabásio sob a areia da praia.

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Quantidade de marcas registradas
Rio da Lagoa III	754496 6947341	FLN 098 (CNSA), SC-LF-71 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1987, p. 59); Oficina Lítica Rio da Lagoa III (AMARAL, 1995, p. 29); Oficina Lítica Barra da Lagoa III (FOSSARI, 2004, p. 282)	Amaral (1995), Fossari <i>et al.</i> (1987), Fossari (2004)	Não realizada contagem
Rio da Lagoa IV	754502 6947470		Amaral (1995), Sophiati (2010)	14 marcas
Santinho III	759921 6960996	SC LF 24 (FOSSARI, 1988a); Santinho II (BETTANIN, 2008)	Amaral (1995), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988), Rohr (1969), Sophiati (2010)	Mais de 100 marcas
Santinho VII	760092 6961039		Fossari (2004)	70 marcas
Vera Muccillo	749558 6963663		Comerlato (2005a)	10 marcas

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Entre os sítios amoladores-polidores fixos identificados na bibliografia, cinco não foram visitados pela equipe: três estão localizados em ilhas e dois não foram encontrados: Ponta das Canas IV e Ponta do Lessa II (Tabela 8.2). De acordo com Bueno *et al.* (2015), o sítio Ponta das Canas IV seria composto por um amolador-polidor no costão entre a Praia de Ponta das Canas e a Praia da Lagoinha. Esse sítio foi registrado por Comerlato em 2003 (CNSA, 2021; COMERLATO, 2005b). Segundo a pesquisadora, estaria a 42 metros do sítio de inscrição rupestre Ponta das Canas III, porém não foi identificado o amolador-polidor registrado. Há a possibilidade de que tenha sido coberto por areia da praia devido aos ciclos marinhos que alteram constantemente a linha da praia. O sítio Ponta do Lessa II também não foi identificado na visita da equipe ao local, sendo possível que os sulcos estejam cobertos pelo sedimento do sítio conchífero Ponta do Lessa I. As coordenadas aqui presentes para esses sítios são aproximadas a partir da bibliografia.

Tabela 8.2 – Sítios do tipo amolador-polidor fixo não recadastrados pela equipe durante etapa de campo

Sítio	Coordenada central aproximada. WGS 84, zona 22J	Outras denominações	Bibliografia	Status
Arvoredo VI	760632 6978401		Fossari (1988a), Farias e Kneip (2010), CNSA	Não visitado
Ilha do Francês II	749431 6964771		Atlas (2004a), Farias e Kneip (2010), CNSA	Não visitado
Ilha Irmã do Meio I	743716 6918231		CNSA	Não visitado
Ponta das Canas IV	753896 6968029		Comerlato (2005), Farias e Kneip (2010)	Não encontrado
Ponta do Lessa II	744147 6947740	Rio Lessa II (AMARAL, 1995)	Amaral (1995), Beck <i>et al.</i> (1969), Beck (2007)	Não encontrado

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Em geral, os sítios de amoladores-polidores fixos são bem conhecidos pela população local e possuem certa visibilidade por se tratar de uma alteração humana que se destaca na paisagem. É comum que moradores locais os reconheçam e saibam relacionar sua existência com instrumentos de pedra polida. Muitas concentrações e ocorrências estão em lugares de fácil acesso ou perto de vias de pedestres.

No norte da ilha, por exemplo, o sítio Ingleses I, que é a segunda maior concentração desse tipo de registro em Florianópolis, foi musealizado com a construção de uma passarela de madeira ao longo da área onde se encontra o sítio (Figura 8.4), além da colocação de placas explicativas no local. Como observado por Sophiati (2010, p. 113), algumas das marcas ficaram embaixo da passarela, não sendo mais visíveis aos visitantes.

Figura 8.4 – Passarela sobre o sítio Ingleses I, na Praia dos Ingleses



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

E quem deixou esses registros? Pela natureza dos amoladores-polidores é difícil atribuir a autoria diretamente. Contudo, diversas hipóteses podem ser formuladas a partir de estudos prévios. Alterações em superfície de rochas não são passíveis de datações com métodos que temos disponíveis atualmente, e os artefatos produzidos pela técnica de polir uma rocha em outra são encontrados em sítios associados a diferentes ocupações ao longo do tempo, sendo encontrados em sambaquis Jê e Guarani. É necessário pesquisar a ligação entre esses sítios que têm por elo os artefatos que provavelmente foram feitos nesses locais e depois levados para outros sítios. Sem mais pesquisas fica difícil atribuir a um grupo ou período específico a sua autoria. Como enfatiza Sophiati (2010, p. 27), “cabe ressaltar que a região carece de novas pesquisas, não sendo descartada a hipótese de que esta tenha sido habitada por outros grupos ou por diferentes grupos no mesmo espaço de tempo”.

Para Gaspar e Tenório (1990), que realizaram pesquisas no litoral do estado do Rio de Janeiro, a distribuição e associação com sítios próximos ligaria a confecção desses registros com grupos caçadores-coletores-pescadores do litoral, que podem também estar relacionados com a construção dos sítios conchíferos conhecidos como sambaquis. Fossari (2004), que trabalhou em diversos sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina, sugere que os amoladores-polidores podem ter sido realizados por grupos Jê, tendo em vista



a proximidade entre os sítios caracterizados principalmente pela presença de cerâmica atribuída a esses grupos nos quais são identificados também artefatos líticos polidos.

Amaral (1995, p. 18), que realizou um levantamento sistemático desse tipo de sítio no município, pontua que “tais ocorrências, poderiam estar relacionadas a grupos culturalmente contemporâneos explorando o mesmo recurso tecnológico ou, ainda, grupos culturalmente diferenciados”. Sophiati (2011), que pesquisou especificamente esse tipo de registro arqueológico em Florianópolis, diz que não é possível fazer uma associação dos sítios de amoladores-polidores a qualquer grupo que tenha ocupado a Ilha de Santa Catarina somente com as informações que temos hoje. Em sua dissertação, a autora constata que há de se despendar bastante tempo para deixar esse tipo de marca e, portanto, não é provável que os amoladores-polidores tenham sido concebidos por um grupo que tivesse alta mobilidade.

Vale mencionar que esses locais podem ter sido visitados, utilizados e transformados por diversos grupos ao longo do tempo, constituindo lugares significativos na paisagem que propiciam o contato, ainda que indireto, entre diferentes populações. Nesse caso, os sítios podem ser resultado de múltiplas ocupações, com a existência de uma verdadeira estratigrafia entre as marcas deixadas na pedra.

Assim como anteriormente citei o problema da associação espacial dos amoladores entre si, há também o problema da espacialidade entre os amoladores e outros sítios. Há que se trabalhar em pesquisas que nos deem uma compreensão melhor de como esses sítios de amoladores estão relacionados temporalmente com outros tipos de sítios (como sítios de caçadores-coletores-pescadores/sambaquis, sítios associados a grupos Guarani ou Jê) para entender como eles estavam sendo usados ao longo do tempo. Como visto acima, um dos elos para fazer essa conexão podem ser justamente os artefatos polidos que são encontrados em outros sítios arqueológicos.

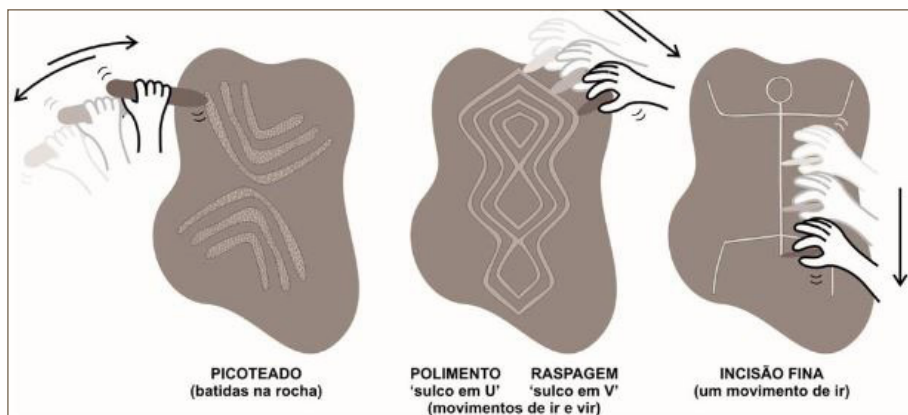
## 8.2 Representações rupestres

Os sítios de representação rupestre (COMERLATO, 2005a) – também denominados na bibliografia como inscrições rupestres (FOSSARI, 2004), arte rupestre (CNSA, 2021), sinalização rupestre (FOSSARI *et al.*, 1989; ATLAS, 2004; BETTANIN, 2008) e gravura rupestre (FARIAS; KNEIP, 2010) – são locais onde há marcas feitas intencionalmente sobre a superfície de rochas, definindo formas variadas. Essas representações são feitas por meio de técnicas de picoteamento e abrasão (polimento, raspagem e incisão fina). As

técnicas empregadas para execução de amoladores-polidores e representações rupestres têm alguma semelhança: envolvem a abrasão de uma rocha com outro artefato até que esta fique com uma marca (Figura 8.5). Assim, é interessante notar que para a confecção das representações rupestres seriam necessárias ferramentas que, porventura, poderiam ter sido confeccionadas nestes locais que denominamos de sítios amoladores-polidores fixos.

Sobre os artefatos utilizados para realizar as representações rupestres, Comerlato (2005a, p. 57) diz que “dependendo da técnica de confecção, poderiam ser utilizados diferentes instrumentos líticos: ferramentas com gumes, lascas, buris; percutores e picões; polidores.” A pesquisadora também destaca que “o granito, apesar de abundante no litoral central, devido às suas características estruturais, localização e aparência, não foi escolhido como suporte para as representações gráficas” (COMERLATO, 2005a, p. 59).

Figura 8.5 – Desenho esquemático das “Técnicas de confecção das gravuras do litoral catarinense”



Fonte: Comerlato (2005a, p. 77).

Até o momento, esse padrão de representação é único na costa brasileira e se concentra no litoral central do estado de Santa Catarina (COMERLATO, 2005a). Em Florianópolis, sítios de representação rupestre estão espacialmente localizados em pontos próximos ao mar e em ilhas adjacentes à Ilha de Santa Catarina, por vezes isolados ou em concentrações, não havendo nenhum sítio conhecido desse tipo na porção oeste da Ilha. Ainda que soe óbvio, devido à localização espacial desses sítios, não há dúvidas que teriam sido feitos por grupos com ligação com o mar. Conforme mencionamos acima, é digno de nota uma certa convergência em termos de distribuição espacial entre sítios amoladores-polidores fixos e sítios com representação rupestre. Nesse caso, cabe a pergunta: isso está relacionado a

uma associação cultural/comportamental entre ambos ou seria derivado da disponibilidade dos suportes?

O levantamento bibliográfico do projeto “Florianópolis arqueológica” identificou 27 sítios de representação rupestre na região de Florianópolis. Lembrando que as características dessas representações não permitem que sejam datadas diretamente com as técnicas atuais, assim como no caso dos amoladores-polidores fixos. Não é possível dizer quando a superfície de uma rocha foi alterada. Assim as chamadas concentrações, áreas onde diversos grafismos estão próximos espacialmente, não indicam que tenham sido feitos no mesmo período ou sequer pela mesma população. Juntar diversos grafismos em concentrações ou sítios é um procedimento aplicado para suprir a necessidade legal de delimitar um achado arqueológico para fins de pesquisa, localização e proteção do bem arqueológico. O significado da sua composição, localização e, possivelmente, das suas associações, deve ser buscado por pesquisas sistemáticas sobre o tema ou região. Durante a etapa de campo, foram visitados e recadastrados 17 sítios, dos quais três correspondem a sítios inéditos (Tabela 8.3). Os sítios não visitados serão explicados mais adiante.

Tabela 8.3 – Sítios do tipo representação rupestre recadastrados

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Tipos de marcas
Inglese IV	756744 6965239		Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010)	Representações do tipo “ampulheta dupla”
Matadeiro III	748290 6926582		Inédito <sup>7</sup>	Padrão esquemático (traços circulares e linhas poligonais paralelas)
Morro das Aranhas I	759292 6959060	Morro das Aranhas II (COMERLATO, 2005), SC LF 21 (FOSSARI, 1989)	Comerlato (2005a), Fossari (1989)	Gravuras polidas na parede de um dique de diabásio e outra polida num bloco ao lado
Morro das Aranhas III	759358 6958903		Inédito <sup>8</sup>	Representação polida

<sup>7</sup> O sítio foi identificado pelo Sr. Rodrigo Dalmolin.

<sup>8</sup> Fomos levados até o registro por Ciro Carlos Melo Couto, coordenador do setor de ecologia do Resort Costão do Santinho. A temática observada foi de “ampulheta dupla” e a representação apresenta bom estado de conservação. Há, no entanto, vegetação crescendo no espaço logo acima dela, o que interfere na visualização e pode estar ocultando um número maior de gravuras que o observado.

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Tipos de marcas
Morro do Gravata II	753067 6943582	MGT II, FLN 118, Praia Mole I, SC LF 63 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989, p. 38), Praia Mole I (FOSSARI, 2004, p. 290, COMERLATO, 2005a, p. 253, BETTANIN, 2008, p. 131), PML (COMERLATO, 2005a, p. 253)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Fossari <i>et al.</i> (1989), Fossari (2004)	Representações em um dique de diabásio
Pântano do Sul IV	745598 6924028	PTS IV, Inscrição Rupestre Pântano do Sul (FOSSARI, 2004, p. 289), PS4 (COMERLATO, 2005a, p. 264)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Fossari (2004)	Conjuntos de representações geométricas, picoteadas
Piscinas da Barra I	754979 6947476		Bettanin (2008)	Uma representação, de padrão geométrico
Piscinas da Barra II	755455 6947424	Prainha da Barra (CNSA; COMERLATO, 2005a)	Comerlato (2005a)	Uma representação, de padrão zoomórfico
Piscinas da Barra IV	755472 6947401	Prainha da Barra (CNSA; COMERLATO, 2005a)	Comerlato (2005a) <sup>9</sup>	Padrões circulares
Ponta das Canas III	753866 6967988		Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010)	Composto por representações do tipo “circunferências com quatro raios” e “linhas poligonais paralelas (zigue-zague)”, polidas
Ponta das Canas V	753594 6967534		Inédito <sup>10</sup>	Representação rupestre composta por linhas onduladas paralelas opostas, polidas
Ponta do Caçador III	754715 6945285	PDC III, FLN 072, SC-LF-67 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1988, p. 48), PCD (COMERLATO, 2005, p. 252), Ponta do Caçador VI (FOSSARI, 2004, p. 290)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Fossari <i>et al.</i> (1988b), Fossari (2004)	Por três representações de padrão geométrico

<sup>9</sup> Comerlato não havia encontrado essa marca, como descrito no registro do CNSA. Por estar em outra face do afloramento onde se encontra o Piscinas da Barra II, foi registrada com outro nome.

<sup>10</sup> Fomos levados até ele pelo Sr. Rodrigo Dalmolin, que certa vez o identificou em passagem pelo local.

Sítio	Coordenada central (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Tipos de marcas
Ponta dos Ingleses I	760420 6962877		Inédito <sup>11</sup>	Representação rupestre composta por figuras do tipo “ampulheta”, circunferências com quatro raios e linhas poligonais paralelas (zigue-zague) polidas e picoteadas
Santinho I	760065 6961040	SC LF 20 (FOSSARI, 1988a), Santinho IV (FOSSARI, 2004)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988a, 2004), Rohr (1969, 1984)	Seis representações isoladas e uma concentração
Santinho IV	760377 6961163	SC LF 25 (FOSSARI, 1988b), Santinho II (COMERLATO, 2005), parte desse sítio é chamado de Santinho III por Bettanin (2008)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b)	Três concentrações de representações
Santinho V	760412 6961172	SC LF 26 (FOSSARI, 1988b), Santinho III (COMERLATO, 2005)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b)	Conjunto de, ao menos, 10 representações polidas e picoteadas
Santinho VI	760437 6961188	SC LF 27 (FOSSARI, 1988b), Santinho III (COMERLATO, 2005)	Bettanin (2008), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010), Fossari (1988b)	Conjunto de gravuras polidas e picoteadas

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

Devido a questões logísticas, não foi possível realizar a visita em 10 sítios de representações rupestres, por estarem localizados nas ilhas adjacentes a Florianópolis (Tabela 8.4).<sup>12</sup> Além disso, quanto aos registros na Ilha do

<sup>11</sup> O sítio foi identificado pelo Sr. Rodrigo Dalmolin.

<sup>12</sup> No ano de 2016, a equipe do LEIA/UFSC esteve na Ilha do Arvoredo, onde visitou alguns sítios arqueológicos, mas não foi possível contemplar todos os sítios conhecidos na área (SALVADOR; REIS; BUENO, 2017). No ano de 2019 foram retomadas pesquisas arqueológicas no Arvoredo, que envolvem ações conjuntas de pesquisadores do LEIA/UFSC, MARQUE/UFSC e ICMBio e cujos dados farão parte do doutoramento de Gabriela Oppitz (Stanford University).

Campeche, o CNSA/IPHAN considera todas as ocorrências de representação rupestre na ilha como um único sítio, mesmo que não estejam espacialmente próximas ou tenham visibilidade entre si. Como não foram visitados no âmbito do projeto, adotamos classificação proposta por Comerlato (2005a) que distingue cinco sítios na ilha. Esses cinco sítios são apresentados na Tabela 8.4 com os nomes e localizações do registro individual feito na pesquisa de Comerlato (2005a), informação que pode ser útil a futuras pesquisas na área. As coordenadas foram estimadas a partir das informações encontradas na bibliografia.

Tabela 8.4 – Sítios do tipo representação rupestre não recadastrados pela equipe durante etapa de campo

Sítio	Coordenada aproximada (WGS 84, 22J)	Outras denominações	Bibliografia	Localização
Arvoredo IV	761484 6977827	FLN 031 (CNSA)	Fossari (1988a), Farias e Kneip (2010)	Ilha do Arvoredo
Arvoredo V	761521 6977736	FLN 032 (CNSA)	Fossari (1988a), Farias e Kneip (2010)	Ilha do Arvoredo
Ilha do Arvoredo II	760342 6901198	Florianópolis 50. Sítio de Sinalizações Rupestres da Ilha do Arvoredo (ROHR, 1984); Arvoredo I (COMERLATO, 2005)	Rohr (1984), Comerlato (2005a)	Ilha do Arvoredo
Conforto	750211 6934143	Ilha do Campeche e FLSN 076 (CNSA)	Comerlato (2005a)	Ilha do Campeche
Ferro Elétrico	750101 6934455	Ilha do Campeche e FLSN 076 (CNSA)	Comerlato (2005a)	Ilha do Campeche
Pedra Preta do Norte	750211 6934438	Ilha do Campeche e FLSN 076 (CNSA)	Comerlato (2005a)	Ilha do Campeche
Pedra Preta do Sul	750078 6933665	Ilha do Campeche e FLSN 076 (CNSA)	Comerlato (2005a)	Ilha do Campeche
Triste	750200 6933867	Ilha do Campeche e FLSN 076 (CNSA)	Comerlato (2005a)	Ilha do Campeche
Ilha das Aranhas Pequena I	760494 6956730		Comerlato (2005a)	Ilha das Aranhas Pequena
Ilha Moleques do Sul	752965 6917220		Rohr (1959)	Ilha Moleques do Sul

Fonte: Bueno *et al.* (2015).

O sítio Ponta da Armação II consiste em um sítio de representações rupestres que se localizava na Ponta das Campanhas, próximo à Praia da Armação do Pântano do Sul. Ainda que exista o registro no CNSA desse sítio, o bloco contendo as evidências arqueológicas foi removido por Rohr (1959, p. 202) e incluído no acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, situado no Colégio Catarinense (Tabela 8.5).

Tabela 8.5 – Sítio removido do contexto original

Sítio	Localização	Bibliografia	Tipos de marcas
Ponta da Armação II	Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr	Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010), Rohr (1959)	Uma representação

Fonte: Bueno *et al.* (2015).


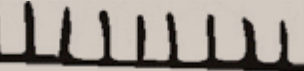




As representações rupestres apresentam diversas formas. Segundo Comerlato (2005a), o primeiro estudo sobre as formas representadas foi feito por Prous e Piazza (1977), os quais as classificaram em quatorze tipos, a partir de desenhos feitos por Rohr (1969). Em sua análise, a autora preferiu realizar uma classificação própria para também contemplar os sítios que foram localizados depois dessas pesquisas, reunindo-os em doze grupos maiores:

Tipo A, pontos, cúpula e sulcos; tipo B, circunferências; tipo C, linhas retas; tipo D, linhas curvas e onduladas; tipo E, triângulos; tipo F, quadriláteros; tipo G, losangos; tipo H, hexágonos; tipo I, figuras sobre eixo; tipo J, linhas retas paralelas em ângulos agudo e obtuso com reflexão de espelho; tipo K, outros; e tipo L, representações humanas.





A partir destas categorias de representação foram analisadas: a variação dos tipos e distribuição dos tipos no conjunto de representações registradas na totalidade e em cada sítio. (COMERLATO, 2005a, p. 65).

No Quadro 8.1, apresentamos alguns exemplos da classificação segundo categorias de representação formuladas por Comerlato (2005a).

Quadro 8.1 – Exemplos de classificação de representações rupestres

<p>A – Pontos, cúpulas e sulcos</p>	A1		Pontos agrupados em faixa ou papel de parede, geralmente no sentido horizontal
<p>B – Circunferências</p>	B10		Três circunferências com o mesmo centro e um ponto central
<p>C – Linhas retas</p>	C4		Linha reta horizontal com pequenas linhas retas verticais em ângulo reto
<p>D – Linhas curvas e onduladas</p>	D3		Conjunto de linhas onduladas paralelas opostas a outro conjunto, formando uma área gráfica, a área entre estas linhas forma polígonos regulares ou irregulares
<p>E – Triângulos</p>	E3		Polígonos cheios de três lados, com vértices alternados, dispostos em faixa ou papel de parede
<p>F – Quadriláteros</p>	F1		Polígono regular de quatro lados com linhas verticais e horizontais internas, formando um quadriculado
<p>G – Losangos</p>	G2		Losangos ligados pelos vértices podendo ter losangos concêntricos ou circunferências em seu interior
<p>H – Hexágonos</p>	H1		Polígonos cheios de seis lados, dispostos em papel de parede



I – Figuras sobre eixo	I1		Polígonos dispostos sobre eixo retilíneo diametral
J – Linhas retas paralelas em ângulos agudo e obtuso com reflexão de espelho	J2		Linhas paralelas em ângulos agudo e obtuso, com reflexão de espelho horizontal ou vertical e repetição do mesmo desenho lateralmente. Pode apresentar variações através da associação de outros subtipos em suas extremidades. Este subtipo é denominado popularmente de “máscara”
K – Outros	K		Representações que apresentam formas geométricas, em geral pouco recorrentes, combinando linhas curvas e retas em motivos fechados e abertos
L – Representações humanas	L8		Representação humana frontal com os membros superiores e inferiores fletidos e representados de forma arredondada

Fonte: Adaptado de Comerlato (2005a, p. 65-72).

Quem fez as representações rupestres? Como visto no tópico sobre os amoladores-polidores, no caso das representações rupestres também não há um consenso entre as hipóteses. Assim como no caso dos amoladores-polidores fixos, não é possível realizar datações diretas e associá-las, com algum momento específico do tempo. Fabiana Comerlato (2005a), em sua tese de doutorado, levantou o histórico de hipóteses sobre o tema. Alguns pesquisadores propõem que os grupos que produziram os sítios do tipo sambaqui teriam também realizado as representações, sendo essa hipótese difundida em diferentes tipos de material informativo e turístico. Há outros que atribuem a autoria das representações aos grupos Guarani, relacionando os sítios de representação com os sítios associados a essas populações.

Contudo, em diversos outros pontos da ilha, diferentes tipos de sítios, associados a grupos distintos (como aos caçadores-coletores-pescadores/sambaquis, aos Jê e aos Guarani), estão próximos das representações rupestres. O critério de proximidade geográfica dos sítios, portanto, não pode ser o único

critério utilizado para identificar a autoria. Ainda com relação aos grupos Guarani, cujos sítios são registrados em grande parte do estado, ressalta-se que não há registros de que estes tenham utilizado blocos de pedra como suporte de representação, além da ausência de vestígios atribuídos aos Guarani nas ilhas do Campeche, Coral e Arvoredo (COMERLATO, 2005a). Com base nisso, a hipótese de que esse grupo seria responsável pelas representações rupestres é descartada por Comerlato (2005a).

Durante a pesquisa realizada no sítio Rio do Meio, no norte da ilha, encontrou-se um fragmento ósseo com uma gravação em padrões geométricos similares a alguns dos motivos identificados nos sítios rupestres. Fossari (2004) associa o sítio, datado em  $770 \pm 60$  AP,<sup>13</sup> a grupos pré-coloniais Jê meridionais, e o fragmento ósseo com os padrões geométricos seria um possível indício da relação entre grupos Jê e as representações rupestres. Há outros trabalhos que associam padrões geométricos em ossos e cerâmicas com as representações rupestres, contudo, Comerlato lembra que:

Os signos geométricos, vistos de maneira individual, não servem como elemento comparativo na definição de estilos, seja na “arte mobiliária” ou nos registros rupestres. Desta maneira, as questões apontadas evidenciam a ausência de elementos suficientes para estabelecer uma ligação direta entre representações rupestres e tipos decorativos em artefatos; muito menos, os referidos ossos gravados foram objeto de estudo específico até o presente momento. (COMERLATO, 2005a, p. 130).

Com as pesquisas realizadas até o momento, não se pode alcançar uma resposta segura para a autoria das representações (COMERLATO, 2005a; SOPHIATI, 2010). Ainda são necessárias mais pesquisas arqueológicas acerca das ocupações humanas ao longo do tempo na Ilha de Santa Catarina, para que se possa tentar atribuir autoria ou significados para as representações rupestres. Ainda assim, é possível que esses signos escritos por e para pessoas ou entidades no passado jamais sejam compreendidos completamente por nós.

### 8.3 Preservação e condições de desgaste dos sítios

Como não há uma forma de datar diretamente os amoladores-polidores e as representações rupestres, é muito difícil saber em qual período foram utilizados ativamente e por quanto tempo estão expostos, não só à ação de outras populações após seu abandono, como também à ação do tempo,

---

<sup>13</sup> O que seria algo próximo do ano  $1180 \pm 60$  *Anno Domini*.

mudanças do nível do mar e até mudanças geradas pela expansão urbana relativamente recente.

Muitas das evidências em sítios de amoladores-polidores fixos e representações rupestres demonstram elevado grau de desgaste natural (Figura 8.6 e Figura 8.7), no entanto, em vários casos, essas mesmas evidências fazem parte de conjuntos com outras evidências semelhantes que apresentam melhor preservação. Esses casos demonstram que também não é possível correlacionar grau de desgaste e cronologia, já que o desgaste desses registros é único para cada caso.

As representações rupestres sofrem com diversos fatores naturais de desgaste: escoamento de água sobre suas superfícies, fraturas naturais das rochas, desprendimento de placas, depósitos sedimentares, intemperismo químico, oxidação, alterações biológicas (flora: líquens, musgos e vegetação; fauna: aves e térmitas/cupim), fatores estes detalhadamente expostos por Comerlato (2005a) em sua tese de doutorado.

No sítio Santinho I, por exemplo, constatamos que há uma representação que é quase imperceptível a olho nu, quando há incidência de luz do dia diretamente sobre o suporte, devido ao desgaste natural (Figura 8.7). A mudança constante das marés também pode desgastar e mudar a localização e a posição das evidências ao longo do tempo, sobretudo em sítios que estão diretamente sobre a faixa de areia, como é o caso do sítio Ponta do Caçador I (Figura 8.8).

Mesmo estando a maior parte desses registros em áreas de preservação permanente, muitos estão expostos também a ações antrópicas, como pisoteamento, remoção de contexto, destruição, vandalismo e até mesmo a construção de edificações sobre as evidências arqueológicas. Os sítios que possuem acesso mais difícil apresentam baixos índices de interferências antrópicas e baixo risco de destruição, devido à sua localização. Exemplos de vandalismo foram registrados no sítio Pântano do Sul IV, que apresenta uma pichação (Figura 8.9), e em relatos coletados em campo sobre casos em que guias turísticos colocam giz nas inscrições para torná-las mais visíveis aos turistas, como verificado em sítios da Barra da Lagoa. Durante a construção e a manutenção do canal da Barra da Lagoa e do molhe na Praia da Armação (Figura 8.10), blocos com amoladores-polidores fixos foram deslocados ou soterrados. Há ainda ocorrências do uso de blocos que possuem amoladores-polidores na construção de edificações, como é o caso do sítio Pântano do Sul III, cujo suporte foi utilizado como base de uma escada de uma lanchonete, e do sítio Ponta da Armação III, onde um bloco contendo amolador-polidor fixo faz parte da estrutura da antiga armação baleeira (Figura 8.11). A oficina lítica das Orquídeas, que está em uma laje de pedra próxima a uma saída de água do sistema de drenagem urbana, é um dos exemplos de sítios que são impactados diretamente pela expansão urbana.

Figura 8.6 – Detalhe de polidor fixo côncavo bastante desgastado pelo tempo, sítio Pântano do Sul V, Praia do Pântano do Sul



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.7 – Inscrição rupestre em bloco de diabásio no sítio Santinho I, Praia do Santinho. Devido a seu desgaste pela ação do tempo, é difícil vê-la a olho nu



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.8 – Sulcos em um matacão que faz parte do sítio Ponta do Caçador I, Praia da Galheta. A mudança constante das marés movimenta o sedimento no entorno dos sítios que estão nas praias, deslocando os registros ao longo dos anos. Nas fotos A e B, que têm cerca de 20 anos de diferença, é possível ver que a indicação do Norte é completamente diferente



Fonte: A – José Santana (*apud* AMARAL, 1995); B – Florianópolis Arqueológica (Acervo LEIA/UFSC, 2014); C – Fabiana T. Merencio (2016).

Figura 8.9 – Detalhe de conjunto de gravuras rupestres no sítio Pântano do Sul IV, Praia do Pântano do Sul, bastante danificadas pela pichação sobre as evidências arqueológicas



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.10 – Bloco deslocado para a construção de um molhe entre a praia e a ilha, na Praia da Armação, o que levou ao deslocamento de matacões com evidências arqueológicas no sítio Ponta da Armação III



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

Figura 8.11 – Detalhe de bloco de diabásio contendo um amolador-polidor fixo côncavo-convexo utilizado como parte da estrutura da antiga armação de caça à baleia, sítio Ponta da Armação III



Fonte: Acervo LEIA/UFSC (2015).

## 8.4 Caminhos para pesquisa

É preciso e urgente o aprofundamento das pesquisas, com a realização de intervenções nos sítios arqueológicos registrados na região, para que possamos melhor compreender as ocupações na região de Florianópolis e tentar responder a uma das grandes curiosidades do público: quem fez esses sítios de amoladores e essas representações rupestres? Sabemos, com certeza, que foram grupos indígenas que ocuparam a região no passado, mas, devido à falta de informações, não se pode relacioná-los, até o momento, a um grupo ou período específico. Também devemos perguntar o que podemos aprender com esses lugares hoje, qual a história de vida desses lugares e como podemos proteger esses lugares.

No levantamento do “Florianópolis arqueológica”, a principal preocupação esteve em estimar a preservação dos sítios, delimitar sua extensão, padronizar os dados sobre a localização desses sítios e garantir a preservação desses locais. Esse levantamento também nos fez pensar em alguns problemas de pesquisa que podem ser abordados no futuro. O levantamento atualizado

pode servir de base para realizar ações que expandam o conhecimento sobre esses lugares, divulguem esse conhecimento e garantam sua proteção. E aqui sugerimos alguns caminhos para pensar sobre os amoladores-polidores fixos e sobre as representações rupestres em Florianópolis.

Sobre os amoladores-polidores fixos, a pesquisa de Sophiati, que incluiu um trabalho experimental/prático, não concluiu que haja uma grande diferença no uso de diabásio e de granitos para abradir rochas.

As características do polimento obtido no artefato utilizando-se os diferentes suportes não ficaram evidentes durante os trabalhos de experimentação, também não foi possível verificar grandes diferenças comparando-se a textura dos artefatos que tenham sido polidos em um ou em outro suporte. No entanto, acredita-se que tal variável deve ser melhor explorada em trabalhos futuros, buscando entender a opção dos grupos pré-históricos pelas diferentes matérias-primas. (SOPHIATI, 2010, p. 91).

Então qual o motivo da maioria dos registros estarem em rochas básicas (diabásio)? O que mais pode estar relacionado com essas escolhas entre as rochas? O que mais essas escolhas têm em comum?

Um tema que é levantado com recorrência na bibliografia são as associações espaciais, ou seja, as relações que um lugar tem com o outro. Um sítio arqueológico não é um ponto isolado na paisagem, ele pode estar conectado a caminhos, e esses caminhos podem levar a outros lugares, a outras paisagens e a outros sítios, muitos ainda desconhecidos. Parece que há uma relação espacial, sim, entre esses dois tipos de sítios: amoladores e representações rupestres. Sem dúvida há também uma forte relação com o mar aberto, visto que se situam em áreas onde está a linha de costa pelo menos nos últimos milênios. Será que estão conectados a outros sítios? Será que essa conexão é por terra ou pelo mar? Por ambos? A mudança natural da linha de costa tem estado em debate atualmente, principalmente no que se refere à expansão urbana próximo a praias. Tentar compreender a relação desse fenômeno com lugares do passado pode também trazer respostas para políticas públicas no presente.

O principal elo entre sítios de amoladores-polidores fixos e representações rupestres com sítios onde não existem essas marcas próximas poderiam ser os artefatos usados na criação das marcas. Estudos contextuais voltados para a definição dos gestos humanos envolvidos na fabricação dessas marcas podem ajudar a compreender a dinâmica de uso desses espaços e parecem ser um bom caminho para pensar na contemporaneidade ou não dessas marcas, assim como no número de indivíduos envolvidos em sua fabricação e uso (MATARESE, 2015). Novos olhares sobre os artefatos, pensando em um



objeto que pode circular entre pessoas, lugares e pelo tempo, devem trazer também novas hipóteses sobre as relações espaciais entre os sítios e seus autores.

Os sítios podem ser mais bem documentados do que foram no passado. Hoje dispomos de diversas tecnologias: sistemas de georreferenciamento, geoprocessamento, inspeção da subsuperfície com uso de georradar/GPR, melhores e mais acessíveis formas de obter imagens e vídeos, bem como o uso de mapeamento tridimensional a partir de fotos (fotogrametria), inclusive em locais de acesso pedestre mais difícil, por meio de drones. Essas metodologias podem gerar dados que nos ajudem a compreender melhor a relação entre os sítios arqueológicos da ilha com mudanças naturais ou não, bem como documentá-los de forma mais completa e evitar que no futuro tenhamos perdido a riqueza de informações que esses locais ainda proporcionam. Uma documentação mais rica com uso de imagens, vídeos, georreferenciamento, mapas e representações tridimensionais pode também subsidiar atividades educativas sobre as populações do passado.

Com as tecnologias que temos hoje, podemos pesquisar a história desses espaços individual ou coletivamente ao longo do tempo, pensar nos paleoambientes, em como as marés influenciam esses sítios ao longo dos séculos e em como elas têm alterado a paisagem de seu entorno ao longo dos anos. Na Ponta do Caçador, quando em campo, observamos que muitos amoladores-polidores fixos só são visíveis com a maré baixa. É provável que a linha de costa fosse diferente quando esses locais foram utilizados, talvez pesquisar a relação da linha da costa ao longo do tempo nos permitiria pensar sobre como eram esses locais no período em que estavam em atividade. Entender como eram esses ambientes no passado pode nos ajudar a responder questões sobre como esses locais eram escolhidos e talvez indique novos sítios em locais ainda desconhecidos.

Um projeto de monitoramento de sítios e avaliação de riscos poderia se tornar uma política pública de acompanhamento dos sítios do município. Esse é um tipo de trabalho que não foi realizado para a região e, como mostramos na Figura 8.8, tem potencial de nos trazer informações sobre a história desses lugares, informações que também podem ser usadas para definir futuras pesquisas, escavações, musealização, bem como preservação do local.

Outra forma seria a análise microscópica de traceologia de artefatos feitos por abrasão para melhor entender como esses artefatos são produzidos e a relação deles com esses sítios. A traceologia estuda as marcas de uso de forma microscópica e, com o auxílio de experimentação, pode esclarecer em que tipo de superfície um artefato foi usado. Todos os artefatos feitos por abrasão teriam alguma parte de sua cadeia de produção relacionada com os

amoladores-polidores fixos? De que matéria-prima costumam ser feitos? Onde são encontrados? É possível compreender como eram utilizados? É possível ver sinais de manutenção e reutilização neles através desse olhar?

Geralmente as datações na arqueologia são feitas indiretamente. Por exemplo: uma lâmina de machado de pedra não pode ser datada diretamente, mas, se em uma escavação arqueológica ela é encontrada junto a uma antiga fogueira e apresenta marcas de queima em um dos lados, é possível datar os fragmentos de carvão da fogueira e presumir uma datação correlata para a lâmina de machado. Esse método é chamado de datação indireta. Pesquisas que consigam realizar e ou relacionar datações indiretas para artefatos polidos podem criar um contexto mais explícito das relações entre sítios de amoladores-polidores e até mesmo das representações com outros locais. Outras tecnologias podem ser usadas para datar diretamente artefatos feitos em ossos, por exemplo.

É importante que medidas educativas sejam tomadas pela municipalidade de Florianópolis e demais órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio arqueológico. Os sítios arqueológicos frequentemente entram em pauta ou aparecem na mídia quando estão presentes em área onde será realizada uma obra ou quando há interesse econômico de fomentar o turismo no município, mas raramente são lembrados por seu potencial educativo e de inclusão social. Nesse contexto, muitas vezes os sítios arqueológicos são apresentados à população como um problema ou obstáculo para o interesse público e para o desenvolvimento do município, o que tem passado a ideia falsa de que a presença de sítios em propriedades particulares deva ser escondida, levando até mesmo à destruição dos sítios ao invés de promover a sua proteção.

As causas levantadas para essa falsa percepção são várias. Destaca-se a desinformação e o preconceito quanto ao passado indígena, responsável pela exclusão da diversidade sociocultural do nosso passado, e consequente desqualificação constante do passado pré-colonial. Como solução para o quadro atual, aponta-se que não só mais pesquisas devem ser realizadas, mas que também deve ser dada maior atenção pelos órgãos públicos responsáveis ao desenvolvimento de ações mais efetivas de preservação, proteção e fiscalização do patrimônio arqueológico. Localizar novos sítios através de novas pesquisas, como uma política pública de investimento na área, por exemplo, pode não só nos permitir conhecer mais sobre o passado e subsidiar o turismo como prevenir que a malha urbana avance sobre esses lugares.

É muito importante que sejam planejadas e aplicadas ações de educação patrimonial de forma sistemática, que incluam de forma igualitária o passado diverso. Nessa perspectiva, é fundamental que tal planejamento trabalhe de forma inclusiva com as comunidades do entorno dos sítios, não focando somente no âmbito escolar ou acadêmico. Indica-se também que tais ações

deixem de ser esporádicas, como no caso de ações pontuais em locais turísticos, que também são importantes, mas que sejam executadas de forma contínua com toda a população de Florianópolis.

Para que tudo isso aconteça, porém, entender o passado da ilha é primordial, e para tanto é necessário que as pesquisas nos sítios arqueológicos sejam aprofundadas. Nesse sentido, aponta-se a necessidade e urgência em realizar intervenções nos sítios identificados e não pesquisados até o momento (o que corresponde à maioria dos sítios registrados na Ilha de Santa Catarina), para compreender as estratégias de ocupação da paisagem por diferentes grupos, a cronologia dessa ocupação na longa duração e fornecer dados para a compreensão do passado diverso. É necessário ainda que sejam realizados mais trabalhos e pesquisas que abordem a relação das populações contemporâneas com esses sítios, reconhecendo esse patrimônio do passado como parte do presente.

A Ilha do Campeche, por exemplo, tem sido estudada de forma sistemática por diversas áreas do conhecimento, diálogo que tem produzido conhecimento plural, não só no aspecto arqueológico, como ambiental. Esse grande volume de pesquisas também é motivado pelo potencial turístico da localidade, gerando visibilidade ao patrimônio arqueológico e natural.

Os sítios amoladores-polidores e as inscrições são uma ótima referência para a educação patrimonial justamente por suas localizações e fácil reconhecimento. Estando em grande parte longe da malha urbana e em áreas de preservação ou terrenos de marinha, a percepção que a população tem desses sítios é diferente, de forma que acabam não sendo vistos tão frequentemente como obstáculos. Por suas características visuais também despertam interesse e curiosidade.

Há diversas narrativas acerca dos amoladores-polidores fixos, bem como das representações rupestres. É provável que diversos grupos tenham entrado em contato com esses locais e lhe atribuído diferentes significados e funções. Diariamente, pescadores, moradores próximos e frequentadores das praias e costões se relacionam com esses espaços. Temos que fazer um esforço e lembrar que as narrativas que atribuímos a esses espaços são pessoais, e partem do nosso tempo, de nossa cultura e de nossas vivências. Quanto mais expandimos nossos conhecimentos sobre o passado da região, mais conclusivas e diversas serão as hipóteses, mas nem sempre teremos informações suficientes para reproduzir a totalidade dos aspectos do passado.

Apesar dos esforços de pesquisadores em enfatizar a importância de um conhecimento do passado inclusivo, há a perpetuação de narrativas exclusivas, sendo uma delas relacionada a perspectivas provenientes da arqueoastronomia e de literaturas de fantasia. Geralmente, essas narrativas apresentam grande apelo público, pois partem do pressuposto de que determinados sítios

arqueológicos seriam evidências da presença de outros grupos não indígenas, considerados superiores ou com conotações místicas. Essa situação se perpetua devido ao pouco trabalho de conscientização e educação patrimonial na ilha e pouco investimento em pesquisa na região.

Há discursos disseminados por alguns grupos que partem de premissas colonialistas, seja por inocência ou oportunismo, nas quais geralmente colocam as populações do passado como “primitivos” ou “atrasados”, e que não seriam capazes de realizar tarefas complexas, sem a intervenção de civilizações “avançadas”, como as que atribuem as representações rupestres aos Chineses, Fenícios ou Vikings, ou fazem correlações de estruturas de rochas com megalitos europeus sem nenhuma evidência arqueológica. Em hipótese alguma devemos corroborar discursos e ações que distorcem e desmerecem o passado dos povos que aqui habitaram. Paralelos da arqueologia estrangeira não têm sentido, se reproduzidos fora de seu contexto (megálitos, dólmenes, runas vikings, ideogramas chineses, “neolítico”, etc.), e não representam a arqueologia brasileira. Há um histórico de pesquisas no país e na região que não pode ser desconsiderado. Contudo essas ideias ecoam no imaginário local. Tais situações são indicativos claros da necessidade de uma educação patrimonial, que precisa ser trabalhada urgentemente (como já fora observado por Comerlato, 2005a, 2005b).

Devemos realizar um grande investimento de tempo e energia em ações educativas a fim de evitar que o patrimônio arqueológico da ilha seja esquecido e para que este possa dar retorno à comunidade em geral. A arqueologia deve gerar bens coletivos, e não privados.

Complementando as ações necessárias para a proteção do patrimônio arqueológico, aponta-se a necessidade e urgência na realização de atividades de educação patrimonial e extroversão do conhecimento, não somente em escolas ou para turistas, mas com toda a comunidade local. Nesse sentido, destaca-se que os sítios citados neste capítulo possuem grande potencial em termos de educação e conscientização do patrimônio arqueológico, pois estão numa esfera espacial e social totalmente diferente dos demais. Em grande parte, os amoladores-polidores fixos e as representações rupestres estão localizados em áreas de fácil acesso, próximos ao mar e em praias, em locais com pouca probabilidade de sofrerem impacto com a expansão urbana, como em áreas de preservação permanente, e, em menor número, esses sítios estão localizados em terreno de particulares. As inscrições também são difundidas para a população através de apropriações que têm sido feitas, como a famosa logomarca do Costão do Santinho Resort, que é uma representação rupestre, ou símbolos inspirados, como o do clube Desterro Rugby ou da Editora da UFSC. Um trabalho de educação patrimonial abordando esses sítios que não conflitam por espaço com

a urbanização é um ótimo caminho para a população fazer parte desses sítios e incluí-los na diversidade histórica do passado da Ilha de Santa Catarina.

## 8.5 Considerações finais

A ideia deste capítulo foi apresentar os sítios amoladores-polidores fixos e de representação rupestre, os problemas com seu recadastro e resultados obtidos pelo projeto “Florianópolis arqueológica”. Também tratamos da relação que a população local tem com esses sítios. Apontamos ainda a necessidade da adoção de algumas medidas, como mais investimento em pesquisas, mais ações de preservação e mais atividades de educação patrimonial e algumas sugestões sobre caminhos para pesquisas sobre o tema.

Além do aprofundamento das pesquisas, aponta-se a necessidade do desenvolvimento e aplicação de atividades de conservação preventiva, que devem ser, preferencialmente, articuladas entre os gestores do patrimônio regional, com pesquisadores da área e a população que está próxima aos sítios arqueológicos. Nesse sentido, sugere-se que sejam realizados programas de monitoramento dos sítios arqueológicos, para que possam ser planejadas ações que reduzam ou impeçam futuros impactos ao patrimônio arqueológico.

## Entre escritos e vasilhas cerâmicas: os indígenas na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina

Angela Sabrine do Nascimento Salvador

Perceber a dinâmica de interação dos indígenas na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina, durante o século XVIII, pode parecer simplesmente discutir os contatos e encontros culturais entre os indígenas e os outros grupos étnicos que faziam parte da sociedade colonial naquele período. Entretanto não é apenas isso. Outras questões se colocam ao pesquisador que quer entender essa dinâmica: Onde estavam esses indígenas? Que papéis desempenhavam nessa (e para essa) sociedade? Como participavam na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina?

A história do período colonial da Ilha de Santa Catarina é habitualmente narrada tendo como personagens principais os portugueses, espanhóis ou luso-brasileiros, que atuavam como brigadeiros, tenentes, desbravadores e governadores e que na ilha chegaram e ordenaram, aconselharam, aprisionaram e construíram, gerando documentos oficiais e fontes históricas passíveis de serem encontradas e estudadas hoje. Qualquer estudo sobre o período colonial, normalmente, tem apontado esses ou alguns desses personagens principais em documentos escritos.

É sabido, no entanto, que não só brancos militares, oficiais e governadores residiam na ilha e capitania, como histórias e documentos oficiais por vezes dão a entender. Outros grupos fizeram parte da história da região. A arqueologia tem mostrado que desde 5 mil anos atrás diferentes grupos humanos habitaram essa região litorânea, estabelecendo aqui seus diferentes modos de vida e complexas relações com o meio ambiente e outros grupos

humanos (NOELLI, 1999/2000). Ou seja, a história da Ilha de Santa Catarina começa antes da chegada dos europeus a estas paragens.

O grupo indígena que conhecidamente entrou em contato com os europeus quando estes chegaram à região foram os Guarani. De acordo com Bonomo *et al.* (2014), estes chegaram à região por volta do ano 1000, subindo, num movimento expansionista, do litoral do Rio Grande do Sul. Para essa expansão, utilizaram-se de suas características prescritivas e guerreiras, uma vez que grupos Jê habitavam o litoral central de Santa Catarina neste período (NOELLI, 1999/2000, p. 247).

Caboto [1526], Cabeza de Vaca [1541], Hans Staden ([1557] 1930) e Gabriel de Souza [1587] são alguns dos viajantes europeus que aportaram na ilha no século XVI e comentaram acerca desses nativos que habitavam ali quando de sua chegada (AGUIAR, 2010, p. 103). Chamavam-nos de carijós e os viam como dóceis e grandes auxiliares na obtenção de água e mantimentos na região.

No século XVII, esses contatos continuaram, mas as fontes relatam a existência de relações menos amistosas. Os Guarani foram alvo de captura para escravidão por parte dos europeus, principalmente dos sertanistas/bandeirantes, que vinham de São Paulo para prear a maior quantidade possível de indígenas na região litorânea de Santa Catarina e vendê-los onde fosse necessário na colônia portuguesa (AGUIAR, 2010).

Nos dois séculos seguintes, poderíamos assumir que esses contatos e interações continuaram e assumiram dinâmicas diversas. Entretanto, não é isso que é percebido.

Em muitas obras historiográficas, lemos que a história de Santa Catarina começa por volta de 1673, quando Dias Velho iniciou seu ímpeto de povoamento da Ilha de Santa Catarina, trazendo consigo indígenas, familiares e ajudantes luso-brasileiros (CABRAL, 1979, p. 18). Até aí vemos os indígenas junto a esse povoador. Entretanto, nos períodos seguintes – quando a coroa portuguesa começa um processo mais ativo de ocupação dos territórios meridionais da colônia d'além mar – os indígenas parecem desaparecer da Ilha de Santa Catarina. Por conseguinte, notou-se nesta literatura um vazio de informações acerca do que ocorria com os indígenas no século XVIII e início do XIX, principalmente se o compararmos aos dois séculos anteriores (séculos XVI e XVII), para os quais informações a respeito da presença de indígenas e aldeias na região estão presentes.

Dessa maneira, passamos a nos questionar por que são escassas as literaturas e fontes históricas acerca dos indígenas no século XVIII e início do XIX e por que há esse “desaparecimento”.

Com o objetivo de tentar preencher essa lacuna acerca dos indígenas e entender o porquê da escassez de literaturas e fontes históricas acerca

dos indígenas nos séculos XVIII e XIX, bem como de tentar explorar os questionamentos apontados anteriormente, elaboramos um projeto de mestrado. Nele, debruçamo-nos sobre o século XVIII e início do XIX, sobre os diferentes grupos étnicos integrantes da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina e, mais especificamente, sobre a categoria indígena em si, buscando e analisando sua localização, seus papéis na sociedade, sua forma de integração e a maneira como eram vistos pelo restante da comunidade ilhoa.

Para realizar tal intento, utilizamos uma abordagem interdisciplinar entre a arqueologia e a história. Essa abordagem trouxe algumas contribuições positivas para esse campo de conhecimento, desmistificando a noção de os indígenas serem grupos humanos a-históricos e homogêneos, bem como levantou novos questionamentos acerca das escolhas dos indígenas e sua possível inserção/interação na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina através da cultura material.

Dessa maneira, neste texto apresentamos essa abordagem interdisciplinar, assim como os resultados das análises das vasilhas cerâmicas coletadas em determinados sítios arqueológicos e dos escritos acerca da Ilha de Santa Catarina nos séculos XVIII e início do XIX.

## 9.1 Abordagem interdisciplinar ao problema: entre a arqueologia e a história

Para desenvolvimento do tema acima definido, optamos por uma abordagem interdisciplinar que cruzou as lógicas investigativas da ciência histórica e arqueológica e suas distintas metodologias na análise de dois “tipos” de fontes: 1) as escritas, que compreendem os documentos oficiais produzidos na época, descrições de viajantes/naturalistas/religiosos que aportaram e ficaram na ilha e livros referentes à história desse ambiente; e 2) a cultura material, que abrange os fragmentos de cerâmica de “barro”, não vidrada, coletados nas pesquisas arqueológicas realizadas em algumas das edificações históricas da Ilha de Santa Catarina.

A interação entre arqueologia e história e entre fontes escritas e materiais já demonstrou ser muito frutífera para essas disciplinas na construção do conhecimento. Lima, por exemplo, em trabalho acerca dos marcos teóricos da arqueologia histórica, assevera que:

O equilíbrio no tratamento dessas fontes parece ser indubitavelmente o melhor caminho, sobretudo se elas forem consideradas a priori como testemunhos independentes, a serem analisados criticamente e confrontados. Grande parte do fascínio e da magia da arqueologia



histórica [...] reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas, sobretudo, de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo. (LIMA, 2002, p. 12).

Funari, Jones e Hall também afirmam que abordagens inovadoras que combinam informações históricas, arqueológicas, etnográficas e orais são normalmente ignoradas ou deixadas de lado como metodologicamente inconsistentes, mas “[...] *the critical use of oral history, traveller’s tales and archaeology in conjunction with one another can substantially increase our understanding of the history of a particular region [...]*”<sup>1</sup> (FUNARI; JONES; HALL, 1995, p. 5).

Nesse sentido, as contribuições de ambas as fontes e ciências na presente pesquisa são distintas, mas *complementares*, e trouxeram diferentes informações acerca do tema pesquisado, auxiliando diferentemente nas respostas aos questionamentos feitos por esta pesquisa.

Assim, através das fontes escritas, além de uma investigação da história da região e dos grupos estudados, pôde-se averiguar se efetivamente havia indígenas na região, se estavam afastados ou próximos da sociedade colonial em formação, como eram vistos pelos europeus e brasileiros na ilha e alguns papéis que desempenhavam (voluntariamente ou não). Ainda foi possível denotar informações acerca da diversidade étnica da sociedade colonial desses séculos, não somente relativas a diferenças entre brancos, negros e indígenas, mas dentro da própria “categoria” indígena. À vista disso, diagnosticou-se não só uma diversidade indígena, mas também como se deu a formação dessa heterogeneidade.

Já a análise da cultura material e dos sítios arqueológicos contribuiu para: 1) a análise das interações culturais e formas de encontros entre os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade colonial; 2) o diagnóstico dos espaços em que a cerâmica histórica aparece e os usos que dela se faz, isto é, se são vasilhames para consumo, serviço, cocção ou armazenamento; e 3) o reconhecimento de diferentes identificações e diversidades culturais através da variabilidade tecnológica da cerâmica analisada.

Para abordar essas fontes, foi necessária uma aproximação de nossa escala de observação por dois motivos. Primeiro, porque os indígenas são um grupo de indivíduos raramente mencionados nos documentos e história

---

<sup>1</sup> “O uso crítico da história oral, das narrativas de viajantes e da arqueologia em conjunto umas com as outras pode aumentar substancialmente nossa compreensão sobre a história de uma região particular”. (Tradução nossa).

oficial acerca da sociedade da Ilha de Santa Catarina, impelindo-nos a buscá-los nas “entrelinhas”, nos detalhes e indícios. E, segundo, porque a cultura material analisada era utilizada no dia a dia dos habitantes da ilha, isto é, estava vinculada às atividades cotidianas dos indivíduos, trazendo informações sobre esse cotidiano e sobre os grupos em interação na Ilha de Santa Catarina.

Destaca-se que essa aproximação da escala de observação é similar à utilizada na micro-história, na qual a investigação enfoca dados marginais às fontes e informações por vezes negligenciadas. Na micro-história, e com seu maior expoente, Carlo Ginzburg (1989), há o estabelecimento de uma nova forma de pensar, raciocinar e, por conseguinte, interrogar as evidências (documentais, narrativas ou físicas) baseada nos indícios e minúcias. Essa forma de investigação indiciária, de acordo com Revel, faz surgir dados mais numerosos e refinados, além de organizá-los de acordo com “configurações inéditas e fazem aparecer uma outra cartografia do social” (REVEL, [1989] 2000, p. 34). De igual modo, os arqueólogos Dobres e Hoffman aconselham a aproximação da escala de observação e explicam como uma perspectiva microescalar não pode ser pensada somente em nível de análise, mas também como escala em que as ações passadas ocorreram, sendo capaz de lançar luz aos processos de dinâmica social ocorridos diariamente nas atividades tecnológicas e de considerar as diferentes participações dos sujeitos e grupos envolvidos (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p. 212-213).

Em resumo, demonstra-se que é bastante produtivo analisar as fontes escolhidas para esta pesquisa a partir de uma aproximação do olhar para a microescala, não somente para compreendermos os dados do cotidiano dos habitantes da ilha, através da cultura material, mas também para “encontrarmos” os indivíduos que foram invisibilizados pela história oficial.

No entanto, sendo interdisciplinar ou não, para trabalharmos com o passado e com questões relativas a contatos entre grupos distintos, é necessário ponderar sobre a visão adotada para abordar esses encontros, visto que essa visão influencia os questionamentos e as interpretações praticadas. Dessa maneira, foi fundamental problematizar nosso trabalho enquanto pesquisadores de história e arqueologia, bem como arrazoar acerca de algumas concepções e mitos, para assim não cairmos em discursos homogeneizadores e hegemônicos.

Essa necessidade de ponderação e perspectivação é aconselhada por Certeau (2008, p. 65-119) ao escrever acerca das operações historiográficas. Esse autor mostra como a *tentativa* de objetivar a subjetividade do pesquisador perpassa todas as etapas de seu trabalho desde a análise de seu lugar social (a partir de onde se escreve), passando por suas práticas científicas (procedimentos de análise que transformam um objeto em História) até a escrita (prática

social que “faz a história”, a qual representa um fechamento nas análises do historiador).

Dessa forma, e para caminhar nesse sentido, iniciou-se desconstruindo uma noção muito comum: a de que os indígenas são um povo homogêneo, estático e, conseqüentemente, a-histórico.

Inúmeros estudiosos da história, arqueologia e antropologia já demonstraram que essa noção – intensificada principalmente em meados do século XIX com a forte divulgação de ideais evolucionistas – é equivocada. Majoritariamente no final do século XX, essa tendência hegemônica começou a ser combatida, e os indígenas passaram a ser percebidos não só como possuidores de história, mas também como construtores de seu próprio passado (HECKENBERGER, 2001; GRUZINSKI, 2003).

Gruzinski, por exemplo, logo no início de seu trabalho, assume como se deve analisar essas populações indígenas: “Não devemos considerar essas culturas e sociedades como conjuntos homogêneos [...]”, pois ao entender que existem inúmeras etnias em grupos sociais distintos, “obtem-se uma imagem caleidoscópica que impede de assimilar os mundos indígenas a unidades estáveis, sociedades monolíticas e imóveis, totalitárias *avant la lettre* ou milagrosamente ancoradas fora da história” (GRUZINSKI, 2003, p. 24). Ou seja, é ao desconstruir essa noção de que os indígenas são um povo homogêneo e estático, que o discurso criado pelo estudioso, pesquisador das populações nativas, deixa de vitimá-las e passa a vê-las como sujeitos históricos, capazes de resistir, ajustarem-se, transformarem-se ativamente em relação aos diferentes obstáculos que a colonização instalou.

Agora, tendo visto brevemente por que abordamos nossas fontes de pesquisa de forma indiciária e aproximada, bem como atentando para não criarmos discursos hegemônicos e homogeneizadores acerca de nossos objetos de pesquisa, é interessante apresentar rapidamente a Antropologia da Tecnologia, isto é, o viés com o qual apreciamos as fontes materiais para intensificar o potencial informativo destas.

A escolha desse viés contempla os objetivos almejados com a análise da cultura material. Pretende-se através dessa análise adquirir informações acerca dos grupos que manufaturavam e usavam a cerâmica encontrada – quais eram esses grupos e se havia interação entre eles, bem como entender onde estavam usando esses objetos e como os utilizavam. Dessa maneira, uma análise que foque somente o objeto em si dar-nos-ia apenas informações acerca da morfologia do objeto, e, a partir desta, conseguiríamos talvez inferir sua função, ou seja, responderia apenas duas das pretensões que possuímos com a análise da cultura material (onde e como usavam esses objetos).

Assim, já que almejamos notar mais do que o que é visível nos objetos, como interações e identificações culturais, procuramos abordar a cultura

material enquanto tecnologia. Ou seja, entendemos que a cultura material é o produto de uma sequência de interações entre homem-matéria-energia, que envolvem conhecimentos específicos, tanto em termos de gestos, práticas e comportamentos quanto em termos de localização, acesso e performance das matérias-primas envolvidas. Assim, não somente o produto final em si será focalizado na análise, mas todo o processo tecnológico, desde a procura da matéria-prima até o uso e descarte do artefato. É com a aplicação dessa abordagem tecnológica que pretendemos atingir uma perspectiva mais holística no entendimento da cultura de quem fez o objeto (STARK, 1999, p. 27).

Nessa abordagem tecnológica então, um objeto deve ser compreendido para além da forma, para além das suas características visíveis. O objeto deve ser percebido como manufaturado através de um processo tecnológico com escolhas específicas, estas não totalmente materiais, mas também pertinentes socialmente (LEMONNIER, 1986, p. 153). Deve ainda ser concebido como expressão das relações sociais, das estruturas de poder, de visões de mundo e da reprodução social (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p. 212).

Assim, a partir dessa abordagem tecnológica, é possível perceber a esfera imaterial que a cultura material possui. Não percebemos apenas os usos e locais de uso das vasilhas cerâmicas analisadas, mas também quem eram seus artesãos e usuários, quais interações existiam em todo o processo tecnológico, como se davam essas interações, etc.

## 9.2 As vasilhas cerâmicas

Dos 49 sítios levantados pela pesquisa como pertencentes ao período colonial da Ilha de Santa Catarina, elencamos três para análise: Armação do Sul, que possuía principalmente uma funcionalidade comercial/productiva; Casa de Câmara e Cadeia, que tinha uma função primordialmente política/militar e a Residência Oitocentista Casa D'Itália, com claras funções domésticas. Escolhemos esses sítios por algumas razões: 1) são edificações cuja frequência teve seu "ápice" nos séculos em estudo; 2) a coleção (ou parte dela) estava acessível para análise; e 3) as informações de campo eram compreensíveis (o que não significa fáceis de interpretar).

A cultura material analisada nesses sítios arqueológicos foram os fragmentos de vasilhas cerâmicas não vidradas. Elegemos esta por quatro fatores. Primeiro, devido ao forte vínculo com as populações indígenas presentes na Ilha de Santa Catarina e arredores no período do contato (NOELLI, 1999/2000; STADEN, [1557], 1930). Segundo, por termos diagnosticado

indígenas ainda manufaturando vasilhames cerâmicos no século XVIII em São Paulo (SYMANSKI; GOMES, 2012), apontando para a possibilidade de encontrarmos esse mesmo cenário na Ilha de Santa Catarina. Terceiro, em razão do uso dessas vasilhas cerâmicas na alimentação, a qual é uma prática social muito elucidativa da cultura de um grupo (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 77). E, por fim, decidimos realizar esse estudo como contribuição a esse campo de conhecimento acerca da cerâmica produzida em solo brasileiro, por haver escassez de estudos nessa área (ZANETTINI, 2005, p. 247).

Assim, analisamos cerca de 785 fragmentos cerâmicos, sendo 466 da Armação do Sul, 207 da Casa de Câmara e Cadeia e 112 fragmentos da Casa D'Itália. Fomos capazes de levantar inúmeros dados referentes a morfologia, técnica de manufatura e uso dos artefatos e, a partir destes, pudemos adquirir informações e fazer inferências relacionadas aos objetivos almejados com a análise das fontes materiais.

É importante destacar que, das análises cerâmicas, apresentaremos aqui somente os resultados. Os dados utilizados para inferirmos tais resultados serão apontados, se necessário, no transcorrer da apresentação.<sup>2</sup>

Para começar, vamos explanar os usos e os espaços de uso dos artefatos. Inicialmente foi possível perceber que nos três sítios havia vasilhas provenientes de duas escalas de produção: uma doméstica não implementada (sem utilização de equipamentos para produção cerâmica) e outra implementada (com utilização de equipamentos), de oficina particular ou olaria. Inferiu-se isso, pois, além da equipagem da roda de torno na manufatura, as vasilhas torneadas das coleções analisadas tinham um controle de queima maior. Ou seja, a porcentagem de fragmentos cerâmicos com queima completa era superior a 80% nos três sítios, demonstrando a utilização de fornos fechados controlados, os quais conseguem manter a temperatura mais alta, por mais tempo que os fornos abertos (caracteristicamente utilizados numa produção doméstica, não implementada). Assim, vemos a implementação na roda de torno e no forno fechado.

Ainda pudemos notar que a maior parte das vasilhas produzidas de forma doméstica possuía maior efetividade térmica, em razão de uma frequência de antiplástico maior que nas vasilhas produzidas em olarias ou oficinas. Essa informação vista em conjunto com as informações de marca de uso em fogo (depósito carbônico e fuligem), o qual foi notado em um número percentual expressivo em vasilhas roletadas das três coleções analisadas, nos levou a inferir o uso real desses artefatos: cocção. Isto é, as vasilhas produzidas de forma doméstica (roletadas) eram as preferidas pelos usuários para serem utilizadas no preparo de alimentos sobre o fogo. Vasilhames torneados

---

<sup>2</sup> Os dados estão disponíveis em Salvador (2017).

também eram utilizados para cocção, mesmo que percentualmente em menor quantidade.

Além do uso no fogo, outros usos foram presumidos através da forma da vasilha, acabamentos de superfície e tamanho. Notamos vasilhas para consumo, serviço e armazenamento, as quais eram majoritariamente feitas pela técnica de manufatura torneada, isto é, dentro da escala de produção implementada. Eram de pequenas a médias vasilhas, a maioria com algum acabamento de superfície diferenciado, ou seja, com engobo ou polimento.

Através desses usos, conseguimos inferir os espaços de uso desses objetos. Logo, quando pensamos em vasilhas utilizadas no preparo de alimentos no fogo, rapidamente vinculamos esses artefatos a vasilhas sendo utilizadas nas cozinhas. Assim, temos principalmente vasilhas produzidas de forma doméstica, com boa efetividade térmica, sendo utilizadas nas cozinhas dos três edifícios coloniais em estudo. É interessante salientar aqui que alguns arqueólogos que estudam contextos coloniais, como Symanski e Gomes (2012), mostraram como as cozinhas são espaços predominantemente femininos, ou seja, provavelmente havia mulheres nessas cozinhas e consequentemente dentro desses edifícios.

Já os usos das vasilhas de serviço e consumo de alimentos, ao que tudo indica, ocorrem em salas de refeições ou sobre a mesa de jantar. Essas vasilhas são majoritariamente torneadas e, como falamos, podem apresentar ainda engobo ou polimento. Denota-se que as vasilhas da escala de produção doméstica aparecem mais em locais de baixa visibilidade (cozinha) e as vasilhas de produção mais implementada ocorrem em locais de maior visibilidade. Isso ocorre nas coleções dos três edifícios estudados.

Passaremos agora a discutir um pouco sobre as contribuições de nossa análise cerâmica para os outros objetivos que tínhamos: diagnosticar a diversidade cultural dos artesãos e usuários dessa cultura material, bem como as interações culturais entre eles.

Pudemos vincular muitos acabamentos plásticos das vasilhas roletadas (produção doméstica) a identificações de origem africana/afrodescendente (BORBA, 2013, p. 48). Entre esses acabamentos plásticos, podemos citar o roletado, escovado, unglado, incisões em arcos secantes, entre outros. Com relação ao torneado, vemos que é uma técnica de manufatura que foi introduzida em larga escala (como olaria ou oficina) pelos açorianos e portugueses, que abundavam na ilha em meados do século XVIII (CABRAL, 1951).

Assim, temos grupos culturais distintos se fazendo presentes nos vasilhames cerâmicos. Ou seja, veem-se “marcas” africanas/afrodescendentes em vasilhames roletados e “marcas” açorianas/portuguesas em vasilhas torneadas. Dessa forma, esses grupos acabam, de certa maneira, por marcar

sua presença (voluntariamente ou não) nas vasilhas cerâmicas, e, com isso, inferimos uma diversidade cultural evidente.

Em relação à interação entre esses dois grupos – a qual é bastante documentada, mesmo que de forma parcial muitas vezes – fomos também capazes de percebê-la com a análise cerâmica.

Para começar, podemos citar que notamos vasilhas torneadas com acabamentos plásticos incisos em arcos secantes, que, como havíamos explanado, é um motivo plástico atribuído a grupos de origem africana/afrodescendente. Ou seja, numa interação construtiva, vemos algumas vasilhas torneadas saindo das oficinas ou olarias com acabamentos plásticos que tinham referências africanas ou afrodescendentes.

Ainda notamos interações menos construtivas ao ligarmos as informações de diversidade e interações culturais àquelas relativas aos usos e espaços de usos. Assim, notou-se que as vasilhas com influência africana/afrodescendente ficavam relegadas a espaços menos visíveis, como a cozinha. Em contrapartida, as vasilhas torneadas, com atributos “mais europeizados” (açorianos/portugueses) iam a locais mais visíveis desses edifícios. Dessa forma, além de uma *interação construtiva*, inferiu-se uma *interação vertical*, em que influências africanas/afrodescendentes ficaram encerradas na cozinha, e influências europeias tinham papéis mais valorosos socialmente.

Ademais, comparando nossos achados com os estudos de Symanski e Gomes (2012, p. 78), foi-nos possível inferir um comércio entre grupos de baixa condição social, uma vez que há a presença de vasilhas de produção doméstica em locais onde um forno aberto seria improvável de ser construído. Ou seja, de alguma forma essas vasilhas roletadas de produção doméstica chegaram até esse ambiente, e o modo mais provável é através de trocas/comércio. Daí a evidência de um comércio entre grupos de baixa condição social. Ressalta-se que essas trocas entre grupos de baixa condição social não se dão somente entre os escravos e forros africanos/afrodescendentes, mas também entre estes e homens livres, os quais não necessariamente são apenas brancos, mas também pertencentes a outros grupos étnicos (ainda de condição social mais baixa). Assim, vemos nesse comércio uma forma de *interação horizontal* entre indivíduos de grupos distintos da sociedade colonial ilhoa.

Mas e os indígenas? Onde se inserem nesse contexto percebido pela análise cerâmica? Onde participavam das interações culturais notadas? Não nos foi possível denotar alguma característica indubitável da presença indígena na produção e uso dessas vasilhas cerâmicas coletadas nos três edifícios. Entretanto, notamos que existe certa dubiedade entre as características das vasilhas africanas/afrodescendentes e vasilhas indígenas (e. g. acabamentos plásticos roletados, inciso, beliscado e escovado, técnica de manufatura de acordelamento, uso de fornos abertos e de antiplástico mineral).

No entanto, devido a essa dubiedade e porque a presença africana é mais documentada nos vasilhames analisados, não podemos simplesmente tornar invisíveis os indígenas e suas influências. Assim, resta-nos questionar: por que somente encontramos características vinculadas aos indígenas dessa forma dúbia, isto é, características também vinculadas a africanos/afrodescendentes? Por que há essa aparente “invisibilidade arqueológica” em nossa análise no que se refere aos indígenas? Responderemos a essas questões após a exposição dos resultados da análise das fontes escritas, depois de sopesar todas as informações adquiridas com a pesquisa.

### 9.3 Os escritos

Conforme comentado e apresentado em outros capítulos deste livro, a história da Ilha de Santa Catarina começa antes do ímpeto povoador de Dias Velho em 1673. A partir dele, a Ilha de Santa Catarina começa a ser povoada mais maciçamente por indivíduos de ascendência europeia. Dias Velho trouxe consigo sua família, bem como auxiliares brancos e indígenas, estes administrados.<sup>3</sup> Batizou a póvoa como Nossa Senhora do Desterro e, com sua morte, em 1689, perpetrada por holandeses ou ingleses dentro da ermida erguida por ele, a sociedade ali formada perdeu o homem responsável pela ponte reino-colônia, e sua família se dispersou para outras regiões da colônia, ficando somente alguns indígenas e brancos que com ele vieram (CABRAL, 1979, p. 20).

Segundo Cabral (1987, p. 44), a ilha, naquele início de século, fica um tanto abandonada, sem supervisão e entregue à própria justiça. Aí entra em cena Manoel Manso de Avelar, que, de acordo com Cabral, se tornara o “maioral” da ilha, a qual foi categorizada, em 1711, por Manoel Gonçalves de Aguiar, capitão no Rio de Janeiro, como uma pequena reunião de “moradores em torno de sua igreja”.

Gonçalves de Aguiar tinha incumbência no Sul, e, após resolvê-las, visitou a ilha e deparou-se ali com meros 22 casais (PIAZZA, 1983, p. 205). A póvoa da Ilha de Santa Catarina estava concentrada principalmente ao redor da ermida erguida por Dias Velho e pendia para leste no terreno, pois o terreno era mais plano e havia um pequeno riacho (CABRAL, 1979, p. 21).

---

<sup>3</sup> A administração de indígenas foi a forma encontrada pelos paulistas, já no século XVI, para explorar a mão de obra indígena (MONTEIRO, 1994, p. 147-153). Essa categoria foi a forma da coroa portuguesa permitir a mão de obra indígena forçada, mas não a escravidão indígena, sempre sob a noção de catequização.



A partir daí a póvoa cresceu lentamente, com poucos moradores e parcialmente esquecida pela coroa portuguesa. Nessas conformações, ouvidores vieram para prover os cargos necessários para funcionamento da póvoa até sua elevação à categoria de vila, em 1726 (CABRAL, 1987, p. 51). Com essa elevação, outros oficiais foram nomeados e, em 1732, a pequena igreja torna-se paróquia de Nossa Senhora de Desterro. Foi em 1735 que a Ilha de Santa Catarina voltou a aparecer mais veementemente nas preocupações da coroa, visto que a Colônia de Sacramento foi atacada por espanhóis e a Ilha de Santa Catarina se tornou um local de importância estratégica no trajeto do Rio de Janeiro à Colônia de Sacramento (SALOMON, 2004, p. 88).

Mas e os indígenas? Viu-se que os indígenas entraram em contato com os europeus quando estes aqui chegaram no século XVI, e, depois, no século XVII, observou-se que eram escravizados pelos sertanistas e bandeirantes ou estavam dentro de uma tentativa de catequização e administração por parte de padres católicos. Mas e nesse vagaroso início do século XVIII?

Com as pesquisas documentais, de crônicas de viajantes e bibliográficas que realizamos, conseguimos percebê-los na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina nesse início do século XVIII. Vimo-los sendo citados por Frézier, viajante francês que aportou na ilha em 1712. Frézier aponta que havia, na ilha, brancos, negros e indígenas, e destes alguns estavam servindo voluntariamente os brancos ou estavam aprisionados por meio de guerra (HARO, 1979). Outra citação da presença indígena na ilha vem de ordem enviada em 1721 por Cezar de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, ao capitão-mor de Laguna. Nesta, Cezar de Menezes ordena prender Pedro Jordão, francês que estava fazendo negócios na Ilha de Santa Catarina “com os moradores, e Índios que habitam naquela costa”<sup>4</sup> (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2021, v. 12, p. 17). Ou seja, os índios faziam-se presentes na ilha nesse início.

Percebemo-los, além disso, no *Livro I de Matrimônios de Nossa Senhora do Desterro*, casando-se: Zalerio e Ana, dois “gentios da terra”;<sup>5</sup> Miguel e Ambrosia, também “gentios da terra”; Izabel “da terra” com Paschoal, “gentio da Guiné”; Maria “Angola” se casava com Manoel “Carijó” e José “Angola” se casava com Thereza “Carijó” (ESPADA, 2015). Denotam-se relacionamentos inter e intraétnicos.

Notamo-los ainda como soldados de Sebastião Bragança, quando defenderam a ilha de desertores espanhóis, que desembarcaram no norte da ilha fugindo dos maus tratos de seus superiores (COELHO, 1856, p. 10).

---

<sup>4</sup> Ortografia atualizada.

<sup>5</sup> Gentio da terra era a nomenclatura dada aos habitantes originais do Brasil (ESPADA, 2015, p. 7).

E como comerciantes, quando Cezar de Menezes regimenta uma ordem para que não se tratem mal os indígenas que chegam na região da Ilha de Santa Catarina para negociar gado e outros produtos, asseverando ainda que “por meio deste comércio se conservará a amizade dos Índios *minuanes* com os portugueses”<sup>6</sup> (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, v. 13, p. 47).

Ademais, pudemos observar que os indígenas não eram uma categoria homogênea, mas que diferenças étnicas se faziam presentes. Vimos Guarani sendo levados para lugares distintos da colônia para servirem como servos e escravos, inclusive em São Paulo. Além disso, pudemos notar indígenas Tupi sendo usados por portugueses sertanistas, principalmente no século XVII, na captura desses Guarani, já que havia uma relação de inimizade entre essas etnias (MELLO, 2005, p. 26-27). Quando Dias Velho veio, em 1673, e trouxe consigo indígenas, estes muito provavelmente pertenciam a esses dois grupos culturais (tanto soldados Tupi, quanto escravos Guarani), ou seja, estes estavam presentes nesse início da póvoa, e muitos não foram embora quando Dias Velho morreu. A estes se somam os indígenas Minuano chegando até a ilha para fazer comércio, isto é, estavam se inserindo na sociedade colonial ilhoa.

Assim, de acordo com os objetivos de análise das fontes escritas, vê-se, para essa primeira parte da história da Ilha de Santa Catarina no século XVIII, que: 1) diagnosticamos a presença indígena para esse início de século; 2) possuíam distintos papéis, como soldados, comerciantes, trabalhadores livres ou escravos e administrados; e 3) eram heterogêneos, pertencendo a distintos grupos culturais indígenas. Ressalta-se ainda que notamos citações de indígenas habitando próximo da ilha, mas fora das regulamentações da sociedade colonial.

Continuando na história da Ilha de Santa Catarina, em 1735, um incidente diplomático em Madri levou a um ataque à Colônia de Sacramento pelos espanhóis, o que nos leva à já citada maior preocupação da coroa portuguesa com a Ilha de Santa Catarina no século XVIII.

Daquele ano em diante, a coroa começa a fortificar militarmente a Ilha de Santa Catarina, haja vista sua importância no supracitado trajeto do Rio de Janeiro para a Colônia de Sacramento. Também põe em ação a migração de milhares de açorianos e madeirenses para a recém-criada Capitania de Santa Catarina, desmembrada da Capitania de São Paulo em 1738 (SILVA, 2008, p. 57-58). Essa migração vinha para reforçar o *uti possidetis* nessa fronteira meridional da colônia portuguesa, além de colocar braços e corpos nos trabalhos de lavoura, prestação de serviços e proteção do território.

---

<sup>6</sup> Ortografia atualizada.

Inúmeras obras públicas são executadas, como a construção das fortificações, de quartéis militares, a abertura de estradas, a ampliação da igreja, a construção da Casa de Governo e da Casa de Câmara e Cadeia, entre outras. Para tanto são utilizados braços escravos, bem como a mão de obra livre dos casais das ilhas (açorianos e madeirenses). Assim, a vila de Nossa Senhora do Desterro continua crescendo. Armações de baleias são fundadas empregando muitos (livres e escravos). Mais casas são construídas e ampliadas na sede da vila, e outras freguesias são iniciadas na ilha. A população cresce rapidamente, não somente com os casais das ilhas e militares, mas também com os escravos e forros africanos e afrodescendentes.

No entanto, esse crescimento, principalmente militar, quando foi posto à prova no ataque espanhol à Ilha de Santa Catarina, fracassou. Em três dias de ataque, a capitulação da ilha é assinada pelas tropas portuguesas e entregue para os espanhóis (PIAZZA, 1983, p. 186).

Mas e os indígenas? Onde estavam nesse avanço militar e populacional da ilha? Vimo-los na ilha antes, então, teriam sumido ou fugido com a chegada dos militares?

Não foi isso que percebemos com a análise das fontes escritas. Alguns podem ter fugido ou rumado para outros lugares, mas outros indígenas continuavam por aqui, pois conseguimos notar sua presença em certos documentos. Notamo-los, por exemplo, como indígenas administrados trazidos pelos militares ricos (ESPADA, 2015, p. 10) durante esse ímpeto de colonização e militarização da ilha.

Vimo-los também como trabalhadores braçais, auxiliando o governador Silva Paes na construção das fortalezas da Ilha de Santa Catarina em meados do século XVIII (PIAZZA, 1983, p. 124). Ainda como construtores e administrados, percebemos sua presença na edificação de outras obras públicas, através do conjunto de provimentos que o Ouvidor Geral da Comarca de Paranaguá apresentou à Vila de Desterro. Este apontava que os moradores locais (portugueses e casais das ilhas, que representavam a mão de obra livre) deveriam dar apoio às obras que estavam sendo executadas na ilha, como as fortificações e outras e, caso estes não quisessem prestar serviços por si, deveriam enviar “seus escravos e administrados” (CARDOSO, 2013, p. 303-304).

Ademais, observamo-los como soldados ou indivíduos envolvidos com a defesa da praça militar ilha. Notamo-los com Silva Paes, em 1743, quando este afirma que deveriam ser “puxados” para dentro das fortalezas, aumentando a guarnição destas, caso algum inimigo da coroa portuguesa entrasse nos portos da ilha (SILVA, 2008, p. 167). Alguns anos mais tarde, Silva Paes ainda os contabiliza num mapa da guarnição da ilha. Ainda como soldados, em 1750, o rei José I reclama ao governador da Ilha de Santa Catarina, Manuel

Escudeiro, acerca das deserções de soldados, índios, recrutas e degredados daquela praça militar (CARDOSO, 2013, p. 302) e, em 1753, os indígenas são apresentados nas despesas do governo, tanto com relação às férias dos índios e recrutas que devem ser pagas quanto em relação às contas no hospital que cuidava da infantaria, dos índios e recrutas.<sup>7</sup>

Além de construtores, trabalhadores administrados e soldados, pudemos também perceber sua presença enquanto indígenas fora das regulamentações da sociedade colonial, através de uma provisão, datada de 26 de junho de 1749, do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus, que ordena o envio de dois religiosos para atender aos casais açorianos e outros povos na Ilha de Santa Catarina, inclusive “os bárbaros que viverem naqueles contornos”.<sup>8</sup>

Por fim, notamo-los como trabalhadores assalariados. Em 1750, o rei D. José I ordena que *se fosse realmente necessário* o emprego da mão de obra dos indígenas que vivem na ilha ou aldeias próximas desta, eles seriam convidados para trabalhar com o mesmo pagamento que seria dado a um branco, “conforme seu trabalho e préstimo” (CARDOSO, 2013, p. 302). Ou seja, através dessa carta, vemos os indígenas tendo o apoio real de exercer as mesmas atividades dos brancos, recebendo o mesmo salário. Isto é, os pequenos serviços à jorna que os casais das ilhas e portugueses faziam, como pedreiros, carpinteiros de obra, serradores, falquejadores, ferreiros, serventes e remeiros (SILVA, 2008, p. 207-208), poderiam também ser exercidos pelos indígenas se assim fosse necessário, não somente como administrados e mão de obra escrava, mas também como assalariados.

Em síntese, temos até aqui, nessas décadas iniciais da Ilha de Santa Catarina, a pequena póvoa de Nossa Senhora de Desterro crescendo e ultrapassando seus limites. Novas localidades são criadas na ilha e continente devido ao aumento populacional ocasionado por militares e migrações de casais das ilhas. Novos profissionais são requisitados. Os indígenas, africanos e brancos estavam envolvidos nesses ambientes em crescimento desenvolvendo suas atividades diárias e interagem constantemente uns com os outros. Os indígenas especificamente poderiam estar trabalhando, sob administração ou escravidão, na casa de algum senhor, tanto dentro da casa quanto na lavoura, poderiam estar exercendo alguma profissão assalariada, construindo alguma edificação, realizando a pesca às baleias e defendendo a praça militar ou poderiam estar afastados do centro da sociedade colonial.

---

<sup>7</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 2, D. 92. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina], José de Melo Manuel, ao [secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, 30 nov. 1753.

<sup>8</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, D. 56. Provisão do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus. 26 jun. 1749.

As interações entre esses diferentes grupos certamente renderam frutos. Pudemos observar descendentes de indígenas dentro da Ilha de Santa Catarina, principalmente se considerarmos os casamentos acima mencionados. Mas além disso, temos, em 1763, o viajante Pernetty apontando essa interação ao afirmar que a Vila de Desterro era uma parte ocupada por brancos e outra parte por negros ou mulatos, asseverando que “veem-se na Ilha de Santa Catarina homens de todo tipo de pele, do negro até o branco” (HARO, 1979, p. 880).

Destaca-se, entretanto, que a interação entre indígenas e outros grupos culturais não ocasionava, nem significava uma obliteração das raízes desses indígenas e de seus descendentes para esses outros grupos. Isto é, notamos, através de carta datada de 1765 da Câmara de Desterro<sup>9</sup> ao rei D. José, que havia uma percepção inferiorizante dos descendentes desses relacionamentos interétnicos na sociedade colonial ilhoa, pois os habitantes da ilha achavam incabível sargentos *pardos* darem ordens aos moradores durante os exercícios militares obrigatórios.

Percebeu-se que os descendentes de indígenas e africanos (transformados em pardos ou mestiços) poderiam estar exercendo um bom cargo (sargento) de forma livre, mas, mesmo assim, a categorização desses homens livres como *pardos* denunciava uma ancestralidade de condição jurídica inferior (escravo, forro ou administrado), e que esses homens não poderiam ter poder de mando sobre outros de ancestralidade e condição jurídica superior.

Continuando a história da ilha, esses “homens de todo tipo de pele” viram, após um ano de ocupação espanhola, a Ilha de Santa Catarina ser devolvida aos portugueses em julho de 1778 (SILVA, 2008, p. 216). A partir daí a Vila de Desterro e outras localidades da ilha voltam a se reconstruir e a crescer, principalmente no setor do comércio.

Edifícios públicos, igrejas e novos fortins foram construídos (PIAZZA, 1983, p. 131-132). No centro da vila, mais habitações e prédios foram edificadas. Muitas dessas novas habitações foram assobradadas, assim como as casas que já estavam ali, destacando o crescimento econômico de alguns. O comércio aumentou com vendedores ambulantes (CABRAL, 1979, p. 86), mas também com estabelecimentos, como tavernas de secos e molhados e lojas de diferentes profissionais.<sup>10</sup> A produção e a exportação de diferentes produtos agrícolas e manufaturados, como as louças de barro e a farinha de mandioca (SILVA, 2008, p. 229), movimentavam a economia da capitania e provavelmente

<sup>9</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 3, D. 194. Carta dos oficiais da Câmara da Ilha de Santa Catarina, ao rei [D. José]. 27 jul. 1765.

<sup>10</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 5, D. 355. Ofício do [governador da Ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do Estado do Brasil, D. António José de Castro, 17 nov. 1797.

empregavam muitos habitantes. O número de habitantes na ilha também estava em crescimento e, de acordo com inúmeros censos demográficos das freguesias da ilha (BRITO, 1816, p. 41), poderiam ser homens livres, forros (pretos e pardos) e escravos (pretos e pardos).

É nesse contexto de crescimento econômico e comercial que, em 1822, a Independência do Brasil é proclamada, elevando a Vila de Desterro à categoria de Cidade, em fevereiro de 1823 (CORREA, 2005, p. 149).

Indicado o crescimento populacional, econômico, agrícola e militar nesse período “pós-espanhol” na ilha, podemos questionar: e os indígenas? Vimos que cresceu o número de habitantes brancos e africanos/afrodescendentes, mas e o número de indígenas e descendentes de indígenas? Onde estavam eles naquele momento?

A imensa maioria das citações acerca de indígenas nesse período se refere a indígenas do interior da capitania. Assim, encontramos-os como indígenas administrados sendo enviados pelo governador de São Paulo para auxiliar na povoação de Lages, em 1777.<sup>11</sup> Em 1780, localizamos-os também num despacho enviado pelo provedor da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina<sup>12</sup> acerca da administração dos índios nessas paragens. Em 1797, o viajante Sempé Lisle, aponta o auxílio que os indígenas administrados do Rio Grande de São Pedro prestaram no trajeto por terra que fizeram dali até a vila de Laguna (HARO, 1979, p. 134).

Ademais os vemos sendo citados por viajantes como indígenas bárbaros e “gentio bravo”. Krusenstern, Lisiansky e Langsdorff, em 1803, e Saint-Hilaire (1978, p. 158-159), em 1820, comentam acerca dos ataques e assaltos que os indígenas perpetravam contra os habitantes da sociedade colonial e, por isso, os viam como arredios ou bárbaros.<sup>13</sup>

Vendo claramente os indígenas habitando fora da sociedade colonial, questionamos-nos por que não os encontramos incluídos nas regulamentações desta, como notamos em fontes dos períodos anteriores, principalmente se considerarmos as inúmeras indicações de sua presença constante dentro da sociedade colonial paulista nesse período final do século XVIII e início do XIX, analisando somente documentações da Capitania de São Paulo.

---

<sup>11</sup> *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, v. 42. p. 275.

<sup>12</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 4, D. 292. DESPACHO do [provedor da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina, Teles Gomes de Figueiredo], 20 abr. 1780.

<sup>13</sup> Usamos essa nomenclatura “bárbaro” aqui não porque a aceitamos, isto é, não porque cremos que eram como animais selvagens, bárbaros, mas sim porque tal nomenclatura traz a forma como eram percebidos no período em questão, quer dizer, eram percebidos como bárbaros, não civilizados. Essa nomenclatura é inferiorizante e não concordamos com sua utilização, ou ainda com seu uso depreciativo.

Com isso, passamos a inferir que sua ausência nos documentos pesquisados acerca da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina seja explicada não por uma ausência real na sociedade ilhoa, mas sim por uma *invisibilidade* nos documentos ou por não termos encontrado os documentos que os apontavam. Contudo, se nos lembrarmos do que comentamos acima sobre os pardos ou mestiços, conseguimos inferir que essa tal invisibilidade documental dos indígenas e de seus descendentes pode ser devida a uma transformação na denominação dada a esses indígenas e descendentes.

Observamos, no desenvolver da pesquisa, que havia certa fluidez existente entre o mundo civilizado e o mundo selvagem nesse contexto colonial (ALMEIDA, 2009). Assim, indígenas e seus descendentes eram somente chamados de indígenas efetivamente quando referidos a indígenas administrados e indígenas fora da sociedade colonial, isto é, indígenas com estigma de “bárbaros e selvagens”. Estes eram os dois únicos polos (administrados x bárbaros) nos quais eram caracterizados os indígenas no imaginário europeu colonial, de acordo com Oliveira e Freire (2006). Por conseguinte, quando indígenas e seu descendentes estavam empregados livremente em atividades dentro da sociedade colonial, sua denominação corrente era: mulatos e pardos. Ou seja, por não haver, nesse imaginário colonial, espaço para relatividades distintas daquela dos polos supracitados (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35), a cor dos indivíduos sobressaía-se a sua identificação cultural.

Assim, notamos que esses indígenas dentro da sociedade colonial passaram gradativamente a ser nomeados de outra forma, e isto poderia ocorrer por dois motivos: 1) porque o Diretório dos Índios, instituído em 1758, preconizava que os indígenas não mais deveriam ser chamados de “negros da terra”, mas “terão daqui por diante todos os Índios sobrenomes [...] de brancos”, como famílias de Portugal,<sup>14</sup> sendo súditos do Rei (pagantes de tributos) e 2) porque era interessante para as autoridades e moradores denominar os indígenas e descendentes dessa forma “mestiça”, pois não sendo mais indígenas, as terras das aldeias (por direito pertencente aos indígenas), se tornavam um bem a ser conquistado por Câmaras Municipais e moradores.

Entretanto, mesmo os indígenas e seus descendentes dentro da sociedade colonial sendo nomeados de outra forma (mulatos ou pardos), mostramos anteriormente que essa nomenclatura não escondia sua condição jurídica inferior, isto é, sua ascendência escrava, administrada ou forra. Por conseguinte, segundo o discurso oficial de então, esses indígenas e descendentes de indígenas não eram índios, pois não eram bárbaros ou administrados,

---

<sup>14</sup> *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, 3 maio 1757.

e nem brancos, mesmo possuindo “nome de branco”. Eram trabalhadores, pagantes de tributos e dízimos da sua majestade. E por essa modificação na nomenclatura dada aos indígenas, percebemos uma invisibilidade documental referente a eles.

Vemos enfim, em todo este breve apanhado acerca da história da Ilha de Santa Catarina, de 1711 a 1823, que os indígenas e seus descendentes se faziam presentes na Ilha de Santa Catarina, tanto dentro quanto fora das regulamentações da sociedade colonial. Notamo-los como soldados, escravos, administrados, construtores, comerciantes e trabalhadores assalariados. Vimo-los se casando e tendo filhos. Percebemos, ao fim, a transformação da nomenclatura dada a eles: tornaram-se mestiços, pardos e mulatos. Estavam na Ilha de Santa Catarina durante o período colonial, continuando sua história, ajustando-se, transformando-se e tomando suas próprias decisões frente à empresa colonial. Estavam ali e estão até hoje<sup>15</sup> por serem sujeitos de sua própria história.

## 9.4 Considerações e questionamentos finais

Neste trabalho, buscamos averiguar a presença indígena na Ilha de Santa Catarina no período colonial (1711-1823). Apontamos, na introdução deste trabalho, que havia um vazio de informações acerca dos indígenas do século XVIII e início do XIX em muitos livros de história sobre a Ilha de Santa Catarina.

Resolvemos assim tentar preencher esse vazio com uma investigação e abordagem interdisciplinar entre história e arqueologia. Esta foi efetuada de forma a meditar sobre as atividades exercidas (estas de certa forma cotidianas e/ou corriqueiras) dos grupos estabelecidos na sociedade colonial da ilha nesse período, bem como sobre as interações culturais entre eles. Assim, especificamente com nossas fontes de pesquisa, objetivávamos investigar: 1) se havia ou não indígenas na sociedade colonial; 2) sua diversidade étnica; 3) que papéis desempenhavam nesse período; 4) os usos e locais de uso de vasilhas cerâmicas; 5) as interações culturais e formas de encontro entre esses diferentes grupos; e 6) as diferentes identidades envolvidas no processo de uso e manufatura das vasilhas cerâmicas.

Após apresentação acima realizada com respeito às *vasilhas cerâmicas* e aos *escritos* sobre a Ilha de Santa Catarina, podemos dizer que conseguimos

---

<sup>15</sup> De acordo com Brighenti (2012, p. 38), há atualmente cerca de 1028 indígenas vivendo em Florianópolis, fora das terras indígenas, visto neste município não existir nenhuma terra indígena.



atingir nossos objetivos. Identificamos que os indígenas estavam na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina. Pudemos ver que o vazio de informações acerca dos indígenas em livros clássicos de história era um vazio historiográfico e não documental, uma vez que achamos documentos oficiais que os apontavam, mesmo que brevemente.

Denotamos que os indígenas possuíam diversidade cultural (Guarani, Tupi, Minuano) não só dentro da categoria indígena, mas também adquirida através de interações dentro da sociedade ilhoa. Apontamos suas escolhas na sociedade colonial e fora dela. Vimo-los como construtores, lavradores, soldados, comerciantes dentro da sociedade, trabalhando incorporados nos seus sistemas. Encontramo-los no interior (provavelmente atuando nesses mesmos papéis dentro de aldeias), fora das regulamentações da empresa colonial. Percebemos sua transformação em mestiços (mulatos, pardos e bastardos) nas nomenclaturas (inclusive documentais) da época: uma mudança de denominação que não só previa manter os indígenas e descendentes de indígenas desconectados da sociedade branca e ainda conectados com sua ascendência de conexão jurídica inferior, como também possuía um caráter político-econômico que os afastava de seus direitos por terras e os incluía nos súditos pagantes de tributos ao rei de Portugal.

Por fim, percebemos que os indígenas e seus descendentes estavam aqui e estão até hoje nas praças e ruas da antiga Vila de Desterro. Estão na praça da Matriz, próximo das habitações e em frente à Casa do Governo. E não chegaram ali por serem homogêneos, estáticos, passivos e fracos perante a empresa colonial, mas sim por serem complexos, vívidos, dinâmicos e sujeitos da própria história.

A partir da análise das vasilhas cerâmicas pudemos identificar os usos e espaços de uso desses artefatos. Através de diferentes escalas de produção, vimos distintas identificações culturais, como a africana e a europeia, manufaturando e usando esses objetos cotidianamente. Assinalamos diferentes interações entre esses grupos, tanto construtivas quanto verticais e horizontais. Entretanto, acerca dos indígenas, foco deste trabalho, indicamos que as características que encontramos para o processo de fabricação das vasilhas analisadas não apontavam *diretamente* para uma presença indígena, mas para certa dubiedade nas características apontadas pela literatura arqueológica entre as vasilhas africanas/afrodescendentes e vasilhas indígenas (como acabamentos plásticos roletados, inciso, beliscado e escovado, a técnica de manufatura acordelada/roletada).

Passamos então a nos questionar sobre o porquê dessa “invisibilidade arqueológica” acerca das características indígenas nas vasilhas analisadas. Já que estavam na ilha, seria possível que não estivessem nos edifícios enfocados pela análise? Difícil aceitar isto, uma vez que vimos que os indígenas e seus

descendentes estavam trabalhando e interagindo com os outros grupos da ilha, nas mesmas atividades (defesa, construção, lavoura, etc.), e se estes estavam nos edifícios, marcando as vasilhas cerâmicas, seria bastante provável os indígenas também estarem.

Seria possível eles estarem se abstendo de manufaturar ou influenciar na manufatura das vasilhas cerâmicas? Aguiar e Müller (2010, p. 159) afirmam que entre os Guarani se intensificou uma política de não violência, assim, frente a grandes problemas, os indígenas poderiam escolher retirar-se pacificamente. Essa informação aliada à de Fabíola Silva (2000b, p. 86) acerca de como a cultura material feita para si é diferente da cultura material feita para outros, leva-nos a inferir a possibilidade de os indígenas escolherem não mais participar da manufatura das vasilhas cerâmicas, pois as fariam numa situação problemática (dominação) e as fariam para outros. No entanto, notamos, em nossa pesquisa, que os indígenas influenciaram em inúmeros aspectos, como na construção e uso de canoas monóxilas, plantio e produção da farinha de mandioca, nomenclaturas de lugares, entre outros. Então, por que se absteriam de influenciar em algo que, como já indicamos, era tão corriqueiro em sua vida e na vida de seus ancestrais como vasilhas cerâmicas?

Seguimos supondo que talvez influenciassem a manufatura, mas não conseguimos identificar as “marcas” dessa presença. Isso é possível, pois conforme Hall (1995) afirma, assim como tem sido difícil encontrá-los nas fontes documentais, também tem sido difícil encontrá-los nos vestígios arqueológicos. Essa dificuldade pode advir do que Jones (2005) assevera: a complexidade dos processos e a adoção de estilos de outros povos acaba por ocasionar uma apropriação e redefinição (o que não significa aculturação).

Com essa informação, associada ao que já comentamos acerca das interações culturais entre diferentes grupos da sociedade colonial (no casamento ou atividades), questionamo-nos se não seria possível inferir que as vasilhas cerâmicas indígenas agora foram redefinidas, indicando uma interação/fusão de atributos indígenas e africanos.

Tomando apenas o acabamento plástico escovado, começamos a ver essa inferência como possível. Notamos que o escovado é um atributo intensamente presente em sítios arqueológicos Guarani mais recentes (século XIV e XVI) (JONES, 2005, p. 28, 34) e que este continuou sendo usado dentro da sociedade colonial do século XVIII, no caso de Jundiá/SP, juntamente a outros atributos indígenas (como antiplástico de caco moído) (MORALES, 2001), mostrando uma aparente conservação desse atributo por anos após o contato. Vimos ainda, no trabalho de Agostini (1998) – o qual analisa três sítios históricos do Rio de Janeiro (uma fazenda de mandioca, o Solar Grandjean de Montigny e a Imperial Sociedade Amante da Instrução) – que o escovado está mais presente na fazenda de mandioca, local onde, de acordo com Schwartz

(1988), o indígena era preferencialmente colocado para trabalhar. Ou seja, aparentemente o escovado é um atributo que poderia ser conectado aos indígenas. Mas por que não o é? Por que apontamos esta como sendo uma característica dos africanos?

Foi com o nome homogeneizante “cerâmica neobrasileira” que essa invisibilidade se iniciou. As complexas interações e contribuições para a manufatura cerâmica dos diferentes grupos formadores da sociedade colonial foram homogeneizadas sob essa denominação. Entretanto, a partir das últimas décadas, com o crescimento dos estudos acerca dos grupos africanos/afrodescendentes, a influência desses grupos passou a ser destacada. Ou seja, as características referentes aos africanos e afrodescendentes vêm sendo estudadas, e muitos artigos e livros já foram publicados (SYMANSKI; SOUZA, 2007; SYMANSKI, 2010; BORBA, 2013; RODRIGUES, 2015). Os africanos e seus descendentes começaram a aparecer através da cultura material.

Entretanto acerca dos indígenas desse período, não temos essa mesma quantidade de publicações. Carecemos de mais estudos para poder afirmar mais categoricamente certas hipóteses. Contudo, pudemos notar que os indígenas estavam presentes e provavelmente influenciaram (direta ou indiretamente) a manufatura e o uso das vasilhas cerâmicas encontradas nesses sítios arqueológicos, mas não somos (ainda) capazes de assegurar isso. O que podemos dizer, todavia, é que os indígenas estavam na Ilha de Santa Catarina e estão até hoje. Complexos, vívidos e dinâmicos.

## Arqueologia da diáspora africana: potencial de pesquisa em Florianópolis<sup>1</sup>

Beatriz Regina Mendes

Neste artigo buscamos identificar na paisagem atual de Florianópolis aqueles locais que apresentam potencial de pesquisa em arqueologia da diáspora africana. O município possui mais de 200 sítios arqueológicos, pré-coloniais e históricos, entre cadastrados e não cadastrados no IPHAN. Entre os sítios históricos que receberam maior destaque estão as grandes construções de importância militar e religiosa, contudo o maior número se concentra em pequenas unidades produtivas e domésticas. É a partir do estudo destes sítios que podemos ter contato com diferentes grupos humanos que ocuparam e modificaram a paisagem nos tempos mais recentes. O grupo que destacamos neste trabalho, os escravizados, teve características, hábitos e cotidiano descrito por viajantes, autoridades e historiadores. Porém, as informações que estão registradas sobre eles muitas vezes foram construídas obedecendo a interesses contestáveis e visões preconceituosas.

A escravidão no Brasil é um tema amplamente estudado por diferentes perspectivas, e, mais recentemente, Santa Catarina, e em particular Florianópolis, têm sido objeto de pesquisas de caráter histórico e antropológico dentro do tema (BILÉSSIMO, 2010; ESPÍNDOLA, 2013, 2016;

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento. A pesquisa iniciou com a elaboração do trabalho de conclusão de curso intitulado *Arqueologia da escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis*, no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, e continua sendo desenvolvida na dissertação *Fazenda da Tapera: um estudo de Arqueologia da Paisagem* do curso de mestrado em Arqueologia do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FERREIRA, 2006; LIMA, 2005; MACHADO, 2016; MAMIGONIAN, 2006; MAMIGONIAN; VIDAL, 2013; MATTOS, 2015; PENNA, 2005; POPINIGIS, 2012; REBELATTO, 2006; VIEIRA, 2017). Neste artigo propomos contribuir para as pesquisas acerca da escravidão na Ilha de Santa Catarina, promovendo, assim, um diálogo entre história e arqueologia, trazendo novas informações sobre as práticas culturais e o cotidiano dessas populações. Para isso, serão apresentados locais que compreendem atividades de trabalho e do cotidiano associadas a moradias, engenhos, armazéns, portos e comércio presentes no município de Florianópolis.

## 10.1 Nossa Senhora do Desterro

O sul do país passou por um processo particular de ocupação que, devido a diferentes fatores, não teve cunho apenas econômico, mas administrativo e militar. Como a região não apresentava áreas para a exploração de metais preciosos, não foi alvo de interesse imediato, a preocupação em ocupar a parte meridional da colônia surgiu com a necessidade de manter esse espaço protegido dos interesses dos espanhóis, que já detinham o poder na região do Prata, e, por consequência, havia a possibilidade de ampliar o domínio sobre os territórios próximos. Assim, inicialmente foram direcionados grupos de vicentistas para a efetiva ocupação do litoral sul. Nesse contexto, o bandeirante Francisco Dias Velho, trazendo sua família e escravos indígenas, deu início à povoação de Nossa Senhora do Desterro por volta de 1675, instalando aí sua moradia e construindo uma capela onde atualmente se encontra a Igreja Matriz de Florianópolis. Esse primeiro empreendimento fracassou, e as tentativas de povoação foram retomadas cerca de um século depois, com a instalação de açorianos e madeirenses na ilha e a fundação de freguesias pelo território a partir de 1748 (CAMPOS, 1989, p. 20).

O território que mais tarde faria parte do município de Florianópolis vinha sendo utilizado para descanso e reabastecimento de navios e foi muitas vezes descrito por viajantes estrangeiros (CAMPOS, 1989, p. 21). Um desses viajantes foi Amédée-François Frézier, engenheiro militar francês que, em passagem pela ilha no ano de 1712, a descreve como “uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não se encontrando nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 a 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme” (HARO, 1996, p. 22). Frézier desenhou animais e plantas encontradas durante sua estadia e realizou estudo para um mapa da região. Ao falar sobre seus habitantes, ele os apresenta como sendo “portugueses, uma parte de

européus fugitivos e alguns negros, vê-se também índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra” (HARO, 1996, p. 23). Mais tarde, o viajante George Shelvocke também aportou em Desterro. O relato da viagem realizada em 1719 teve uma primeira edição publicada em 1726 e apresenta um capítulo dedicado à sua estadia em Nossa Senhora do Desterro. Ao descrever a ilha, comenta: “é toda coberta de matas inacessíveis, de forma que, com exceção das plantações, não existe uma só clareira nela toda”, Shelvocke ainda aponta que os moradores da ilha “são uma malta de bandidos, que aqui chegam como refugiados das outras colônias mais estritamente governadas do Brasil” (HARO, 1996, p. 46).

A partir dessas descrições, podemos ter uma ideia de qual era o aspecto da Vila de Nossa Senhora do Desterro no início do século XVIII, uma terra pouco habitada e explorada. O que caracterizava a importância da ilha era principalmente sua localização, estava entre o porto do Rio de Janeiro e a Colônia de Sacramento. Tornava-se assim, objeto de interesse do governo espanhol, um dos fatores que incentivou a coroa portuguesa a aplicar medidas de segurança e manutenção do território, estabelecendo definitivamente a presença portuguesa na região. Em vista disso, um projeto de fortificação e colonização foi direcionado para a Capitania de Santa Catarina, criada em 1738, a partir da sua separação da Capitania de São Paulo.

O sargento-mor José da Silva Paes assumiu o governo da capitania recém-criada, e logo no início desenvolveu e executou o projeto de construção das quatro primeiras fortificações instaladas na região entre 1739 e 1744: Santa Cruz, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratoles e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba. As três primeiras faziam parte de um triângulo de fogos que serviria para proteger a entrada norte do canal. A quarta fortaleza foi construída na ilha de Araçatuba, região da barra sul, onde a entrada do canal mais estreita e o mar agitado já funcionam como uma barreira natural (MACHADO, 1994, p. 22). O sistema de defesa da ilha foi sendo ampliado ao longo do século XVIII. Entre os anos de 1761 e 1765, foram construídos os fortes de São Francisco Xavier e Sant’Ana, e a bateria de São Caetano, sendo o projeto realizado pelo sargento-mor Francisco José da Rocha. Mais tarde, em 1776, foi construída a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Esse sistema defensivo se mostrou ineficiente, quando em 1777 a ilha foi invadida por espanhóis, que ficaram no poder durante um ano, até a assinatura do tratado de Santo Idelfonso entre Portugal e Espanha. Após esse acontecimento, e prevendo a possibilidade de um novo conflito, foram construídos outros dois fortes, o de Santa Bárbara, dentro da Vila do Desterro, por volta de 1786, e o Forte São João, no ano de 1793, instalado na parte continental, em frente ao forte de Sant’Ana, com o qual deveria cruzar fogos (MACHADO, 1994, p. 26).

Com o processo inicial de fortificação e acompanhando o movimento de expansão da colônia, a ilha e o continente próximo foram incluídos em um projeto de colonização. Em 1747, foram publicados editais para estimular a migração, em que se prometiam lotes de terra para a prática da agricultura, para o que receberiam sementes e ferramentas para dar início às plantações, bem como farinha de mandioca para o consumo durante o primeiro ano, animais e armas (CABRAL, 1943, p. 10).

No ano seguinte, chegam a Desterro os primeiros casais açorianos. Esses casais foram distribuídos na ilha e no continente próximo com a intenção de fundar freguesias, onde passariam a desenvolver uma agricultura de subsistência. As primeiras freguesias foram a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São Miguel da Terra Firme e Nossa Senhora da Enseada de Brito, as duas últimas no continente. Também foram assentados na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, na região próxima à Capela Nossa Senhora das Dores. Logo após a chegada dos imigrantes açorianos, militares de carreira foram transferidos para trabalhar nos fortes e fortalezas. Eles não chegaram sozinhos, muitas vezes traziam consigo seus familiares, o que contribuiu para o aumento significativo da população. A produção dos açorianos, que no início era mais voltada para a subsistência, teve de passar por transformações que possibilitassem suprir a demanda de víveres que cresceu com o aumento da população, assim como com o incremento do comércio da região. Mesmo assim, a maior parte da alimentação nesse momento ainda era fornecida por meio da importação (HÜBENER, 1979, p. 12).

## 10.2 A pesca da baleia e as atividades do porto

Do mesmo modo como acontecia em toda a costa brasileira onde as baleias circulavam, havia o aproveitamento da carne e a produção de óleo a partir de animais encalhados. Pouco a pouco a caça foi sendo organizada e aproveitada economicamente até que gradativamente fossem instaladas as armações baleeiras em vários pontos do litoral da colônia.

Data do século XVII o início da pesca da baleia no Brasil colonial, sendo que na costa catarinense a exploração econômica dessa atividade começou efetivamente com a instalação da primeira armação baleeira no ano de 1746. No total foram construídas cinco armações entre os anos de 1746 e 1796. Além da primeira, Armação da Piedade, instalada na região que atualmente faz parte do município de Governador Celso Ramos, a Armação de Sant'Anna da Lagoinha foi instalada na região sul da Ilha de Santa Catarina em 1772, a Armação de São João Batista de Itapocorói em 1778, no atual município

de Penha, a Armação de São Joaquim de Garopaba, entre 1793 e 1795, e por último a Armação de Sant'Anna de Imbituba em 1796, ambas no litoral sul da capitania (ELLIS, 1958, p. 429).

O óleo extraído das baleias tinha diversas aplicações, sendo a principal como combustível para lamparinas, mas também como lubrificante, na impermeabilização de barcos, para refino do enxofre, para o preparo de couros e tecidos, fabricação de sabão, entre outros. O refugo do azeite era utilizado, junto com a cal, para preparação de argamassa em construções, sendo amplamente aproveitado em toda a colônia. Ainda eram aproveitados os tendões, barbatanas e a carne, que depois de salgada era utilizada para complementar a alimentação dos escravos do contrato e vendida para a população pobre. De todos os produtos o óleo era o mais importante, principalmente pelo seu uso na iluminação, sendo substituído apenas em alguns casos específicos por óleo de oliveira ou mamona (ELLIS, 1958, p. 416).

A partir do inventário realizado no ano de 1816, Zimmermann (2013) levantou informações sobre o cotidiano e detalhes da Armação de Sant'Anna da Lagoinha, a segunda maior no litoral catarinense e a única na Ilha de Santa Catarina, instalada no sul da ilha em 1772 sob a administração de Inácio Pedro Quintela, no local que já vinha sendo utilizado para depósito do óleo que era produzido na Armação da Piedade.

A estrutura da armação era composta, além dos engenhos de frigar o toucinho e da casa de tanques, de engenho de farinha e de cana, casa de vivenda, um armazém, um hospital, uma capela e um cemitério. Senzalas eram duas, uma na praia e outra na Ilha do Campeche, onde também havia sido construído um tanque para armazenar óleo. A senzala da praia era composta por uma sequência de 13 casas, com 400 palmos de frente e 27 de fundo, a outra senzala tinha menores dimensões, formada por uma casa com 34 palmos de frente e 30 de fundo (ZIMMERMANN, 2013, p. 46).

No inventário são citadas plantações significativas de laranja e café, que possivelmente eram para consumo dos trabalhadores da baleeira, assim como a farinha e o açúcar que, em algum momento, foram produzidos no local. No período do inventário, os engenhos não estavam mais em uso, e nem plantações de cana e mandioca são alistadas. Para completar a alimentação fornecida aos cativos, era utilizada carne-seca, que, assim como o fumo e a aguardente, fazia parte do orçamento da administração. O inventário também listava para essa armação 46 escravos. Desses, 18 foram avaliados como “sem valor”, considerados assim por sua idade ou problemas de saúde (ZIMMERMANN, 2013, p. 50). Nesse mesmo ano, as seis armações da costa catarinense somavam 333 escravos, e quando a Fazenda assumiu a administração, em 1801, esse número chegava a 525 (MAMIGONIAN, 2006, p. 574).



Nas armações trabalhavam homens livres e escravizados, com funções diferentes e específicas, sendo atribuídas aos homens livres as funções de arpoador, feitor da praia e feitor-mor. Outras atividades, como cortador de açougue, mestre de azeite, remador, gancheiro e falqueador, eram conferidas aos cativos da armação, sendo essas atividades relacionadas diretamente com a caça de baleias. A estrutura necessária para a manutenção do complexo também contava com força escrava, envolvendo atividades nos engenhos de açúcar e farinha ou no cultivo das roças. Nos meses de maio a setembro, quando as baleias são avistadas com mais frequência no litoral sul e conseqüentemente a caça se tornava mais abundante, alguns trabalhadores livres eram contratados, e escravos, alugados para auxiliar nas diversas tarefas (ZIMMERMANN, 2013, p. 55).

Com isso, observamos que as atividades que competiam aos escravizados nas armações estavam restritas àquelas realizadas em terra firme. O motivo não é possível precisar, mas talvez estivesse relacionado à necessidade de controle para evitar maior resistência ou mesmo para poupá-los do serviço no mar, mais arriscado, e considerando que o investimento em mão de obra escrava era mais dispendioso, esta seria uma forma de evitar prejuízos. Jacinto Jorge dos Anjos Correia, administrador da Armação de Nossa Senhora da Piedade relata, em 1817, uma das árduas tarefas dos escravizados:

A grande distância em que estão aqui as lenhas e o imenso trabalho que dão em se conduzirem para esta Armação em forma que não chega aqui pau que deixa de ser muitas vezes lavado com suor dos escravos ocupando-se com desvelo neste duro e pesado serviço, todo o tempo que medeia de uma a outra pesca, sem ter outra derivação, me afligia sumamente e fazia compadecer muito da pobre escravatura, olhando ao mesmo tempo para os poucos matos que já haviam; estas circunstancias ocupavam há muito a minha consideração a ver se descobria moda de se gastar menos lenha em frigar o toicinho das baleias [...]. (CORREIA *apud* ELLIS, 1958, p. 308).

A indústria baleeira, muito promissora no início, sucumbiu em meio às dificuldades na administração do negócio, suas limitações técnicas, concorrência com outros exploradores e falta de incentivos. Durante o período de exploração da pesca da baleia, os artigos produzidos, sobretudo o óleo, não apenas supriam a demanda do mercado local, mas possuíam expressivo papel nos produtos exportados através do Porto de Desterro.

O porto, localizado na região central, próxima ao continente, era acessado principalmente pela barra norte, já que a barra sul não se apresentava como uma boa opção devido a características geográficas que se tornavam uma barreira natural (HÜBENER, 1979, p. 22).

Outros portos, de menor tamanho e capacidade, faziam a ligação das freguesias mais afastadas com Desterro. Embarcações como lanchas, barcos e baleeiras<sup>2</sup> eram utilizadas para o transporte de passageiros e mercadorias, assim os produtos cultivados na ilha eram levados para serem vendidos na região entre a praça e o porto, onde um núcleo urbano se estabelecia. Essas mesmas embarcações cumpriam a função de distribuir os artigos recebidos através do Rio de Janeiro, abastecendo os armazéns locais.

Apesar da limitação técnica que apresentava, o Porto de Desterro desempenhou papel importante no cenário econômico regional. Caracterizado pelo comércio de cabotagem, facilitava o contato entre outros portos da costa catarinense e o porto do Rio de Janeiro, sendo responsável pelo escoamento de boa parte da produção da província (HÜBENER, 1979, p. 32).

Saint-Hilaire, em sua passagem por Santa Catarina em 1820, assim como outros viajantes, descreveu suas características naturais, seus principais edifícios e sua população. Ao tecer comentários a respeito do comércio local, destacou a quantidade de lojas e a variedade de mercadorias disponíveis, em virtude principalmente de serem adquiridas através do contato com o Rio de Janeiro. Sobre o porto, observou a movimentação de embarcações:

Desterro, cidade marítima e comercial, não é deserta como as vilas e povoações do interior. Quando de minha passagem por ali, encontravam-se ordinariamente uma dúzia de pequenas embarcações tanto no seu porto como no de Santa Cruz, e o canal era, de contínuo, atravessado por canoas, que, principalmente pela manhã, conduziam gêneros para a cidade. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 157).<sup>3</sup>

Das mercadorias importadas, uma parte abastecia lojas e armazéns distribuídos na região central de Desterro, o restante seguia para outros núcleos comerciais estabelecidos nas demais freguesias. O fácil acesso ao porto e a proximidade com a praça da Matriz propiciaram o desenvolvimento de um comércio urbano nessa região central, formado essencialmente de comerciantes que disputavam espaço com pequenos agricultores, pescadores e quitadeiras. A expansão da economia interna, influenciada pelo mercado de exportações colonial, gerou um aumento na produção de excedentes, que, além de suprirem a demanda de gêneros no mercado regional, passaram a compor o quadro de produtos exportados.

---

<sup>2</sup> Baleeiras são embarcações construídas em madeira leve, utilizadas para atividades de pesca, transporte de mercadorias e pessoas. Segundo Várzea (1985), a embarcação recebeu esse nome por ter sido inicialmente adaptada para a pesca de baleia no litoral catarinense.

<sup>3</sup> Ortografia atualizada.

Apesar de tratar do Porto de Desterro no século XIX, Hübener (1979) não comenta da forte presença escrava nesse porto e de como a relação comercial entre Desterro e o Rio de Janeiro está ligada a essa presença. Mamigonian reflete sobre essa relação:

Ainda que Santa Catarina não tenha estabelecido comércio diretamente com a costa da África, sua economia esteve, durante a fase de intensa importação de africanos e exportação de farinha de mandioca e aguardente, associada à dinâmica das trocas atlânticas, através da praça do Rio de Janeiro. (MAMIGONIAN, 2006, p. 638).

O porto, além de ter sido a principal porta de entrada dos escravos na província de Santa Catarina, era também uma das possibilidades de fuga. A grande movimentação de embarcações de outras províncias e até de outros países fazia com que a fuga por esse meio tivesse uma grande chance de êxito, já que os cativos dificilmente seriam capturados longe da comunidade que estavam deixando para trás (REBELATTO, 2006, p. 63).

As fugas pelo mar foram comuns em toda a costa brasileira. Especificamente no Porto de Desterro o principal meio dessa prática eram os navios baleeiros norte-americanos. A partir de 1798 passaram a frequentar o Atlântico Sul em busca dos cetáceos, pois, com o fim do monopólio da coroa portuguesa sobre a pesca da baleia, embarcações de outras nacionalidades foram autorizadas a exercer essa atividade no litoral do Brasil. Os navios norte-americanos eram mais equipados, e sua produção mais rápida, com beneficiamento do óleo dentro do próprio navio. Precisavam aportar apenas para o abastecimento, momento em que os escravizados tinham a oportunidade de empreender a fuga (REBELATTO, 2006, p. 63).

O aumento das fugas por via marítima se deu principalmente após a década de 1830. Rebelatto (2006, p. 64) chama a atenção para a influência que a abolição da escravidão nos Estados Unidos pode ter tido sobre essas evasões, já que para os tripulantes dos navios seria natural aceitar os fugitivos como homens livres, e para esses cativos, a possibilidade de ser livre em outro país pode ter incentivado suas ações.

A vida escrava possuía diferentes configurações de acordo com o cativo e as funções desempenhadas pelo escravizado. Na ilha não era diferente. Havia cativos com profissões específicas como, por exemplo, sapateiro, pedreiro, carpinteiro, costureira, entre outras. Essas profissões eram citadas nos anúncios de venda e aluguel e eram fonte de renda para seus proprietários e até para alguns cativos que, a partir de seu ganho particular encontravam um meio de comprar sua alforria ou a de parentes. Além das profissões, outra fonte de renda consistia na venda de peixes e de material cultivado em roça própria,

atividades essas realizadas após servir o proprietário ou aos finais de semana. Nesse cenário também aparecem os “escravos de ganho”, que, apesar de serem propriedade de alguém, precisavam trabalhar para seu sustento, pagando uma parte do que recebiam para seus proprietários. Estavam presentes principalmente na área urbana e desenvolviam atividades diversas (LIMA, 2013, p. 201).

A praça da matriz, também conhecida como “praça do mercado”, reunia quitadeiras que ali vendiam de frutas a refeições prontas. Ocupavam o espaço com tendas e barraquinhas, e junto com as ruas do Príncipe e Augusta, principais ruas de comércio de varejo e atacado respectivamente, contribuíam para o caráter comercial dessa região (POPINIGIS, 2012, p. 205). Os comerciantes, na sua maioria africanos e principalmente mulheres, pagavam um aluguel pelas barraquinhas, que foram transferidas para próximo da Ponte do Vinagre no ano de 1845. Essa remoção foi justificada pela passagem da família real em Desterro. Após a mudança, iniciou-se uma disputa pelo local, sendo um grupo favorável pelo retorno das barraquinhas à praça e outro grupo que considerava inapropriado aquele comércio. Esse impasse só foi resolvido com a construção do primeiro Mercado Público, inaugurado em 1851. A construção de um mercado que centralizasse esses vendedores obedecia a questões sanitárias, que envolviam os alimentos comercializados e o próprio espaço da praça, além de garantir um maior controle na arrecadação de impostos, por outro lado também fazia parte de um movimento de “embelezamento” da região, que há muito recebia críticas pela aglomeração de negros – escravos e libertos (POPINIGIS, 2012, p. 213).

Com a instalação do Mercado Público, criaram-se restrições ao comércio das quitadeiras, com diferentes valores a serem pagos pelo uso dos espaços, além de condicionantes para o aluguel das barracas. No entanto, algumas atividades continuaram a ser desenvolvidas fora do mercado, desobedecendo as regras vigentes naquele momento (POPINIGIS, 2012, p. 212).

### 10.3 Os engenhos e a produção de alimentos em Desterro

As armações baleeiras e o comércio realizado junto ao porto configuravam as atividades econômicas mais lucrativas de Desterro, assim como concentravam uma parcela significativa dos cativos da ilha. No entanto, as atividades agrárias também merecem destaque nesse cenário. A colônia, em geral, se especializou em culturas agrícolas voltadas para a exportação, como a cana-de-açúcar, o café e o algodão. Na província de Santa Catarina,

e mais especificamente, em Desterro, o processo de colonização foi distinto, tendo sua agricultura voltada principalmente para suprir a demanda interna da província (HÜBENER, 1979, p. 7). Campos (1989, p. 30) aponta três fatores que contribuíram para a forma como a região se desenvolveu: a produção baseada na pequena propriedade; a representação do poder administrativo, civil e militar e a influência do capital comercial interno e externo. Em conjunto, esses três fatores moldaram o desenvolvimento da região, o que resultou num modelo produtivo e econômico específico.

O projeto de colonização e exploração das terras estimulava o desenvolvimento da agricultura de subsistência com a chegada dos imigrantes, porém não previa as dificuldades no plantio das culturas com as quais os açorianos tinham mais familiaridade, como o trigo, o algodão e o linho-cânhamo. Diante das dificuldades encontradas, a raiz da mandioca, de fácil plantio e manejo, se tornou o principal item cultivado na ilha. A planta já era conhecida dos índios da etnia Guarani que habitavam a região, relatos de viajantes indicam que a farinha produzida pelos Guarani já era comercializada antes mesmo da efetiva ocupação portuguesa (SILVA, 1996, p. 26).

Após o período inicial de adaptação dos colonos açórico-madeirenses, desenvolveu-se em Desterro uma economia baseada na pequena propriedade, o que, segundo Campos (1989, p. 28), “propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua autossuficiência e um excedente exportável”. Décadas depois, a farinha de mandioca consumida em Desterro já era toda produzida na ilha. Além de áreas de lavoura, algumas propriedades possuíam maquinários para o beneficiamento das culturas. No início, possivelmente, eram utilizadas engenhocas manuais para o beneficiamento da raiz, conhecidas como “pouca-pressa”, “caranguejo” ou “chama-rita”, que foram sendo substituídas por engenhos movidos com a força da água ou da tração animal (SILVA, 1996, p. 27).

Aqueles produtores que, por diferentes motivos, não possuíam engenhos próprios, ou não participavam de um grupo ou associação que possuísse um, realizavam esse processamento em outras propriedades, elevando os custos de sua produção e diminuindo seus lucros, já que parte da produção ficava com o proprietário do engenho. De cultura alternativa, a farinha de mandioca passou a ser um dos principais itens produzidos, comercializados e consumidos em Desterro. Era a base da alimentação dos habitantes da vila, fossem lavradores, cativos ou militares, além disso, movimentava o comércio incipiente, abastecendo navios e sendo vendida principalmente para o Rio de Janeiro, de onde seguia para outros portos da colônia e até mesmo para portos estrangeiros.

A demanda crescente por gêneros em Desterro, consequência direta do aumento da população, refletia na indústria rural da região. Mostra disso é

o número de unidades produtivas que vão sendo instaladas em toda a ilha: para o ano de 1797 são contabilizados 350 engenhos de farinha, enquanto a produção de açúcar contava com 102 fábricas e um engenho; engenhos de aguardente eram 102 (LAYTANO, 1959, p. 149).

Longe das grandes áreas exportadoras, o açúcar produzido em Desterro obedecia a uma escala de abastecimento urbano, voltado às necessidades internas da província e com pouca participação no comércio externo. Não era raro que sua produção se desse no mesmo espaço destinado a outros produtos, como a aguardente e a farinha. Apesar de ser produzido em quantidades mais modestas, sua fabricação seguia o mesmo modelo dos grandes engenhos em proporções menores. Os engenhos de cana eram geralmente instalados em área de encosta, compostos de duas seções em níveis diferentes, tendo a moenda na parte mais alta e o alambique e a caldeira para redução do açúcar na parte baixa (VÁRZEA, 1985, p. 202).

No início, a mão de obra empregada nesses engenhos e lavouras era predominantemente familiar, podendo contar com a participação de membros externos em períodos de maior produção. Isso porque inicialmente o uso da força escrava não era incentivado pela coroa, que temia o comportamento ocioso dos colonos açorianos (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 22). O aumento da comercialização de gêneros no mercado regional propiciou o estabelecimento de grandes propriedades, voltadas inclusive para o mercado exportador. Essas propriedades já não podiam operar no sistema de produção familiar previsto no edital de colonização, e o uso da mão de obra cativa passou de complementar – como já vinha sendo utilizada em alguns estabelecimentos – para indispensável. Entre os produtores que exploravam o trabalho escravo, a maioria possuía de um a dois cativos, e aqueles mais abastados chegavam a ter mais de 20 em sua propriedade. Em geral, mesmo as pequenas propriedades se caracterizavam como unidades produtivas de cultivos mistos, fato que se deve ao longo ciclo da produção da farinha de mandioca, cerca de dois anos, período em que o lavrador poderia se dedicar a outras culturas (ESPÍNDOLA, 2010, p. 78).

A maior participação no comércio interprovincial de gêneros e no mercado de exportação teve consequências diretas no modo de produção da região. O aumento das atividades nas lavouras da ilha fez crescer a demanda por escravos, o que, por sua vez, determinou a participação mais intensa de traficantes na costa catarinense. O mesmo porto responsável pelo escoamento da produção e entrada de itens diversos no comércio local era também a porta de entrada para africanos e crioulos embarcados no Rio de Janeiro. O cativo, tratado como mercadoria no sistema escravista, seguia o mesmo caminho dos produtos tradicionalmente importados, situação que se manteve até meados do século XIX.

Em levantamento realizado nos livros de Batismo de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, Mamigonian e Vidal (2013, p. 34) puderam verificar a distribuição da posse escrava entre propriedades, consideradas de pequeno, médio e grande porte, de acordo com o contexto regional. Destas, metade possuíam até dois escravos, 46% possuíam entre três e 10, e 4%, acima de 10 escravos. Esses dados fazem referência ao período entre 1790 e 1800. É possível que quase a totalidade dessas propriedades se dedicassem ao fabrico de farinha, no entanto outras culturas provavelmente eram mantidas simultaneamente nas lavouras.

Mamigonian (2006, p. 638) aponta para a diminuição na importação de cativos a partir de 1830, período que marca a chegada de colonos europeus dentro de uma nova política imperial de colonização. Em decorrência dessa mudança, a população escravizada cresce mais lentamente até aproximadamente 1850, quando começa a diminuir em razão de vendas e alforrias. Mais uma vez, o Porto de Desterro aparece como cenário já que era através dele que os escravizados, nesse momento a maioria crioulos, eram levados para serem revendidos para o Sudeste, onde, nas lavouras cafeeiras, a demanda por mão de obra ainda era grande. Com a proibição do tráfico atlântico, esse comércio interprovincial ganhou força.

Devido ao modelo de colonização empregado em Desterro, a historiografia caracterizou a escravidão ali praticada como branda, em que os escravizados estavam em ocupações majoritariamente domésticas e urbanas. No entanto, mesmo que a produção desterrense não tivesse o caráter exportador que predominava em outras regiões da colônia, ela não era insignificante e também se utilizou da mão de obra escrava (MAMIGONIAN, 2006, p. 571).

O sistema escravista implantado em Santa Catarina se diferenciou do de outras regiões da colônia, principalmente por causa de suas propriedades agrícolas, caracterizadas pela policultura desenvolvida em estabelecimentos de pequeno e médio porte, voltados geralmente para o consumo interno da província. Em razão dessas características, a região foi tratada pela historiografia, num primeiro momento, apenas pelo viés estratégico da sua ocupação, desconsiderando que as atividades econômicas ali desenvolvidas também dependiam da utilização da mão de obra escrava. Mesmo a produção não sendo voltada diretamente para as necessidades do mercado externo, a província de Santa Catarina não deve ser analisada em comparação com outras províncias que dedicavam suas atividades à exportação, mas devem ser avaliados os empreendimentos no contexto regional (LEITE, 1996, p. 42).

O comércio realizado através do Porto de Desterro com outras regiões da colônia, como Centro-Oeste e Nordeste, ampliou-se a partir do final do século XVIII, abastecendo as áreas de grandes lavouras de cana-de-açúcar. Esse movimento motivou o aumento da produção de alimentos na ilha, em

especial da farinha de mandioca. Consequentemente, a demanda por mão de obra escrava também aumentou (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 24). Essa agricultura de abastecimento interno estava diretamente ligada ao mercado de exportação, possuindo um importante papel na manutenção das *plantations*, ao mesmo tempo que “parte dos ganhos da produção de gêneros alimentícios para os mercados locais talvez tenham sido usados para financiar a expansão da escravidão, enquanto os lucros eram usados na compra de escravos para aumentar a produção de alimentos” (SCHWARTZ, 2001, p. 139).

Na tabela abaixo, apresentamos o número de escravizados e livres na população de Desterro entre os anos de 1796 e 1872. É importante destacar que entre as pessoas contabilizadas como “livres” estavam africanos e crioulos forros e livres. Podemos observar que o número de cativos se mantém proporcionalmente estável em relação ao número de livres, entre os anos de 1796 e 1810, chegando a 21,57% e 26,56%, respectivamente. Para 1841, o número permanece proporcional alcançando 22,38% da população total, e para os anos de 1859 e 1872 sofre diminuição, perfazendo 19,15% e 11,33% do total. Esta diminuição na quantidade de escravos estaria ligada, em um primeiro momento, com uma nova etapa de colonização empreendida na província por volta de 1830, mas também com a diminuição na importação de africanos e no comércio interprovincial (MAMIGONIAN, 2006, p. 578).

Tabela 10.1 – População livre e escrava de Nossa Senhora do Desterro

População de Nossa Senhora do Desterro				
Ano	Livres	Escravos	Total	%
1796	7.323	2.014	9.337	21,57%
1810	9.158	3.313	12.471	26,56%
1841	15.032	4.336	19.368	22,38%
1859	18.643	4.417	23.060	19,15%
1872	22.771	2.910	25.681	11,33%

Fonte: Relatório do Governador da Capitania Tenente-Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, 1797; Fala dos Presidentes da Província Antero José Ferreira de Brito, 1841 e Dr. João José Coutinho, 1859; Recenseamento do Brasil em 1872 (*apud* MAMIGONIAN, 2006).

## 10.4 Arqueologia da diáspora africana

Atualmente existem campos da arqueologia que estudam especificamente os grupos escravizados nas Américas, mas nem sempre foi assim. A disciplina, que, no Brasil, teve início no começo do século XIX, por muito



tempo privilegiou o estudo de locais e trajetórias de indivíduos de destaque social. Com esse propósito, focaram-se os sítios monumentais, como grandes construções arquitetônicas representantes das classes mais abastadas e do poder colonial (DEETZ, 1977; LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993).

A arqueologia da diáspora africana surgiu como um campo de pesquisa da arqueologia histórica nos Estados Unidos, no final da década de 1960. Estudando mais especificamente os locais relacionados com o período da escravidão nas Américas, os arqueólogos buscavam inicialmente estabelecer a cultura material característica dos escravizados, que, até então e durante as décadas seguintes, não eram considerados possuidores de uma materialidade expressiva (ORSER JÚNIOR; FUNARI, 2004, p. 12). À medida que a disciplina se desenvolveu e que novas pesquisas mais abrangentes foram realizadas, uma das maiores preocupações tornou-se revelar a riqueza e a variedade dessa cultura material, ampliando o enfoque das pesquisas e o campo de estudo. Antigas fazendas, suas senzalas e engenhos; armações baleeiras; quilombos; cemitérios; locais onde eram realizadas a venda e a compra de escravos; navios negreiros naufragados são alguns dos objetos de estudo da arqueologia da diáspora africana. Além da necessidade de melhor compreender as novas evidências, havia uma preocupação em responder às demandas da população envolvida em movimentos em prol da cultura afro-americana (FERREIRA, 2009a, p. 12).

A princípio, mais preocupada com os métodos de registro e descrição da cultura material presente em contextos de escravidão, a arqueologia da diáspora africana foi se aprimorando à medida que se estabelecia. Na medida em que os estudos foram se multiplicando, novas abordagens surgiram, ampliando a compreensão das relações sociais e culturais traçadas nas sociedades coloniais, e das estratégias de resistência. Conforme notou Ferreira (2009b, p. 269), ela “permite delinear a diversidade de identidades culturais que os escravos forjaram na América. Permite, ainda, circunscrever os espaços de formação das comunidades escravas e os distintos universos multiculturais que construíram”. Os estudos passaram a ser mais organizados e sistemáticos a partir da década de 1970. Nesse momento, as pesquisas seguiam um modelo de aculturação africana, que buscava nas escavações evidências de uma cultura afro-americana formada a partir de uma cultura africana supostamente homogênea. Com a dificuldade de identificar os africanismos na cultura material, os estudos se voltaram para outros aspectos materiais da vida da comunidade escravizada (SYMANSKI, 2014, p. 161).

A partir da década de 1970, com a emergência da nova arqueologia, os pesquisadores da diáspora africana empenharam-se em estabelecer padrões arqueológicos para os sítios afro-americanos. Esse tipo de pesquisa, associado à criação de metodologias de análise específicas, permitiu comparações intra

e intersítios importantes para o estudo das variações do registro arqueológico. No entanto, a análise dos padrões que vinham sendo evidenciados nos sítios apresentou problemas, em primeiro lugar, por desconsiderar que diferentes grupos podem conceder variados significados para um mesmo artefato (SYMANSKI, 2014, p. 166).

Já na década de 1990, sob a influência de abordagens marxistas, os estudos arqueológicos voltam-se para a análise das relações de poder das *plantations*. Inicialmente como uma via única, onde o poder dos senhores prevalecia, colocando os grupos escravizados em um lugar de passividade. Posteriormente, o escopo das pesquisas ampliou-se, passando a abranger as estratégias de resistência e adaptação dos afro-americanos, na tentativa de entender “de que modo a cultura material euro-americana foi utilizada por esses grupos como suporte de suas práticas sociais e culturais” (SYMANSKI, 2014, p. 169).

Na seqüência, questões sobre racismo e criouliização foram surgindo e abrindo espaço para novas abordagens. Pretendia-se refletir sobre o papel que a ideologia racista tinha tanto no processo de legitimação da escravidão como na medida em que influenciou o movimento de coesão de grupos afro-americanos, tendo na cultura material um produto da resistência ao racismo. Segundo Symanski (2014, p. 172), “as arqueologias da raça contribuíram para expor a ideologia do racismo, subestimada nas abordagens anteriores e, assim, adicionaram uma conotação mais política à noção de etnicidade afro-americana”. Em outro viés, o modelo de criouliização foi sendo formado ao passo que os pesquisadores se debruçavam sobre o tema das trocas culturais de forma mais elaborada. O modelo de criouliização “tem sido reconhecido como um processo simultaneamente cognitivo e material, que leva à criação de identidades sociais crioulas entre europeus e africanos, ao mesmo tempo em que ocorre a adaptação às condições econômicas, sociais e ecológicas do novo contexto”, instigando pesquisadores a se dedicarem ao estudo da cultura material dos contextos da diáspora, considerando o referencial cultural de africanos e descendentes (SYMANSKI, 2014, p. 174).

As pesquisas arqueológicas demoraram ainda algum tempo para desmistificar a ideia de que os africanos e seus descendentes, trazidos para serem escravizados no Novo Mundo, não possuíam cultura material significativa. Com o crescente desenvolvimento da disciplina, cada vez mais, pesquisas mais específicas vêm proporcionando novas interpretações acerca dos sítios da diáspora. Em artefatos localizados em antigas senzalas, quilombos, cemitérios, entre outros locais, é possível interpretar muitos dos aspectos culturais, religiosos e comportamentais dos grupos escravizados (ORSER JÚNIOR; FUNARI, 2004, p. 12).

No Brasil, as primeiras pesquisas foram realizadas em quilombos de Minas Gerais. Guimarães e Lanna (1980) analisaram cinco quilombos no Vale do Jequitinhonha e na Serra da Canastra na década de 1970. Nos sítios, coletaram fragmentos de cerâmica, louças, vidros e metais. Na década seguinte, foram realizadas escavações no Quilombo do Ambrósio, também em Minas Gerais (SYMANSKI, 2014, p. 183). E duas décadas depois, o Quilombo de Palmares, foi alvo de pesquisas arqueológicas conduzidas por Charles Orser Júnior, Pedro Paulo Funari e Scott Allen (FERREIRA, 2009a, p. 11).

Os espaços remanescentes de quilombos são talvez os exemplos mais evidentes da resistência escrava e oferecem um amplo campo de pesquisa para arqueólogos interessados em eventos de resistência e rebelião escrava. Se bem explorados, podem elucidar diversas questões sobre a ocupação desses espaços, a estrutura estabelecida, os meios de sobrevivência e os costumes reproduzidos pelos ocupantes. Um dos motivos para estudar a resistência a partir dos quilombos se deve a sua característica frequente de isolamento, elemento importante para a manutenção do espaço e condição dos aquilombados (ORSER JÚNIOR; FUNARI, 2004, p. 15).

Além das fugas, outras formas de resistência eram constantes no cotidiano da sociedade escravista. Mesmo em cativeiro, homens e mulheres buscavam meios de resistir, entretanto algumas evidências são pouco perceptíveis, com efeitos menos duráveis, e podiam até mesmo passar sem registro, como a destruição de plantações e maquinários, mutilação de animais, automutilação e suicídio. Ao trabalhar o tema da resistência escrava em senzalas e unidades rurais, os arqueólogos podem incorrer no erro de buscar elementos na cultura material, que consideram já presentes, assim como acontecia com as primeiras pesquisas, que procuravam por evidências de africanismos (ORSER JÚNIOR; FUNARI, 2004, p. 14). Utensílios de cerâmica e cachimbos são considerados artefatos com grande potencial para o estudo da resistência cultural, particularmente aqueles de produção dos próprios usuários, que recorriam à decoração dos objetos para reproduzir padrões significativos etnicamente. Algumas ressalvas devem ser feitas ao transportar esse tipo de análise para as louças fornecidas ou adquiridas por grupos escravizados. É necessário considerar o contexto da fabricação e distribuição desses itens, assim como quais opções estavam disponíveis para seus consumidores (SINGLETON, 2013, p. 212).

Nesse sentido, algumas pesquisas se voltaram para interpretações religiosas e ritualísticas dos artefatos encontrados em sítios históricos. Objetos com diferentes funcionalidades podem ter sido utilizados com outros significados de acordo com o contexto em que estavam inseridos. Artefatos claramente relacionados a religiões africanas são menos frequentes, porém isso não significa dizer que os escravos não continuavam seus costumes,

mas que, muitas vezes, os transformavam, adaptando-os a sua realidade no momento. Singleton reflete sobre as evidências de práticas religiosas entre os escravizados:

É claro que a ausência de evidências não significa que havia uma ausência de religiosidade africana. Isso pode, na verdade, estar indicando que o fervor religioso era expresso de uma maneira que não é evidente no registro arqueológico. Certamente, atitudes permissivas ou não permissivas do proprietário em relação à religiosidade africana oferecem uma interpretação plausível para o porquê de alguns sítios oferecerem esse tipo de evidência e outros não. (SINGLETON, 2013, p. 216).

Symanski (2014, p. 175) salienta a presença do modelo de aculturação nos trabalhos sobre a religiosidade, por considerarem as estratégias de manutenção e transferência de significados para os objetos a que africanos tinham acesso. A partir de diferentes abordagens de pesquisa, que vêm sendo desenvolvidas, é possível confirmar que os grupos escravizados não possuíam um comportamento generalizado. Enquanto deixaram para trás diversas práticas e conhecimentos de sua origem também tiveram suas práticas transformadas e adaptadas, porém cada caso deve ser entendido como único. Um desafio que se apresenta para as pesquisas realizadas em sítios arqueológicos, testemunhos materiais da presença escrava, é justamente entender os usos reais dados aos objetos localizados conforme os valores por eles representados nesses processos, já que informações sobre o cotidiano e as crenças não são facilmente encontrados em documentos textuais (SOUZA, 2013, p. 11).

No que se refere às *plantations* e suas senzalas, os estudos muitas vezes trataram os sítios a partir de modelos inertes, desconsiderando que os registros geralmente indicam períodos de alta produtividade, não identificando as mudanças que, inevitavelmente ocorreram nos estabelecimentos (SINGLETON, 2013, p. 216). Indo por outro caminho, alguns pesquisadores têm procurado entender como se desenvolveram as relações entre senhores e escravizados, tais como os métodos utilizados pelos primeiros para reforçar a dominação e o poder senhorial, que, ao mesmo tempo, provocava a resistência dos seus cativos (SOUZA, 2013, p. 13).

A partir dos estudos já realizados, podemos perceber a variedade de vestígios e locais associados aos grupos escravizados. Cabe salientar que os vestígios localizados e estudados atualmente fazem parte de uma seleção do período e contexto histórico em que foram produzidos. A ausência desses vestígios merece igual atenção e reflexão. Que processos e situações permitiram ou não a permanência de vestígios desses homens e mulheres escravizados ao

longo de mais de três séculos? Que estratégias de resistência deixaram marcas nos locais por onde passaram? Que aspectos do cotidiano são perceptíveis nos remanescentes das antigas senzalas, ou nos fragmentos de cerâmicas cuidadosamente decoradas?

É importante frisar que a arqueologia não tem como função comprovar a documentação existente sobre o período de contato e o colonial, mas que ela vem complementar e questionar as informações oficiais a partir do uso de fontes materiais associadas a fontes documentais. A arqueologia da escravidão, assim como a arqueologia histórica, “é capaz de alterar as grandes narrativas de poder que são frequentemente representadas nos documentos” (ORSER JÚNIOR; FUNARI, 2004, p. 22).

As pesquisas de arqueologia vêm se multiplicando e mostrando o grande número de locais com potencial para o estudo da diáspora africana. Tais exemplos trazem grandes contribuições para o estudo da escravidão local, regional e nacional, evidenciando, através da cultura material encontrada nesses locais, as práticas cotidianas escravas.

## 10.5 Potencial de pesquisa para Florianópolis

A partir das informações levantadas na bibliografia pertinente, fica evidente que a cidade de Florianópolis possui um grande potencial para esse tipo de pesquisa, potencial esse que ainda não foi devidamente explorado. Apesar da antiga Desterro não apresentar uma movimentação regional comparável com as grandes áreas cafeeiras ou açucareiras, foi, ao longo do século XIX, importante produtora e exportadora de farinha de mandioca, envolvendo nesta, e em outras atividades econômicas, um contingente considerável de mão de obra escrava.

Para analisar a importância da arqueologia da diáspora africana na construção de uma História da Escravidão em Florianópolis, é necessário apresentar quais informações podem ser levantadas a partir dessa vertente da arqueologia. Isso envolve, entre outros aspectos, a identificação de sítios arqueológicos associados a esse contexto, assim como a forma pela qual as fontes materiais coletadas nesses locais podem ser e vêm sendo trabalhadas.

Nesse levantamento são consideradas fontes as informações sobre locais de presença escrava suscitadas pelo projeto “Florianópolis arqueológica”, além de referências bibliográficas, como o trabalho apresentado no *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*, e as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo programa Santa Afro Catarina. Podemos partir dos três projetos para pensar locais e possibilidades para um estudo de arqueologia.

## Projeto “Florianópolis arqueológica”

A partir de uma pesquisa bibliográfica na base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em publicações acadêmicas e relatórios de impacto ambiental, foram encontrados registros para 221 sítios arqueológicos de diferentes tipos e períodos no município de Florianópolis. Na etapa de campo, a maior parte dos sítios cadastrados foi revisitada e teve suas informações atualizadas (BUENO *et al.*, 2015)

Cabe destacar que o projeto “Florianópolis arqueológica” buscava o recadastramento de sítios arqueológicos já citados na bibliografia pertinente. No entanto, durante a etapa de campo, ao entrevistar moradores sobre a existência e localização dos sítios, os pesquisadores tiveram acesso a informações sobre novos locais com presença de vestígios arqueológicos. Isso inclui tanto sítios do período pré-colonial, como sambaquis, inscrições rupestres e oficinas líticas, quanto do período histórico, pós-ocupação europeia da ilha, o que envolve, em sua maioria, remanescentes de engenhos e residências.

No caso específico do tema deste trabalho, foi possível obter informações tanto a respeito de sítios novos quanto de sítios já cadastrados. Entre os já cadastrados, podemos mencionar o Caminho da Gurita (na Lagoa do Peri), a antiga Armação da Lagoinha e a Fazenda da Tapera da Barra do Sul. As “novas” informações indicam locais como: um poço construído por escravos e uma “senzala de reprodução” em uma localidade do norte da ilha.

Abaixo apresentamos uma breve descrição desses locais:

- *Poço dos Escravos*: antigo poço construído em pedras localizado em Balneário dos Açores e conhecido na localidade como “poço dos escravos”;
- *Fazenda da Tapera da Barra do Sul*: conjunto histórico formado por remanescentes da antiga Fazenda da Tapera. A fazenda era composta por engenho de açúcar e alambique, engenho de farinha de mandioca, atafona de milho, chumbador de café, casa-grande, senzala, igreja e cemitério. Posteriormente, com a demolição da igreja, uma de suas paredes foi aproveitada para a construção de uma residência com características portuguesas. Além das estruturas mais antigas, também fazem parte do conjunto um estaleiro, uma olaria e um açude, os dois últimos associados;
- *Caminho da Gurita*: antigo caminho localizado nas dependências do Parque Municipal da Lagoa do Peri. O caminho margeia a lagoa e é utilizado como trilha de acesso a uma cachoeira do parque. Acredita-se que tenha sido construído por escravos. Em alguns trechos, ainda é possível ver as pedras que foram utilizadas em sua pavimentação;

- *Armação de Sant'Anna da Lagoinha*: remanescentes da antiga armação baleeira. Parte desse sítio sofreu intervenção arqueológica nas décadas de 1960 e 1970 realizada pelo Pe. João Alfredo Rohr, porém o material coletado não foi pesquisado, já que o objeto da pesquisa era o sítio conchífero sob a estrutura da armação (BUENO *et al.*, 2015).

Figura 10.1 – Fazenda da Tapera da Barra do Sul. Residência com características portuguesas, sede da antiga fazenda



Fonte: Projeto “Florianópolis arqueológica” (2013).

Figura 10.2 – Fazenda da Tapera da Barra do Sul. Parede em pedras argamassadas da senzala da antiga fazenda



Fonte: Foto de Beatriz Mendes (2013).

Figura 10.3 – Fazenda da Tapera da Barra do Sul. Parede em pedras argamassadas do alambique da antiga fazenda



Fonte: Foto de Beatriz Mendes (2013).



Figura 10.4 – Armação Sant’Anna da Lagoinha. Estrutura em pedras argamassadas da antiga armação baleeira



Fonte: Foto de Gabriela Oppitz (2013).

Figura 10.5 – Material arqueológico proveniente da Armação Sant’Anna da Lagoinha. Fragmentos cerâmicos coletados no sítio Armação do Sul



Fonte: Foto de Beatriz Mendes (2014).

Figura 10.6 – Material arqueológico proveniente da Armação Sant’Anna da Lagoinha. Fragmentos cerâmicos coletados no sítio Armação do Sul



Fonte: Foto de Beatriz Mendes (2014).

### Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil

Inventário organizado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO “Rota do escravo: resistência, herança e liberdade”. Participaram da construção do inventário historiadores, antropólogos e geógrafos de várias universidades do país. Foram elencados inicialmente 100 Lugares de Memória que remetem à chegada de africanos no Brasil: “o inventário é sobre os locais onde é possível lembrar a chegada dos africanos ou identificar as marcas de sua presença e intervenção”. Conforme descrição do documento:

Esse trabalho deve ser entendido como um ponto de partida para novas e futuras ações (nos âmbitos federal, estadual e municipal), tanto no campo da pesquisa histórica como no do ensino, educação patrimonial, divulgação e desenvolvimento do turismo cultural dos Lugares de Memória do Tráfico e História dos Africanos Escravizados no Brasil. (MATTOS, 2013, p. 50).

Os Lugares de Memória foram organizados em sete categorias temáticas: Portos de chegada, locais de quarentena e venda; Desembarque ilegal; Casas, terreiros e candomblés; Igrejas e irmandades; Trabalho e cotidiano; Revoltas e quilombos; e Patrimônio imaterial. Para Florianópolis, foram listados cinco locais em três categorias:

- Desembarque ilegal: Ilha do Campeche e Armação da Lagoinha – desembarque ilegal de aproximadamente 200 africanos em 1851, que foram posteriormente distribuídos para outros lugares da província.
- Igrejas e irmandades: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Uma capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos construída entre 1787 e 1830 por africanos libertos e escravizados. A Irmandade constituiu-se como a primeira associação de africanos e seus descendentes na Ilha de Santa Catarina.
- Trabalho e cotidiano: Porto de Desterro e Mercado Público. Local de desembarque de africanos escravizados, vindos principalmente do Rio de Janeiro, também local de trabalho de cativos e libertos nas atividades de estiva. Na região do mercado, escravos atuavam com quitandeiros já que o aluguel de espaços do mercado não lhes era permitido.
- Trabalho e cotidiano: Capela de Sant’Anna. Construída em 1772, fazia parte da Armação de Sant’Anna da Lagoinha. Local de batismo de africanos e seus filhos.
- Trabalho e cotidiano: Fazenda da Tapera da Barra do Sul. Conjunto histórico-arqueológico ocupado desde fins do século XVIII composto por engenhos de farinha, açúcar e café, alambiques, ranchos de canoa, olaria, senzala, capela, cemitério e porto (MATTOS, 2013).

## Programa Santa Afro Catarina

Programa desenvolvido por profissionais das áreas de História da Diáspora Africana, Patrimônio e Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, que promove visitas guiadas a roteiros históricos. Esses roteiros são construídos a partir de ampla pesquisa em arquivos sobre a história dos africanos e afrodescendentes em Santa Catarina. Os primeiros roteiros elaborados e que vêm sendo realizados desde 2011 estão concentrados no município de Florianópolis. Conforme descrição contida no *blog* do programa:

A integração inovadora dos conteúdos de história da presença africana à discussão de patrimônio faz o diferencial do programa Santa Afro Catarina: ao agenciar uma nova gama de marcos urbanos como cenários

de tramas históricas, ao atribuir novos significados a espaços já visitados, ou ainda ao enfatizar as ausências dos marcos materiais e o esquecimento da presença africana, as ações previstas proporcionam novos modos de percepção e de relacionamento com o passado configurado nos espaços urbano e rural. (PROGRAMA SANTA AFRO CATARINA).<sup>4</sup>

Entre os roteiros oferecidos atualmente estão “Devoção ao Rosário e Festas de Africanos na Ilha”, “Viver de Quitandas” e “A Desterro de Cruz e Sousa”, que são executados no bairro Centro e apresentam aspectos da religiosidade e da cultura afro-brasileira, a presença de escravos e libertos na região que abrigou o porto e a Praça de Mercado e a trajetória do escritor e poeta Cruz e Sousa na cidade de Desterro. O roteiro “Armação baleeira e engenhos do Ribeirão da Ilha” faz uma viagem pela antiga paisagem rural da ilha, região responsável por parte da produção de farinha de mandioca que era exportada através do porto, onde também a pesca da baleia ocupou importante espaço na economia ilhoa (PROGRAMA SANTA AFRO CATARINA).

\*\*\*

Partindo desses três estudos, é possível compor um mapeamento inicial dos sítios arqueológicos que podem colaborar no entendimento dos modos de vida e sobrevivência das populações escravizadas. Tal mapeamento deve ser ampliado a partir de novas pesquisas tanto historiográficas quanto arqueológicas. A princípio, a região sul da ilha mostra um potencial maior, fato talvez creditado ao seu processo de urbanização mais lento em relação ao restante do município, o que tem colaborado com a preservação dos remanescentes históricos.

Sítios arqueológicos relacionados às fugas escravas ainda não são conhecidos em Florianópolis, apesar de a existência de quilombos na ilha ser atestada pela documentação levantada por Rebelatto (2006) em sua dissertação *Fugas de escravos e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Nesse estudo, são listados três locais que reuniram escravos fugidos na primeira metade do século XIX: Quilombo do Faxinal, da Lagoa e Estanslau. A localização exata não é conhecida, assim como informações acerca de quantos cativos abrigaram e por quanto tempo. O espaço ocupado pelos quilombolas pode se tornar uma grande fonte de informação sobre seu modo de vida e, para sua localização, é necessário ampliar a busca por evidências que comprovem a existência de tais quilombos.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

## 10.6 Considerações finais

As pesquisas sobre a escravidão em Florianópolis vêm avançando nas últimas décadas. No entanto, ainda não foram realizados trabalhos arqueológicos em sítios ligados às populações escravizadas. Portanto, este levantamento aponta para a necessidade de ampliar a variedade de fontes e abordagens nos estudos da história da escravidão no município. Com o uso de fontes arqueológicas, procuramos contribuir com novas informações sobre as práticas culturais, aspectos do cotidiano dos grupos escravizados, relações estabelecidas entre proprietários e cativos e organização e funcionamento do espaço de trabalho em unidades produtivas voltadas para o mercado interno.

Ao observarmos mais atentamente a exploração da mão de obra escravizada em Nossa Senhora do Desterro, percebemos que ela existiu de forma consistente e regular, abrangendo os diversos setores da economia, para além das atividades rurais. Os dados revelam uma presença escrava constante nas diversas atividades produtivas e mercantis da Ilha de Santa Catarina. Os escravizados faziam parte do cotidiano e da paisagem e, assim como acontecia em outras regiões, buscaram criar estratégias de sobrevivência dentro do regime escravista, fossem elas as fugas, os aquilombamentos ou a negociação de sua liberdade.

Trabalhos recentes na história da escravidão têm se voltado para o indivíduo, passando a pensar o escravizado não mais como um número nas estatísticas. As evidências materiais aliadas aos documentos textuais possuem um papel importante nessa mudança metodológica. O estudo combinado dessas fontes em unidades produtivas, domésticas e quilombos tem muito a oferecer sobre a diversidade da vida material, sobre os arranjos econômicos e as práticas cotidianas mantidas pelos escravizados, consentidas ou não por seus proprietários. Entretanto, ao fazer a análise de testemunhos materiais em sítios arqueológicos, deve-se ter a preocupação com a apropriação dos objetos, com as circunstâncias em que foram produzidos ou adquiridos, com a forma como eram utilizados. Apesar das limitações impostas, africanos e afrodescendentes desenvolveram estratégias que lhes permitiam, muitas vezes, manter determinados costumes de forma adaptada.

Ao levantar essas questões, percebemos que a caminhada é longa, e há muito trabalho a ser feito. A arqueologia é por natureza uma ciência interdisciplinar e, diante do grande potencial apresentado pelo município, é imprescindível pensar em estudos das mais diferentes áreas se complementando e agregando novas informações a respeito dos grupos escravizados.

## Divers(C)idade em Florianópolis: a “imigração europeia” revisitada pela arqueologia

Fernanda Codevilla Soares  
Angela Sabrine do Nascimento Salvador

Alongada e estreita, com o litoral recortado por enseadas, costões, baías e lagoas, a Ilha de Santa Catarina possui diversas atrações e recebe milhares de turistas nos meses de verão. Suas praias, bem como a Ponte Hercílio Luz, o Museu Histórico de Santa Catarina (ou antigo Palácio dos Governadores) e as fortificações são lugares que figuram nos seus cartões postais. Muitos deles são registrados como sítios arqueológicos<sup>1</sup> e incorporam discursos sobre o passado e o presente da cidade.

Neste capítulo, pretendemos discutir qual passado a arqueologia desenvolvida em Florianópolis tem construído e tornado visível aos moradores e turistas. De forma mais específica, iremos nos ater a analisar os sítios arqueológicos usualmente considerados como testemunhos da “presença europeia” em Florianópolis, apresentando quais seriam e questionando essa classificação.

Nesse sentido, cabe destacar que “a produção intelectual em Santa Catarina segue, de modo geral, [uma] linha, em que autores considerados como clássicos da historiografia, ao estudarem a população do Estado, apresentam dados e relatos que focam principalmente na imigração europeia” (FIGUEIREDO; LUNARDI, 2016, p. 272). Essa ênfase advém da intenção de “criar uma região europeizada”, na qual seu povo, culturalmente, é classificado

---

<sup>1</sup> No Apêndice VI, consta um mapa dos sítios históricos em Florianópolis.

como produtivo e portador de progresso (SEYFERTH, 2008; KLUG, 1994; PIAZZA, 1983). Esse tipo de perspectiva resulta, entre outros elementos, “na invisibilização de diversos grupos populacionais” (FIGUEIREDO; LUNARDI, 2016, p. 272), como indígenas, afrodescendentes e imigrantes não europeus.

De modo geral, com algumas exceções, os sítios arqueológicos “históricos”<sup>2</sup> de Florianópolis reificam essa perspectiva excludente da historiografia clássica local. A maior parte enaltece a vida dos imigrantes portugueses, do sexo masculino, brancos e que compunham o poder político, militar ou religioso. Nossa intenção é, justamente, apresentar uma versão alternativa, sugerindo outras possibilidades de pesquisa dentro do tema da imigração e problematizando temporalidades, arquitetura e localização dos sítios locais.

É importante chamar a atenção para a importância de considerar a “diversidade de grupos denominados por esse termo [imigrantes], principalmente quando há um enquadramento na problemática da etnicidade” (WEBER, 2013, p. 5). Nesse sentido, entendemos que o processo de imigração e permanência de grupos sociais oriundos de outras nacionalidades para a capital de Santa Catarina é diverso no que se refere às identidades nacionais, de gênero, sociais e étnicas. Essa pluralidade mescla-se, também, na materialidade desses agrupamentos, a qual, na maior parte dos casos, tem sido negligenciada pelas pesquisas locais.

Tendo em vista os objetivos pretendidos, cabe destacar que compartilhamos da ideia que a arqueologia não descobre o passado, mas cria narrativas sobre ele, tornando visível, ao público arqueológico e não arqueológico, as pontes que construímos entre passado e presente (SHANKS; TILLEY, 1992). Sendo assim, pretendemos investigar Florianópolis sem fazer uma intervenção arqueológica propriamente dita. Pensando a cidade como um sítio arqueológico (ou melhor, “cidade-sítio”),<sup>3</sup> realizamos uma arqueologia

---

<sup>2</sup> Apesar de utilizarmos o conceito de sítio arqueológico histórico, não concordamos com a falsa divisão entre história e pré-história que ele suscita, a qual seria marcada pelo surgimento da escrita. Compartilhamos da ideia de Hall e Silliman (2006) de que o que define esse campo de atuação é o estudo de um processo (formação do Mundo Moderno) e não sua temporalidade ou metodologia. Todavia, estamos utilizando essa expressão pela falta de um consenso entre os pesquisadores para um termo substituto.

<sup>3</sup> O conceito de cidade-sítio propõe o entendimento da cidade como um sítio arqueológico, pensando as casas, igrejas, cemitérios, hospitais, ruas, praças, conformação espacial e demais estruturas da urbe como artefatos ou superartefatos desse sítio. Do ponto de vista arqueológico, o estudo da cidade deve levar em conta as relações entre os superartefatos que a compõem, entendendo-a como um sistema orgânico e inter-relacionado, que constantemente se transforma, autodevora e expande; resultado de vários processos históricos que convivem no presente da cidade-sítio (CRESSEY; STEPHENS, 1982; JULIANI, 1996; LEMOS, 1981; TESSARO, 2014).

da cidade,<sup>4</sup> evidenciando as camadas de sua formação social, utilizando a materialidade como fonte de pesquisa e colocando em relevo a diversidade do processo histórico de imigração para a urbe entre os séculos XVI e XX.

## 11.1 Narrativa arqueológica dos sítios da Ilha de Santa Catarina (séculos XVI à XX)

A fim de discutir qual passado a arqueologia histórica de Florianópolis tem tornado visível aos moradores e turistas, julgamos pertinente levantar quais são os sítios da ilha datados entre os séculos XV e XX usualmente vinculados aos grupos “europeus”.

O levantamento desses sítios foi realizado a partir das seguintes fontes: Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pesquisados *on-line*;<sup>5</sup> sítios registrados a partir de relatórios técnicos existentes no Arquivo do IPHAN (ainda não incluídos no CNSA, mas existentes na instituição) e sítios conhecidos a partir de relatórios, artigos, monografias, dissertações e outras produções científicas divulgados *on-line* ou em bibliotecas municipais e estaduais<sup>6</sup> (Tabela 11.1).

---

<sup>4</sup> Um trabalho de arqueologia da cidade pensa a urbanidade como problemática de estudo, ou seja, ela deixa de ser um cenário onde os sítios se encontram, e passa a integrar as perguntas que guiam a pesquisa, fazendo parte de seus objetivos, questionamentos e resultados (CRESSEY; STEPHENS, 1982; JULIANI, 1996; THIESEN, 1999).

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em: 12 jan. 2018.

<sup>6</sup> As fontes que apresentam informações sobre esses sítios são: Herberts, Comerlato e Lavina (2003); Comerlato (2002); Farias e Kneip (2010); Noelli, Viana e Moura (2009); Salvador (2011) e Soares (2012).



Tabela 11.1 – Sítios arqueológicos históricos de Florianópolis

Sítio Arqueológico	Intervenção	Localização	Construção	Registro e Proteção
Forte S. Antônio de Ratonés	1989 – Intervenção Arqueológica 1990 – Rest. Arquitetônico	Santo Antônio	1740	CNSA e Patrimônio Federal
Forte São José de Ponta Grossa	1987 – Intervenção Arqueológica e Rest. Arquitetônico	Praia do Forte	1740	
Forte Santana	1969 – Rest. Arquitetônico 1999 – Coletas assistemáticas	Centro	1761	
Armação da Ilha do Campeche	1995 – Registro no CNSA	Ilha do Campeche	1772	
Casa da Antiga Alfândega	1989 – Intervenção Arqueológica e Restauro Arquitetônico	Centro	Final séc. XIX	
Casa Natal de Victor Meirelles	2001 – Intervenção Arqueológica 2015 – Rest. Arquitetônico 2016 – Intervenção Arqueológica	Centro	1832	
Posto da Alfândega de Sambaqui	1992 – Registro no CNSA 2010 – Restauro Arquitetônico	Sambaqui	1850	
Armação do Sul	1969, 1974 – Intervenção Arqueológica 1997 – Monitoramento Arqueológico 2001 – Peritagem Arqueológica	Praia da Armação	1772	
Engenho Vargem do Bom Jesus	2013 – Intervenção Arqueológica	Vargem do Bom Jesus	Desc.	
SC-Carianos-V	2014 – Intervenção Arqueológica	Carianos		
Conjunto Nossa Senhora da Lagoa da Conceição	1988 e 1989 e de 1994 a 1997 – Restauro Arquitetônico	Lagoa da Conceição	1780	CNSA; Decreto Estadual nº 2.998/98; Decreto Municipal nº 1.341/75
Igreja de Nossa Senhora da Lapa	2000 – Intervenção arqueológica 2009 – Restauro Arquitetônico	Ribeirão da Ilha	1760/1806	

Cemitério Antigo Irmandade do Senhor Jesus dos Passos	2005 – Levantamento das estruturas	Prainha/ Centro	1789	CNSA; Decreto Municipal nº 270/86 e Decreto Municipal nº 521/89
Casa d'Itália	1999 – Intervenção Arqueológica	Centro	Fins séc. XVIII	CNSA; Decreto nº 22/80 e Decreto Municipal nº 270/86
Fortaleza N. S. da Conceição de Araçatuba	2001 – Intervenção Arqueológica	Caieira da Barra do Sul	1742	Ficha Registro no IPHAN e Patrimônio Federal
Antiga Casa de Câmara e Cadeia	2010, 2011, 2015 – Intervenções Arqueológicas e Restau-ro Arquitetônico	Centro	1771	Ficha Registro no IPHAN e Decreto Municipal nº 270/86
Engenho Ventura	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	Ficha de Registro IPHAN
Engenho do João Idalino	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Engenho da Pedra Branca	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Engenho da Cachoeira Grande	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Engenho do Vitorino	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Engenho do Rodolfo	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Engenho da Lagoinha	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Séc. XIX	
Barra da Lagoinha	2001 – Intervenção Arqueológica	Lagoa do Peri	Desc.	
Caminho da Gurita	1996, 2014 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Séc. XIX	
Casa Praia do Saquinho	1996 – Delimitação do sítio	Lagoa do Peri	Desc.	
Largo da Antiga Alfândega	1992 – Restau-ro Arquite-tônico e Monitoramento Arqueológico	Centro	Final séc. XIX	Ficha de Registro IPHAN; Decreto Municipal nº 270/86 e Decreto Municipal nº 521/89
Igreja Nossa Senhora do Parto	1999 – Intervenção Arqueológica e Restau-ro Arquite-tônico	Centro	1861	
Ponte Hercílio Luz	2005 – Restau-ro Arquitetô-nico 2008 – Monitoramento Ar-queológico	Centro	1926	Ficha Registro no IPHAN; Decreto Municipal nº 637/92 e Patrimônio Federal

Catedral Metropolitana	2005 – Rest. Arquitetônico 2011 – Intervenção Arqueológica	Centro	1753	Ficha Registro no IPHAN e Decreto Municipal nº 270/86
Palácio Cruz e Sousa	2002-2003 – Intervenção Arqueológica e Restauro Arquitetônico	Centro	1750	Ficha Registro no IPHAN e Decreto Municipal nº 270/86
Praia dos Ingleses I	2004 e 2009 – Intervenção Arqueológica	Ingleses	1687	
Casa da Alfândega	2011 – Intervenção Arqueológica	Centro	1860	
Navio de Naufragados	2005 – Intervenção Arqueológica	Caieira da Barra do Sul	séc. XVI	
Fábrica de Pontas Rita Maria	1982 – Estudo	Centro	1896	Decreto Municipal nº 270/86 e Decreto Municipal nº 521/89
Aldeia Fúlvio Aducci	2003 – Delimitação do sítio	Estreito – Continente	Séc. XVI	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2019).

Esses sítios apresentam distintos usos, ocupações e significados; porém, no geral, existem algumas recorrências no que se refere aos aspectos como localização, características arquitetônicas e datação que julgamos importantes, discutir.

Acerca da localização, quase 40% dos sítios estão situados na região central de Florianópolis, a qual foi denominada como núcleo da Póvoa da Ilha de Santa Catarina no século XVII, como centro da Vila de Nossa Senhora de Desterro no século XVIII ou como centro da cidade de Desterro no século XIX (CABRAL, 1979).

No “núcleo gerador” de Florianópolis; governadores, deputados e oficiais de câmara (entre outros personagens de destacada “importância política”) decidiam os rumos da vila, povoado ou capitania.<sup>7</sup> Tendo em vista que a maior parte dos sítios se situa nessa região, podemos supor que estes endossam, a partir de um discurso não verbal, as ações desses homens e seus feitos considerados dignos de nota pela história oficial ou pelos memorialistas.

O Palácio dos Governadores de Santa Catarina, a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa da Antiga Alfândega são sítios que exemplificam essa afirmação. O Palácio dos Governadores foi projetado pelo português José da Silva Paes em 1750, sua finalidade era construir a Casa de Governo da recém-criada Capitania da Ilha de Santa Catarina (CABRAL, 1979, p. 25). A Casa de Câmara e Cadeia começou a ser construída no ano de 1771, no governo de

<sup>7</sup> O termo “núcleo gerador” foi apropriado de Veiga (2008).

Francisco de Souza de Menezes (português de formação militar), tinha como projetista principal Thomaz Francisco da Costa (imigrante açoriano), que mais tarde assumiu inúmeros cargos políticos.<sup>8</sup> E a Casa da Antiga Alfândega foi inaugurada em 1876, para assegurar a cobrança alfandegária da província, constituindo-se como uma unidade burocrática de fiscalização e controle estatal.

Além da localização, outra característica importante sobre os sítios é a sua *arquitetura*. A maior parte pode ser incluída na categoria patrimônio “pedra e cal”.<sup>9</sup> De modo geral, caracterizam-se por edificações do período colonial com estilo barroco ou então do período republicano com o estilo neoclássico/eclético; que se destacam pelo seu apreço estético, monumentalidade e “autenticidade”. É importante esclarecer que o patrimônio “pedra e cal” não se refere apenas às características arquitetônicas dos edifícios, mas também a um conjunto de políticas de preservação que privilegiam a autoridade do técnico para decidir o que é, ou não, patrimônio, bem como o uso do tombamento como principal recurso de preservação.<sup>10</sup>

A exemplo de vários outros sítios, as fortificações catarinenses e as igrejas católicas florianopolitanas adequam-se ao padrão “pedra e cal”. As quatro fortificações que são registradas como sítios arqueológicos foram construídas no século XVIII, com a finalidade de proteger e fortalecer a presença portuguesa na região sul do país.<sup>11</sup> Três delas foram projetadas pelo então presidente da província, o português José da Silva Paes, que imigrou para o Brasil para exercer cargos políticos no início do século XVIII, e são tombadas em nível federal. As igrejas, de forma semelhante, são registradas e cadastradas como sítios arqueológicos e tombadas em nível federal e municipal, datam do século XVIII e relacionam-se com a história da fixação dos colonos açorianos na ilha (PIAZZA, 1983; CABRAL, 1979). Tanto as fortificações quanto as igrejas apresentam projeto arquitetônico de inspiração luso-brasileira, com adaptações construtivas moldadas às características do relevo local e matéria-prima existente na região (algumas possuem itens importados). No geral, foram construídas com alvenaria de pedra, cantaria e cal, apresentam dimensões e fachadas monumentais. A monumentalidade e o apelo estético desses patrimônios reforçam a solidez do Estado, no passado e

---

<sup>8</sup> Apesar da construção da Casa de Câmara e Cadeia ter sido iniciada em 1771, ela só foi concluída em 1780 (REIS, 2008).

<sup>9</sup> Categoria proposta por Fonseca (2009).

<sup>10</sup> Categoria proposta por Fonseca (2009).

<sup>11</sup> Cabe destacar que em Florianópolis existem 10 fortificações, conforme afirmam Tonera e Oliveira (2011), porém apenas quatro são consideradas sítios arqueológicos (SOARES, 2011) e não se sabem os critérios para essa diferenciação.

no presente, colocando em destaque a vida da elite e dos vencedores da história local (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

É importante lembrar que existe uma tendência na arqueologia histórica nacional a estudar os sítios “pedra e cal”. Os primeiros estudos de arqueologia histórica do Brasil foram realizados em sítios “monumentais, como fortes, igrejas e palácios, [...] principalmente em estudos que acompanhavam projetos de restauração” (SYMANSKI, 2009, p. 4). Nesse sentido, em zonas urbanas, a maior parte das pesquisas arqueológicas estavam direcionadas à “salvaguarda e conservação do patrimônio histórico”, restringindo-se a “restaurar edifícios singulares e destacáveis por seu valor histórico-arquitetônico” (JULIANI, 1996, p. 4).

Analisando os sítios da Tabela 11.1 e as intervenções arqueológicas a que foram submetidos, pode-se afirmar que a maioria possui características monumentais e que a metodologia da intervenção esteve sujeita ao restauro ou precedeu alguma obra de engenharia; na maior parte dos trabalhos, não foi possível identificar a problemática arqueológica que motivou a intervenção:

O objetivo principal dessas pesquisas era coletar objetos e prevenir que os mesmos viessem a ser destruídos, ou ainda, responder questionamentos eminentes do restauro [...]. Perguntas pertinentes, porém, em alguns casos, descontextualizadas de uma preocupação arqueológica mais abrangente. (SOARES, 2011, p. 510).

Relativamente à temporalidade, nota-se que os discursos associados aos sítios, as atividades de intervenções arqueológicas e as ações preservacionistas (a maioria tombamentos e restaurações promovidas pelo IPHAN) privilegiaram o passado “original” desses monumentos, especialmente o colonial ou neocolonial, desconsiderando reusos que tiveram ao longo do tempo. Dos sítios listados anteriormente, 14 passaram por restauração, os quais somam 38% dos sítios conhecidos.

De fato, essa também não é uma particularidade de Florianópolis. No geral, as ações do IPHAN (especialmente as restaurações) estão associadas ao embelezamento dos sítios e assumem um “enorme empenho em mantê-los conservados da deterioração” (CHUVA, 1998, p. 38), porém, devido à ânsia por preservar, ranhuras históricas de outras temporalidades são apagadas e processos históricos esquecidos. As ações dos arqueólogos submetidas aos anseios da restauração seguem essas mesmas perspectivas.

De forma crítica, alguns autores afirmam que pesquisar a “integridade original” de um bem é uma escolha limitada e fragmentada do processo de preservação, especialmente em áreas urbanas. Segundo eles, é importante entender o patrimônio cultural como um fato social e não como um conjunto

de objetos ou edificações que possuem significados e valores próprios. Enquanto fato social, não devem ser separados de seus usos com o propósito de preservá-los. O que caracteriza a historicidade dos bens é precisamente a sua diversidade temporal, logo congelar certos sítios em determinado período com a proposta de preservá-los é uma escolha política excludente (consciente, ou não) (MENESES, 2006). Além disso, cabe enfatizar que “todas as decisões envolvem julgamentos” (APPELBAUM, 2010), não existe uma regra única para realizar a conservação ou a restauração dos bens patrimoniais. Podemos ampliar essa crítica para as escavações arqueológicas; intervir nos sítios com finalidade única de manter a história “pioneira” da sua construção (ou sua “autenticidade”) invisibiliza uma série de processos e personagens. Esse tipo de escolha desconsidera, inclusive, os aspectos vivos, dinâmicos e transformadores dos sítios: o “envelhecimento natural de uma coisa não precisa ser visto como a encarnação da perda, mas como um processo generativo que faz parte da sua biografia desordenada” (PETURSDOTTIR, 2013, p. 42). Apagar essas cicatrizes com intuito de embelezar os sítios revela a desconsideração da vida das coisas e das cidades.

Pode-se concluir que a maior parte dos sítios arqueológicos de Florianópolis reifica uma narrativa arqueológica excludente, que também é percebida na história oficial sobre o processo de colonização do Estado de Santa Catarina. Esse discurso coloca em evidência grandes homens, geralmente heroicizados, com destaque para personagens portugueses, brancos e masculinos, os quais compunham “o judiciário, chefiavam a polícia, o exército, a administração, [...] enfim aqueles que participavam dos órgãos político-administrativos” (PEDRO, 2004, p. 35). No geral, esses sítios narram e materializam um passado machista, racista e assimétrico, que desconecta os pobres, as mulheres e as crianças, bem como congela a memória da cidade em um passado distante, tendencioso e sem vida, circunscrito à região central da cidade.

## 11.2 Diversidade e complexidade da imigração na Ilha de Santa Catarina

Indígenas e europeus são duas denominações normalmente utilizadas para apresentar os sujeitos que fizeram parte do “início” da história de Florianópolis. Essa história, comumente, inicia-se no século XVI, quando navegadores e viajantes passaram por essas paragens para se abastecer de alimentos e água, bem como para fazer reparos nas embarcações e cuidar dos enfermos (AGUIAR, 2010, p. 103). Em meados do século XVIII, agrega-se a

essa narrativa um terceiro agrupamento: os afrodescendentes que, escravizados, aportaram forçadamente na região, em decorrência do crescimento econômico da ilha (SILVA, 2008).

Neste livro foi analisada, do ponto de vista arqueológico, a longa permanência dos indígenas em Florianópolis (antes, durante e após a colonização) e, também, a permanência dos grupos afrodescendentes, sobre os quais se discute nas pesquisas históricas e arqueológicas nacionais. Nesse viés, acreditamos que a denominação “imigração europeia” também precisa ser revisitada, discutindo “a quem” nos referimos quando a utilizamos.

Nesse sentido, partindo da premissa de que o processo histórico de imigração para a capital catarinense é diverso no que se refere à sua composição nacional, étnica, social, etária e de gênero (entre outras), apresentaremos a seguir, de forma resumida, as levas de agrupamentos portugueses, espanhóis, italianos, alemães, franceses, gregos, sírio-libaneses, japoneses e norte-americanos que se deslocaram para a cidade. Cabe ressaltar que outras nacionalidades, além dessas, também compuseram o mosaico cultural da ilha; entretanto, escolhemos algumas com a finalidade de demonstrar a diversidade desse processo. Nossa intenção não é esgotar o tema, mas chamar a atenção para a problemática e para a sua potencialidade nas pesquisas arqueológicas locais.

Os *portugueses*, certamente, são os estrangeiros que primeiro mencionamos quando nos referimos ao processo migratório para o Brasil.<sup>12</sup> Especificamente no século XVIII, casais e famílias de açorianos e madeirenses (ilhas portuguesas) foram, sistematicamente, transportados para Santa Catarina e Rio Grande do Sul a fim de alargar o domínio da coroa portuguesa nessas terras. A imigração açoriana e madeirense garantia a defesa da região em termos de ocupação econômica e militar (FLORES, 2000). Para esses imigrantes, contudo, a vinda para o Brasil era entendida como uma tentativa de fuga da crise de alimentos vivenciada no arquipélago português (FLORES, 2000, p. 29).

Cerca de 6 mil colonos mudaram-se para os estados do sul do país. Apesar de os sítios arqueológicos citados no tópico anterior bem como a historiografia clássica destacarem a vida e a materialidade dos personagens portugueses que desempenharam importante papel na política, na economia e nas artes, a maioria deles era “gente pobre” (FLORES, 2000), que sofria com as

---

<sup>12</sup> De fato, os portugueses geralmente não são considerados imigrantes já que o Brasil formava parte do território português. Porém, neste trabalho os consideraremos dessa forma porque a imensa maioria destes saíram do Reino de Portugal com intuito de crescer economicamente e fixar residência na colônia d'além-mar (assim como os imigrantes italianos e alemães, por exemplo).

viagens (alguns morreram antes de desembarcar), e se decepcionou assim que chegou (PIAZZA, 1983). Na ilha, foram seguidamente forçados aos exercícios militares, sendo recrutados para obras públicas e trabalhando no plantio, na produção de farinha, na pesca, na tecelagem e em outras funções (SILVA, 2008).

As mulheres açorianas, ainda que silenciadas pela maior parte dos relatos historiográficos, tiveram um papel ativo na vinda e permanência desses imigrantes (PEDRO, 2004; SILVEIRA, 2010; WOLFF; RÉCHIA, 1999). Tendo em vista as ausências frequentes dos maridos nos espaços domésticos (visto que estes passavam muito tempo pescando em alto-mar, comercializando ou exercendo o serviço militar), as açorianas tornavam-se responsáveis pela casa, pelos filhos e pela roça (PEDRO, 2004). Conjuntamente às crianças, colaboravam com a produção da farinha nos engenhos (raspando e lavando a mandioca e/ou peneirando a farinha), “na apanha do café”, na salga da tainha e na venda de ovos na cidade (WOLFF; RÉCHIA, 1999, p. 67). Além disso, também cozinhavam, lavavam, costuravam, limpavam, confeccionavam a renda de bilro – que compunha o orçamento familiar – e assumiam a responsabilidade nas curas, partos, benzimentos e bruxaria.<sup>13</sup> Embora invisibilizadas, certamente, essas personagens deixaram muitos de seus instrumentos no subsolo das unidades domésticas de Florianópolis: “tesoura, linha, agulha, pilão, brasa e ervas” (SILVEIRA, 2010, p. 7), ainda não estudados pela arqueologia, materializam capítulos importantes do cotidiano de Desterro nos séculos XVIII e XIX.

Os *espanhóis* também são personagens recorrentes nas histórias sobre a região sul do país. Tendo em vista as disputas territoriais entre as coroas de Portugal e Espanha, bem como a localização privilegiada de Florianópolis – último porto natural antes de atingir a parte meridional do continente americano –, a presença espanhola na cidade foi constante e vincula-se diretamente às disputas ibéricas.

Um fato conhecido na história de Florianópolis foi a conquista espanhola no ano de 1777, quando as tropas de Cevallos tomaram a ilha, rendendo moradores e militares. Esta ficou sob posse hispânica por cerca de um ano e quatro meses, quando, a partir do Tratado de Santo Ildefonso, voltou ao domínio português (FLORES, 2000). Antes disso, porém, os espanhóis já haviam aportado em solos catarinenses (MOSIMANN, 2002): no século XVI, viajantes espanhóis

---

<sup>13</sup> Segundo Wolff e Réchia (1999, p. 66), “as mulheres apontadas como bruxas geralmente eram vizinhas com as quais se tinha problemas, mulheres mais velhas e viúvas, mulheres não casadas ou independentes. [...] As ditas bruxas geralmente eram mulheres que apresentavam um caráter desviante, ou seja, não correspondiam a certos padrões de conduta e moral aceitos pela comunidade [...]”.



desembarcaram na região para refúgio e abastecimento; em 1525, cerca de 16 tripulantes espanhóis foram deixados para se fixarem na ilha (LOHN, 2004); um ano depois, os navios de Sebastião Caboto, Diego Garcia e Gonzalo Mendonza também utilizaram essas paragens antes de prosseguir ao sul do continente (AGUIAR, 2010); em 1541, Cabeza de Vaca estabeleceu-se na ilha para organizar suas investidas ao interior pela Serra do Mar (MOSIMANN, 2002); no ano de 1737, desertores espanhóis desembarcaram no norte da ilha para fugir das más condições das embarcações (BOITEUX, 1957; COELHO, 1856), e os exemplos continuam nos anos seguintes (HARO, 1996; IHA, 2008). Não conseguimos levantar informações acerca da presença feminina ou infantil nos primeiros agrupamentos espanhóis, mas, provavelmente, isso não caracteriza a sua ausência, e sim uma lacuna a ser preenchida com novas investigações.

As imigrações alemã e italiana são igualmente mencionadas nas narrativas históricas sobre o sul do país. Os imigrantes *alemães* desembarcaram em Florianópolis na primeira metade do século XIX (CORREA, 2005, p. 235). Segundo as investigações sobre essa temática, estes “não eram de todo desprovidos de condições financeiras, restando-lhes o bastante para enfrentarem as primeiras dificuldades”, tais características expressavam-se nas suas vestes, conduta e asseio.

Os alemães passaram por Florianópolis e fixaram-se nas suas proximidades, especialmente nas colônias de São Pedro de Alcântara, Vargem Grande, Santa Isabel e Teresópolis (região conhecida, hoje em dia, como Grande Florianópolis) (CRUZ, 2008; JOCHEM, 2002). Estas caracterizavam-se por serem colônias mais antigas e menos numerosas que as de Blumenau, Itajaí-Brusque e Dona Francisca; além disso, tinham uma maioria de católicos (e não protestantes, como as outras, exceto Itajaí-Brusque) e seus indivíduos partiram de diferentes lugares da Alemanha, o que dificultava uma coesão identitária entre eles (CRUZ, 2008).

Grande parte dos imigrantes alemães trabalhou como agricultor, alguns fixaram-se no ramo comercial e industrial, tendo papel ativo na economia portuária no fim do século XIX e princípio do XX (CRUZ, 2008). Dentro da ilha, fundaram, em 1867, uma pequena escola alemã e, em 1913, no mesmo terreno da escola, construíram uma igreja protestante (ambas tombadas municipalmente).

Não obstante a historiografia catarinense ressaltar o esforço masculino para o desenvolvimento das colônias alemãs, a participação das mulheres foi tão importante quanto a dos homens (PEDRO, 2004). Era atribuído a elas não só o trabalho doméstico, mas também boa parte do trabalho “produtivo”. As alemãs de São Pedro de Alcântara trabalhavam com o machado, foice, aguilhada ou faca, “possuindo as mesmas habilidades de manejo que os homens” (SHUTEL, 1988 *apud* CRUZ, 2008, p. 37). Os papéis sociais

desempenhados pelas alemãs podem ser observados, também, “em muitas outras áreas do Sul do Brasil que contaram com essa colonização” (SHUTEL, 1988 *apud* CRUZ, 2008, p. 37). Antes do advento industrial, nos primeiros anos de fixação, as alemãs realizavam o trabalho agrícola e doméstico, bem como o da oficina, do comércio e dos cuidados do lar. Nesse período, não existia uma clara delimitação do que homens e mulheres faziam; ambos se dedicavam a todas as funções; no entanto, após a acumulação de capital, “na nova casa, localizada, em geral, no centro do núcleo urbano, a função da mulher passou a ser a de limpar a casa, cuidar e educar as crianças, cozinhar e assar, passando a ser valorizada ainda pelos produtos ‘feitos em casa’, como os alimentos em conserva” (PEDRO, 2004, p. 60). Algumas poderiam contratar uma empregada e dedicar-se aos “afazeres mais amenos”. Apesar do projeto burguês de restrição dos papéis femininos ter atingido o ambiente doméstico, muitas imigrantes não seguiam esse modelo de comportamento (ainda que o almejassem). Nas residências menos abastadas era necessário o seu emprego e das crianças no serviço fabril (WOLFF; RÉCHIA, 1999).

Os imigrantes *italianos* chegaram na capital catarinense em meados da década de 1890, vindos, no entanto, de Montevidéu, e não da Itália. Esses grupos migraram como operários para a construção de uma residência na Praia de Fora (a qual, em anos posteriores, se tornou a sede do Santa Catarina Country Club) e para Reformas no Palácio dos Governadores (SOUZA, 1980). A maioria desempenhou funções como pedreiro, marceneiro e escultor (CORREA, 2005). Existiram, contudo, aqueles que se dedicavam ao plantio e à criação. Cabe lembrar que no fim do século XIX foi criada a Estação Agrônômica, dirigida pelo italiano, engenheiro e agrônomo Giovanni, cuja finalidade era incentivar e orientar a agricultura no interior da ilha (CORREA, 2005).

No ano de 1836, passaram por Desterro cerca de 186 colonos naturais do Reino da Sardenha, os quais aportaram no norte da ilha para preparar viagem às terras que deveriam colonizar próximo ao Rio Tijucas Grande, no antigo território de São Miguel da Terra Firme, situado no continente fronteiro (PIAZZA, 2001). Destaca-se ainda que em 1891 foi fundada a *Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana* por colonos residentes na cidade. Nesse período contava com 58 sócios e após um breve enfraquecimento recuperou-se, somando 72 sócios em 1898 (LEUCHTENBERGER, 2007).

Poucos relatos existem acerca das mulheres italianas que imigraram para Desterro (sozinhas ou acompanhadas da família). Sabe-se, contudo, que em 1895, quando o italiano Gerváseo Cuneo deslocou-se com a finalidade de trabalhar como marceneiro na construção do palácio, ele estava acompanhado da mulher e três filhos; todos fixaram-se nas dependências do palácio enquanto a obra era realizada (SOUZA, 1980). Além disso, existem relatos da presença

de italianas desenvolvendo afazeres domésticos e confeccionando produtos (como, por exemplo, embutidos, panos de pratos, bordados e outros) para serem trocados ou vendidos (SOIHET, 2004; PEDRO, 2004; PEREIRA, 2008). No geral, as italianas “trabalhavam de sol a sol”, tanto nas atividades de roça quanto nas da casa (WOLFF; RÉCHIA, 1999, p. 62). Na roça, cuidavam do plantio, da colheita, da produção da farinha (para a polenta), de tirar o leite das vacas, limpar as estrebarias, torrar o café, cuidar do quintal, alimentar os porcos e galinhas, entre outras atividades. Na casa, produziam pão, roscas, bolos, doces, queijo e nata, além de tecer, bordar, costurar, lavar, limpar e arrumar.

Além dos agrupamentos europeus mais conhecidos (portugueses, espanhóis, alemães e italianos), existem outros pouco mencionados, como é o caso dos *franceses*, que teriam chegado em solo catarinense nos anos iniciais da colonização, isto é, no século XVIII. Estes são citados como ativos participantes da sociedade colonial, mantendo comércio (mesmo que sem consentimento real) com os habitantes da região desde os primeiros anos.<sup>14</sup> Além disso, existem relatos de viajantes franceses que desembarcavam eventualmente na ilha em suas rotas de exploração aos Mares do Sul, como foi o caso de Amédée-François Frézier e sua tripulação no ano de 1712.<sup>15</sup> A presença de franceses na região chama a atenção para o fato de que mesmo entre os imigrantes “europeus” existem aqueles pouco mencionados na história ilhoa, os quais são escassamente conhecidos pela historiografia clássica e invisibilizados diante das narrativas mestras sobre os colonos portugueses, espanhóis, alemães e italianos.

Além desses europeus, existem imigrantes de outros países da Europa e de outros continentes que têm sido omitidos. Estes, quando mencionados, são incluídos na categoria “outros”, sem um maior aprofundamento de quem sejam (ESPÍNOLA, 2005). Os sírio-libaneses, gregos, japoneses e norte-americanos formam parte dessa população.

Alguns autores acreditam que os *sírio-libaneses* teriam contatado o território catarinense por volta de 1910 (CARVALHO, 2002), contudo existem fontes históricas da presença desses imigrantes na ilha no ano de 1894 (ANAISSI, 2011). Esses primeiros imigrantes “não eram advindos das camadas mais desprovidas das suas sociedades locais” (ANAISSI, 2011, p. 5), e a maioria

---

<sup>14</sup> Essa informação pode ser acessada em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 2020, v. 12, p. 17.

<sup>15</sup> É interessante destacar a tentativa da fundação, por colonos franceses, de uma comunidade experimental falansteriana nas margens da Baía da Babitonga, atual município de São Francisco do Sul: a Colônia do Saí. Sua fundação deu-se em 1841, mas devido a problemas internos e externos, em 1844, foi desmantelada pelo governo (SILVA, 2007).

destinou-se ao Brasil com o intuito de obter rendas suficientes para retornar ao país de origem. Nenhum deles recebeu incentivos estatais para imigração, e suas empreitadas foram “espontâneas”, ainda que familiares (SOARES, 2013). No geral, os autores que os estudam são unânimes em afirmar que a primeira profissão que desempenhavam assim que chegavam no Brasil era a de mascate ou caixeiro-viajante (ESPÍNOLA, 2005). Tão logo adquiriram os primeiros lucros, investiram em estabelecimentos comerciais, sendo os primeiros a iniciar o comércio popular na ilha, expandido, em seguida, para outros ramos, considerados, na época, “mais nobres” (ANAISSI, 2011, p. 10).

Apesar de não viverem em colônias geográficas, viviam “em situação de colônia cultural, quer no bairro em que residem (ou na rua em que reuniam suas lojas), quer nas formas de pensar e de agir diferentes do nacional brasileiro ou do filho de outros imigrantes” (SACHET; SACHET, 1997, p. 119 *apud* ESPÍNOLA, 2005, p. 74). As mulheres sírio-libanesas geralmente estavam acompanhadas dos pais ou dos futuros esposos. Ao longo dos séculos XX e XXI, outras levas de imigrantes árabes deslocaram-se para Florianópolis, sendo contemporânea a vinda de refugiados de guerra (SOARES, 2011; FIGUEIREDO; LUNARDI, 2016). Com vestuário, crenças religiosas, rituais de celebração, enterramento dos mortos, alimentação e outros ícones identitários característicos, esses grupos apresentam um campo potencial para pesquisas, visto as inúmeras possibilidades que a materialidade apresenta.

Os *gregos* são ainda menos conhecidos que os sírio-libaneses. É provável que tenham chegado à ilha por volta de 1883.<sup>16</sup> Florianópolis é considerada uma das mais antigas colônias gregas do país, a maioria estabeleceu-se como comerciante, especialmente no ramo marítimo e de exportações. Controlavam 90% do comércio de atacado e varejo, seus estabelecimentos estavam localizados sumariamente na antiga Rua do Príncipe, hoje Conselheiro Mafra (KATCIPIIS, 2014). É possível que esse grupo tenha sido muito fechado nos casamentos, buscando cônjuges na terra natal (CORREA, 2005). Apesar disso, poucas informações foram levantadas sobre as mulheres e crianças pertencentes à região da Grécia que se deslocaram para Florianópolis. Sabemos, contudo, que elas acompanharam suas famílias na imigração e que na década de 1950, por

---

<sup>16</sup> Segundo Katcipis (2014, p. 23) “o registro feito em algumas obras acerca da colonização grega em Santa Catarina considera a chegada dos primeiros na primavera de 1883. O veleiro Lefki Peristerá comandado pelo capitão Savas Nicolau Savas, com origem da ilha Katelórizon, na volta de uma viagem com destino a Montevideu teria parado em Desterro e permanecido por mais tempo devido à semelhança da Ilha com a terra natal dos gregos que ali desembarcaram. Na parada, uma parte da tripulação permaneceu na ilha, que voltaria a receber mais gregos na segunda passagem, já no ano de 1889, do Capitão Savas que traria mais alguns familiares e também fixaria residência no local”. Ocorreram outras levas de imigração no século XX com uma grande quantidade chegando após a Segunda Guerra Mundial.

exemplo, um grupo de gregas se reuniu para a realização de trabalhos manuais a fim de arrecadar dinheiro para a comunidade helênica local (KATCIPIS, 2014, p. 42).

A imigração *japonesa*, também pouco abordada, foi alavancada por três motivos principais: agricultura, oferta de emprego na região – na qual os japoneses “exerceram diversas profissões como médico, dentista, engenheiro, advogado, administrador de empresa, servidor público, além de atuação nos setores de comércio e indústria” (OUTUKI; OUTUKI, 2003, p. 65) – e presença de um polo universitário na cidade. O fluxo migratório de japoneses para o estado iniciou-se em 1908 e estendeu-se ao período da Segunda Guerra Mundial (MARTINELLO; CARVALHO, 2011). Esta imigração diferencia-se das demais por ter sido um tipo de imigração tutelada, na qual os Estados do Japão e do Brasil subsidiaram o deslocamento e a instalação desses colonos no país (MARTINELLO; CARVALHO, 2011).

*Norte-americanos* também participaram da formação da sociedade ilha.<sup>17</sup> Já no início do século XIX, sua presença era evidente em razão da caça da baleia, atividade que desenvolveram em grandes embarcações no Atlântico Sul. Cabe lembrar que a Ilha de Santa Catarina era famosa pela abundância de cetáceos, e a presença dos baleeiros norte-americanos foi um dos fatores responsáveis pela falência das armações existentes na região (ZIMMERMANN, 2006, p. 74). Outro fator que incentivou a vinda de norte-americanos para Desterro foi a descoberta de ouro na Califórnia em 1848. A busca por riquezas, principalmente por parte de moradores da costa leste dos EUA, alavancou a vinda de famílias inteiras. Nesse sentido, é importante esclarecer que o caminho mais seguro para chegar à costa oeste dos EUA era contornando o Cabo Horn, no Atlântico Sul (SCOMAZZON; FRANCO, 2015); e, por conseguinte, a Ilha de Santa Catarina era um ponto de parada natural para atingir o cabo. Scomazzon e Franco (2015) afirmam que ocorreu uma verdadeira invasão com centenas de norte-americanos desembarcando diariamente no Porto de Desterro nesse período.

Conforme descrito anteriormente, os contingentes populacionais que se deslocaram para a ilha, ao longo do tempo, são oriundos de vários países: além da Europa, alguns vêm da América e da Ásia, por exemplo. Reduzir esse processo à expressão “imigração europeia”, como fez a historiografia catarinense clássica, é uma simplificação errônea dessa história.

---

<sup>17</sup> A nomenclatura “norte-americanos” é problemática, tendo em vista que a América do Norte consiste em três países, quais sejam: Canadá, EUA e México. Entretanto, já que as bibliografias que utilizamos para abordar esse tema a utilizam como uma forma de se referir aos estadunidenses, optamos por mantê-la sabendo das suas limitações.

Esses imigrantes somaram-se aos trabalhadores da cidade, desempenhando funções como pedreiros, marceneiros, comerciantes, militares, agricultores e agricultoras, artesãs, doceiras, curandeiras, parteiras etc. Poucos são lembrados por nome e sobrenome, a maioria forma uma massa de operários e operárias que se dedicou a profissões variadas para garantir o sustento e a permanência na cidade. Limitar as investidas estrangeiras aos personagens que se destacaram na política, no exercício militar, no comércio ou nas artes, pesquisando e preservando suas casas, local de trabalho e/ou de reza, é uma forma tendenciosa e excludente de contar a história da cidade, excluindo uma parcela considerável da população local. Além disso, esses agrupamentos são compostos por famílias, ou seja, mesmo que pouco citadas, mulheres, crianças e idosos também integravam essas comunidades. Apesar disso, estes foram grosseiramente esquecidos e invisibilizados nos discursos tradicionais.

Salienta-se que destacar esses silenciamentos não aplaina o processo de exploração e violência pelo qual indígenas (SELAU, 2006) e afrodescendentes foram submetidos na colonização florianopolitana, nem diminui os impactos negativos que a imigração provocou no meio ambiente local (CAROLA, 2010), porém nos faz refletir sobre quão complexa e diversificada foi a vinda de agrupamentos de outras nacionalidades para a capital do estado e quão excludente tem sido a forma pela qual esse processo é abordado pela historiografia e pela arqueologia clássica.

### 11.3 Novas possibilidades para as pesquisas de arqueologia urbana em Florianópolis

Levando em conta o abordado até aqui, cabe questionar: existem sítios arqueológicos que poderiam trazer à tona histórias plurais e democráticas sobre a memória urbana de Florianópolis? É plausível pensar que o não desenvolvimento de pesquisas com esse viés associa-se à inexistência de sítios arqueológicos urbanos relacionados a esses grupos sociais? Os lugares e as coisas dos imigrantes citados anteriormente, especialmente os mais pobres, teriam remanescido no presente da urbe?

Embora não tenhamos respostas definitivas sobre essas perguntas, realizamos um levantamento de informações na lista do Patrimônio Cultural Material do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), em textos especializados sobre a memória urbana de Florianópolis (de história, geografia e arqueologia) e em relatórios de arqueologia existentes no Arquivo

do IPHAN, a fim de sugerir lugares onde os imigrantes poderiam ter vivido, trabalhado, rezado, comido, bebido, se divertido, etc.<sup>18</sup>

A partir da lista do IPUF<sup>19</sup> conseguimos identificar os seguintes lugares na cidade: *Antiga Inspetoria de Rios e Portos*, datada de 1897, que teria sido utilizada para fornecer apoio a qualquer tipo de embarcação que atracava no canal da Baía Norte, incluindo navios estrangeiros e nacionais; *Igreja Evangélica de Confissão Luterana*, datada de 1913, construída por imigrantes alemães que se instalaram em Florianópolis e arredores; *Mercado Público de Florianópolis*, datado de 1889, onde os pequenos comerciantes da ilha (e litoral próximo) – sejam eles escravos de ganho, forros ou brancos pobres, incluindo imigrantes – vendiam peixe, carne de sol, feijão, arroz, mandioca, hortaliças, drogas do sertão, comidas preparadas na hora e outros produtos; *Antigo Imperial Hospital de Caridade*, datado de 1789, que se caracteriza por uma instituição filantrópica de apoio aos pobres e degredados da ilha, atendendo uma gama considerável de estrangeiros;<sup>20</sup> *Antiga Escola Alemã*, datada de 1907, fundada pelos colonos alemães e voltada à prática da filosofia luterana; *Antiga Hospedaria dos Imigrantes*, datada de 1890, que possuía acomodações para cerca de 250 pessoas e destinava-se a receber os imigrantes que chegavam no estado; e o *Antigo Santa Catarina Country Club*, datado de 1891, inicialmente edificado para sediar a associação mutualista beneficente de trabalhadores da cidade, denominada de *Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana*, fundada por italianos.

É importante destacar que esses lugares são protegidos por leis municipais, grande parte já passou por intervenção de restauração arquitetônica (sem pesquisa arqueológica prévia) e apresenta estruturas edificadas, com suas paredes incorporadas à paisagem urbana local no presente.

---

<sup>18</sup> É importante frisar que os lugares apresentados a seguir não sofreram nenhum tipo de intervenção arqueológica, essas sugestões partiram de levantamentos bibliográficos; logo, pesquisas sistemáticas devem ser realizadas a fim de confirmar ou refutar os dados aqui apresentados.

<sup>19</sup> A lista de bens do patrimônio cultural de natureza material protegidos pelo IPUF compreende centros históricos e elementos da arquitetura militar, oficial, religiosa, vernacular e equipamentos da cidade. Foi elaborada por Betina Maria Adams, Maria Anilta Nunes, Suzane Albers Araújo. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_09\\_2012\\_17.59.17.228578edd7e825f7ffe8b469a50be259.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_09_2012_17.59.17.228578edd7e825f7ffe8b469a50be259.pdf). Acesso em: 1º fev. 2018.

<sup>20</sup> Santos (2009) afirma que entre 1841 e 1852 quase 25% dos atendidos no hospital eram estrangeiros, entre estes: 61,6% eram portugueses (total de 193 pessoas), 8,6% alemães (total de 27 pessoas), 6% ingleses (total de 19 pessoas), 4,1% espanhóis (total de 13 pessoas), 3,8% norte-americanos (total de 12 pessoas), 3,5% belgas (total de 11 pessoas), 3,5% italianos (total de 11 pessoas), 5,4% outras nacionalidades (total de 17 pessoas), 3,2% nacionalidades não identificadas. Total de 313 estrangeiros atendidos no hospital em uma década.

Para além destes, e levando em conta que as condições de vida e de trabalho dos imigrantes (ao menos imediatamente após a chegada na cidade) eram extremamente difíceis, pensamos outros lugares potencialmente frequentados por eles, como, por exemplo: cortiços, bordéis, tabernas, vilas operárias, fábricas, favelas, manicômios, lazaretos e outros.<sup>21</sup> Diferente dos anteriores, estes não são mencionados em nenhum tipo de lista protecionista, seja ela municipal, estadual ou federal, tampouco foram alvo de pesquisas arqueológicas, todavia, foram citados em trabalhos de historiadores e geógrafos sobre grupos marginais da cidade.<sup>22</sup>

Numa cidade portuária como era Desterro, as tabernas eram inúmeras e frequentadas por “pessoas pobres” que viviam pelas ruas, especialmente marinheiros recém-chegados ou de passagem. Estudiosos apontam que somente na região central da cidade poderia haver mais de 100 tabernas de secos e molhados (SANTOS, 2009).

Os cortiços, complementarmente, eram formados por dezenas de casas de porta e janela ou por casas térreas divididas entre duas ou mais famílias; neles viviam “prostitutas, marinheiros, imigrantes, libertos, pessoas abandonadas ou doentes” (SANTOS, 2009, p. 65). Se concentravam em vários lugares da cidade, mas principalmente no Bairro da Figueira e “atrás da Matriz, entre a Igreja do Rosário, a Rua do Alecrim e o caminho para a olaria de José Jacques” (SANTOS, 2009, p. 65). O maior cortiço da cidade, denominado Cidade Nova, localizava-se atrás da Igreja Matriz, era formado por 19 casas e situa-se onde hoje foi construída a Praça do Congresso.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Cabe destacar que, arqueologicamente, a análise de sítios como os citados vem sendo realizada de forma pioneira em diferentes localidades do Brasil e do exterior. Os cortiços foram analisados na cidade de Rio Grande por Dode (2012) e na cidade de Pelotas por Maciel (2014), bordéis foram analisados em Nova York por Seifert e Balicki (2005), Gilfoyle (2005), Crist (2005) e Yamin (2005); fábricas e vilas operárias têm sido abordadas em Porto Alegre por Thiesen (2005), no Rio de Janeiro por Stanchi (2008), em Massachussets por Beaudry e Mrozowski (2001), e cabe destacar a coletânea de Symonds e Conlin (2008) com diversos trabalhos sobre o assunto. Favelas também já foram discutidas nas pesquisas realizadas em Nova York pela arqueóloga Yamin (2001), em Sydney por Karsken (1999) e na coletânea de investigações de Murray e Mayne (2001). Manicômios, hospitais e lazaretos foram analisados no Pará por Lopes (2017) e em Belo Horizonte por Moreira (2015). Tabernas foram estudadas em Porto Alegre por Graça (2005).

<sup>22</sup> Entre esses trabalhos, destaca-se a pesquisa de Santos (2009) sobre a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis e de Pereira (1996) sobre prostituição na cidade.

<sup>23</sup> Santos (2009) afirma que algumas casinhas de porta e janela com quintais no fundo, ocupadas pela população pobre da cidade, que formavam cortiços, pensões ou estalagens, ainda podem ser identificadas pelas ruas de Florianópolis, muitas estão modificadas ou reformadas, mas sua fachada e lote sugerem as “raízes da parte mais simples e popular da antiga Desterro”. O autor afirma que muitas dessas áreas localizam-se entre a Praça XV e a Rua 7 de Setembro,



Os bordéis também fizeram parte da conformação urbana local: as ruas da Toca, da Pedreira, Beco do Menino Deus e Alecrim (atualmente conhecidas como Rua São Martinho, Victor Meirelles, Menino Deus e Bittencourt, respectivamente) eram frequentadas por prostitutas; além destas, também o eram a Praça XV e alguns bares e restaurantes do centro (PEREIRA, 1996).

A cidade apresenta, ainda, “casas de porta e janela” ocupadas por pessoas de baixa renda (SANTOS, 2009), bem como fábricas que possivelmente empregavam imigrantes. No centro da cidade destaca-se a Fábrica de Pontas Rita Maria, inaugurada em 1896 e considerada “umas das primeiras indústrias de vulto em Florianópolis” (VEIGA, 2008, p. 233), pertencente ao alemão Carl Hoepcke.

Fora da região central, foi identificada uma série de sítios que se associam aos sujeitos aqui mencionados (SILVA, 1996). Setenta e sete engenhos foram localizados no setor meridional de Florianópolis. Muitos destes não pertenciam aos grandes comerciantes ou agricultores da urbe, mas a uma população de baixíssimo poder aquisitivo, especialmente de origem e ascendência açoriana.<sup>24</sup> No geral, esses sítios caracterizam-se por estruturas de processamento do açúcar, farinha de mandioca, aguardente, trigo e arroz. Na Ilha de Santa Catarina, era comum que os engenhos fossem conectados às unidades habitacionais dos proprietários, principalmente porque a atividade de produção se iniciou como um trabalho de subsistência, empregando, majoritariamente, mão de obra familiar (SILVA, 1996).

Além dos engenhos, foi identificado no sul de Florianópolis um sítio denominado Barra da Lagoinha, que apresenta vestígios de uma habitação pertencente a pessoas “muito pobres”. Estas residiam próximo à Lagoa do Peri, de onde, provavelmente, retiravam a maior parte do sustento. O sítio se caracteriza por uma residência coberta com telhas de barro tipo capa-canal e estrutura de pau a pique. Foram observadas, em superfície, louças ordinárias e cerâmica, possivelmente utilizadas nas atividades cotidianas do grupo doméstico (SILVA, 1996).

Ainda que potencialmente relacionados aos imigrantes açorianos, tanto os engenhos quanto o sítio Barra da Lagoinha distanciam-se dos sítios arqueológicos clássicos abordados anteriormente. Localizados no sul da ilha (e não no centro, como a maioria), com uma arquitetura simples (e não monumental como grande parte dos sítios locais), relacionavam-se a um grupo social que dificilmente enquadrava-se no perfil dos políticos, militares ou artistas “de destaque” da cidade.

---

onde hoje se encontra o comércio popular florianopolitano.

<sup>24</sup> Cabe destacar que, entre estes, somente sete foram caracterizados como sítios arqueológicos. Não sabemos quais os critérios que definiram a seleção destes e a exclusão dos demais.

De forma complementar, a equipe do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia da Universidade Federal de Santa Catarina (LEIA-UFSC), identificou, no ano de 2014, inúmeras áreas e edificações de interesse arqueológico e histórico por toda Florianópolis (Tabela 11.2). Entre elas, destacam-se algumas que poderiam ter sido construídas pelos imigrantes enumerados anteriormente (ainda que nenhum estudo tenha sido realizado com o intuito de demonstrar essa associação).

Dos locais identificados pelo LEIA-UFSC, destacamos o antigo Caminho da Gurita, utilizado pelos habitantes da Lagoa do Peri para conectar os inúmeros pontos de pesca, lavoura e coleta de água e alimentos; a Casa do Caminho da Gurita, que se caracteriza por remanescentes de uma habitação e seu anexo, apresentando, também, um muro e várias outras estruturas.<sup>25</sup>

Tabela 11.2 – Sítios arqueológicos históricos de Florianópolis identificados pela equipe LEIA/UFSC

Sítios arqueológicos	Localização
Poço Histórico do Pântano do Sul; Cemitério Histórico do Pântano do Sul	Pântano do Sul
Engenho Restinga do Peri; Muro no Caminho da Gurita; Casa no Caminho da Gurita;	Lagoa do Peri
Engenho da Cachoeira; Engenho do Fabriciano; Casa e Engenho do Vitalino	Caieira da Barra do Sul
Casa Rural Costeira do Ribeirão <sup>26</sup>	Ribeirão da Ilha
Fazenda da Tapera	Tapera
Muro Histórico da Armação	Praia da Armação
Engenho Morro dos Ingleses	Ingleses
Engenho dos Moura	Vargem do Bom Jesus
Vargem Grande I	Vargem Grande

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Bueno *et al.* (2015).

<sup>25</sup> A tipologia dos sítios identificados pela equipe do LEIA-UFSC, a localização, os aspectos arquitetônicos remanescentes e os possíveis grupos sociais a que se associam os desvinculam do discurso homogeneizador da maior parte dos sítios florianopolitanos. Ainda que não seja possível a associação direta entre estes e os imigrantes analisados neste capítulo (já que nenhum estudo foi desenvolvido com essa finalidade), julgamos importante apresentar essa materialidade demonstrando como a arqueologia pode ser mais inclusiva, plural e democrática.

<sup>26</sup> Sítio preservado pela Lei Municipal nº 2.193 de 1985 como Área de Interesse Histórico.

Esses sítios atestam que havia uma complexidade de estruturas, ambientes e vivências fora do eixo central administrativo da cidade, possivelmente eram frequentados por grupos marginais que compunham a maioria dos cidadãos locais. É possível perceber um silenciamento no que se refere ao tombamento e proteção enquanto patrimônio cultural; esses sítios só passaram a ser conhecidos devido às pesquisas arqueológicas realizadas pelo LEIA. Provavelmente o fato de não se adequarem ao perfil “pedra e cal” os tenha excluído das práticas preservacionistas no âmbito federal, estadual ou municipal.

Para finalizar, cabe destacar alguns sítios já conhecidos que tiveram seus reusos e ocupações silenciados pelas ações de preservação, os quais, no entanto, poderiam fornecer informações importantes sobre os imigrantes “pobres” da cidade. Personagens como enfermos acometidos por doenças contagiosas (lepra, por exemplo), soldados inválidos, loucos, marinheiros, pescadores, rendeiras, agricultores etc. incluem-se nessa categoria.

As fortificações de Florianópolis, por exemplo, tiveram uma multiplicidade de usos ao longo do tempo: “o caráter bélico e militar, que inicialmente determinou a construção desses monumentos militares, é apenas uma face desse patrimônio” (SOARES, 2013, p. 139). No decorrer dos anos, essas fortificações funcionaram como posto de quarentena, abrigo para convalescentes da Guerra do Paraguai, “depósito de loucos”, lazareto para variolosos, hospital e prisão militar, depósito de equipamentos navais, estação meteorológica e tiveram vários outros usos. A fortaleza de São José da Ponta Grossa chegou a ser ocupada por famílias ao longo do século XIX e XX. Segundo informações presentes em relatórios que antecederam a restauração, “posseiros” teriam invadido a fortificação, a teriam cercado, praticado a agricultura e a criação de animais no seu interior. É provável que uma parcela considerável dos vestígios arqueológicos recuperados nesse sítio (e nas outras fortificações, de modo geral) remeta ao período no qual o caráter bélico não tenha sido o principal uso atribuído a ele.

O sítio arqueológico Casa Natal de Victor Meirelles pode ser lembrado como um outro exemplo de unidade cuja intervenção arquitetônica inviabilizou histórias plurais. Na pesquisa arqueológica ali realizada, foi identificado um açougue clandestino anterior à construção do sobrado da família Meirelles (COMERLATO, 2011). Interessante, pois, em 1770, após ninguém se apresentar para arrematar a concessão de açougue na Vila de Nossa Senhora do Desterro, por conta do preço exigido, a carne passou a ser vendida em casas e açougues clandestinos (CABRAL, 1979), e possivelmente o estabelecimento identificado era um deles. As evidências da sua existência associam-se à grande presença de ossos de gado, com marcas de corte, encontrados abaixo do assoalho da residência Meirelles (CABRAL, 1979). É importante lembrar

que os açougueiros gozavam de certo prestígio nas cidades até meados do século XIX; eles não podiam ser substituídos nem completamente controlados pelo Estado, além disso eram temidos devido à habilidade com o uso de facas. Com as reformas higienistas, que determinam a substituição dos açougues pelos abatedouros e frigoríficos, essa profissão foi considerada ultrajante e repulsiva, restando a eles ou o trabalho clandestino ou a associação aos abatedouros municipais (BOSI, 2014).

Em vez de edifícios pulsantes e vivos, os sítios arqueológicos de Florianópolis foram transformados pela maior parte dos trabalhos arqueológicos e arquitetônicos em unidades a-históricas, congeladas no tempo (majoritariamente no período colonial ou pós-colonial), com a justificativa de buscar sua forma “autêntica”, excluindo processos e histórias. No entanto, como informado anteriormente, há um conjunto de pesquisadores e sítios que fogem ao discurso padrão e trazem à tona uma memória mais democrática sobre a ocupação da cidade.

## 11.4 Considerações finais

Este trabalho não pretende esgotar o tema da imigração e certamente levanta muito mais perguntas do que conclusões. Ainda que isso não justifique as lacunas que a pesquisa apresenta, nossa intenção é chamar a atenção para a problemática da imigração, destacando quão plural e complexo foi esse processo em Florianópolis ao longo dos séculos XVI a XX.

Apesar de a maior parte dos sítios arqueológicos conhecidos em Florianópolis enaltecer um passado europeu, branco, masculino e de grupos poderosos (especialmente políticos, militares, comerciantes, religiosos e artistas), a história da cidade não se limita a essas fronteiras. Grupos de diversas nacionalidades e etnias (portugueses, espanhóis, alemães, italianos, franceses, sírio-libaneses, gregos, japoneses, norte-americanos e outros), identidades de gênero e faixas etárias (mulheres, homens, crianças, idosos e outros), extratos sociais (marceneiros, ferreiros, doceiras, parteiras, artesãs, alfaiates, operários de fábricas, prostitutas, marinheiros e outros) incorporaram esse processo. Engenhos, unidades domésticas, cadeias, açougues, manicômios, lazaretos, bordéis, cortiços, tabernas, fábricas, vilas operárias, hospitais, entre outros, têm o potencial de discutir memórias excluídas de grupos sociais que foram segregados pelos discursos oficiais sobre a urbe.

Buscamos apresentar essa visão alternativa e criticar a homogeneização e a simplificação acolhidas consciente ou inconscientemente por muitos estudiosos, habitantes e turistas de Florianópolis. Deve-se atentar para

a complexidade e assimetria existentes nessa visão – não somente de nacionalidades, gênero e idade, mas também de temporalidades diversas, posicionamentos geográficos distintos e arquiteturas heterogêneas – e considerá-la quando formos examinar o passado dessa cidade plural, complexa e pulsante. Dessa forma, narrar-se-á um discurso polifônico sobre a urbe, colocando em destaque também a expressão de grupos marginais e demonstrando que estes também fazem parte da cidade no passado e no presente.

# Arqueologia nas escolas: educação e preservação do patrimônio de Florianópolis

Stela Schenato  
Letícia da Silva Gondim  
Isabela da Silva Müller

O projeto “Arqueologia nas escolas: educação e preservação do patrimônio arqueológico de Florianópolis”, vinculado ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia da Universidade Federal de Santa Catarina (LEIA-UFSC) e coordenado pelo professor doutor Lucas Bueno, configurou-se em um projeto voltado à extroversão do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico da cidade de Florianópolis, mais especificamente da Ilha de Santa Catarina. Esse projeto esteve diretamente relacionado ao desenvolvimento de outra ação em curso no laboratório no mesmo período, o projeto “Florianópolis arqueológica”, que visou atualizar as informações sobre pesquisas e sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina,<sup>1</sup> bem como rediscutir e traçar perspectivas de pesquisas interdisciplinares.

No decorrer das pesquisas e discussões promovidas pelo LEIA, sentia-se a urgente necessidade de realização de atividades contínuas vinculadas à educação patrimonial, não somente de ações pontuais como vínhamos realizando até então. Essa nova necessidade faz parte de uma perspectiva de inserir o conhecimento do patrimônio arqueológico dentro da universidade de forma interdisciplinar, por meio de palestras e conversas, buscando sempre o envolvimento das comunidades que foram alvo de pesquisas de campo. Ao

---

<sup>1</sup> Projeto com financiamento e apoio do CNPq e do IPHAN/SC.

longo do projeto “Florianópolis arqueológica”, especificamente do contato das equipes com as diferentes comunidades visitadas para a verificação dos sítios arqueológicos já existentes e para a “descoberta” de novos, levantaram-se questionamentos que foram problematizados pela equipe acerca desse patrimônio: como ele é visto e acessado por diferentes agentes das comunidades e sujeitos que envolvem o conjunto de habitantes? E como a educação e a formação das crianças sobre a sua história poderia influenciar o meio e a comunidade? Adeptos de uma perspectiva que vê a arqueologia enquanto uma história de longa duração, buscamos refletir sobre como o contexto atual se insere nessa história mais longínqua e qual é o seu espaço dentro de cada comunidade e localidade da cidade.

A proposta inicial do projeto era o desenvolvimento de uma série de atividades voltadas para a divulgação da arqueologia e a educação patrimonial, principalmente do patrimônio arqueológico de Florianópolis. Dessa forma, o objetivo do projeto foi desenvolver oficinas sequenciais, com colégios do ensino público de Florianópolis, para estimular a discussão da construção da história da ilha e chamar a atenção dos/as alunos/as para a importância da preservação do patrimônio arqueológico e histórico da Ilha de Santa Catarina.

As primeiras atividades relacionadas ao projeto, em 2014, foram de planejamento e organização do material para o desenvolvimento das oficinas. Para sua realização, utilizamos dados gerados durante o projeto “Divulgando a arqueologia: uma ação integrada entre o acervo arqueológico do Museu Universitário, a criação de coleções didáticas e a arqueologia experimental”,<sup>2</sup> o qual gerou, entre outras coisas, a criação de coleções didáticas com composições distintas a fim de atender públicos de diferentes idades.

Diariamente, esse patrimônio arqueológico é acessado pelas comunidades, e em diversos momentos utilizado no turismo na chamada “Ilha da Magia”. Porém, será que o alcance de discussões mais profundas acerca dessa história de longa duração tem sido amplo? Ou mesmo, será que as discussões têm alcançado a profundidade desejada pelos/as arqueólogos/as? Essa questão ainda nos remete a outra temática de estudos, como àquela “Arqueologia para quem?” já trabalhada por autores como Fabíola Silva (2015) e Márcia Bezerra (2003).

Vimos, por meio das crianças, um caminho para que esse patrimônio seja trabalhado de forma mais profícua, a alcançar famílias e comunidades,

---

<sup>2</sup> Projeto realizado pelo Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA) entre os anos de 2012 e 2014, onde foram elaboradas coleções didáticas para a utilização em trabalhos educativos. Posteriormente, foi avaliado que a coleção necessitava de novos elementos para que se tornasse mais dinâmica e viável para atividades com estudantes de idades variadas.

bem como futuras populações. E, sobre essa história de longa duração, e mais especificamente sobre uma história indígena de longa duração, devemos lançar mão de algumas considerações prévias: pensar a longa duração (BRAUDEL, 1992) na arqueologia em Florianópolis nos remete a uma história de aproximadamente 5 mil anos, da qual apenas para 500 anos, aproximadamente, possuímos alguns registros escritos sob a ótica majoritariamente eurocêntrica. A arqueologia vem, então, a trabalhar de forma interdisciplinar esses 4500 anos, além de rediscutir e problematizar os demais 500. Além disso, e em especial, falar de história indígena na cidade e na região requer posicionamento crítico. Afinal, acredita-se que o impulso para uma discussão do papel da arqueologia e dos/as arqueólogos/as para a formulação de políticas de gestão do patrimônio se sustenta

[...] numa perspectiva que concebe a Arqueologia definitivamente como uma ciência social, pois envolve a construção de um discurso sobre o passado elaborado no presente por sujeitos inseridos em contextos históricos definidos que acarretam compromissos sociais, políticos, culturais. (BUENO, 2011, p. 56).

Dessa forma,

[...] No Brasil, esse conceito de longa duração vem sendo aplicado para dar maior rigor teórico às pesquisas que buscam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais. A partir das décadas de 1970 e 80 trabalhos como os de Beltrão, Brochado, Scatamacchia, Wüst iniciam uma perspectiva que reaproxima a arqueologia brasileira e as populações indígenas, originando, nas duas décadas seguintes, trabalhos que ampliaram essa proposta e buscaram maior embasamento no referencial teórico da história. Assim, trabalhos como os de Heckenberger, Noelli, Noelli e Dias, Neves, Heckenberger e Neves e Eremites de Oliveira utilizam o referencial da “arqueologia como história de longa duração” das populações indígenas, partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais. Entendemos os trabalhos que utilizam os pressupostos da *longue durée* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como história indígena. (CORREA, 2013, p. 27).

Essa perspectiva de trabalho deve, portanto, evitar o essencialismo da relação entre cultura material, língua e etnicidade, já que permite perceber os grupos étnicos como muito mais fluidos e dinâmicos culturalmente (CORREA, 2013). Os trabalhos com essa perspectiva na região sul brasileira têm ampliado o espectro de discussões, e em Florianópolis da mesma forma. De modo que



constitui um desafio explorar essa história sempre através da ótica do presente. Qualquer ação relacionada à preservação e gestão do patrimônio arqueológico e, portanto, cultural da cidade, perpassa constantemente o questionamento de qual história é veiculada e qual história é feita e desvendada.

## 12.1 Arqueologia nas escolas: experiência no município de Florianópolis

Constatada a necessidade de divulgar o trabalho realizado pela Arqueologia para a comunidade de Florianópolis e pesquisando sobre ações de educação patrimonial no Brasil, decidimos fazer a divulgação para a comunidade educadora, ou seja, a Rede Pública de Ensino. A finalidade do projeto era fazer a divulgação do patrimônio arqueológico de Florianópolis despertando o maior interesse dos/as alunos/as pela conversação e pela história deste. O projeto iniciou em março de 2014 e terminou em março de 2016. Foram dois anos de atividades e desafios, que vamos apresentar neste capítulo.

A equipe do projeto contou com cinco pessoas durante esses dois anos, Isabela da Silva Muller, Letícia Gondim, Lucas Bond Reis, Patrícia Fontana e Stela Schenato, sob orientação do professor doutor Lucas Bueno. Juntos realizamos atividades dentro e fora de sala de aula. O primeiro passo para iniciar o projeto foi pensar sobre quais assuntos seriam abordados em sala, quais seriam as escolas em que seriam realizadas as oficinas, para quais turmas seriam direcionadas as oficinas e como seriam desenvolvidos os conteúdos em sala de aula. Um dos desafios nessa etapa foi o de construir o diálogo com as escolas escolhidas para realizar as oficinas.

Analisando as *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC*<sup>3</sup> e a *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*,<sup>4</sup> decidimos elaborar uma contribuição para o Ensino Fundamental (EF) de Florianópolis que tinha como objetivo a construção básica do cidadão brasileiro.<sup>5</sup> Percebemos por meio dos conceitos

---

<sup>3</sup> Para a construção deste capítulo, disponibilizamos na bibliografia as *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC* que foram divulgadas pela Secretaria de Educação de Florianópolis do ano de 2015.

<sup>4</sup> FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis*. 2008. Disponível em: [http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12\\_05\\_2010\\_9.36.10.73db268a4469cb1a09e1ccaac387dca.pdf](http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_9.36.10.73db268a4469cb1a09e1ccaac387dca.pdf).

<sup>5</sup> FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC*. 2015. p. 25. Disponível

e objetivos propostos para o ensino de História do EF I que a arqueologia e o ensino patrimonial contribuíssem com excelência para a proposta, que tinha entre os seus objetivos o estudo da temporalidade, duração, mudanças e permanências em sua história e presente.<sup>6</sup>

Houve, nessa etapa, nossa primeira dificuldade. Construir a relação com as possíveis escolas para o desenvolvimento do projeto não foi uma tarefa fácil. Optamos por fazer contato com escolas localizadas em bairros com presença de sítios arqueológicos, para construir oficinas com exemplos e propostas utilizando a história da comunidade. Porém, entre as várias tentativas de contato, recebemos muitas respostas negativas justificadas pelo cronograma saturado das escolas e pelas dificuldades em inserir novas ações no calendário escolar. Consideramos também nessa reflexão que existem escolas mais procuradas do que outras para a oferta de ações educativas, um dos motivos para tal disparidade é sua localização, quanto mais difícil seu acesso, menor é a oferta de atividades extracurriculares.

### 12.1.1 A primeira proposta

Iniciamos os trabalhos realizando contato com escolas de Ensino Básico da Rede Municipal de Florianópolis – de 1º a 5º ano – para explicitar nossos objetivos com o projeto. As primeiras comunicações foram estabelecidas por ligações telefônicas, e a única escola que se mostrou interessada em conhecer nosso projeto foi a Escola Municipal Antônio Paschoal, localizada no bairro Rio Vermelho. A escola se situa próxima a um dos sítios arqueológicos escavados pela equipe do “Florianópolis arqueológica”, no Travessão do Rio Vermelho. Logo após o primeiro contato, agendamos reuniões com a supervisora de ensino – responsável pela nossa recepção na escola – das quais participaram os professores interessados no projeto. Apresentamos a proposta de um trabalho relacionando às questões de preservação do patrimônio cultural municipal e nacional e chegamos à conclusão de que os/as alunos/as do 4º estariam aptos/as à recepção desses temas. A equipe, portanto, nos orientou sobre a turma com a qual seriam realizadas as oficinas e sobre os assuntos que possivelmente seriam abordados nelas. A turma disposta a nós era composta por 30 crianças com idades entre nove e dez anos. Nossa ideia foi apresentar nas oficinas o que era a arqueologia, fazer uma atividade prática de como é o trabalho do/a arqueólogo/a e apresentar um pouco sobre o que existe de arqueologia nos

---

em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25\\_05\\_2015\\_13.21.19.a8cfbc1ba45502447185ee928a98ce06.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/25_05_2015_13.21.19.a8cfbc1ba45502447185ee928a98ce06.pdf).

<sup>6</sup> FLORIANÓPOLIS, 2008, *op. cit.* p. 191.

bairros dos/as alunos/as e no entorno. Portanto, planejamos três oficinas com quatro horas de duração cada, para que pudéssemos encaixá-las no cronograma escolar.

A preparação para a primeira experiência começou com a leitura de textos e experiências com divulgação arqueológica (BEZERRA, 2003; TEGA *et al.*, 2013; DIAS *et al.*, 2013; PYBURN, 2008; CARVALHO; SILVA, 2013; FERREIRA; RIBEIRO; SALLÈS, 2013; CARNEIRO, 2009; FERNANDES; BROCHIER, 2013). Levando em conta as leituras e as particularidades da escola, iniciamos nosso planejamento de oficinas. Essa turma, em específico, já havia feito algumas visitas a sítios arqueológicos conhecidos do município de Florianópolis e visitado alguns museus, dessa forma conseguia visualizar bem os pontos de referência da cidade. A primeira oficina apresentava o tema arqueologia. Ela foi planejada para desconstruir o imaginário comum sobre arqueologia, que contempla fatos como: o objeto de pesquisa da arqueologia serem os dinossauros, de que não existe potencial arqueológico no Brasil como existe na Europa, ou especificamente no Egito, de que os/as arqueólogos/as enfrentam aventuras como o personagem Indiana Jones nos filmes hollywoodianos, entre outros.

Demos início ao ciclo de oficinas com uma atividade para identificar o conhecimento prévio que os/as alunos/as tinham sobre o tema/conceito “arqueologia”. A partir da questão “o que é arqueologia?,” eles/elas desenharam o que tinham de conhecimento até o momento sobre o assunto. Assim a oficina se iniciaria com o conteúdo preparado, em que explicamos os seguintes tópicos: o que a arqueologia estuda, quem a arqueologia estuda, o que é um sítio arqueológico e como os sítios arqueológicos são encontrados nos dias de hoje.

A proposta da primeira parte da oficina era fazer com que os/as alunos/as pensassem que as atividades que fazemos hoje geram vestígios, estabelecendo a conexão entre comportamentos humanos e vestígios materiais. O passo seguinte seria transportar isso para o passado, enfatizando que as atividades realizadas por pessoas muito tempo atrás também geraram vestígios e que parte desses vestígios sobreviveram e estão disponíveis, acessíveis para nós hoje, no presente. A proposta de atividade para fazer com que esse assunto ficasse mais evidente foi de que os/as alunos/as desenhassem alguma atividade que eles/elas praticam diariamente e que poderia gerar vestígios para um/a futuro/a arqueólogo/a pesquisar. A atividade não teve sucesso. Os/As alunos/as ficaram impacientes em ter que fazer um novo desenho, visto que a primeira atividade já havia envolvido a realização de um desenho. O conteúdo também não saiu como esperado, percebemos que os/as alunos/as não entenderam nossa proposta e acabaram por desenhar nossas sugestões (para tentar fazer com que a oficina se desenrolasse como esperado, acabamos atendendo os/as

alunos/as individualmente, explicando a proposta e oferecendo possíveis ideias para concluir a atividade). Em vista disso, realizando a avaliação final dessa primeira oficina, decidimos reformular essa atividade para uma possível nova experiência em outra escola. Durante a oficina, apresentamos as etapas de um trabalho arqueológico: pesquisa, escavação e laboratório. Todo o conteúdo foi trabalhado em sala de aula de forma descontraída, com imagens, fotografias, vídeos e trechos de alguns filmes. Tudo para que o assunto chamasse a atenção e se tornasse de mais fácil compreensão. Foram utilizadas imagens pesquisadas na internet e fotografias de escavações e atividades do LEIA. Os vídeos que utilizamos foram produzidos durante escavações junto à equipe do laboratório, demonstrando como acontece uma escavação arqueológica e que materiais são utilizados em campo. Apresentamos durante essa primeira oficina cenas do filme *As aventuras de Tadeo Jones*,<sup>7</sup> com o objetivo de estreitar a linguagem arqueológica com a dos/as alunos/as do 4º ano.

Para a segunda oficina, foi planejada uma simulação de escavação arqueológica. Avaliamos a possibilidade de fazer um sítio-escola, porém a falta de espaço para construirmos nos fez criar alternativas. Com a leitura inicial, percebemos que uma alternativa seria criar pequenos espaços de escavação dentro de sala de aula, que permitissem que os/as alunos/as tivessem a experiência semelhante à que os/as arqueólogos/as têm em uma quadra. Portanto, para realizar a atividade, escolhemos uma caixa de plástico seco de aproximadamente 1 m x 1 m, areia, objetos arqueológicos sem procedência, além de espátulas de plástico sem corte (para não causar acidentes), fichas de escavação, embalagens com *zip* e etiquetas para identificar objetos. Nosso objetivo com a atividade era o de fazer os/as alunos/as perceberem o trabalho minucioso do/a arqueólogo/a e o cuidado que devemos ter com os objetos. Afinal, seriam abordados temas como conservação e preservação do patrimônio arqueológico. A atividade complementar da oficina seria a observação de material arqueológico através da coleção didática com objetos diversificados, entre eles material cerâmico, lítico e histórico para a observação dos/as alunos/as.

A oficina ocorreu quase conforme o planejado. As caixas de escavação estavam prontas, alojamos os materiais para serem encontrados conforme um contexto, locais de descarte de cerâmica, local de produção de materiais líticos e uma fogueira. As duas caixas tinham o mesmo contexto. A atividade seguiu com dois/duas alunos/as por caixa, até acharem seu primeiro objeto e armazená-lo. Os/As demais alunos/as estavam em outra parte da sala

---

<sup>7</sup> LAS AVENTURAS de Tadeo Jones. Direção: Enrique GATO. Produção: Lightbox Entertainment, Telecinco Cinema e El Toro Pictures. Paramount Pictures, 2012, 1 DVD (93 min).

analisando os objetos arqueológicos da coleção didática e tirando suas dúvidas. O resultado foi positivo, percebemos que os/as alunos/as entenderam que o trabalho do/a arqueólogo/a é minucioso e exige muita dedicação. Todos/as demonstraram interesse pelas experiências.

A terceira, e última, oficina foi planejada para que os/as alunos/as pudessem entender mais do contexto em que vivem, em sua cidade e comunidade, que tipos de sítios arqueológicos existem em Florianópolis, onde estão localizados, qual a importância da preservação, quais medidas eles poderiam tomar se encontrassem um sítio arqueológico, etc. A terceira oficina seria uma conversa, para fazer os/as alunos/as se sentirem parte dessa história. A atividade proposta seria montar um perfil de alguns dos diferentes sítios arqueológicos encontrados em Florianópolis. O objetivo central era explicar que em Florianópolis houve várias ocupações, das mais antigas para as mais recentes – no caso a ocupação atual – e que o contato entre essas populações pode ter ocorrido. O perfil estratigráfico seria montado da ocupação mais recente para a mais antiga. Fazendo com que os/as alunos/as compreendessem que a ocupação mais antiga fica abaixo da ocupação mais recente. A oficina se desenrolou com a explicação dos principais tipos de sítios arqueológicos que encontramos em Florianópolis, onde eles se localizam, quais são os mais antigos e os mais recentes, quais tiveram pesquisas arqueológicas e o que foi encontrado nesses locais. Utilizamos imagens retiradas da internet e fotografias produzidas pelo LEIA. Alguns vídeos foram utilizados para mostrar como se compõe cada um dos sítios arqueológicos. O maior enfoque foi dado aos sítios localizados no bairro Rio Vermelho, para que eles/elas conhecessem a história do bairro onde moram.

Com relação aos desenhos produzidos na primeira atividade proposta, separamos algumas categorias representadas para compreender melhor quais as referências que os/as alunos/as tinham antes do início dos nossos trabalhos. As categorias eram as seguintes: 1) desenhos com representações de ossos e/ou ossada sem contexto na folha (3 desenhos); 2) desenhos que representaram ossos e/ou ossada embaixo da terra com um contexto contendo pás, árvores, casas, carros (9 desenhos); 3) desenhos de dinossauros inteiros (3 desenhos); 4) desenhos de museus, com representação de dinossauros e animais variados no museu (4 desenhos); 5) desenhos de pirâmides (5 desenhos); 6) desenhos de artefatos arqueológicos soltos na folha (1 desenho); 7) e desenhos que não representavam nada sobre o contexto da oficina (2 desenhos). Podemos perceber que nenhum dos desenhos representou um sítio arqueológico famoso de Florianópolis, como os sambaquis, por exemplo. A grande maioria dos/as alunos/as tinha em seu imaginário que a arqueologia era a ciência que estuda os dinossauros, já que essa confusão entre a arqueologia e a paleontologia é costumeira no senso comum. Claro que os museus e pirâmides das quais

mais ouvimos falar permeavam o imaginário dos/as alunos/as também, pois recorrentemente podemos acompanhar programas televisivos que exploram a arqueologia egípcia, andina e mesoamericana entre outras. Portanto, essa primeira oficina seguiu como desconstrução dessas ideias iniciais e como apresentação do tema. Exploramos os estereótipos levantados pelos/as alunos/as explicando como eles se estabeleceram no senso comum, utilizando imagens que representavam como os/as arqueólogos/as trabalham em diferentes locais do mundo e levantando a proposta de conhecermos os estudos arqueológicos realizados no Brasil e, principalmente, na cidade de Florianópolis.

A terceira oficina funcionou como esperado, foi bem recebida pelos/as alunos/as. Depois das duas oficinas que oferecemos, os/as alunos/as estavam ainda mais participativos/as e à vontade com a nossa presença. Houve compartilhamento de experiências, relatos de contato com a arqueologia, e a curiosidade foi o ponto crucial dessa oficina. Os/As alunos/as despertaram o interesse em saber da existência de sítios arqueológicos onde moravam e nos locais que frequentavam. A oficina foi planejada para que eles/as conseguissem visualizar todas as ocupações de Florianópolis, e cremos que a tarefa foi cumprida com sucesso. A atividade final foi extremamente positiva, o perfil estratigráfico foi montado da seguinte forma: A sala foi dividida em quatro grupos, cada um deles ficou responsável por representar alguns dos diferentes tipos de sítios que compõem a ocupação da cidade (histórico, Guarani, sambaqui e inscrições rupestres e oficinas líticas). Os grupos trabalharam bem, desenhando possíveis contextos de atividades de cada sítio. Por exemplo, o grupo responsável por representar os sítios históricos escolheu desenhar os vestígios de cozinha que uma antiga fazenda poderia ter deixado. E assim os outros grupos também trabalharam com seus contextos. O resultado do perfil estratigráfico de Florianópolis simulado pelos/as alunos/as foi bastante positivo. Assim, pudemos ressaltar como os sítios arqueológicos ficam dispostos na terra e como o/a arqueólogo/a desempenha parte do seu trabalho.

No final das três oficinas realizadas, os/as alunos/as ganharam certificados simbólicos de guardiões/ãs dos sítios arqueológicos de Florianópolis. Reforçamos, finalmente, a importância da preservação e da conservação dos sítios arqueológicos, do papel do/a arqueólogo/a e da sociedade para preservar a história da sua cidade.

Para 2015, o segundo ano do projeto, buscamos trazer mais materiais produzidos pelo próprio laboratório, como vídeos e fotos feitos nas escavações de experiências que tivemos. Pensamos nesse tipo de material, pois assim os/as alunos/as teriam a oportunidade de ver um trabalho de campo de perto e em locais que eles poderiam facilmente conhecer.

### 12.1.2 Experimentando novas abordagens

Para o ano de 2015, pensamos em atividades mais atrativas e manuais e que nos dessem a oportunidade de explicar e interagir com os/as alunos/as durante sua realização. A escolha para esse novo ciclo do projeto foi trabalhar com argila, produzindo réplicas de cerâmicas.

A primeira experiência, novamente com a Escola Municipal Antônio Paschoal Apóstolo foi deveras positiva, tanto que a escola entrou em contato conosco para retornar às atividades. Essa foi a nossa primeira escolha para 2015. Para uma segunda experiência, escolhemos entrar em contato com uma escola localizada perto da UFSC: a Escola Desdobrada Municipal José Jacinto Cardoso, localizada no bairro Serrinha, que demonstrou interesse pelo projeto. Para as duas escolas, a melhor opção foi planejar as oficinas durante o primeiro semestre e realizá-las no segundo semestre de 2015. Assim a escola pôde planejar-se e encaixar as oficinas no calendário escolar. As duas escolas escolheram turmas do 4º ano para realizarmos as oficinas. A escola do bairro Rio Vermelho já havia trabalhado conosco, portanto apenas demos continuidade no que já havia sido discutido quanto ao conteúdo e sua adequação. Com a escola do bairro Serrinha iniciamos a discussão com base na experiência do ano de 2014.

A primeira oficina do ano de 2015 foi planejada com base nas reflexões acerca da experiência com a oficina no ano anterior. Houve mudanças em relação ao conteúdo, material e metodologia. Abandonamos o excesso de conteúdo, procuramos inserir mais material produzido pela nossa equipe – trazendo mais exemplos de atividades arqueológicas em Florianópolis –, e repensamos as atividades para que elas ficassem dispostas de forma mais interativa ao longo da oficina, pensamos em um formato participativo contínuo. Portanto, com a experiência do primeiro ano, avaliamos o que tinha sido positivo e negativo. Assim a oficina foi planejada para apresentar o tema arqueologia, o que um/a arqueólogo/a faz, como trabalha, quais são os objetos de estudo e por que devemos preservar o patrimônio arqueológico. A atividade inicial continuou sendo a produção do desenho sobre “o que é arqueologia?” para que tivéssemos conhecimento dos saberes prévios dos/as alunos/as.

Essa oficina foi composta de mais imagens e vídeos, para que os/as alunos/as conseguissem visualizar melhor as atividades envolvidas no cotidiano do trabalho do/a arqueólogo/a. Com a finalidade de proporcionar aos/às alunos/as uma maior exposição de como os/as arqueólogos/as produzem o conhecimento arqueológico, realizamos uma atividade intitulada “interpretando a história” com o objetivo de fazer os/as alunos/as perceberem que todos os vestígios produzidos e tudo o que encontramos nos sítios fazem diferença para compreender o contexto. A atividade foi realizada da seguinte

forma: dividindo a sala em quatro grupos; os/as alunos/as receberam um saco com imagens de objetos diferenciados.<sup>8</sup> Cada saco seria composto de uma história, por exemplo, um saco conteria um mapa de trilha, uma corda, uma bússola, frutas, garrafas de água, protetor solar, boné, etc. Antes da abertura do saco, as ministrantes da oficina leram a introdução para cada história (como se fosse o conhecimento prévio que nós temos na arqueologia) com algumas incógnitas. Então os/as alunos/as preencheram as lacunas interpretando os objetos contidos em cada saco. Foram montadas quatro histórias distintas, como se fossem sítios arqueológicos diferentes. Essa atividade trouxe resultados positivos em relação ao que tínhamos proposto na primeira experiência.

Figura 12.1 – Alunas desenvolvendo a atividade “interpretando a história”



Fonte: Leticia Gondim (2015). Acervo pessoal.

As demais oficinas foram planejadas para viabilizar uma forte interação dos/as alunos/as durante o trabalho. Adaptar a linguagem acadêmica para o espaço escolar de alunos/as com nove e dez anos foi um desafio, pois procuramos pensar mais em formas atrativas e dinâmicas para trabalhar o conteúdo. Desse modo, no segundo encontro, planejamos apresentar os povos que ocuparam Florianópolis, bem como os principais sítios arqueológicos da

<sup>8</sup> Optamos por imprimir fotos de objetos, de nossa escolha, para que ficasse mais fácil de levar esses materiais até as escolas.



cidade e os artefatos que os constituem. A partir dessa explicação, focamos no desenvolvimento do trabalho com a cultura Guarani, já que seria com inspiração nessa cultura material que nossa atividade de produção de cerâmicas seria desenvolvida.

Para realizar o trabalho de produção de cerâmicas, os/as alunos/as foram divididos/as em grupos e lhes foram entregues: argila (a quantidade que eles preferiram) e um recipiente com de água para facilitar a modelagem dos potes. Os/As alunos/as foram orientados/as de que poderiam criar quantos potes quisessem, mas todos/as deveriam ter uma funcionalidade. Por consequência, as ministrantes da oficina foram solicitadas sucessivas vezes durante a produção para conversas sobre os povos Guarani, sobre outros povos que produziram cerâmicas, sobre as diferentes funcionalidades que esses objetos tinham e poderiam ter. A oficina se transformou em um ambiente de diálogo entre os/as próprios/as alunos/as e entre eles/as e as instrutoras. Desse modo, o trabalho seguiu de forma interativa, já que eles/as podiam conversar sobre o que queriam produzir. Para a realização dessa atividade, a turma foi dividida em quatro grupos grandes com cerca de quatro alunos/as por grupo, nos quais eles/as tinham liberdade de criação. Criamos uma dinâmica de circulação pelos grupos a fim de sanar as dúvidas dos/as estudantes, fazendo o uso de imagens, vídeos e até mesmo produzindo nossa cerâmica. Muitas questões surgiram com relação à manufatura das cerâmicas, sobre o processo de secagem e das rachaduras que ficariam na peça. Em sua maioria todos/as estavam ansiosos/as para terminar a atividade e queriam saber quando poderiam levar para casa sua produção de cerâmica a fim de exibi-la para os pais.

Figura 12.2 – Alunos/as desenvolvendo a atividade de produção cerâmica



Fonte: Letícia Gondim (2015). Acervo pessoal.

A terceira oficina foi planejada para reforçar a importância e o valor da cultura indígena, bem como da preservação dos artefatos arqueológicos. Retornamos para a última oficina com as cerâmicas secas e, nessa etapa, os/as alunos/as fizeram a decoração das peças com tinta guache. Pensando nas diferentes utilidades e nos significados que as peças produzidas teriam para os/as alunos/as, apresentamos formas e padrões de decoração de cerâmicas de diferentes culturas indígenas brasileiras por meio de imagens, fotografias e vídeos. Desenvolvemos a atividade separando a turma em grupos para que os/as alunos/as compartilhassem os materiais e pudessem conversar sobre suas produções. Foi explorada uma diversidade de cores e estilos, pensando na utilidade de cada cerâmica produzida pelos/as alunos/as. As ministrantes da oficina ficaram à disposição da turma para esclarecer suas dúvidas e curiosidades sobre o trabalho que estava em curso e sobre toda a composição das oficinas desenvolvidas até então. Como eram as últimas oficinas que seriam desenvolvidas com as turmas, os/as alunos/as vieram preparados/as para explorar todas as dúvidas e experiências que haviam tido até então.

Nossa experiência com as duas escolas, mais uma vez, foi satisfatória. Em ambas as escolas os/as alunos/as foram participativos/as e curiosos/as. A mudança de formato das oficinas nesse segundo ano de projeto foi bastante positiva: trouxe dinamicidade, participação e autonomia para os/as alunos/as, que puderam interagir e explorar mais suas dúvidas.

A recepção na escola Antônio Paschoal Apóstolo foi excelente. Como a escola já havia participado do projeto, conhecia nossa forma de trabalho. Quando chegamos para realizar as oficinas, os/as alunos/as já tinham sido apresentados/as ao tema. Destarte, o desenho inicial sobre “o que é arqueologia” teve uma proximidade maior do que se esperava sobre o tema da arqueologia. Os desenhos foram produzidos representando artefatos embaixo da terra ou dispostos em museus. Foram no total dez desenhos com essa temática. O esqueleto humano apareceu em quatro desenhos, registrado embaixo da terra ou livre no espaço da folha. Restos de animais, no geral peixes, foram desenhados por dois/duas alunos/as. Ossos no geral, sendo registrados embaixo da terra, foram desenhados por quatro alunos/as. Não fica visível pelo contexto se são ossos humanos, de animais ou de dinossauros. Obviamente os dinossauros foram lembrados, mas somente por dois/duas alunos/as. E, por fim, houve um registro de trabalho arqueológico em laboratório por um/a aluno/a.

Confrontando as produções dos desenhos do ano de 2014 e de 2015, as de 2015 têm maior representação de temáticas próximas ao trabalho do/a arqueólogo/a, como cerâmicas, ossadas humanas e de animais. Foi com a avaliação desses desenhos que demos continuidade à oficina. O trabalho da primeira oficina foi de veras positivo e ocorreu tudo como planejado. Como

os/as alunos/as já tinham sido introduzidos/as ao tema, eles/as tinham muitas perguntas e curiosidades. A atividade “Interpretando a história” foi recebida com muito sucesso. Os/As aluno/as entenderam a dinâmica e fizeram a interpretação das histórias, explorando as diversas possibilidades de interpretação e de forma criativa. Foi surpreendente para as ministrantes perceber que os/as alunos/as tinham dominado a proposta da atividade, entendendo que uma interpretação arqueológica feita por pesquisadores é plural, com base nos materiais e objetos arqueológicos disponíveis. Um/a dos/as alunos/as fez um fala durante as oficinas que ilustra como nosso trabalho foi desenvolvido. Ao final da atividade “Interpretando a história”, questionamos os/as alunos/as sobre qual foi o entendimento que eles/elas tiveram da dinâmica, e um/a deles/as levantou a mão e afirmou: “eu entendi que vocês fizeram um teste com a gente, para quando eu for fazer uma entrevista de emprego para ser arqueólogo, já saber o que fazer e entender”.

A produção das cerâmicas no segundo encontro foi enriquecedora, os/as alunos/as criaram sua própria “tradição”, fazendo potes e cerâmicas dos mais diversos tipos. Não temos como registrar como foram todas as conversas que tivemos com os/as alunos/as durante as oficinas, mas respondemos perguntas do tipo: por que os indígenas produziam cerâmicas, quais eram utilizadas em rituais e quais eram para uso doméstico, quem produzia as cerâmicas, se todos os grupos indígenas de Florianópolis produziam, etc. Ou seja, curiosidades básicas. Mesmo que muitas dessas temáticas já tivessem sido trabalhadas ao longo das oficinas, a produção despertou uma conexão dos/as alunos/as com os temas estudados. A oficina foi descontraída, os/as alunos/as foram muito participativos/as e prestativos/as entre si. A criatividade e o interesse fizeram valer a mudança de estratégia. Pensamos que a simplicidade da prática da oficina fez com que os/as alunos/as se conectassem mais com o que estava sendo apresentado.

A terceira e última oficina, na qual propusemos a decoração das cerâmicas produzidas por eles/elas, foi repleta de perguntas variadas sobre o cotidiano indígena. No decorrer da oficina, os/as alunos/as puderam dar mais individualidade às cerâmicas produzidas por meio da decoração feita com tinta guache. Ao final das oficinas, entregamos certificados simbólicos nomeando-os como “guardiões/ãs dos sítios arqueológicos de Florianópolis”.

A experiência com a Escola Desdobrada Municipal José Jacinto Cardoso foi assaz parecida com a da primeira escola, a não ser pelo fato de que os/as estudantes ainda não tinham sido introduzidos/as ao tema pelas professoras da escola. Portanto o desenho inicial aproximou-se mais da experiência com a primeira escola do Rio Vermelho, em relação aos desenhos e à introdução. No primeiro dia de oficina, havia 17 alunos/as em sala. Os desenhos dessa escola foram em grande maioria representados por ossos, 10 alunos/as

representaram ossos geralmente embaixo da terra e livres (sem contexto) na folha. Foram quatro os/as alunos/as que representaram uma escavação, vários/as arqueólogos/as, objetos de trabalho e objetos variados (ossos, diamantes, pedras e outros não identificáveis). Animais terrestres foram representados por um/a aluno/a, dinossauro, por um/a aluno/a e esqueleto, também por um/a aluno/a. Podemos perceber que não houve unanimidade em associar o trabalho do/a arqueólogo/a com dinossauros, mas as ossadas ainda vencem em geral.

As oficinas ocorreram com tranquilidade. As dúvidas das turmas, em ambas as escolas eram similares. Houve numerosos questionamentos sobre o cotidiano dos povos indígenas em Florianópolis e no Brasil. Os/As alunos/as da escola do bairro Serrinha ficaram tímidos/as no início das oficinas, mas, quando foram propostas atividades interativas, mostraram-se participativos/as e trouxeram dúvidas imbuídas de experiências vivenciadas na escola e na cidade.

A primeira oficina foi positiva: após desconstruirmos algumas visões iniciais sobre arqueologia, os/as alunos/as trabalharam adequadamente. Entendemos “desconstruir” como um processo voltado para desfazer noções fechadas sobre conceitos e ideias, evidenciando as múltiplas narrativas possíveis sobre o assunto tratado. A atividade “Interpretando a história” obteve sucesso como na primeira escola. Utilizamos os mesmos objetos e histórias, e os/as alunos/as usaram a criatividade e realizaram interpretações múltiplas, as quais não se aproximavam das da outra turma com que trabalhamos anteriormente. A segunda e a terceira oficinas foram dinâmicas e divertidas. Tivemos muitas perguntas e dúvidas. Sem percalços, apresentamos os temas como planejado.

## 12.2 Considerações finais

O projeto propôs a realização de oficinas em escolas da Rede Pública Municipal a fim de promover a preservação do patrimônio arqueológico existente em Florianópolis, aproximando os/as estudantes do trabalho dos/as arqueólogos/as, que se dedicam a pesquisar, analisar e escrever histórias e narrativas sobre locais conhecidos pelos/as alunos/as; foi intuito do projeto, ainda, construir com os/as alunos/as um diálogo sobre quem é esse profissional, como ele constrói as narrativas sobre o passado, assim como trabalhar a ideia de que o lugar em que os estudantes vivem e circulam está repleto de histórias que fazem parte de quem somos e de onde viemos. Desenvolver laços entre os/as alunos/as e os lugares e histórias pode resultar em ações voltadas à proteção do patrimônio arqueológico e cultural por meio desses/as futuros/as

cidadãos/ãs. Ao falarmos de educação, estamos sempre projetando um futuro. Assim, retomamos e nos questionamos constantemente “preservar o quê e para quem?” e “para quem é importante a preservação desse patrimônio?”. Nossa perspectiva de trabalho, que vê a arqueologia como história indígena de longa duração no Brasil, vai ao encontro desses questionamentos e nos impulsiona a cada vez mais promover a desconstrução de paradigmas que não comportem uma história e presente plurais. Afinal, qual o nosso papel com essas atividades?

Além de oferecer noções básicas sobre o que é a arqueologia e sobre o patrimônio arqueológico em Florianópolis, essas atividades aliam o ensino com a extroversão do conhecimento produzido pela equipe do laboratório em pesquisas acadêmicas. Com o desenvolvimento das atividades do projeto, foi possível perceber o sucesso alcançado frente aos objetivos propostos, já que, no decorrer das oficinas, os/as alunos/as, instigados/as a refletir sobre o tema, manifestaram dúvidas e expuseram os ensinamentos que adquiriram ao longo das ações realizadas junto a eles/as. Ainda que o público que participou das oficinas seja composto basicamente por alunos/as do Ensino Fundamental, estes/as se tornaram agentes no sentido de transmitir o conhecimento assimilado para a comunidade em geral, ou seja, para além das suas escolas. Sendo assim, é inestimável o alcance da iniciativa cuja finalidade consistia na promoção da preservação do patrimônio arqueológico. A universidade só atinge seu objetivo quando ultrapassa seus muros e interage com a sociedade. O projeto teve sucesso em diversos pontos: destaque-se aqui a participação da população, no caso, a comunidade escolar, a ajuda na preservação do patrimônio arqueológico da cidade e, de uma maneira acessível, a exposição para a sociedade dos resultados das pesquisas realizadas em âmbito acadêmico, resultados estes que muitas vezes ficam restritos apenas à academia.

## Arqueologia de Florianópolis: histórias em construção

Lucas Bueno  
Lucas Bond Reis

Conforme procuramos demonstrar ao longo deste livro, o potencial arqueológico de Florianópolis é imenso. Por entre praias, estradas, construções, rios e morros se descortinam histórias variadas que mostram a diversidade de formas de interação, de vivências e percepções daquilo que hoje chamamos de Florianópolis. Não há uma história do município que possa ser contada e que dê conta de agrupar essa dinâmica. Há várias histórias, que se entrelaçam, se entrecruzam e confluem na construção de uma paisagem que hoje é vivenciada por nós, aqueles que aqui vivemos, ou pelos que visitam a ilha e circulam por caminhos muitas vezes definidos e percorridos muitos anos atrás, possivelmente milênios. Há também várias cidades, vividas, contadas, lembradas e a serem construídas. Este livro oferece aos leitores algumas dessas histórias e procura despertar a atenção, a curiosidade, a vontade de conhecer mais a diversidade das gentes que por aqui passaram e que contribuíram, com seus conhecimentos, sentimentos e ações, para a construção do que hoje usufruímos e vivenciamos. Essa diversidade, cuja materialidade se atesta pelo patrimônio arqueológico é aspecto constituinte no mundo contemporâneo, da cidade hoje, que se transforma e se apropria de espaços e histórias, dando continuidade a um longo processo histórico que permanece ativo. O compromisso com a preservação desse patrimônio envolve, sem dúvida, um reconhecimento dessa diversidade na construção da história da cidade, mas, também, na definição de seu futuro.

Apesar de toda a intensa modificação ambiental vivenciada pela ilha ao longo do Holoceno, com variações significativas no nível do mar, capazes de remodelar drasticamente sua configuração ambiental, há locais, caminhos, cuja localização, cujo traçado, certamente têm sido compartilhados por pessoas ao longo de milênios. Entre estes podemos citar, por exemplo, os costões de várias praias da ilha, nos quais a localização de inscrições rupestres e de oficinas líticas indicam um trajeto relativamente definido, seguindo a distribuição de blocos, de matacões e de embasamentos rochosos que se articulam numa estreita faixa entre o mar e a vegetação dos morros circundantes. As pedras localizadas nas imediações desses sítios, distribuídas entre eles e os pontões nas praias adjacentes, certamente registram pegadas milenares que são continuamente seguidas, retraçadas por diversas pessoas atualmente. São, assim, não caminhos do passado, mas caminhos do presente que traçam continuidades e mudanças, ligações entre pessoas e comunidades de tempos distintos que compartilharam e seguem, de certa forma, compartilhando espaços de vivência, porém transformando-os. Essas pessoas que caminharam e que caminham hoje sobre os pés de outrem percebem os locais da mesma forma? Veem, sentem as mesmas coisas? As pegadas sobrepostas fazem do trajeto o mesmo caminho?

Não, provavelmente não! Esta é uma das grandes riquezas desses lugares: a possibilidade de pensar na multiplicidade de significados, percepções, sensações e histórias abarcadas por lugares e caminhos compartilhados por pessoas ao longo de possivelmente 5 mil anos de história. Assim, Florianópolis está permeada por histórias, muitas delas passíveis de serem contadas a partir de registros materiais, de marcas específicas deixadas na paisagem, de transformações e construções humanas incorporadas, integradas e que permanecem e compõem hoje a paisagem local. Ou seja, a paisagem de Florianópolis está repleta de histórias. Histórias que podem ser contadas através de pedras, conchas, ossos de animais, terra, árvores, e uma grande profusão de artefatos reconhecidamente antrópicos.

Nesse sentido, o território que atualmente compreende Florianópolis pode e deve ser pensado enquanto um palimpsesto, um espaço que foi ocupado de forma diversa por diferentes comunidades e de modo diferenciado por grupos de uma mesma comunidade (BINFORD, 1982). Desse modo, há que se acrescentar a existência de lugares em Florianópolis que possivelmente foram ocupados e reocupados ao longo do tempo, sendo significados e ressignificados por diferentes agentes de acordo com o contexto que se apresentava, considerando componentes humanos e não humanos, bem como suas relações sob uma perspectiva diacrônica. Um exemplo claro dessa situação é a Ilha do Campeche, onde há uma profusão de representações rupestres, amoladores-polidores fixos, além de vestígios relacionados à ocupação histórica. Do

mesmo modo, a área da Praia do Santinho, incluindo os costões norte e sul, sugere um processo semelhante.

Em termos cronológicos, como já indicamos, estamos falando de histórias que remontam a cerca de 5000 anos AP. Remontam a uma época em que a ilha não tinha essa mesma configuração. Uma época em que a linha da costa atingia uma altimetria mais elevada, em que a Costa da Lagoa, por exemplo, era uma enseada protegida, mas voltada para o mar aberto, em que o mar atingia o interior do Ratonés, em que havia uma separação de toda a porção sul da ilha em relação ao centro-norte, dada a inexistência do Rio Tavares (HORN FILHO; LIVI, 2012). As datas mais antigas para a ocupação humana em Florianópolis datam desse período e estão associadas, conforme discutido por Oppitz no Capítulo 3, a três sítios conchíferos, localizados nos bairros Rio Vermelho, Vargem do Bom Jesus e Pântano do Sul.

As constantes e intensas modificações do nível do mar, decorrentes da intercalação de períodos glaciais e interglaciais que marcou o Pleistoceno, foram responsáveis pela formação de uma paisagem marcada essencialmente por afloramentos, com poucas e circunscritas áreas de depósito sedimentar, o que reduzia em muito as possibilidades de assentamento e diversificação de recursos. A ampliação dessas áreas, com sobreposição de depósitos continentais, de depósitos eólicos pleistocênicos, com lagunas Holocênicas e outros ambientes deposicionais, foram se dando paulatinamente ao longo do Holoceno. Essa dinâmica certamente teve como um de seus resultados a formação de ambientes diversificados em termos de composição biogeográfica, ampliando a diversidade e a disponibilidade de recursos, para além daqueles relacionados diretamente ao ambiente marinho. No entanto, também estes certamente foram impactados, com um aporte crescente de nutrientes decorrente da intensificação de processos erosivos em ambientes deposicionais diversificados.

A ocupação humana dialoga, interage com esses processos cujo ritmo remonta ao tempo geológico. Dinâmica semelhante se encontra na vizinha região de Laguna, Farol de Santa Marta, no sul do Estado de Santa Catarina (DEBLASIS *et al.*, 2007; GIANNINI *et al.*, 2010), mas, por um lado, com uma cronologia um pouco recuada e, por outro, com uma intensidade amplificada entre o Holoceno Médio e recente.

No caso de Florianópolis, o que é interessante destacar, neste momento, é essa interação entre a dinâmica de ocupação e povoamento humano com os processos geológicos e geomorfológicos de conformação da ilha, envolvendo o paulatino crescimento e a diversificação dos ambientes deposicionais, que propiciam a formação de distintos componentes ecológicos, tanto terrestres quanto marinhos, que, por sua vez, criam novas possibilidades de interação e influenciam as dinâmicas de povoamento de grupos humanos.



A ocupação sambaqueira, identificada pelos sítios conchíferos, mas também pelos sítios com amoladores-polidores fixos, certamente dialogou com esse processo. Conforme salientam Horn Filho e Livi (2012, p. 59), “durante o Holoceno, ocorreram sucessivos eventos transgressivo-regressivo, destacando-se o evento de 2,6 ka AP”.

Essa dinâmica, a localização dos sítios na paisagem, as características dos vestígios identificados nos sítios em termos de recursos alimentares e tecnológicos, assim como o diálogo com os dados de pesquisas realizadas em outros locais, tudo isso junto fortalece a percepção de que as comunidades que produziram esses vestígios materiais que hoje denominamos de sambaquis eram, efetivamente, marítimas (CALIPPO, 2011). Seu território era, definitivamente, o mar. Isso não significa dizer que não havia uma ocupação e apropriação de espaços continentais, mas implica dizer que o mar estabelecia as possibilidades de conexão. O fluxo de movimento de pessoas, coisas, sentimentos e percepções passava certamente pelo deslocar-se nos ambientes aquáticos, especialmente marinhos. Isso estabelece uma série de possibilidades e desafios de estudo para aqueles interessados em compreender essas comunidades. As possibilidades de conexão entre lugares, por exemplo, não podem ser estabelecidas pela proximidade, não em termos de deslocamentos terrestres. O que é próximo, em termos de deslocamento marinho? Sabemos que as distâncias são outras no mar e na terra. Correntes marinhas, sistemas de ventos, fluxo das marés, são aspectos que interferem diretamente no movimento em ambientes marinhos. Estes são aspectos relevantes então para pensarmos em deslocamentos e conexões que compõem as dinâmicas de interação em comunidades sambaqueiras. Se o deslocamento está no mar, os pontos de conexão, muitas vezes (mas não só), estão na terra e correspondem aos sítios por nós identificados. Essa dinâmica deve ter gerado um sem-número de portos, de locais de encontro, de troca, e de interações com pouca ou nenhuma visibilidade arqueológica ou, ainda, com evidências difusas e ainda não compreendidas como indicadoras de atividades humanas. Sem contar que certamente foram impactadas pela dinâmica de variações do nível do mar que marcou o Holoceno, conforme já mencionamos, podendo hoje estar submersas.

Essa dinâmica de movimentos e interações que marca as comunidades sambaqueiras perdura, com modificações como nos mostra Oppitz (Capítulo 3), durante praticamente 4 mil anos! Apesar de muitos trabalhos arqueológicos utilizarem o argumento da escassez de recursos ou baixa produtividade ambiental como um fator recorrente para falar dessas comunidades, se ajustarmos o foco e a escala, parece que temos evidências exatamente do inverso. Afinal, há datas desde 5000 até cerca de 1000 anos AP associadas a sítios definidos como sambaqui. Conforme falamos, esse período deve

envolver uma diversidade de sociedades ameríndias, com suas particularidades e singularidades, mas que, em certa medida, compartilham essa dinâmica de comunidades marítimas e formas de construção de assentamentos que envolvem utilização recorrente de conchas, ossos de peixe e sedimentos na definição de plataformas mais ou menos destacadas na paisagem circundante. Novamente, como enfatiza Oppitz, há, sim, mudanças ao longo desses milênios, mas há também traços de continuidade. Pensar os processos históricos associados a essas sociedades ameríndias que ocuparam a costa atlântica brasileira constitui, ainda, um caminho a ser trilhado.

Essas sociedades ocuparam de forma intensa a Ilha de Santa Catarina e interagiram diretamente com esse processo de sua formação geossedimentar. Mas certamente interagiram e influenciaram a formação da paisagem insular em termos de sua cobertura vegetal. Apesar de dispormos ainda de poucas evidências, essas comunidades marítimas certamente utilizavam uma diversidade de recursos florestais para a produção de canoas, remos e artefatos náuticos para o deslocamento e a pesca, além de inúmeros recursos vegetais para a subsistência. A seleção de determinados tipos de madeira e a intensidade de uso são aspectos que podem ter influenciado a estrutura ecológica da paisagem insular, mas que carecem de estudos mais detalhados e aprofundados para que possam ser mapeados e registrados nos dias de hoje. Esse é apenas mais um dos muitos caminhos abertos para a pesquisa interdisciplinar no que se refere a esse tema. A intensidade da influência da pesca realizada por essas sociedades na dinâmica comportamental de espécies marinhas é outro caminho a seguir. Ambos podem, inclusive, trazer aportes significativos para nossa compreensão sobre a dinâmica, influência e consequência de determinados comportamentos humanos para espécies animais e vegetais nos dias de hoje (GILSON; LESSA, 2020).

Ademais, ainda que do ponto de vista analítico seja interessante para arqueólogas e arqueólogos pensar os recursos disponíveis na natureza enquanto fonte de alimentos ou matéria-prima, os quais já indicam variações ao longo do tempo, há que se refletir, também, sobre as relações estabelecidas entre diferentes comunidades com agentes não humanos, incluindo aqui não só plantas e animais, mas também o plano espiritual. Como aponta Oppitz (Capítulo 3), parte dos sambaquis, entendidos como sítios funerários, tem a sua construção associada à realização de festins, de forma a conectar diferentes mundos, terreno e espiritual – se é que tal divisão fazia sentido para essas comunidades, mas esse é um problema para pesquisas futuras. Assim, não podemos nos limitar a observar plantas e animais, especialmente, sob um viés estritamente econômico ou quantitativo. Nesse sentido, devemos pensar quem eram esses primeiros habitantes que começaram a formar comunidades no entorno da região do que atualmente é a Vargem do Bom Jesus, o Pântano do Sul e o Rio

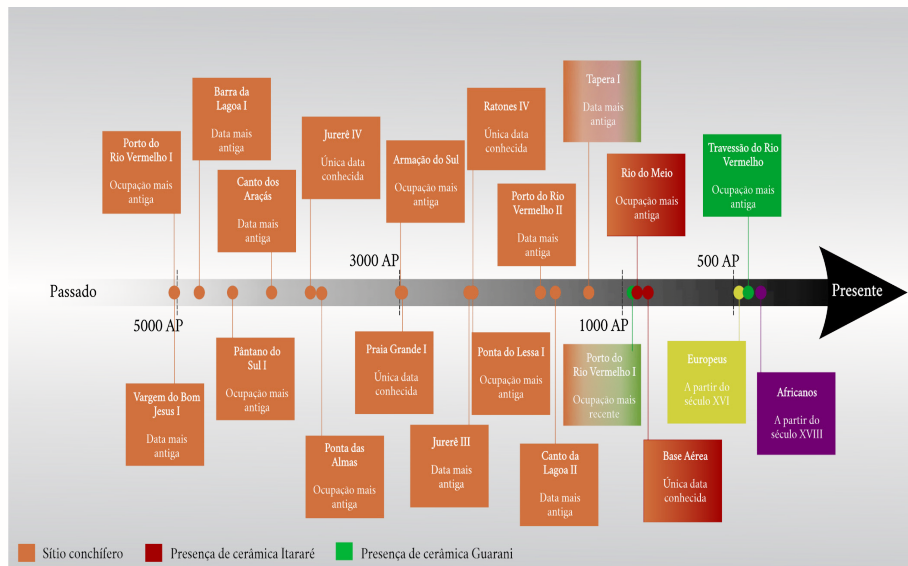
Vermelho, há cerca de 5000 anos e como eles constituíram e transformaram seu modo de vida ao longo do tempo, com mudanças em diferentes esferas da vida. Cabe ainda refletir se e como esse início do povoamento estruturou os processos subsequentes de ocupação. Há que se considerar, também, que até o presente momento não há nenhuma evidência de que outrora houve uma centralização política entre essas comunidades associadas aos sambaquis. Pelo contrário, as interpretações acerca do contexto de sítios conchíferos do litoral sul de Santa Catarina indicam que essas comunidades se organizavam de forma heterárquica, ou seja, que poderiam ser ranqueadas e classificadas entre si de forma diferenciada, sem, necessariamente, passar por uma organização central pautada numa hierarquia social comum (DEBLASIS *et al.*, 2007; GASPAR *et al.*, 2008).

Numa escala maior, devemos ter em mente que essas comunidades marítimas que ocuparam a ilha certamente conectaram-se às trajetórias de outras comunidades que também se desenvolveram nos litorais norte e sul de Santa Catarina durante esse período. Considerando uma perspectiva histórica que inclui um processo milenar (entre 5000 e 1000 AP pelo menos), as comunidades associadas aos sambaquis estabelecidas no que atualmente é Florianópolis possivelmente interagiram não só com diferentes comunidades marítimas, mas também com comunidades que possuíam outros modos de vida. O registro arqueológico na Ilha de Santa Catarina indica isso.

Conforme apresentado por Oppitz (Capítulo 3) e Reis (Capítulo 6), tradicionalmente o aparecimento da cerâmica Itararé em sítios conchíferos tem sido associado à chegada de povos culturalmente distintos à Ilha de Santa Catarina. Contudo, mais ou menos no mesmo período, há, também, o aparecimento de evidências associadas a comunidades Guarani. Esses processos parecem ocorrer por volta de 1000 AP, sem dúvida, um período em que transformações culturais se tornaram mais evidentes. Para ilustrar tal momento, apresentamos, na Figura 13.1, uma linha do tempo que apenas contém informações relacionadas às ocupações mais antigas de cada um dos sítios pesquisados e datados em Florianópolis.

Para o caso dos sítios pré-coloniais com mais de uma data, foi selecionada apenas a mais antiga a fim de representar o início da sua construção. No caso do sítio Porto do Rio Vermelho I, também foi incluída a datação mais recente por esta ser aceita como a ocupação Guarani mais antiga da ilha (ainda que tenham sido encontrados vestígios cerâmicos Guarani no sítio Tapera I, a datação conhecida para esse sítio possivelmente não está relacionada à ocupação Guarani). A sinalização da chegada dos primeiros povos europeus e africanos já no período histórico se baseia em informação escrita.

Figura 13.1 – Povoamento da Ilha de Santa Catarina através do tempo



Fonte: Elaborado por Lucas Bond Reis (2020) com base em Oppitz (Capítulo 3), Reis (Capítulo 6), Müller (Capítulo 7), Salvador (Capítulo 8) e Mendes (Capítulo 10).

A Figura 13.1, que contém apenas dados dos poucos sambaquis já datados, mostra que há um processo de povoamento da Ilha de Santa Catarina por comunidades marítimas associadas a esses sítios conchíferos que remete a uma longa duração. Além disso, essas poucas informações cronológicas sugerem que há uma distribuição espacial de norte a sul (Jurerê, Ratones, Vargem do Bom Jesus, Lagoa da Conceição e Pântano do Sul, por exemplo) de diferentes agrupamentos de pessoas. Alguns desses sítios apresentam mais de uma data, que não aparecem nessa figura (ver OPPITZ, 2011, 2015; JOCKYMAN, 2015), indicando, ao mesmo tempo, um processo contínuo de ocupação deles e certa variabilidade na sua composição ao longo do tempo (ver OPPITZ, Capítulo 3). Por fim, se acrescentarmos a possibilidade da existência de sítios contemporâneos aos apresentados acima em uma escala espacial local, tendo em vista que há mais de 80 sítios conchíferos em Florianópolis (ver Apêndice V, Mapa 1), percebemos que continuidades, mudanças e transformações consistem em uma característica que marca o processo de povoamento da Ilha de Santa Catarina há milhares de anos.

Nesse sentido, conforme aponta Cordova (2007), apesar da ideia de equilíbrio ser um aspecto marcante da metafísica de comunidades ameríndias, estabilidade não pode ser associada diretamente a estaticidade. Ou seja, as comunidades nativas em geral buscam manter um balanço entre os

componentes humanos e não humanos dos seus modos de vida, contudo sem perder de vista que mudanças ocorrem ao longo do tempo por fatores internos e externos. Assim, a diversidade e o processo de busca pelo equilíbrio que contemplam tanto permanências quanto transformações ajudam a entender como essas comunidades compuseram sua complexidade, sob uma ótica que vai além de modelos tradicionais teleológicos de complexidade social pautados num princípio ocidental de acumulação material. Isso posto, enfatizamos que a linha do tempo acima apenas ilustra as primeiras ocupações de cada um dos sítios mencionados, o que certamente não pode e *não deve* ser associado a nenhuma escala evolutiva social, não só pelo fato do processo de construção e ocupação de cada sítio ser constituidor de uma realidade singular, mas também por ainda não possuímos informações sobre a associação entre diferentes tipos de sítios, sua cultura material, seus usos e significados.

Já haveria, por exemplo, sítios com registros rupestres na ilha desde o início do seu povoamento? Infelizmente não temos ainda uma resposta clara sobre isso, conforme discutido por Thiago Pereira no Capítulo 8. Embora não possamos definir uma datação absoluta para essa categoria de sítios, nem tampouco para as oficinas líticas, é certo que este último tipo de sítio já existia na Ilha de Santa Catarina. Nos inúmeros sambaquis conhecidos na ilha, há centenas de artefatos líticos cuja produção certamente envolveu as atividades responsáveis pela definição das marcas que hoje classificamos como oficinas líticas. Dessa forma, diferentes grupos que ocuparam a ilha podem ter feito as oficinas líticas e se apropriado delas, podendo essa categoria de sítio assumir um caráter de lugar significativo na dinâmica de construção da paisagem da Ilha de Santa Catarina, como bem discutido por Pereira (Capítulo 8).

Mas, para além da questão relacionada à diversidade de sítios e suas cronologias, um “encontro” entre diferentes comunidades ameríndias nesse “momento”, por volta do ano 1000 AP, torna-se evidente. Ainda é discutível, como bem apontam Oppitz (Capítulo 3) e Reis (Capítulo 6), se a presença de cerâmica Itararé em sítios conchíferos, alguns com mudanças de padrão deposicional, é suficiente para sustentar que houve uma ocupação Jê meridional no litoral de Santa Catarina. Contudo, os vestígios cerâmicos Guarani identificados no sítio Tapera I (ROHR, 1966), que apresenta datas relacionadas a esse “momento” (não necessariamente vinculado à ocupação Guarani) e onde também foram encontrados fragmentos cerâmicos Itararé, evidenciam a materialidade de interações sociais entre diferentes grupos de pessoas que apresentavam modos de vida distintos, incluindo comunidades marítimas associadas aos sambaquis, aos Guarani, e, talvez, aos Jê meridionais.

Contudo, qual é o significado e o que são essas interações? Esta é uma das questões que ainda permanece pouco discutida na arqueologia regional. Não por uma particularidade ou por alguma questão muito específica relacionada às

pesquisas realizadas na ilha, mas, em boa parte, pelas dificuldades enfrentadas pela arqueologia para lidar com fenômenos de interação, transformação, fusão e as mais diferentes nuances que uma dinâmica permeada por conexões pode gerar. A prevalência de perspectivas essencialistas na definição, identificação e construção de identidades no registro arqueológico, pautadas em análises formalistas da cultura material, levanta obstáculos e cria fronteiras para uma compreensão mais dinâmica acerca das interações entre indivíduos que vivenciam e compartilham locais percebidos através de referenciais e práticas culturais diversas. Os métodos arqueológicos se encontram aquém da plasticidade dessas relações, por vezes incorporada à materialidade das práticas cotidianas.

Neste livro, embora não consigamos responder essas perguntas, procuramos criar contextos que permitam formular novas questões para esses problemas. Conforme indicado em vários capítulos, a interdisciplinaridade e a interculturalidade são estratégias de pesquisa que, associadas à perspectiva da longa duração, muito podem contribuir nesse caminho.

Fato é que, por volta do ano 1000 AP, cerâmicas passaram a compor a realidade dos grupos humanos que ocuparam a ilha, inicialmente relacionadas à ocupação de contextos conchíferos que tiveram sua construção iniciada por comunidades antecessoras. Nesse sentido, é emblemático o caso do sítio Porto do Rio Vermelho I, pesquisado por De Masi (2001), o qual não só apresenta uma das datas mais recuadas relacionadas ao início do povoamento da ilha, mas também apresenta uma das datas mais antigas para ocupação Guarani (ver MÜLLER, Capítulo 7). Processo semelhante parece ocorrer também no sítio Ponta do Lessa I, onde, nas camadas mais recentes, foram encontrados vestígios cerâmicos Itararé. Contudo, nesse caso, somente é conhecida uma data para o contexto associado aos primeiros construtores desse sambaqui (por volta de 2300 AP) e não aos grupos que fizeram uso da cerâmica.

Outro tipo de contexto conchífero, genericamente classificado enquanto sítio raso (ver OPPITZ, Capítulo 3), passou a ser construído na Ilha de Santa Catarina por volta de 800 AP, situação ilustrada pelas informações cronológicas obtidas nos sítios Rio do Meio e Base Aérea (FOSSARI, 2004, GILSON; LESSA, 2018). Em ambos, há, também, uma grande quantidade de cerâmica Itararé. É possível perceber que os sítios que contêm esse tipo de cerâmica apresentam um padrão de localização na faixa litorânea semelhante ao dos sambaquis (ver Apêndice V, mapas 1 e 2).

Já os sítios vinculados a uma ocupação da ilha por grupos Guarani, discutidos por Isabela S. Muller (Capítulo 7), distribuem-se sobretudo na parte leste da ilha e em torno dos grandes corpos d'água lagunares da ilha – como a Lagoa da Conceição, Lagoa do Peri e Lagoinha do Rio Tavares – e próximos ou encaixados em cordões de dunas – como indicam os sítios no Rio Vermelho,

Pântano do Sul e Lagoa da Conceição/Joaquina (ver Apêndice V, Mapa 3). Qual é a motivação por trás dessa especificidade na escolha de lugares para ocupar? Essa é mais uma das questões que ainda demandam investigações com foco dirigido para ser respondida.

Um leitor atento perceberá que uma categoria de sítio apresentada nos mapas do Apêndice V não foi objeto de muita discussão até aqui. Trata-se dos sítios líticos. Nove contextos desse tipo foram registrados durante o projeto “Florianópolis arqueológica”. Até o momento, nenhum estudo focado especificamente nesses sítios foi desenvolvido, por isso qualquer generalização é arriscada. O que parece é que eles possivelmente compõem um sistema de ocupação dos diferentes povos ameríndios que ocuparam a ilha antes da colonização, não sendo, portanto, definidores ou indicadores da existência de outro grupo cultural. Boa parte desses sítios aparece encaixada em cordões de dunas, como no Pântano do Sul e na Lagoa da Conceição, o que poderia indicar uma associação espacial com a ocupação Guarani. Contudo, existem exceções, caso dos sítios Ibitinga e Santinho II. Assim, há a necessidade de investigar esses sítios sob uma perspectiva contextual a fim de entender o que eles representam na dinâmica de povoamento da ilha.

É necessário ainda realçar que essa dinâmica de interações não se restringe a esse momento que estamos destacando, próximo ao ano 1000 da nossa era. Interações, diferenças, transformações são constituintes da história da ocupação humana da ilha desde seu início, com diferentes intensidades e dinâmicas, uma vez que estes são aspectos contextuais decorrentes das especificidades socioculturais dos coletivos em contato. Da mesma forma, a partir do ano 1500, novos coletivos integram essa dinâmica de relações, através da chegada de diferentes levas, com composições e dinâmicas distintas, de imigrantes europeus e, posteriormente, de indivíduos trazidos à força através do processo intenso de desterritorialização e mobilidade forçada aplicado pela escravização de povos africanos. Toda essa dinâmica, que conforma a história da Ilha de Santa Catarina a partir dos últimos 500 anos, encontra-se também registrada através de vários aspectos de sua materialidade, o que é focado por Angela Salvador (Capítulo 9), Beatriz Mendes (Capítulo 10) e Fernanda Soares e Angela Salvador (Capítulo 11).

Esses capítulos chamam a atenção, entre outras coisas, para invisibilidades construídas ao longo dos últimos séculos pela própria historiografia. Isso se constata especialmente na quase inexistência de trabalhos sobre a presença indígena em Florianópolis durante os séculos XVII e XVIII, reforçando o discurso de desaparecimento, extermínio ou migração em massa dos grupos indígenas para o interior. Como demonstra Angela Salvador, esse discurso, veiculado muitas vezes pela historiografia, contribuiu para invisibilizar a presença indígena na história local. A produção, a veiculação e a repetição

sucessiva desse discurso têm implicações concretas, práticas e contundentes nos dias de hoje com relação aos direitos políticos e ao acesso à terra por parte dos grupos indígenas (CUNHA, 2012). Como nos demonstram os Guarani, Florianópolis nunca deixou de ser parte integrante de seus territórios, constituindo uma área de circulação e uso repleta de histórias e significados. Mesmo com o início do violento processo relacionado à chegada dos primeiros europeus à ilha, é possível perceber por meio do registro arqueológico a permanência de comunidades Guarani nesse território, caso exemplificado pela ocupação do sítio Travessão do Rio Vermelho (ver Figura 13.1 e Capítulo 8). Atualmente, a presença de alunos indígenas Guarani, Kaingang e Laklânô-Xokleng no ambiente universitário da UFSC e em diversos outros espaços da cidade é mais uma parte dessa longa trajetória histórica que, certamente, está longe de ter um fim.

A participação de escravos, forros, libertos e coletivos afrodescendentes na construção do espaço e na constituição das relações sociais em Desterro e em Florianópolis, apesar de intensamente trabalhada pela historiografia, carece de estudos focados em sua materialidade, os quais apresentam um enorme potencial, como apontado por Beatriz Mendes (Capítulo 10). A possibilidade de identificação de locais efetivamente ocupados por quilombos construídos na ilha desponta como um tema importantíssimo para as discussões sobre escravidão em Florianópolis, representando espaços pouco documentados e pouco conhecidos pelas fontes historiográficas tradicionais. Também a imigração europeia, envolvendo coletivos diversos e tensões oriundas das dinâmicas de interação no continente de origem, guardam aspectos ainda pouco estudados pela arqueologia e que podem contribuir de forma significativa para a compreensão da história recente do processo de ocupação de Florianópolis, bem como para a composição identitária da população local.

Assim, do mesmo modo que enfatizamos anteriormente a necessidade de estudos que contemplem as interações culturais estabelecidas entre diferentes comunidades que construíram, transformaram e reocuparam sítios conchíferos até por volta do ano 1000, faz-se imprescindível investir em pesquisas no mesmo sentido que enfoquem o registro arqueológico que remete às relações sociais e ao entrecruzamento de diferentes realidades, associado às distintas identidades étnicas dos povos africanos e europeus.

No entanto, para que esses contextos possam ser devidamente estudados, há um ponto essencial discutido em muitos dos capítulos deste livro: a premência da ampliação e aplicação efetiva de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio arqueológico. Esse é um ponto básico, pois afinal, sem os sítios arqueológicos, o passado se cala. Há atualmente leis de proteção do patrimônio arqueológico tanto na esfera federal quanto na estadual e municipal. A simples observância e aplicação dos procedimentos já



regulamentados e legalizados traria um enorme ganho no sentido de garantir a preservação desse patrimônio. Infelizmente não são poucas as situações em que procedimentos básicos regulamentados pelas leis patrimoniais são subvertidos, deixando de ser realizados de acordo com a tramitação pertinente, assim como são frequentes as estratégias de inversão de pauta, caracterizando a aplicação da lei como empecilho ao desenvolvimento e à fruição dos espaços urbanos no tempo presente. Essa lógica perversa, de opor passado e presente, vivos e mortos, desenvolvimento e estagnação é a mesma que há 500 anos procura aniquilar a história das sociedades ameríndias com a construção de uma narrativa para um país sem memória. Essa estratégia não se aplica apenas às sociedades ameríndias, mas também às sociedades africanas e comunidades afrodescendentes, que têm, em sua história e memória, vivos os relatos, as práticas e as implicações decorrentes do longo e intenso processo de desterritorialização e escravidão.

A complexa relação estabelecida pelos diversos sujeitos que constituem coletividades culturalmente diversas, ameríndias, afrodescendentes ou relacionadas a diversas levas de imigração europeia (oriundas de lugares e tempos diversos), é muitas vezes substituída por uma narrativa simplista, simplificadora, pautada em uma oposição superficial entre vencedores e vencidos, colonizadores e colonizados, organizada em torno de perspectivas essencialistas e normativas de identidade e interação. Essa narrativa, que desconstrói a memória pautada na diversidade e na longa duração, apresenta e cria uma narrativa unificadora e homogeneizante, cujo início se dá há não mais do que 500 anos. O que são 500 anos nessa longa trajetória histórica da Ilha de Santa Catarina que remonta a, pelo menos, 5000 anos AP? Escalas e contextos são palavras-chave para compreender o processo histórico.

Para além das ações relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico, para que essa discussão sobre memória, diversidade cultural, processo histórico seja efetivamente vivenciada e compreendida, é fundamental que possa haver também uma fruição desse patrimônio por parte das comunidades locais. A proibição, o alijamento, a segregação não são caminhos que condizem com a valorização do patrimônio, mas, pelo contrário, contribuem para que narrativas pautadas pela obstrução, pelo empecilho e, portanto, pelo esquecimento prevaleçam na sociedade contemporânea. Nesse sentido é necessário desenvolver políticas públicas de valorização, preservação e fruição do patrimônio, para que este integre o cotidiano, para que seja vivido e percebido em toda sua complexidade e contradições e que, dessa forma, traga para o presente a dinâmica de interações e significados imbricados na sua construção e trajetória.

## Referências

- AB'SÁBER, A. *Brasil: paisagens de exceção*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- ABREU, S. F. Sambaquis de Imbituba e Laguna. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo XXXI, 1. semestre, com ilustrações, 1928. p. 8-50. (Republicada no *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, ano II, n. 20, p. 1136-1143; e n. 21, p. 1298-1311, 1 mapa).
- ADAMS, A. *Ladies of the field: early women archaeologists and their search for adventure*. Vancouver: Greystone Book, 2010.
- AGOSTINI, C. Padrões de decoração em vasilhames cerâmicos no Rio de Janeiro, Século XIX. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, n. 11, p. 15-25, 1998.
- AGUIAR, R. L. S. Apontamentos para uma etno-história da Ilha de Santa Catarina. In: AGUIAR, R. L. S.; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MARQUES PEREIRA, L. (org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-História em Iberoamerica*. Dourados: Editora da UFGD, 2010.
- AGUIAR, R. L. S.; MÜLLER, A. Cultura material e identidade étnica Guarani. In: AGUIAR, R. L. S.; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MARQUES PEREIRA, L. (org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-História em Iberoamerica*. Dourados: Editora da UFGD, 2010.
- ALMEIDA, M. R. C. de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret: reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 85-106, 2009.
- AL-OUMAOUI, I.; JIMÉNEZ-BROBEIL, A. S.; SOUICH, P. Markers of activity patterns in some populations of the Iberian Peninsula. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 14, p. 343-359, 2004.
- AL-OUMAOUI, I. *et al.* Musculoskeletal markers in the Bronze Age population from Motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real, Spain). *Workshop in Musculoskeletal Stress Markers (MSM): limitations and achievements in the reconstruction of past activity patterns*. Coimbra, Portugal, 2009.

ALVES, C. A cerâmica pré-histórica no Brasil: avaliação e proposta. *Clio*, v. 1, n. 7, Recife, p. 11-88, 1991.

AMARAL, M. M. V. As oficinas líticas da Ilha de Santa Catarina. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 6., 1991, Santa Cruz do Sul. *Livro de Programas e Resumos da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro: UNESA, 1991.

AMARAL, M. M. V. *Relatório preliminar do acompanhamento técnico-arqueológico das obras de infraestrutura no Largo da Alfândega*, 1992. Relatório final.

AMARAL, M. M. V. *As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1995.

AMARAL, M. M. V. *Acompanhamento técnico-arqueológico das obras de engenharia no interior da igreja Nossa Senhora do Parto*, 1999. Relatório final.

AMARAL, M. M. V. *A pesquisa arqueológica na fortaleza Nossa Senhora da Conceição – Ilha de Araçatuba – Município de Palhoça*, 2001. Relatório de pesquisa.

AMARAL, M. M. V. *et al. Diagnóstico do patrimônio cultural material e imaterial – Parque Estadual Acaraí – São Francisco do Sul/SC*. Florianópolis, 2008. Relatório final.

AMARAL, M. M. V. *et al. Diagnóstico do patrimônio cultural material e imaterial. Programa de gerenciamento costeiro catarinense*, 2010. Relatório final.

AMARAL, M. M. V.; MENDES, B. R.; REIS, L. B. Pesquisa arqueológica na Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA/USP. 2., São Paulo, 30 maio/3 jun. 2011. *Caderno de resumos [...]*, MAE/USP, p. 42.

AMARAL, M. M. V.; SCHERER, L. *Material arqueológico do sítio Cruzeiro*. Florianópolis, 2002. Relatório de pesquisa.

ANAÍSSI, V. P. A lei, a ordem e o lucro: notas sobre a trajetória de um bicheiro sírio-libanês na Florianópolis do pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, 2011. *Anais [...]*, p. 1-18.

ANDERSON, A. B. *et al.* Brazilian tropical fishes in their southern limit of distribution: checklist of Santa Catarina's rocky reef ichthyofauna, remarks and new records. *Check List*, v. 11, n. 4, p. 1-25, 2015.

APPELBAUM, B. *Conservation treatment methodology*. Lexington (KY): Ed. Butterworth-Heinemann, 2010.

ARAÚJO, A. G. M. *Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP, 2001.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Todos os volumes. São Paulo. Biblioteca Digital

UNESP. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ATALAY, S. Indigenous archaeology as decolonizing practice. *The American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3-4, p. 280-310, 2006.

ATCON, R. P. *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

ATLAS do Município de Florianópolis. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

ATTORRE, T. *Por uma arqueologia marginal: as ocupações peri-sambaqueiras no entorno do sambaqui da Figueirinha II, Jaguaruna-SC, examinadas através do radar de penetração de solo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2015.

BACKHEUSER, E. *A faixa litorânea do Brasil meridional ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Tip. Bernard Freres, 1928. 210 p.

BANDEIRA, D. da R. *Análise dos restos faunísticos do sambaqui Rio Lessa – Florianópolis/SC*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) – UFSC, Florianópolis, 1988.

BANDEIRA, D. da R. *Mudança na estratégia de subsistência: o sítio arqueológico Enseada I – um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, 1992.

BANDEIRA, D. R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: arqueologia e etnicidade*. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, São Paulo, 2004.

BANDEIRA, D. R.; FOSSILE, T. Alimentação, adaptação e origem no sambaqui Enseada I, São Francisco do Sul, SC: Patrimônio arqueológico pré-colonial de Santa Catarina. In: ZOCHE, J. J. et al. (ed.). *Arqueofauna e paisagem*. Erechim: Habilis, 2014. p. 137-154.

BANDEIRA, D. R.; OLIVEIRA, E. L.; SANTOS, A. M. P. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville-SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, p. 119-142, 2009.

BARATA, F. O homem dos sambaquis. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 119, p. 174-178, mar./abr. 1954.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez. 1999/fev. 2000.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 187-227.

BASTOS, M. Q. R. *Mobilidade humana no litoral brasileiro: análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do Forte Marechal Luz*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2009.

- BASTOS, M. Q. R. *Dos sambaquis do sul do Brasil à diáspora africana: estudos de geoquímica isotópica de séries esqueléticas humanas escavadas de sítios arqueológicos brasileiros*. Tese (Doutorado em Geologia) – UnB, Brasília, 2014.
- BASTOS, R. L. *A utilização dos recursos naturais pelo homem pré-histórico na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1994.
- BEAUDRY, M.; MROZOWSKI, S. Cultural space and worker identity in the company city: nineteenth-century Lowell, Massachusetts. In: MAYNE, A.; MURRAY, T. (org.). *The archaeology of urban landscapes: explorations in Slumland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 118-131.
- BEBER, M. V. *O sistema do assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé*. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2004.
- BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis (Projeto de pesquisa). *Pesquisas*, Florianópolis: UFSC, n. 18, p. 77-87, 1968a.
- BECK, A. A cerâmica dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina. *Pesquisas*, Florianópolis: UFSC, n. 18, p. 89-100, 1968b.
- BECK, A. O sambaqui de Congonhas I – relatório preliminar. *Anais do Instituto de Antropologia*, Florianópolis, n. 1, p. 37-50, 1968c.
- BECK, A. Os sambaquis da região do Litoral de Laguna – Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, n. 3, p. 5-19, 1970a.
- BECK, A. Os sambaquis do Brasil Meridional. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, n. 3, p. 57-70, 1970b.
- BECK, A. Grupos cerâmicos do Litoral de Santa Catarina: fase Rio Lessa e fase Enseada. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis, n. 4, p. 25-29, 1971a.
- BECK, A. Os sambaquis da região do litoral de Laguna – Santa Catarina. In: INSTITUTO DE PRÉ-HISTÓRIA (ed.). *O homem antigo da América*. São Paulo: USP, 1971b. p. 69-77.
- BECK, A. *A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1972.
- BECK, A. *O sambaqui de Enseada I: um estudo de tecnologia pré-histórica*. 96 f. Dissertação (Docente Livre – Especialidade de Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 1973.
- BECK, A. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis: LTSC, 1979. Trabalho apresentado ao concurso de professor titular. Mimeografado.
- BECK, A. *A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do Litoral de Santa Catarina*. Erechim: Habilis, 2007. 348 p.

- BEHLING, H. *et al.* Late Quaternary Araucaria forest, grassland (Campos), fire and climate dynamics, studied by high-resolution pollen, charcoal and multivariate analysis of the Cambará do Sul core in southern Brazil. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, n. 203, p. 277-297, 2004.
- BELÉM, F. *Do seixo ao zoólito: a indústria lítica dos sambaquis do sul catarinense: aspectos formais, tecnológicos e funcionais.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2012.
- BENDEZZOLI, C. *O processo de formação dos sambaquis: uma leitura estratigráfica do sítio Jabuticabeira II.* Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2007.
- BETTANIN, E. *Os fatores de desgaste dos sítios pré-coloniais da Ilha de Santa Catarina e a gestão patrimonial.* Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – UFSC, Florianópolis, 2008.
- BEZERRA, M. de A. *O Australopiteco concunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.* Tese (Doutorado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2003.
- BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo da planície sedimentar da parte norte da Ilha de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*, v. 4, p. 108-140, 1949.
- BIGARELLA, J. J. *et al.* *Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- BILÉSSIMO, A. R. *Grandes fortunas entre a Praça e o Porto de 1850 a 1888.* Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.
- BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, n. 28, p. 217-225, 1962.
- BINFORD, L. Archaeology of Place. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, n. 1, p. 5-31, 1982.
- BLOEMER, N. M. S. Depoimentos de diretores. *Revista comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral”*, Florianópolis, 1998. Disponível em: [https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02/revista\\_mu\\_ufsc\\_30anos.pdf](https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02/revista_mu_ufsc_30anos.pdf).
- BOITEUX, L. As fortificações de Santa Catarina: Ligeiro Histórico. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 3, 17 mar. 1957; p. 3, 31 mar. 1957; p. 2, 19 maio 1957.
- BOITEUX, L. *Notas para a História Catarinense.* Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. 436 p.
- BONOMO, M. *et al.* A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and litoral zone or southern Brazil. *Quaternary International*, n. 356, p. 54-73, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.10.050>.
- BOPPRÉ, J. Die Sambaquis in Küstenstrlcbe Brasiliens. *Der Urwaldsbote*, Blumenau, Santa Catarina, 6-1-1933.

- BORBA, F. *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Univille, Joinville, 2013.
- BORGES, C. *Analyse archéozoologique de l'exploitation des animaux par les populations de pêcheurs-chasseurs-cueilleurs des sambaquis de la Baixada Santista, Brésil, entre 5000 et 2000 BP*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museum National d'Histoire Naturelle, Paris e USP, São Paulo, 2016.
- BOSI, A. P. Dos açougues aos frigoríficos: uma história social do trabalho na produção de carne, 1750 a 1950. *Revista de História Regional*, v. 19, n. 1, p. 83-103, 2014.
- BRANDI, R. de A. *Patrimônio cultural arqueológico na gestão territorial: uma proposta para os municípios da foz do rio Itajaí*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UFSC, Florianópolis, 2009.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Annales E.S.C.*, n. 4, out./dez. 1958. p. 725-753. (Débats et Combats).
- BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. cap. 3, p. 41-78.
- BRIGHENTI, C. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, A.; ROSA, H.; BRINGMANN, S. (org.). *Etno-história, História Indígena e Educação*. Porto Alegre, RS: Palotti, 2012. p. 37-68.
- BROCHADO, J. P. *Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Publicações avulsas. Belém, Pará: CNPq, Museu Goeldi, 1969.
- BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. *Dédalo*, São Paulo, v. 27, p. 65-82, 1989.
- BRUNO, M. C. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 17, n. 17, 1999.
- BUENO, L. Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda? *Esboços*, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, 2011.
- BUENO, L. *et al.* *Florianópolis Arqueológica: relatório final*. Florianópolis: CNPq/IPHAN, 2015. 120 p.
- BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. (org.). *Standards for data collection from Human Skeletal Remains*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey. Research Series, n. 44, 1994.
- CABRAL, M. P. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – UFPA, Belém, 2014.
- CABRAL, O. R. A olaria Josefense. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, n. 9, 1951. Separata.

- CABRAL, O. R. Decadência agrícola do açoriano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 1943.
- CABRAL, O. R. *Nossa Senhora do Desterro (Notícia)*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CALIPPO, F. R. O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis: argumentos, hipóteses e evidências. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, n. 21, p. 31-49, 2011.
- CAMPOS, N. J. de. *Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1989.
- CAPASSO, L.; KENNEDY, K. A. R.; WILCZAK, C. A. *Atlas of occupational markers on human remains*. Teramo: Edigrafital S.P.A., 1999.
- CARBONERA, M. Assim se fazia arqueologia: entrevista com o arqueólogo Pedro Ignacio Schmitz. *Cadernos do CEOM*, ano 19, n. 24, p. 371-393, 2006.
- CARBONERA, M. A tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: estudando o Acervo Marilandi Goulart. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.
- CARDIM, F. P. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1925.
- CARDOSO, V. H. B. *As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa: a Ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.
- CARNEIRO, C. G. *Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. 306 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 2009.
- CAROLA, C. R. (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. 327 p.
- CARVALHO FILHO, A. *Peixes: costa brasileira*. 3. ed. São Paulo: Melro, 1999.
- CARVALHO JÚNIOR, O. A. de *et al.* Ambientes cársticos. In: FLORENZANO, T. G. *Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- CARVALHO, A.; SILVA, B. Arqueologia e socialização do conhecimento: Indiana Jones, mostre-nos o que sabe. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 45-48, 2013.
- CARVALHO, L. E. F. *Do balcão à mesa: imigrantes e descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2002.
- CASTELLANO, C. *Sistema de acondicionamento e armazenamento do acervo arqueológico do Museu Universitário/UFSC*. Universidade Federal de Santa Catarina.



Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. Florianópolis, 2002. Projeto encaminhado ao oitavo programa de apoio a museus.

CASTILHO, P. V. *Mamíferos marinhos: um recurso de populações humanas pré-coloniais do litoral catarinense*. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas/Zoologia) – UFPR, Curitiba, 2005.

CECCON, R. S. *Em busca de uma arqueologia brasileira: Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970*. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2011.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAIX, L.; MENIEL, P. *Archéozoologie: les animaux et l'archéologie*. Paris: Éditions Errance, 2001. 239 p.

CHAMAS, C. *A gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico: Ilha do Campeche/SC*. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2008.

CHILDE, G. V. *Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. São Paulo: Difel, 1969.

CHMYZ, I. O sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sob-rocha casa de pedra). *Arqueologia*, Curitiba, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, n. 3, jul. 1967a.

CHMYZ, I. Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas [1965-1966]*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967b.

CHMYZ, I. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. *Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Pesquisas*, n. 18, p. 115-125, 1968. Série Antropologia.

CHMYZ, I. José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira. *Arqueologia*, Curitiba, v. 10, p. 43-105, 2006.

CHMYZ, I. *et al.* A arqueologia da área da Mina Dois Irmãos, em São Mateus do Sul, Paraná. *Arqueologia*, v. 6, p. 1-147, 2009.

CHURCHILL, S. E.; MORRIS, A. G. Muscle marking morphology and labour intensity in prehistoric Khoisan Foragers. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 8, p. 390-411, 1998.

CHUVA, M. R. R. Estratégias de construção da nação: a materialização da história pelo SPHAN. In: CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1998.

CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_detalhes.php?13917](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13917). Acesso em: fev. 2021.

- COELHO DOS SANTOS, S. dos. A Antropologia em Santa Catarina. In: COELHO DOS SANTOS, S.; HELM, C. M. V.; TEIXEIRA, S. A. (org.). *Memória da antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: ABA; Ed. da UFSC, 2006. 208 p.
- COELHO, M. J. de A. *Memória histórica da província de Santa Catarina*. Desterro [Florianópolis]: Typ. Desterrense, 1856.
- COLONESE, A. *et al.* Long-term resilience of late holocene coastal subsistence system in southeastern South America. *PLoS ONE*, v. 9, n. 4, 2014.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, C. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities, and the contested past. *Public Archaeology: Archaeological Ethnographies*, v. 8, n. 2-3, p. 191-207, 2009.
- COLWELL-CHANTHAPHONH, C.; FERGUNSON, T. J. (ed.). *Collaboration in Archaeological Practice: Engaging Descendant Communities*. Plymouth: Altamira Press, 2008.
- COMERLATO, F. *Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica*. 309 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 1998.
- COMERLATO, F. *Relatório final da prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV*. Florianópolis: IPHAN, 1999a. Relatório final.
- COMERLATO, F. *Relatório final da coleta de superfície realizada no forte Sant'Ana*. Florianópolis: IPHAN, 1999b. Relatório final.
- COMERLATO, F. *Projeto de limpeza, numeração, análise e armazenamento do material arqueológico da prospecção arqueológica na casa natal de Victor Meirelles*. Florianópolis, 2001. Projeto de pesquisa.
- COMERLATO, F. Retrospectiva da arqueologia histórica em Santa Catarina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 4., 2002, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUC-RS, 2002. 1 CD-ROM.
- COMERLATO, F. *Em busca de um contexto entre as gravuras rupestres e os sítios de ocupação nas ilhas continentais do Arvoredo, Campeche e Coral*. Ilha de Santa Catarina: IPHAN, jul. 2004. 1º relatório semestral.
- COMERLATO, F. *As representações rupestres do litoral de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2005a.
- COMERLATO, F. As representações rupestres do estado de Santa Catarina, Brasil. *OHUN: revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA*, ano 2, n. 2, p. 154-164, out. 2005b.
- COMERLATO, F. *Sambaquis e a reconstituição paleogeográfica da bacia do rio Ratones, Florianópolis, SC*. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2007.

COMERLATO, F. Um açougue clandestino em Desterro no final do século XVIII: o salvamento arqueológico do sítio Casa Natal de Victor Meirelles, Florianópolis – SC. *Clio*, Série Arqueológica (UFPE), v. 26, p. 159-180, 2011.

COMERLATO, F. O legado do Pe. João Alfredo Rohr S. J.: reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 10, p. 9-24, dez. 2014.

COMERLATO, F. Oficinas líticas do litoral de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos do Lepaara*, Pelotas: UFPel, v. 12, n. 23, 2015.

COMISSÃO MEMÓRIA E VERDADE DA UFSC. *Relatório final da Comissão Memória e Verdade*. Acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2016. Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/641>. Acesso em: 25 nov. 2018.

COMPAGNO, L. *Sharks of the world: an annotated and illustr. catalogue of shark species known to date*. Rome: FAO Species Catalogue for Fishery Purposes, 2002. v. 4, parte 2.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (Santa Catarina). *Aspectos da vida e da obra de João Alfredo Rohr, SJ*. Florianópolis: Conselho Estadual de Cultura, 1985. 39 p.

COPÉ, S. M. As paisagens culturais do planalto sul brasileiro. A aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo dos sítios arqueológicos do planalto sul brasileiro: estudos de caso no Rio Grande do Sul. In: MACEDO, J. de; ANDRADE, R. de; TERRA, C. (org.). *Arqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p. 92-121.

CORDOVA, V. F. *How it is: the native American philosophy*. Tucson: University of Arizona Press, 2007.

CORREA, Â. A. *Longue durée: história indígena e arqueologia*. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 65, n. 2, jun. 2013.

CORTELETTI, R. *Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no planalto catarinense*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP, 2012.

COSTA, T. G. *et al.* Spectroscopic characterization of recently excavated archaeological potsherds of Taquara/Itararé tradition from Tobias Wagner site (Santa Catarina – Brazil). *Journal of Archaeological Science: Reports*, n. 12, p. 561-568, 2017.

CRESSEY, P.; STEPHENS, J. The city-site approach to urban archaeology. In: DICKENS, R. S. Jr. (org.). *Archaeology of Urban America*. The search for pattern and process. New York: Academic Press, 1982.

CRIST, T. A. Babies in the privy: prostitution, infanticide, and abortion in New York City's five points district. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 1, p. 19-46, 2005.

- CRUZ, A. B. da C. O cotidiano e a prática arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr em um conjunto de cartas com o antropólogo Luiz de Castro Faria. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, p. 137-157, jul./dez. 2012.
- CRUZ, K. M. da. *A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da Região Metropolitana de Florianópolis (SC)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2008.
- CRUZ, O. *A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo: um estudo de geomorfologia costeira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- CUNHA, M. C. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 158 p.
- CUSICK, J. G. *Studies in culture contact: interaction, culture change, and Archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University Press, 1998.
- DARELLA, M. D. P. *Ore Roipota Yvi Porã – Nós queremos terra boa. Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2004.
- DE MASI, M. A. N. *Escavações arqueológicas do Pe. Rohr, S.J. O assentamento de Armação do Sul, SC*. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 1990.
- DE MASI, M. A. N. *Mobility of prehistoric hunter-gatherers in the Southern Brazilian Coast: Santa Catarina Island*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Stanford University, Estados Unidos, 1999.
- DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas*, n. 57, 2001. Série Antropologia.
- DE MASI, M. A. N. *Xokleng 2860 a.C.: as terras altas do sul do Brasil – transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória*. Tubarão: Unisul, 2006.
- DE MASI, M. A. N. Aplicações de isótopos estáveis de 18/16O, 13/12C e 15/14N em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no sul do Brasil. *Revista de Arqueologia*, n. 22, v. 2, p. 55-76, 2009.
- DEBLASIS, P.; FARIAS, D. S.; KNEIP, A. Velhas tradições e gente nova no pedaço: perspectivas longevas de arquitetura funerária na paisagem do litoral sul catarinense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 24, p. 109-136, 2014.
- DEBLASIS, P. et al. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the southern shores of Brazil. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 15, p. 75-105, 1998.
- DEBLASIS, P.; GASPARGAR, M. D. Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectiva de dez anos de pesquisas. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, v. 20/21, n. 11/12, p. 83-125, 2008/2009.

- DEBLASIS, P. *et al.* Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueologia Suramericana*, n. 3, p. 29-61, 2007.
- DEETZ, J. Material culture and archaeology – what's the difference. In: FERGUSON, L. (ed.). *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*. Nova Iorque: Society for Historical Archaeology, 1977. p. 9-12.
- DIARINHO. *Norton Oliveira e Silva*: polêmico e cheio de histórias para contar. Itajaí, 14 jan. 2011. Disponível em: <https://diarinho.com.br/noticias/entrevistao/norton-oliveira-e-silva/>.
- DIAS, A. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2003.
- DIAS, A. Um projeto para a Arqueologia Brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- DIAS, C.; DELFINA, C.; TEGA-CALIPO, G.; FERREIRA, M.; GUIMARÃES, M.; CARDOSO, V. Divulgando a arqueologia: comunicando o conhecimento para a sociedade. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 48-52, 2013.
- DÍAZ-ANDREU, M.; SØRENSEN, M. L. S. *Excavating women: a history of women in European archaeology*. London, New York: Routledge, 1998.
- DOBRES, M. A.; HOFFMAN, C. Social Agency and the dynamics of pre-historic technology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 1, n. 3, p. 211-258, 1994.
- DUARTE, A. A. M. *A fotogrametria a curta distância como uma ferramenta de documentação das inscrições rupestres: estudo de caso sítio arqueológico Santinho Norte I – SC*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- DUARTE, G. M. Distribuição e localização de sítios arqueológicos tipo sambaqui, na Ilha de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, UFSC, Florianópolis, n. 4, p. 31-60, 1971.
- DUARTE, G. M. *Estratigrafia e evolução do Quaternário do plano costeiro norte da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – UFRGS, Porto Alegre, 1981.
- DUTOUR, O. Enthesopathies (lesions of muscular insertions) as indicators of the activities of Neolithic Saharan Populations. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 71, p. 221-224, 1986.
- EBERT, D. A.; FOWLER, S.; COMPAGNO, L. *Sharks of the world: a fully illustrated guide*. Plymouth: Wild Nature Press, 2016.
- EBLE, A. B. Considerações sobre o “Sítio Arqueológico”. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis: UFSC, p. 71-77, 1971.
- EBLE, A. B. Problemas arqueológicos da Região do Vale do Itajaí. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: UFSC, p. 41-50, 1973a.

- EBLE, A. B. Identificação arqueológica de padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Florianópolis: UFSC, p. 63-76, 1973b.
- EBLE, A. B. *O sambaqui Ponta das Flechas*. 1976. Mimeografado.
- EBLE, A. B.; REIS, M. J. Patrimônio pré-histórico. *Parque Estadual do Tabuleiro: aspectos culturais e sociais*, Florianópolis: UFSC, FATMA, v. 1, p. 8-44, 1976. Mimeografado.
- EBLE, A. B.; SCATAMACCHIA, M. C. Sítio cerâmico tupi-guarani no Vale do Itajaí (SC.VI.69). *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: UFSC, p. 67-79, 1974.
- EBLE, A. B.; SCHMITZ, S. Sítio cerâmico sobre dunas (SC.LL.70). *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis: UFSC, p. 29-36, 1972.
- ELLIS, M. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial. *Revista de História USP*, São Paulo, v. 16, n. 33, 1958.
- ESHED, V. *et al.* Musculoskeletal stress markers in Natufian hunter-gatherers and neolithic farmers in the Levant: the upper limb. *American Journal of Physical of Anthropology*, n. 123, p. 303-315, 2004.
- ESPADA, H. Africanos em uma aldeia atlântica: Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX. ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., *Anais [...]*, Curitiba: UFPR, 2015.
- ESPÍNDOLA, A. M. A vida rural na Freguesia do Ribeirão da Ilha no século XIX. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 2, p. 73-85, 2010.
- ESPÍNDOLA, A. M. *Domingos e Domingas: escravidão e liberdade na freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha (1830-1880)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.
- ESPÍNDOLA, A. M. *Papéis da escravidão: a matrícula especial de escravos (1871)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2016.
- ESPÍNOLA, C. V. *O véu que (des)cobre: etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis*. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2005.
- ESTÉVEZ-GONZÁLEZ, M. C. *Marcadores de estrés y actividad en la población guanche de Tenerife*. Tese (Doutorado em História, Antropologia e História Antiga) – Universidad de la Laguna, Tenerife, Espanha, 2002.
- FARIAS, D. S. E. *Programa de resgate arqueológico e educação patrimonial na área de implantação do loteamento Damha, Vargem do Bom Jesus, Florianópolis-SC*. Tubarão: Unisul, 2014. Relatório final.
- FARIAS, D. S. E.; KNEIP, A. *Panorama arqueológico de Santa Catarina*. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.
- FARIAS, D. S. E.; SCHMITZ, P. I. *Linguagem, dispersão e diversidade das populações Macro-Jê no Brasil Meridional durante a pré-história brasileira*. Palhoça: Ed. Unisul, 2013.

- FARIAS, D. E. S. *et al.* Projeto Resgate Barra Sul: pesquisa arqueológica subaquática no sul de Florianópolis/SC. *Navigator*, v. 8, n. 16, p. 120-135, 2012.
- FERNANDES, T.; BROCHIER, L. A educação patrimonial na avaliação de impacto ambiental: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de Arqueologia Pública. *Arqueologia Pública*, n. 6, p. 32-43, 2013.
- FERREIRA, L. M. Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, v. 4, n. 1, p. 9-36, 1999.
- FERREIRA, L. M. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 3, n. 1, jan./jun, p. 8-23, 2009a.
- FERREIRA, L. M. Sobre o conceito de arqueologia de diáspora africana. *MÉTIS: história & cultura*, v. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez, 2009b.
- FERREIRA, L. M.; RIBEIRO, D.; SALLÉS, J. Arqueologia, educação e museus: uma proposta para estágios em História. *Arqueologia Pública*, n. 4, p. 5-12, 2011.
- FERREIRA, S. L. “*Nós não somos de origem*”: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia no Sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2006.
- FIGUEIREDO, C. F.; LUNARDI, T. M. Diáspora e identidade na contemporaneidade: considerações sobre as populações árabe e muçulmana e a formação de uma comunidade em Florianópolis/SC. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 8, n. 16, p. 270-288, jul./dez. 2016.
- FIGUTI, L. O homem pré-histórico, o molusco e os sambaquis: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 3, p. 67-80, 1993.
- FISH, P. R. *et al.* Monumental shell mounds as persistent places in Southern Coastal Brazil. In: THOMPSON, V. D.; WAGGONER JUNIOR, J. C. (org.). *The Archaeology and Historical Ecology of Small Scale Economie*. Gaineville: University Press of Florida, 2013. p. 121-140.
- FLORES, M. B. R. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- FOSSARI, T. D. *A indústria óssea na arqueologia brasileira: estudo-piloto do material de Enseada-SC e Tenório-SP*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1985.
- FOSSARI, T. D. Depoimentos de diretores. *Revista comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral”*, Florianópolis, 1998a. Disponível em: [http://www.museu.ufsc.br/downloads/revista\\_mu\\_ufsc\\_30anos.pdf](http://www.museu.ufsc.br/downloads/revista_mu_ufsc_30anos.pdf).

- FOSSARI, T. D. *O salvamento do Sítio Rio do Meio*: projeto Gerenciamento dos Sítios Arqueológicos do Empreendimento Jurerê Internacional. Florianópolis, 1998b.
- FOSSARI, T. D. *A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2004.
- FOSSARI, T. D. et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*: Relatório I. Florianópolis: Museu de Antropologia, UFSC, 1987. Mimeografado.
- FOSSARI, T. D. et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*: Relatório II. Florianópolis: Museu de Antropologia, UFSC, 1988a. Mimeografado.
- FOSSARI, T. D. et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*: Relatório III. Florianópolis: Museu de Antropologia, UFSC, 1988b. Mimeografado.
- FOSSARI, T. D. et al. *O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina*. Relatório IV. Florianópolis: Museu de Antropologia, UFSC, 1989a. Mimeografado.
- FOSSARI, T. D. et al. *Projeto de pesquisa sobre a Fortaleza São José da Ponta Grossa*. Florianópolis: UFSC, 1989b. Projeto de pesquisa. Digitado.
- FOSSARI, T. D. et al. *Projeto de pesquisa na Fortaleza de Santa Cruz – Ilha de Anhatomirim*. Florianópolis: UFSC, 1989c. Projeto de pesquisa. Digitado.
- FOSSARI, T. D. et al. A pesquisa arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. *Anais do Museu de Antropologia*, n. 19 [1987/1988], Florianópolis, UFSC, p. 5-103, 1992.
- FOSSARI, T. D. et al. *Levantamento arqueológico interventivo na área de implantação do campus universitário da UFSC no município de Joinville/SC*. Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, 2010a. Relatório final.
- FOSSARI, T. D. et al. *Levantamento arqueológico não-interventivo na área de implantação do campus universitário da UFSC no município de Joinville/SC*. Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, 2010b. Relatório final.
- FOSSARI, T. D. et al. *Programa de arqueologia e patrimônio cultural na área de implantação do Campus Universitário da UFSC no Município de Joinville/SC*. Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, 2011. Relatório parcial.
- FOSSARI, T. D. et al. *Patrimônio arqueológico e histórico-cultural*. Projeto Parques e Fauna: plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Municipal da Ponta do Araçá, 2012a. Relatório final.
- FOSSARI, T. D. et al. *Levantamento arqueológico interventivo na área da Fazenda Experimental da Ressacada e do Campus Sul da Ilha – CCA/UFSC, Florianópolis/SC*. Museu Universitário, UFSC, Florianópolis. 2012b. Relatório final.
- FOSSARI, T. D. et al. *Diagnóstico do patrimônio histórico-cultural da ARIE Costeira de Zimbros*: plano de manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Costeira de Zimbros, 2013. Relatório final.



- FUNARI, P. F.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- FUNARI, P. P. A.; HALL, M.; JONES, S. *Historical Archaeology: back from the edge*. London, New York: Routledge, 1995.
- GARCIA, J. B. Museu do Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr, SJ”: o acervo arqueológico e novos desafios. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 160-171, dez. 2016.
- GARCIA, J. B. *Patrimônio arqueológico: os artefatos zoomorfos e antropomorfos sambaqueiros do estado de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Univille, Joinville, 2018.
- GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 89 p.
- GASPAR, M. D. *et al.* Sambaqui (Shell Mound) Societies of Coastal Brazil. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. *The Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer, 2008. p. 319-335.
- GASPAR, M. D.; TENÓRIO, M. C. Amoladores e polidores fixos do litoral brasileiro. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 20, 1990.
- GASPAR, M.; DEBLASIS, P. A ocupação da costa brasileira pelos sambaqueiros: uma síntese das pesquisas. In: MORALES, W. F.; MOI, F. P. (org.). *Tempos Ancestrais*. Ilhéus: NEPAB/UESC; São Paulo: Annablume, 2012. p. 99-117.
- GAUTIER, A. Taphonomic groups: how and why. *Archaeozoologia*, v. 1, n. 2, p. 47-52, 1987.
- GEOARQUEOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA. *Salvamento, prospecção e monitoramento arqueológico na área de construção do Elevado do Rio Tavares, Florianópolis – Santa Catarina*. Relatórios nº 1 ao 10. Florianópolis, 2015-2019.
- GERO, J.; CONKEY, M. *Engendering archaeology*. Oxford: Blackwell, 1991.
- GIANNINI, P. C. F. *et al.* Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil. *Ciências Humanas: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 5, v. 1, p. 105-128, 2010.
- GILFOYLE, T. J. Archaeologists in the Brothel: “Sin City”, Historical Archaeology and prostitution. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 1, p. 133-14, 2005.
- GILSON, S. P.; LESSA, A. Neither to bury, nor to live: Rio do Meio, a specialized Late Holocene site in Santa Catarina state, southern Brazil. In: ALCÁNTARA, M.; MONTERO, M. G.; LÓPEZ, F. S. L. *Arqueología*, Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas. Salamanca: Aquilafuente, 2018. p. 1142-1150.
- GILSON, S. P.; LESSA, A. Ocupação tardia do litoral norte e central catarinense por grupos pescadores-caçadores-coletores: uma revisão crítica do contexto cronológico dos sítios rasos com presença de cerâmica. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 1, p. 55-77, 25 abr. 2020.

- GINZBURG, C. *Mitos, emblema e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Schwarcz, 1989.
- GNECCO, C. Caminos de la arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Ciências Humanas: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n. 4, v. 1, p. 15-26, 2009.
- GNECCO, C.; DIAS, A. S. Sobre arqueologia de contrato. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 3-19, dez. 2015. ISSN 1982-1999.
- GOMES, A. A. O. *Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFPR, Curitiba, 2012.
- GONDIM, L. da S. *Um mar de conchas no museu: o caso do sítio Rio do Meio salvaguardado no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MARQUE/UFSC*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Museologia) – UFSC, Florianópolis, 2017.
- GOSDEN, C. Post-colonial archaeology: issues of culture, identity, and knowledge. In: HODDER, I. *Archaeological theory today*. Cambridge, UK: Polity Press, 2001. p. 241-261.
- GOULART, M. *Novas perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira*. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1982.
- GOULART, M. *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai: Barragem Itá*. Itajaí: Univali; Florianópolis: Eletrosul, 1997.
- GRAÇA, P. *Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)*. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2005.
- GRAIPEL, M. E.; CHEREM, J. J.; XIMENEZ, A. Mamíferos terrestres não voadores da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. *Biotemas*, v. 14, n. 2, p. 109-140, 2001.
- GRUZINSKI, S. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUALBERTO, L. Os casqueiros de Santa Catarina ou sambaquis. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 96, v. 150, (1924), p. 287-304, 1927.
- GUERRA, A. T. Contribuição da geomorfologia ao estudo dos sambaquis. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 111, n. 4, p. 5-13, 1950a. 1 fig., 1 foto.
- GUERRA, A. T. Contribuição ao estudo da geomorfologia e do quaternário do litoral de Laguna (Santa Catarina). *Revista Brasileira de Geografia*, ano 13, n. 4, p. 535-564, out./dez. 1950b.
- GUIMARÃES, M. S. B. C. Do lixo ao luxo: as premissas teórico-metodológicas e a noção de sambaqui. *Boletim do Museu Nacional: Antropologia*, n. 63, p. 1-23, 2003.

- GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. L. D. Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. *Revista de Antropologia*, v. 31, p. 23-28, 1980.
- GUIMARÃES, V. W. Exposições do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: uma trajetória. In: SEBRAMUS, I., *Anais [...]*, nov. 2014.
- HABER, A. Decolonizing archaeological thought in South America. *Annual Review of Anthropology*, n. 45, p. 469-485, 2016.
- HALL, S. Subaltern voices? Finding the spaces between things and words. In: FUNARI, P. P. A.; HALL, M.; JONES, S. *Historical Archaeology: back from the edge*. London, New York: Routledge, 1995.
- HALL, M.; SILLIMAN, S. (ed.). *Historical Archaeology*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- HANSEL, F. A.; SCHMITZ, P. I. Classificação e interpretação dos resíduos orgânicos preservados em fragmentos de cerâmica arqueológica por cromatografia gasosa e cromatografia gasosa-espectrometria de massas. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 63, p. 81-112, 2006. Série Antropologia.
- HARO, M. A. P. (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.
- HARO, M. A. P. (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Lunardelli, 1996.
- HAWKEY, D. E. Disability, compassion and the skeletal record: using musculoskeletal stress markers (MSM) to construct an osteobiography from Early New Mexico. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 8, p. 326-340, 1998.
- HAWKEY, D. E.; MERBS, C. E. Activity-induced musculoskeletal stress markers (MSM) and subsistence strategy changes among ancient Hudson Bay Eskimos. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 5, p. 324-338, 1995.
- HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B. E; HECKENBERGER, M. (org.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001. p. 21-62.
- HECKENBERGER, M. Manioc agriculture and sedentism in Amazonia: the Upper Xingu example. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 633-648, 1998.
- HERBERTS, A. L.; COMERLATO, F.; LAVINA, R. *Proc. 01510.000024/2003 - 22*. Denúncia de destruição do patrimônio arqueológico em terreno localizado à Rua Fulvio Aducci, s/nº, Bairro Estreito, Florianópolis, 2003.
- HODDER, I. "Always momentary, fluid and flexible": towards a reflexive excavation methodology. *Antiquity*, v. 71, n. 273, p. 691-700, 1997.

- HODDER, I. Theoretical archaeology: a reactionary view. In: HODDER, I. (ed.). *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 1-16.
- HORN FILHO, N. O.; LIVI, N. S. Geologia e evolução paleogeográfica da planície costeira da Ilha de Santa Catarina em base ao estudo dos depósitos quaternários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, 5., *Anais [...]*. CD-ROM Programa Trabalho 0325, 2013. p. 398-416.
- HORNKE, M. F. *Conhecimentos tradicionais de pescadores sobre populações de tubarões na Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) – UFSC, Florianópolis, 2017.
- HUBBE, M. *et al.* Postmarital residence practice in Southern Brazilian coastal groups: continuity and change. *Latin American Antiquity*, n. 20, v. 2, p. 1-12, 2009.
- HÜBENER, L. M. *O movimento comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1979.
- HURT, W. *The interrelationship between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina, Brasil. Occasional Papers and Monographs*, Bloomington: Indiana University Museum, n. 1, 1974.
- IHA, N. C. *Imigrantes internacionais do século XXI: a busca da cidadania na Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – UDESC, Florianópolis, 2008.
- IHERING, H. A civilização pré-histórica do Brasil meridional. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, p. 34-159, 1895. 14 figs., bibliogr.
- IHERING, H. A origem dos sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 8, p. 446-457, 1903.
- IHERING, H. Arqueologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6, p. 519-583, 1904.
- INSOLL, T. Introduction: configuring identities in archaeology. In: INSOLL, T. *The archaeology of identities*. Londres: Routledge, 2007.
- IPHAN. *Processo nº 01510.001166/2015-41 (Salvamento e Monitoramento Arqueológicos na Área de Construção do Elevado do Rio Tavares, município de Florianópolis/SC)*, 2015. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrC-boq6E68p2EVVBQg7GS7NYQ1xUK8328ijELkBX-6QpioW24J](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DjGLl0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrC-boq6E68p2EVVBQg7GS7NYQ1xUK8328ijELkBX-6QpioW24J). Acesso em: 12 set. 2020.
- IRIARTE, J.; BEHLING, H. The expansion of Araucaria forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Environmental Archaeology*, v. 12, n. 2, p. 115-127, 2007.

- IRIARTE, J. *et al.* Emergent complexity, changing landscapes, and spheres of interaction in southeastern South America during the middle and late Holocene. *J. Archaeol. Res.*, n. 25, p. 251-313, 2017.
- IRIARTE, J. *et al.* Evidence for cultivar adoption and emerging complexity during the mid-Holocene in the La Plata basin. *Nature*, v. 432, n. 7017, p. 614-617, 2004.
- IZIDRO, J. M. *O jazigo funerário de Içara no contexto do litoral catarinense*. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2001.
- JEFFERSON, T. A.; LEATHERWOOD, S.; WEBBER, M. A. *Marine mammals of the world*. Rome: FAO, 1996.
- JOCHEM, T. V. *A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis. 2002.
- JOCKYMAN, K. *Sambaquis da Laguna da Conceição e paleoambiente: uma abordagem geoarqueológica*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2015.
- JOKELSKI, M. P. de V. *Reconstrução fonológica e lexical do proto-jê meridional*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 2010.
- JONES, S. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997.
- JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P. P. A.; ORSER JÚNIOR, C. E.; SCHIAVETTO, S. (org.). *Identidades, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- JULIANI, L. *Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 1996.
- KAMASE, L. M. *Casas subterrâneas e feições doliniformes: um estudo de caso na bacia do Alto Taquari (SP)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2004.
- KARSKEN, G. *Inside the rocks: the archaeology of a neighbourhood*. Sydney: Hale & Iremonger, 1999.
- KATCIPIS, L. F. G. *Memórias, contribuições e permanências da colônia grega em Florianópolis*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2014.
- KENNEDY, K. A. Morphological variations in ulnar supinator crests and fossae as identifying markers of occupational stress. *Journal of Forensic Sciences*, v. 28, n. 4, p. 871-876, 1983.
- KLÖKLER, D. M. *Construindo ou deixando um sambaqui? Análise de sedimentos de um sambaqui do litoral meridional brasileiro: processos formativos. Região de Laguna, SC*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2001.

- KLÖKLER, D. M. *Food for body and soul: mortuary ritual in shell mounds (Laguna – Brazil)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Arizona, Tucson, 2008.
- KLÖKLER, D. M. *et al.* Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 20, p. 53-75, 2010.
- KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.
- KOENIGSWALD, G. Die indianischen Muschelberge in Süd-brasilien. *Globus*, Braunschweig, ano 87, n. 20, p. 341-347, jun. 1905. 36 fotografias.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KREPLIN, H. *et al.* Ober die Muschelberg von Dona Francisca (Brasilien). *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, ano 4, p. 187-191, 1872.
- LABRADOR, B. R. S. *O declínio das atividades relacionadas à arqueologia na Universidade Federal de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2010.
- LABRADOR, B. R. S.; BRANDI, R. Depoimentos de Arqueólogos pioneiros: Walter Fernando Piazza. *História e-História*, v. 1, s/p, 31 out. 2008. ISSN 1807-1783.
- LACERDA, J. B. O Homem dos Sambaquis: contribuições para a antropologia brasileira. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6 (1881), p. 175-204, 1885. 6 figs.
- LAFFRANCHI, Z. Patrones de actividad en la Motilla del Azuer: un estudio a partir de restos óseos. *Arqueología y Territorio*, n. 7, p. 57-68, 2010.
- LAGO, P. F. *Santa Catarina: a terra, o homem, a economia*. Florianópolis: UFSC, 1968.
- LAI, P.; LOVELL, N. C. Skeletal markers of occupational stress in the fur trade: a case study from a Hudson's Bay company fur trade post. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 2, p. 221-234, 1992.
- LANER, M. R. E. *Catedral Metropolitana de Florianópolis: retrospectiva histórica das intervenções arquitetônicas*. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – UFSC, Florianópolis, 2007.
- LANGER, J. *Ruínas e mitos: a arqueologia no Brasil Imperial*. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 2001.
- LAROCHE, C.; BLAKEY, M. L. Seizing intellectual power: the dialogue at the New York African Burial Ground. *Historical Archaeology*, v. 31, n. 3, p. 84-106, 1997.
- LARSEN, C. S. *Bioarchaeology: interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- LARSEN, C. S. Bioarchaeology: the lives and lifestyles of past people. *Journal of Archaeological Research*, n. 10, p. 119-166, 2002.
- LAVINA, R. *Estudo comparativo entre quatro sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 1989.
- LAVINA, R. *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etno-história e contribuições para arqueólogos*. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 1994.
- LAYTANO, D. Corografia da Capitania de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Florianópolis, v. 245, p. 1-187, out./dez. 1959.
- LEITE, I. B. (org.). *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- LEMONNIER, P. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 5, p. 147-186, 1986.
- LEMMONIER, P. *Elements for an anthropology of technology*. Michigan: AnnArbor, 1992.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEONARDOS, O. H. *Concheiros naturais e sambaquis*. Avulso n. 37, Departamento Nacional da Produção Mineral, Rio de Janeiro, 109 p., 2 mapas, 26 fotos, 1 diagr., 7 figs., bibliogr. 1938.
- LEONE, M. Some opinions about recovering mind. *American Antiquity*, n. 47, p. 742-760, 1982.
- LESSA, A.; GASPAR, M.D. Estratégias de subsistência, complexidade social e violência entre grupos sambaquieiros do litoral brasileiro. In: MAZZ, J. L.; BERÓN, M. (ed.). *Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto em Sudamérica*. Montevideo: Universidad de la República, 2014. p. 55-76.
- LESSA, A.; SCHERER, L. Z. O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 18, p. 89-100, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2008.89830>. Acesso em: 4 maio 2021.
- LEUCHTENBERGER, R. Mutualismo e beneficência em Florianópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA – ANPUH, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.
- LIEVERSE, A. R.; BAZALIISKII, V. I.; GORIUNOVA, O. I.; WEBER, A. W. Upper limb musculoskeletal stress markers among Middle Holocene foragers of Siberia's Cis-Baikal Region. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 138, p. 458-472, 2009.
- LIMA, A.; BUENO, L. A variabilidade tecnológica dos conjuntos líticos nos sambaquis de Santa Catarina e o processo de ocupação da costa meridional brasileira

- no Holoceno Médio. *Relatório de Iniciação Científica*, CNPq, Florianópolis, 2013. 31 p.
- LIMA, H. E. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.
- LIMA, T. A. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista da USP*, n. 44, p. 270-327, 1999/2000.
- LIMA, T. A. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 23, n. 2, 2002.
- LIMA, T. A. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios: revista latino-americana de arqueologia histórica*, v. 7, n. 1, p. 177-207, jan./jun. 2013.
- LIMA, T. A.; BRUNO, M. C. O.; FONSECA, M. P. R. D. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, p. 170-206, 1993.
- LINO, J. T. *Arqueologia Guarani na bacia hidrográfica do Rio Araranguá, Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- LOHN, R. L. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. (org.). *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p. 27-59.
- LOPES, R. C. S. Lepra, políticas sanitárias e controle social: isolamento e cotidiano na Lazarópolis, Santo Antônio do Prata, Pará. In: LOPES, R. C. S. *Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará – Arqueologia em uma Instituição Total Amazônica*. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFPA, Belém, 2017.
- LYDON, J.; RIZVI, U. Z. (ed.). *Handbook of postcolonial archaeology*. California: Left Coast Press, 2010.
- MACHADO, J. S. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, n. 26, p. 72-95, 2013.
- MACHADO, M. M. A. *A arte de ser parente: negros/as açorianos/as no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 2016.
- MACHADO, R. *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- MACIEL, L. N. A problemática dos cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX. *Cadernos Leparq*, v. 11, n. 22, p. 41-51, 2014.
- MAGARINOS, J. Palavras sobre arqueologia no Brasil. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo 37, p. 76-83, 1 trimestre, 1933.
- MAMIGONIAN, B. G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, J. et al. (org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006.



- MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.
- MARINO, M. V. *Caracterização morfossedimentar da plataforma continental interna da enseada dos Ingleses- C, como apoio a arqueologia subaquática*. Florianópolis. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, 2006. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PGCN0291.pdf>.
- MARIOTTI, V.; FACCHINI, F.; BELCASTRO, M. G. Enthesopathies – proposal of a standardized scoring method and applications. *Coll. Antropol.*, n. 28, p. 145-159, 2004.
- MARIOTTI, V.; FACCHINI, F.; BELCASTRO, M. G. The study of entheses: proposal of a standardised scoring method for twenty-three entheses of the postcranial skeleton. *Coll. Antropol.*, n. 1, p. 291-313, 2007.
- MARQUES, R. P. *Os mortos e seus acompanhamentos no sítio arqueológico Praia das Laranjeiras II: um estudo antropológico a partir de coleções museológicas*. 288 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PASO0423-D.pdf>.
- MARQUES, R. P. João Alfredo Rohr e uma Arqueologia. In: SOUZA, M. L. (org.). *Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr em Brasília*. Brasília: IPHAN/DF, 2018. p. 26-28.
- MARTINELLO, A. S.; CARVALHO, E. B. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. *Revista de História Unisinos*, v. 15, n. 3, p. 453-465, 2011.
- MARTINS, A. M. S. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. 417 f. Tese (Doutorado em Linguística) – UnB, Brasília, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. The German Ideology, Part I. In: TUCKER, R. *The Marx-Engels Reader*. New York: Norton, 1978 [1846].
- MATA, A. L. Marcadores de stress músculo esquelético em uma população pré-histórica brasileira. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.
- MATARESSE, A. *Tecnología lítica entre los cazadores-recolectores pampeanos: los artefactos formatizados por picado y abrasión y modificados por uso en el Área Interserrana Bonaerense*. Tese (Doutorado em Ciências Naturais) – Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, Argentina, 2015.
- MATOS, A. *Santa Catarina de ontem e de hoje*. Florianópolis: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 1942. 176 p.
- MATTOS, D. M. *Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2015.
- MATTOS, H. et al. *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

- MEGGERS, B. J. Environmental limitation on the development of culture. *American Anthropologist*, v. 56, n. 3, p. 801-824, 1954.
- MELLO, A. D. A. de. *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*. v. 1. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2005.
- MENDES, B. R. *Arqueologia da escravidão: uma proposta de pesquisa para Florianópolis*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2014.
- MENDONÇA-DE-SOUZA, S. M. F. *Estresse, doença e adaptabilidade: estudo comparativo de dois grupos pré-históricos em perspectiva biocultural*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1995.
- MENESES, U. T. B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In: IPHAN. Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.
- MERENCIO, F. T.; DEBLASIS, P. Estratégias de mobilidade no litoral sul de Santa Catarina entre 2000-500 cal AP. *Revista do MAE*, no prelo.
- MERSON, R. R.; PRATT, H. L. Distribution, movements and growth of young sandbar sharks, *carcharhinus plumbeus*, in the nursery grounds of Delaware Bay. *Environmental Biology of Fishes*, v. 61, p. 13-24, 2001.
- MESKELL, L. Archaeologies of identity. *In: INSOLL, T. The archaeology of identities*. Londres: Routledge, 2007.
- MESKELL, L.; JOYCE, R. A. *Embodied lives: figuring ancient Maya and Egyptian experience*. London: Routledge, 2003.
- MEYER, H. Muschelhügel (Sambaki) und Umenfeld bei Laguna (Brasilien). *Globus*, Braunschwig, ano 69, p. 338-340, 1896.
- MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. São Paulo: USP, 2010.
- MILHEIRA, R. G. Zoólitos: algumas reflexões sobre as esculturas sambaqueiras. *In: ZOCCHÉ, J. Arqueofauna e Paisagem*. Erechim: Habilis, 2014. p. 187-207.
- MILLER, E. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas [1965-1966]*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA, 1967.
- MOLNAR, P. Tracing prehistoric activities: musculoskeletal stress marker analysis of a stone-age population on the Island of Gotland in the Baltic Sea. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 129, p. 12-23, 2006.

- MONTARDO, D. L. *Práticas funerárias da populações pré-coloniais e suas evidências arqueológicas: reflexões iniciais*. Dissertação. (Mestrado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 1995.
- MONTARDO, D. L.; AMARAL, M. V.; SILVA, O. P. *Levantamento arqueológico das margens da rodovia BR 101: trecho Garuva-SC (km 0,0) / Palhoça-SC (km 216,5)*. Universidade Federal de Santa Catarina, Museu Universitário, Setor de Arqueologia, 1996. Relatório de pesquisa.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTICELLI, G. O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica Guarani. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1. p. 105-115, jan./abr. 2007.
- MORAES, F. T. Profissão arqueólogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 mar. 2014.
- MORALES, W. F. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 11, São Paulo, p. 165-187, 2001.
- MOREIRA, J. B. *Arquitetura que enlouquece: poder e arqueologia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFMG, Belo Horizonte, 2015.
- MORENO, I. *et al.* Distribution and habitat characteristics of dolphins of the genus *Stenella* (Cetacea: Delphinidae) in the southwest Atlantic Ocean. *Marine Ecology Progress Series*, v. 300, p. 229-240, 2005.
- MOSIMANN, J. C. *Porto do Patos: 1502-1582 – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos*. Florianópolis: Edição do Autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002.
- MUELLER, H. Sur les débris de cuisine (sambaquí) du Brésil. *Compte rendu de la VII<sup>ème</sup> session du Congrès International des Américanistes (1888)*, Berlin, p. 459-462, 1896.
- MÜLLER, I. S. A interdisciplinaridade em História: apontamentos para as interpretações dos primeiros contatos europeus com os Guarani no litoral central do estado de Santa Catarina. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 1, p. 178-191, 2014. ISSN 1984-3968. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/709>.
- MÜLLER, I. S. *Arqueologia Guarani no Litoral Central de Santa Catarina: estudo de caso do sítio Travessão do Rio Vermelho (TRV)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2015.
- MÜLLER, I. S. *Arqueologia Guarani no Litoral Central de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2019.

- MÜLLER, L. M. *Uma leitura das práticas de enterramento Guarani através de suas fontes de estudo: apresentação e discussão da documentação histórica e arqueológica referentes ao atual território do Estado de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2005.
- MURRAY, T.; MAYNE, A. (org.). “Little Lon”. *The archaeology of urban landscapes. Explorations in slumland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NASCIMENTO, T. T. *Aspectos tecnológicos do conjunto lítico do litoral central catarinense: Tapera e Base Aérea, um estudo de caso*. Tese (Doutorado em Quaternário, Materiais e Culturas) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2015.
- NAU (NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UFSC). *Arqueologia na UFSC*. 2009a.
- NAU (NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UFSC). *Carta aberta*. 2009b.
- NEVES, E. Twenty years of Amazonian Archaeology in Brazil. *Antiquity*, v. 72, n. 277, p. 625-632, 1998.
- NEVES, W. A. Incidência e distribuição de osteoartrites em grupos coletores de moluscos do litoral do Paraná: uma hipótese osteobiográfica. *Clio*, v. 1, n. 6, p. 47-62, 1984. Série Arqueológica.
- NEVES, W. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 43, 1988. Série Antropologia.
- NISHIDA, P. *A coisa ficou preta: estudo do processo de formação da terra preta do sítio arqueológico Jabuticabeira II*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2007.
- NOELLI, F. S. *Sem Tekhoá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS)*. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993.
- NOELLI, F. S. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XX, n. 1, p. 107-135, 1994.
- NOELLI, F. S. Repensando os rótulos e a História dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, p. 285-302, 1999.
- NOELLI, F. S. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista USP*, n. 44, p. 218-269, 1999/2000.
- NOELLI, F. S.; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Oswaldo Cruz, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, out./dez. 2007. ISSN 0104-5970. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000400008>.

- NOELLI, F. S.; MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. Os sítios arqueológicos Guarani do litoral sul do Brasil, Uruguai e Argentina: registros até 2013. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (org.). *Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014. p. 177-186.
- NOELLI, F. S.; MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. Tabela de sítios Guarani do litoral sul do Brasil, Uruguai e Argentina. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (org.). *Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014. p. 205-256.
- NOELLI, F. S.; SOUZA, J. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil Meridional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 12, n. 1, p. 57-84, 2017.
- NOELLI, F. S.; VIANA, A.; MOURA, M. L. Praia dos Ingleses I: arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 19, p. 179-203, 2009.
- O ESTADO. Sábado chegará a embaixada do Museu Histórico. Florianópolis, p. 8, 13 out. 1953.
- O TEMPO. Índícios da era pré-colombiana na Ilha de Santa Catarina: um sambaqui e 12 esqueletos na Praia do Moçambique. Florianópolis, ano 1, n. 8. p. 8, 1º set. 1952.
- OKUMURA, M. M. M. *Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira*. Tese (Doutorado em Biologia) – USP, São Paulo, 2007.
- OKUMURA, M. M. M. Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira. *Pesquisas*, n. 66, 2008. Série Antropologia.
- OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006.
- OPPITZ, G. *Vivendo a paisagem: contribuições transdisciplinares para o estudo do contexto regional de sambaquis do litoral central de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2011.
- OPPITZ, G. *Coisas que mudam: os processos de mudança nos sítios conchíferos catarinenses e um olhar isotópico sobre o caso do sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2015.
- OPPITZ, G. *Desvelando a rede: corpos, movimento e lugares no litoral central de Santa Catarina (5000-600 AP)*. Florianópolis, 2019. Projeto de Pesquisa, Processo IPHAN nº 01510.000261/2019-51.
- OPPITZ, G. *et al.* Revisão bibliométrica da produção arqueológica na UFSC. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – UFSC, 2011, Inst. promotora/ financiadora: UFSC, Florianópolis, 2011.
- ORSER JÚNIOR, C. E.; FUNARI, P. P. Arqueologia da resistência escrava. *Cadernos do LEPAARQ: textos de antropologia, arqueologia e patrimônio*. Pelotas: Ed. da UFPel, v. 1, n. 2, p. 11-25, jul./dez. 2004.

- OUTUKI, A.; OUTUKI, E. K. A colonização nipônica de Santa Catarina. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, nov. 2003.
- PAVEI, D. *et al.* Zooarqueologia de vertebrados do Sambaqui do Papagaio, Bombinhas, Santa Catarina. *Tecnologia e Ambiente*, v. 21, p. 70-89, 2015.
- PEDRO, J. M. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- PEIXE, S. P.; MELO JÚNIOR, J. C. F.; BANDEIRA, D. R. Paleoetnobotânica dos macro-restos vegetais do tipo trançados de fibras encontrados no sambaqui Cubatão I, Joinville-SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 17, p. 211-222, 2007.
- PEIXOTO, S. A. *Pequenos aos montes: uma análise dos processos de formação dos sambaquis de pequeno porte do litoral sul de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- PENNA, C. G. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2005.
- PEREIRA, I. *As decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1996.
- PEREIRA, S. M. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres*. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2008.
- PEREIRA, T. U. *Especulação até embaixo d'água: arqueologia subaquática e propaganda turística em Florianópolis (1998-2008)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.
- PERIN, E. B. *Pedras e caminhos: análise espacial das estruturas arqueológicas remanescentes dos caminhos de tropas no Planalto de Lages*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UDESC, Florianópolis, 2011.
- PERIN, E. B.; HERBERTS, A. L.; OLIVEIRA, M. A. T. A cronologia Jê meridional e os novos dados para o alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Lages, Santa Catarina. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*, v. 14, n. 2, p. 581-609, 2019.
- PERRIN, W. F.; WÜRSIG, B.; THEWISSEN, J. G. M. (org.). *Encyclopedia of Marine Mammals*: second. San Diego, London, New York: Elsevier, 2008.
- PETERSON, J. The Natufian hunting conundrum: spears, atlatls, or bows?: musculoskeletal and armature evidence. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 8, p. 378-389, 1998.
- PETURSDOTTIR, Þ. Concrete matters: ruins of modernity and the things called heritage. *Journal of Social Archaeology*, v. 13, n. 1, p. 31-53, 2013.
- PEZO-LANFRANCO, L. *et al.* Middle Holocene plant cultivation on the Atlantic Forest coast of Brazil? *Royal Society Open Science*, n. 5, 180432, 2018.

- PIACENTINI, M. *Estudo diacrônico da malacofauna encontrados no sambaqui Canto dos Araçás*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- PIAZZA, M. de F. F.; BARRETO, M. T. S. *A Fábrica de Pontas Rita Maria: um estudo de arqueologia industrial*. Florianópolis: Edeme, 1981.
- PIAZZA, W. F. *O sítio arqueológico do Rio Tavares (Santa Catarina), 1965a*. Separata.
- PIAZZA, W. F. As fontes primárias da história: fontes arqueológicas catarinenses. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, 3., *Anais [...]* Franca, nov. 1965b. p. 441-479.
- PIAZZA, W. F. Estudos de sambaquis (Nota prévia). *Série Arqueologia*. n. 2. Florianópolis: Instituto de Antropologia/UFSC, 1966a.
- PIAZZA, W. F. *Memória arqueológica sobre o Vale do Itajaí (Santa Catarina – Brasil)*. Mimeografado. Acervo do MARQUÊ/UFSC, 1966b.
- PIAZZA, W. F. *Nota preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Estado de Santa Catarina – PRONAPA*, São Paulo, 1967.
- PIAZZA, W. F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1983.
- PIAZZA, W. F. *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- PIAZZA, W. F.; EBLE, A. B. Arqueologia do Vale do Itajaí: sítio cerâmico Rio Plate (SC.VI.19). *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, p. 3-43, 1968.
- PINTO, W. O Marajó em terras catarinenses. *Beira Rio: jornal da Universidade Federal do Pará*. 2015. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/leia-tambem/1697-2015-06-02-17-18-06>.
- PLENS, C. R. Animals for humans in life and death. *Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 20, p. 31-52, 2010.
- PLENS, C. R. Um banquete na floresta? In: ZOCCHÉ, J. J. et al. (org.). *Arqueofauna e paisagem*. Erechim: Habilis, 2014. p. 209-226.
- PONCE, P. V. *A comparative study of activity-related skeletal changes in 3rd-2nd millennium BC coastal fishers and 1st millenium AD inland agriculturists in Chile, South America*. Doctoral thesis, Durham University, 2010.
- POPINIGIS, F. “Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro – 1840-1890. *Afro-Ásia*, n. 46, p. 193-226, 2012.
- POSTH, C. et al. Reconstructing the deep population history of Central and South America. *Cell*, v. 175, n. 5, p. 1185-1197, 2018.
- PROGRAMA SANTA AFRO CATARINA. Programa de educação patrimonial sobre a presença de africanos e afrodescendentes em Santa Catarina. Disponível em: <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

- PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UnB, 1992.
- PROUS, A.; PIAZZA, W. F. Documents pour la préhistoire du Brésil méridional. 2: L'état de Santa Catarina. *Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud*, 4. Paris: EHESS, 1977.
- PYBURN, A. Public Archaeology, Indiana Jones and honesty. *Archaeologies*, New York, v. 4, n. 2, 2008.
- RAMOS, M. J. A subsistência dos sambaquieiros: estudo zooarqueológico na Lagoa da Conceição, Ilha de Santa Catarina. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DA UFSC, 5., *Anais [...]*. Florianópolis, 2011.
- RATH, C. J. F. Notícia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 34, parte 1, p. 287-292, 1871.
- RATHBUN, R. *Sketch of the life and scientific work of professor Charles Frederic Hartt*. New Haven: Tuttle, Morehouse & Taylor printers, 1879.
- REBELATTO, M. *Fugas de escravos e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2006.
- REEVES, R. R. *et al. Sea Mammals of the World: first*. London: A&C Black, 2002.
- REIS, J. A. dos. *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do Planalto Meridional*. Caxias do Sul: EducS, 2002.
- REIS, L. B. *Subsídios para o estudo das estruturas subterrâneas no litoral de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2011.
- REIS, L. B. *Discutindo mobilidade no período pré-colonial: estudo comparativo entre feições doliniformes arqueológicas localizadas em Florianópolis e em Alfredo Wagner*. Projeto de mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2012.
- REIS, L. B. *Para uma história Jê meridional na longa duração: o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2015.
- REIS, L. B. *et al.* Núcleo de Arqueologia da UFSC – NAU. In: ENCONTRO REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DA SAB/SUL, 7., 2010, Jaguarão/RS. *Caderno de Resumos*, 2010. p. 108-109.
- REIS, M. J. *A problemática arqueológica das estruturas subterrâneas no Planalto Catarinense*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Arqueologia) – USP, São Paulo, 1979.
- REIS, M. J. *Parecer sobre sítios arqueológicos localizados no “Parque Floresta Renê Frey” (Fraiburgo/SC)*. Florianópolis: UFSC, 2011.



- REIS, M. J.; FOSSARI, T. D. *In Memoriam* do Arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 3-4, 1984.
- REIS, M. J.; FOSSARI, T. D. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 22, n. 30, jul. 2009. Dossiê Políticas públicas: memórias e experiências.
- REIS, M. S. dos; LADIO, A.; PERONI, N. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. *Ecology and Society*, v. 19, n. 2, p. 43, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06163-190243>.
- REIS, N. R. dos *et al.* (org.). *Mamíferos do Brasil*. Londrina: UEL, 2006.
- REIS, S. R. P. *A casa da Câmara e Cadeia da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis: Papa-Livro, 2008.
- REIS, S. R. P. Depoimentos de diretores: prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. *Revista comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário "Oswaldo Rodrigues Cabral"*, Florianópolis, 1998. Disponível em: [https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02revista\\_mu\\_ufsc\\_30anos.pdf](https://museu.paginas.ufsc.br/files/2010/02revista_mu_ufsc_30anos.pdf).
- REITZ, E. J.; WING, E. S. *Zooarchaeology*. 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. 533 p. ISBN 9780521673938.
- RENFREW, C.; BAHN, P. *Archaeology: the key concepts*. Londres: Routledge, 2005.
- REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1989] 2000. p. 7-37.
- REVISTA GENEALÓGICA LATINA. *Pequenas biografias*. São Paulo, v. 8, p. 252, 1956.
- RIBEIRO, A. Sambaquis. *Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 15, p. 3-10, 1944.
- RIBEIRO, J. A. de M. *Relatório do governador João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei Conde de Rezende*, 17 nov. 1796. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- RIBEIRO, L. *et al.* A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 530, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1093>.
- ROBINSON, M. *et al.* Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. *Scientific Reports*, London, v. 8, n. 7800, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-018-24429-5>.
- RODRIGUES, M. B. A vida é um jogo para quem tem ancas: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2015.

- RODRIGUES DA COSTA, F. I. Estudos arqueológicos: os sambaquis no sul de Santa Catarina (1880). *Revista Catarinense*, Laguna, v. 1, p. 47-48; 73-74; 212-214, 1911/1912.
- RODRIGUES-CARVALHO, C. R. *Marcadores de estresse ocupacional em populações sambaqueiras do litoral fluminense*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.
- ROHR, J. A. *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 1950.
- ROHR, J. A. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 3, p. 199-266, 1959. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina II. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 8, 1960. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina III, e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 12, 1961. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. Pesquisas arqueológicas na Ilha de Santa Catarina I. Exploração sistemática do sítio da praia da Tapera. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 15, 1966. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. A exploração científica da aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (III). *Vozes*, v. 61, p. 718-762, 1967a.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (I). *Vozes*, Petrópolis, v. 61, n. 8, p. 718-722, 1967b.
- ROHR, J. A. A exploração científica da Aldeia da Tapera (II). *Vozes*, Petrópolis, v. 61, n. 9, p. 807-811, 1967c.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (III). *Vozes*, Petrópolis, v. 61, n. 10, p. 909-913, 1967d.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (IV). *Vozes*, Petrópolis, v. 61, n. 11, p. 997-1001, 1967e.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (V). *Vozes*, Petrópolis, v. 61, n. 12, p. 1099-1104, 1967f.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (VI). *Vozes*, Petrópolis, v. 62, n. 2, p. 149-154, 1968a.
- ROHR, J. A. A aldeia pré-histórica da Praia da Tapera (VII). *Vozes*, Petrópolis, v. 62, n. 4, p. 325-331, 1968b.
- ROHR, J. A. Achados arqueológicos em Itapiranga. *Pesquisas*, Estudos Leopoldenses 9, São Leopoldo, n. 18, p. 47-48, 1968c. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. O sítio arqueológico de Alfredo Wagner, S.C. – VI – 13. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 17, 1968d. Série Antropologia.

- ROHR, J. A. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 19, 1969. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, Brasil. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 24, 1971. Série Antropologia.
- ROHR, J. A. A pesquisa arqueológica no Estado de Santa Catarina. *Dédalo*, n. 17/18, MAE/USP, p. 49-65, 1973.
- ROHR, J. A. Armação do Sul: três mil anos de história. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 abr. 1974.
- ROHR, J. A. *O sítio arqueológico do Pântano do Sul SC – F – 10*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.
- ROHR, J. A. Relação dos trabalhos publicados por Pe. João Alfredo Rohr, S. J. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 169-174, 1984a.
- ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, Museu Universitário, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 77-168, 1984b.
- ROHR, J. A.; ANDREATTA, M. O sítio arqueológico da Armação do Sul (nota prévia). Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. *Pesquisas*, n. 20, Estudos Leopoldenses, n. 13, p. 135-138, 1969. Série Antropologia.
- ROOSEVELT, A. C. The development of prehistoric complex societies: Amazonia, a tropical forest. In: BACUS, E. E.; LUCERO, L. J. (ed.). *Complex polities in the ancient tropical world. Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, n. 9, 1999. p. 13-34.
- ROSSI, L. *Um olhar sobre a cerâmica da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2008.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo: Itatiaia; Ed. da USP, 1978. 209 p.
- SALGADO-LABOURIAU, M. L. *Critérios e técnicas para o Quaternário*. São Paulo: Edgard Blücher, 2007. 387 p.
- SALLES A. D. *et al.* Musculoskeletal stress markers on skeletal remains of Cabeçuda shellmound population, Laguna, Santa Catarina, Brazil: a biocultural Approach. *Proceedings of the Paleopathology Meetings in South America*. Lexington, KY: Paleopathology Association, 2005.
- SALOMON, M. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. (org.). *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- SALVADOR, A. S. do N. *Patrimônio cultural subaquático: um mergulho na sua percepção pela Comunidade dos Ingleses*, Florianópolis. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2011a.

- SALVADOR, A. S. do N. Patrimônio cultural subaquático: um mergulho na sua percepção pela Comunidade dos Ingleses. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DA UFSC, 5., Florianópolis. *Anais* [...], Florianópolis, 2011b.
- SALVADOR, A. S. do N. *Entre escritos e vasilhas cerâmicas: o indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (séculos XVIII e XIX)*. 356 f. Dissertação. (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2017.
- SALVADOR, A. S. do N.; REIS, L. B., BUENO, L. A ocupação da Ilha do Arvoredo e do Litoral Catarinense: uma história de longa duração. In: SEGAL, B. *et al.* (org.). *MAArE: Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Entorno*. Florianópolis: UFSC/MAArE, 2017. p. 133-141.
- SALVADOR, A. S. do N. *et al.* Introdução: um breve olhar sobre a trajetória do Núcleo de Arqueologia da UFSC. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DA UFSC, 5., 2011, Florianópolis. *Anais* [...], 2011a. p. 9-10.
- SALVADOR, A. S. do N. *et al.* Revisão bibliométrica da produção arqueológica na UFSC. CONGRESSO DA SAB, 16., WORLD CONGRESS UISPP, 16., *Anais* [...], Inst. promotora/financiadora: SAB/UISPP, 2011b.
- SANTOS, A. L. *Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2009.
- SANTOS, A. M. P. *A conservação de material vegetal encharcado nos sambaquis de Joinville/SC*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Univille, Joinville, 2010.
- SANTOS, C. S. Os caixões fúnebres da Capela Nossa Senhora das Dores: uso e tipologia. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO DA UFSC, 5., 2011, Florianópolis. *Anais* [...], 2011.
- SANTOS, M. J. *Turismo e patrimônio arqueológico rupestre: um estudo sobre a Ilha do Campeche*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UDESC, Florianópolis, 2014.
- SANTOS, R. V. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006.
- SANTOS, S. C. *Nova História de Santa Catarina*. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- SCHADEN, E. On Sambaquí Skulls. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 5, São Paulo, 1951. p. 141-182. 6 tab., bibliogr.
- SCHEEL-YBERT, R. Man and vegetation in the Southeastern Brazil during the Late Holocene. *Journal of Archaeological Science*, v. 28, n. 5, p. 471-480, 2001.
- SCHEEL-YBERT, R. *et al.* Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaqueiros: uma abordagem multidisciplinar. *Revista Arqueologia*, n. 16, p. 109-137, 2003.

- SCHERER, L. Z. *Marcadores de estresse músculo-esquelético e mobilidade terrestre em grupos pré-coloniais litorâneos do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012. 174 p.
- SCHERER, L. Z. Revisitando o acervo arqueológico do sítio Rio do Meio: estudo das coleções cerâmica, faunística e lítica. *Relatório Final*. Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura de 2014, Prêmio Catarinense de Museus, 2017.
- SCHERER, L. Z.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SCHMITZ, P. I. Marcadores de estresse músculo-esquelético em populações pescadoras, caçadoras e coletoras do litoral central de Santa Catarina. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 63, 2006. Série Antropologia.
- SCHERER, L. Z.; LESSA, A.; SALLES, A. D. Alterações entésicas e mobilidade terrestre em grupos pré-coloniais litorâneos do sul do Brasil. *Revista de Arqueologia e Etnologia*, MAE/USP, n. 25, p. 21-44, 2015.
- SCHIFFER, M, B. The structure of archaeological theory. *American Antiquity*, v. 53, n. 3, 1988.
- SCHIFFER, M, B. *Formation processes of the archaeological record*. University of Utah Press, 1996.
- SCHMIDT, R. A.; VOSS, B. L. *Archaeologies of Sexuality*. London, New York: Routledge, 2000.
- SCHMITZ, P. I. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas*, Porto Alegre, n. 3, 1959. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. *Documentos*, São Leopoldo, n. 2, p. 75-130, 1988.
- SCHMITZ, P. I. Acampamentos litorâneos em Içara, SC: um exercício em padrão de assentamento. *Clio – Série Arqueológica*, n. 11, p. 99-118, 1996.
- SCHMITZ, P. I. João Alfredo Rohr. Um jesuíta em tempos de transição. *Pesquisas*, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 67, p. 9-20, 2009. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I. *As casas subterrâneas de São José do Cerrito/SC*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 2014.
- SCHMITZ, P. I.; BECKER, I. I. B. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. *Documentos*, n. 5, p. 65-99, 1991.
- SCHMITZ, P. I.; BITENCOURT, A. L. V.; VERARDI, I. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: Laranjeiras I, Pântano do Sul e Cabeçudas: *Pesquisas*, n. 53, 1996, 193 p. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I. *et al.* Sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupi-Guarani. *Pesquisas*, n. 45, 1990. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I. *et al.* O sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas*, n. 48, 1992. Série Antropologia.

- SCHMITZ, P. I. *et al.* O sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas*, n. 49, 1993. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I. *et al.* Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas. *Anais do I Colóquio sobre sítios construídos: casas subterrâneas*. Santa Maria: Palotti, 2005.
- SCHMITZ, P. I.; NOVASCO, R. Pequena história Jê meridional através do mapeamento dos sítios datados. *Pesquisas*, n. 70, 2013. Série Antropologia.
- SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. *Pesquisas*, n. 70, 2013. Série Antropologia.
- SCHUCH, E. *A Arqueologia vai à cidade: proposta de zoneamento arqueológico para o centro de Florianópolis*. 96 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – UDESC, Florianópolis, 2010.
- SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCHWARTZ, S. B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. São Carlos: Edusc, 2001.
- SCOMAZZON, M. C.; FRANCO, J. *A caminho do ouro: norte-americanos na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2015.
- SEIFERT, D. J.; BALICKI, J. Mary Ann Hall's House. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 1, p. 59-73, 2005.
- SELAU, M. da S. *A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2006.
- SERRANO, A. Subsídios para a arqueologia do Brasil Meridional. *Revista do Arquivo Municipal*, ano 6, v. 36, p. 3-42, jun. 1937. 14 figs., 30 fotografias e 1 mapa.
- SERRANO, A. Los sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña. CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1. *Anais [...]*, Porto Alegre, v. 2, p. 327-441, 1940. 27 figs., 55 fotos, 1 mapa, 1 diagr. bibliogr.
- SERRANO, A. The sambaqui of the Brazilian coast. In: STEWARD, J. (org.). *Handbook of South American Indians*. v. 1, Washington: Smithsonian Institution, 1946. p. 401-407.
- SERVICE, E. R. *Primitive social organization: an evolutionary perspective*. New York: Random House, 1962.
- SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., Porto Seguro, 1-4 jun. 2008.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *Re-constructing Archaeology: Theory and Practice* (New Studies in Archaeology). London, New York: Routledge, 1992.
- SILLIMAN, S. W. A requiem for hybridity? The problem with Frankensteins, purées, and mules. *Journal of Social Archaeology*, v. 15, n. 3, p. 277-298, 2015.

- SILVA, A. da. A Ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 2008.
- SILVA, F. A. As cerâmicas dos Jê do Sul e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingáng e Xokleng. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (org.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Ed. da UEL, 2000a.
- SILVA, F. A. *As tecnologias e seus significados*. Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da Cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2000b.
- SILVA, F. A. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, p. 205-219, 2009.
- SILVA, F. A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*, n. 25, v. 2, p. 24-42, 2012.
- SILVA, F. A. Arqueologia de contrato e povos indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista de Arqueologia*, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 28, p. 187-201, 2015.
- SILVA, F. A.; NOELLI, F. S. Para uma síntese dos Jê do Sul: igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 1, p. 5-12, 1996.
- SILVA, F. A.; NOELLI, F. S. História indígena e arqueologia: uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê meridionais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 27, p. 5-20, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137271>.
- SILVA, G. M. Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, 2007.
- SILVA, O. P. Levantamento arqueológico de sítios de engenho na parte sul da Ilha de Santa Catarina. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8., Porto Alegre, 1995.
- SILVA, O. P. *Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina: parte sul*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 1996.
- SILVA, O. P. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Sousa. *Relatório de Pesquisa de Campo*, 2003.
- SILVA, O. P. Relatório: pesquisa das escavações arqueológicas das estruturas funerárias e análise bioarqueológica dos remanescentes humanos recuperados na Capela Nossa Senhora das Dores/Catedral Metropolitana de Florianópolis, Florianópolis, 2011.

- SILVA, O. P.; COMERLATO, F. *Prospecção arqueológica na nave central da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha*. Florianópolis: IPHAN, 2000.
- SILVA, S. B. *et al.* Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr S.J.: O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas*, n. 45, 1990. Série Antropologia.
- SILVEIRA, C. R. A imigração da mulher açoriana em Santa Catarina: da subversão à bruxaria. *In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS*, 9., *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2010.
- SILVEIRA, M. I. da. *Você é o que você come*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2001.
- SIMÕES-LOPES, P. C.; XIMENEZ, A. Annotated list of the cetaceans of Santa Catarina coastal waters, southern Brazil. *Biotemas*, v. 6, n. 1, p. 67-92, 1993.
- SINGLETON, T. A.; TORRES, M. A. Reflexões sobre a arqueologia da diáspora africana no Brasil. *Vestígios: revista latino-americana de arqueologia histórica*, v. 7, n. 1, p. 212-219, 2013.
- SMITH, C.; WOBST, H. M. (ed.). *Indigenous archaeologies: decolonizing theory and practice*. Abingdon, New York: Routledge, 2005.
- SNOW, C. T. Uma nota crítica sobre o uso da glotocronologia na Arqueologia. *Arquivos do museu de História Natural*, UFMG, v. 2, p. 192-194, 1977.
- SOARES, A. L. *Contribuição à arqueologia guarani: estudo do sítio Röpke*. São Paulo: USP, 2004.
- SOARES, F. C. *Vida material de Desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil*. Tese (Doutorado em Quaternário Materiais e Cultura) – UTAD, Portugal, 2011.
- SOARES, F. As fortificações catarinenses litorâneas na perspectiva arqueológica: levantamento das pesquisas realizadas. *In: LINO, J.; FUNARI, P. (org.). Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erechim: Habis, 2013. p. 129-162.
- SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. *In: DEL PRIORE, M. (org.). História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; UNESP, 2004. p. 362-400.
- SOPHIATI, D. *Os amoladores-polidores fixos na paisagem da Ilha de Santa Catarina*. 165 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Tomar e Vila Real, Portugal, 2010.
- SOUSA, G. S. de; VARNHAGEN, F. A. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4. ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Ed. Univ. São Paulo, 1971.
- SOUSA, V. L. de. *Uma (re)leitura da Reforma Universitária, a partir do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral – MU*. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 2002.



- SOUSA, V. L. de. *A diversidade ictiológica do sambaqui Porto do Rio Vermelho II (SC-PRV-02)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2011.
- SOUZA, J. G. de *et al.* The genesis of monuments: resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 41, p. 196-212, 2016.
- SOUZA, M. A. T. Introdução: arqueologia da diáspora africana no Brasil. *Vestígios: revista latino-americana de arqueologia histórica*, v. 7, n. 1, p. 9-19, 2013.
- SOUZA, M. L. (org.) *Coleção Arqueológica Pe. João Alfredo Rohr em Brasília*. Brasília: IPHAN/DF, 2018.
- SOUZA, S. R. S. de. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 1980.
- SPHAN – FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. O Homem dos Sambaquis. *Boletim*, set./out., p. 37, 1984a.
- SPHAN – FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Coleção João Alfredo Rohr. *Boletim*, nov./dez., p. 39, 1984b.
- STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, [1557] 1930.
- STANCHI, R. P. *Modernidade, mas nem tanto: o caso da vila operária da fábrica confiança*, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, 2008.
- STANCHI, R. O patrimônio arqueológico: oitenta anos de delegações. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, n. 35, p. 171-201, 2017.
- STARK, M. Technical choices and social boundaries in Material Culture Patterning: an Introduction. In: STARK, M. *The archaeology of social boundaries*. Washington, London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 1-11.
- STARK, M. Social dimensions of technological choice in Kalinga ceramic traditions. In: CHILTON, E. *Material Meanings: critical approaches to the interpretation of material culture*. Utah: University of Utah Press, 1999. p. 24-43.
- STEEN, S. L.; LANE, R. W. Evaluation of habitual activities among two Alaskan Eskimo populations based on musculoskeletal stress markers. *International Journal of Osteoarcheology*, n. 8, p. 341-353, 1998.
- STEIN, G. J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives*. Santa Fe: School of American Research Press, 2005.
- STEINEN, K. Sambaquí – Untersuchungen in der Provinz Sta. Catarina. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, ano 19, p. 445-450, 1887. 2 desenhos.

- STEWART, J. (org). *The Marginal Tribes*. Washington: Government Printing Office, 1946. Handbook of South American Indians, v. 1.
- STEWART, J. H. *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. Porto Seguro: Annablume, 2009. Cenários regionais de uma arqueologia plural.
- SYMANSKI, L. C. P. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História*, São Paulo: Unisinos, v. 14, n. 3, p. 294-310, set./dez. 2010.
- SYMANSKI, L. C. P. A arqueologia da diáspora africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. *Revista Afro-Ásia*, n. 49, p. 159-198, 2014.
- SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, Denise M. C. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 53-90, jul./dez. 2012.
- SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. de. O registro arqueológico dos grupos escravos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33, p. 215-243, 2007.
- SYMONDS, J.; CONLIN, E. *Industrial Archaeology: future direction*. United Kingdom, Springer, 2008.
- TEGA, G.; CAMARGO, V.; FERREIRA, M.; FUNARIA, P.; CARVALHO, A. Ações do projeto Arqueologia e Divulgação Científica – Diálogos e Saberes: site e documentário. *Arqueologia Pública*, n. 7, p. 75-86, 2013.
- TENÓRIO, M. C. *A importância da coleta de vegetais no advento da agricultura*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.
- TENÓRIO, M. C. Os amoladores-polidores fixos. *Revista Arqueologia*, n. 16, p. 87-108, 2003.
- TESSARO, P. A. B. *Pedaços de uma pauliceia espalhados pela urbe: musealizando uma Arqueologia com a Cidade*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2014.
- THIESEN, B. V. *As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 1999.
- THIESEN, B. V. *Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924)*. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia) – PUC-RS, Porto Alegre, 2005.
- TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. *Pesquisas*, São Leopoldo, n. 7, 1960. Série Antropologia.
- TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K.; BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara. In: BIGARELLA, J. J. *Sambaquis*. Curitiba: Posigraf, [1951] 2011. p. 217-248.

TOMAZZOLI, E. R. *et al.* Espeleologia na Ilha de Santa Catarina: um estudo preliminar das cavernas da Ilha. *Espeleo-tema*, v. 23, n. 2, SBE, Campinas/SP, p. 71-85, 2012.

TOMAZZOLI, E. R.; PELLERIN, J. R. G. M. *Aspectos geológico-geomorfológicos do Sul da Ilha de Santa Catarina*. 2001. Monografia. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Geomorfologia/01.pdf>.

TONERA, R.; OLIVEIRA, M. M. de. *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

TRIGGER, B. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Revista comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário "Oswaldo Rodrigues Cabral"*, Florianópolis, 1998.

URBAN, F. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 87-102.

VÁRZEA, V. *Santa Catarina a Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VEIGA, E. V. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VIEIRA, J. B. *Maria Margaria e Hercílio, mãe liberta e filho ilegítimo no final do século XIX em Desterro/SC*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2017.

VILLAGRAN, X. S. *Análise de arqueofácies na camada preta do sambaqui Jabuticabeira II*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2008.

VILLAGRAN, X. S. *Estratigrafias que falam: geoarqueologia de um sambaqui monumental*. São Paulo: Annablume, 2010.

VILLAGRAN, X. S. *Micromorfologia de sítios concheiros da América do Sul: arqueostratigrafia e processos de formação de sambaquis (Santa Catarina, Brasil) e concheros (Terra do Fogo, Argentina)*. Tese (Doutorado em Geociências) – USP, São Paulo, 2012.

VILLAGRAN, X. S. *et al.* Building coastal landscapes: zooarchaeology and geoarchaeology of Brazilian Shell Mounds. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*, v. 6, n. 2, p. 211-234, 2011.

VILLAGRAN, X. S. *et al.* Lecturas estratigráficas: arquitetura funeraria y depositación de residuos en el sambaquí Jabuticabeira II. *Latin American Antiquity*, n. 21, v. 2, p. 195-216, 2010.

VOIGT, M.; WEBER, D. *Field guide for sharks of the Genus Carcharhinus*. München: Verlag Friedrich Pfeil, 2011.

WAGNER, A. *Alfredo Wagner: terra, água e índios*. Florianópolis: Fundação Alfredo Wagner, 2002.

- WAGNER, G. *et al.* Sambaquis (shell mounds) of the Brazilian coast. *Quaternary International*, v. 239, n. 1-2, p. 51-60, jul. 2011.
- WATKINS, J. Beyond the margin. *American Antiquity*, v. 68, n. 2, p. 273-285, 2003.
- WEBER, R. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. *História Oral*, v. 16, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2013.
- WEISS, E. Understanding muscle markers: aggregation and construct validity. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 121, p. 230-240, 2003.
- WEISS, E. Understanding muscle markers: lower limbs. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 125, p. 232-238, 2004.
- WEISS, E. Muscle markers revisited: activity pattern reconstruction with controls in a Central California Amerind Population. *American Journal of Physical Anthropology*, n. 133, p. 931-940, 2007.
- WEISS E.; CORONA, L.; SHULTZ, B. Sex differences in musculoskeletal stress markers: problems with activity pattern reconstructions. *International Journal of Osteoarchaeology*, n. 22, p. 70-80. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/oa.1183>.
- WESOLOWSKI, V. *A prática da horticultura entre os construtores de sambaquis e acampamentos litorâneos da região da Baía de São Francisco, Santa Catarina: uma abordagem bio-antropológica*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – USP, São Paulo, 2000.
- WESOLOWSKI, V. *Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-históricos do litoral norte de Santa Catarina: é possível comer amido e não ter cárie?* Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.
- WIENER, C. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-20, 1876. 2 figuras.
- WILDI, T. T. La céramique de Marajó. *Bulletin de la Société Suisse des Américanistes*, n. 32, p. 47-52, 1968.
- WOLFF, C. S.; RÊCHIA, K. C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.
- WYLIE, A. Putting Shakertown back together: critical theory in archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 4, p. 133-147, 1985.
- WYLIE, A. The interplay of evidential constraints and political interests: recent archaeological research on gender. *American Antiquity*, v. 57, n. 1, p. 15-35, 1992.

YAMIN, R. Alternative narratives: respectability at New York's Five Points. Tales of Five Points. In: MURRAY, T.; MAYNE, A. *The archaeology of urban landscapes: explorations in slumland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 154-170.

YAMIN, R. Wealthy, free, and female: prostitution in nineteenth-century New York. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 1, p. 4-18, 2005.

ZANETTINI, P. E. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – USP, São Paulo, 2005.

ZANETTINI, P. Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos. *Revista de Arqueologia Americana*. n. 27, p. 71-87, 2009.

ZANETTINI, P.; WICHERS, C. A. de M. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil, *Habitus*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2014.

ZEDEÑO, M. N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from the Puebloan Southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, New York, London: Plenum Press, v. 4, n. 1, p. 67-103, 1997.

ZIMMERMANN, F. *O funcionamento da armação da Lagoinha: hierarquia do trabalho e o controle dos escravos na caça à baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – UFSC, Florianópolis, 2006.

ZIMMERMANN, F. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (org.). *História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

# Apêndices

## Apêndice I – Sítios arqueológicos em Florianópolis com informações atualizadas\*

### Índice

#### 1) Sítios da macrorregião oeste

Alto Ribeirão .....	419
Antiga Casa de Câmara e Cadeia .....	419
Antigo Cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.....	420
Base Aérea I.....	420
Base Aérea II .....	421
Caieira da Barra do Sul I .....	421
Campo de Jurerê I .....	422
Campo de Jurerê II.....	422
Canasvieiras I.....	422
Capela Nossa Senhora das Dores – Catedral Metropolitana de Florianópolis.....	423
Carianos II.....	424
Carianos III .....	424
Carianos IV .....	425
Carianos VII .....	425
Casa d'Itália.....	426
Casa da Antiga Alfândega .....	426
Casa e Engenho do Vitalino.....	427

---

\* As informações aqui apresentadas foram compiladas durante o projeto “Florianópolis arqueológica” (BUENO *et al.*, 2015), revisadas e ampliadas com informações bibliográficas para a construção do *site* [www.floripaarqueologica.com.br](http://www.floripaarqueologica.com.br) (PEREIRA *et al.*, 2019).

Casa Natal de Victor Meirelles.....	427
Casa Rural da Costeira do Ribeirão .....	428
Costeira do Pirajubaé.....	428
Cruzeiro.....	428
Engenho da Cachoeira.....	429
Engenho do Fabriciano.....	429
Engenho do Morro dos Ingleses.....	430
Engenho dos Moura.....	430
Fábrica de Pontas Rita Maria .....	430
Fazenda da Tapera.....	431
Forte Santana .....	431
Forte São José da Ponta Grossa.....	432
Igreja de Nossa Senhora da Lapa.....	432
Igreja de Nossa Senhora do Parto .....	433
Ingleses I.....	433
Ingleses II.....	433
Ingleses III.....	434
Ingleses IV .....	434
Jurerê III.....	434
Jurerê IV .....	435
Lagoinha de Ponta das Canas I.....	435
Lagoinha de Ponta das Canas II .....	436
Lagoinha de Ponta das Canas III.....	436
Largo da Antiga Alfândega .....	437
Morro das Aranhas I.....	437
Morro das Aranhas II .....	438
Morro das Aranhas III.....	438
Naufregados I.....	438
Naufregados II .....	439
Navio de Naufregados (SC-Naufregados-01) .....	440
Oficina Lítica das Orquídeas.....	440
Palácio Cruz e Sousa .....	440
Ponta da Caiacanga-Açu II .....	441
Ponta das Canas I .....	441

Ponta das Canas II.....	442
Ponta das Canas III .....	442
Ponta das Canas IV .....	443
Ponta das Canas V.....	443
Ponta do Lessa I.....	443
Ponta do Lessa II .....	444
Ponta do Sambaqui I.....	444
Ponta dos Ingleses I.....	445
Ponta dos Limões I.....	445
Ponte Hercílio Luz.....	445
Posto da Alfândega de Sambaqui .....	446
Praia Brava I.....	446
Praia Brava II.....	447
Praia da Caieira I .....	447
Praia dos Ingleses I.....	447
Ratones I.....	448
Ratones II.....	448
Ratones III .....	448
Ratones IV .....	449
Ratones V .....	449
Rio do Braz.....	450
Rio do Meio.....	450
Rio Tavares I.....	451
Rio Tavares II .....	452
Rio Tavares III.....	452
Rio Tavares IV .....	453
Saco Grande I.....	453
Santinho I .....	454
Santinho II.....	454
Santinho III .....	455
Santinho IV .....	455
Santinho V.....	456
Santinho VI.....	456
Santinho VII.....	457



Santo Antônio I.....	457
Tapera I.....	457
Tapera II.....	458
Vargem do Bom Jesus I.....	458
Vargem do Bom Jesus II.....	459
Vargem do Bom Jesus III.....	459
Vargem do Bom Jesus IV.....	460
Vargem do Bom Jesus VII.....	460
Vargem do Bom Jesus VIII.....	461
Vargem Grande I.....	461
Vargem Pequena I.....	461
Vera Muccillo.....	462

## 2) Sítios da macrorregião leste

Armação do Sul.....	462
Barra da Lagoa I.....	464
Barra da Lagoa II.....	465
Borda do Mato.....	465
Caminho da Gurita.....	466
Camping da Barra.....	466
Campo da Barra I.....	466
Campo da Barra II.....	467
Campo do Casqueiro.....	467
Campo do Casqueiro I.....	467
Canto da Lagoa I.....	468
Canto da Lagoa II.....	468
Canto dos Araçás.....	468
Casa no Caminho da Gurita.....	469
Cemitério histórico do Pântano do Sul.....	469
Conjunto de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.....	470
Dunas da Joaquina I.....	470
Dunas da Lagoa da Conceição I.....	470
Dunas da Lagoa da Conceição II.....	471

Dunas da Lagoa da Conceição III .....	471
Dunas da Lagoa da Conceição IV .....	471
Dunas da Lagoa da Conceição V .....	472
Dunas do Pântano do Sul I.....	472
Dunas do Pântano do Sul II.....	473
Dunas do Pântano do Sul III.....	473
Dunas do Pântano do Sul IV .....	474
Engenho do Vitorino .....	474
Engenho na Restinga do Peri.....	475
Estação florestal IV.....	475
Freguesia do Canto da Lagoa I .....	475
Girassóis.....	476
Lagoa do Peri I.....	476
Lagoa do Peri II .....	476
Lagoinha do Leste I.....	477
Lagoinha do Rio Tavares I.....	477
Lagoinha do Rio Tavares II .....	477
Matadeiro I.....	478
Matadeiro II .....	478
Matadeiro III.....	478
Mato do Pilão.....	479
Morro do Gravatá I.....	479
Morro do Gravatá II.....	479
Muro histórico na Armação.....	480
Muro no Caminho da Gurita .....	480
Pântano do Sul I.....	481
Pântano do Sul III.....	482
Pântano do Sul IV.....	483
Pântano do Sul V .....	483
Pântano do Sul VI.....	484
Piscinas da Barra I.....	484
Piscinas da Barra II .....	484
Piscinas da Barra III.....	485
Piscinas da Barra IV .....	485

Poço histórico no Pântano do Sul .....	485
Ponta da Armação I .....	486
Ponta da Armação III .....	486
Ponta das Almas .....	487
Ponta do Caçador I.....	487
Ponta do Caçador II.....	488
Ponta do Caçador III.....	488
Ponta do Caçador IV .....	489
Ponta do Caçador V .....	489
Ponta do Gravatá .....	489
Porto do Rio Vermelho I .....	490
Porto do Rio Vermelho II.....	490
Praia da Galheta I .....	490
Praia da Joaquina I .....	491
Praia da Joaquina II.....	491
Praia da Joaquina III .....	491
Praia do Pântano do Sul I.....	491
Praia dos Açores I.....	492
Praia Grande I.....	493
Praia Grande II .....	493
Prainha da Barra I .....	493
Prainha da Barra II.....	494
Prainha da Barra III .....	494
Rio da Barra da Lagoa.....	494
Rio da Lagoa I.....	494
Rio da Lagoa II.....	495
Rio da Lagoa III.....	495
Rio da Lagoa IV .....	495
Sambaqui do Leca.....	495
São João do Rio Vermelho I.....	496
Travessão do Rio Vermelho .....	496

## 1. Sítios da macrorregião oeste

### Alto Ribeirão

Sítio conchífero situado a 80 m do Rio Alto Ribeirão, em local conhecido pelos moradores como Caminho da Volta, localidade do Alto Ribeirão. Foi registrado por Rohr (1984b) como sendo pouco extenso e localizado em terrenos de Rita Florinda. Na época de seu registro, já se encontrava parcialmente destruído por obras das Centrais Elétricas e pela construção da estrada, tendo sido encontrados diversos sepultamentos pelos operários (ROHR, 1984b). Em nossa visita ao local, não observamos qualquer material arqueológico em superfície, pois o que resta do sítio deve estar enterrado. Por meio de informação oral, contudo, localizamos o terreno que era de propriedade de Rita Florinda, onde hoje funciona um centro espírita, e constatamos que o sítio deve ser mais extenso do que julgou Rohr, uma vez que moradores da casa de número 4066, situada 120 m ao sul do centro espírita, relataram terem aparecido ossos humanos na ocasião da construção de sua casa e da casa vizinha. É possível também que o sítio continue do outro lado da estrada, tendo em vista que Rohr (1984b) coloca sua construção como fator de destruição. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e a construção de estradas e de moradias.

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1989a), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Antiga Casa de Câmara e Cadeia

Sítio histórico caracterizado por edificação colonial. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados do Centro Histórico de Florianópolis. O edifício projetado por Thomaz Francisco da Costa, originalmente com a forma de um sobrado português, foi construído em 1771 para abrigar a câmara e a cadeia do município. Com a construção de uma penitenciária entre 1929 e 1930, no bairro da Trindade, o prédio da câmara e cadeia foi liberado de uma de suas funções e passou a servir apenas à Câmara Municipal. O imóvel sofre diversas reformas, tanto para melhoria das instalações prisionais, entre 1860 e 1876, quanto para alterações arquitetônicas no final do século XIX. Nesta última, ganhou características semelhantes às do Palácio Cruz e Sousa, além da retirada de elementos

que remetiam a sua extinta função de cadeia (VEIGA, 2008). Foi realizada intervenção arqueológica de natureza mitigadora por Maria Madalena Velho do Amaral no ano de 2010 (SOARES, 2011). O sítio compreende uma edificação que atualmente está em processo de restauração e que após o restauro deverá abrigar o Museu Histórico de Florianópolis. O sítio está a céu aberto e em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica e pluvial, as modificações internas e o vandalismo.

**Referências:** Veiga (2008), Soares (2011) e Salvador (2017).

### Antigo Cemitério da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos

Sítio histórico caracterizado por um antigo cemitério pertencente à Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos. Está localizado nas terras do Imperial Hospital de Caridade e é composto por sepulturas e um cruzeiro. Não se sabe a data de sua instalação, a partir de 1852 foi desativado e os enterros passaram a ser realizados no atual cemitério ainda hoje em atividade. Em 2005, Fabiana Comerlato realizou trabalho arqueológico no local. Devido à densa mata que cobre o local do antigo cemitério, não foi possível visitá-lo. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto. Como fator de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e a vegetação que isola o sítio.

**Referências:** CNSA (2021), Comerlato (2002), Soares (2011), Bueno *et al.* (2015) e Salvador (2017).

### Base Aérea I

Sítio conchífero situado junto à praia da porção sul da ponta de Caiacanga-Mirim, numa faixa de areia que se estende por aproximadamente 500 m, localidade da Base Aérea. Foi escavado por Rohr (1959), ocasião na qual foram revelados sepultamentos, material lítico, ósseo e cerâmico, restos faunísticos e estruturas de combustão. Naquela época, o sítio já estava em grande parte destruído devido à exploração do areal sobre o qual ele está assentado e à construção de prédios, estradas e outras estruturas. Atualmente, o número de construções existentes sobre a área do sítio é ainda maior, havendo inclusive um conjunto de 15 casas de oficiais da Base Aérea sobre o local escavado por Rohr (1959), o que nos leva a pensar que ele se encontra ainda mais destruído. Nos fundos do conjunto de casas, contudo, é possível observar um sedimento escuro misturado a pequenos fragmentos de concha, provavelmente vestígios do sítio. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade.

Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias e a exploração de areia.

**Referências:** Rohr (1959), Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Base Aérea II

Sítio composto por um conjunto de no mínimo 22 amoladores-polidores côncavo-convexos, localizado em dique de diabásio e laje de granito na porção sul da ponta de Caiacanga-Mirim, localidade da Base Aérea. Observamos 21 marcas sobre o dique de diabásio, e apenas uma sobre o granito. Uma das marcas se encontra escondida sob a vegetação e outras podem estar soterradas pelo sedimento do morro que cai sobre o afloramento rochoso. Algumas evidências se encontram bastante intemperizadas, por vezes se fazendo quase imperceptíveis – é o caso da marca sobre o granito – sendo possível que outras tenham desaparecido com o passar do tempo. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referências:** Rohr (1959), Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Caieira da Barra do Sul I

Sítio conchífero situado na encosta do morro da Caieira, no lado sul da praia de mesmo nome, porém a 100 m do mar. Foi registrado pela equipe de Fossari *et al.* (1989b) como já estando destruído devido à construção de uma edificação, restando apenas alguns blocos de concha no entorno desta. Em nossas visitas à Caieira, não conseguimos encontrar o local do sítio nem qualquer vestígio arqueológico que pudesse indicar sua presença. As conversas com os moradores locais foram igualmente infrutíferas, o que nos impossibilitou até mesmo de chegar numa localização aproximada. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e a construção de moradias.

Referências: Fossari *et al.* (1989b), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Campo de Jurerê I

Sítio conchífero situado no limite entre a Estação Ecológica de Carijós e a propriedade da Habitusul Empreendimentos Imobiliários, localidade de Jurerê. Está sobre sedimento arenoso, coberto por vegetação de pequeno porte e rodeado no seu lado sul por terreno mais baixo e úmido, composto por *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. O sítio encontra-se alterado, segundo Fossari *et al.* (1988a), pela construção da estrada do Pontal que dava acesso à Praia da Daniela. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Rohr (1984a), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Campo de Jurerê II

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso, próximo à área mais baixa e úmida, em terreno da Estação Ecológica de Carijós, localidade de Jurerê. Segundo Fossari *et al.* (1988a), o sítio encontra-se alterado pela abertura de um canal de drenagem, porém não localizamos o canal. Observamos conchas de *Anomalocardia brasiliiana* inteiras e fragmentadas em superfície, facilmente visíveis devido à clareira que o sítio forma em meio à vegetação densa. Em suas visitas ao local, Duarte (1971) e Fossari *et al.* (1988a) encontraram fragmentos líticos e ossos de peixes. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Canasvieiras I

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso e limitado por terreno mais baixo e úmido, localidade de Canasvieiras. Bigarella (1949) relata para a localidade a existência de dois pequenos sambaquis, onde teriam sido encontrados ossos de animais e material lítico sem sinal de trabalho. Duarte (1971), Rohr (1984b) e Fossari *et al.* (1988b) identificaram somente um desses dois sítios, tendo esta última autora coletado seixos e lascas em granito e diabásio. Mais recentemente, Comerlato (2007) também visitou a localidade,

porém não encontrou o sítio, concluindo que ele teria sido destruído. Identificamos o local em que Comerlato (2007) esteve e observamos que hoje o espaço do terreno está sendo utilizado para o cultivo de uma horta. Não conseguimos acessar o terreno para verificar a presença de conchas, mas não observamos conchas na área do entorno. Bigarella (1949) já dizia que o sítio havia sido parcialmente destruído para a fabricação de cal, o que nos leva a pensar que o sítio está de fato destruído sem vestígios visíveis, restando talvez vestígios enterrados, ou que ele se encontra em outro local próximo não vistoriado. O sítio está em área utilizada para plantio, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias, as atividades agrícolas e a fabricação de cal.

**Referências:** Bigarella (1949), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Comerlato (2007), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Capela Nossa Senhora das Dores – Catedral Metropolitana de Florianópolis

Sítio histórico caracterizado pela edificação que abriga a Igreja Matriz de Florianópolis. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados do Centro Histórico de Florianópolis. A primeira igreja foi construída após 1651 por Dias Velho. O brigadeiro Silva Paes projetou a atual construção por volta de 1751, e sua construção se deu entre 1753 e 1773. A planta baixa compreendia uma nave, um batistério, dois púlpitos, dois altares colaterais, arco cruzeiro, altar-mor e, atrás deste, as tribunas. Dos lados e ao fundo, ficava o cemitério, que só entrou em extinção depois de 1840, com a fundação de um novo. A igreja Matriz sofreu diversas alterações. Desde pequenas reformas, como troca de forro, retelhamento, reformas no assoalho, até a supressão do Império do Divino, alterações na volumetria das suas sacristias e a ampliação de sua nave principal. A maior reforma foi em 1922, quando suas paredes laterais foram aumentadas, alteradas suas torres e construído um alpendre neoclássico em sua portada. Por fim, o alargamento da Rua Arcipreste Paiva, no segundo quartel do século XX, mutilou uma parte da capela lateral. Uma restauração ampla e criteriosa ocorreu entre 2005 e 2008 (VEIGA, 2008). Osvaldo Paulino da Silva realizou escavações no ano de 2010. Foram identificadas diversas sepulturas, com datas próximas a 1792 (SOARES, 2011). O sítio compreende uma edificação ocupada pela Igreja Católica, a céu aberto, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e a construção de ruas.

**Referências:** Veiga (2008) e Soares (2011).



## Carianos II

Sítio conchífero situado em planície, junto a terreno mais baixo e úmido, na localidade do Carianos. Encontra-se cortado pela estrada, sendo que em sua porção sul há uma casa e não observamos qualquer vestígio arqueológico em superfície. O terreno ao norte da estrada está desocupado, e observamos fragmentos muito pequenos e esparsos de conchas ao mexer na terra com a colher de pedreiro, poucos centímetros abaixo da superfície que está coberta por gramíneas. Como Rohr (1960) coloca que o sítio estaria quase totalmente destruído já naquela época, tendo sido desmontado para o calçamento da estrada que vai para o aeroporto, num primeiro momento pensamos que esses fragmentos apenas assinalavam que um dia o sítio estivera ali. No entanto, um buraco feito pelo caseiro da propriedade mencionada para colocar uma placa nos mostrou que pelo menos a base do sítio continua ali, por debaixo de um aterro de aproximadamente 0,50 m. De acordo com Rohr (1960) e Duarte (1971), no passado foram encontrados muitos esqueletos, e esta última autora encontrou uma lâmina de machado inteira e uma fragmentada. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Foi alvo de intervenção arqueológica pela equipe de Farias em 2018, realizada no âmbito do processo de licenciamento ambiental do Estacionamento Ressacada. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias, as atividades agrícolas, a fabricação de cal e a colocação de aterro.

**Referências:** Rohr (1960, 1984), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Oppitz (2011), Bueno *et al.* (2015).

## Carianos III

Sítio conchífero situado em planície sobre sedimento arenoso, próximo a terreno mais baixo e alagadiço, na localidade do Carianos. Registrado por Rohr (1960), que o situa no pasto da Fazenda Experimental do Estado, foi posteriormente visitado por Duarte (1971) e Fossari *et al.* (1988b), esta última autora já o encontrando soterrado pelo aterro da pista mais recente do aeroporto Hercílio Luz, inaugurada em 1978. Antes de ser soterrado, o sítio já havia sido superficialmente revirado por enxada e trator para o plantio (ROHR, 1960, DUARTE, 1971). Em sua visita ao local, Rohr (1960) encontrou quebra-coquinhos, machados, amoladores, entre outros materiais líticos, e Duarte (1971) encontrou fragmentos de rochas ígneas. Não nos foi possível caminhar sobre a pista do aeroporto para vistoriar a área. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade.

Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e as atividades agrícolas.

**Referências:** Rohr (1960, 1984), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Carianos IV

Sítio conchífero situado sobre sedimento argiloso, rodeado por terreno mais baixo e alagadiço, na localidade do Carianos. Registrado por Rohr (1960) como localizado em terrenos de José Elias e sombreado por dezenas de goiabeiras, foi alvo de uma pequena escavação por esse pesquisador, ocasião na qual foi revelado um sepultamento humano, restos faunísticos e material lítico. Já estava parcialmente destruído na época, tendo sido desmontado para a construção da estrada da Base Aérea. Posteriormente, o sítio foi visitado por Duarte (1971) e Fossari *et al.* (1988b), estes últimos autores o considerando destruído, embora tenham ainda observado conchas em sua superfície. Em nossa visita, não conseguimos encontrar o local exato do sítio. Segundo os irmãos Alcides e Dico Vieira (70 e 65 anos), as terras de José Elias iam do estádio da Ressacada até o banhado. Outra moradora local nos informou que na Rua Júlio da Silva Rodrigues havia goiabeiras no passado. Vistoriamos a área, porém, não encontramos qualquer vestígio arqueológico. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias e as atividades agrícolas.

**Referências:** Rohr (1960, 1984), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Carianos VII

Sítio conchífero situado em planície, sobre sedimento arenoso. Já se encontrava bastante destruído na época em que Duarte (1971) o registrou como Carianos II. Em visita posterior ao local, Fossari *et al.* (1988b) observaram que o sítio se encontrava debaixo do aterro sobre o qual estava assentado o loteamento Jardim Califórnia. Atualmente, a situação permanece a mesma, portanto não foi possível encontrar o local exato do sítio. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias e o aterro.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Casa d'Itália

Sítio histórico caracterizado por um sobrado. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados no Centro Histórico de Florianópolis. Foi construída inicialmente como uma casa térrea, sendo posteriormente transformada em sobrado. Localizada na Praça XV do centro de Florianópolis, próxima do Largo da Matriz, fazia parte do núcleo principal da Vila no século XVIII. Inúmeras casas foram construídas ao redor da Matriz, sendo tanto casas assobradadas quanto casas térreas (CABRAL, 1979, p. 30). Inicialmente as casas térreas eram mais comuns na vila, mas com o crescimento econômico e devido à proeminência de algumas pessoas que viviam no centro da vila, muitas dessas casas foram assobradadas. De acordo com Comerlato (1999a), o sítio arqueológico em questão caracteriza-se como uma dessas casas construídas ao redor da Praça da Matriz. Comerlato (1999a) ainda afirma que seu estilo construtivo indica construção no primeiro quartel do século XIX. Em consequência de sua importância histórica, os sobrados em torno da Praça XV de Novembro são tombados como patrimônio municipal, tanto pelo Decreto nº 22 de 19 de fevereiro de 1980 quanto pelo Decreto nº 270/86, que identifica essas edificações como Conjunto nº I dentro dos conjuntos municipais. Sofreu intervenção arqueológica, no ano de 1999, de caráter emergencial, devido às obras de restauro, sob responsabilidade da arqueóloga Fabiana Comerlato (cf. SOARES, 2011). O sítio compreende uma edificação ocupada atualmente pelo Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina. Está a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** CNSA (2021), Comerlato (1999a), Soares (2011) e Salvador (2017).

## Casa da Antiga Alfândega

Sítio histórico composto por um prédio de características neoclássicas que abrigou a antiga Alfândega, no Centro. Foi construído a pedido do Governo Imperial nas marinhas entre as ruas do Livramento (Trajano) e do Ouvidor (Deodoro), local então denominado Largo do Príncipe. Foi inaugurado em 1876, mas foi efetivamente ocupado apenas em 1877 (VEIGA, 2008). Deixou de ter a função de alfândega com a desativação do porto em 1964. O prédio foi tombado como patrimônio histórico em 1975, abrigando o Museu Histórico de Santa Catarina entre os anos de 1978 e 1984. Atualmente funcionam no prédio a Galeria do Artesanato, no piso inferior, e a Divisão de Arqueologia do IPHAN, no andar superior. Passou por reformas e restauros, sendo a de 1989 acompanhada de trabalho arqueológico, realizado por Edna June Morley.

O sítio compreende uma edificação ocupada atualmente pela Galeria do Artesanato, no piso inferior, e a Divisão de Arqueologia do IPHAN, no andar superior. Está a céu aberto e em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica e pluvial e o vandalismo.

**Referências:** Veiga (2008) e Soares (2011).

### Casa e Engenho do Vitalino

Sítio histórico caracterizado por estruturas remanescentes de uma residência e um engenho situados em terreno junto à Praia do Defunto, localidade da Caieira da Barra do Sul. Da residência restam paredes de pedras argamassadas e do engenho apenas alicerces. As evidências estão distribuídas em um terreno com relevo acidentado, ocupando diferentes níveis, ficando a antiga casa na cota mais alta. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a vegetação que cresce sobre o sítio.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Casa Natal de Victor Meirelles

Sítio histórico caracterizado por um sobrado. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº VII de bens tombados no Centro Histórico de Florianópolis. O sobrado foi construído no ano de 1832 para abrigar o comércio da família Meirelles de Lima. As pesquisas arqueológicas neste sítio foram realizadas pela arqueóloga Fabiana Comerlato no ano de 2001. De acordo com Comerlato (2001), as estruturas e materiais encontrados no solo do sobrado indicam a presença e funcionamento de um antigo açougue clandestino no local, anterior à construção do sobrado. Foi encontrado não somente grande número de material ósseo com marcas evidentes de corte, em local de descarte de material, como também evidências de uma antiga estrutura de alvenaria de pedras. Além disso, foram coletados ainda fragmentos de cerâmica, louça, vidros e metal (SALVADOR, 2017). Foi atualmente restaurado. O sítio compreende uma edificação que abriga atualmente o Museu Victor Meirelles. Está a céu aberto e em superfície. Como fatores de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Comerlato (2001) e Salvador (2017).

## Casa Rural da Costeira do Ribeirão

Sítio histórico caracterizado por uma casa e engenho, localidade da Costeira do Ribeirão. A casa e o seu entorno estão protegidos pela Lei nº 2.193 de 1985 como Área de Interesse Histórico, e o engenho de farinha de mandioca e café foi registrado como sítio arqueológico em 1996. As duas edificações fazem parte de uma estrutura de fazenda de café da segunda metade do século XVIII. Os imóveis passaram recentemente por reforma/restauro, em campo não conseguimos informações acerca das edificações como: proprietário, ano de restauro e se houve trabalho arqueológico no local. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Silva (1996) e Bueno *et al.* (2015).

## Costeira do Pirajubaé

Sítio cerâmico Guarani situado na encosta do maciço da Costeira. Foi registrado por Fossari *et al.* (1988b) e, de acordo com essa pesquisadora, o filho da antiga proprietária, Sra. Dalva Gouveia, teria encontrado um vasilhame e alguns fragmentos cerâmicos no terreno. Em nossa visita ao local, contudo, não observamos qualquer material arqueológico em superfície. A Sra. Dalva não mora mais no local, e as moradoras atuais nada souberam informar sobre o sítio. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e moradias. O sítio não foi localizado para vistoria da equipe do projeto “Florianópolis arqueológica”.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Cruzeiro

Sítio conchífero situado junto ao Rio Alto Ribeirão, próximo de sua foz, na localidade do Alto Ribeirão. Foi registrado por Rohr (1984b) como localizado em terrenos de Candonga e, na época, já se encontrava parcialmente destruído pela construção de edificações, ocasião na qual apareceram diversos sepultamentos. Mais recentemente, o sítio foi alvo de uma pequena intervenção por Amaral e Scherer (2002), devido à abertura de uma fossa doméstica pelo atual proprietário, Sr. Wilson Lemos. Nessa ocasião, foram coletados ossos humanos pertencentes a diversos indivíduos, um vasilhame cerâmico inteiro,

material ósseo, material lítico e restos faunísticos. Em nossa visita ao local, não observamos material arqueológico em superfície, mas em conversa com o Sr. Wilson localizamos o ponto onde foi construída a fossa e, portanto, onde foi realizada a intervenção de Amaral e Scherer (2002). O Sr. Wilson também nos informou que hoje há cerca de 30 cm de aterro em seu terreno e que é possível que haja sítio também nos terrenos vizinhos, além de ter nos mostrado quais eram os antigos limites das terras de Candonga que, do trevo, estendiam-se por aproximadamente 140 m a leste. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e a construção de estradas e moradias.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Engenho da Cachoeira

Sítio histórico caracterizado por estruturas remanescentes de um antigo engenho de açúcar e cachaça na trilha que dá acesso à Praia de Naufragados. O local está abandonado desde o início da década de 1960. Restam alicerces, muro de arrimo e pilares de alvenaria de pedras argamassadas, distribuídos em dois níveis do terreno e circundados por um riacho. Parte do sítio está sob a trilha de acesso à praia, e algumas estruturas estão cobertas por vegetação. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, a construção de estradas e a circulação de pessoas.

**Referências:** Silva (1996) e Bueno *et al.* (2015).

### Engenho do Fabriciano

Sítio histórico caracterizado por estruturas remanescentes de um antigo engenho de farinha de mandioca e de açúcar na trilha que dá acesso à Praia de Naufragados. Restam alicerces, muros de arrimo, fornos e pilares de alvenaria de pedras argamassadas. Parte do sítio está sob a trilha de acesso à praia, algumas estruturas estão cobertas por vegetação. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, a construção de estradas e a circulação de pessoas.

**Referências:** Silva (1996) e Bueno *et al.* (2015).

## Engenho do Morro dos Ingleses

Sítio histórico caracterizado pelas estruturas remanescentes de um antigo engenho de açúcar situado no Morro dos Ingleses. Da construção em pedras argamassadas restam vestígios das paredes externas e uma estrutura interna que poderia ser um forno, comum em muitos engenhos. O antigo caminho que dava acesso ao engenho e às roças que eram cultivadas nesse morro é atualmente utilizado como trilha. A trilha forma uma bifurcação na frente do sítio, evitando, em parte, que as estruturas sejam prejudicadas pela circulação de pessoas em seu interior. Junto ao engenho, há um pequeno riacho que mantém toda a área no entorno úmida. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e fluvial e a circulação de pessoas.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Engenho dos Moura

Sítio histórico caracterizado por um antigo engenho de farinha situado a 70 m (sentido leste) e 100 m (sentido norte) do canal que retifica o Rio Papaquara, próximo à área úmida mais baixa, localidade da Vargem do Bom Jesus. Na ocasião de nossa visita, o sítio havia sido recentemente escavado pela equipe do Grupep (Unisul), em cumprimento a um requisito para o licenciamento ambiental. A escavação evidenciou os alicerces de pedra do engenho e algumas estruturas internas. A Sra. Odete Infância da Costa Félix, de 71 anos, nos informou que o engenho era de farinha e de propriedade do Sr. Manoel Moura. Sua madrinha tomava conta do engenho que, posteriormente, foi vendido para Eda Medeiros. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a derrubada e a queima de árvores de grande porte sobre os perfis expostos do sítio.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Fábrica de Pontas Rita Maria

Sítio histórico caracterizado por edificação que abrigou a Fábrica de Pontas. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº X de bens tombados, no Centro. Foi construída pelo empresário Carl Hoepcke, sendo inaugurada em 1896. Teve grande importância junto aos outros empreendimentos de

Hoepcke, que entre os fins do século XIX e início do XX ampliou as atividades industriais e portuárias na Ilha de Santa Catarina (VEIGA, 2008). A construção de um pavimento é uma das edificações que compõe o Conjunto tombado nº 10 – Rita Maria, porém é o único dos imóveis do conjunto registrado como sítio arqueológico. A fábrica estava localizada junto ao antigo Porto e era ligada a este por um trilho de ferro. Na rua ao lado da fábrica (atual Rua Hoepcke) havia uma vila habitada principalmente por trabalhadores das fábricas do entorno (fábricas de gelo, bordado e estaleiro, todos do mesmo grupo empresarial). Sofreu reformas ao longo do século XX, com acréscimos nos fundos da construção e uma chaminé já na década de 1940. Com o declínio das exportações, após a Segunda Guerra Mundial, a fábrica veio a ser desativa. O prédio então teve diferentes funcionalidades e atualmente abriga uma casa de show. O sítio compreende uma edificação ocupada atualmente pela casa de eventos Espaço Floripa. Está a céu aberto e em superfície. Como fatores de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Piazza e Barreto (1981), Veiga (2008) e Bueno *et al.* (2015).

### Fazenda da Tapera

Sítio histórico caracterizado por um conjunto de remanescentes da antiga Fazenda da Tapera. Na fazenda havia engenho de açúcar e alambique, engenho de farinha de mandioca, atafona de milho, chumbador de café, casa-grande, senzala, igreja e cemitério. Segundo o informante Sr. Isaías Correa, com a demolição da igreja, uma casa foi construída em seu lugar, utilizando uma das paredes de quase 1 m de espessura da antiga igreja. Outras edificações foram construídas em períodos mais recentes: um estaleiro, uma olaria e um açude, os dois últimos, associados. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, a utilização da área para a criação de animais e a presença de vegetação de grande porte sobre as estruturas do sítio.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Forte Santana

Sítio histórico caracterizado por um forte construído com o intuito de proteger a Vila de Nossa Senhora do Desterro das embarcações que chegavam via baía norte, no Centro. O forte foi construído entre 1761 e 1765, idealizado por José Custódio de Sá e Faria. Faziam parte do conjunto do forte o quartel



da tropa, armazém, casa da pólvora, quartel do comandante e a cozinha. Passou por restauro por volta de 1969. Foi objeto de pesquisa arqueológica realizada por Fabiana Comerlato em 1999, sendo novamente restaurado. O sítio compreende uma edificação que desde 1975 abriga o Museu de Armas da Polícia Militar. Está a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referências:** CNSA (2021), Comerlato (1999b), *Site Projeto Fortalezas Multimídia*, Projeto Fortalezas Multimídia [CD-ROM] (1995), Soares (2011), Bueno *et al.* (2015) e Salvador (2017).

### Forte São José da Ponta Grossa

Sítio histórico caracterizado por antiga fortaleza localizada na Praia do Forte. A fortaleza foi construída a partir de 1740, sob a responsabilidade de Silva Paes, composta por quartel do comando, capela, armazém de pólvora, quartéis da tropa, casa da palamenta, cozinha, prisões e rampas. Foi tombada pelo SPHAN em 1938. Na década de 1980 foi alvo de trabalhos arqueológicos coordenados por Teresa Fossari e, posteriormente, de restauração, que abrangeu a maior parte da fortaleza. Atualmente está aberta para visitação e mantém uma exposição com material arqueológico proveniente das pesquisas. O sítio é composto por área edificada musealizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1992), CNSA (2021), *Site Projeto Fortalezas Multimídia*, Projeto Fortalezas Multimídia [CD-ROM] (1995), Soares (2011), Bueno *et al.* (2015) e Salvador (2017).

### Igreja de Nossa Senhora da Lapa

Sítio histórico caracterizado por uma edificação que abriga a Igreja de Nossa Senhora da Lapa. Em 1806, foi erguida a igreja com estrutura em pedras, cal e óleo de baleia, no mesmo local onde anteriormente esteve a capela construída em 1760. Está associada ao cemitério e ao Império do Divino Espírito Santo. Por ocasião da reforma arquitetônica, a igreja passou por pesquisa arqueológica realizada por Fabiana Comerlato e Osvaldo Paulino da Silva. Com a pesquisa, foram identificados 51 sepultamentos no subsolo da nave central. Esses sepultamentos foram devolvidos ao assoalho ao final da análise (SOARES, 2011). O sítio compreende uma edificação ocupada

atualmente pela Igreja Católica, a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial

**Referências:** CNSA (2021), Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015)

### Igreja de Nossa Senhora do Parto

Sítio histórico caracterizado por uma edificação que abriga a Igreja de Nossa Senhora do Parto, no Centro. A igreja foi inaugurada no ano de 1861, possui planta retangular, uma torre e alguns anexos laterais que servem às atividades da comunidade católica. Em 1999, foi realizada pesquisa arqueológica por Maria Madalena Velho do Amaral, e, na sequência, o imóvel passou por processo de restauração. O sítio compreende uma edificação ocupada atualmente pela Igreja Católica, a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Inglese I

Sítio oficina lítica composto por diversos amoladores-polidores em forma de sulco e em forma arredondada côncava e côncavo-convexa, situado no canto leste da Praia dos Ingleses. Foram observadas mais de 200 marcas em mais de 50 suportes (blocos de granito, diabásio e riolito). A maior parte das evidências se encontra em bom estado de conservação, embora muitos suportes pareçam ter sido deslocados para que acompanhassem a passarela de madeira construída para a musealização do sítio. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Inglese II

Sítio conchífero situado junto ao morro do Santinho, no canto leste da Praia dos Ingleses. Foi possível observar três pequenos fragmentos de cerâmica aflorando em superfície, duas vértebras de peixe e algumas conchas. A área é de circulação intensa, com trilhas e vestígios de fogueiras recentes, e a encosta do morro se encontra bastante erodida, com muitos barrancos expostos. Não observamos, contudo, uma grande concentração de material arqueológico que

nos levasse a ter certeza do local exato do sítio, apenas as ocorrências isoladas mencionadas. Caminhamos também na área contígua à encosta, onde há um restaurante e a sede do Projeto de Arqueologia Subaquática – ONG PAS, mas não observamos qualquer vestígio arqueológico em superfície. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico, localizado em superfície.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Inglês III

Sítio oficina lítica situado no costão norte da Praia dos Ingleses, composto por uma bacia de forma redonda côncavo-convexa isolada sobre laje de granito e por um conjunto de 17 sulcos também sobre laje de granito, que distam 10 m a nordeste da primeira evidência. Algumas marcas encontram-se erodidas por estarem em local de acúmulo de água, mas, em geral, o sítio está em bom estado de conservação. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão pluvial.

**Referências:** Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Inglês IV

Sítio de representação rupestre composto por duas figuras do tipo “ampulheta dupla”, polidas na parede de um dique de diabásio no costão noroeste da Praia dos Ingleses. Embora o suporte apresente algumas fraturas, uma das gravuras se encontra bem preservada, enquanto a outra é mais difícil de visualizar e foi afetada pelo desprendimento de placas do diabásio. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referências:** Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Jurerê III

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso, próximo à área mais baixa e úmida, em terreno de propriedade da Habitusul Empreendimentos Imobiliários, na localidade de Jurerê. Observamos conchas inteiras e fragmentadas no local, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp., por vezes cobertas por uma espessa camada de turfa. A densa vegetação

e a presença constante de espinhos dificultaram a delimitação mais precisa do sítio, porém foi possível observar que se encontra alterado, apresentando uma superfície bastante irregular, com diferentes montículos de material arqueológico, possivelmente descontextualizados. Esse estado alterado já havia sido constatado por Duarte (1971), que relatou ter notado marcas de abertura de valas estreitas no local. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão pluvial.

**Referências:** Duarte (1971), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Jurerê IV

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso, próximo à área mais baixa e úmida, em terreno de propriedade da Habitasul Empreendimentos Imobiliários, na localidade de Jurerê. O sítio se encontra muito alterado, devido à construção da Estrada do Pontal, que dava acesso à Praia da Daniela e à abertura de duas valas de drenagem paralelas à estrada. Está sob o leito da estrada e em meio à vegetação densa presente em suas margens norte e sul, onde estão as valas que expõem perfis. Observamos conchas sobre a estrada e nos perfis expostos, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. De acordo com Duarte (1971), foram encontrados machados líticos quando se deu a abertura das valas. O sítio está em via pública e em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e valas de drenagem e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Atlas (2004), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Lagoinha de Ponta das Canas I

Sítio conchífero situado sobre o morro do Rapa, no costão leste da Praia da Lagoinha de Ponta das Canas. É possível observar conchas aflorando em superfície na trilha que passa pelo costão, evidências que continuam aparecendo no terreno da Pousada da Vigia, morro acima até a estrada que passa pelo alto do morro. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, a construção de moradias e a circulação de pessoas em uma trilha aberta sobre o sítio.

**Referências:** Bigarella (1949), Piazza (1966a), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Lagoinha de Ponta das Canas II

Sítio oficina lítica composto por diversos amoladores-polidores situados ao longo da foz de um riacho, junto ao costão leste da Praia da Lagoinha, apresentando formas de sulcos e formas arredondadas côncavas, côncavo-convexas e planas. As evidências parecem estar distribuídas de modo que as formas de sulco se situam mais ao norte e a maior parte das formas arredondadas mais ao sul. Foram observadas 21 marcas em 12 suportes diferentes (dique de diabásio, blocos de diabásio e granito). Outros suportes devem estar submersos ou enterrados na areia. Enquanto algumas marcas encontram-se bem conservadas, outras se apresentam um tanto erodidas. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e fluvial e a construção de escadas com suportes.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Lagoinha de Ponta das Canas III

Sítio oficina lítica composto por um conjunto de, no mínimo, quatro amoladores-polidores fixos de forma redonda côncavo-convexa, sobre dique de riolito no costão oeste da Praia da Lagoinha. Dois deles são bem visíveis, encontrando-se em estado de conservação razoável apesar de algumas rachaduras na rocha. Os outros dois estão bastante intemperizados, quase desaparecendo, o que indica que anteriormente talvez houvesse um maior número de marcas que hoje não mais se fazem visíveis. O sítio está em via pública, a céu aberto, e a evidência arqueológica aparece em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Amaral (1995), Fossari (2004), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Largo da Antiga Alfândega

Sítio histórico caracterizado pelo espaço que abriga o Largo da Antiga Alfândega, no Centro. O largo junto à Casa da Antiga Alfândega data do final do século XIX e foi alvo de pesquisa arqueológica em 1992. Maria Madalena do Amaral evidenciou estruturas remanescentes que serviam de apoio à Casa da Antiga Alfândega, entre elas: dois cais, pisos, canos do antigo sistema de telégrafo e do antigo sistema de iluminação de Desterro, galeria subterrânea e pilares de madeira que sustentavam os trapiches (SOARES, 2011). O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas estão em superfície e profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Morro das Aranhas I

Sítio de representação rupestre composto por, no mínimo, oito gravuras polidas na parede de um dique de diabásio e uma polida num bloco ao lado, no costão sul da Praia do Santinho. As temáticas são de linhas onduladas, linhas retas paralelas em ângulo agudo e obtuso (“máscara”), linhas poligonais paralelas, circunferências concêntricas com linha externa, “ampulheta”, losangos sobre eixo, triângulos seriados e figuras antropomorfas. Devido à luminosidade, ao avançado desgaste da rocha – que vem sofrendo com o desprendimento de placas – e às tentativas de vandalismo (graffiti), não foi possível visualizar as gravuras referentes às duas últimas temáticas mencionadas em campo. Sabemos de sua existência somente porque constam em Comerlato (2005a). Além disso, o coordenador do setor de ecologia do Resort Costão do Santinho, Ciro Carlos Melo Couto, nos informou que, em diferentes épocas do ano e horários do dia, outras gravuras aparecem, havendo na verdade um número ainda maior de inscrições que o indicado por Comerlato (2005a). O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica e pluvial e o vandalismo.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

## Morro das Aranhas II

Sítio oficina lítica composto por duas concentrações de amoladores-polidores fixos situadas no costão sul da Praia do Santinho, sendo que uma apresenta, no mínimo, cinco marcas de forma arredondada côncavo-convexa e a outra apresenta pelo menos nove sulcos e três possíveis sulcos. Ambas as concentrações estão sobre dique de diabásio e distam 100 m entre si, estando separadas por uma praia de seixos e afloramentos graníticos. O sítio está sujeito à ação da maré, e uma das bacias côncavo-convexas estava coberta de areia, sendo possível que outras evidências estejam na mesma situação. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão pluvial e marinha.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989c), Fossari (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Morro das Aranhas III

Sítio de representação rupestre composto por pelo menos uma gravura polida na parede de um dique de diabásio, no costão sul da Praia do Santinho. Fomos levadas até ele por Ciro Carlos Melo Couto, coordenador do setor de ecologia do Resort Costão do Santinho. A temática observada foi de “ampulheta dupla”, e a gravura parece apresentar bom estado de conservação. Há, no entanto, vegetação crescendo no espaço logo acima dela, o que interfere na visualização e pode estar escondendo um número maior de gravuras que o observado. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha, além da vegetação que cresce no local.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Naufregados I

Sítio oficina lítica composto por diversos amoladores-polidores de forma plana e de forma arredondada côncava e côncavo-convexa, com predomínio dessa última, situado no canto leste da Praia de Naufregados. Observamos mais de 80 marcas em mais de 60 suportes (blocos de granito e diabásio) e percebemos que o sítio pode ser dividido em três concentrações: a primeira cerca de 60 m antes de ter início o costão, escondida pela vegetação, com quatro marcas isoladas em dois suportes; a segunda, quando tem início o costão,

estendendo-se por 70 m; e a terceira, 30 m afastada da segunda, seguindo pelo costão, estendendo-se por 20 m. Algumas evidências apresentam bom estado de conservação, enquanto outras se encontram bastante intemperizadas, o que por vezes torna difícil sua visualização e identificação. Além disso, alguns suportes foram deslocados e utilizados na construção de muros e escadas das casas próximas. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989c), Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Naufragados II

Sítio conchífero situado em planície, junto às dunas da Praia de Naufragados. Foi registrado pela equipe de Fossari *et al.* (1989c), que o descreveu como estando coberto por dunas e vegetação arbustiva, com material malacológico e material lítico polido e lascado aflorando. Na ocasião, foram coletados percutores em diabásio, peças polidas em diabásio, um fusiliforme e fragmentos de xisto. Em nossa visita ao local, não conseguimos entrever com clareza a localização do sítio nem chegar a uma conclusão quanto à sua classificação como sítio conchífero, uma vez que encontramos dois fragmentos de cerâmica guarani nos barrancos das dunas. Além disso, os moradores locais nada nos informaram sobre a ocorrência de material arqueológico na área, o que dificultou ainda mais o trabalho. Observamos somente quatro pontos de interesse com ocorrências isoladas que podem ou não ser arqueológicas, os quais serviram para a delimitação do sítio: 1. barranco com algum material lítico que talvez tenha recebido polimento; 2. pequena área com presença de fragmentos de conchas, junto às casas e construções de madeira situadas próximas do fim da trilha; 3. barrancos em que encontramos dois fragmentos de cerâmica guarani, um dos quais coletamos; 4. pequena área em que observamos material lítico lascado. O sítio está em área edificada e área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a construção de moradias.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989c), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).



## Navio de Naufragados (SC-Naufragados-01)

Sítio histórico caracterizado por uma embarcação naufragada na Baía Sul, próximo à Ponta dos Naufragados e Ilha do Papagaio Grande. Acredita-se tratar de uma armada do século XVI comandada por Diego Flores Valdés e Pedro Sarmiento de Gamboa que seguia para o Estreito de Magalhães. A embarcação foi localizada através do projeto “Resgate Barra Sul”, que promoveu, entre 2006 e 2011, a prospecção magnética e mergulhos investigativos na Baía Sul, região onde ocorreram cerca de 10 naufrágios. No local onde se encontra o sítio, foram plotados os vestígios visíveis e realizada coleta de algumas peças com o intuito de definir nacionalidade e tipo da embarcação. As informações encontradas sobre o sítio datam de 2012, quando o projeto ainda estava em execução. Não tivemos acesso ao material arqueológico coletado e, por se tratar de um sítio submerso, não foi possível visitá-lo. O sítio está submerso. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão marinha e a retirada de objetos da embarcação naufragada.

**Referência:** Farias *et al.* (2012).

## Oficina Lítica das Orquídeas

Oficina lítica composta por uma bacia côncavo-convexa em laje de granito, na localidade do José Mendes. O sítio está muito próximo a uma saída de esgoto, e a laje parece ter sido dinamitada. É possível que outras evidências tenham sido destruídas ou ainda que estejam sob a areia e vegetação presente no entorno. O sítio está em via pública, a céu aberto, e a evidência arqueológica aparece em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a construção de moradias e a abertura de canal de esgoto.

**Referências:** CNSA (2021), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Palácio Cruz e Sousa

Sítio histórico caracterizado por imóvel construído por volta de 1750. É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados no Centro Histórico de Florianópolis. O palácio foi idealizado pelo brigadeiro José da Silva Paes. A casa sofreu reformas, perdendo as características originais. Atualmente apresenta em sua fachada elementos arquitetônicos ecléticos e decoração interna variada de acordo com as mudanças realizadas por seus antigos moradores. Foi residência dos governadores do estado até 1954, quando passou a funcionar como Palácio de Despachos. No ano de 1984,

passou a abrigar o Museu Histórico de Santa Catarina. Foi realizada escavação arqueológica na área externa do palácio entre os anos de 2002 e 2003 pela Empresa Geoarqueologia, coordenada pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva. Essa pesquisa gerou um acervo de cerca de 70 mil peças (SOARES, 2011). Não encontramos informações sobre a conclusão da análise laboratorial do material arqueológico coletado. O nome Cruz e Sousa foi dado ao palácio em homenagem ao poeta catarinense no ano de 1979. O sítio compreende uma edificação ocupada atualmente pelo Museu Histórico de Santa Catarina, está a céu aberto, em superfície e profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponta da Caiacanga-Açu II

Sítio oficina lítica composto por um conjunto de três amoladores-polidores fixos, de forma redonda côncavo-convexa, sobre dique de diabásio no canto norte da Praia da Ponta de Caiacanga-Açu, na localidade do Ribeirão da Ilha. O estado de conservação é razoável e a rocha apresenta rachaduras. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial, marinha e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponta das Canas I

Sítio conchífero situado à beira-mar, na encosta do morro que forma a ponta norte da Praia de Ponta das Canas. Apresenta perfis expostos pela ação da maré, nos quais é possível observar material arqueológico faunístico, lítico e cerâmico. As evidências arqueológicas continuam morro acima. Concreções do sítio aparecem ao longo da faixa de areia em frente ao perfil exposto, possivelmente oriundas de seu desbarrancamento. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, a construção de estradas e moradias e a circulação de pessoas.

**Referências:** Bigarella (1949), Piazza (1966a), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta das Canas II

Sítio composto por amoladores-polidores fixos de formas arredondadas côncavas e côncavo-convexas, situado numa extensão de 215 m no costão norte da Praia de Ponta das Canas em duas áreas distintas separadas por mais ou menos 100 m. Na primeira área, foram identificadas 10 marcas em cinco suportes distintos (blocos de diabásio e granito); na segunda, foi observado um conjunto de três marcas numa laje de granito. Outras marcas identificadas por Amaral (1995) devem estar soterradas pela areia ou cobertas de limo/algas. Os blocos de diabásio e a laje de granito apresentam boa conservação, já algumas marcas encontradas em blocos de granito estão mais danificadas. O sítio está em via pública, parte a céu aberto e parte submerso, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Amaral (1995), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta das Canas III

Sítio de inscrição rupestre composto por figuras do tipo “circunferências com quatro raios” e “linhas poligonais paralelas (zigue-zague)”, polidas na parede de um dique de diabásio no costão entre a Praia de Ponta das Canas e a Praia da Lagoinha, porém mais próximo desta última. A área onde se encontra a gravura apresenta alteração cromática e desprendimento de placa que destruiu parcialmente o sítio, ambas as alterações de origem antrópica, decorrentes da ação do fogo. Comerlato (2005a) comenta a presença de outra gravura nesse sítio, distando 6 m da primeira, porém não foi possível localizá-la em campo. Em análise posterior das fotografias e do trabalho de Comerlato (2005a), concluímos que essa gravura pode estar escondida sob a vegetação que avança sobre o dique, uma vez que se encontra em posição mais alta que a outra. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica e pluvial e o vandalismo.

**Referências:** CNSA (2021), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta das Canas IV

Sítio composto por um amolador-polidor de forma oval no costão entre a Praia de Ponta das Canas e a Praia da Lagoinha, porém mais próximo desta última. Este sítio foi registrado por Comerlato em 2003 (CNSA, 2021) e, de acordo com ela (COMERLATO, 2005a), estaria a 42 m do sítio de inscrição rupestre Ponta das Canas III. Caminhamos no entorno desse sítio, num raio de 50 m, porém não conseguimos localizar o amolador-polidor registrado.

**Referências:** CNSA (2021), Comerlato (2005a), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta das Canas V

Sítio de inscrição rupestre composto por linhas onduladas paralelas opostas, polidas num bloco de diabásio no costão entre a Praia de Ponta das Canas e a Praia da Lagoinha. Fomos levadas até ele pelo Sr. Rodrigo Dalmolin, que certa vez o identificou em passagem pelo local. O suporte se encontra bastante intemperizado, a tal ponto que torna difícil a identificação da rocha. A gravura, contudo, está bem visível, embora haja uma colônia de líquens avançando sobre ela. Esse sítio apresenta implantação incomum para os sítios de representação rupestre da ilha, uma vez que não está voltado para o mar, o que nos leva a considerar a possibilidade de que o suporte tenha se fragmentado de um bloco maior ou tenha tido sua posição alterada ao longo do tempo. O sítio está em via pública, a céu aberto e a evidência em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marinha.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Ponta do Lessa I

Sítio conchífero assentado em parte sobre o cristalino e em parte sobre o sedimento que formam a ponta do Lessa, na baía norte, na localidade da Agrônômica. Apresenta perfis expostos pela ação da maré e pela escavação empreendida por Beck na década de 1960 (BECK, 1968a; BECK, 2007), a qual revelou artefatos líticos e ósseos, material cerâmico, restos faunísticos e ossos humanos dispersos, sendo possível identificar somente um sepultamento. Nos perfis expostos, observamos que o sítio é formado por matriz de sedimento escuro misturada com conchas, principalmente *Anomalocardia brasiliiana*. Observamos também fragmentos cerâmicos e fragmentos e lascas de granito e diabásio. Segundo Rohr (1984b), esse sítio já estaria parcialmente

destruído para a fabricação de cal em 1969. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial, marinha e a fabricação de cal.

**Referências:** Beck (1968a), Beck (2007), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Fossari (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta do Lessa II

Sítio oficina lítica composto por um conjunto de amoladores polidores fixos em forma de sulco, localizado nos blocos de granito que constituem a base do sítio conchífero Ponta do Lessa I, na baía norte, na localidade da Agrônômica. Mencionado pela primeira vez por Beck (1968a), que o situa na base dos setores A7 e B7 do sambaqui por ela escavado, esse sítio nunca mais foi visto por ninguém, embora tenha sido citado por Amaral (1995) em seu *Catálogo das Oficinas Líticas da Ilha de Santa Catarina*. Em nossa visita ao local também não conseguimos localizá-lo. É possível que os sulcos estejam cobertos pelo sedimento do sítio conchífero Ponta do Lessa I. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em profundidade.

**Referências:** Beck (1968a), Beck (2007), Amaral (1995) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta do Sambaqui I

Sítio conchífero situado em parte sobre o embasamento cristalino e em parte sobre o sedimento que formam a ponta do Sambaqui, na baía norte. Em sua porção leste, apresenta perfis expostos pela ação da maré, nos quais observamos material malacológico, ossos de peixe, fragmentos cerâmicos, fragmentos e lascas de quartzo, granito e diabásio. Foi possível constatar que, pelo menos em sua porção leste, o sítio está assentado diretamente sobre o granito que forma a ponta, sendo caracterizado, em sua base, por um pacote de 30 a 40 cm de conchas – principalmente *Ostrea sp.*, *Anomalocardia brasiliiana* e *Lucina pectinata*. Sobre a camada conchífera, há um pacote de 50 a 60 cm de sedimento sem conchas. O chão em frente aos perfis está repleto de material arqueológico que desbarrancou com a erosão contínua do sítio, local onde encontramos uma lâmina de machado polida em diabásio, que foi coletada e levada ao LEIA-UFSC. Em sua visita ao sítio, Fossari *et al.* (1988b) coletaram fragmentos cerâmicos e amostras conchíferas. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade.

Como fatores de destruição podem ser citados a erosão pluvial e marinha, a circulação de pessoas, a área de lazer e churrascos.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Fossari (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponta dos Ingleses I

Sítio de representação rupestre composto por figuras do tipo “ampulheta”, circunferências com quatro raios e linhas poligonais paralelas (zigue-zague) polidas e picoteadas na parede de um dique de diabásio no costão leste da Praia dos Ingleses. Fomos levadas até ele pelo Sr. Rodrigo Dalmolin, que o identificou em passagem pelo local. As gravuras estão sendo afetadas pelo desprendimento natural de placas do diabásio, pela deposição de sais e por vandalismo. O sítio está em área utilizada para pesca, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica, pluvial e marinha e o vandalismo.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Ponta dos Limões I

Sítio conchífero situado sobre pontal rochoso conhecido como “Bico da Ponte” ou “Ponta dos Limões”, na porção sul da Praia do Curtume, na localidade do José Mendes. Apresenta perfis expostos pela ação da maré em seu lado sudeste, nos quais foi possível observar que o sítio é composto principalmente por *Anomalocardia brasiliiana*, além de conchas esparsas de *Ostrea* sp. e outras. Em meio à vegetação densa que cobre o sítio, existem pequenas trilhas que atravessam a ponta. Há também muito lixo sobre o sítio, principalmente na área do entorno, junto às pedras. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial, marinha e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponte Hercílio Luz

Sítio histórico caracterizado pela primeira ponte que fazia ligação entre ilha e continente. Faz parte do Conjunto nº X de bens históricos, no Centro. A Ponte Hercílio Luz foi construída principalmente para sustentar a

pista de rolamento, uma via férrea, uma passarela de pedestres e a adutora de abastecimento de água, tendo uma extensão total de 821,055 m. Seu idealizador, o governador Hercílio Luz, faleceu no ano de 1924, e não pôde ver a conclusão da obra. Como forma de homenagem, a ponte leva seu nome. A ponte foi inaugurada em 13 de maio de 1926 e foi mantida em funcionamento até 1982, quando foi fechada devido ao desgaste da estrutura. Em 1988, foi reaberta para o tráfego de pedestres, sendo definitivamente fechada em 1991. Em 2008, a empresa Geoarqueologia realizou monitoramento nas cabeceiras insular e continental em decorrência dos trabalhos de restauro (SOARES, 2011). O sítio está em via pública, a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica, pluvial e marítima.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Posto da Alfândega de Sambaqui

Sítio histórico caracterizado por edificação que abrigou o antigo Posto da Alfândega na localidade do Sambaqui. A construção data de 1850, composta por uma estrutura em alvenaria, rancho de barcos, caixa d'água e sistema de condução de águas. Foi registrado em 1992 por Edna June Morley e Roberto Toner. Desde 1983 é sede da Associação do Bairro de Sambaqui. Está a céu aberto e em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** CNSA (2021), Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Praia Brava I

Sítio oficina lítica composto por, no mínimo, nove amoladores-polidores côncavo-convexos localizados em dique de diabásio no costão sul da Praia Brava. Duas outras possíveis evidências estão quase totalmente erodidas, mal sendo possível identificá-las ou confirmar se de fato fazem parte do sítio, e outras podem estar soterradas pelo sedimento do morro que cai sobre o afloramento rochoso, ou podem ter desaparecido com o passar do tempo. As evidências que restam estão bastante intemperizadas, com muitas quebras e rachaduras, possivelmente devido à ação da maré e à descamação do suporte rochoso, o que faz com que o estado de conservação do sítio seja ruim. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989a), Amaral (1995), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia Brava II

Sítio conchífero situado no Morro da Feiticeira, no costão sul da Praia Brava. Chegamos a ele por meio de informação oral do Sr. Silvânio Guilherme da Costa, morador da Vargem do Bom Jesus, que encontrou o sítio na ocasião em que instalava um banco de madeira no local. Observamos conchas inteiras e fragmentadas em superfície, em meio a sedimento escuro que contrasta com o sedimento mais claro de entorno. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Praia da Caieira I

Sítio oficina lítica composto por uma superfície de polimento plana. É possível que outras evidências tenham sido destruídas pela construção da residência próxima ao sítio ou ainda que estejam sob a areia presente no entorno. O sítio está em via pública, a céu aberto, e a evidência arqueológica em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a construção de moradias e de rampa.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Praia dos Ingleses I

Sítio histórico caracterizado por uma embarcação espanhola naufragada a leste da Praia dos Ingleses. Apesar de a embarcação apresentar técnica construtiva espanhola, teria sido liderada pelo inglês Thomas Frins, que, com mais sete homens, aportou na ilha para abastecimento e reparos no barco por volta de 1687, sendo então preso por Dias Velho acusado de pirataria. O local do naufrágio foi escavado entre março de 2004 e abril de 2005 e entre fevereiro e maio de 2009 pela equipe do Projeto de Arqueologia Subaquática – ONG PAS (NOELLI; VIANA; MOURA, 2009). O sítio está submerso, parte está enterrada, e o material arqueológico recuperado durante o trabalho de pesquisa subaquática encontra-se na sede do projeto na Praia dos Ingleses.

**Referências:** Noelli, Viana e Moura (2009), Salvador (2011a) e Bueno *et al.* (2015).



## Ratones I

Sítio conchífero situado à beira de um canal de drenagem (Rio Piçarras ou Jundiá), em terreno areno-argiloso cercado por área mais baixa e alagadiça, na localidade de Ratones. Há vegetação densa e árvores de grande porte no local, formando um capão em meio ao terreno úmido. Observamos conchas em superfície e em uma lateral exposta do sítio, principalmente *Anomalocardia brasiliiana*, mas também *Ostrea* sp. e *Lucina pectinata*. O Sr. Branco Euclides Damasco, filho do antigo proprietário do terreno, nos relatou que a área era utilizada para cultivo de arroz e que lá apareciam ossos humanos e material lítico. É possível que a abertura do canal tenha destruído a extremidade oeste do sítio, uma vez que observamos conchas esparsas e em pequenos montes no lado esquerdo do canal, parecendo resultantes de sua abertura/limpeza. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e fluvial e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari et al. (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno et al. (2015).

## Ratones II

Sítio conchífero situado sobre uma planície, junto à área mais baixa e alagadiça, na localidade do Ratones. O sítio foi muito prejudicado por atividades de agricultura e exploração de conchas para cal. Proprietários antigos encontraram ossos humanos e machados de pedra (DUARTE, 1971). A área do sítio é coberta por vegetação rasteira, são visíveis na superfície conchas inteiras e fragmentadas e fragmentos de diabásio. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, as atividades agrícolas e a fabricação de cal.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari et al. (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2007), Oppitz (2011) e Bueno et al. (2015).

## Ratones III

Sítio conchífero situado junto à Estrada João Januário Silva, no lado direito, na localidade do Ratones. São visíveis fragmentos de conchas na altura da servidão Manoel Berto Laureano e na frente dos lotes nº 5796, 5826, 5846 e seguinte, sem número. Aparentemente foi cortado pela estrada e, como outros

sítios conchíferos próximos, explorado para cal (DUARTE, 1971). Quando Duarte o visitou, a área do sítio já estava ocupada por casas e com vestígios esparsos. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial, as atividades agrícolas, a construção de estradas e de moradias.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2007), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

#### Ratones IV

Sítio conchífero situado sobre sedimento areno-argiloso, em planície e a 400 m do Rio Ratones, na localidade de Ratones. Registrado por Rohr (1984b), que o encontrou destruído em 40% para a fabricação de cal, este sítio só foi visto novamente por Fossari *et al.* (1988b), ocasião na qual já estava totalmente destruído por obras de terraplanagem. Duarte (1971) não teve sua entrada no terreno autorizada pelos herdeiros dos antigos proprietários, Sra. Maria Arminda de Souto e filhos, mas esta última lhe contou que haviam sido vendidas conchas para um fabricante de cal de Canasvieiras e, segundo informações orais, vinham sendo encontrados ossos humanos e machados de pedra no sítio. Fomos levadas pelo Sr. Nivaldo João da Silva, morador de Ratones, até o local onde antigamente era a propriedade da família Souto. Hoje o terreno pertence ao Sr. Artêmio Paludo. Vistoriamos a área, porém não encontramos qualquer vestígio arqueológico. Como fatores de destruição podem ser citadas a fabricação de cal e as obras de terraplanagem.

**Referências:** Rohr (1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Comerlato (2007), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

#### Ratones V

Sítio conchífero situado sobre um cordão arenoso fino e comprido, junto à área mais baixa e alagadiça, a 400 m do Rio Ratones, na localidade de Ratones. A primeira menção a esse sítio é feita por Duarte (1971) em nota de rodapé, pois ela ficou em dúvida quanto a considerar as conchas observadas como sítio arqueológico. Quando retornou para realizar a pesquisa de mestrado, contudo, a pesquisadora fez algumas intervenções no local e concluiu que se tratava, sim, de um sítio arqueológico (informação pessoal). Posteriormente, Fossari *et al.* (1988b) também visitaram o local, mas permaneceram em dúvida, dizendo que a questão seria esclarecida quando

fosse realizada a etapa de *survey* do projeto. Nossa visita foi igualmente inconclusiva. Com ajuda do proprietário do terreno, Sr. Nivaldo João da Silva, localizamos três pontos principais com conchas: um mais a sudoeste, onde há um pequeno pomar, com conchas em meio a um sedimento muito escuro; outro mais a nordeste, afastado 90 m do anterior, em local sombreado por árvores de grande porte, em que as conchas aparecem junto a um sedimento muito claro; e um terceiro, na planície úmida que faz limite com o cordão arenoso, com conchas enterradas pelo menos 0,15 m abaixo da superfície, que o Sr. Nivaldo disse serem possivelmente decorrentes do aterro de um antigo caminho – “caminho dos negros” – que passava por ali. Ele ainda disse nunca ter encontrado nenhum material diferente, lítico ou ósseo, em todas as vezes que fez alguma intervenção na área, nem ter ouvido seu pai falar sobre isso. O sítio está em área de plantio, a céu aberto e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de moradias e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Comerlato (2007), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Rio do Braz

Sítio conchífero situado junto à Praia de Canasvieiras, um pouco a nordeste da foz do Rio do Braz. Quando registrado por Bigarella (1949), já estava parcialmente destruído pelo avanço do mar. Posteriormente, foi visitado por Duarte (1971), a qual relata que o sítio estaria destruído tanto pela ação da maré quanto para a fabricação de cal. A equipe de Fossari *et al.* (1989b) já não o encontrou mais, estando qualquer vestígio existente encoberto pelo aterro para a instalação de um *camping*. Em nossa visita ao local também não encontramos vestígios. O sítio está em área utilizada para *camping*, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão marinha, a construção de moradias, a fabricação de cal e o aterro para a instalação do *camping*.

**Referências:** Bigarella (1949), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1989b), Atlas (2004), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Rio do Meio

Sítio conchífero situado sobre dunas, na Praia de Jurerê, próximo ao hoje soterrado Rio do Meio. Foi evidenciado por obras de terraplanagem que o destruíram em 75%, sendo seu material utilizado para aterrar o Rio do

Meio. As máquinas revelaram um pacote arqueológico composto de restos faunísticos (mamíferos, peixes e moluscos), fragmentos cerâmicos e líticos misturados com cinza e areia (FOSSARI *et al.*, 1987). Posteriormente, o sítio foi alvo de uma escavação de salvamento pela equipe do Museu Universitário, devido à construção de uma passarela do empreendimento imobiliário Jurerê Internacional (FOSSARI, 2004). Em nossa visita ao local não foi possível observar qualquer vestígio arqueológico, uma vez que o sítio foi esgotado na escavação. O sítio está em via pública e em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e marinha, a construção de estradas e de moradias e as obras de terraplanagem.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio Tavares I

Sítio conchífero situado junto à encosta do morro da Costeira, à beira de área mais baixa e alagadiça (hoje aterrada), na localidade do Rio Tavares. Embora o local esteja bastante modificado, é possível observar conchas no terreno da casa de número 105, onde a proprietária, Sra. Terezinha May, contou que, sempre que é feito algum buraco, aparece ainda mais concha. Quando registrado por Rohr (1960), o sítio já se encontrava em grande parte destruído, tendo seu material sido usado para a construção de estrada. Muitos crânios foram coletados por Berenhauser e levados ao Museu do Homem do Sambaqui, inclusive o Sr. Nelson Machado, neto do antigo proprietário, disse já ter ouvido histórias sobre isso. Em sua visita ao local, Fossari (FOSSARI *et al.*, 1988b) coletou material malacológico, amostras de concreções e fragmentos de quartzo de sua superfície. A pesquisadora observou que havia um canal de drenagem cortando o sítio, porém hoje esse canal encontra-se fechado. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e de moradias, a abertura de vala de drenagem e a utilização de material para a construção de estrada.

**Referências:** Rohr (1960, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio Tavares II

Sítio conchífero situado em terreno arenoso limitado por área mais baixa e úmida, na localidade do Rio Tavares. Foi registrado por Rohr (1960) como localizado em terreno de Aduino Félix Maciel e, posteriormente, foi visitado por Duarte (1971), que o situa em terreno de João Costa Pereira. É possível, portanto, que os dois pesquisadores tenham registrado sítios diferentes. Conseguimos localizar somente a propriedade que pertencia a João Costa Pereira, que hoje pertence à CELESC. Em nossa visita ao local, observamos que grande parte do terreno encontra-se aterrado, constatando que ou o sítio se encontra destruído pelo aterro, sem vestígios visíveis, ou chegamos somente a uma localização aproximada dele, uma vez que ele pode se encontrar mais a leste, em meio à vegetação densa que cobre a área ao lado do aterro. O sítio está em área urbanizada, a céu aberto, e o material arqueológico se encontra em profundidade. Como fator de destruição pode ser citado o aterro que possivelmente há sobre ele.

**Referências:** Rohr (1960, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987a), Atlas (2004), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio Tavares III

Sítio conchífero situado junto à encosta do morro do Lampião, à beira de área mais baixa e úmida, localidade do Rio Tavares. Observamos quatro pontos de ocorrência de material malacológico. O primeiro em servidão sem nome situada entre a loja de sofás Habitato e o posto Ipiranga; o segundo, na área da madeireira Litoral Tropical, situada na SC-405, nº 2954; o terceiro, junto ao leito da rodovia, em frente à madeireira; e o quarto, nos terrenos situados ao sul do trevo, entre eles o da casa de nº 37, onde a proprietária, Sra. Benta Jacques Caetano nos disse que, ao cavar, aparecem ainda mais conchas. É nesse último local que o sítio parece estar mais preservado, uma vez que nos demais pontos há aterro e outras alterações no terreno, sendo possível que as conchas observadas sejam provenientes de outra porção do sítio. Na loja Habitato, não é possível observar material malacológico em superfície, porém o funcionário Sr. Glauber Subtil nos informou que, quando a máquina passou para limpar o terreno dos fundos, foram evidenciados 30 a 40 cm de conchas. Quando registrado por Rohr (1960), este sítio já se encontrava parcialmente destruído, tendo suas conchas sido utilizadas para a construção da estrada, ocasião na qual apareceram esqueletos humanos. O sítio está em via pública e área edificada, a céu aberto e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de

destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e de moradias e as atividades agrícolas.

**Referências:** Rohr (1960, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio Tavares IV

Sítio conchífero situado próximo a uma pequena elevação, à beira de área mais baixa e úmida, na localidade do Rio Tavares. Registrado por Rohr (1960) como localizado em terreno de Hipólito Chagas, foi alvo de uma pequena escavação por esse pesquisador, ocasião na qual foram revelados sepultamentos humanos, ossos de fauna, carvão e material lítico diverso. Segundo a descrição da estratigrafia feita por Rohr (1960), a primeira camada do sítio seria formada por húmus e areia que ali se depositou ao longo do tempo, contendo apenas material histórico. De fato, não observamos qualquer material arqueológico em superfície. Foi apenas por meio de informação oral concedida pela Sra. Maria Chagas (80 anos), herdeira do antigo proprietário, que se lembrava da escavação de Rohr, que conseguimos encontrar o local exato do sítio. O sítio está em área utilizada para pasto, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fator de destruição podemos citar a erosão pluvial.

**Referências:** Rohr (1960, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987), Atlas (2004), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Saco Grande I

Sítio conchífero situado sobre sedimento areno-argiloso, na baía norte, na localidade do Saco Grande. Junto à praia, apresenta um pequeno perfil exposto pela ação da maré, no qual foi possível observar que o sítio é formado por uma matriz de sedimento escuro misturada a conchas, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. Observamos também fragmentos e lascas de quartzo, tanto em superfície quanto no perfil. Quando visitado pela equipe de Fossari *et al.* (1988b), foram coletadas amostras conchíferas, artefatos líticos (“bigornas” e “quebra-coquinhos”) e fragmentos de quartzo, diabásio e granito. Naquela ocasião, o sítio já se encontrava bastante perturbado e cortado por um açude, devido ao pesque-pague que funcionava no local, de propriedade do Sr. Osmar Gomes dos Santos. Em nossa visita, pudemos constatar que o açude não existe mais e que o sítio pode ser dividido em duas áreas quanto ao seu estado de conservação: a porção nordeste, hoje pertencente à Hantei Engenharia, onde é possível que o sítio mantenha um pouco mais de sua integridade

devido à ausência de construções; e a porção sudoeste, pertencente ao Hotel Maria do Mar, onde a integridade do sítio deve ser mínima devido a diversas construções e deslocamentos de terra. O sítio está em área edificada e área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica, pluvial e marinha, a construção de moradias e de quadra de esportes, a abertura de açude e os deslocamentos de terra.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Santinho I

Sítio de representação rupestre que se estende por mais de 100 m ao longo do costão norte da Praia do Santinho. Formado por um conjunto de seis gravuras isoladas e outras cinco gravuras agrupadas, em blocos de diabásio isolados e paredes de um dique. Tanto polidas quanto picoteadas, a temática é de circunferências concêntricas, circunferências com quatro raios, linhas onduladas, ampulhetas, quadriláteros quadriculados e representações humanas. Uma das gravuras, polida num bloco, em praia de seixos, só se torna visível a partir das 15 h. A última gravura do sítio, em bloco de diabásio, encontra-se partida ao meio devido à quebra de seu suporte e, por isso, não deve estar em sua posição original. O agrupamento de cinco gravuras encontra-se vandalizado, tendo algumas figuras sido “reavivadas” com *spray* preto. Nesse mesmo agrupamento, uma das figuras antropomorfas não se faz mais visível, provavelmente devido ao escorrimento de água sobre ela. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica e pluvial e o vandalismo.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

### Santinho II

Sítio lítico situado sobre o costão norte da Praia do Santinho. A equipe de Fossari *et al.* (1988a) recolheu de sua superfície dezenas de lascas de diabásio, lâminas de machado e vários artefatos polidos de pequenas dimensões (em torno de 5 cm) comumente denominados “fusiformes”. Em visita ao local, contudo, encontramos somente dois fragmentos líticos polidos e uma lasca, todos em diabásio, o que não nos permitiu definir a localização exata do sítio

nem delimitá-lo. A localização do sítio foi inferida a partir do ângulo em que foi tirada a fotografia publicada em Fossari *et al.* (1988a). O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Santinho III

Sítio oficina lítica formado por diversos amoladores-polidores fixos situados junto ao costão norte da Praia do Santinho e distribuídos em duas áreas que distam 30 m entre si. A área de maior concentração de evidências corresponde a um dique de diabásio em degraus e aos matacões de seu entorno. A área de menor concentração corresponde a uma praia de seixos, onde as evidências se encontram em blocos de diabásio dispersos. As formas são de sulcos, planos e bacias arredondadas côncavo-convexas e côncavas, com predomínio dessas últimas. No total são mais de 100 marcas em, no mínimo, 11 suportes distintos. Outras evidências podem estar cobertas de areia ou de vegetação, ou mesmo submersas. Em geral, o sítio se encontra bastante intemperizado, o que, em alguns casos, dificulta a identificação das marcas. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e marinha e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Amaral (1995), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Santinho IV

Sítio de representação rupestre composto por três concentrações de gravuras em paredes e grandes matacões de um mesmo e extenso dique de diabásio, no costão norte da Praia do Santinho. As concentrações possuem em torno de 15 m de distância entre si e, juntas, totalizam pelo menos oito gravuras polidas e picoteadas de tipos diversos: linhas onduladas, linhas poligonais paralelas (zigue-zague), losangos entrecruzados, linhas retas com reflexão de espelho e triângulos seriados. Em geral, o sítio se encontra bastante intemperizado, sendo às vezes difícil visualizar algumas das gravuras. Além disso, uma das gravuras na terceira concentração encontra-se vandalizada por escoriação. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências



arqueológicas, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica, pluvial e marinha e o vandalismo.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Santinho V

Sítio de representação rupestre composto por um conjunto de, no mínimo, 10 gravuras polidas e picoteadas em paredes situadas em um extenso dique de diabásio, no costão norte da Praia do Santinho. A temática predominante é de pontos seriados, mas observamos também pontos que formam triângulos e linhas curvas, “ampulhetas”, linhas retas sobre perpendicular e uma forma não identificada. Em geral, o sítio se encontra bastante intemperizado, sendo apenas os pontos seriados e as linhas retas sobre perpendicular facilmente visíveis. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fator de destruição pode ser citada a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Santinho VI

Sítio de representação rupestre composto por um conjunto de gravuras polidas e picoteadas em blocos, paredes e planos horizontais de um extenso dique de diabásio, no costão norte da Praia do Santinho. As gravuras se distribuem acompanhando duas paredes que juntas formam um “L” e chegam a 50 m de extensão, contornando a área de um grande plano inclinado de fácil circulação. As temáticas observadas foram de triângulos seriados, quadriláteros seriados, linhas onduladas, linhas curvas, linhas poligonais paralelas, linhas retas com reflexão de espelho, linhas entrecruzadas fechadas, “ampulhetas”, circunferências simples, circunferências concêntricas, representações humanas e figuras complexas. Sendo o sítio bastante extenso, o estado de conservação é variado, estando algumas gravuras mais conservadas e outras mais intemperizadas. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas, em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e marinha e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Santinho VII

Sítio oficina lítica composto por amoladores-polidores fixos e situado no costão norte da Praia do Santinho. Formado por três conjuntos em que predominam formas de sulco, distando 25 m entre si, e por duas ocorrências isoladas: uma de forma arredondada e plana e outra côncavo-convexa. São mais de 70 marcas em grandes matações de diabásio e lajes de granito, totalizando sete suportes distintos. Algumas marcas do primeiro conjunto estão sendo cobertas por cracas, outras podem estar sendo prejudicadas pelo acúmulo de água. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica, pluvial e marinha e a circulação de pessoas.

**Referências:** Fossari (2004) e Bueno *et al.* (2015).

## Santo Antônio I

Sítio conchífero com presença de cerâmica situado junto à extremidade sudeste da Praia de Santo Antônio. Foi registrado por Fossari *et al.* (1988b), que dele coletou fragmentos cerâmicos e material malacológico. Em nossa visita não conseguimos identificar o local exato do sítio e, muito menos, delimitá-lo, uma vez que atualmente a área está repleta de barracas de pescadores que praticam maricultura intensiva e descartam as conchas sobre o sítio. O sítio está em via pública, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão pluvial, a construção de moradias e o descarte de conchas provenientes de atividades de maricultura intensiva.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Tapera I

Sítio conchífero situado na porção noroeste da Praia da Tapera, sendo limitado pela foz do Rio da Era. Foi escavado por Rohr (1959), ocasião na qual foram revelados muitos sepultamentos, material lítico, ósseo e cerâmico, restos faunísticos e estruturas de combustão. Em sua visita ao local, Fossari (FOSSARI *et al.*, 1988a) não conseguiu observar material arqueológico em superfície, uma vez que a área escavada por Rohr já estava parcialmente ocupada por casas residenciais ou coberta por vegetação, porém observou vestígios do sítio em um perfil que margeava o Rio da Era. Segundo essa pesquisadora, é possível

que Rohr tenha esgotado o sítio em sua escavação. Em nossa visita ao local tivemos dificuldade em obter autorização para caminhar sobre a área do sítio que permanece desocupada, mas, até onde nos foi possível adentrar o terreno, não observamos qualquer material arqueológico em superfície. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico, em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e a construção de estradas e de moradias.

**Referências:** Rohr (1959), Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Tapera II

Sítio conchífero situado no sopé de um costão cristalino, à beira de área mais baixa e úmida e em meio à vegetação arbustiva e arbórea densa. O local nos foi indicado pelo Sr. Rosalvo, antigo caseiro de Spiros de Mattos, que, na época da visita de Duarte (1971) ao sítio, era proprietário do terreno. É possível observar conchas em superfície junto a um afloramento rochoso. Na área de entorno do afloramento rochoso, contudo, as conchas se encontram a, pelo menos, 10 cm de profundidade, sendo preciso mover a terra com a colher para encontrá-las. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico, em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e as obras de grande porte que vêm ocorrendo em local próximo.

**Referências:** Duarte (1971), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Vargem do Bom Jesus I

Sítio conchífero situado a 50 m (sentido leste) e 100 m (sentido norte) do canal que retifica o Rio Papaquara, próximo à área úmida mais baixa, na localidade da Vargem do Bom Jesus. Na ocasião de nossa visita, o sítio havia sido recentemente escavado pela equipe do Grupep (Unisul), como requisito para o licenciamento ambiental de um empreendimento. Pudemos observar nas trincheiras e quadras abertas que o sítio está assentado sobre sedimento arenoso e que a camada arqueológica vai de 0,10 a 1 m de espessura, podendo ser caracterizada como um pacote de matriz arenosa marrom-acinzentada misturada com conchas inteiras e fragmentadas, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. A Sra. Odete Infância da Costa Félix, de 71 anos, nos informou que, junto ao engenho de farinha, havia um “montinho” de cascas e

que sua madrinha pedia para que não desmanchassem. Segundo Rohr (1984b), este sítio parecia estar parcialmente destruído já em 1967, quando o visitou. A equipe de Fossari *et al.* (1989a) coletou material lítico não trabalhado e um machado de sua superfície. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a derrubada e a queima de árvores.

**Referências:** Bigarella (1949), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1989a), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Vargem do Bom Jesus II

Sítio conchífero situado próximo ao canal retificado do Rio Papaquara, nos fundos do terreno, e cortado por uma vala de drenagem, sobre material areno-argiloso e coberto por vegetação rasteira e de grande porte que se destaca na paisagem, na localidade da Vargem do Bom Jesus. É composto principalmente por *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. O material arqueológico está aflorando nos perfis abertos pela vala e em “caminhos de boi” junto ao canal. Segundo Rohr (1960), o sítio foi destruído em 90% e ocupava uma área de 300 m<sup>2</sup> com 30 cm de espessura. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citados a erosão eólica, pluvial e fluvial, a construção e a limpeza de vala de drenagem e o pisoteio de animais, principalmente bovinos.

**Referências:** Bigarella (1949), Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1989a), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Vargem do Bom Jesus III

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso, próximo à área úmida mais baixa e em meio à vegetação arbustiva densa, formando uma pequena elevação, localidade da Vargem do Bom Jesus. Observamos conchas inteiras e fragmentadas em superfície, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp., misturadas a um sedimento escuro que contrasta com o sedimento mais claro do entorno. Há também pequenos perfis expostos por bioturbação ou queda de árvores, que permitem observar uma maior quantidade e variedade de conchas, como *Lucina pectinata*, e ossos de fauna. Fossari *et al.* (1989a)

relatam que o antigo proprietário, Sr. Fabriciano Inácio Monteiro, teria retirado do sítio conchas, ossos humanos e de outros animais. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão pluvial. Em 2019, a equipe do LEIA e MARquE (UFSC) realizou levantamento interventivo no local para delimitação do sítio, tendo também coletado um testemunho.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1989a), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Vargem do Bom Jesus IV

Sítio conchífero situado sobre terreno arenoso elevado, junto a uma planície sedimentar alagadiça, na localidade da Vargem do Bom Jesus. Foi registrado por Duarte (1971), que observou a presença de *Anomalocardia brasiliiana*, *Ostrea* sp. e gastrópodes, porém, posteriormente, foi destruído e coberto pelo asfalto de uma pista de *kart* (FOSSARI *et al.*, 1989b). O local foi visitado pelo projeto “Florianópolis arqueológica”, porém não foi possível encontrar vestígio arqueológico. Sua localização exata permanece desconhecida.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988b), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Vargem do Bom Jesus VII

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso na encosta de uma pequena elevação, próximo à área úmida mais baixa e em meio à vegetação arbustiva densa, na localidade da Vargem do Bom Jesus. O Sr. Silvânio Guilherme da Costa, morador da Vargem do Bom Jesus, que nos levou até o sítio, assim como sua irmã Sra. Angela Maria da Costa Tolentino, desde criança, percebia a presença de conchas no local. Observamos conchas esparsas e muito fragmentadas em superfície, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp. misturadas a um sedimento escuro que contrasta com o sedimento mais claro do entorno. O Sr. Silvano nos relatou ter encontrado uma rocha polida diferente em suas andanças por ali quando criança, rocha esta que, conforme a descrição, deveria se tratar de um zoólito, possivelmente em forma de ave. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e em profundidade. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão pluvial e as atividades agrícolas.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Vargem do Bom Jesus VIII

Sítio conchífero situado sobre sedimento arenoso na encosta de uma pequena elevação e limitado por área úmida mais baixa, em meio à vegetação arbustiva densa, na localidade da Vargem do Bom Jesus. O Sr. Silvânio Guilherme da Costa, morador da Vargem do Bom Jesus, que encontrou o sítio em suas andanças pela área, nos levou até ele. Observamos conchas inteiras e fragmentadas em superfície, principalmente *Anomalocardia brasiliiana* e *Ostrea* sp., misturadas a um sedimento escuro que contrasta com o sedimento mais claro do entorno. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fator de destruição pode ser citada a erosão pluvial.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Vargem Grande I

Sítio histórico caracterizado por uma antiga residência construída com pedras de corte irregular. O imóvel está sem cobertura e tomado por vegetação. O sítio está em área utilizada para pasto, a céu aberto e em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a presença de árvores junto ao sítio, comprometendo sua integridade.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Vargem Pequena I

Sítio conchífero situado sobre sedimento argiloso e limitado por área mais baixa e úmida, onde passa o córrego Vargem Pequena, na localidade da Vargem Pequena. Observamos conchas inteiras e fragmentadas em superfície, principalmente *Lucina pectinata*, *Megalobulimus* sp., *Ostrea* sp. e *Anomalocardia brasiliiana*. O sítio parece ter sido parcialmente destruído pela construção da estrada que passa ao lado, sendo possível que continue em sua outra margem, embora moradores locais não tenham relatado a presença de conchas lá. Não foi possível descer na parte baixa do terreno devido à presença de uma cerca elétrica e à dificuldade de acesso pelo portão. Na ocasião de sua visita ao sítio, Fossari (FOSSARI *et al.*, 1988a) coletou uma lâmina de machado em diabásio, seixos de diabásio, um fragmento de mandíbula humana, ossos de peixe e material malacológico. O sítio está em via pública, área edificada e área com criação de aves, a céu aberto, e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade. Como fatores

de destruição podem ser citadas a erosão pluvial, a construção de estradas e de moradias e as atividades agrícolas.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Comerlato (2007), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Vera Muccillo

Sítio oficina lítica composto por, pelo menos, 10 bacias de polimento côncavo-convexas em laje de granito na Praia de Canajurê. As marcas estão bem erodidas, algumas quase desaparecendo. Pode haver evidências sob a areia, já que Fabiana Comerlato registra o sítio com 15 bacias. O sítio está em via pública, a céu aberto, e as evidências arqueológicas aparecem em superfície. Como fatores de destruição podem ser citadas a erosão eólica e pluvial e a circulação de pessoas.

**Referências:** Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## 2) Sítios da macrorregião leste

### Armação do Sul

Consiste em um sítio com, pelo menos, duas ocupações: uma pré-colonial, que remete a um sítio conchífero sem cerâmica, identificada por meio da presença em superfície de vestígios líticos, restos faunísticos e fragmentos de remanescentes ósseos humanos, datado de  $2670 \pm 90$  AP; e outra histórica que remete às ruínas de edificações cujas atividades estavam relacionadas a uma armação de caça à baleia, construída no século XVIII. Possui uma área total de 2.025,2691 m<sup>2</sup>. Está localizado na porção central do bairro Armação do Sul, nas proximidades da orla do mar e da foz do Rio Quinca Antônio, área de planície flúvio-marinha. Os vestígios da ocupação pré-colonial podem ser evidenciados, em superfície, no interior da propriedade onde está instalada a Pousada Maré de Lua. Já os vestígios da ocupação histórica da área são visíveis, sobretudo, na orla da praia, onde existem colunas construídas através da sobreposição de rochas de diferentes tamanhos e tijolos, argamassados por uma liga de óleo de baleia, conchas e areia. Desse modo, pode-se observar a existência de duas áreas de concentração de evidências: I e II.

A **Área I** (1870,2595 m<sup>2</sup>) remete ao espaço onde foram encontradas evidências pré-coloniais em superfície. Rohr e Andreatta (1969) desenvolveram escavações arqueológicas onde atualmente situa-se a Pousada Maré de Lua.

Nesse local evidenciamos: líticos lascados e fragmentos, restos faunísticos (conchas – sobretudo de *Anomalocardia brasiliiana* – e vértebras de peixes) e fragmentos de remanescentes ósseos humanos. A noroeste desse terreno, situa-se a propriedade do Sr. Osvaldo Cardoso, o qual informou existirem vestígios arqueológicos no seu terreno (espaço cimentado na frente da residência), porém, não permitiu o acesso da equipe. Mais a noroeste, situa-se um estacionamento, local em que Rohr (1974) desenvolveu escavações arqueológicas. Conforme relatos orais acredita-se que existam outras evidências arqueológicas nos terrenos limítrofes – possivelmente até as imediações da igreja –, porém em subsuperfície.

A **Área II** (155,0096 m<sup>2</sup>) remete ao espaço onde estão evidentes os remanescentes da antiga armação de caça à baleia na orla da praia. Trata-se de nove colunas construídas com a sobreposição de blocos/matacões rochosos e tijolos unidos por meio de uma argamassa produzida com óleo de baleia, areia e conchas. A partir do *deck* de acesso à praia que existe atualmente no local, seguindo no sentido WàE, as seguintes estruturas foram evidenciadas:

- 1) (22J 746188,638 / 6927946,060): 1,73 x 1,79 m; 0,74 m de altura;
- 2) (22J 746197,239 / 6927942,112): 1,50 x 1,60 m; 1,23 m de altura;
- 3) (22J 746206,499 / 6927935,995): 1,60 x 0,70 m (parte da estrutura foi utilizada como muro de contenção em terreno residencial); altura 1,10 m;
- 4) (22J 746203,576 / 6927940,245); 2,80 x 1,45 m; 0,20 m de altura (há um matacão de diabásio com um polidor côncavo-convexo na estrutura da coluna);
- 5) (22J 746209,584 / 6927941,759): 1,65 x 1,45 m; 1,35 m de altura;
- 6) (22J 746208,823 / 6927938,475): 0,90 x 0,80 m (parte de uma estrutura, provavelmente partida para construção de muro de contenção); 0,60 m de altura;
- 7) (22J 746210,724 / 6927939,645): 1,50 x 1,20 m; 1 m de altura. A partir da coluna, no sentido leste, há parte de um muro construído com os mesmos elementos construtivos e as seguintes dimensões: 3,80 x 1,50 m, altura máxima de 1 m e mínima de 0,45 m;
- 8) (22J 746233,348 / 6927923,906): a base da coluna mede 1,30 m x 1,30 m e 0,75 m de altura; a coluna mede 0,90 m x 0,90 m e 2,25 m de altura. Segundo o Sr. Aldo Souza, esta seria um remanescente de uma antiga senzala.

Além destas, uma estrutura isolada foi identificada sob a passarela que liga a Praia da Armação à Ilha das Campanhas:



9) (22J 746310,560 / 6927916,827): 1,40 x 0,90 m; 0,60 m de altura.

Conforme informações orais prestadas por pescadores, eventualmente são encontrados vestígios da antiga armação na orla da praia devido à ação da maré. Em uma dessas situações, foram encontrados tachos utilizados na armação, os quais se encontram em posse do Sr. Jair Pires. Existem vestígios de edificações relacionadas à armação na porção central da praia da Ilha do Campeche, bem como no sul da referida ilha.

O acervo das pesquisas realizadas por Rohr e Andreatta (1969) e Rohr (1974) encontra-se sob guarda do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, localizado no Colégio Catarinense, em Florianópolis. A Pousada Maré de Lua conta com um pequeno museu onde expõe materiais arqueológicos diversos. Há, no terreno da pousada, matacões e blocos com amoladores-polidores fixos removidos do contexto de deposição original

O sítio vem sendo impactado de forma crescente devido à urbanização da área, situação que resultou na destruição e na perda de informações relacionadas a ambas as ocupações a que remete o registro arqueológico. Inclusive, a própria construção da armação de caça à baleia implicou impactos diretos sobre a porção pré-colonial do sítio. Aliás, é perceptível que os principais fatores de destruição que atuam no registro conchífero estão associados à antropização recente da área, por meio da edificação de construções diversas, da pavimentação da rua e do descarte de lixo. Situação semelhante ocorre com o registro histórico, a qual é agravada pela exposição à ação da maré e à abrasão marinha. Além disso, de um modo geral, o sítio ainda é impactado pela erosão eólica, pluvial e fluvial.

Em 2010, uma ressaca de grandes proporções, ocasionada por um ciclo extratropical, acarretou estragos diversos em construções nas proximidades da orla da praia. A fim de amenizar situações semelhantes posteriores, órgãos governamentais promoveram a construção de molhes (com rochas e areia) e muros de contenção. Essas construções podem ter resultado na destruição ou soterramento de evidências arqueológicas.

**Referências:** Rohr e Andreatta (1969), Rohr (1977), Fossari *et al.* (1988a), De Masi (1990), Schmitz *et al.* (1992), Comerlato (1998), Oppitz (2011, 2015), Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Barra da Lagoa I

Barra da Lagoa I é um sítio conchífero assentado sobre embasamento rochoso no local conhecido como Ponta do Vigia. Para acessá-lo, ao chegar à Barra da Lagoa, atravessar a ponte sobre o Canal da Barra e seguir pela Servidão

da Prainha até o final e então, pelo caminho de terra, à esquerda. É possível perceber pequenos perfis estratigráficos no fundo das casas, basicamente compostos por camadas de conchas. Foi escavado de forma amadora por Norton Oliveira e Silva na década de 1950. A equipe de Fossari *et al.* (1988a) encontrou vestígios faunísticos, remanescentes ósseos humanos, líticos e fragmentos cerâmicos em superfície. Jockyman (2015) realizou intervenções pontuais no sítio e apresentou datas que sugerem pelos menos duas ocupações do local: uma entre 4700 e 4300 anos AP e a mais recente em torno de 2600 anos AP. O sítio tem sido destruído pela urbanização da área.

**Referências:** Rohr (1961, 1984b), Piazza (1966), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021), Jockyman (2015) e Bueno *et al.* (2015).

## Barra da Lagoa II

Trata-se de um sambaqui destruído pelo processo de urbanização da Barra da Lagoa. Rohr (1961a) relata que provavelmente todo o povoado da Barra na margem esquerda do canal estaria assentado sobre um único e grande sambaqui. Fragmentos de ossos humanos afloravam à superfície quando visitado por Rohr. Uma ponta de osso de ave e duas lascas com sinal de polimento foram coletadas pela equipe de Fossari *et al.* (1987). Sobre ele foi construída a Capela São Pedro.

**Referências:** Rohr (1961a, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Borda do Mato

Consiste em um sítio conchífero localizado dentro do Parque Florestal do Rio Vermelho, nas proximidades do Campo de Escoteiros. Há conchas esparsas em superfície em uma área mais elevada, nas margens da estrada que segue até a sede dos escoteiros. Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares sentido norte da ilha, por cerca de 6 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, entrar à direita no *camping* dos escoteiros mirins, o sítio está logo atrás da casa-sede destes, em uma pequena subida.

**Referências:** Duarte (1971) e Bueno *et al.* (2015).

## Caminho da Gurita

Trata-se de um antigo caminho que margeia a porção oeste/sudoeste da Lagoa do Peri, o qual se acredita ter sido aberto e pavimentado (com rochas de diferentes tamanhos) por escravos no século XIX. Em alguns trechos, o calçamento está evidente, em outros, as rochas estão recobertas por sedimentos. Situa-se no Parque Municipal da Lagoa do Peri. O caminho inicia-se na sede do Parque Municipal da Lagoa do Peri e se estende até o Rio Cachoeira, margeando a lagoa com o comprimento aproximado de 1,5 km. Em campo foram percorridos dois trechos do Caminho da Gurita: um aberto à circulação dos visitantes do Parque Municipal da Lagoa do Peri, contendo sinalização e acesso facilitado, onde em parte é possível evidenciar o calçamento de pedras; e outro em meio à mata fechada, a partir do Engenho do Vitorino seguindo no sentido sudoeste, que possivelmente se interligava ao primeiro, onde as margens do caminho estão bem demarcadas com muros construídos através da sobreposição de rochas e, eventualmente, percebe-se a existência de um calçamento de pedras. A administração do parque tem trabalhado no sentido de localizar o percurso completo do caminho, o que ainda não foi possível. Silva (2001) e Soares (2011) consideram o ponto inicial e o ponto final como sítios diferentes, denominando-os de Caminho do Peri. Priorizamos a nomenclatura Caminho da Gurita por ser a utilizada pela administração do parque embasada em pesquisa histórica.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Camping da Barra

O sítio arqueológico Camping da Barra é um sítio conchífero com cerâmica Guarani, localizado junto à foz do Rio da Lagoa na sua margem esquerda, sobre as areias da praia. O sítio foi registrado por Walter Piazza e hoje encontra-se destruído. Segundo descrição na bibliografia ele estaria junto ao molhe do canal do Rio da Lagoa, onde hoje existem algumas quadras de vôlei e futebol.

**Referências:** Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Campo da Barra I

Segundo Duarte (1971), os sítios Campo da Barra I e II são pequenos e pouco espessos, apresentam uma diversidade de espécies de conchas e

estariam encobertos por vegetação gramínea e arbustiva. Esse sítio não foi localizado durante o projeto “Florianópolis arqueológica”, estaria localizado entre a Cidade da Barra e a Lagoa da Conceição.

**Referências:** Duarte (1971) e Bueno *et al.* (2015).

### Campo da Barra II

Segundo Duarte (1971), os sítios Campo da Barra I e II são pequenos e pouco espessos, apresentam uma diversidade de espécies de conchas e estariam encobertos por vegetação gramínea e arbustiva. Esse sítio não foi localizado durante o projeto “Florianópolis arqueológica”, estaria localizado entre a Cidade da Barra e a Lagoa da Conceição.

**Referências:** Duarte (1971) e Bueno *et al.* (2015).

### Campo do Casqueiro

Sítio conchífero localizado dentro do Parque Florestal do Rio Vermelho, destruído pela estrada que liga a Rodovia João Gualberto Soares ao trapiche de embarque para a Costa da Lagoa. Segundo Duarte (1971), foram encontrados ossos humanos e vestígios líticos, além de restos faunísticos. Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares sentido norte da ilha por cerca de 3 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, vira-se à esquerda pela estrada que leva ao porto de embarque para a Costa da Lagoa por cerca de 1,3 km. O sítio foi cortado pela estrada, vestígios podem ser observados no canal de drenagem que segue ao lado da estrada.

**Referências:** Rohr (1961), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987) e Bueno *et al.* (2015).

### Campo do Casqueiro I

Esse sítio foi citado por Rohr (1961) com a seguinte descrição: “[...] cuja superfície não atinge vinte metros quadrados, tendo a espessura de uns trinta centímetros de conchas. Também este casqueiro, já repetidas vezes trabalhado pelos colonos, apresenta as conchas superficialmente esfareladas”. Pesquisas posteriores não localizaram esse sítio, incluindo o projeto “Florianópolis arqueológica”.

**Referência:** Rohr (1961).

## Canto da Lagoa I

Sítio conchífero raso, escavado por João Alfredo Rohr (1961), o qual identificou duas camadas de ocupação no sítio: uma conchífera, mais antiga, e uma mais recente, arenosa, que apresenta vestígios cerâmicos Guarani. O sítio está localizado dentro do terreno do condomínio Porto da Lagoa, no lado esquerdo do portão de entrada, sendo que foi intensamente destruído ao longo do tempo. Contudo, é possível que ainda existam vestígios enterrados.

**Referências:** Rohr (1961, 1984b), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Canto da Lagoa II

Canto da Lagoa II é um sítio conchífero em profundidade com pouca estratigrafia, assentado sobre pontal que avança na Lagoa da Conceição. Seu terreno pertence ao Residencial Península da Lagoa, dentro do jardim Saulo Ramos, no final da Rua Ipê Amarelo, nos fundos do residencial. Foi escavado por De Masi (1999, 2001), o qual obteve datas entre 1600 e 1200 anos AP para ocupação do sítio. Está em área privada e tem uma dimensão estimada em 525 m<sup>2</sup>.

**Referências:** Rohr (1961, 1984), De Masi (1999, 2001), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Canto dos Araçás

O Canto dos Araçás é um sítio arqueológico conchífero localizado na área de mesmo nome no bairro da Lagoa da Conceição. O sítio encontra-se em bom estado com bastante vegetação recobrando-o, apesar de ter sido impactado pela abertura de duas ruas e pela construção de uma casa. Fora isto, a maior parte de sua área não é utilizada e pertence a um casal que comprou o terreno sabendo de sua existência com o fim de preservá-lo. Este sambaqui foi, além de fotografado, parcialmente delimitado devido a problemas legais, também foi escavado com a abertura de algumas sondagens no seu topo e de um perfil no lado norte (conferir descrição detalhada no Capítulo 4 deste livro – Gilson *et al.* – e em Jockyman (2015)).

**Referências:** Duarte (1971), Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1987), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011), CNSA (2021), Jockyman (2015) e Bueno *et al.* (2015).

## Casa no Caminho da Gurita

Trata-se de remanescentes de uma antiga edificação, possivelmente uma casa, representada pelas fundações construídas através da sobreposição de rochas, um anexo também construído com rochas, além de um muro de pedras localizado a noroeste, na margem do Caminho da Gurita – trecho entre o Engenho do Vitorino e o Sertão do Peri. Para chegar à casa deve-se seguir a partir da sede do Parque Municipal da Lagoa do Peri, pelo Caminho da Gurita até a Casa do Vitorino. Continuar por trilha, a partir da porção nordeste da casa, onde se localiza o outro trecho do Caminho da Gurita, por mais 300 m morro acima, sentido Sertão do Peri. As estruturas evidenciadas estão em uma área de 257,1074 m<sup>2</sup>. O sítio sofre bioturbação causada pelo crescimento de vegetação no interior e nas imediações do sítio, além de erosão pluvial. Há que se compreender melhor quem eram os antigos moradores do local através de uma pesquisa histórica específica. É interessante notar a proximidade da edificação com o Caminho da Gurita, bem como a existência de um muro de pedras entre a edificação e o caminho.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Cemitério histórico do Pântano do Sul

Trata-se de um cemitério antigamente utilizado por moradores do Pântano do Sul, localizado na planície ao norte das dunas, nas proximidades da parte loteada do Balneário dos Açores. Atualmente a área encontra-se dividida devido à construção da Estrada João Belarmino da Silva, desse modo parte da área se localiza a norte da estrada e a outra ao sul (chegando até as dunas). As informações sobre a existência do antigo cemitério foram prestadas pelo “seu Lalau”, nativo da localidade do Pântano do Sul, que atualmente administra um sítio localizado nas imediações da área. Segundo ele, parte dos sepultamentos foi removida, entretanto, por diversas vezes foram descobertos caixões anos após o abandono do cemitério. Ademais, duas estradas (além da atual) passavam sobre a área do cemitério. Originalmente, o cemitério possuía uma área de 60 x 40 m. Encontra-se sujeito a impactos naturais devido à erosão eólica e pluvial, bem como a fatores antrópicos que já vêm destruindo as evidências, tais como: construção de estradas e realização de atividades agrícolas sobre o sítio.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Conjunto de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa

Sítio histórico religioso composto por um conjunto de edificações, entre elas: rampa de pedra, o largo, o cruzeiro, a igreja, o teatro do Divino, o antigo cemitério, o casario com características arquitetônicas coloniais, a chácara do Divino e a casa do vigário. A igreja foi concluída em 1780. O acesso se dá pela Rua João Pacheco da Costa, seguindo posteriormente até o final da Tv. Erotides Maria de Oliveira.

**Referências:** Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Dunas da Joaquina I

Dunas da Joaquina é um sítio Guarani, com presença de vestígios líticos e cerâmica. Está localizado nas areias das dunas próximas à Praia da Joaquina. Seu terreno é de propriedade da União. Pode ser acessado seguindo pela Avenida Prof. Acácio Garibaldi São Tiago em direção à Praia da Joaquina, cerca de 140 m antes da praia do lado direito, passando através do estacionamento até seu canto sudoeste. Os vestígios encontram-se em superfície e subsuperfície. A movimentação das dunas tem impactado diretamente a formação do sítio, ocasionando movimentação das peças e diferentes graus de exposição dos vestígios.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Dunas da Lagoa da Conceição I

Dunas da Lagoa da Conceição I é um sítio Guarani localizado nas Dunas da Lagoa da Conceição logo atrás do posto policial. O sítio é composto por fragmentos cerâmicos dispersos por uma pequena área, com exposição em superfície. Para sua identificação e registro foram necessárias várias idas a campo em razão das intensas alterações sofridas pelo sítio em decorrência da movimentação dunar decorrente da ação eólica no local. Durante essas visitas, percebemos que há uma constante modificação na quantidade e localização dos vestígios que afloram em superfície, indicando que, possivelmente, há material arqueológico em subsuperfície.

**Referências:** Rohr (1984b) e Bueno *et al.* (2015).

## Dunas da Lagoa da Conceição II

Dunas da Lagoa da Conceição II é um sítio lítico localizado nas dunas da Lagoa da Conceição. O acesso ao sítio se dá a pé, caminhando pelas dunas a partir do posto policial da Avenida das Rendeiras na direção leste por cerca de 50 m. Assim como os sítios Dunas da Lagoa I e Dunas da Joaquina, o material arqueológico se encontra em superfície e é fortemente impactado pela movimentação das dunas. Embora não tenhamos feito intervenções de subsuperfície, é possível afirmar que há vestígios enterrados devido ao deslocamento das dunas na área do sítio, que faz com que haja variações na quantidade e localização dos vestígios expostos.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Dunas da Lagoa da Conceição III

O sítio Dunas da Lagoa da Conceição III é um sítio lítico localizado nas dunas da Lagoa da Conceição. Sua implantação e composição se assemelham muito às do sítio Dunas da Lagoa da Conceição II, estando muito próximo a este. Assim como os demais sítios implantados nessa área, sofre forte impacto da ação eólica, com movimentação horizontal e vertical dos vestígios arqueológicos.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Dunas da Lagoa da Conceição IV

O sítio Dunas da Lagoa da Conceição IV é um sítio arqueológico composto de material lítico lascado, localizado nas dunas próximas à Lagoa da Conceição. Apresenta implantação e características de composição muito similares aos demais sítios localizados nesta mesma área. O material arqueológico aparece em superfície e subsuperfície. O terreno atualmente não tem nenhum uso contínuo, pois está dentro do Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, portanto seus maiores riscos de destruição vêm de fatores naturais como a chuva e os ventos, mas há também a circulação de algumas pessoas que utilizam o local como caminho.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).



## Dunas da Lagoa da Conceição V

O sítio Dunas da Lagoa da Conceição V é um sítio arqueológico composto de material lítico lascado, localizado nas dunas próximas à Lagoa da Conceição. Apresenta as mesmas características de composição e implantação que os demais sítios localizados nessa área (Dunas da Lagoa I, II, III e IV). Esses sítios constituem um complexo de pequenos sítios líticos, possivelmente associados entre si. Assim como no caso dos demais, o terreno onde se assenta o sítio atualmente não tem nenhum uso contínuo, pois está dentro do Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, portanto seus maiores riscos de destruição vêm de fatores naturais como a chuva e os ventos, havendo ocasionalmente a circulação de pessoas que percorrem o local como caminho entre a Lagoa da Conceição e a Praia da Joaquina.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Dunas do Pântano do Sul I

Trata-se de um sítio litocerâmico sobre dunas, encaixado em cordões de dunas com orientação norte-sul, onde foram evidenciados líticos lascados (em diabásio, riolito e quartzo), fragmentos de cerâmica Guarani (com decoração lisa, ungluada e corrugada) e carvão disperso em superfície, além de vestígios de ocupação histórica (vidros, louças, telhas, cerâmicas, ferro, tijolo). Os materiais estavam localizados, sobretudo, em áreas circulares aparentemente escavadas, em meio às dunas, que contêm um sedimento arenoso de tonalidade escura. Há, também, uma concentração de material entre um cordão de duna e a praia. Foi registrado por Rohr (1984b). Há acervo coletado pelo pesquisador no Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr. O sítio possui uma área de 4767,0675 m<sup>2</sup> e está localizado na Área de Preservação Permanente Municipal Dunas do Pântano do Sul. O acesso se dá a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, na direção sudoeste. Ao passar a última residência do conjunto urbano próximo à praia, observa-se a ocorrência de material arqueológico na área de dunas localizadas ao lado esquerdo, logo atrás dos últimos dois postes de iluminação da praia até cerca de 100 m no sentido norte. Observou-se em campo que as evidências têm sofrido impacto de fatores tanto naturais (erosão eólica e pluvial, bioturbação) quanto antrópicos (construção de moradias sobre o sítio e adjacências, reocupações recentes, deposição de lixo e utilização da área para acampamento).

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Dunas do Pântano do Sul II

Trata-se de um sítio litocerâmico sobre dunas, encaixado em cordões de dunas com orientação norte-sul, onde foram evidenciados líticos lascados e polidos (em diabásio, granito, riolito e quartzo), fragmentos de cerâmica Guarani (com decoração lisa e corrugada), além de carvão disperso em superfície, em áreas que apresentam feições circulares (aparentemente escavadas nas dunas) e solo com sedimento arenoso escuro. Foi registrado por Rohr (1984b). Há acervo coletado pelo pesquisador no Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr. O sítio possui uma área de 2083,4156 m<sup>2</sup> e está localizado na Área de Preservação Permanente Municipal Dunas do Pântano do Sul, entre a praia e o campo de futebol existente na margem da Estrada João Belarmino dos Santos. Para acessá-lo, a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, segue-se na direção sudoeste. Ao passar o último poste de iluminação da praia, anda-se por mais 50 m e acessa-se caminho em direção às dunas no sentido norte, por cerca de 70 m. Observou-se em campo que as evidências têm sofrido impacto de fatores tanto naturais (erosão eólica e pluvial, bioturbação) quanto antrópicos (deposição e queima de lixo, circulação de pessoas).

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Dunas do Pântano do Sul III

Trata-se de um sítio lítico sobre dunas, encaixado em cordões de dunas com orientação norte-sul, onde foram evidenciados vestígios lascados e polidos (em diabásio, granito e riolito), além de manchas escuras no solo. Foi registrado por Rohr (1984b). Possui uma área de 5190,2664 m<sup>2</sup> e está localizado na Área de Preservação Permanente Municipal Dunas do Pântano do Sul. É possível acessá-lo a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, seguindo na direção sudoeste. Após o último poste de iluminação da praia, segue-se por cerca de mais 100 m. Acessam-se os caminhos que levam às dunas, na direção norte, caminhando por cerca de 50 m. Observou-se em campo que as evidências têm sofrido impacto de fatores tanto naturais (erosão eólica e pluvial, bioturbação) quanto antrópicos (deposição e queima de lixo, circulação de pessoas).

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Dunas do Pântano do Sul IV

Trata-se de um sítio lítico, localizado em uma grande área de dunas, limitado a oeste e a leste por cordões de dunas com orientação norte-sul, onde foram evidenciados vestígios líticos lascados e polidos (em granito, diabásio, riolito e quartzo) – em grandes e pequenas concentrações ou isolados –, carvão disperso em superfície, além de sedimento de coloração escura. Grandes concentrações de material lítico estão localizadas na porção sul do sítio, em áreas mais baixas, enquanto pequenas concentrações estão na porção norte do sítio, nas áreas mais altas. O sítio foi registrado por Fossari *et al.* (1988a). Possui uma área de 20148,7787 m<sup>2</sup> e está localizado na Área de Preservação Permanente Municipal Dunas do Pântano do Sul. Pode ser acessado a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, seguindo na direção sudoeste. Após o último poste de iluminação da praia, anda-se por cerca de 200 m até uma área onde as dunas avançam sobre a praia (sem vegetação). Acessam-se as dunas por esse local e caminha-se por mais 20 m no sentido norte. Observou-se em campo que as evidências têm sofrido impacto de fatores tanto naturais (erosão eólica e pluvial, bioturbação) quanto antrópicos (deposição e queima de lixo, circulação de pessoas).

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a) e Bueno *et al.* (2015).

## Engenho do Vitorino

Trata-se de vestígios da edificação de um antigo engenho de farinha e cana-de-açúcar onde se evidenciam paredes construídas pela sobreposição de rochas de diferentes tamanhos e tijolos, com cal e areia enquanto argamassa, bem como o local destinado à instalação da roda d'água. Possivelmente o engenho foi instalado em área em que havia uma construção mais antiga, talvez o Engenho da Lagoinha, situação evidenciada pela técnica construtiva utilizada em paredes construídas com pedras talhadas. Também faz parte deste sítio a antiga Casa do Vitorino, localizada cerca de 50 m ao sul do engenho e ligada a este por um caminho que apresenta, em alguns trechos, calçamento em pedras. Situa-se no Parque Municipal da Lagoa do Peri. O engenho localizava-se poucos metros antes do rio, no final do caminho. O sítio ocupa uma área de 292,2467 m<sup>2</sup>. O sítio sofre com bioturbação causada pelo crescimento de vegetação no interior e nas imediações do sítio, além de circulação de pessoas que percorrem a trilha em direção à cachoeira. Há informações orais de moradores locais de que as paredes mais antigas podem ter sido parte de uma senzala.

**Referências:** Silva (1996), Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Engenho na Restinga do Peri

Trata-se dos vestígios de um antigo engenho de farinha, onde foram evidenciadas as fundações construídas através da sobreposição de blocos de rochas, um forno e outros remanescentes da construção cujas funções não foram identificadas. Também foram identificadas partes de um esteio e de uma prensa, peças que compunham o engenho. Situa-se no Parque Municipal da Lagoa do Peri. O sítio está em meio à mata, próximo à trilha e possui uma área de 148,0944 m<sup>2</sup>. A informação sobre a existência deste sítio foi prestada pelo Sr. Mauro Costa, funcionário da FLORAM, lotado no Parque Municipal da Lagoa do Peri. Porém, não obtivemos informações sobre quem teria construído ou ocupado este espaço no passado.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Estação florestal IV

Sítio cerâmico Guarani localizado dentro do Parque Estadual do Rio Vermelho, próximo à sua sede. Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares, sentido norte da ilha, por cerca de 6 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, entra-se à esquerda na entrada principal do Parque do Rio Vermelho. O sítio está a cerca de 600 m da entrada, do lado esquerdo da estrada, próximo à mata de *pinus*.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Freguesia do Canto da Lagoa I

O sítio Freguesia do Canto da Lagoa I, de acordo com a descrição apresentada por Rohr (1961) é um sambaqui pouco espesso, localizado nas proximidades da ponte que liga o centrinho da Lagoa com o Retiro. Foi intensamente destruído por caieiras e pela urbanização da área, com a presença hoje de várias construções, não sendo possível visualizar atualmente vestígios em superfície. Moradores locais possuem conhecimento sobre a existência do sítio, relatando terem encontrado muito material arqueológico no momento de construção das casas que hoje ocupam o local. Apesar de não termos identificado vestígios aflorando, há possibilidade de existência de vestígios em subsuperfície.

**Referências:** Rohr (1961, 1984b), Atlas (2004), Oppitz (2011), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Girassóis

De acordo com informações oriundas de Bettanin (2008), trata-se de um sítio conchífero. Estaria localizado nas proximidades do trevo que dá acesso ao Projeto TAMAR, na Rodovia SC-406. A partir do trevo é necessário seguir a pé por uma antiga estrada desativada no meio da vegetação de *pinus* no sentido oeste. Apesar dos esforços envidados pela equipe do LEIA-UFSC, não foi possível identificar o local exato do sítio. Os dados da bibliografia indicam que há material arqueológico em superfície e subsuperfície. A área de implantação do sítio é de uso público, estando em Unidade de Proteção Ambiental.

**Referências:** Atlas (2004), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

## Lagoa do Peri I

Trata-se de um sítio litocerâmico, localizado na porção oeste da Lagoa do Peri, próximo à localidade chamada de Restinga, onde é possível perceber materiais líticos lascados e fragmentos de cerâmica Guarani (com decoração plástica corrugada), tanto na margem quanto sob a água. Situa-se no Parque Municipal da Lagoa do Peri. O sítio está em constante mudança, sofrendo ação das águas da Lagoa do Peri, além da circulação de pessoas pela margem da lagoa. O Sr. Mauro Costa, funcionário da FLORAM, lotado no Parque Municipal da Lagoa do Peri, foi quem identificou as evidências e informou a existência do sítio à equipe. Não foi possível medir ou estimar a dimensão do sítio pelo fato das evidências terem sido encontradas sob a água.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Lagoa do Peri II

Trata-se de um sítio cerâmico Guarani, localizado nas proximidades da porção oeste da Lagoa do Peri, na localidade chamada de Restinga, onde funcionários do parque identificaram fragmentos de um vasilhame com decoração plástica corrugada – que se encontra parcialmente remontado e exposto na sede do parque – quando da abertura de buracos para plantio de mudas de plantas nativas. O Sr. Mauro, funcionário da FLORAM, lotado no Parque Municipal da Lagoa do Peri, foi quem identificou as evidências e informou a existência do sítio à equipe. Tendo em vista que os objetos foram encontrados em profundidade e que não há visibilidade da superfície devido à vegetação, não foi possível estimar o tamanho do sítio, sendo necessária a realização de intervenções.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Lagoinha do Leste I

Trata-se de dois polidores fixos côncavo-convexos produzidos em diferentes matacões de diabásio, situados nas proximidades de um dique, no canto norte da Praia da Lagoinha do Leste. Os suportes que contêm os polidores estão dispostos em uma área de, no máximo, 3 m<sup>2</sup>. Pode ser acessado por trilha a partir da Praia do Matadeiro ou do distrito do Pântano do Sul. Apesar de o sítio estar localizado em uma Unidade de Conservação – Parque Municipal da Lagoinha do Leste –, as evidências arqueológicas estão permanentemente sujeitas a impactos antrópicos, pois se encontram próximo ao acesso à trilha que liga a Lagoinha do Leste à Praia do Matadeiro. Além disso, a ação da maré e a abrasão marinha têm impactado os polidores. Em campo, percebemos que uma das evidências estava parcialmente soterrada pela areia. Segundo o Sr. Rodrigo Dalmolin, existem outros polidores na mesma área, os quais deveriam estar encobertos pela areia ou sob a água quando do nosso reconhecimento em campo. Bettanin (2008, p. 180) relata a existência de amoladores-polidores fixos no canto sul da Praia da Lagoinha do Leste, que não foram localizados pela equipe. Portanto, o presente registro remete a vestígios diferentes daqueles mencionados por Bettanin (2008).

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Lagoinha do Rio Tavares I

Sítio cerâmico Guarani localizado a nordeste da Lagoinha Pequena, em área onde atualmente existem diversas construções. A partir do Elevado do Rio Tavares, segue-se pela Rod. SC-406 por cerca de 3 km, sentido Lagoa da Conceição, entra-se à direita na Servidão Pedro Edmundo de Bitencourt e segue-se até o final. O sítio fica na esquina desta servidão com a Servidão Linda Estrela do Mar.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Lagoinha do Rio Tavares II

Trata-se de um sítio cerâmico Guarani localizado no bairro do Rio Tavares, no lado sul da Lagoinha e próximo ao sítio Lagoinha do Rio Tavares I. A partir do Elevado do Rio Tavares, segue-se por cerca de 2,5 km pela Rod. SC-406 no sentido Lagoa da Conceição e vira-se à direita na Avenida Campeche. O acesso é feito por uma pequena trilha demarcada no Parque da Lagoinha Pequena, e os vestígios aparecem fora da trilha mais para o lado sul.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Matadeiro I

Trata-se de um sítio composto por dois polidores fixos côncavo-convexos, produzidos sob uma laje de diabásio, em uma área de, no máximo, 9 m<sup>2</sup>. De fácil acesso, localiza-se no canto sul da Praia do Matadeiro. O sítio foi registrado por Fossari *et al.* (1987). Os polidores encontram-se bastante intemperizados devido à ação da maré e da abrasão marinha. Devido à utilização da praia por banhistas e moradores locais, o sítio está sujeito a impactos antrópicos. Há vegetação de restinga encobrindo parte do suporte. Desse modo, existe a possibilidade de que evidências arqueológicas estejam ocultas.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Matadeiro II

Consiste em um sítio composto por um polidor fixo côncavo-convexo, produzido em um afloramento de riolito. Situado em área de costão no interior do Parque Municipal da Lagoinha do Leste, localiza-se entre a Praia do Matadeiro e a Praia da Lagoinha do Leste. Pode ser acessado por meio da trilha que liga as referidas localidades, sendo necessário descer ao costão através de caminho utilizado por pescadores. O polidor apresenta marcas de desgaste por uso, além de evidências de impacto por abrasão marinha. A existência deste sítio foi comunicada pelo Sr. Rodrigo Dalmolin ao IPHAN. A arqueóloga Luciana Ribeiro foi a responsável pelo registro.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Matadeiro III

Trata-se de um sítio composto por representações rupestres de padrão esquemático (traços circulares e linhas poligonais paralelas), gravadas na superfície de um matacão de diabásio – que se encontra voltado para o costão – por meio das técnicas de picoteamento e polimento. Situado em área de costão no interior do Parque Municipal da Lagoinha do Leste, localiza-se entre a Praia do Matadeiro e a Praia da Lagoinha do Leste. Pode ser acessado por meio da trilha que liga as referidas localidades, sendo necessário descer ao costão através de caminho utilizado por pescadores (chegando ao sítio MTD II) e seguir por cerca de 100 m no sentido sudoeste até um dique de diabásio. Encontra-se sujeito a abrasão marinha e a erosão pluvial. A existência

deste sítio foi comunicada pelo Sr. Rodrigo Dalmolin ao IPHAN. A arqueóloga Luciana Ribeiro foi a responsável pelo registro.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Mato do Pilão

O sítio localiza-se na encosta de uma elevação arenosa onde foram coletados um artefato lítico em basalto com superfície alisada e blocos pequenos e plaquetas de diabásio. Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares, sentido norte da ilha, por cerca de 6 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, entra-se à direita no *camping* dos escoteiros mirins; passando a casa-sede destes, segue-se até o final da área de *camping* e em seguida à direita, sentido sul. O sítio está bem próximo ao sítio Praia Grande I.

**Referências:** Duarte (1971) e Bueno *et al.* (2015).

### Morro do Gravatá I

Trata-se de um sítio composto por dois amoladores fixos (sulcos) produzidos sobre laje de diabásio, situado no costão do Morro do Gravatá, entre a Ponta do Gravatá e a Praia Mole. Está em Área de Preservação Permanente. O sítio dista cerca de 5 metros do mar e está a cerca de 6 metros de altitude com relação ao nível do mar. O acesso pelo costão é difícil e se inicia atrás de uma casa de pescadores que está no final da trilha, antes do acesso à praia. As trilhas que levam a esse ponto estão fechadas pela vegetação. Ainda assim o local é bastante frequentado por banhistas no veraneio. O sítio sofre com a ação das marés, erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Morro do Gravatá II

Trata-se de um sítio de representações rupestres, localizado em um dique de diabásio no canto sul da Praia Mole, que apresenta inscrições de padrão geométrico (triângulos, quadriláteros, linhas retas e linhas poligonais paralelas) gravadas através de picoteamento e polimento. O sítio está em Área de Preservação Permanente. O acesso é fácil, feito pelo sul da Praia Mole. O sítio localiza-se em uma parede no dique de diabásio ali existente, em área de



média/baixa vertente. As representações se estendem por cerca de 11 metros, sendo duas concentrações mais acima e uma terceira concentração mais abaixo. Há vegetação crescendo próximo às representações assim como infiltrações de água que vem da vegetação e passa por cima de algumas representações. Além disso, o sítio sofre com ação da maré, descamação da rocha, erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Muro histórico na Armação

Consiste em um antigo muro, possivelmente construído por pessoas escravizadas através da sobreposição de blocos e matacões de rochas, situado em área de média vertente, que acompanha a formatação do maciço montanhoso localizado a oeste da Praia da Armação. Pode ser acessado a partir da SC-406, nº 5358, propriedade do Sr. Günter, seguindo morro acima, no sentido noroeste, por cerca de 150 m. Informações orais prestadas por antigos moradores da Praia da Armação – Sr. Aldo de Souza e Sr. Aroldo – dão conta de que o muro se estendia, em área de média vertente, desde as proximidades do trevo de acesso à Praia da Armação até a Lagoa do Peri. Antigos moradores relataram que o muro foi construído por pessoas escravizadas. Posteriormente, membros da família Pires utilizaram a área para plantio (café) e criação de gado; atividades que levaram à destruição de alguns trechos do muro. O muro possui uma altura média de 1,40 m e uma largura de, aproximadamente, 0,80 m, sendo que, atualmente, possui cerca de 90 m de comprimento. Assim, totaliza uma área de 196,1034 m<sup>2</sup>. Em campo, foram percebidos alguns trechos descontínuos, sendo que os blocos/matacões estavam dispostos nas proximidades.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Muro no Caminho da Gurita

Trata-se de um muro construído por meio da sobreposição de rochas em área de média vertente, cuja extensão é de cerca de 30 m, localizado em um trecho do Caminho da Gurita que parte da porção nordeste da Casa do Vitorino e segue morro acima sentido Sertão do Peri. O muro tem área de 70,1762 m<sup>2</sup>. O sítio sofre bioturbação causada pelo crescimento de vegetação no interior e nas imediações do sítio. Nas proximidades há outro muro de pedras que está localizado entre uma margem do Caminho da Gurita e

remanescentes de uma antiga casa. Desse modo, há a possibilidade de que este muro integre um conjunto arquitetônico maior, hipótese que demanda uma investigação específica.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Pântano do Sul I

Trata-se de um sítio conchífero, localizado na baixa vertente de uma encosta de morro, onde foram evidenciados líticos lascados e polidos (em diabásio e riolito), restos faunísticos (conchas e vértebras de peixe) e remanescentes ósseos humanos, expostos em perfil e em superfície. Possui uma área de 1526,3445 m<sup>2</sup>. Foi registrado por Piazza (1966a), porém, conforme Schmitz e Bitencourt (1996, p. 78), desde a década de 1940, o colecionador Carlos Berenhauser reuniu peças da localidade. Rohr (1977) efetuou pesquisas sistemáticas no sítio, denominando esse local como setor ou área III. *Grosso modo*, conforme Schmitz e Bitencourt (1996, p. 80), foram identificadas três camadas estratigráficas: a primeira, areno-argilosa, com a presença de bastante areia e conchas, além de grande variedade de material arqueológico – incluindo um sepultamento e dois zoólitos, datada de 4460 ± 110 (I-9215) AP; a segunda, uma camada de conchas bastante compactadas, com espessura máxima de 1 m, onde havia grande diversidade de materiais arqueológicos (líticos, fauna marinha e terrestre, etc), tendo sido datada, no topo, de 3735 ± 100 (I-9213) AP e na base em 3850 ± 105 (I-9216) AP; e a terceira, mais próxima à superfície atual, areno-argilosa onde foram encontrados materiais arqueológicos e recentes.

O acervo reunido durante essas pesquisas, bem como por Carlos Berenhauser, encontra-se sob guarda do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr. Para acessá-lo, a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, segue-se em direção ao cemitério, onde parte do sítio pode ser observado em uma servidão nos fundos de um rancho de pescadores e outra parte em terreno ao lado esquerdo do cemitério. Sobre o sítio foram delimitados, pelo menos, três terrenos de proprietários diferentes: o cemitério, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis; o terreno do Sr. Abel Justi (área do sítio definida como intacta por Rohr (1977)), atualmente com poucas evidências de transformações; e um terreno com diversos domicílios, a oeste do sítio. Moradores locais relataram que neste último terreno está a via de acesso a essas casas em que Rohr (1977) efetuou suas escavações. O sítio encontra-se bastante danificado, principalmente, devido à urbanização da área. Fatores naturais impactam o sítio, tais como a erosão eólica e pluvial, além da bioturbação. Contudo, predominam os fatores de destruição antrópicos recentes, como:

construção de estradas e moradias, deposição de lixo, construção de cemitério, utilização da área para plantio. Ainda assim, há parte do sítio que se encontra preservada.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Rohr (1977, 1984b), Duarte (1971), Schmitz e Bitencourt (1996), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Pântano do Sul III

Consiste em duas concentrações de amoladores-polidores fixos localizados no canto leste da Praia do Pântano do Sul: a primeira, distribuída em uma área de 15 m x 5 m no início do costão, possui seis polidores fixos, sendo quatro côncavo-convexos e dois côncavos, em matações de diabásio e riolito, sendo dois conjuntos em par no mesmo suporte e dois isolados; a segunda é representada por um conjunto de três amoladores fixos produzidos em um bloco de granito. Foi registrado por Fossari *et al.* (1989b).

Possui uma área aproximada de 75 m<sup>2</sup>. O acesso à primeira concentração se dá pelo canto leste da Praia do Pântano do Sul, seguindo por cerca de 50 m por calçada que margeia o morro. A segunda concentração também se localiza no canto leste da praia; porém, o bloco que contém os amoladores se encontra na base frontal esquerda de uma lanchonete (ao lado do rancho dos pescadores), a menos de um metro de uma escada. Enquanto a primeira concentração está em área pública, a segunda se situa em propriedade do Sr. Milton Olíbio de Souza.

O Sr. Milton Olíbio de Souza, nativo da Armação do Pântano do Sul, morador local há mais de 40 anos, informou que existiam outros blocos com amoladores e polidores fixos no local onde hoje está a lanchonete e na área concretada do rancho de pesca situado ao lado direito, bem como próximo à figueira, os quais acredita terem sido removidos quando da construção da calçada que margeia o morro ou por ação de moradores locais.

O sítio tem sido destruído pela erosão eólica e pluvial, bem como devido à ação da maré e à abrasão marinha. Além disso, a construção de muro de contenção e de calçada impactou o sítio, ocasionando o acúmulo de blocos variados e restos construtivos nas imediações do sítio. Um bloco com evidências foi parcialmente cimentado a fim de ser utilizado como base para a escada de acesso à lanchonete. Ademais, pessoas circulam sobre as evidências.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989b), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Pântano do Sul IV

Trata-se de um conjunto gráfico de representações rupestres, composto por dois conjuntos de gravuras geométricas, picoteadas em dique de diabásio. A área total do suporte onde estão as evidências possui 0,72 m<sup>2</sup>. O sítio foi registrado por Fossari (2004) e analisado por Comerlato (2005a). Para acessá-lo, a partir do canto leste da Praia do Pântano do Sul, seguir pela calçada que margeia o morro até o final e continuar por cerca de 50 m pelo costão. É difícil visualizar o suporte, que se encontra inclinado. Diversos fatores naturais têm impactado o sítio, tais como as erosões eólica e pluvial, a abrasão marinha, ação da maré e faturamento do suporte. Contudo, o principal fator de destruição evidenciado em campo foi um aspecto antrópico: o vandalismo (foram produzidas pichações sobre as evidências arqueológicas). Além disso, deve-se considerar que o local é frequentado por pescadores.

**Referências:** Fossari (2004), Comerlato (2005a), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Pântano do Sul V

Consiste em duas áreas de concentração de polidores fixos no entorno do Morro do Cemitério: a primeira é um conjunto de dez polidores fixos côncavo-convexos e côncavos; a segunda é composta por dois conjuntos de polidores fixos côncavos com duas e três evidências. Ambas as concentrações foram produzidas em dique de diabásio. Próximo à primeira concentração, foram evidenciadas retiradas de lascas no dique nas imediações de polidores. Possui uma área de 4,8754 m<sup>2</sup>. O sítio foi registrado por Fossari *et al.* (1989b).

O acesso ao sítio se dá a partir do canto leste da Praia do Pântano do Sul, seguindo pela calçada que margeia o morro até o final e continuando pelo costão por mais 40 m. A primeira concentração dessas evidências está localizada antes de se chegar às gravuras rupestres (Pântano do Sul IV), enquanto a segunda concentração se situa logo após um recuo do dique, na direção sul. Os suportes apresentam sinais de fraturamento e se encontram bastante intemperizados devido à ação da abrasão marinha, sendo que também estão sujeitos à ação da maré e à erosão pluvial e eólica. Ademais, a utilização da área como ponto de pesca pode ocasionar outros impactos.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989b), Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Pântano do Sul VI

Trata-se de um sítio localizado em planície marinha arenosa, que se encontra densamente urbanizada, onde foram evidenciados materiais líticos lascados (em diabásio) em local cujo solo é úmido e escuro. Possui uma área de 2223,5987 m<sup>2</sup>. Corresponde ao setor/área I escavado por Rohr (1977), o qual, conforme Schmitz e Bitencourt (1996, p. 78), teria sido perturbado em toda a sua profundidade. O acervo coletado se encontra sob guarda do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr.

A área está localizada entre a Rua Joaquim Neves (orla da Praia do Pântano do Sul), a Servidão Dário Ladislau Coelho e a Rua Manoel Vidal, onde existem diversas propriedades particulares (Manoel José de Campos – seu Leca –, Rancho de Pescadores Germano José do Lopo – Seu Bebeco; e outros). O Sr. Manoel José de Campos, seu Leca, e sua esposa relataram que ao escavarem o solo para a construção da sua casa, encontraram material arqueológico (lítico e ossos humanos). De forma semelhante, foi encontrado material arqueológico em subsuperfície na área onde se situa o rancho de pescadores Seu Bebeco.

Encontra-se bastante danificado, principalmente, devido à urbanização da área. Fatores naturais impactam o sítio, tais como a erosão pluvial e a ação da maré. Contudo, predominam os fatores de destruição antrópicos recentes, como: construção de estradas e moradias, deposição de lixo, circulação de pessoas, construção de poços de água.

**Referências:** Rohr (1977), Schmitz e Bitencourt (1996) e Bueno *et al.* (2015).

## Piscinas da Barra I

O sítio arqueológico Piscinas da Barra I é descrito na bibliografia por Comerlato (2005a), que indica a presença de 29 gravuras, algumas isoladas, outras formando conjuntos gráficos, em dois diques de diabásio. O sítio pode ser acessado a partir da Barra da Lagoa, atravessando a ponte e seguindo em direção à Prainha da Barra.

**Referências:** Comerlato (2005a), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

## Piscinas da Barra II

O sítio arqueológico Piscinas da Barra II é descrito na bibliografia por Comerlato (2005a), envolvendo um conjunto de gravuras geométricas confeccionadas em blocos de diabásio. Pode ser acessado a partir da Barra

da Lagoa, atravessando a ponte em direção à Prainha da Barra e percorrendo trilha em direção às piscinas da Barra, seguindo a partir daí pelo costão.

**Referências:** Comerlato (2005a), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

### Piscinas da Barra III

O sítio arqueológico de Piscinas da Barra III é composto por polidor fixo côncavo-convexo, produzido em matacão granítico, localizado nas proximidades dos sítios Piscinas da Barra I e II. O sítio localiza-se no costão em uma abertura existente entre grandes matações de granito que formam uma área abrigada.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Piscinas da Barra IV

Consiste em um sítio de inscrições rupestres, de padrão geométrico, gravadas em bloco de diabásio. Para acessar a partir da Barra da Lagoa, atravessa-se a ponte e segue-se em direção à Prainha da Barra. Posteriormente, passa-se pela Prainha e segue-se em direção às Piscinas da Barra. Após as piscinas, segue-se por mais 400 m pelo costão na direção leste. O sítio localiza-se em um matacão de diabásio próximo a um grande afloramento de granito. Há relatos de que o sítio tem sido destruído por amadores que periodicamente visitam o sítio e utilizam giz para realçar as inscrições.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

### Poço histórico no Pântano do Sul

Trata-se de um antigo poço de pedras utilizado para captação de água, possivelmente construído por pessoas escravizadas, localizado na planície ao norte das dunas, nas proximidades da parte loteada do Balneário dos Açores. Possui uma área de 7 m<sup>2</sup>, em propriedade dos herdeiros do Sr. Nilson Almeida. Quem informou acerca da existência do sítio e da historicidade das evidências foi o “seu Lalau”, nativo da localidade do Pântano do Sul que administra um sítio localizado nas proximidades. O acesso se dá a partir da Sede do Distrito do Pântano do Sul, seguindo em direção ao Balneário dos Açores pela Estrada João Belarmino da Silva. Vira-se à direita na Rua das Opalas. O sítio se localiza nos fundos da primeira residência à direita, em meio à mata. Tem sido impactado, sobretudo, pela erosão pluvial.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Ponta da Armação I

Trata-se de um sítio conchífero onde, em uma área de 1.166,63 m<sup>2</sup>, foram evidenciados vestígios líticos lascados (em diabásio e quartzo), restos faunísticos (vértebras de peixes), fragmentos de remanescentes ósseos humanos (incluindo ossos longos) e fragmentos de cerâmica Itararé. Há, também, sedimento arenoso de coloração escura em superfície. Está localizado na porção sudoeste da Ilha das Campanhas, na Praia da Armação, sendo que pode ser acessado por meio de passarela que liga a praia à ilha. Foi registrado por Fossari *et al.* (1987). Segundo Sr. Aldori Aldo de Souza, anos atrás, um professor de história desenvolveu escavações no local, porém sem autorização legal. Essas escavações foram paralisadas com a chegada da polícia. O Sr. Aldori e seu pai (Sr. Aldo) informaram que foram encontrados diversos remanescentes ósseos humanos no local, principalmente próximo ao poste de iluminação. Além da pesquisa sem autorização, os outros fatores antrópicos de destruição do sítio são: utilização da área como *camping*; utilização da área como apoio para a pesca; circulação de turistas. As evidências também estão sujeitas à ação da maré e à erosão pluvial.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Fossari (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta da Armação III

Trata-se de um sítio composto por 18 amoladores e/ou polidores fixos dispostos em quatro concentrações: no canto sul da Praia da Armação, no sul da Ilha das Campanhas, abaixo da passarela que liga a praia à ilha e na margem direita da foz do Rio Quincas Antônio. Possui uma área total de 181,9631 m<sup>2</sup>. Foi registrado por Rohr (1974). Acerca das concentrações de evidências arqueológicas, os seguintes vestígios foram encontrados e quantificados:

Concentração 1 (canto sul da Praia da Armação): três polidores côncavos e dois polidores côncavo-convexos; todos em matações ou blocos de diabásio. Alguns suportes foram integrados em construções (molhe e coluna da antiga armação).

Concentração 2 (passarela Praia da Armação/Ilha das Campanhas): sete polidores côncavos, um polidor côncavo-convexo (com 50 cm de diâmetro) e um amolador; todos em matações ou blocos de diabásio.

Concentração 3 (sul da Ilha das Campanhas): três amoladores produzidos sobre um polidor côncavo e um polidor côncavo; todos em matações ou blocos de diabásio.

Concentração 4 (margem direita do Rio Quincas Antônio): dois polidores côncavo-convexos sobre um matacão de diabásio.

Rohr (1974) relata que alguns matacões/blocos contendo amoladores-polidores fixos foram coletados e encontram-se no Museu do Homem do Sambaqui. Há, na Pousada Maré de Lua, outros cinco blocos/matacões de diabásio contendo amoladores-polidores fixos. O sítio vem sofrendo intervenções antrópicas recentes desde a construção de um molhe entre a praia e a ilha, o que levou ao deslocamento de matacões com evidências arqueológicas.

Em 2010, uma ressaca de grandes proporções, ocasionada por um ciclone extratropical, acarretou estragos diversos em construções nas proximidades da orla da praia. A fim de amenizar situações semelhantes posteriores, órgãos governamentais promoveram a construção de molhes (com rochas e areia) e muros de contenção. Essas construções podem ter resultado na destruição ou soterramento de evidências arqueológicas. As evidências também estão sujeitas à ação da maré, abrasão marinha, erosão eólica e erosão pluvial.

**Referências:** Rohr (1974), Bettanin (2008), Fossari *et al.* (1989c), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta das Almas

O sítio Ponta das Almas localiza-se em pontão da margem oeste da Lagoa da Conceição, próximo ao Canto dos Araçás. Consiste em sítio conchífero composto por numeroso material malacológico, vestígios líticos e enterramentos humanos. O sítio apresenta diâmetro aproximado de 60 m contando com o embasamento rochoso sobre o qual está assentado. O sítio foi escavado entre as décadas de 1960 e 1980 por pesquisadores da UFSC (PIAZZA, 1966a; HURT, 1974; BECK, 2007), os quais obtiveram datas para a ocupação desse sítio entre 4200 e 2500 anos AP (informações mais detalhadas podem ser obtidas no Capítulo 5 deste livro, escrito por Scherer e Lima).

**Referências:** Piazza (1966a), Hurt (1974), Beck (2007), Rohr (1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987), Jockyman (2015) e Bueno *et al.* (2015).

## Ponta do Caçador I

Trata-se de amoladores-polidores fixos, produzidos em blocos ou em matacões de diabásio e granito, localizados no canto nordeste da Praia da Galheta e na porção oeste da Ponta do Caçador. Constam 290 evidências, sendo 111 amoladores fixos (sulcos), 104 polidores fixos côncavos, 74 polidores fixos



côncavo-convexos e um plano, em uma área de 772,5631 m<sup>2</sup>. Este sítio está na área do Parque Municipal da Galheta. As evidências arqueológicas foram identificadas em um dia em que a maré estava muito baixa. Ainda assim, há possibilidade de vestígios soterrados ou submersos que não foram visualizados. Boa parte dos blocos/matações com amoladores-polidores fixos ficam sob a água na maior parte do tempo e, portanto, estão cobertos com algas e cracas. Pela proximidade com o mar, o sítio sofre com a ação das marés, com a erosão eólica e pluvial, além de ficar em uma área de circulação de banhistas. A área também é utilizada por pescadores.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponta do Caçador II

Trata-se de um sítio a céu aberto, localizado sobre a Ponta do Caçador, onde foram evidenciados vestígios sobre a superfície: líticos lascados em quartzo, diabásio e granito; plaquetas de diabásio; um percutor fraturado; além de sedimento de coloração escura – diferente do solo circundante. Está na área do Parque Municipal da Galheta. O sítio se localiza na porção mais alta da Ponta do Caçador, a nordeste da Praia da Galheta, a cerca de 15 metros do nível do mar, em uma área de 206,1498 m<sup>2</sup>. O local é ponto de observação de pesca, e há um banco de madeira construído sobre o sítio arqueológico. As imediações do sítio são frequentadas por banhistas em época de veraneio. O sítio sofre erosão eólica e pluvial. Informações constantes em bibliografia dão conta de que foi evidenciado material cerâmico Itararé e restos faunísticos em superfície quando do registro do sítio (FOSSARI *et al.*, 1988a). No nosso levantamento, encontramos somente um fragmento de cerâmica em superfície.

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

### Ponta do Caçador III

Trata-se de um sítio de representações rupestres composto por três gravuras de padrão geométrico (linhas poligonais paralelas e quadriláteros), produzidas através de picoteamento e de polimento, em matações e na parede de um dique de diabásio, na porção sudeste da Ponta do Caçador. Está na área do Parque Municipal da Galheta. A área onde as três gravuras se encontram é de 206,1498 m<sup>2</sup>. O sítio sofre com a ação da maré, com a descamação da rocha e com a erosão eólica e pluvial. Na ocasião da visita ao sítio, na representação

mais evidente, em um matacão inclinado sobre o dique, havia traços de vandalismo.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Fossari (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

#### Ponta do Caçador IV

Consiste em 44 amolares fixos (sulcos), produzidos sob bloco, e laje, em um dique de diabásio, localizado na porção sudeste da Ponta do Caçador, nas imediações do sítio com representações rupestres (Ponta do Caçador III – PCD III). Está na área do Parque Municipal da Galheta. Apesar da quantidade de amoladores, eles estão em uma área de 2,2788 m<sup>2</sup>. Boa parte dos registros é de difícil visualização, pois estão em meio aos matacões. Estão na porção mais baixa do dique e sofrem ação das marés e erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Amaral (1995), Fossari (2004), Comerlato (2005a), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

#### Ponta do Caçador V

Trata-se de um sítio composto por 34 amoladores-polidores fixos, sendo 33 amoladores (sulcos) e um polidor côncavo, produzidos em uma laje de diabásio, situada na porção sudeste da Ponta do Caçador. Está na área do Parque Municipal da Galheta. Os registros estão dispersos em uma área de 14,5534 m<sup>2</sup> e se encontram numa porção mais alta do dique a cerca de 5 metros do nível do mar. Alguns registros estão bem intemperizados, e o sítio sofre também com a ação das marés e com a erosão eólica e pluvial.

**Referências:** Fossari (2004), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

#### Ponta do Gravatá

Trata-se de um sítio composto por amoladores-polidores fixos que totalizam a quantia de 54 evidências produzidas sobre blocos e/ou matacões de diabásio, dispersos na orla da Praia do Gravatá, entre os quais constam: 40 polidores côncavo-convexos, seis polidores côncavos e oito amoladores (sulcos). O sítio se encontra em Área de Preservação Permanente. O sítio compreende uma área de 188,9772 m<sup>2</sup>. Está exposto às marés e à erosão eólica e pluvial. Há possibilidade de que haja evidências submersas ou soterradas.

Há trânsito de pescadores nas proximidades, e as imediações do sítio são frequentadas por banhistas em época de veraneio.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989a), Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

### Porto do Rio Vermelho I

Sítio conchífero, parcialmente destruído pela ação de caieiras, que também apresenta vestígios cerâmicos Guarani. Apresenta a data mais antiga para ocupação da ilha, por volta de 5000 anos AP, conforme dados obtidos em escavação feita por De Masi (2001). Apresenta pequenas elevações em relação à superfície atual e foi possivelmente um montículo de grandes dimensões no passado. Está localizado em terreno particular ao lado do Rio Vermelho, na divisa com o Parque Florestal do Rio Vermelho.

**Referências:** De Masi (2001) e Bueno *et al.* (2015).

### Porto do Rio Vermelho II

Sítio conchífero localizado dentro do Parque Florestal do Rio Vermelho, ao lado do rio de mesmo nome. Foi pesquisado por De Masi (2001), o qual mostrou que o sítio foi ocupado entre 1800 e 1000 anos AP. Posteriormente, parte dos restos faunísticos (vestígios de peixes) foram estudados por Sousa (2011).

**Referências:** De Masi (2001), Sousa (2011) e Bueno *et al.* (2015).

### Praia da Galheta I

Trata-se de um sítio composto por um amolador fixo (sulco) produzido sobre laje de diabásio, situado no canto sul da Praia da Galheta. Para chegar ao local deve-se seguir a trilha que sai da Praia Mole e leva à Praia da Galheta por cerca de 250 metros e descer para o costão. A representação dista cerca de 10 m do mar e está a 5 m de altura do nível do mar. O sítio sofre a ação da maré e a erosão eólica e pluvial.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Praia da Joaquina I

O sítio Praia da Joaquina I consiste em um sítio conchífero localizado na Praia da Joaquina, próximo ao morro do Retiro. Devido às construções presentes no local (dois hotéis), não foi possível localizar sua posição exata. Segundo os dados disponíveis na bibliografia (ROHR, 1984b; FOSSARI, 2004), foram identificados sepultamentos humanos, ossos de fauna e fragmentos de cerâmica Itararé.

**Referências:** Rohr (1984b), Fossari *et al.* (1989a), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia da Joaquina II

O sítio Praia da Joaquina II, consiste em um sítio conchífero localizado na Praia da Joaquina. Não foi possível localizar a posição exata do sítio devido às construções existentes no local. De acordo com Bettanin (2008), o sítio estaria localizado sob o estacionamento da Praia da Joaquina. Porém, segundo informação oral obtida com frequentadores antigos do local, o sítio estaria onde hoje há um grande *deck* entre dois restaurantes na praia.

**Referências:** Fossari *et al.* (1989a), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia da Joaquina III

O sítio Praia da Joaquina III é composto por oficinas líticas com 65 amoladores, 12 polidores fixos côncavos e seis polidores fixos côncavo-convexos, todos confeccionados sobre blocos de diabásio. O sítio está localizado junto ao costão do canto esquerdo da Praia da Joaquina. A área de implantação do sítio é pública, e o local, intensamente frequentado para atividades de lazer.

**Referências:** Fossari *et al.* (1988a), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia do Pântano do Sul I

Trata-se de um sítio em área de dunas onde foram evidenciados material lítico lascado e polido (em quartzo, diabásio, riolito e granito), remanescentes

ósseos humanos, restos faunísticos (concha, ossos de peixe e outros), carvão disperso em superfície e sedimento de coloração escura. Possui uma área de 3486,9870 m<sup>2</sup>, localizada em propriedade da JAT engenharia.

Consiste na Área/Setor II pesquisada por Rohr (1977). Segundo Schmitz e Bitencourt (1996, p. 79), eis a descrição da estratigrafia do sítio: “camada mais profunda, areia de tonalidade escura, estéril; camada intermediária de areia clara, com a presença de artefatos líticos e ósseos, fauna terrestre e marinha, carvão e três sepultamentos humanos, com 90 a 100 cm de profundidade, datada em 4515 ± 100 AP (I-9214); e a camada mais recente de areia fina, clara e estéril, com 50 a 70 cm de profundidade”. O acervo reunido se encontra sob guarda do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr.

O acesso se dá a partir da orla da Praia do Pântano do Sul, seguindo na direção sudoeste. As evidências estão em superfície nos fundos da casa de número 80. Conforme informado por moradores locais, a área é utilizada há tempos para descarte de resíduos de pesca. Além dos fatores que envolvem a urbanização da área, como construção de moradia e deposição de lixo, o sítio também tem sido impactado pela erosão eólica e pluvial e pela bioturbação.

**Referências:** Piazza (1962), Fossari *et al.* (1988b), Rohr (1977, 1984b), Duarte (1971), Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia dos Açores I

Trata-se de um sítio composto por um polidor fixo côncavo-convexo, produzido sobre matacão de diabásio, localizado em meio a afloramento granítico, no canto sudeste da Praia dos Açores. Possui pequenas dimensões, apenas 0,375 m<sup>2</sup> de área. Foi identificado pelo Sr. Rodrigo Dalmolin. Pode ser acessado através da servidão Mem de Sá, situada na localidade da Costa de Dentro. Ao final desta via, próximo à Praia dos Açores, seguir por travessa até a orla. A partir da praia, caminhar no sentido sudeste por cerca de 50 m até a formação granítica permeada de matacões de diabásio onde se localiza o polidor. Em campo, observou-se que o sítio está sujeito a impactos ocasionados pela erosão eólica e pluvial, bem como à ação da maré e à abrasão marinha. Existe a possibilidade de que outras evidências estejam soterradas, pois há blocos/matacões de diabásio sob a areia da praia. O local tem sido utilizado por banhistas que frequentam a praia.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Praia Grande I

Sítio conchífero localizado dentro do Parque Florestal do Rio Vermelho, foi bastante utilizado para exploração de cal. Bigarella (1949) apresenta-o com 7 m de altura, quase soterrado pelas areias das dunas. Escavado por João Alfredo Rohr (1960). Recentemente estudado por Jockyman (2015), estudo que mostrou que o sítio possui atualmente cerca de 2 m de espessura e começou a ser construído cerca de 3000 anos AP. Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares sentido norte da ilha por cerca de 6 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, entra-se à direita no *camping* dos escoteiros mirins, passa-se a casa-sede destes, e vai-se até o final da área de *camping*. Posteriormente, segue-se à direita, sentido sul, e o sítio está bem próximo ao sítio Mato do Pilão.

**Referências:** Bigarella (1949), Rohr (1960), Bettanin (2008), Jockyman (2015) e Bueno *et al.* (2015).

## Praia Grande II

Sítio de oficina lítica, situado no canto norte da Praia do Moçambique, que contém um total de 72 depressões, sendo 43 com forma de sulco, 16 côncavas e 18 côncavo-convexas distribuídas em blocos e matacões. Para acessar o sítio a partir da Praia do Moçambique, segue-se até o canto norte, pois o sítio está localizado em blocos/matacões tanto na praia quanto no costão.

**Referências:** Bettanin (2008) e Bueno *et al.* (2015).

## Prainha da Barra I

O sítio é composto por 41 polidores fixos côncavos, oito polidores fixos côncavo-convexos e 22 amoladores, todos confeccionados sobre blocos/matacões de diabásio. O sítio localiza-se no canto sudeste da Prainha da Barra. Para acessar a partir da Barra da Lagoa, atravessa-se a ponte sentido Prainha da Barra. Ao chegar à prainha, dirige-se ao canto direito (sudeste). Os blocos/matacões de diabásio com as evidências arqueológicas encontram-se em meio ao afloramento granítico.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Amaral (1995), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Prainha da Barra II

Sítio composto por quatro depressões em laje granítica em forma de sulco, e uma depressão côncavo-convexa em matacão granítico, localizadas no noroeste (esquerdo) da Prainha da Barra. Pode ser acessado a partir da Barra da Lagoa, atravessando a ponte sentido prainha.

**Referências:** Amaral (1995), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Prainha da Barra III

O sítio é composto por dois polidores fixos côncavos e um polidor fixo côncavo-convexo, todos em suporte granítico, localizados na extremidade leste da Ponta do Vigia, na Prainha da Barra. Pode ser acessado a partir da Barra da Lagoa, atravessando-se a ponte sentido Prainha. Ao chegar à Prainha, dirige-se ao canto esquerdo (noroeste) e segue-se pelo costão por cerca de 30 m.

**Referências:** Amaral (1995), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio da Barra da Lagoa

O sítio arqueológico do Rio da Barra da Lagoa, também conhecido por Barra Esquerda I, corresponde a um sítio conchífero. Foi destruído na década de 1970 para pavimentação da estrada SC-406. Segundo Rohr (1961), foram encontrados ossos humanos quando da construção da rodovia. Apesar do intenso impacto sofrido pelo sítio, ainda é possível visualizar vestígios em superfície no fundo de casas construídas no local e no terreno do *camping* Fortaleza da Barra.

**Referências:** Rohr (1961, 1984b), Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987), Oppitz (2011) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio da Lagoa I

Trata-se de um conjunto de 79 polidores fixos, sendo 63 côncavo-convexos e 16 côncavos, produzidos em um conjunto de seis suportes graníticos, localizados sob o pilar da ponte que liga a Praia da Barra da Lagoa à Prainha. O sítio localiza-se sob o pilar da ponte, na margem esquerda do canal da barra.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio da Lagoa II

Trata-se de um sítio composto por duas áreas de concentração de evidências, as quais totalizam 63 depressões côncavo-convexas produzidas sobre embasamento ou matacões graníticos. O sítio está localizado ao longo da margem direita do canal da barra, a partir do final da ponta que liga a Praia da Barra à Prainha

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Amaral (1995), Bettanin (2008), Sophiati (2010) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio da Lagoa III

De acordo com a bibliografia indicada abaixo, o sítio é composto por depressões côncavo-convexas produzidas sobre matacões/embasamento granítico. O sítio foi completamente destruído pela edificação de um estabelecimento comercial e uma praça no local. Estaria localizado na margem direita do canal da barra, próximo à ponte que liga a Barra da Lagoa à Prainha.

**Referências:** Fossari *et al.* (1987), Amaral (1995) e Bueno *et al.* (2015).

## Rio da Lagoa IV

O sítio Rio da Lagoa IV é composto por nove polidores fixos côncavos, um polidor fixo côncavo-convexo e quatro amoladores, evidenciados em uma intrusão de diabásio de pouca largura em meio ao embasamento granítico. Está localizado na extremidade noroeste da Ponta do Vigia, próximo ao canal da Barra.

**Referência:** Bueno *et al.* (2015).

## Sambaqui do Leca

Sítio conchífero registrado por Duarte (1971), localizado na margem leste da Lagoa da Conceição, próximo ao mirante da Praia Mole. Na Lagoa da Conceição, ao final da Avenida das Rendeiras entra-se à direita na Rod. Jorn. Manoel de Menezes em direção ao norte da ilha e segue-se por cerca de 2 km. O acesso ao sítio se dá pelos terrenos do Sr. Dalvo.

**Referências:** Duarte (1971) e Bueno *et al.* (2015).



## São João do Rio Vermelho I

Sítio conchífero que atualmente não apresenta elevação; a maior parte dos vestígios está enterrada em uma área plana próxima à Lagoa da Conceição. Foi pesquisado por Duarte (1971), a qual realizou uma sondagem que alcançou 70 cm de profundidade. Está situado em uma propriedade privada. Há dificuldades em relação à preservação do sítio, pois por diversas vezes o acesso ao sítio se mostrou complicado.

**Referências:** Duarte (1971), Fossari *et al.* (1987) e Bueno *et al.* (2015).

## Travessão do Rio Vermelho

Sítio cerâmico guarani identificado no ano de 2013 por um morador local, Sr. Maurício. Encontra-se a 570 m do Rio Vermelho (bacia da Lagoa da Conceição), em propriedades privadas, áreas de reflorestamento e edificadas. O sítio foi parcialmente escavado pela equipe do LEIA-UFSC nos anos de 2013 e 2014, sendo que o material cerâmico foi estudado por Müller (2015, 2019; ver mais informações no Capítulo 7). Seguindo pela Rod. João Gualberto Soares no sentido norte por cerca de 10 km a partir do trevo que dá acesso à chamada “Cidade da Barra” e ao Corpo de Bombeiros, entra-se na Servidão Ana Cardoso e vira-se à esquerda na Rua Cândido Pereira dos Anjos. Segue-se por cerca de 900 m e entra-se à esquerda na Rua Expedicionário Bráz Laurindo de Souza. O sítio está localizado no final da rua, do lado esquerdo, em terrenos particulares.

**Referências:** Bueno *et al.* (2015) e Müller (2015, 2019).

## Apêndice II – Sítios arqueológicos em Florianópolis com registro duplicado

CNSA	Nome	Outras denominações	Tipo	Informações	Bibliografia
Não cadastrado	Vargem do Bom Jesus I (DUARTE, 1971)	Bigarella n. 6; Vargem do Bom Jesus II	Conchífero	Não confundir este sítio com o Vargem do Bom Jesus II, registrado por Rohr, que consta no CNSA. Nem Duarte nem Fossari acreditam que seja o mesmo sítio (OPPITZ, 2011)	Bigarella (1949), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1989a), Oppitz (2011)
Não cadastrado	Caminho da Gurita	Caminho do Peri	Histórico	Ver Apêndice I	Silva (1999), Soares (2011)
Não cadastrado	Morro do Gravatá I	Praia Mole II, Oficina Lítica Praia Mole II	Amolador-polidor fixo	Ver Apêndice I	Fossari <i>et al.</i> (1989a), Fossari (2004), Amaral, (1995), Atlas (2004)
Não cadastrado	Ponta do Caçador V	Ponta do Caçador VII	Amolador-polidor fixo	Ver Apêndice I	Fossari (2004)
Não cadastrado	Morro do Gravatá II	Praia Mole I, SC LF 63	Representações rupestres	Ver Apêndice I	Fossari <i>et al.</i> (1989a), Fossari (2004), Atlas (2004), Comerlato (2005a), Bettanin (2008)
Não cadastrado	Ponta do Caçador III	Ponta do Caçador VI	Representações rupestres	Ver Apêndice I	Fossari (2004)
Não cadastrado	Ponta da Armação	Ponta da Armação I	Conchífero	Fossari <i>et al.</i> (1987) consideram este sítio como um sambaqui. Fossari (2004) refere-se a ele como sítio Jê	Fossari <i>et al.</i> (1987), Fossari (2004), Oppitz (2011)
Não cadastrado	Carianos VII	Carianos II	Conchífero	Ver Apêndice I	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1988b), Oppitz (2011)
Não cadastrado	Tapera II	Tapera	Conchífero	Ver Apêndice I	Duarte (1971), Oppitz, (2011)
Cadastrado	Matadeiro	Matadeiro I	Amolador-polidor fixo	Ver Apêndice I	Fossari <i>et al.</i> (1989b), Fossari (2004), Amaral (1995), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010)
Cadastrado	Tapera	Tapera I, SC LF 02	Conchífero	Ver Apêndice I	Fossari <i>et al.</i> (1988b), Fossari (2004), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010)

## Apêndice III – Sítios arqueológicos registrados em Florianópolis, porém não localizados em campo

Nome	Informações	Bibliografia
Estação Florestal I	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Estação Florestal II	Sítio conchífero. Duarte (1971) considera como dois sambaquis diferentes (Estação Florestal II e III)	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Pântano do Sul II	Sambaqui (ROHR, 1984; ATLAS, 2004; CNSA, 2021). Oficina Lítica ou Inscrição Rupestre (soares 2004)	Rohr (1984b), Fossari (2004), Oppitz (2011), Atlas (2004), CNSA (2021)
Carianos I	Sítio conchífero. Talvez corresponda ao sambaqui do aeroporto (DUARTE, 1971), uma vez que as informações coincidem em alguns pontos	Rohr (1960, 1984), Duarte (1971), Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011)
Campo do Casqueiro I	Sítio conchífero	Rohr (1960, 1984), Piazza (1962 <i>apud</i> Fossari <i>et al.</i> 1987), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Campo do Casqueiro II	Sítio conchífero. Talvez corresponda ao sítio da Ponta do Campo (PIAZZA, 1966a)	Rohr (1960, 1984), Piazza, (1966), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Ponta dos Martins	Sítio conchífero	Rohr (1960, 1984), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Ponta do Leal	Sítio conchífero	Rohr (1984), Oppitz (2011)
Caiacanga III	Sítio conchífero	Farias e Kneip (2010), Oppitz (2011), CNSA (2021)
Vargem do Bom Jesus V	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1988), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Vargem do Bom Jesus VI	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1988), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Girassóis	Sítio conchífero. Talvez corresponda ao Campo da Barra (BETTANIN, 2008)	Atlas (2004), Bettanin (2008), Oppitz (2011)
São João do Rio Vermelho II	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004)
São João do Rio Vermelho III	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004), Bettanin (2008)
Vargem Pequena II (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1987), Oppitz (2011), Atlas (2004), Comerlato (2007)
Areias de Santo Antônio (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1989b), Oppitz (2011)

Nome	Informações	Bibliografia
Bigarella n. 8; Campo da Coroa (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Bigarella (1949), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1989b), Oppitz (2011), Atlas (2004), Comerlato (2007)
Bigarella n. 9.; Rio Ratones (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Bigarella (1949), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1989a), Oppitz (2011), Comerlato (2007)
Campo da Barra I (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Duarte (1971), Oppitz (2011)
Campo da Barra II (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero. Para Duarte (1971), este sítio corresponde ao sambaqui do Campo do Casqueiro II. As descrições, apesar de não se contradizerem, não estão de acordo	Duarte (1971), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Carianos I (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero, porém não é o mesmo Carianos I com registro no CNSA	Duarte (1971), Oppitz (2011)
Caieira da Barra do Sul I (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Fossari <i>et al.</i> (1989b), Oppitz (2011), Atlas (2004), Bettanin (2008)
Ilha das Conchas (não cadastrado no CNSA)	Sítio conchífero	Jornal <i>A Notícia</i> , 29/10/2001
Ponta da Armação II	Sítio removido de contexto original. Matações com representações rupestres foram integrados ao acervo do Museu do Homem do Sambaqui por Rohr	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Fossari (2004), Oppitz (2011), Atlas (2004), Bettanin (2008), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Balneário dos Açores	Sítio lítico, possivelmente destruído em razão da urbanização da área	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Fossari (2004), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ilha Maria Francisca I	Sítio conchífero	Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ilha do Francês II	Amolador-polidor fixo (FARIAS; KNEIP, 2010; CNSA, 2021) ou conchífero (ATLAS, 2004)	Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ilha do Campeche II	Amolador-polidor fixo (FARIAS; KNEIP, 2010; CNSA, 2021) ou representação rupestre (ATLAS, 2004)	Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ponta das Canas IV	Amolador-polidor fixo	Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ilha Irmã do Meio I	Amolador-polidor fixo	CNSA (2021)
Ilha das Aranhas Pequena I	Representação rupestre	Comerlato (2005a), CNSA (2021)
Lagoinha do Leste (não cadastrado no CNSA)	Amolador-polidor fixo	Atlas (2004), Bettanin (2008)
Oficina Lítica Rio Lessa II (não cadastrado no CNSA)	Amolador-polidor fixo	Amaral (1995)

## Apêndice IV – Sítios arqueológicos registrados em Florianópolis, porém não visitados em campo

Nome	Outras denominações	Tipo	Bibliografia
Rio Tavares II		Conchífero	Rohr (1984), Duarte (1971), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Ilha do Arvoredo I	Arvoredo II (FOSSARI <i>et al.</i> , 1988a)	Conchífero	Rohr (1984), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1988a), Oppitz (2011), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010)
Ponta das Flechas	Ilha Maria Francisca. No entanto, somente no Atlas (2004), Ponta das Flechas e Ilha Maria Francisca constam como sítios diferentes, inclusive, no mapa que acompanha a publicação, estão plotados em locais diferentes	Conchífero	Rohr (1984), Fossari <i>et al.</i> (1988a), Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010)
Ilha do Francês I	Bigarella n. 13	Conchífero	Bigarella (1949), Piazza (1966), Duarte (1971), Fossari <i>et al.</i> (1989a), Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010)
Ilha do Campeche III		Conchífero. No Atlas (2004), consta como inscrição rupestre	Oppitz (2011), Farias e Kneip (2010)
Ilha das Laranjeiras (não cadastrado no CNSA)		Conchífero	Duarte (1971), Oppitz (2011)
Paludo I (não cadastrado no CNSA)		Conchífero	Fossari <i>et al.</i> (1989a), Oppitz (2011), Atlas (2004)
Ilha do Arvoredo II		Representação rupestre	Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Arvoredo II		Abrigo sob rocha (CNSA, 2021); Taquara-Itararé (FARIAS; KNEIP, 2010)	Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Arvoredo III	SC LF 118	Abrigo sob rocha com presença de cerâmica (CNSA, 2021); Taquara-Itararé (FARIAS; KNEIP, 2010)	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Arvoredo IV	SC LF 119	Representação rupestre	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)

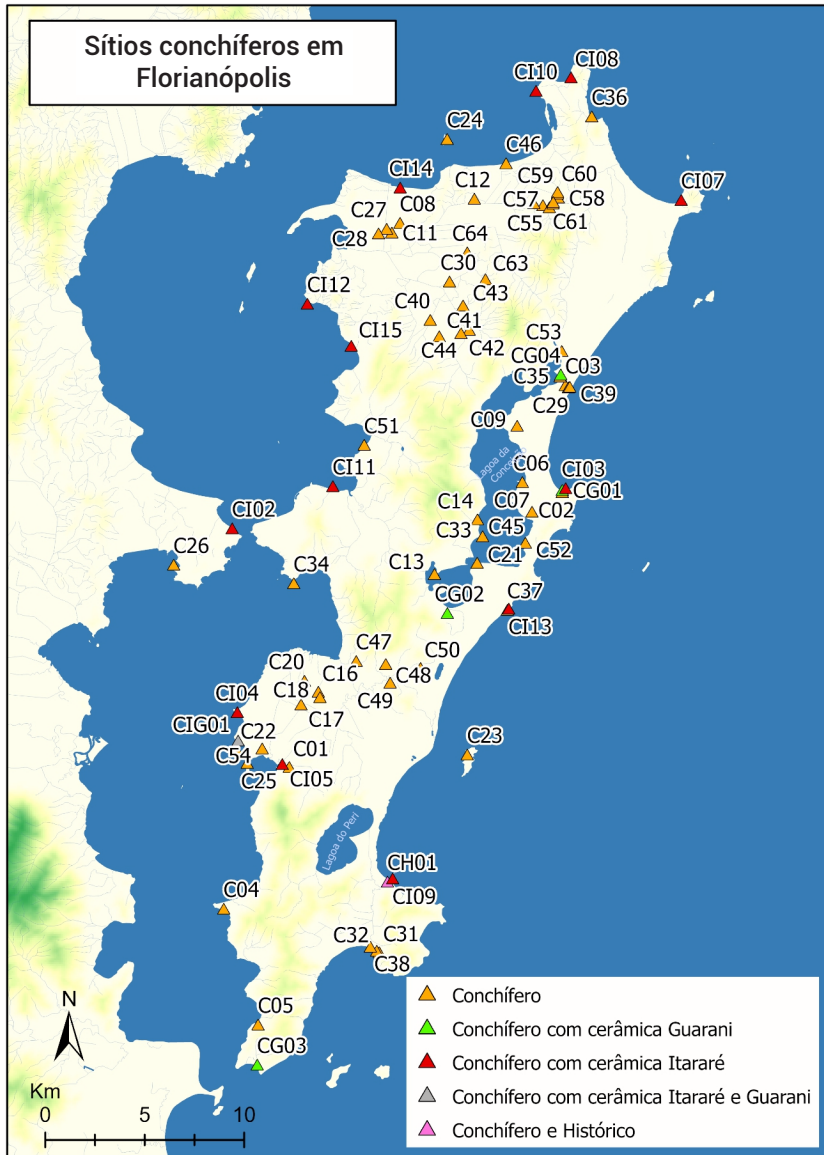
Nome	Outras denominações	Tipo	Bibliografia
Arvoredo V	SC LF 120	Representação rupestre	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Arvoredo VI	SC LF 121 – existe também um Arvoredo VII, mas não consta no relatório de Fossari <i>et al.</i> (1988a) por falha na fotografia	Amolador-polidor fixo	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ibitinga	SC LF 88	Mancha preta (FOS-SARI <i>et al.</i> , 1988a), acampamento (ATLAS, 2004), oficina lítica (FARIAS; KNEIP, 2010), lítico (CNSA, 2021)	Fossari <i>et al.</i> (1988a), Atlas (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ponta das Andorinhas II		Amolador-polidor fixo	Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Forte Santo Antônio de Ratores		Histórico	CNSA (2021), <i>Site do Projeto Fortalezas Multimídia</i> , Projeto Fortalezas Multimídia [CD-ROM] (1995) e Soares (2011)
Armação da Ilha do Campeche		Histórico	CNSA (2021), Soares (2011)
Engenho do Ventura (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Engenho do João Idalino (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Casa da Praia do Saquinho (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Engenho da Pedra Branca (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Engenho da Cachoeira Grande (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Engenho do Rodolfo (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Engenho da Lagoinha (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999), Soares (2011)
Barra da Lagoinha (não cadastrado no CNSA)		Histórico	Silva (1999, 2001), Soares (2011)

Nome	Outras denominações	Tipo	Bibliografia
Aldeia Fulvio Aducci		Multicomponencial	Soares (2011)
Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba (não cadastrado no CNSA, 2021)		Histórico	Amaral (2001), <i>Site do Projeto Fortalezas Multimídia</i> , Projeto Fortalezas Multimídia [CD-ROM] (1995) e Soares (2011)
Ponta da Caiacanga-Açu	Caiacanga-Açu I (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989a; ATLAS, 2004; BETTANIN, 2008), SC LF 113 (FOSSARI <i>et al.</i> , 1989a).	Guarani	Fossari <i>et al.</i> (1989a), Atlas (2004), Bettanin (2004), Farias e Kneip (2010), CNSA (2021)
Ilha do Campeche*	Ferro Elétrico	Representação rupestre	Atlas (2004), Comerlato (2005a)
	Pedra Preta do Norte	Representação rupestre	
	Pedra Fincada	Representação rupestre	
	Saco do Rosa	Representação rupestre	
	Conforto	Representação rupestre	
	Leteiro	Representação rupestre	
	Triste	Representação rupestre	
	Pedra Preta do Sul	Representação rupestre	
	Lajeado	Representação rupestre	

\* No IPHAN, o registro deste sítio apresenta-se reunido com os outros sítios de representação rupestre, formando a Ilha do Campeche um único sítio. Comerlato (2005a) divide o sítio Ilha do Campeche (CNSA, 2021) em: Ferro Elétrico, Pedra Preta do Norte, Pedra Fincada, Saco do Rosa, Conforto, Letreiro, Triste, Pedra Preta do Sul e Lajeado. No Atlas (2004), o sítio Ilha do Campeche (CNSA, 2021) é denominado de Ilha do Campeche II e Ilha do Campeche III.

## Apêndice V – Mapas dos sítios arqueológicos em Florianópolis

**Mapa 1 – Sítios conchíferos em Florianópolis**



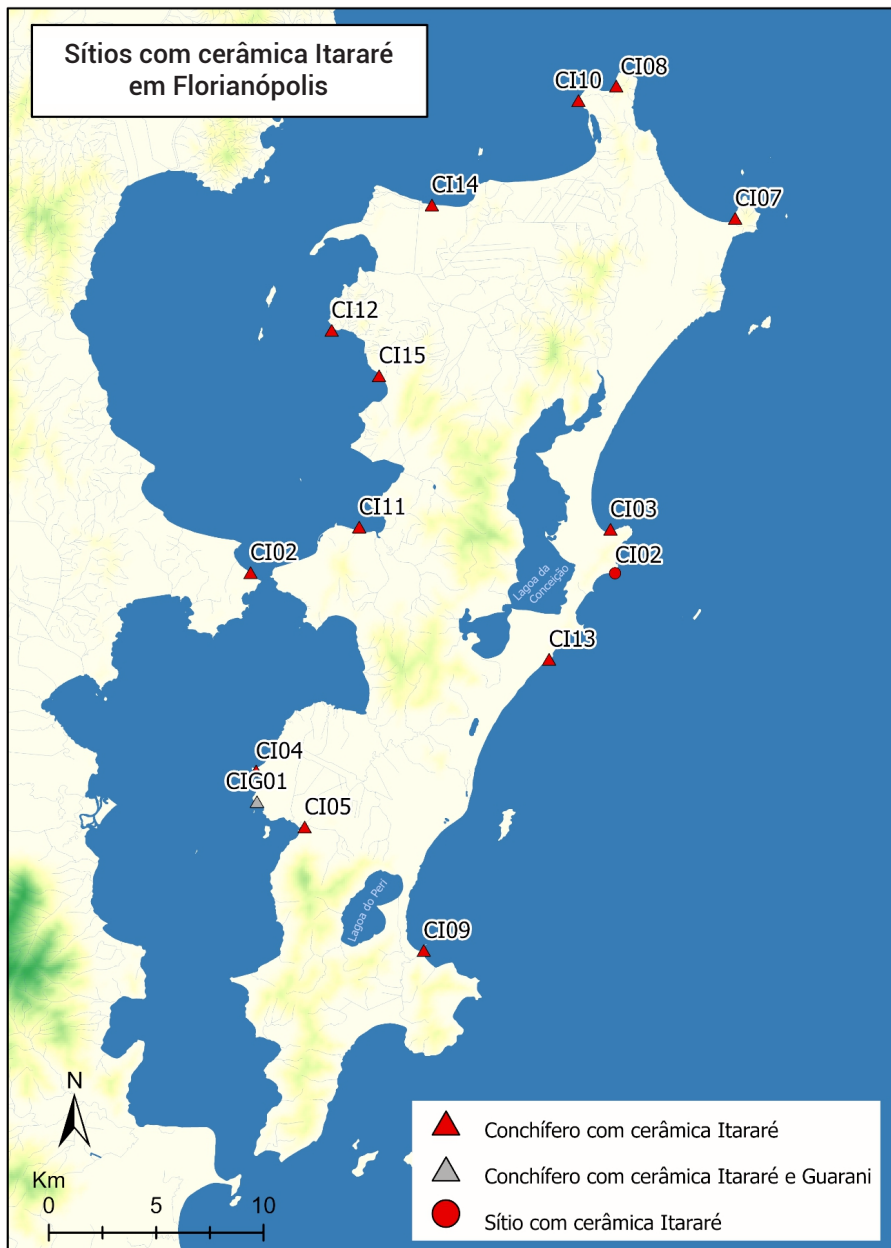
Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.



Código	Nome do sítio	Longitude	Latitude
C01	Alto Ribeirão	-48,5466474	-27,69947502
C02	Barra da Lagoa II	-48,4233219	-27,57536648
C03	Borda do Mato	-48,4219415	-27,52698862
C04	Caiaçanga III	-48,5762507	-27,7635098
C05	Caieira da Barra do Sul I	-48,56075019	-27,81582262
C06	Campo da Barra I	-48,44136952	-27,57081906
C07	Campo da Barra II	-48,44136952	-27,57081906
C08	Campo de Jurerê I	-48,49664297	-27,4537343
C09	Campo do Casqueiro	-48,44374129	-27,54537363
C10	Campo do Casqueiro I	Sem informação	Sem informação
C11	Campo do Jurerê II	-48,50034841	-27,45805976
C12	Canasvieiras I	-48,46306022	-27,44282224
C13	Canto da Lagoa II	-48,48106189	-27,61234614
C14	Canto dos Araçás	-48,46164742	-27,58763078
C15	Carianos I	Sem informação	Sem informação
C16	Carianos II	-48,533523	-27,665514
C17	Carianos III	-48,54133944	-27,67125628
C18	Carianos IV	-48,53278966	-27,66792816
C19	Carianos VI	Sem informação	Sem informação
C20	Carianos VII	-48,539796	-27,660555
C21	Freguesia do Canto da Lagoa I	-48,46180264	-27,60725807
C22	Ilha das Laranjeiras	-48,57042197	-27,6915842
C23	Ilha do Campeche III	-48,46626799	-27,69386737
C24	Ilha do Francês I	-48,47534524	-27,41584128
C25	Ilha Maria Francisca I	-48,56564405	-27,69768103
C26	Ilhas das Conchas	-48,59886524	-27,60813756
C27	Jurerê III	-48,50268178	-27,4564053
C28	Jurerê IV	-48,50633659	-27,45850101
C29	Mato do Pilão	-48,42057095	-27,52803689
C30	Paludo I	-48,47427276	-27,48021856
C31	Pântano do Sul I	-48,50599704	-27,78314733
C32	Pântano do Sul VI	-48,50715796	-27,78250963
C33	Ponta das Almas	-48,4593447	-27,59526699
C34	Ponta dos Limões I	-48,54463095	-27,61648184
C35	Porto do Rio Vermelho II	-48,42430898	-27,52311669
C36	Praia Brava II	-48,41004512	-27,40565626
C37	Praia da Joaquina II	-48,44815263	-27,62852664
C38	Praia do Pântano do Sul I	-48,51000989	-27,78067532
C39	Praia Grande I	-48,41996965	-27,52778211
C40	Ratones I	-48,48298344	-27,49755608
C41	Ratones II	-48,478919	-27,50496245

C42	Ratones III	-48,46539601	-27,50204584
C43	Ratones IV	-48,46816789	-27,49102528
C44	Ratones V	-48,46909585	-27,50352982
C45	Rio da Barra da Lagoa	-48,43702882	-27,58419177
C46	Rio do Braz	-48,44874449	-27,42679779
C47	Rio Tavares I	-48,51642637	-27,65163813
C48	Rio Tavares II	-48,50308156	-27,65297728
C49	Rio Tavares III	-48,50109612	-27,66141392
C50	Rio Tavares IV	-48,48735508	-27,6547682
C51	Saco Grande I	-48,51280706	-27,55399021
C52	Sambaqui do Leca	-48,44003402	-27,59823235
C53	São João do Rio Vermelho I	-48,42360619	-27,51159075
C54	Tapera II	-48,55888728	-27,69109253
C55	Vargem do Bom Jesus I	-48,43209698	-27,44572848
C56	Vargem do Bom Jesus II	-48,43622361	-27,44483908
C57	Vargem do Bom Jesus III	-48,42915161	-27,44670273
C58	Vargem do Bom Jesus IV	-48,42512639	-27,44235157
C59	Vargem do Bom Jesus V	-48,42549323	-27,44049064
C60	Vargem do Bom Jesus VI	-48,42546934	-27,4397774
C61	Vargem do Bom Jesus VII	-48,42751222	-27,44500324
C62	Vargem do Bom Jesus VIII	-48,42743798	-27,44428005
C63	Vargem Pequena I	-48,45806001	-27,47914733
C64	Vargem Pequena II	-48,46625836	-27,4670438
CG01	Camping da Barra	-48,42335542	-27,57436559
CG02	Canto da Lagoa I	-48,4752585	-27,62997937
CG03	Naufregados II	-48,56111658	-27,83392899
CG04	Porto do Rio Vermelho I	-48,42403728	-27,52218232
CH01	Armação do Sul	-48,50227193	-27,75126592
CI02	Aldeia Fúlvio Aducci	-48,57243646	-27,59169751
CI03	Barra da Lagoa I	-48,42182529	-27,57355221
CI04	Base Aérea I	-48,5701061	-27,67472356
CI05	Cruzeiro	-48,54979889	-27,69816839
CI06	Ilha do Arvoredo I	-48,37446043	-27,27924196
CI07	Inglese II	-48,36964276	-27,44337172
CI08	Lagoinha de Ponta das Canas I	-48,41940266	-27,38799182
CI09	Ponta da Armação I	-48,49996144	-27,74985269
CI10	Ponta das Canas I	-48,43521281	-27,39407618
CI11	Ponta do Lessa I	-48,52696765	-27,57261397
CI12	Ponta do Sambaqui I	-48,53849419	-27,49025742
CI13	Praia da Joaquina I	-48,44752746	-27,62796475
CI14	Rio do Meio	-48,49655812	-27,43778908
CI15	Santo Antônio I	-48,51866163	-27,50925951
CIG01	Tapera I	-48,56976128	-27,68754831

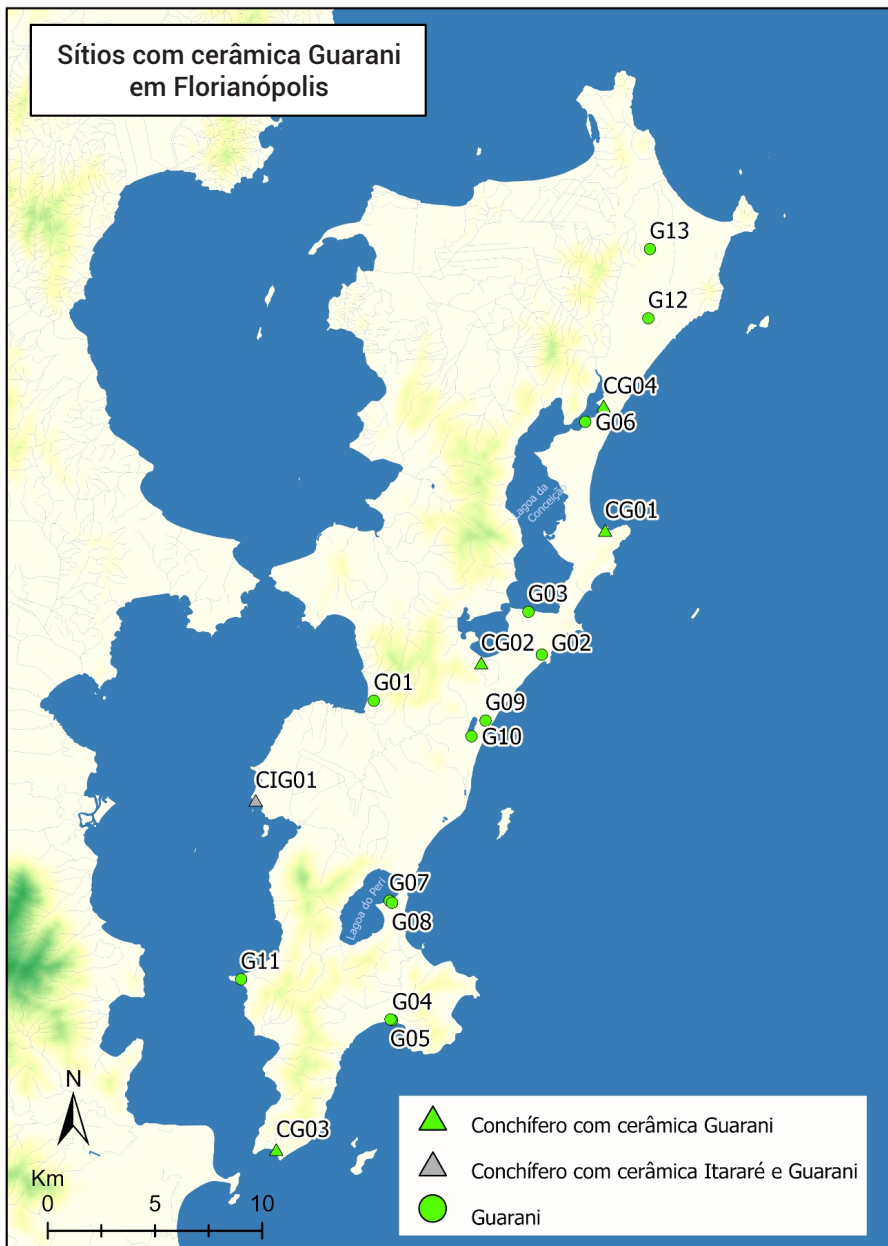
**Mapa 2 – Sítios com cerâmica Itararé em Florianópolis**



Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

Código	Nome do sítio	Longitude	Latitude
CI01	Arvoredo II	-48,364541	-27,29304
CI02	Aldeia Fúlvio Aducci	-48,57243646	-27,59169751
CI02	Ponta do Caçador II	-48,4198593	-27,59221949
CI03	Barra da Lagoa I	-48,42182529	-27,57355221
CI04	Base Aérea I	-48,5701061	-27,67472356
CI05	Cruzeiro	-48,54979889	-27,69816839
CI06	Ilha do Arvoredo I	-48,37446043	-27,27924196
CI07	Ingleses II	-48,36964276	-27,44337172
CI08	Lagoinha de Ponta das Canas I	-48,41940266	-27,38799182
CI09	Ponta da Armação I	-48,49996144	-27,74985269
CI10	Ponta das Canas I	-48,43521281	-27,39407618
CI11	Ponta do Lessa I	-48,52696765	-27,57261397
CI12	Ponta do Sambaqui I	-48,53849419	-27,49025742
CI13	Praia da Joaquina I	-48,44752746	-27,62796475
CI14	Rio do Meio	-48,49655812	-27,43778908
CI15	Santo Antônio I	-48,51866163	-27,50925951
CIG01	Tapera I	-48,56976128	-27,68754831

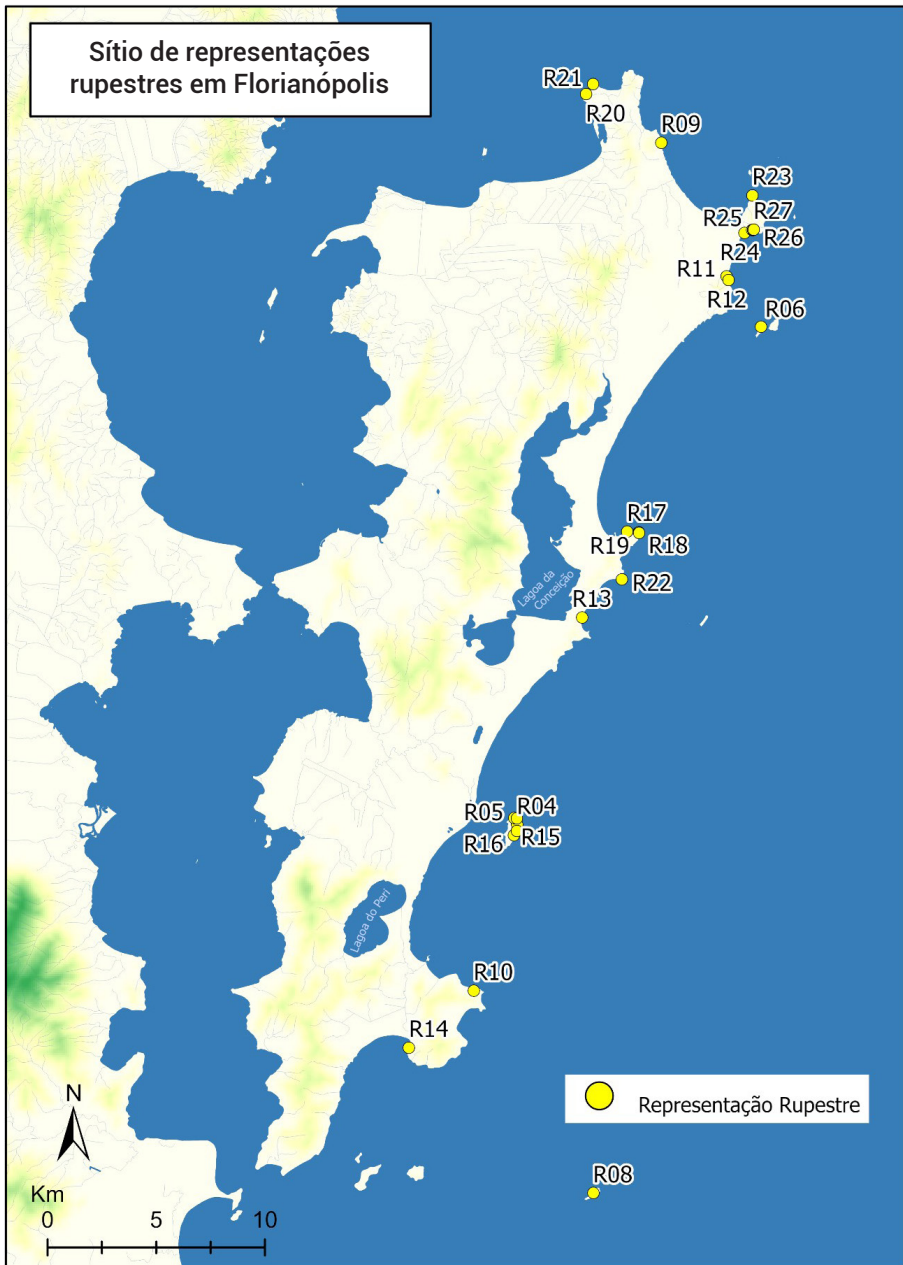
**Mapa 3 – Sítios com cerâmica Guarani em Florianópolis**



Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

Código	Nome do sítio	Longitude	Latitude
CG01	Camping da Barra	-48,42335542	-27,57436559
CG02	Canto da Lagoa I	-48,4752585	-27,62997937
CG03	Naufragados II	-48,56111658	-27,83392899
CG04	Porto do Rio Vermelho I	-48,42403728	-27,52218232
CIG01	Tapera I	-48,56976128	-27,68754831
G01	Costeira do Pirajubaé	-48,52025034	-27,64607632
G02	Dunas da Joaquina I	-48,44989374	-27,62683535
G03	Dunas da Lagoa da Conceição I	-48,4555055	-27,60889309
G04	Dunas do Pântano do Sul I	-48,51252068	-27,78000776
G05	Dunas do Pântano do Sul II	-48,51326976	-27,77963327
G06	Estação Florestal IV	-48,43173892	-27,52914601
G07	Lagoa do Peri I	-48,51370736	-27,73004296
G08	Lagoa do Peri II	-48,51262446	-27,73084456
G09	Lagoinha do Rio Tavares I	-48,47346046	-27,65443431
G10	Lagoinha do Rio Tavares II	-48,47933981	-27,66095657
G11	Ponta da Caiacanga-Açu I	-48,5758788	-27,76289873
G12	Travessão do Rio Vermelho	-48,40526784	-27,48580593
G13	Valda I	-48,40463368	-27,45675927

**Mapa 4** – Sítios de representações rupestres em Florianópolis

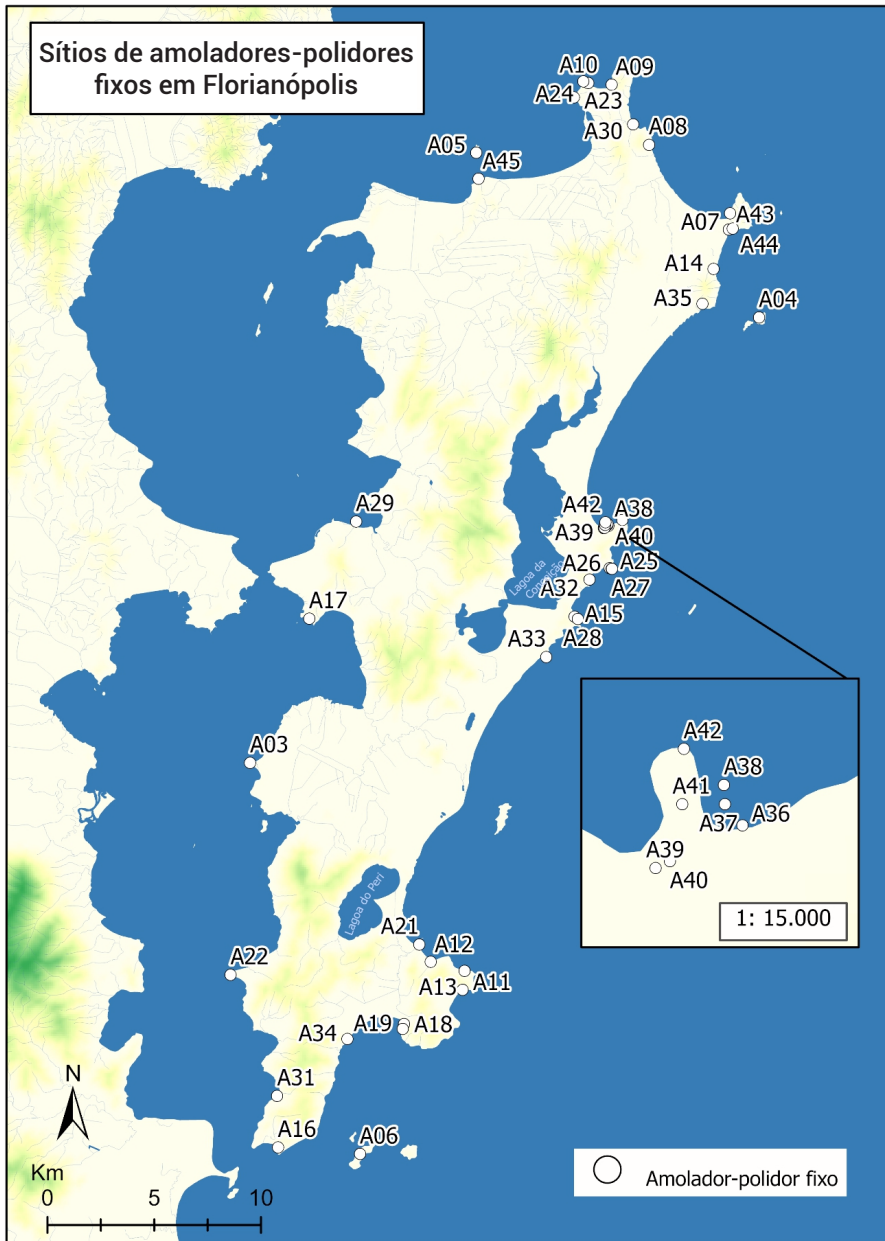


Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

Código	Nome do sítio	Longitude	Latitude
R01	Arvoredo IV	-48,35802869	-27,29768142
R02	Arvoredo V	-48,35763573	-27,29849505
R03	Arvoredo VIII	Sem informação	Sem informação
R04	Conforto	-48,46281356	-27,69377702
R05	Ferro Elétrico	-48,46399316	-27,69098357
R06	Ilha das Aranhas Pequena I	-48,3619331	-27,48810359
R07	Ilha do Arvoredo II	-48,37115816	-27,27110459
R08	Ilha Moleques do Sul	-48,43132625	-27,84588285
R09	Inglese IV	-48,40323196	-27,41210703
R10	Matadeiro III	-48,48070917	-27,76232432
R11	Morro das Aranhas I	-48,37616405	-27,46735033
R12	Morro das Aranhas III	-48,37546319	-27,46875365
R13	Morro do Gravató II	-48,43586424	-27,60811632
R14	Pântano do Sul IV	-48,50747732	-27,78585379
R15	Pedra Preta do Norte	-48,46287511	-27,69111647
R16	Pedra Preta do Sul	-48,46406144	-27,69811271
R17	Piscinas da Barra I	-48,41733091	-27,57263859
R18	Piscinas da Barra II	-48,41250251	-27,57301784
R19	Piscinas da Barra IV	-48,41232559	-27,57322206
R20	Ponta das Canas V	-48,4342707	-27,39197457
R21	Ponta das Canas III	-48,43133412	-27,38782414
R22	Ponta do Caçador III	-48,41954002	-27,59244814
R23	Ponta dos Ingleses I	-48,36555067	-27,43385682
R24	Santinho I	-48,36877278	-27,44934623
R25	Santinho IV	-48,36564517	-27,44817732
R26	Santinho V	-48,36529329	-27,44808946
R27	Santinho VI	-48,36504401	-27,44794038
R28	Triste	-48,46286743	-27,69626825

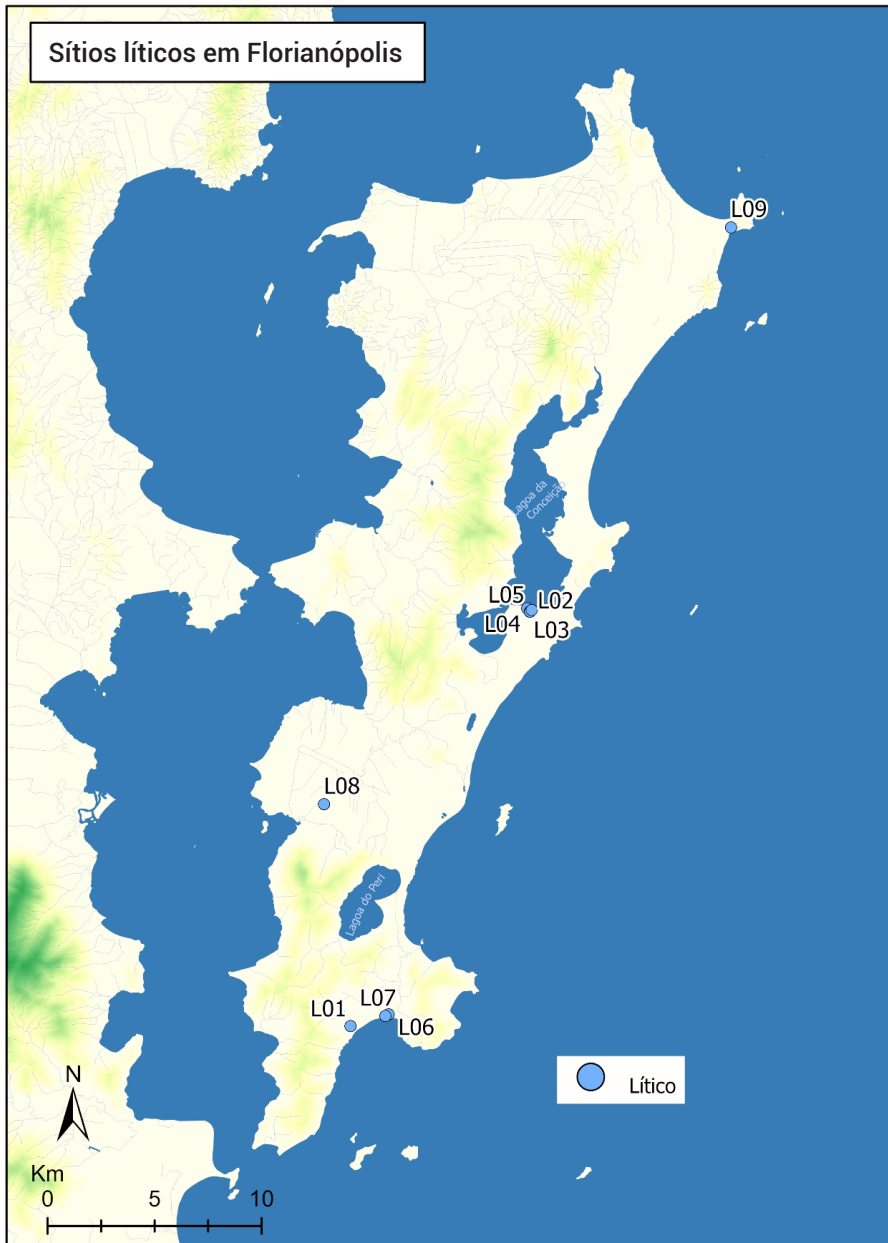


### Mapa 5 – Sítios de amoladores-polidores fixos em Florianópolis



Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), EMBRAPA (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

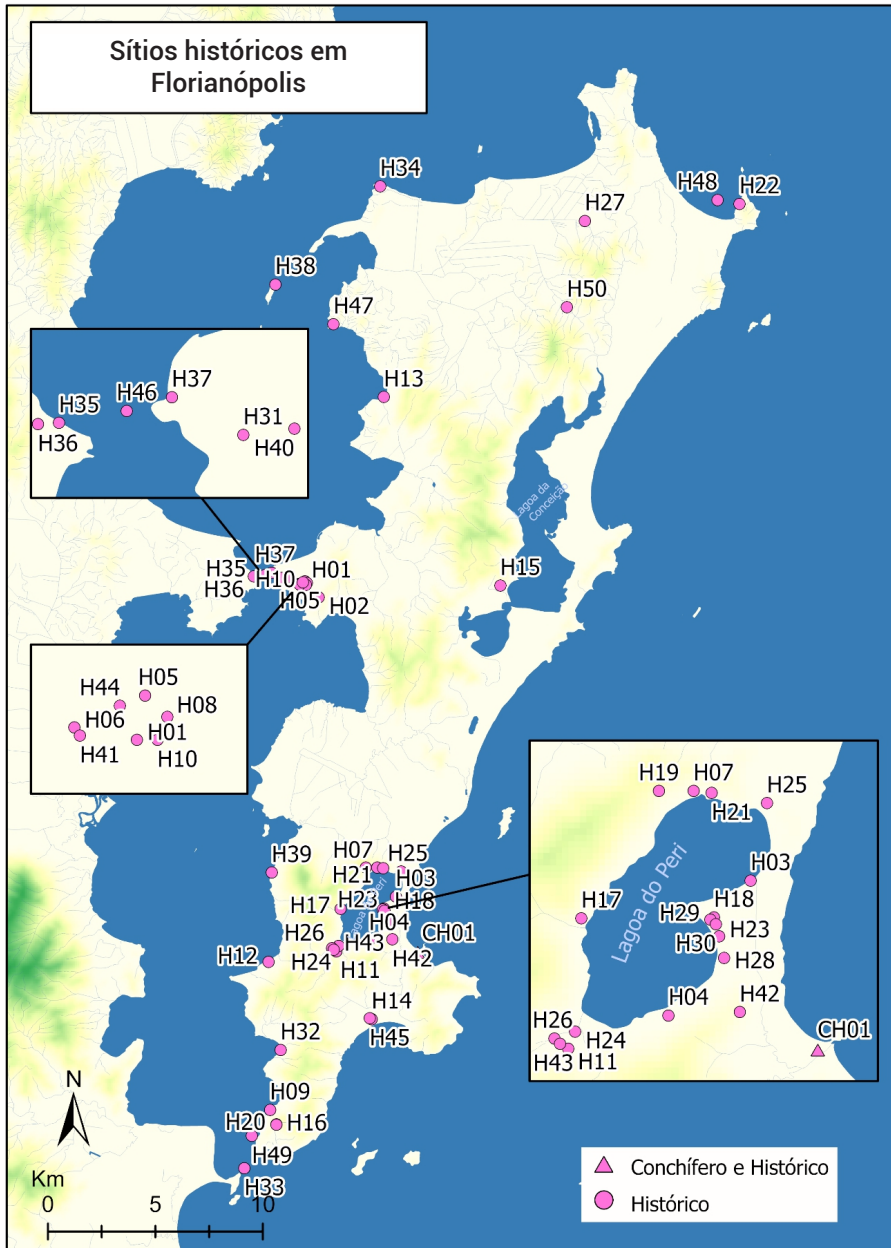
Código	Nome do sítio	Longitude	Latitude
A01	Arvoredo VI	-48,36675193	-27,29266707
A02	Arvoredo VII	-48,374677	-27,279048
A03	Base Aérea II	-48,57152097	-27,67399044
A04	Ilha das Aranhas Grande I	-48,35753382	-27,48676597
A05	Ilha do Francês II	-48,47644089	-27,41745819
A06	Ilha Irmã do Meio I	-48,52537737	-27,83848061
A07	Inglezes I	-48,36972422	-27,44292214
A08	Inglezes III	-48,40376052	-27,41414698
A09	Lagoinha de Ponta das Canas II	-48,41948485	-27,38880539
A10	Lagoinha de Ponta das Canas III	-48,42930396	-27,38819275
A11	Lagoinha do Leste I	-48,48215734	-27,76946958
A12	Matadeiro I	-48,4955532	-27,75767678
A13	Matadeiro II	-48,48130577	-27,76152316
A14	Morro das Aranhas II	-48,37668297	-27,46636763
A15	Morro do Gravatá I	-48,43511394	-27,61249646
A16	Naufregados I	-48,55983942	-27,83566587
A17	Oficina Lítica das Orquídeas	-48,5467068	-27,61333344
A18	Pântano do Sul III	-48,50687522	-27,78378575
A19	Pântano do Sul V	-48,50743511	-27,78592521
A20	Piscinas da Barra III	-48,41493997	-27,57183619
A21	Ponta da Armação III	-48,50044685	-27,75035772
A22	Ponta da Caiacanga-Açu II	-48,57978841	-27,76315674
A23	Ponta das Canas II	-48,4353324	-27,39415056
A24	Ponta das Canas IV	-48,43134266	-27,38745436
A25	Ponta do Caçador I	-48,42034729	-27,59213834
A26	Ponta do Caçador IV	-48,41953032	-27,59242992
A27	Ponta do Caçador V	-48,41941033	-27,59236453
A28	Ponta do Gravatá	-48,43374384	-27,61348164
A29	Ponta do Lessa II	-48,52701016	-27,5725245
A30	Praia Brava I	-48,41041038	-27,40559989
A31	Praia da Caieira I	-48,56016038	-27,81406175
A32	Praia da Galheta I	-48,42885453	-27,59687973
A33	Praia da Joaquina III	-48,44702691	-27,62945329
A34	Praia dos Açores I	-48,53068472	-27,79010537
A35	Praia Grande II	-48,38124376	-27,48095274
A36	Prainha da Barra I	-48,42092474	-27,57439263
A37	Prainha da Barra II	-48,42128952	-27,57394828
A38	Prainha da Barra III	-48,421309	-27,573543
A39	Rio da Lagoa I	-48,42274669	-27,57528362
A40	Rio da Lagoa II	-48,42244623	-27,5751427
A41	Rio da Lagoa III	-48,42219069	-27,57394697
A42	Rio da Lagoa IV	-48,42215717	-27,57278243
A43	Santinho III	-48,37021905	-27,44977055
A44	Santinho VII	-48,36849962	-27,44935009
A45	Vera Muccillo	-48,47551499	-27,42837726

**Mapa 6 – Sítios líticos em Florianópolis**

Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

<b>Código</b>	<b>Nome do sítio</b>	<b>Longitude</b>	<b>Latitude</b>
L01	Balneário dos Açores	-48,529638	-27,784357
L02	Dunas da Lagoa da Conceição II	-48,4555055	-27,60889309
L03	Dunas da Lagoa da Conceição III	-48,45444071	-27,61026305
L04	Dunas da Lagoa da Conceição IV	-48,45422956	-27,61019601
L05	Dunas da Lagoa da Conceição V	-48,45358525	-27,60958869
L06	Dunas do Pântano do Sul III	-48,51367948	-27,77946019
L07	Dunas do Pântano do Sul IV	-48,5149927	-27,78015151
L08	Ibitinga	-48,54077138	-27,69117791
L09	Santinho II	-48,36997869	-27,44881864

### Mapa 7 – Sítios históricos em Florianópolis



Fonte de dados arqueológicos: Bueno *et al.* (2015). Dados vetoriais: IBGE (2016), Epagri (2004), Embrapa (2005). Elaborado por Lucas Bond Reis, no ArcGIS Pro, set. 2020.

<b>Código</b>	<b>Nome do sítio</b>	<b>Longitude</b>	<b>Latitude</b>
CH01	Armação do Sul	-48,50227193	-27,75126592
CH02	SC-Carianos-V	Sem informação	Sem informação
H01	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	-48,5496704	-27,59805564
H02	Antigo Cemitério da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos	-48,54367129	-27,60320097
H03	Barra da Lagoinha	-48,51139357	-27,72834115
H04	Caminho da Gurita	-48,52257858	-27,74667785
H05	Capela Nossa Senhora das Dores (Catedral Metropolitana de Florianópolis)	-48,54939088	-27,59650776
H06	Casa da Antiga Alfândega	-48,55185748	-27,59762505
H07	Casa da Praia do Saquinho	-48,51917386	-27,71611966
H08	Casa D'Itália	-48,54861473	-27,59725198
H09	Casa e Engenho do Vitalino	-48,5639199	-27,81748468
H10	Casa Natal de Victor Meirelles	-48,54896152	-27,59805214
H11	Casa no Caminho da Gurita	-48,53622839	-27,75121668
H12	Casa Rural da Costeira do Ribeirão da Ilha	-48,56462101	-27,7555546
H13	Casarão e Engenho dos Andrade	-48,51640765	-27,51949651
H14	Cemitério Histórico do Pântano do Sul	-48,52146879	-27,77953702
H15	Conjunto de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa	-48,46771124	-27,59828918
H16	Engenho da Cachoeira	-48,5613804	-27,82349419
H17	Engenho da Cachoeira Grande	-48,53444822	-27,73344598
H18	Engenho da Lagoinha	-48,51639067	-27,73333939
H19	Engenho da Pedra Branca	-48,52389863	-27,71611408
H20	Engenho do Fabriciano	-48,56136703	-27,82363832
H21	Engenho do João Idalino	-48,51669386	-27,71639096
H22	Engenho do Morro dos Ingleses	-48,36773784	-27,43884252
H23	Engenho do Projeto Lontras	-48,51567349	-27,73589801
H24	Engenho do Rodolfo	-48,53528688	-27,74889004
H25	Engenho do Ventura	-48,50916976	-27,71778055
H26	Engenho do Vitorino	-48,53810618	-27,74979745
H27	Engenho dos Moura	-48,43237711	-27,44585997
H28	Engenho Hamilton Franco	-48,51500808	-27,73885455
H29	Engenho na Restinga do Peri	-48,51689073	-27,73364612
H30	Engenho no Clube dos 30	-48,5161164	-27,73425479
H31	Fábrica de Pontas Rita Maria	-48,55930634	-27,59512154
H32	Fazenda da Tapera	-48,55955753	-27,7924593
H33	Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba	-48,57468477	-27,84178354
H34	Fortaleza São José da Ponta Grossa	-48,51789757	-27,43142172

H35	Forte da Ponta do Estreito	-48,56958027	-27,59446273
H36	Forte de São João do Estreito	-48,57075383	-27,59451938
H37	Forte Santana	-48,56329238	-27,59302605
H38	Forte Santo Antônio de Ratonés	-48,5617424	-27,47248503
H39	Igreja de Nossa Senhora da Lapa	-48,56325978	-27,71829276
H40	Igreja Nossa Senhora do Parto	-48,55646797	-27,59478284
H41	Largo da Antiga Alfândega	-48,5516589	-27,59790126
H42	Muro Histórico na Armação	-48,51288344	-27,74622405
H43	Muro no Caminho da Gurita	-48,5373294	-27,75051447
H44	Palácio Cruz e Sousa	-48,55026402	-27,59686605
H45	Poço Histórico no Pântano do Sul	-48,52229896	-27,77916393
H46	Ponte Hercílio Luz	-48,56580734	-27,59379204
H47	Posto da Alfândega de Sambaqui	-48,53746803	-27,48908429
H48	Praia dos Ingleses I	-48,37694805	-27,43722983
H49	SC-Naufragados-01	-48,57153349	-27,82832005
H50	Vargem Grande I	-48,43986643	-27,48194464

Mapa 8 – Sítios arqueológicos em Florianópolis





## Sobre os autores

Anderson Antônio Batista

*Pos-doctoral fellow*-Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – Departamento de Oceanografia – Laboratório de Ictiologia-Prófix-Fapes/Capes.

Andressa de Lima

Bióloga, formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2016.

Angela Sabrine do Nascimento Salvador

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (2017).

Beatriz Regina Mendes

Graduada em História pela UFSC.

Bruno Jorge Bee

Estudante de graduação em História na UFSC.

Fernanda Codevilla Soares

Pós-doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Gabriela Oppitz

Mestra em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP) e doutoranda no Departamento de Antropologia da Stanford University.

Isabela da Silva Müller

Mestra em Arqueologia pelo MAE/USP e graduada em História pela UFSC.

Jefferson Batista Garcia

Historiador e arqueólogo, mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

### Letícia da Silva Gondim

Mestra em Ciência e Tecnologia pela Conservação de Bens Culturais, historiadora e graduanda em Museologia pela UFSC.

### Lucas Bond Reis

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e doutorando no Programa de PhD da School of Anthropology, University of Arizona (Tucson/Arizona/EUA). Bolsista CAPES. Programa de Doutorado Pleno no Exterior, processo nº 88881.128654/2016-01.

### Lucas Bueno

Arqueólogo, professor do Departamento de História da UFSC. Coordenador do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA/UFSC).

### Luciane Zanenga Scherer

Arqueóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE/UFSC). Doutoranda em Arqueologia no Museu Nacional (MN/UFRJ). Mestra em Arqueologia pelo Museu Nacional. Especialista em Paleopatologia, História e Evolução das Doenças Humanas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ).

### Simon-Pierre Gilson

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).

### Stela Schenato

Mestra em História do Tempo Presente pela UDESC e graduada em História pela UFSC.

### Thiago Pereira

Bacharel e licenciado em História pela UFSC. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com concentração em Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel).

Este livro foi editorado com as fontes  
Minion Pro e Roboto. Publicado *on-line* em:  
[editora.ufsc.br/estante-aberta](http://editora.ufsc.br/estante-aberta)

Dos sambaquis de 5 mil anos – registro mais antigo da presença humana na ilha – até a construção do espaço urbano na cidade de Florianópolis dos dias de hoje, procuramos discutir e apresentar, a partir da arqueologia, as várias histórias desse lugar, mostrar como a ilha está entrelaçada por temporalidades distintas e, com isso, “quantas ilhas” podemos ver, compreender, usufruir, vivenciar e construir. Trazer à tona histórias e divulgá-las é a nossa forma de contribuir para essa construção, que, como este livro, deve ser sempre uma obra coletiva.

